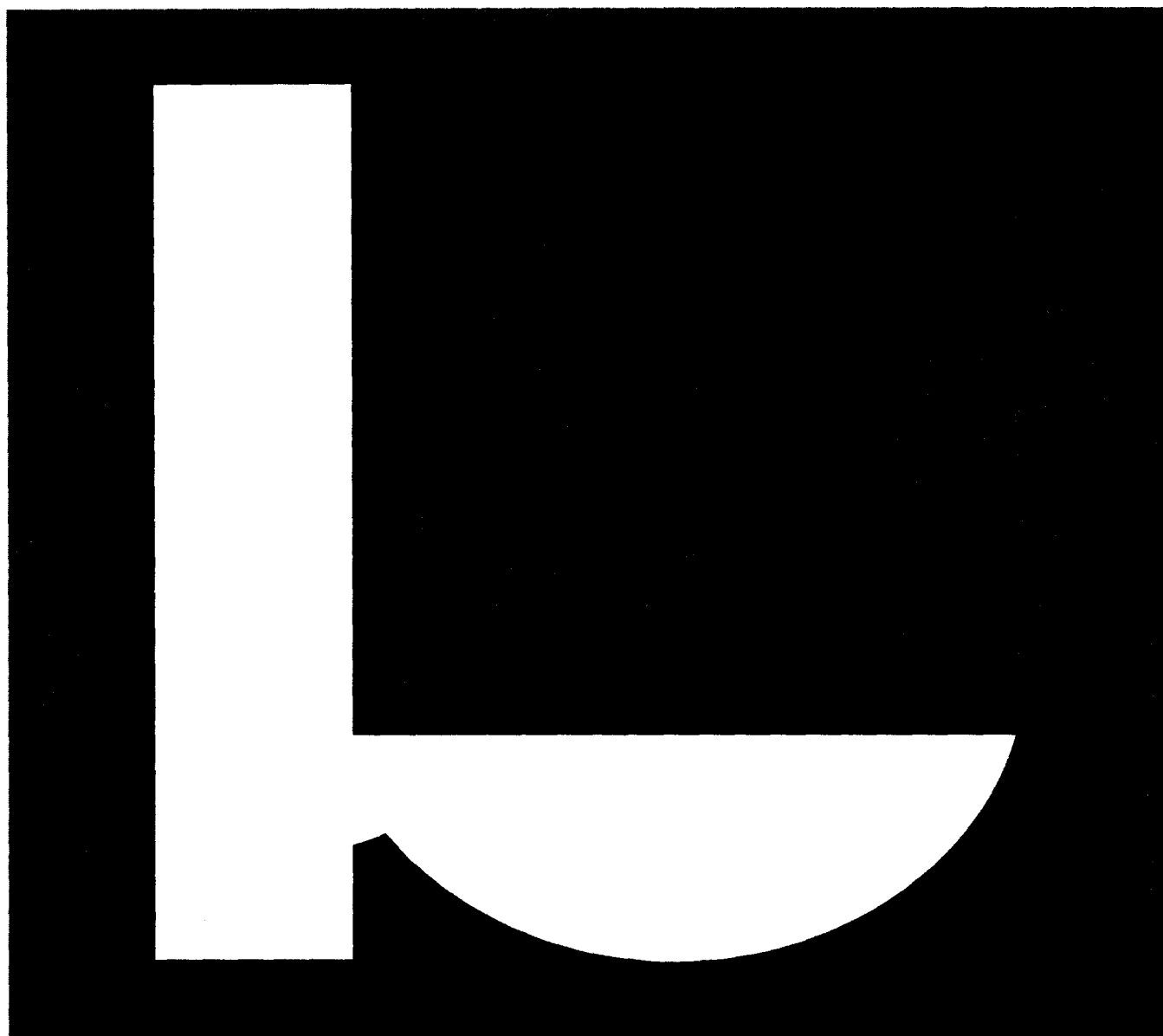




**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**



# **DIÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**

---

**ANO LIX – 040 – QUARTA-FEIRA, 17 DE MARÇO DE 2004 – BRASÍLIA-DF**

---

# **MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **(Biênio 2003/2004)**

<b>PRESIDENTE</b>	<b>JOÃO PAULO CUNHA – PT – SP</b>
<b>1º VICE-PRESIDENTE</b>	<b>INOCÊNCIO OLIVEIRA – PFL – PE</b>
<b>2º VICE-PRESIDENTE</b>	<b>LUIZ PIAUHYLINO – PSDB – PE</b>
<b>1º SECRETÁRIO</b>	<b>GEDDEL VIEIRA LIMA – PMDB – BA</b>
<b>2º SECRETÁRIO</b>	<b>SEVERINO CAVALCANTI – PPB – PE</b>
<b>3º SECRETÁRIO</b>	<b>NILTON CAPIXABA – PTB – RO</b>
<b>4º SECRETÁRIO</b>	<b>CIRO NOGUEIRA – PFL – PI</b>
<b>1º SUPLENTE DE SECRETÁRIO</b>	<b>GONZAGA PATRIOTA – PSB – PE</b>
<b>2º SUPLENTE DE SECRETÁRIO</b>	<b>WILSON SANTOS – PSDB – MT</b>
<b>3º SUPLENTE DE SECRETÁRIO</b>	<b>CONFÚCIO MOURA – PMDB – RO</b>
<b>4º SUPLENTE DE SECRETÁRIO</b>	<b>JOÃO CALDAS – PL – AL</b>

---

# CONGRESSO NACIONAL

## ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10. da Resolução nº 1, de 2002 – CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62. da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 152, de 23 de dezembro de 2003, que “altera o art. 47. da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998 terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 20 de março de 2004, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 16 de março de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

## ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10. da Resolução nº 1, de 2002 – CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62. da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 153, de 23 de dezembro de 2003, que “institui a Taxa de Avaliação *in loco* das instituições de educação superior e das condições de ensino dos cursos de graduação e dá outras providências “ terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 20 de março de 2004, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 16 de março de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

## ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10. da Resolução nº 1, de 2002 – CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62. da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 154, de 23 de dezembro de 2003, que “autoriza a Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz a disponibilizar medicamentos, mediante ressarcimento, e dá outras providências”, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 20 de março de 2004, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 16 de março de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

## ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002 – CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62. da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 155, de 23 de dezembro de 2003, que “dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das autarquias especiais denomina-

das Agências Reguladoras, e dá outras providências", terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 20 de março de 2004, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 16 de março de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

### **ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL**

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10. da Resolução nº 1, de 2002 – CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62. da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 156, de 23 de dezembro de 2003, que "altera o **caput** do art. 10. da Lei nº 10.429, de 24 de abril de 2002, que institui o Auxílio-Aluno no âmbito do Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores de Enfermagem – PROF AE", terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 20 de março de 2004, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 16 de março de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

### **ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL**

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 157, de 23 de dezembro de 2003, que "altera o inciso IV do art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinam e define crimes", terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 20 de março de 2004, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 16 de março de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

### **ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL**

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 159, de 23 de dezembro de 2003, que autoriza o Poder Executivo a conceder subvenção econômica à Companhia de Navegação do São Francisco – FRANAVE, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 20 de março de 2004, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 16 de março de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

### **ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL**

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 158, de 23 de dezembro de 2003,

que dispõe sobre a criação do Plano Especial de Cargos da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, e dá outras providências, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 20 de março de 2004, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 16 de março de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional

## ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 160, de 29 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a Instituição de Gratificação Temporária para os servidores Técnico-Administrativos e Técnico-Marítimos das instituições Federais de Ensino, e dá outras providências, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 20 de março de 2004, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 16 de março de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

# CÂMARA DOS DEPUTADOS

## SUMÁRIO

### 1 – ATA DA 21ª SESSÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, EXTRAORDINÁRIA, MATUTINA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 52ª LEGISLATURA, EM 16 DE MARÇO DE 2004

#### I – Abertura da sessão

#### II – Leitura e assinatura da ata da sessão anterior

#### III – Leitura do expediente

#### OFÍCIOS

Nº 195/04 – Do Senhor Deputado José Carlos Aleluia, Líder do PFL, indicando o Deputado Robério Nunes para integrar a Comissão Especial destinada a apreciar e proferir parecer à PEC nº 101-A/03. .... 10240

Nº 230/04 – Do Senhor Deputado Sandro Mabel Líder do Bloco PL/PSL, solicitando a inclusão do Deputado João Mendes de Jesus na Vice-Liderança do referido Bloco. .... 10240

Nº 97/04 – Do Senhor Deputado Júlio Delgado, Líder do PPS, indicando os Deputados Átila Lins e João Herrmann Neto para integrarem a Comissão Especial destinada a apreciar e proferir parecer à PEC nº 101-A/03. .... 10240

Nº 58/04 – Do Senhor Deputado Dr. Hélio, Líder do PDT, indicando os Deputados Pompeo de Mattos e Alceu Collares para integrarem a Comissão Especial destinada a apreciar e proferir parecer à PEC nº 353-A/01. .... 10241

Nº 74/04 – Do Senhor Deputado Sarney Filho, Líder do PV, indicando o seu nome e o do Deputado Jovino Cândido para integrarem a Comissão Especial destinada a apreciar e proferir parecer à PEC nº 101-A/03. .... 10241

#### INDICAÇÕES

Nº 1.851/2004 – Do Sr. Murilo Zauith – Sugere ao Ministério da Defesa a descentralização da malha rodoviária federal. .... 10241

Nº 1.852/2004 – Do Sr. Murilo Zauith – Sugere ao Ministério da Justiça a descentralização da malha rodoviária federal. .... 10242

Nº 1.853/2004 – Do Sr. Luis Carlos Heinze – Sugere ao Ministério das Cidades medidas destinadas a coibir o furto e roubo de tacógrafos. .... 10242

Nº 1.854/2004 – Do Sr. Colombo – Sugere ao Ministério da Fazenda o credenciamento das cooperativas de crédito na rede arrecadadora de tributos federais. .... 10243

Nº 1.855/2004 – da Srª. Vanessa Grazziotin – Sugere ao Ministério do Meio Ambiente que o IBAMA realize um estudo técnico com o objetivo de rever a situação das famílias de agricultores que estão sendo ameaçadas de serem retiradas da Comunidade do Pau Rosa, em virtude de possível convênio entre o IBAMA e a Universidade Luterana do Brasil – ULBRA. ....	10244	Nº 1.863/2004 – Do Sr. Carlos Nader – Sugere a inclusão na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda do Município de Barra do Piraí – RJ, do Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação de crianças e adultos, buscando prevenir e combater a desnutrição. ....	10246
Nº 1.856/2004 – Do Sr. Carlos Nader – Sugere a inclusão na merenda escolar da Rede de Ensino Pública do Município de Paraty – RJ, no Ensino Infantil e Fundamental do Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a prevenção e combate à desnutrição. ....	10244	Nº 1.864/2004 – Do Sr. Carlos Nader – Sugere a inclusão na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda do Município de Barra Mansa – RJ, do Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação de crianças e adultos, buscando prevenir e combater a desnutrição. ....	10247
Nº 1.857/2004 – Do Sr. Carlos Nader – Sugere a inclusão na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda do Município de Angra dos Reis – RJ, do Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação de crianças e adultos, buscando prevenir e combater a desnutrição. ....	10245	Nº 1.865/2004 – Do Sr. Carlos Nader – Sugere a inclusão na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda do Município de Belford Roxo – RJ, do Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação de crianças e adultos, buscando prevenir e combater a desnutrição. ....	10247
Nº 1.858/2004 – Do Sr. Carlos Nader – Sugere a inclusão na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda do Município de Aperibé – RJ, do Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação de crianças e adultos, buscando prevenir e combater a desnutrição. ....	10245	Nº 1.866/2004 – Do Sr. Carlos Nader – Sugere a inclusão na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda do Município de Bom Jardim – RJ, do Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação de crianças e adultos, buscando prevenir e combater a desnutrição. ....	10247
Nº 1.859/2004 – Do Sr. Carlos Nader – Sugere a inclusão na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda do Município de Araruama – RJ, do Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação de crianças e adultos, buscando prevenir e combater a desnutrição. ....	10245	Nº 1.867/2004 – Do Sr. Carlos Nader – Sugere a inclusão na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda do Município de Bom Jesus de Itabapoana – RJ, do Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação de crianças e adultos, buscando prevenir e combater a desnutrição. ....	10247
Nº 1.860/2004 – Do Sr. Carlos Nader – Sugere a inclusão na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda do Município de Areal – RJ, do Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação de crianças e adultos, buscando prevenir e combater a desnutrição. ....	10246	Nº 1.868/2004 – Do Sr. Carlos Nader – Sugere a inclusão na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda do Município de Cabo Frio – RJ, do Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação de crianças e adultos, buscando prevenir e combater a desnutrição. ....	10248
Nº 1.861/2004 – Do Sr. Carlos Nader – Sugere a inclusão na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda do Município de Arraial do Cabo – RJ, do Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação de crianças e adultos, buscando prevenir e combater a desnutrição. ....	10246	Nº 1.869/2004 – Do Sr. Carlos Nader – Sugere a inclusão na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda do Município de Cachoeiras de Macacu – RJ, do Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação de crianças e adultos, buscando prevenir e combater a desnutrição. ....	10248
Nº 1.862/2004 – Do Sr. Carlos Nader – Sugere a inclusão na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda do Município de Armação de Búzios – RJ, do Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação de crianças e adultos, buscando prevenir e combater a desnutrição. ....	10246	Nº 1.870/2004 – Do Sr. Carlos Nader – Sugere a inclusão na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda do Município de Cambuci – RJ, do Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação de crianças e adultos, buscando prevenir e combater a desnutrição. ....	10248

<p>Nº 1.871/2004 – Do Sr. Carlos Nader – Sugere a inclusão na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda do Município de Campos de Goytacazes – RJ, do Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação de crianças e adultos, buscando prevenir e combater a desnutrição. ....</p>	10248	<p>Nº 1.879/2004 – Do Sr. Carlos Nader – Sugere a inclusão na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda do Município de Cordeiro – RJ, do Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação de crianças e adultos, buscando prevenir e combater a desnutrição. ....</p>	10250
<p>Nº 1.872/2004 – Do Sr. Carlos Nader – Sugere a inclusão na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda do Município de Cantagalo – RJ, do Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação de crianças e adultos, buscando prevenir e combater a desnutrição. ....</p>	10249	<p>Nº 1.880/2004 – Do Sr. Carlos Nader – Sugere a inclusão na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda do Município de Duas Barras – RJ, do Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação de crianças e adultos, buscando prevenir e combater a desnutrição. ....</p>	10251
<p>Nº 1.873/2004 – Do Sr. Carlos Nader – Sugere a inclusão na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda do Município de Carapebús – RJ, do Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação de crianças e adultos, buscando prevenir e combater a desnutrição. ....</p>	10249	<p>Nº 1.881/2004 – Do Sr. Carlos Nader – Sugere a inclusão na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda do Município de Duque de Caxias – RJ, do Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação de crianças e adultos, buscando prevenir e combater a desnutrição. ....</p>	10251
<p>Nº 1.874/2004 – Do Sr. Carlos Nader – Sugere a inclusão na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda do Município de Cardoso Moreira – RJ, do Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação de crianças e adultos, buscando prevenir e combater a desnutrição. ....</p>	10249	<p>Nº 1.882/2004 – Do Sr. Carlos Nader – Sugere a inclusão na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda do Município de Engenheiro Paulo de Frontim – RJ, do Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação de crianças e adultos, buscando prevenir e combater a desnutrição. ....</p>	10251
<p>Nº 1.875/2004 – Do Sr. Carlos Nader – Sugere a inclusão na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda do Município de Carmo – RJ, do Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação de crianças e adultos, buscando prevenir e combater a desnutrição. ....</p>	10249	<p>Nº 1.883/2004 – Do Sr. Carlos Nader – Sugere a inclusão na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda do Município de Guapimirim – RJ, do Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação de crianças e adultos, buscando prevenir e combater a desnutrição. ....</p>	10251
<p>Nº 1.876/2004 – Do Sr. Carlos Nader – Sugere a inclusão na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda do Município de Casimiro de Abreu – RJ, do Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação de crianças e adultos, buscando prevenir e combater a desnutrição. ....</p>	10250	<p>Nº 1.884/2004 – Do Sr. Carlos Nader – Sugere a inclusão na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda do Município de Iguaba Grande – RJ, do Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação de crianças e adultos, buscando prevenir e combater a desnutrição. ....</p>	10252
<p>Nº 1.877/2004 – Do Sr. Carlos Nader – Sugere a inclusão na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda do Município de Comendador Levy Gasparian – RJ, do Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação de crianças e adultos, buscando prevenir e combater a desnutrição. ....</p>	10250	<p>Nº 1.885/2004 – Do Sr. Carlos Nader – Sugere a inclusão na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda do Município de Itaboraí – RJ, do Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação de crianças e adultos, buscando prevenir e combater a desnutrição. ....</p>	10252
<p>Nº 1.878/2004 – Do Sr. Carlos Nader – Sugere a inclusão na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda do Município de Conceição de Macabu – RJ, do Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação de crianças e adultos, buscando prevenir e combater a desnutrição. ....</p>	10250	<p>Nº 1.886/2004 – Do Sr. Carlos Nader – Sugere a inclusão na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda do Município de Itaguaí – RJ, do Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação de crianças e adultos, buscando prevenir e combater a desnutrição. ....</p>	10252

<p>Nº 1.887/2004 – Do Sr. Carlos Nader – Sugere a inclusão na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda do Município de Italva – RJ, do Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação de crianças e adultos, buscando prevenir e combater a desnutrição.....</p>	10252	<p>Nº 1.895/2004 – Do Sr. Carlos Nader – Sugere a inclusão na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda do Município de Magé – RJ, do Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação de crianças e adultos, buscando prevenir e combater a desnutrição.....</p>	10254
<p>Nº 1.888/2004 – Do Sr. Carlos Nader – Sugere a inclusão na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda do Município de Itaocara – RJ, do Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação de crianças e adultos, buscando prevenir e combater a desnutrição. ....</p>	10253	<p>Nº 1.896/2004 – Do Sr. Carlos Nader – Sugere a inclusão na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda do Município de Mangaratiba – RJ, do Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação de crianças e adultos, buscando prevenir e combater a desnutrição. ....</p>	10255
<p>Nº 1.889/2004 – Do Sr. Carlos Nader – Sugere a inclusão na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda do Município de Itaperuna – RJ, do Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação de crianças e adultos, buscando prevenir e combater a desnutrição. ....</p>	10253	<p>Nº 1.897/2004 – Do Sr. Carlos Nader – Sugere a inclusão na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda do Município de Maricá – RJ, do Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação de crianças e adultos, buscando prevenir e combater a desnutrição. ....</p>	10255
<p>Nº 1.890/2004 – Do Sr. Carlos Nader – Sugere a inclusão na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda do Município de Itatiaia – RJ, do Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação de crianças e adultos, buscando prevenir e combater a desnutrição. ....</p>	10253	<p>Nº 1.898/2004 – Do Sr. Carlos Nader – Sugere a inclusão na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda do Município de Mendes – RJ, do Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação de crianças e adultos, buscando prevenir e combater a desnutrição. ....</p>	10255
<p>Nº 1.891/2004 – Do Sr. Carlos Nader – Sugere a inclusão na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda do Município de Japeri – RJ, do Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação de crianças e adultos, buscando prevenir e combater a desnutrição. ....</p>	10253	<p>Nº 1.899/2004 – Do Sr. Carlos Nader – Sugere a inclusão na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda do Município de Mesquita – RJ, do Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação de crianças e adultos, buscando prevenir e combater a desnutrição. ....</p>	10255
<p>Nº 1.892/2004 – Do Sr. Carlos Nader – Sugere a inclusão na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda do Município de Laje do Muriaé – RJ, do Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação de crianças e adultos, buscando prevenir e combater a desnutrição. ....</p>	10254	<p>Nº 1.900/2004 – Do Sr. Carlos Nader – Sugere a inclusão na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda do Município de Miguel Pereira – RJ, do Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação de crianças e adultos, buscando prevenir e combater a desnutrição. ....</p>	10256
<p>Nº 1.893/2004 – Do Sr. Carlos Nader – Sugere a inclusão na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda do Município de Macaé – RJ, do Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação de crianças e adultos, buscando prevenir e combater a desnutrição.....</p>	10254	<p>Nº 1.901/2004 – Do Sr. Carlos Nader – Sugere a inclusão na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda do Município de Miracema – RJ, do Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação de crianças e adultos, buscando prevenir e combater a desnutrição. ....</p>	10256
<p>Nº 1.894/2004 – Do Sr. Carlos Nader – Sugere a inclusão na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda do Município de Macuco – RJ, do Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação de crianças e adultos, buscando prevenir e combater a desnutrição. ....</p>	10254	<p>Nº 1.902/2004 – Do Sr. Carlos Nader – Sugere a inclusão na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda do Município de Natividade – RJ, do Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação de crianças e adultos, buscando prevenir e combater a desnutrição. ....</p>	10256



Nº 1.903/2004 – Do Sr. Carlos Nader – Sugere a inclusão na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda do Município de Nilópolis – RJ, do Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação de crianças e adultos, buscando prevenir e combater a desnutrição. .... 10256

Nº 1.904/2004 – Do Sr. Carlos Nader – Sugere a inclusão na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda do Município de Niterói – RJ, do Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação de crianças e adultos, buscando prevenir e combater a desnutrição. .... 10257

Nº 1.905/2004 – Do Sr. Carlos Nader – Sugere a inclusão na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda do Município de Nova Friburgo – RJ, do Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação de crianças e adultos, buscando prevenir e combater a desnutrição. .... 10257

Nº 1.906/2004 – Do Sr. Carlos Nader – Sugere a inclusão na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda do Município de Nova Iguaçu – RJ, do Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação de crianças e adultos, buscando prevenir e combater a desnutrição. .... 10257

Nº 1.907/2004 – Do Sr. Carlos Nader – Sugere a inclusão na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda do Município de Paracambi – RJ, do Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação de crianças e adultos, buscando prevenir e combater a desnutrição. .... 10257

Nº 1.908/2004 – Do Sr. Carlos Nader – Sugere a inclusão na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda do Município de Paraíba do Sul – RJ, do Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação de crianças e adultos, buscando prevenir e combater a desnutrição. .... 10258

Nº 1.909/2004 – Do Sr. Carlos Nader – Sugere a inclusão na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda do Município de Paraty – RJ, do Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação de crianças e adultos, buscando prevenir e combater a desnutrição. .... 10258

Nº 1.910/2004 – Do Sr. Carlos Nader – Sugere a inclusão na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda do Município de Paty do Alferes – RJ, do Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação de crianças e adultos, buscando prevenir e combater a desnutrição. .... 10258

## ERRATA

PROJETO DE LEI Nº 3.196/2000

## SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 16-3-2004

## IV – Comissão Geral

PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Transformação da sessão plenária em Comissão Geral para debate do Plano Diretor de escoamento e Tratamento de Petróleo da Bacia de Campos, no Estado do Rio de Janeiro. .... 10259

Convite aos expositores para comparecimento ao plenário. .... 10259

Esclarecimento sobre o rito procedimental da Comissão Geral. .... 10259

EDUARDO CUNHA (PMDB – RJ – Pela ordem) – Solicitação à Presidência de inversão da lista de inscrição dos expositores. .... 10259

PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Resposta ao Deputado Eduardo Cunha. .... 10259

Usaram da palavra pela ordem os Srs. Deputados. BERNARDO ARISTON (PMDB – RJ), EDUARDO CUNHA (PMDB – RJ), JÚLIO LOPES (PP – RJ). .... 10259

LUIZ SÉRGIO (PT – RJ – Pela ordem) – Defesa de manutenção da lista de inscrição dos expositores determinada pela Mesa Diretora. .... 10260

PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Manutenção da lista dos expositores inscritos. .... 10260

Usaram da palavra, durante o debate, os Srs. RENATO DE SOUZA DUQUE, Diretor de Serviços da PETROBRAS; WAGNER GRANJA VICTER, Secretário de Estado de Energia, da Indústria Naval e do Petróleo do Estado do Rio de Janeiro. .... 10260

PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Esclarecimento aos Deputados e expositores sobre a lista de inscrição para uso da palavra na Comissão Geral. .... 10264

Usou da palavra, durante o debate, o Sr. JOSÉ EDUARDO DUTRA, Presidente da PETROBRAS. .... 10264

(Durante o discurso do Sr. José Eduardo Dutra, o Sr. Deputado Bernardo Ariston usou da palavra para solicitação à Presidência de observância do tempo concedido aos expositores para uso da palavra). .... 10266

LAURA CARNEIRO (PFL – RJ – Pela ordem) – Confiança no controle, pela Presidência, do tempo concedido aos expositores para uso da palavra. .... 10267

PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Agradecimento à Deputada Laura Carneiro. .... 10267

Usaram da palavra, durante o debate, os Srs. REYNALDO ROCHA BARROS, Presidente do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Rio de Janeiro – CREA-RJ; ELOI FERNANDES E FERNANDES, Presidente da Organização Nacional da Indústria do Petróleo – ONIP; MAURO JOSÉ CAMPOS PEREIRA, Presidente da Associação Comercial, Industrial e Agropastoril de Volta Redonda e Diretor da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro – FIRJAN; ISAURA MARIA FERREIRA FRAGA, Presidente da Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente – FEEMA. .... 10267

PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Presença no plenário do Ministro das Infra-Estruturas e dos Transportes da Itália, Pietro Lunardi, e do Embaixador italiano no Brasil, Vincenzo Petrone. .... 10271

Usou da palavra, durante o debate, o Sr. Deputado ARLINDO CHINAGLIA (PT – SP), autor do requerimento de realização da Comissão Geral. .... 10271

EDSON EZEQUIEL (PMDB – RJ – Pela ordem) – Solicitação à Presidência de concessão de maior tempo ao orador para uso da palavra na condição de Vice-Líder do PMDB. .... 10274

PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Resposta ao Deputado Edson Ezequiel. .... 10274

FERNANDO GABEIRA (Sem Partido – RJ – Pela ordem) – Desistência do uso da palavra pelo orador. .... 10274

Usaram da palavra, durante o debate, os Srs. Deputados EDSON EZEQUIEL (PMDB, RJ), LUIZ SÉRGIO (PT – RJ), CARLOS SANTANA (PT – RJ), JOSIAS QUINTAL (PMDB – RJ), FERNANDO FERRO (PT – PE), JÚLIO LOPES (PP – RJ), LUIZ BASSUMA (PT, BA. Discurso retirado pelo orador para revisão.), JOSÉ PIMENTEL (PT – CE), EDUARDO CUNHA (PMDB – RJ), LAURA CARNEIRO (PFL – RJ), ALMIR MOURA (Bloco/PL – RJ). .... 10274

EDUARDO CUNHA (PMDB – RJ – Pela ordem) – Correção de equívoco constante no discurso do orador. .... 10282

Usaram da palavra, durante o debate, os Srs. Deputados FERNANDO LOPES (PMDB, RJ), PAULO FEIJÓ (PSDB – RJ), SIMÃO SESSIM (PP – RJ), LINDBERG FARIAS (PT – RJ), ANGELA GUADAGNIN (PT – SP), EDUARDO PAES (PSDB – RJ), JORGE BITTAR (PT – RJ). .... 10282

PRESIDENTE (Luiz Sérgio) – Agradecimento aos convidados e Parlamentares presentes. .... 10286

## V – Encerramento

### 1 – ATA DA 22ª SESSÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 52ª LEGISLATURA, EM 16 DE MARÇO DE 2004

#### I – Abertura da sessão

#### II – Leitura e assinatura da ata da sessão anterior

#### III – Leitura do expediente

#### SESSÃO ORDINÁRIA DE 16-3-2004

#### IV – Pequeno Expediente

GONZAGA PATRIOTA (PSB – PE) – Importância de aprovação do projeto sobre estabelecimento de parceria público-privada. Apresentação de proposições. .... 10290

MAURO BENEVIDES (PMDB – CE) – Acerto da indicação do ex-Deputado Federal João Henrique para a Presidência da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. .... 10291

CLAUDIO CAJADO (PFL – BA) – Alerta ao Governo Federal sobre a paralisação de servidores públicos. Necessidade de abertura de negociações com entidades representativas da categoria. Implantação de política salarial para os funcionários públicos federais. Defesa, pelo PFL, de elevação do salário mínimo para o valor de 280 reais. .... 10292

INALDO LEITÃO (Bloco/PL – PB) – Solicitação ao Relator da Medida Provisória nº 161, de 2004, acerca da incidência da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE na comercialização de combustíveis, aos Líderes partidários e ao Presidente João Paulo Cunha de harmonização dos interesses da União, dos Estados e Municípios no processo de apreciação da medida. .... 10293

PEDRO CHAVES (PMDB – GO) – Agradecimento ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva pela visita à comunidade Kalunga, no Município de Cavalcante, Estado de Goiás. Reiteração do pedido de execução do processo de desapropriação de terras destinadas aos remanescentes de quilombos. .... 10293

MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Inércia do Governo Federal. Aumento da carga tributária pelo Governo petista. Redução dos investimentos públicos. Contingenciamento de recursos do Orçamento Geral da União de 2004. Críticas de membros do Partido dos Trabalhadores à condução da política econômica governamental. Paralisação da Polícia Federal, dos Fiscais Agropecuários e da Polícia Rodoviária Federal. Incompetência administrativa demonstrada pelo Governo Luiz Inácio Lula da Silva. .... 10294

SEVERINO CAVALCANTI (PP – PE) – Inauguração de agência do INSS no Município de Limoeiro, Estado de Pernambuco. Elogio ao trabalho desenvolvido pelo Dr. Genaro Braga de Almeida à frente da Superintendência estadual. Confiança na atuação do Chefe da agência, Sr. Francisco Sales de Melo Rocha, em prol do bom atendimento à comunidade da região. ....	10295	remodelação editorial e gráfica imprimida no jornal O Dia, do Estado do Rio de Janeiro. ....	10300
ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Elogio ao Ministro da Previdência Social, Amir Lando, pelo empenho demonstrado em negociação com aposentados e pensionistas. ....	10295	ADÃO PRETTO (PT – RS) – Apoio à mobilização do Movimento dos Atingidos por Barragens. Urgente atendimento, pelo Governo Federal, da pauta de reivindicação do movimento. ....	10301
CONFÚCIO MOURA (PMDB – RO) – Greve dos policiais federais no País. Necessidade de regulamentação e cumprimento da Lei nº 9.266, de 1996, em benefício da categoria. ....	10296	JOÃO GRANDÃO (PT – MS) – Presença, na Casa, de Prefeito Laerte Tetila, do Município de Dourados, Estado do Mato Grosso do Sul. Importância da construção da Central de Abastecimento de Dourados. Encaminhamento de indicação ao Poder Executivo para financiamento de culturas de inverno e de milho da safrinha na Região Centro-Oeste. ....	10302
GERALDO RESENDE (PPS, MS) – Apoio às reivindicações dos advogados públicos federais, dos defensores públicos da União e dos procuradores da Fazenda Nacional. Dificuldades estruturais da Advocacia-Geral da União. Apresentação de requerimento de informações ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão sobre as razões do descumprimento de compromisso assumido com as respectivas carreiras. Regozijo com a possibilidade de contratação de professores para o curso de Medicina da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, no campus de Dourados. ....	10296	SILAS BRASILEIRO (PMDB – MG) – Contribuição do setor agropecuário para o superávit da balança comercial brasileira. Empenho do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e de grupos setoriais na revalorização da cafeicultura no País. Conveniência da aprovação do Projeto de Resolução nº 135, de 2004, sobre a criação do Grupo Parlamentar Internacional do Café. Elogio à Unimed do Brasil pela participação na implantação do Programa Biblioteca para Todos – Queroler em Municípios do Estado de Minas Gerais. ....	10302
EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Transcurso do 40º aniversário de criação do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana do Ministério da Justiça. Capacidade do Governo Luiz Inácio Lula da Silva para enfrentamento da crise socioeconômica brasileira. ....	10297	LÉO ALCÂNTARA (PSDB – CE) – Prejuízos decorrentes das enchentes no Estado. Otimismo com a anunciada liberação de recursos, pelo Governo Federal, para amenização do sofrimento dos flagelados e recuperação dos estragos provocados pelas enchentes. Razões do fechamento de creches no Estado do Ceará. ....	10304
JOÃO MENDES DE JESUS (Bloco/PSL – RJ) – Desvantagens financeiras e econômicas para o Estado do Rio de Janeiro da implantação do Plano de Escoamento e Tratamento de Petróleo da Bacia de Campos. ....	10298	MARCONDES GADELHA (PTB – PB) – Propósitos informadores da apresentação de projeto de lei concessivo da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados aos veículos automotores adquiridos pelos Municípios para transporte escolar. ....	10305
JOÃO ALFREDO (PT – CE) – Inoportunidade do reajuste salarial pleiteado pelo Tribunal de Justiça, pela Procuradoria-Geral da Justiça e pelo Tribunal de Contas do Estado do Ceará. Apoio a manifesto de entidades sociais pela rejeição do pleito pela Assembléia Legislativa cearense. ....	10299	VALDENOR GUEDES (PSC – AP) – Obstáculos à habilitação de moradores do interior do País ao sistema de benefícios da Previdência Social. Êxito do Programa O Governo e Você, instituído pelo Governo do Estado do Amapá. ....	10305
CARLOS SANTANA (PT – RJ) – Regozijo com a suspensão da construção de novo presídio no Bairro de Bangu, Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Pressupostos para o efetivo combate à criminalidade no País. ....	10300	REGINALDO GERMANO (PP – BA) – Matérias publicadas pelo jornal O Globo e pela revista Época sobre influência do Secretário Nacional de Finanças e Planejamento do Partido dos Trabalhadores, Delúbio Soares, na liberação de verbas públicas. Necessidade de abertura de CPI para investigação de suas ações. ....	10306
SIMÃO SESSIM (PP – RJ) – Congratulações à Diretora-Presidenta do Grupo O Dia de Comunicação, Ariane de Carvalho Barros, pela		PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Presença no plenário do ex-Deputado Federal Joaquim Bevilacqua. Manifestação de apreço ao ex-Deputado Federal Hélio Bicudo. Apoio à no-	

meação do ex-Parlamentar para o cargo de Embaixador do Brasil no Vaticano. ....	10307	parcela única. Necessidade de adoção de política pública destinada à classe.....	10314
REINALDO BETÃO (Bloco/PL – RJ) – Transcurso do Dia Mundial do Consumidor. ....	10307	VANDER LOUBET (PT – MS) – Colação de grau dos formandos do Curso de Pedagogia, Turma Professor Jaime Teixeira, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.....	10315
CARLOS NADER (PFL – RJ) – Necessidade de estabelecimento de mais justa divisão, entre os diversos entes federados, dos recursos provenientes da arrecadação de tributos. ....	10308	ROBERTO PESSOA (Bloco/PL – CE) – Transcurso do 21º aniversário de emancipação político-administrativa do Município de Maracanaú, localizado na Região Metropolitana de Fortaleza, Estado do Ceará. Retrospecto do processo de criação da municipalidade. Saudação a personalidades locais. Acatamento pelo Deputado Luiz Couto, Relator da CPI destinada à investigação das ações de milícias privadas e de grupos de extermínio na Região Nordeste, do pedido de apuração do assassinato de Almir Dutra, ocorrido em Maracanaú. Combate às carências sociais do Município. ....	10315
PEDRO FERNANDES (PTB – MA) – Posse do ex-Prefeito Municipal de Manaus, Alfredo Nascimento, no cargo de Ministro dos Transportes.....	10309	NELSON MARQUEZELLI (PTB – SP) – Excelência da atuação do Banco Cooperativo do Brasil S/A – BANCOOB.....	13017
JOSIAS QUINTAL (PMDB – RJ) – Apelo ao Governador do Estado de Minas Gerais, Aécio Neves, para recuperação da rodovia entre os Municípios de Além Paraíba e Pirapetinga. Elogio à política de segurança pública implantada no Estado do Rio de Janeiro. Conveniência da retomada da discussão sobre a reforma do sistema nacional de segurança pública. ....	10309	JÚLIO LOPES (PP – RJ) – Maior investimento, pelo Governo Federal, em obras de infra-estrutura no Estado do Rio de Janeiro como forma de compensação pela rentabilidade decorrente dos ganhos com a instalação de oleoduto da PETROBRAS no Estado. ....	10318
CORIOLANO SALES (PFL – BA) – Caráter exorbitante dos lucros auferidos por instituições financeiras no País. ....	10309	PASTOR REINALDO (PTB – RS) – Prejuízos para a economia brasileira decorrentes da escalada da violência contra turistas no País, durante o período de carnaval.....	10318
COSTA FERREIRA (PSC – MA) – Defesa de celeridade no processo de recriação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE.....	10310	JOSUÉ BENGTON (PTB – PA) – Irregularidades na administração e aplicação dos recursos do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre. ....	10320
DARCÍSIO PERONDI (PMDB – RS) – Condiçõantes para apoio à Medida Provisória nº 161-A, de 2004, sobre repasse de percentual da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e derivados, e álcool etílico combustível, a Estados e Municípios.....	10311	LUIZ BITTENCOURT (PMDB – GO) – Homenagem póstuma prestada pela Academia Goiana de Letras ao médico Altamiro de Moura Pacheco .....	10321
SANDRO MABEL (Bloco/PL – GO) – Prejuízos causados ao meio ambiente pela destruição da Mata Atlântica. Oportunidade do Programa PETROBRAS Ambiental. Detritos e rejeitos espalhados pelas enchentes no Rio Corumbá, no Pantanal Mato-Grossense. Inserção da disciplina ambiental no currículo escolar.....	10312	ANTONIO NOGUEIRA (PT – AP) – Decisão da Ministra Ellen Gracie, do Tribunal Superior Eleitoral, a favor da manutenção do mandato parlamentar do orador. Confiança na reformulação da sentença do Tribunal Regional Eleitoral. ...	10321
INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL – PE) – Necessidade de providências do Governo brasileiro acerca da ameaça, pelos Estados Unidos da América, de sobretaxação das importações de camarão do País. Caráter político do processo movido pela Aliança de Camarões do Sul contra o Brasil. Prejuízos socioeconômicos causados à Região Nordeste pelas restrições norte-americanas à importação do crustáceo. ....	10313	<b>V – Grande Expediente</b>	
NELSON BORNIER (PMDB – RJ) – Depcepção de trabalhadores aposentados com a suspensão do saque da correção do FGTS em		VIGNATTI (PT – SC) – Importância da implantação de políticas públicas destinadas à juventude para combate às desigualdades sociais. Classificação do Brasil em 5º lugar no ranking mundial da população jovem. Elaboração do Plano Nacional da Juventude e do Estatuto de Direitos da Juventude pela respectiva Comissão Especial. Anúncio de realização da Conferência Nacional da	

Juventude. Sucesso do Programa Primeiro Emprego, do Programa Primeira Terra e do PRONAF Jovem Rural, entre outros instituídos pelo Governo Federal em prol do segmento. Criação do Grupo de Trabalho da Juventude pela Câmara Interministerial de Políticas Sociais. Relevância do Projeto Juventude, desenvolvido pelo Instituto da Cidadania. Eixos fundamentais para elaboração de políticas públicas para a juventude. ....	10322	Pesca do Município de Piúma para a capacitação profissional no setor. ....	10331
MAURO BENEVIDES (PMDB – CE. Pela ordem). Artigo de autoria da filósofa Marilena Chaui sobre a urgência na apreciação da proposta de reforma do sistema político-eleitoral pelo Congresso Nacional, publicado pelo jornal Folha de S.Paulo. ....	10326	JAMIL MURAD (PCdoB – SP. Pela ordem). Participação em manifesto promovido por centrais sindicais a favor da redução da jornada de trabalho. Apoio a projeto de lei sobre o tema. ....	10332
DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA. Pela ordem.) Discurso retirado pelo orador para revisão.) – Apoio à campanha nacional de centrais sindicais em defesa da redução da jornada de trabalho. Transcurso do Dia Mundial do Consumidor. Avanços dos direitos dos consumidores no Brasil e no mundo. ....	10328	NEUCIMAR FRAGA (Bloco/PL – ES. Pela ordem). Contrariedade à ação do Ministério Público para redução do número de Vereadores nas Câmaras Municipais do País. ....	10332
ALEX CANZIANI (PTB – PR. Pela ordem). Redução, por companhias aéreas, dos valores de passagens para o Município de Londrina, Estado do Paraná, em face dos preços praticados pela empresa Gol Transportes Aéreos Ltda. .	10328	RONALDO DIMAS (PSDB – TO) – Frustração das expectativas de mudanças no quadro socioeconômico brasileiro pelo Governo Luiz Inácio Lula da Silva. Continuidade da política econômica do Governo Fernando Henrique Cardoso. Nocividade da adoção de altas taxas básicas de juros pelo Banco Central para contenção de índices inflacionários. Inépcia do Governo Federal na viabilização da retomada do desenvolvimento do País. Elevação da carga fiscal pela reforma tributária. Caráter insustentável da incidência de tributos sobre intermediação financeira. Escalada do desemprego e crescimento do mercado informal de trabalho. Urgência na implementação do Super-SIMPLES para criação de condições fiscais favoráveis às pequenas e microempresas. Defesa da aprovação da reforma da legislação trabalhista. Comprometimento de recursos orçamentários com o pagamento do serviço da dívida pública. ....	10333
REINALDO BETÃO (Bloco/PL – RJ. Pela ordem). Realização da 14ª Movelsul Brasil 2004 – Feira da Indústria Moveleira Nacional, no Município de Bento Gonçalves, Estado do Rio Grande do Sul. ....	10328	DR. HÉLIO (PDT – SP. Como Líder.) Presença do orador no Supremo Tribunal Federal para reivindicação de preferência na apreciação da ação direta de inconstitucionalidade contra a cobrança de contribuição previdenciária dos inativos e pensionistas da Previdência Social. Apoio à pauta de reivindicações dos Vereadores e Prefeitos presentes em Brasília, Distrito Federal, de relevante interesse para a economia dos Municípios brasileiros. ....	10339
MARIA DO ROSÁRIO (PT – RS. Pela ordem). Transcurso do 40º aniversário de criação do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, do Ministério da Justiça. ....	10328	JOÃO PIZZOLATTI (PP – SC. Pela ordem). Agradecimento aos Parlamentares pelo apoio à indicação do orador para a Presidência da Comissão de Minas e Energia. ....	10339
ZÉ LIMA (PP – PA. Pela ordem). Congratulação à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil pelo lançamento da Campanha da Fraternidade 2004 sob o tema Água e Fraternidade e com o lema Água, Fonte de Vida. Importância da implantação de políticas de preservação dos mananciais hídricos. Apoio às reivindicações de Prefeitos Municipais para aumento dos repasses de recursos da União. ....	10329	CARLOS SOUZA (Bloco/PL – AM. Pela ordem). Necessidade de aumento dos recursos do Governo Federal destinados a projetos de desenvolvimento sustentável da região amazônica. ....	10339
MAX ROSENMANN (PMDB – PR. Pela ordem). Aprovação, pelo Conselho Nacional de Educação, da transformação das Faculdades Integradas Católicas de Palmas em centro universitário, no Estado do Paraná. ....	10330	ADELOR VIEIRA (PMDB – SC. Pela ordem). Necessidade de realização de campanha de esclarecimento e divulgação dos direitos assegurados pelo Estatuto do Idoso. ....	10340
MARCELINO FRAGA (PMDB – ES. Pela ordem). Crescimento da produção e das exportações do setor de aquicultura e pesca do Estado do Espírito Santo. Contribuição da Escola de		MANATO (PDT – ES. Pela ordem). Importância do Projeto Multissetorial Integrado e do Programa de Modernização da Administração	

Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos, promovidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, para redução do desigualdade social no País. ....	10341	Janeiro para instalação de nova refinaria de petróleo. Despropósito do posicionamento da PETROBRAS, favorável ao adiamento, para 2010, da instalação da refinaria. Necessidade do estabelecimento de critérios técnicos e políticos transparentes para a escolha do local de instalação da refinaria.....	10346
VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM. Pela ordem). Preocupação do Partido Comunista do Brasil com os rumos da economia brasileira. Esperança de redução da taxa básica de juros pelo Comitê de Política Monetária do Banco Central.....	10343	JÚLIO LOPES (PP – RJ. Pela ordem). Necessidade de destinação ao Estado do Rio de Janeiro, pela PETROBRAS, de recursos advindos de futuro oleoduto.....	10347
INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE. Pela ordem). Importância de retomada do crescimento econômico brasileiro. Solicitação à Presidência de instalação de Comissão Especial destinada à avaliação de propostas de redução da jornada de trabalho.....	10343	FÁTIMA BEZERRA (PT – RN. Pela ordem). Urgente liberação, pelo Governo Federal, de recursos para garantia da implementação do Programa da Compra Antecipada destinado aos trabalhadores rurais, especialmente à agricultura familiar, no Estado do Rio Grande do Norte.....	10348
FRANCISCO TURRA (PP – RS. Pela ordem). Alerta sobre as conseqüências da greve dos Fiscais Agropecuários. Solicitação à Presidência da Casa de realização de gestões junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão com vistas ao término do movimento grevista. Transcurso do Dia Internacional da Floresta. Impactos negativos advindos da exploração da atividade madeireira. Necessidade de adoção, pelos países desenvolvidos, do Protocolo de Conservação das Florestas Tropicais. Reestruturação dos órgãos vinculados à silvicultura. Valorização das carreiras de engenheiros florestais, engenheiros agrônomos, técnicos agrícolas, pesquisadores e cientistas. Realização de pesquisas sobre novas espécies florestais. Instalação, pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, de Câmaras Setoriais destinadas ao estudo, acompanhamento e apresentação de propostas de desenvolvimento da agropecuária nacional. Proposta de instalação da Comissão Setorial da Silvicultura no âmbito da Pasta. ....	10344	GILBERTO NASCIMENTO (PMDB – SP. Pela ordem). Artigo sobre a nocividade à economia do sistema tributário em vigor no País, publicado pela revista Veja. ....	10348
MARCELO ORTIZ (PV – SP. Pela ordem). Apresentação de requerimento de informações ao Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, acerca das providências adotadas quanto ao descumprimento, pelas empresas terrestres de transporte de passageiros, de dispositivo de lei sobre obrigatoriedade de realização de paradas obrigatórias no decurso do itinerário. ....	10345	<b>VI – Ordem do Dia</b>	
NAZARENO FONTELES (PT – PI. Pela ordem). Apresentação do Projeto de Lei Complementar nº 137, de 2004, sobre o estabelecimento do Limite Máximo de Consumo e da Poupança Fraternal. Posse de Luís Carlos Everton de Farias no cargo de Presidente da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba. ....	10345	PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Sobrestamento da votação das matérias constantes da pauta em virtude do acordo de Líderes.....	10353
PAULO FEIJÓ (PSDB – RJ. Pela ordem). Conveniência da escolha do Estado do Rio de		Usou da palavra pela ordem o Sr. Deputado MORONI TORGAN (PFL – CE). ....	10353
		ZICO BRONZEADO (PT – AC. Pela ordem). Elogio à iniciativa da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura de divulgação do Índice de Desenvolvimento da Juventude Brasileira. ....	10353
		MORONI TORGAN (PFL – CE. Pela ordem). Apoio à pauta de reivindicação do movimento grevista da Polícia Federal. ....	10354
		HAMILTON CASARA (PSB – RO. Pela ordem). Apoio à pauta de reivindicação do movimento grevista da Polícia Federal. ....	10354
		Usou da palavra pela ordem o Sr. Deputado MORONI TORGAN (PFL – CE). ....	10355
		POMPEO DE MATTOS (PDT – RS. Pela ordem). Expectativa da sociedade brasileira quanto à redução da taxa básica de juros pelo Comitê de Política Monetária do Banco Central. Subserviência do Governo Luiz Inácio Lula da Silva ao FMI.....	10355
		WALTER PINHEIRO (PT – BA. Pela ordem). Apoio à regulamentação das profissões de agente comunitário de saúde e de agente de combate às endemias. ....	10355
		ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Questão de ordem sobre a impertinência do sobrestamento da votação da pauta, por ocorrência de encerramento da discussão da Medida Provi-	

sória nº 161, de 2004, na última sessão deliberativa.....	10356	Usou da palavra pela ordem o Sr. Deputado FRANCISCO DORNELLES (PP – RJ).....	10375
PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Decisão acerca da questão de ordem suscitada pelo Deputado Arnaldo Faria de Sá.....	10356	ZELINDA NOVAES (PFL – BA. Pela ordem). Empenho do Governo do Estado da Bahia na recuperação da malha rodoviária estadual. Solidariedade aos familiares das vítimas dos atentados terroristas ocorridos em Madri, Espanha.....	10376
ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP. Pela ordem). Anúncio de impetração de recurso contra a decisão da Presidência.....	10357	MILTON CARDIAS (PTB – RS. Pela ordem). Conveniência de aprovação da Medida Provisória nº 168, de 2004, sobre a proibição do funcionamento de casas de bingo e caça-níqueis no País.....	10376
PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Não-acatamento do recurso do Deputado Arnaldo Faria de Sá.....	10357	FRANCISCO APPIO (PP – RS. Pela ordem). Preocupação com a greve de fiscais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Manifestação de pesar pelo falecimento da jornalista Zaida Jarros, Diretora do Jornal do Comércio.....	10377
PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 162, de 2004, que abre crédito extraordinário em favor de transferências aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios no valor de R\$3.400.000.000,00, para os fins que especifica.....	10357	TAKAYAMA (PMDB – PR. Pela ordem). Repúdio aos atentados terroristas ocorridos em Madri, Espanha. Manifestação de pesar pelo falecimento do jovem paranaense Sérgio dos Santos Silva nos atentados.....	10378
Usou da palavra para proferir parecer à medida provisória e às emendas apresentadas, pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, o Sr. Deputado PEDRO NOVAIS (PMDB – MA).....	10358	LEONARDO MONTEIRO (PT – MG. Pela ordem). Transcurso do 40º aniversário de criação do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. Excelência do desempenho do Secretário Especial de Direitos Humanos, Nilmário Miranda.....	10379
Usaram da palavra para discussão da matéria os Srs. Deputados LUIZ CARLOS HAULY (PSDB, PR), WALTER PINHEIRO (PT – BA), RICARDO BARROS (PP – PR), BABÁ (Sem Partido, PA), ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP), ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA).....	10359	COLOMBO (PT – PR. Pela ordem). Apoio à proposição apresentada pelo Ministro da Educação, Tarso Genro, sobre reserva de vagas para estudantes hipossuficientes nas instituições privadas de ensino superior.....	10380
PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Encerramento da discussão.....	10363	VICENTINHO (PT – SP. Pela ordem). Realização do Fórum Internacional do Trabalho para debate sobre a reforma sindical. Apresentação, pelo Ministro do Trabalho e Emprego, Ricardo Berzoini, da proposta do Poder Executivo sobre o tema na Comissão Especial da reforma trabalhista. Solidariedade ao povo espanhol diante dos ataques terroristas ocorridos em Madri. Transcurso do Dia Internacional de Combate ao Racismo.....	10380
ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP. Pela ordem). Impossibilidade de votação da medida provisória.....	10363	Usou da palavra pela ordem o Sr. Deputado ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP).....	10381
PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Resposta ao Deputado Arnaldo Faria de Sá.....	10363	LINCOLN PORTELA (Bloco/PL, MG. Pela ordem). Apoio à proposta de realização de audiência pública na Casa para esclarecimento, pela AmBev, de denúncias de abuso de poder econômico.....	10381
PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 163, de 2004, que altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.....	10363	JOSUÉ BENGTON (PTB – PA. Pela ordem). Apelo ao Ministro dos Transportes, Alfredo	
Usou da palavra para proferir parecer à medida provisória e às emendas a ela apresentadas, pela Comissão Mista do Congresso Nacional, o Sr. Deputado ZARATTINI (PT – SP), concluindo por projeto de lei de conversão.....	10363		
ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP. Pela ordem). Impossibilidade de início da discussão da matéria antes da distribuição do projeto de lei de conversão pelo Relator.....	10375		
PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Resposta ao Deputado Arnaldo Faria de Sá.....	10375		

Nascimento, para recuperação da Rodovia Transamazônica. ....	10382	WALTER PINHEIRO (PT – BA. Pela ordem). Anúncio da realização, pela Frente Parlamentar Evangélica, de Celebração e Louvor a Deus. ....	10389
SERAFIM VENZON (PSDB – SC. Pela ordem). Sugestões para desenvolvimento do ensino superior no País. ....	10382	LOBBE NETO (PSDB – SP. Pela ordem). Solidariedade do PSDB à reclamação dos Deputados expulsos do Partido dos Trabalhadores. ....	10389
POMPEO DE MATTOS (PDT – RS. Pela ordem). Realização da Marcha de Prefeitos Municipais a Brasília, Distrito Federal. Importância de apreciação do Projeto de Lei Complementar nº 191, de 2001, sobre estabelecimento de critérios para composição das Câmaras de Vereadores. ....	10383	Usaram da palavra para discussão da matéria os Srs. Deputados RICARDO BARROS (PP – PR), ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP). ....	10389
MEDEIROS (Bloco/PL – SP. Pela ordem). Apoio à greve de policiais federais. ....	10383	PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Informação ao Plenário acerca do descumprimento de acordo de Líderes sobre a discussão das medidas provisórias constantes na pauta. ....	10391
FERNANDO GABEIRA (Sem Partido, RJ. Pela ordem). Apresentação de requerimento de convocação do Ministro das Relações Exteriores para esclarecimento à Casa sobre o envio de tropas ao Haiti. ....	10384	Usaram da palavra para discussão da matéria os Srs. Deputados BABÁ (Sem Partido, PA), ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB – SP). ....	10391
WILSON SANTOS (PSDB – MT. Pela ordem). Apoio à greve de policiais federais. ....	10384	PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Indagação a Líder partidário sobre a manutenção de acordo para encerramento da discussão das matérias...	10392
PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Prorrogação da sessão por uma hora. ....	10384	ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP. Pela ordem). Discordância com o acordo para encerramento da discussão. ....	10392
Usou da palavra para discussão da matéria o Sr. Deputado ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP). ....	10384	Usaram da palavra para discussão da matéria os Srs. Deputados RODRIGO MAIA (PFL – RJ), GILMAR MACHADO (PT – MG). ....	10392
Usaram da palavra para discussão da matéria os Srs. Deputados TARCISIO ZIMMERMANN (PT – RS), LOBBE NETO (PSDB, SP), ALBERTO FRAGA (PTB – DF), CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO). ....	10385	PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Encerramento da sessão em face do esgotamento do prazo regimental. Adiamento da discussão da medida provisória. ....	10393
Usou da palavra pela ordem o Sr. Deputado RAUL JUNGSMANN (PPS – PE). ....	10387	<b>Apresentação de proposições:</b> LAURA CARNEIRO, GERALDO RESENDE, NAZARENO FONTELES, MILTON MONTI, PAULO ROCHA, CARLOS NADER, SILAS BRASILEIRO, JOÃO GRANDÃO, GONZAGA PATRIOTA, MARCELO ORTIZ, ENIVALDO RIBEIRO, NEUCIMAR FRAGA, LUIZ COUTO, LAURA CARNEIRO, LOBBE NETO, HENRIQUE AFONSO, ANTONIO CAMBRAIA, DR. EVILÁSIO, ZELINDA NOVAES, JOSÉ ROBERTO ARRUDA, POMPEO DE MATTOS, WALTER FELDMAN, ANTONIO CARLOS MENDES THAME. ....	10394
Usou da palavra para discussão da matéria o Sr. Deputado CARLOS WILLIAN (PSC – MG). ...	10387	<b>VII – Encerramento</b>	
FERNANDO GABEIRA (Sem Partido – RJ) – Reclamação contra a designação de Parlamentares sem filiação partidária para composição da Comissão de Participação Legislativa. ....	10388	DISCURSO PROFERIDO PELO SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA (PCdoB, BA) NO PERÍODO DESTINADO AO PEQUENO EXPEDIENTE DA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS Nº 013, REALIZADA EM 4 DE MARÇO DE 2004 – RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO: Realização, nas dependências da Casa, de seminário para debate do Projeto de Lei nº 145, de 2003, sobre a proibição do trabalho aos domingos no comércio varejista, salvo por acordo ou convenção coletiva. ....	10409
PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Recebimento da reclamação do Deputado Fernando Gabeira para oportuna apreciação pela Mesa Diretora. ....	10388		
BABÁ (Sem Partido, PA. Pela ordem). Ocorrência de discriminação contra Deputados sem partido na composição das Comissões da Casa. ....	10388		
PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Resposta ao Deputado Babá. ....	10389		
JOÃO FONTES (Sem Partido – SE. Pela ordem). Confiança em justa solução, pelo Presidente João Paulo Cunha, da reclamação do Deputado Babá. ....	10389		



<p>DISCURSO PROFERIDO PELO SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) NO PERÍODO DESTINADO ÀS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES DA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS Nº 013, REALIZADA EM 4 DE MARÇO DE 2004 – RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO: Suspensão do fornecimento de merenda escolar aos alunos do ensino fundamental da rede de ensino público do Estado da Bahia, em face de irregularidades praticadas pela Secretaria da Educação no gerenciamento dos recursos destinados a tal fim. ....</p>	10409	<p>SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS Nº 019, REALIZADA EM 12 DE MARÇO DE 2004 – RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO: Elevação dos índices de desemprego no País. Retração da indústria brasileira. Inexistência no âmbito do Governo Federal de ações destinadas à geração de novos postos de trabalho. Conveniência de revisão da medida provisória proibitiva do funcionamento de jogos de bingo no País, para garantia do emprego de trabalhadores do setor, especialmente no Estado do Pará. Apoio à legalização do jogo de bingo. ....</p>	10412
<b>COMISSÕES</b>			
<b>3 – ATAS DA COMISSÃO</b>			
<p>DISCURSO PROFERIDO PELO SR. DEPUTADO FEU ROSA (PP – ES – Pela ordem) NO PERÍODO DESTINADO À ORDEM DO DIA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS Nº 014, REALIZADA EM 9 DE MARÇO DE 2004 – RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO: Posse da Deputada Maninha na Presidência da Confederação Parlamentar das Américas, em Puebla, México. ....</p>	10410	<p>a) Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, * 27ª Reunião (Audiência Pública), em 12-8-03 e * 31ª Reunião (Audiência Pública), em 19-8-03. ....</p>	10413
<b>* Atas com notas taquigráficas</b>			
<b>4 – DESIGNAÇÃO</b>			
<p>DISCURSO PROFERIDO PELO SR. DEPUTADO FEU ROSA (PP – ES – Pela ordem) NO PERÍODO DESTINADO À ORDEM DO DIA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS Nº 015, REALIZADA EM 10 DE MARÇO DE 2004 – RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO: Participação de grupo de Parlamentares na 17ª Reunião do Comitê de Negociações Comerciais da Área de Livre Comércio das Américas, em Puebla, México. Avanços nas negociações de condições mais favoráveis ao Brasil e aos demais países latino-americanos na formação do bloco. ....</p>	10410	<p>a) Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, em 10-2-04. ....</p>	10424
<b>SEÇÃO II</b>			
<b>5 – ATOS DO PRESIDENTE</b>			
<p>DISCURSO PROFERIDO PELO SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA – Pela ordem) NO PERÍODO DESTINADO À ORDEM DO DIA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS Nº 018, REALIZADA EM 11 DE MARÇO DE 2004 – RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO: Contestação ao pronunciamento do Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto sobre suposta responsabilidade do Governo Luiz Inácio Lula da Silva pela paralisação das obras do Metrô de Salvador, Estado da Bahia. Irregularidades no repasse de recursos pela Prefeitura Municipal e pelo Governo do Estado para conclusão do projeto. ....</p>	10411	<p>a) <b>Dispensar:</b> Alexandre Trindade de Souza, Carla Simão Chaves, Joel Martins de Souza, Ricardo Modesto Vieira, Salustiano Mesquita Pinto, Daniel Wellington de Araújo, Wéder Oliveira. ....</p>	10424
<p>DISCURSO PROFERIDO PELO SR. DEPUTADO ZÉ LIMA (PP – PA) NO PERÍODO DESTINADO AO PEQUENO EXPEDIENTE DA</p>	10411	<p>b) <b>Designar por acesso:</b> Alexandre Trindade de Souza, Daniel Wellington de Araújo, Joel Martins de Souza, Ricardo Modesto Vieira. ....</p>	10425
<b>c) Alterar em parte:</b> Ana Miriam Nascimento Guerra Brandão. ....			
<b>d) Designar:</b> Andrea Almeida Motta E Silva, Áurea Ferreira de Sousa, Cláudia Regina de Azevedo Félix, João Henrique Stenzel, Lígia Cristina Pinheiro da Silva, Luciene Coelho de Araujo Muller, Maria de Fátima Miranda, Maria Nilza Bianchi, Marta Lira de Oliveira Veras, Natália Reis Doederlein e Luiz Cláudio de Moraes Pinheiro, Suely Soares Sinfrônio de Matos, Vanderlei Batista dos Santos, Valdeci Jorge da Silva, Valdeci Pereira da Silva e Benedito de Oliveira Barreiros, Welson Duarte Porto e Normando Fernandes. ....			
<b>6 – MESA</b>			
<b>7 – LÍDERES E VICE-LÍDERES</b>			
<b>8 – DEPUTADOS EM EXERCÍCIO</b>			
<b>9 – COMISSÕES</b>			

## Ata da 21ª Sessão, Extraordinária Matutina, em 16 de março de 2004

*Presidência dos Srs. Arlindo Chinaglia, Miro Teixeira e Luiz Sérgio;  
2º do artigo 18 do Regimento Interno*

### I – ABERTURA DA SESSÃO

( Às 10 Horas e 15 Minutos)

**O SR. PRESIDENTE** (Arlindo Chinaglia) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

### II – LEITURA DA ATA

**O SR. PRESIDENTE** (Arlindo Chinaglia) – Fica dispensada a leitura da Ata.

**O SR. PRESIDENTE** (Arlindo Chinaglia) – Passa-se à leitura do expediente.

**O SR. LUIZ SÉRGIO**, servindo como 1º Secretário, procede à leitura do seguinte

### III – EXPEDIENTE

Ofício nº 195-L-PFL/04

Brasília, 16 de março de 2004

Excelentíssimo Senhor  
Deputado João Paulo Cunha  
Presidente da Câmara dos Deputados  
Nesta

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado Robério Nunes para integrar, como membro titular, a Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 101-A, de 2003, do Senhor Benedito de Lira, que “dá nova redação ao § 4º do art. 57. da Constituição Federal” (autorizando a reeleição dos membros das Mesas Diretoras da Câmara dos Deputados e do Senado Federal), em substituição ao Deputado José Carlos Aleluia.

Atenciosamente, – Deputado **José Carlos Aleluia**, Líder do PFL.

**Publique-se.**

Em 16-3-2004. – **João Paulo Cunha**,  
Presidente.

Of. nº 230/04-BLP

Brasília, 15 de março de 2004

Exmº Sr.  
Deputado João Paulo Cunha  
DD. Presidente da Câmara dos Deputados  
Nesta

Senhor Presidente,  
Venho, por meio deste, solicitar a inclusão do Deputado João Mendes de Jesus (PL/RJ) na Vice-Liderança do Bloco PL/PSL.

Agradecendo desde já a atenção de V. Exª, reitero-lhe protestos de elevada estima e distinta consideração. – Deputado **Sandro Mabel**, Líder do Bloco PL/PSL.

Defiro. **Publique-se.** Ao Sr. Diretor-Geral.

Em 16-3-2004. – **João Paulo Cunha**,  
Presidente

OF/LID/Nº 097/2004

Brasília, 16 de março de 2004

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado João Paulo Cunha  
Presidente da Câmara dos Deputados  
Nesta

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência os Deputados Átila Lins – PPS/AM e João Herrmann Neto – PPS/SP para ocuparem as vagas de titular e suplente, respectivamente, na Comissão Especial destinada a proferir parecer a PEC 101-A, de 2003, do Senhor Benedito de Lira, que “dá nova redação ao § 4º do art. 57. da Constituição Federal” (autorizando a reeleição dos membros das Mesas Diretoras da Câmara dos Deputados e do Senado Federal).

Atenciosamente, – Deputado **Júlio Delgado**,  
Líder do PPS.

**Publique-se.**

Em 16-3-2004. – **João Paulo Cunha**,  
Presidente

Ofício nº 58/2004

Brasília, 17 de março de 2004

Senhor Presidente,  
A Sua Excelência o Senhor  
Deputado João Paulo Cunha  
DD. Presidente da Câmara dos Deputados

Indico a Vossa Excelência os Deputados Pompeo De Mattos e Alceu Collares para integrarem, na condição de Titular e Suplente, respectivamente, a Comissão Especial, destinada a proferir parecer a PEC 353-A, de 2001, do Senhor Augusto Nardes, que "dá nova redação ao inciso IV do art. 29. da Constituição Federal, que dispõe sobre a composição das Câmaras de Vereadores e dá outras providências".

Na oportunidade reitero a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – Deputado **Dr. Hélio**, Líder do PDT.

**Publique-se.**

Em 16-3-2004. – **João Paulo Cunha**,  
Presidente

Ofício nº 74/04

Brasília, 15 de março de 2004

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado João Paulo Cunha  
DD Presidente da Câmara dos Deputados  
Nesta

Senhor Presidente,

Em atenção ao Ofício SGM/P nº 431/04, indico a Vossa Excelência os nomes dos Deputados Sarney Filho e Jovino Cândido para integrarem, na condição de Titular e Suplente, respectivamente, a Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 101-A, de 2003, do Senhor Benedito de Lira, que "dá nova redação ao § 4º do art. 57. da Constituição Federal" (autorizando a reeleição dos membros das Mesas Diretoras da Câmara dos Deputados e do Senado Federal).

Atenciosamente, – Deputado **Sarney Filho**, Líder do PV.

**Publique-se.**

Em 16-3-2004. – **João Paulo Cunha**,  
Presidente.

**INDICAÇÃO Nº 1.851, DE 2004**  
(Do Sr. Murilo Zauith)

**Sugere ao Ministério da Defesa a descentralização da malha rodoviária federal.**

**Despacho:** Publique-Se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Defesa:

Alguns Estados da federação, ao longo da última década, empreenderam obras de melhorias ou de reparação nas estradas de rodagem federais. Essas obras foram realizadas de diversas formas, algumas sob o abrigo de convênios celebrados entre o Estado-membro e o Governo Federal, outras por iniciativa do próprio Governo Estadual.

Tal situação levou o Executivo Federal a propor, em 2002, a transferência do domínio de certas rodovias federais para os Estados. Juntamente com o domínio foi transferida uma quantia de até R\$ 130.000,00 por km de rodovia.

Para a consecução desses atos, o Executivo Federal editou a Medida Provisória nº 82, de 07 de dezembro de 2002 que, após deliberada no Congresso Nacional, teve o seu texto final integralmente vetado pelo Sr. Presidente da República, em 2003.

No que toca a esse tema específico, é necessário considerar que o Brasil é um país continental, e nem sempre é possível encontrar uma solução geral que atenda aos interesses de todos os entes federados.

É o caso da descentralização da malha rodoviária federal no que diz respeito à particularidade dos Estados que possuem parte do seu território abrangido pela faixa de fronteira.

Nesses Estados, algumas rodovias federais fazem ligação com outros países e podem facilitar a entrada de bens contrabandeados, de entorpecentes e o tráfico de armas.

Atualmente, fruto do esforço de reestruturação, a Polícia Rodoviária Federal vem combatendo esses tipos de ilícitos com bastante êxito em diversos Estados, como o Mato Grosso do Sul, por exemplo. Com o processo de transferência do domínio das rodovias federais para os Estados-membros, esse órgão federal de segurança pública perde a sua jurisdição sobre essas estradas, o que significará uma redução da fiscalização hoje existente.

Considerando que os órgãos de segurança pública estaduais não têm condições de assumir essa competência, haverá a conseqüente liberação de rotas de entrada para traficantes e contrabandistas.

É importante ressaltar que a estadualização das rodovias federais não foi analisada sob o ponto de vista da segurança pública e o seu impacto negativo para todo o território nacional.

Apesar das questões cotidianas de segurança pública não serem atribuição do Ministério da Defesa, este parlamentar considera que o aumento da vulnerabilidade na fiscalização do trânsito nas rodovias localizadas na faixa de fronteira pode ser fator de risco para outros temas ligados à defesa nacional, motivo pelo qual trago o assunto ao conhecimento de V. Ex<sup>a</sup>.

Em face do exposto, sugiro a V. Ex<sup>a</sup>. o acompanhamento desse tema junto aos Ministérios dos Transportes e da Justiça.

Sala das Sessões, 9 de março de 2004. – Deputado **Murilo Zauith**

#### **INDICAÇÃO Nº 1.852, DE 2004**

(Do Sr. Murilo Zauith)

**Sugere ao Ministério da Justiça a descentralização da malha rodoviária federal.**

**Despacho:** Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Justiça:

Alguns Estados da federação, ao longo da última década, empreenderam obras de melhorias ou de reparação nas estradas de rodagem federais. Essas obras foram realizadas de diversas formas, algumas sob o abrigo de convênios celebrados entre o Estado-membro e o Governo Federal, outras por iniciativa do próprio Governo Estadual.

Tal situação levou o Executivo Federal a propor, em 2002, a transferência do domínio de certas rodovias federais para os Estados. Juntamente com o domínio foi transferida uma quantia de até R\$ 130.000,00 por km de rodovia.

Para a consecução desses atos, o Executivo Federal editou a Medida Provisória nº 82, de 07 de dezembro de 2002 que, após deliberada no Congresso Nacional, teve o seu texto final integralmente vetado pelo Sr. Presidente da República, em 2003.

No que toca a esse tema específico, é necessário considerar que o Brasil é um país continental, e nem sempre é possível encontrar uma solução geral que atenda aos interesses de todos os entes federados.

É o caso da descentralização da malha rodoviária federal no que diz respeito à particularidade dos Estados que possuem parte do seu território abrangido pela faixa de fronteira.

Nesses Estados, algumas rodovias federais fazem ligação com outros países e podem facilitar a en-

trada de bens contrabandeados, de entorpecentes e o tráfico de armas.

Atualmente, fruto do esforço de reestruturação, a Polícia Rodoviária Federal vem combatendo esses tipos de ilícitos com bastante êxito em diversos Estados, como o Mato Grosso do Sul, por exemplo. Com o processo de transferência do domínio das rodovias federais para os Estados-membros, esse órgão federal de segurança pública perde a sua jurisdição sobre essas estradas, o que significará uma redução da fiscalização hoje existente.

Considerando que os órgãos de segurança pública estaduais não têm condições, no curto prazo, de assumir essa competência, haverá a conseqüente liberação de rotas de entrada para traficantes e contrabandistas.

É importante ressaltar que a estadualização das rodovias federais não foi analisada sob o ponto de vista da segurança pública e o seu impacto negativo para todo o território nacional.

Em face do exposto, sugiro a V. Ex<sup>a</sup>. :

1. que seja realizado um estudo do impacto da transferência de domínio das rodovias federais para os Estados abrangidos pela faixa de fronteira, sob o ponto de vista da segurança pública;

2. que o Ministério da Justiça estude a possibilidade de solicitar ao Ministério dos Transportes que considere as rodovias localizadas na faixa de fronteira como estratégicas, na forma do § 2º, do art. 1º da Medida Provisória 82, de 07 de dezembro de 2002;

3. que, uma vez concluído, esse estudo seja encaminhado para apreciação do Conselho de Defesa Nacional, por se tratar de ação governamental com significativo impacto na faixa de fronteira.

Sala das Sessões, de de 2004. – Deputado **Murilo Zauith**

#### **INDICAÇÃO Nº 1.853, DE 2004**

(Do Sr. Luis Carlos Heinze)

**Sugere ao Ministério das Cidades medidas destinadas a coibir o furto e roubo de tacógrafos.**

**Despacho:** Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro das Cidades:

Dirigimo-nos a esse Ministério no intuito de sugerir que sejam tomadas as providências assinaladas abaixo, voltadas para a redução do número de furtos e roubos de tacógrafos, eventos que têm

ocorrido com, cada vez, mais freqüência desde que o equipamento passou a ter que ser utilizado por quase todos os veículos de carga.

1. Que os fabricantes de tacógrafos sejam obrigados a inserir, nos equipamentos entregues às montadoras de veículos novos e a revendedores, números de série que possibilitem a identificação da procedência e propriedade dos tacógrafos, em material que impossibilite sua violação, adulteração ou falsificação (por exemplo, selo holográfico destrutível se removido);

2. Que, por ocasião da vistoria para fins de registro e licenciamento dos veículos que devam possuir tacógrafo, os órgãos executivos de trânsito façam constar no campo "observações" do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo a MARCA/MODELO e o NÚMERO DE SÉRIE, da forma seguinte: "VEÍCULO COM TACÓGRAFO – Nº DE SÉRIE 000000001 – VDO";

3. Que na aquisição do tacógrafo seja fornecida nota fiscal de compra e venda, onde deverá constar a MARCA/MODELO do equipamento, NOME DO COMPRADOR, Nº DA CARTEIRA DE IDENTIDADE DO COMPRADOR, PLACA DO VEÍCULO no qual será instalado o tacógrafo, NOME DO PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO e, finalmente, a DATA DE EMISSÃO da nota fiscal. A partir dessa data, sugerimos que o proprietário tenha 5 dias para comparecer com o veículo para vistoria e registro do equipamento junto ao órgão executivo de trânsito;

4. Que seja fixado prazo para que os fabricantes e revendedores de tacógrafos realizem as necessárias modificações para o atendimento das exigências aqui sugeridas;

5. Que seja estudado um calendário anual, com base nos dois últimos dígitos das placas dos veículos, para que seus proprietários cumpram as exigências aqui sugeridas;

6. Que seja estipulado prazo para que as montadoras executem e cumpram as exigências aqui sugeridas, relativas aos tacógrafos;

7. Que o Agente de Trânsito, constatando haver descumprimento das exigências aqui sugeridas, apreenda o equipamento e o encaminhe à autoridade competente.

Esperamos que, no já profícuo trabalho desenvolvido por V.Ex<sup>a</sup> e sua equipe, haja espaço para a discussão do tema que agora apresentamos.

Sala das Sessões, de de 2004. – Deputado **Luis Carlos Heinze**

## INDICAÇÃO Nº 1.854, DE 2004

(Do Sr. Colombo)

**Sugere ao Ministério da Fazenda o credenciamento das cooperativas de crédito na rede arrecadadora de tributos federais.**

**Despacho:** Publique-se. Encaminhe-se.

Exmo. Sr. Ministro da Fazenda

Um de nossos grandes problemas, recentemente reconhecido pelo Governo Federal, é a falta de acesso de parcela significativa da população brasileira aos serviços bancários. Para supri-la, o Conselho Monetário Nacional autorizou, anos atrás, o credenciamento dos chamados "correspondentes bancários".

Esta instituição permite que diversos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços, a exemplo das casas lotéricas, agências de correios e lojas de supermercado executem operações bancárias básicas.

Paradoxalmente, vem sendo sistematicamente negado, desde 1999, o pleito do Sistema Cooperativo do Brasil (SICOOB) no sentido da inclusão das cooperativas de crédito filiadas na rede arrecadadora de tributos federais.

Os argumentos utilizados nesta negativa carecem de consistência, em nosso entendimento. Se não, vejamos. O parecer nº 1008/99 da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional salienta que as cooperativas de crédito

*"... não devem ser havidas como estabelecimentos bancários..."*

Em resposta a nova consulta, a Procuradora Geral da Fazenda Nacional, através do Parecer PGFN nº 555, de 2003, assim concluiu

*"... a despeito de a Resolução nº 2.771, de 2000, do Conselho Monetário Nacional, apontar a possibilidade de que cooperativas de crédito, por meio de convênio, venham a prestar serviços em nome de instituições bancárias, tal, por si só não implica que possam ser consideradas estabelecimentos bancários..."*

Em nosso entendimento, os pareceres acima ignoram a legislação ordinária sobre a matéria. Se não vejamos.

A Lei nº 4.595, de 31/12/1964, que "dispõe sobre a Política e as Instituições monetárias, bancárias e creditícias..." equipara às instituições financeiras

*“as pessoas físicas que exerçam qualquer das atividades referidas neste artigo, de forma permanente ou eventual. (Parágrafo único do artigo 17).*

Por sua vez, a Lei nº 7.492, de 16/06/1986, que “define os crimes contra o sistema financeiro nacional” dispõe em seu art. 1º:

*“considera-se instituição financeira, para efeito desta Lei, a pessoa jurídica de direito público ou privado, que tenha como atividades principal ou acessória, cumulativamente ou não, a captação, intermediação ou aplicação de recursos financeiros de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira”*

Finalmente, a Lei Complementar nº 105, de 10/01/2001, que “dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras e dá outras providências” dispõe no art. 1º, § 1º:

*“§1º são consideradas instituições financeiras, para os efeitos desta Lei Complementar:*

*IX – cooperativas de crédito”*

Pelo acima exposto, sugerimos a V. Exa. a revisão das mencionadas decisões anteriores, possibilitando que o sistema cooperativista, ao integrar a rede arrecadadora de tributos federais, amplie sua larga folha de relevantes serviços prestados à sociedade brasileira.

Sala das Sessões, em 09 de março de 2004. – Deputado **Colombo**

**INDICAÇÃO Nº 1.855, DE 2004**  
(Da Sra. Vanessa Grazziotin e do Sr. Hamilton Casara)

**Sugere ao Ministério do Meio Ambiente que o IBAMA realize um estudo técnico com o objetivo de rever a situação das famílias de agricultores que estão sendo ameaçadas de serem retiradas da Comunidade do Pau Rosa, em virtude de possível convênio entre o IBAMA e a Universidade Luterana do Brasil – ULBRA.**

**Despacho:** Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssima Senhora Ministra do Meio Ambiente:

A deputada Vanessa Grazziotin se dirige a V. Exa. para apresentar a seguinte indicação:

Há mais de doze anos cerca de 150 cinquenta famílias de agricultores vivem na “Comunidade do Pau Rosa”, na cidade de Manaus, estado do Amazonas.

Mesmo sendo a área considerada uma Unidade de Preservação Ambiental, as famílias nunca tiveram problemas com o IBAMA. Durante todos esses anos elas procederam ao plantio de pequenas roças, inclusive plantas frutíferas da região como o açaí e o cupuçu. E só recentemente foram notificadas para desculparem o local.

Os agricultores foram informados que o IBAMA entrou com uma ação de reintegração de posse e serem remanejados para outros Projetos de Assentamentos – aqueles que estiverem dentro dos critérios do Incra, muito embora, tendo poucos lotes disponíveis. E que os investimentos, como plantações e construções rurais, feitos no local não serão indenizados.

Os agricultores também foram informados que a ação de reintegração de posse se deve ao fato de um convênio celebrado entre o IBAMA e a Universidade Luterana do Brasil – ULBRA, a fim de ser instalado um Projeto naquela área.

Sendo a situação dessas famílias bastante delicada, é que venho sugerir à Vossa Excelência, por meio do IBAMA, realizar um estudo técnico com o objetivo de rever a situação das famílias de agricultores, que estão sendo ameaçadas de serem retiradas do local, bem como de possível convênio, para a instalação de um projeto na área, entre a Universidade Luterana do Brasil – ULBRA e IBAMA.

Sala das Sessões, em 04 de março de 2003. – Deputada **Vanessa Grazziotin**, PCdoB/AM, Deputado **Hamilton Casara**, PSDB/RO.

**INDICAÇÃO Nº 1.856, DE 2004**  
(Do Sr. Carlos Nader)

**Sugere a inclusão na merenda escolar da Rede de Ensino Pública do Município de Paraty – RJ, no Ensino Infantil e Fundamental do Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a prevenção e combate à desnutrição.**

**Despacho:** Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação:

Considerando os altos índices de desnutrição em crianças de baixa renda, que muitas vezes vão à Escola com a única finalidade de usufruir da merenda escolar, oferecida pela Rede Pública de Ensino;

Considerando que Organismos não governamentais tem utilizado desta MULTIMISTURA, com sucesso na complementação da alimentação de famílias de baixa renda, reduzindo a incidência de desnutrição:

Sugerimos que seja incluído na merenda escolar da Rede Pública de Ensino do Município de Paraty -RJ, no Ensino Infantil e Fundamental do Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a prevenção e combate à desnutrição.

Sala das Sessões, 10 de março de 2004. – Deputado **Carlos Nader**.

**INDICAÇÃO Nº 1.857, DE 2004**  
(Do Sr. Carlos Nader)

**Sugere a inclusão na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda do Município de Angra dos Reis – RJ, do Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação de crianças e adultos, buscando prevenir e combater a desnutrição.**

**Despacho:** Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate a Fome:

Considerando os altos índices de desnutrição em crianças e adultos de baixa renda, que participam de Programas Governamentais, recebendo Cesta Básica e que na grande maioria é insuficiente para a provisão de toda família:

Sugerimos que seja incluído na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda, o Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação, buscando prevenir e combater a desnutrição.

Sala das Sessões, em 10 de março de 2004. – Deputado **Carlos Nader**.

**INDICAÇÃO Nº 1.858, DE 2004**  
(Do Sr. Carlos Nader)

**Sugere a inclusão na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda do Município de Aperibé – RJ, do Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação de crianças e adultos, buscando prevenir e combater a desnutrição.**

**Despacho:** Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate a Fome:

Considerando os altos índices de desnutrição em crianças e adultos de baixa renda, que participam de Programas Governamentais, recebendo Cesta Básica e que na grande maioria é insuficiente para a provisão de toda família:

Sugerimos que seja incluído na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda, o Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação, buscando prevenir e combater a desnutrição.

Sala das Sessões, 10 de março de 2004. – Deputado **Carlos Nader**.

**INDICAÇÃO Nº 1.859, DE 2004**  
(Do Sr. Carlos Nader)

**Sugere a inclusão na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda do Município de Araruama – RJ, do Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação de crianças e adultos, buscando prevenir e combater a desnutrição.**

**Despacho:** Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate a Fome:

Considerando os altos índices de desnutrição em crianças e adultos de baixa renda, que participam de Programas Governamentais, recebendo Cesta Básica e que na grande maioria é insuficiente para a provisão de toda família:

Sugerimos que seja incluído na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda, o Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação, buscando prevenir e combater a desnutrição.

Sala das Sessões, 10 de março de 2004. – Deputado **Carlos Nader**.

**INDICAÇÃO Nº 1.860, DE 2004**

(Do Sr. Carlos Nader)

**Sugere a inclusão na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda do Município de Areal – RJ, do Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação de crianças e adultos, buscando prevenir e combater a desnutrição.**

**Despacho:** Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate a Fome:

Considerando os altos índices de desnutrição em crianças e adultos de baixa renda, que participam de Programas Governamentais, recebendo Cesta Básica e que na grande maioria é insuficiente para a provisão de toda família:

Sugerimos que seja incluído na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda, o Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação, buscando prevenir e combater a desnutrição.

Sala das Sessões, 10 de março de 2004. – Deputado **Carlos Nader**.

**INDICAÇÃO Nº 1.861, DE 2004**

(Do Sr. Carlos Nader)

**Sugere a inclusão na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda do Município de Arraial do Cabo – RJ, do Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação de crianças e adultos, buscando prevenir e combater a desnutrição.**

**Despacho:** Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate a Fome:

Considerando os altos índices de desnutrição em crianças e adultos de baixa renda, que participam de Programas Governamentais, recebendo Cesta Básica e que na grande maioria é insuficiente para a provisão de toda família:

Sugerimos que seja incluído na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda, o Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação, buscando prevenir e combater a desnutrição.

Sala das Sessões, 10 de março de 2004. Deputado **Carlos Nader**.

**INDICAÇÃO Nº 1.862, DE 2004**

(Do Sr. Carlos Nader)

**Sugere a inclusão na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda do Município de Armação de Búzios – RJ, do Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação de crianças e adultos, buscando prevenir e combater a desnutrição.**

**Despacho:** Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate a Fome:

Considerando os altos índices de desnutrição em crianças e adultos de baixa renda, que participam de Programas Governamentais, recebendo Cesta Básica e que na grande maioria é insuficiente para a provisão de toda família:

Sugerimos que seja incluído na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda, o Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação, buscando prevenir e combater a desnutrição.

Sala das Sessões, em 10 de março de 2004. – Deputado **Carlos Nader**.

**INDICAÇÃO Nº 1.863, DE 2004**

(Do Sr. Carlos Nader)

**Sugere a inclusão na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda do Município de Barra do Piraí – RJ, do Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação de crianças e adultos, buscando prevenir e combater a desnutrição.**

**Despacho:** Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate a Fome:

Considerando os altos índices de desnutrição em crianças e adultos de baixa renda, que participam de Programas Governamentais, recebendo Cesta Básica e que na grande maioria é insuficiente para a provisão de toda família:

Sugerimos que seja incluído na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda, o Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação, buscando prevenir e combater a desnutrição.

Sala das Sessões, 10 de março de 2004. – Deputado **Carlos Nader**.



**INDICAÇÃO Nº 1.864, DE 2004**

(Do Sr. Carlos Nader)

**Sugere a inclusão na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda do Município de Barra Mansa – RJ, do Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação de crianças e adultos, buscando prevenir e combater a desnutrição.**

**Despacho:** Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate a Fome:

Considerando os altos índices de desnutrição em crianças e adultos de baixa renda, que participam de Programas Governamentais, recebendo Cesta Básica e que na grande maioria é insuficiente para a provisão de toda família:

Sugerimos que seja incluído na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda, o Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação, buscando prevenir e combater a desnutrição.

Sala das Sessões, em 10 de março de 2004. – Deputado **Carlos Nader**.

**INDICAÇÃO Nº 1.865, DE 2004**

(Do Sr. Carlos Nader)

**Sugere a inclusão na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda do Município de Belford Roxo – RJ, do Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação de crianças e adultos, buscando prevenir e combater a desnutrição.**

**Despacho:** Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate a Fome:

Considerando os altos índices de desnutrição em crianças e adultos de baixa renda, que participam de Programas Governamentais, recebendo Cesta Básica e que na grande maioria é insuficiente para a provisão de toda família:

Sugerimos que seja incluído na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda, o Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação, buscando prevenir e combater a desnutrição.

Sala das Sessões, 10 de março de 2004. – Deputado **Carlos Nader**.

**INDICAÇÃO Nº 1.866, DE 2004**

(Do Sr. Carlos Nader)

**Sugere a inclusão na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda do Município de Bom Jardim – RJ, do Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação de crianças e adultos, buscando prevenir e combater a desnutrição.**

**Despacho:** Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate a Fome:

Considerando os altos índices de desnutrição em crianças e adultos de baixa renda, que participam de Programas Governamentais, recebendo Cesta Básica e que na grande maioria é insuficiente para a provisão de toda família:

Sugerimos que seja incluído na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda, o Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação, buscando prevenir e combater a desnutrição.

Sala das Sessões, em 10 de março de 2004. – Deputado **Carlos Nader**.

**INDICAÇÃO Nº 1.867, DE 2004**

(Do Sr. Carlos Nader)

**Sugere a inclusão na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda do Município de Bom Jesus de Itabapoana – RJ, do Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação de crianças e adultos, buscando prevenir e combater a desnutrição.**

**Despacho:** Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate a Fome:

Considerando os altos índices de desnutrição em crianças e adultos de baixa renda, que participam de Programas Governamentais, recebendo Cesta Básica e que na grande maioria é insuficiente para a provisão de toda família:

Sugerimos que seja incluído na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda, o Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação, buscando prevenir e combater a desnutrição.

Sala das Sessões, 10 de março de 2004. – Deputado **Carlos Nader**.

**INDICAÇÃO Nº 1.868, DE 2004**

(Do Sr. Carlos Nader)

**Sugere a inclusão na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda do Município de Cabo Frio – RJ, do Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação de crianças e adultos, buscando prevenir e combater a desnutrição.**

**Despacho:** Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate a Fome:

Considerando os altos índices de desnutrição em crianças e adultos de baixa renda, que participam de Programas Governamentais, recebendo Cesta Básica e que na grande maioria é insuficiente para a provisão de toda família:

Sugerimos que seja incluído na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda, o Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação, buscando prevenir e combater a desnutrição.

Sala das Sessões, em 10 de março de 2004. – Deputado **Carlos Nader**.

**INDICAÇÃO Nº 1.869, DE 2004**

(Do Sr. Carlos Nader)

**Sugere a inclusão na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda do Município de Cachoeiras de Macacu – RJ, do Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação de crianças e adultos, buscando prevenir e combater a desnutrição.**

**Despacho:** Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate a Fome:

Considerando os altos índices de desnutrição em crianças e adultos de baixa renda, que participam de Programas Governamentais, recebendo Cesta Básica e que na grande maioria é insuficiente para a provisão de toda família:

Sugerimos que seja incluído na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda, o Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação, buscando prevenir e combater a desnutrição.

Sala das Sessões, 10 de março de 2004. – Deputado **Carlos Nader**.

**INDICAÇÃO Nº 1.870, DE 2004**

(Do Sr. Carlos Nader)

**Sugere a inclusão na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda do Município de Cambuci – RJ, do Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação de crianças e adultos, buscando prevenir e combater a desnutrição.**

**Despacho:** Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate a Fome:

Considerando os altos índices de desnutrição em crianças e adultos de baixa renda, que participam de Programas Governamentais, recebendo Cesta Básica e que na grande maioria é insuficiente para a provisão de toda família:

Sugerimos que seja incluído na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda, o Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação, buscando prevenir e combater a desnutrição.

Sala das Sessões, em 10 de março de 2004. – Deputado **Carlos Nader**.

**INDICAÇÃO Nº 1.871, DE 2004**

(Do Sr. Carlos Nader)

**Sugere a inclusão na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda do Município de Campos de Goytacazes – RJ, do Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação de crianças e adultos, buscando prevenir e combater a desnutrição.**

**Despacho:** Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate a Fome:

Considerando os altos índices de desnutrição em crianças e adultos de baixa renda, que participam de Programas Governamentais, recebendo Cesta Básica e que na grande maioria é insuficiente para a provisão de toda família:

Sugerimos que seja incluído na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda, o Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação, buscando prevenir e combater a desnutrição.

Sala das Sessões, 10 de março de 2004. – Deputado **Carlos Nader**.

**INDICAÇÃO Nº 1.872, DE 2004**  
(Do Sr. Carlos Nader)

**Sugere a inclusão na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda do Município de Cantagalo – RJ, do Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação de crianças e adultos, buscando prevenir e combater a desnutrição.**

**Despacho:** Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate a Fome:

Considerando os altos índices de desnutrição em crianças e adultos de baixa renda, que participam de Programas Governamentais, recebendo Cesta Básica e que na grande maioria é insuficiente para a provisão de toda família:

Sugerimos que seja incluído na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda, o Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação, buscando prevenir e combater a desnutrição.

Sala das Sessões, 10 de março de 2004. – Deputado **Carlos Nader**.

**INDICAÇÃO Nº 1.873, DE 2004**  
(Do Sr. Carlos Nader)

**Sugere a inclusão na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda do Município de Carapebús – RJ, do Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação de crianças e adultos, buscando prevenir e combater a desnutrição.**

**Despacho:** Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate a Fome:

Considerando os altos índices de desnutrição em crianças e adultos de baixa renda, que participam de Programas Governamentais, recebendo Cesta Básica e que na grande maioria é insuficiente para a provisão de toda família:

Sugerimos que seja incluído na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda, o Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação, buscando prevenir e combater a desnutrição.

Sala das Sessões 10 de março de 2004. – Deputado **Carlos Nader**

**INDICAÇÃO Nº 1.874, DE 2004**  
(Do Sr. Carlos Nader)

**Sugere a inclusão na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda do Município de Cardoso Moreira – RJ, do Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação de crianças e adultos, buscando prevenir e combater a desnutrição.**

**Despacho:** Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate a Fome:

Considerando os altos índices de desnutrição em crianças e adultos de baixa renda, que participam de Programas Governamentais, recebendo Cesta Básica e que na grande maioria é insuficiente para a provisão de toda família:

Sugerimos que seja incluído na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda, o Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação, buscando prevenir e combater a desnutrição.

Sala das Sessões, 10 de março de 2004. – Deputado **Carlos Nader**.

**INDICAÇÃO Nº 1.875, DE 2004**  
(Do Sr. Carlos Nader)

**Sugere a inclusão na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda do Município de Carmo – RJ, do Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação de crianças e adultos, buscando prevenir e combater a desnutrição.**

**Despacho:** Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate a Fome:

Considerando os altos índices de desnutrição em crianças e adultos de baixa renda, que participam de Programas Governamentais, recebendo Cesta Básica e que na grande maioria é insuficiente para a provisão de toda família:

Sugerimos que seja incluído na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda, o Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação, buscando prevenir e combater a desnutrição.

Sala das Sessões, 10 de março de 2004. – Deputado **Carlos Nader**.

**INDICAÇÃO Nº 1.876, DE 2004**  
(Do Sr. Carlos Nader)

**Sugere a inclusão na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda do Município de Casimiro de Abreu – RJ, do Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação de crianças e adultos, buscando prevenir e combater a desnutrição.**

**Despacho:** Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate a Fome:

Considerando os altos índices de desnutrição em crianças e adultos de baixa renda, que participam de Programas Governamentais, recebendo Cesta Básica e que na grande maioria é insuficiente para a provisão de toda família:

Sugerimos que seja incluído na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda, o Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação, buscando prevenir e combater a desnutrição.

Sala das Sessões, em 10 de março de 2004. – Deputado **Carlos Nader**.

**INDICAÇÃO Nº 1.877, DE 2004**  
(Do Sr. Carlos Nader)

**Sugere a inclusão na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda do Município de Comendador Levy Gasparian – RJ, do Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação de crianças e adultos, buscando prevenir e combater a desnutrição.**

**Despacho:** Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate a Fome:

Considerando os altos índices de desnutrição em crianças e adultos de baixa renda, que participam de Programas Governamentais, recebendo Cesta Básica e que na grande maioria é insuficiente para a provisão de toda família:

Sugerimos que seja incluído na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda, o Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação, buscando prevenir e combater a desnutrição.

Sala das Sessões, 10 de março de 2004.

**INDICAÇÃO Nº 1.878, DE 2004**  
(Do Sr. Carlos Nader)

**Sugere a inclusão na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda do Município de Conceição de Macabu – RJ, do Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação de crianças e adultos, buscando prevenir e combater a desnutrição.**

**Despacho:** Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate a Fome:

Considerando os altos índices de desnutrição em crianças e adultos de baixa renda, que participam de Programas Governamentais, recebendo Cesta Básica e que na grande maioria é insuficiente para a provisão de toda família:

Sugerimos que seja incluído na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda, o Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação, buscando prevenir e combater a desnutrição.

Sala das Sessões, em 10 de março de 2004. – Deputado **Carlos Nader**

**INDICAÇÃO Nº 1.879, DE 2004**  
(Do Sr. Carlos Nader)

**Sugere a inclusão na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda do Município de Cordeiro – RJ, do Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação de crianças e adultos, buscando prevenir e combater a desnutrição.**

**Despacho:** Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate a Fome:

Considerando os altos índices de desnutrição em crianças e adultos de baixa renda, que participam de Programas Governamentais, recebendo Cesta Básica e que na grande maioria é insuficiente para a provisão de toda família:

Sugerimos que seja incluído na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda, o Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação, buscando prevenir e combater a desnutrição.

Sala das Sessões, 10 de março de 2004. – Deputado **Carlos Nader**.

**INDICAÇÃO Nº 1.880, DE 2004**  
(Do Sr. Carlos Nader)

**Sugere a inclusão na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda do Município de Duas Barras – RJ, do Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação de crianças e adultos, buscando prevenir e combater a desnutrição.**

**Despacho:** Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate a Fome:

Considerando os altos índices de desnutrição em crianças e adultos de baixa renda, que participam de Programas Governamentais, recebendo Cesta Básica e que na grande maioria é insuficiente para a provisão de toda família:

Sugerimos que seja incluído na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda, o Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação, buscando prevenir e combater a desnutrição.

Sala das Sessões, 10 de março de 2004. – Deputado **Carlos Nader**

**INDICAÇÃO Nº 1.881, DE 2004**  
(Do Sr. Carlos Nader)

**Sugere a inclusão na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda do Município de Duque de Caxias – RJ, do Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação de crianças e adultos, buscando prevenir e combater a desnutrição.**

**Despacho:** Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate a Fome:

Considerando os altos índices de desnutrição em crianças e adultos de baixa renda, que participam de Programas Governamentais, recebendo Cesta Básica e que na grande maioria é insuficiente para a provisão de toda família:

Sugerimos que seja incluído na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda, o Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação, buscando prevenir e combater a desnutrição.

Sala das Sessões, 10 de março de 2004. – Deputado **Carlos Nader**.

**INDICAÇÃO Nº 1.882, DE 2004**  
(Do Sr. Carlos Nader)

**Sugere a inclusão na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda do Município de Engenheiro Paulo de Frontim – RJ, do Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação de crianças e adultos, buscando prevenir e combater a desnutrição.**

**Despacho:** Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate a Fome:

Considerando os altos índices de desnutrição em crianças e adultos de baixa renda, que participam de Programas Governamentais, recebendo Cesta Básica e que na grande maioria é insuficiente para a provisão de toda família:

Sugerimos que seja incluído na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda, o Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação, buscando prevenir e combater a desnutrição.

Sala das Sessões, 10 de março de 2004. – Deputado **Carlos Nader**.

**INDICAÇÃO Nº 1.883, DE 2004**  
(Do Sr. Carlos Nader)

**Sugere a inclusão na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda do Município de Guapimirim – RJ, do Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação de crianças e adultos, buscando prevenir e combater a desnutrição.**

**Despacho:** Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate a Fome:

Considerando os altos índices de desnutrição em crianças e adultos de baixa renda, que participam de Programas Governamentais, recebendo Cesta Básica e que na grande maioria é insuficiente para a provisão de toda família:

Sugerimos que seja incluído na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda, o Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação, buscando prevenir e combater a desnutrição.

Sala das Sessões, 10 de março de 2004. – Deputado **Carlos Nader**.

**INDICAÇÃO Nº 1.884, DE 2004**

(Do Sr. Carlos Nader)

**Sugere a inclusão na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda do Município de Iguaba Grande – RJ, do Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação de crianças e adultos, buscando prevenir e combater a desnutrição.**

**Despacho:** Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate a Fome:

Considerando os altos índices de desnutrição em crianças e adultos de baixa renda, que participam de Programas Governamentais, recebendo Cesta Básica e que na grande maioria é insuficiente para a provisão de toda família:

Sugerimos que seja incluído na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda, o Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação, buscando prevenir e combater a desnutrição.

Sala das Sessões, 10 de março de 2004. – Deputado **Carlos Nader**.

**INDICAÇÃO Nº 1.885, DE 2004**

(Do Sr. Carlos Nader)

**Sugere a inclusão na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda do Município de Itaboraí – RJ, do Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação de crianças e adultos, buscando prevenir e combater a desnutrição.**

**Despacho:** Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate a Fome:

Considerando os altos índices de desnutrição em crianças e adultos de baixa renda, que participam de Programas Governamentais, recebendo Cesta Básica e que na grande maioria é insuficiente para a provisão de toda família:

Sugerimos que seja incluído na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda, o Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação, buscando prevenir e combater a desnutrição.

Sala das Sessões, 10 de março de 2004. – Deputado **Carlos Nader**.

**INDICAÇÃO Nº 1.886, DE 2004**

(Do Sr. Carlos Nader)

**Sugere a inclusão na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda do Município de Itaguaí – RJ, do Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação de crianças e adultos, buscando prevenir e combater a desnutrição.**

**Despacho:** Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate a Fome:

Considerando os altos índices de desnutrição em crianças e adultos de baixa renda, que participam de Programas Governamentais, recebendo Cesta Básica e que na grande maioria é insuficiente para a provisão de toda família:

Sugerimos que seja incluído na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda, o Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação, buscando prevenir e combater a desnutrição.

Sala das Sessões, 10 de março de 2004. – Deputado **Carlos Nader**.

**INDICAÇÃO Nº 1.887, DE 2004**

(Do Sr. Carlos Nader)

**Sugere a inclusão na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda do Município de Italva – RJ, do Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação de crianças e adultos, buscando prevenir e combater a desnutrição.**

**Despacho:** Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate a Fome:

Considerando os altos índices de desnutrição em crianças e adultos de baixa renda, que participam de Programas Governamentais, recebendo Cesta Básica e que na grande maioria é insuficiente para a provisão de toda família:

Sugerimos que seja incluído na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda, o Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação, buscando prevenir e combater a desnutrição.

Sala das Sessões, 10 de março de 2004. – Deputado **Carlos Nader**.

**INDICAÇÃO Nº 1.888, DE 2004**  
(Do Sr. Carlos Nader)

**Sugere a inclusão na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda do Município de Itaocara – RJ, do Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação de crianças e adultos, buscando prevenir e combater a desnutrição.**

**Despacho:** Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate a Fome:

Considerando os altos índices de desnutrição em crianças e adultos de baixa renda, que participam de Programas Governamentais, recebendo Cesta Básica e que na grande maioria é insuficiente para a provisão de toda família:

Sugerimos que seja incluído na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda, o Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação, buscando prevenir e combater a desnutrição.

Sala das Sessões, 10 de março de 2004. – Deputado **Carlos Nader**.

**INDICAÇÃO N.º 1.889, DE 2004**  
(Do Sr. Carlos Nader)

**Sugere a inclusão na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda do Município de Itaperuna – RJ, do Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação de crianças e adultos, buscando prevenir e combater a desnutrição.**

**Despacho:** Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate a Fome:

Considerando os altos índices de desnutrição em crianças e adultos de baixa renda, que participam de Programas Governamentais, recebendo Cesta Básica e que na grande maioria é insuficiente para a provisão de toda família:

Sugerimos que seja incluído na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda, o Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação, buscando prevenir e combater a desnutrição.

Sala das Sessões, 10 de março de 2004. – Deputado **Carlos Nader**.

**INDICAÇÃO Nº 1.890, DE 2004**  
(Do Sr. Carlos Nader)

**Sugere a inclusão na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda do Município de Itatiaia – RJ, do Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação de crianças e adultos, buscando prevenir e combater a desnutrição.**

**Despacho:** Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate a Fome:

Considerando os altos índices de desnutrição em crianças e adultos de baixa renda, que participam de Programas Governamentais, recebendo Cesta Básica e que na grande maioria é insuficiente para a provisão de toda família:

Sugerimos que seja incluído na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda, o Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação, buscando prevenir e combater a desnutrição.

Sala das Sessões, 10 de março de 2004. – Deputado **Carlos Nader**.

**INDICAÇÃO N.º 1.891, DE 2004**  
(Do Sr. Carlos Nader)

**Sugere a inclusão na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda do Município de Japeri – RJ, do Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação de crianças e adultos, buscando prevenir e combater a desnutrição.**

**Despacho:** Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate a Fome:

Considerando os altos índices de desnutrição em crianças e adultos de baixa renda, que participam de Programas Governamentais, recebendo Cesta Básica e que na grande maioria é insuficiente para a provisão de toda família:

Sugerimos que seja incluído na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda, o Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação, buscando prevenir e combater a desnutrição.

Sala das Sessões, 10 de março de 2004. – Deputado **Carlos Nader**.

**INDICAÇÃO Nº 1.892, DE 2004**

(Do Sr. Carlos Nader)

**Sugere a inclusão na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda do Município de Laje do Muriaé – RJ, do Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação de crianças e adultos, buscando prevenir e combater a desnutrição.**

**Despacho:** Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate a Fome:

Considerando os altos índices de desnutrição em crianças e adultos de baixa renda, que participam de Programas Governamentais, recebendo Cesta Básica e que na grande maioria é insuficiente para a provisão de toda família:

Sugerimos que seja incluído na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda, o Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação, buscando prevenir e combater a desnutrição.

Sala das Sessões, 10 de março de 2004. – Deputado **Carlos Nader**.

**INDICAÇÃO Nº 1.893, DE 2004**

(Do Sr. Carlos Nader)

**Sugere a inclusão na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda do Município de Macaé – RJ, do Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação de crianças e adultos, buscando prevenir e combater a desnutrição.**

**Despacho:** Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate a Fome:

Considerando os altos índices de desnutrição em crianças e adultos de baixa renda, que participam de Programas Governamentais, recebendo Cesta Básica e que na grande maioria é insuficiente para a provisão de toda família:

Sugerimos que seja incluído na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda, o Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação, buscando prevenir e combater a desnutrição.

Sala das Sessões, 10 de março de 2004. – Deputado **Carlos Nader**.

**INDICAÇÃO Nº 1.894, DE 2004**

(Do Sr. Carlos Nader)

**Sugere a inclusão na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda do Município de Macuco – RJ, do Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação de crianças e adultos, buscando prevenir e combater a desnutrição.**

**Despacho:** Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate a Fome:

Considerando os altos índices de desnutrição em crianças e adultos de baixa renda, que participam de Programas Governamentais, recebendo Cesta Básica e que na grande maioria é insuficiente para a provisão de toda família:

Sugerimos que seja incluído na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda, o Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação, buscando prevenir e combater a desnutrição.

Sala das Sessões, 10 de março de 2004. – Deputado **Carlos Nader**.

**INDICAÇÃO Nº 1.895, DE 2004**

(Do Sr. Carlos Nader)

**Sugere a inclusão na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda do Município de Magé – RJ, do Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação de crianças e adultos, buscando prevenir e combater a desnutrição.**

**Despacho:** Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate a Fome:

Considerando os altos índices de desnutrição em crianças e adultos de baixa renda, que participam de Programas Governamentais, recebendo Cesta Básica e que na grande maioria é insuficiente para a provisão de toda família:

Sugerimos que seja incluído na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda, o Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação, buscando prevenir e combater a desnutrição.

Sala das Sessões, 10 de março de 2004. – Deputado **Carlos Nader**.



**INDICAÇÃO Nº 1.896, DE 2004**

(Do Sr. Carlos Nader)

**Sugere a inclusão na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda do Município de Mangaratiba – RJ, do Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação de crianças e adultos, buscando prevenir e combater a desnutrição.**

**Despacho:** Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate a Fome:

Considerando os altos índices de desnutrição em crianças e adultos de baixa renda, que participam de Programas Governamentais, recebendo Cesta Básica e que na grande maioria é insuficiente para a provisão de toda família:

Sugerimos que seja incluído na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda, o Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação, buscando prevenir e combater a desnutrição.

Sala das Sessões, 10 de março de 2004. – Deputado **Carlos Nader**.

**INDICAÇÃO Nº 1.897, DE 2004**

(Do Sr. Carlos Nader)

**Sugere a inclusão na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda do Município de Maricá – RJ, do Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação de crianças e adultos, buscando prevenir e combater a desnutrição.**

**Despacho:** Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate a Fome:

Considerando os altos índices de desnutrição em crianças e adultos de baixa renda, que participam de Programas Governamentais, recebendo Cesta Básica e que na grande maioria é insuficiente para a provisão de toda família:

Sugerimos que seja incluído na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda, o Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação, buscando prevenir e combater a desnutrição.

Sala das Sessões, 10 de março de 2004. – Deputado **Carlos Nader**.

**INDICAÇÃO Nº 1.898, DE 2004**

(Do Sr. Carlos Nader)

**Sugere a inclusão na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda do Município de Mendes – RJ, do Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação de crianças e adultos, buscando prevenir e combater a desnutrição.**

**Despacho:** Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate a Fome:

Considerando os altos índices de desnutrição em crianças e adultos de baixa renda, que participam de Programas Governamentais, recebendo Cesta Básica e que na grande maioria é insuficiente para a provisão de toda família:

Sugerimos que seja incluído na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda, o Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação, buscando prevenir e combater a desnutrição.

Sala das Sessões, 10 de março de 2004. – Deputado **Carlos Nader**.

**INDICAÇÃO Nº 1.899, DE 2004**

(Do Sr. Carlos Nader)

**Sugere a inclusão na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda do Município de Mesquita – RJ, do Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação de crianças e adultos, buscando prevenir e combater a desnutrição.**

**Despacho:** Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate a Fome:

Considerando os altos índices de desnutrição em crianças e adultos de baixa renda, que participam de Programas Governamentais, recebendo Cesta Básica e que na grande maioria é insuficiente para a provisão de toda família:

Sugerimos que seja incluído na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda, o Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação, buscando prevenir e combater a desnutrição.

Sala das Sessões, 10 de março de 2004. – Deputado **Carlos Nader**.

**INDICAÇÃO Nº 1.900, DE 2004**

(Do Sr. Carlos Nader)

**Sugere a inclusão na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda do Município de Miguel Pereira – RJ, do Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação de crianças e adultos, buscando prevenir e combater a desnutrição.**

**Despacho:** Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate a Fome:

Considerando os altos índices de desnutrição em crianças e adultos de baixa renda, que participam de Programas Governamentais, recebendo Cesta Básica e que na grande maioria é insuficiente para a provisão de toda família:

Sugerimos que seja incluído na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda, o Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação, buscando prevenir e combater a desnutrição.

Sala das Sessões, 10 de março de 2004. – Deputado **Carlos Nader**.

**INDICAÇÃO Nº 1.901, DE 2004**

(Do Sr. Carlos Nader)

**Sugere a inclusão na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda do Município de Miracema – RJ, do Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação de crianças e adultos, buscando prevenir e combater a desnutrição.**

**Despacho:** Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate a Fome:

Considerando os altos índices de desnutrição em crianças e adultos de baixa renda, que participam de Programas Governamentais, recebendo Cesta Básica e que na grande maioria é insuficiente para a provisão de toda família:

Sugerimos que seja incluído na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda, o Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação, buscando prevenir e combater a desnutrição.

Sala das Sessões, 10 de março de 2004. – Deputado **Carlos Nader**.

**INDICAÇÃO Nº 1.902, DE 2004**

(Do Sr. Carlos Nader)

**Sugere a inclusão na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda do Município de Natividade – RJ, do Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação de crianças e adultos, buscando prevenir e combater a desnutrição.**

**Despacho:** Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate a Fome:

Considerando os altos índices de desnutrição em crianças e adultos de baixa renda, que participam de Programas Governamentais, recebendo Cesta Básica e que na grande maioria é insuficiente para a provisão de toda família:

Sugerimos que seja incluído na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda, o Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação, buscando prevenir e combater a desnutrição.

Sala das Sessões, 10 de março de 2004. – Deputado **Carlos Nader**.

**INDICAÇÃO Nº 1.903, DE 2004**

(Do Sr. Carlos Nader)

**Sugere a inclusão na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda do Município de Nilópolis – RJ, do Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação de crianças e adultos, buscando prevenir e combater a desnutrição.**

**Despacho:** Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate a Fome:

Considerando os altos índices de desnutrição em crianças e adultos de baixa renda, que participam de Programas Governamentais, recebendo Cesta Básica e que na grande maioria é insuficiente para a provisão de toda família:

Sugerimos que seja incluído na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda, o Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação, buscando prevenir e combater a desnutrição.

Sala das Sessões, 10 de março de 2004. – Deputado **Carlos Nader**.

**INDICAÇÃO Nº 1.904, DE 2004**  
(Do Sr. Carlos Nader)

**Sugere a inclusão na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda do Município de Niterói – RJ, do Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação de crianças e adultos, buscando prevenir e combater a desnutrição.**

**Despacho:** Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate a Fome:

Considerando os altos índices de desnutrição em crianças e adultos de baixa renda, que participam de Programas Governamentais, recebendo Cesta Básica e que na grande maioria é insuficiente para a provisão de toda família:

Sugerimos que seja incluído na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda, o Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação, buscando prevenir e combater a desnutrição.

Sala das Sessões, 10 de março de 2004. – Deputado **Carlos Nader**.

**INDICAÇÃO Nº 1.905, DE 2004**  
(Do Sr. Carlos Nader)

**Sugere a inclusão na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda do Município de Nova Friburgo – RJ, do Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação de crianças e adultos, buscando prevenir e combater a desnutrição.**

**Despacho:** Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate a Fome:

Considerando os altos índices de desnutrição em crianças e adultos de baixa renda, que participam de Programas Governamentais, recebendo Cesta Básica e que na grande maioria é insuficiente para a provisão de toda família:

Sugerimos que seja incluído na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda, o Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação, buscando prevenir e combater a desnutrição.

Sala das Sessões, 10 de março de 2004. – Deputado **Carlos Nader**.

**INDICAÇÃO Nº 1.906, DE 2004**  
(Do Sr. Carlos Nader)

**Sugere a inclusão na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda do Município de Nova Iguaçu – RJ, do Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação de crianças e adultos, buscando prevenir e combater a desnutrição.**

**Despacho:** Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate a Fome:

Considerando os altos índices de desnutrição em crianças e adultos de baixa renda, que participam de Programas Governamentais, recebendo Cesta Básica e que na grande maioria é insuficiente para a provisão de toda família:

Sugerimos que seja incluído na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda, o Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação, buscando prevenir e combater a desnutrição.

Sala das Sessões, 10 de março de 2004. – Deputado **Carlos Nader**.

**INDICAÇÃO Nº 1.907, DE 2004**  
(Do Sr. Carlos Nader)

**Sugere a inclusão na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda do Município de Paracambi – RJ, do Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação de crianças e adultos, buscando prevenir e combater a desnutrição.**

**Despacho:** Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate a Fome:

Considerando os altos índices de desnutrição em crianças e adultos de baixa renda, que participam de Programas Governamentais, recebendo Cesta Básica e que na grande maioria é insuficiente para a provisão de toda família:

Sugerimos que seja incluído na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda, o Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação, buscando prevenir e combater a desnutrição.

Sala das Sessões, 10 de março de 2004. – Deputado **Carlos Nader**.

**INDICAÇÃO Nº 1.908, DE 2004**

(Do Sr. Carlos Nader)

**Sugere a inclusão na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda do Município de Paraíba do Sul – RJ, do Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação de crianças e adultos, buscando prevenir e combater a desnutrição.**

**Despacho:** Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate a Fome:

Considerando os altos índices de desnutrição em crianças e adultos de baixa renda, que participam de Programas Governamentais, recebendo Cesta Básica e que na grande maioria é insuficiente para a provisão de toda família:

Sugerimos que seja incluído na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda, o Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação, buscando prevenir e combater a desnutrição.

Sala das Sessões, 10 de março de 2004. – Deputado **Carlos Nader**.

**INDICAÇÃO Nº 1.909, DE 2004**

(Do Sr. Carlos Nader)

**Sugere a inclusão na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda do Município de Paraty – RJ, do Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação de crianças e adultos, buscando prevenir e combater a desnutrição.**

**Despacho:** Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate a Fome:

Considerando os altos índices de desnutrição em crianças e adultos de baixa renda, que participam de Programas Governamentais, recebendo Cesta Básica e que na grande maioria é insuficiente para a provisão de toda família:

Sugerimos que seja incluído na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda, o Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação, buscando prevenir e combater a desnutrição.

Sala das Sessões, 10 de março de 2004. – Deputado **Carlos Nader**.

**INDICAÇÃO Nº 1.910, DE 2004**

(Do Sr. Carlos Nader)

**Sugere a inclusão na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda do Município de Paty do Alferes – RJ, do Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação de crianças e adultos, buscando prevenir e combater a desnutrição.**

**Despacho:** Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate a Fome:

Considerando os altos índices de desnutrição em crianças e adultos de baixa renda, que participam de Programas Governamentais, recebendo Cesta Básica e que na grande maioria é insuficiente para a provisão de toda família:

Sugerimos que seja incluído na Cesta Básica concedida às famílias de baixa renda, o Composto Alimentar MULTIMISTURA, para a complementação da alimentação, buscando prevenir e combater a desnutrição.

Sala das Sessões, 10 de março de 2004. – Deputado **Carlos Nader**.

**ERRATA**

(Republica-se em virtude de novo despacho do Senhor Presidente:)

**Onde se lê:**

**PROJETO DE LEI Nº 3.196, DE 2000**

(Do Sr. João Paulo Cunha)

**Dispõe sobre a obrigatoriedade dos fabricantes de aparelhos celulares alertarem seus usuários sobre a possibilidade de danos à saúde.**

(Às Comissões de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias; de Seguridade Social e Família; e de Constituição e Justiça e de Redação (Art. 54) – Art. 24, II.)

**Leia-se:**

**PROJETO DE LEI Nº 3.196, DE 2000**

(Do Sr. João Paulo Cunha)

**Dispõe sobre a obrigatoriedade dos fabricantes de aparelhos celulares alertarem seus usuários sobre a possibilidade de danos à saúde.**

(Às Comissões de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias; de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática; de Seguridade Social e Família; e de Constituição e Justiça e de Redação (Art. 54) – Art. 24, II.)

**O SR. PRESIDENTE** (Arlindo Chinaglia) – Fim da a leitura do expediente, passa-se à

#### IV – COMISSÃO GERAL

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo Chinaglia) – Srs. Deputados, neste momento transformo a sessão plenária em Comissão Geral, a fim de debater o Plano Diretor de Escoamento e Tratamento de Petróleo da Bacia de Campos – PDET.

Convido os ilustres expositores a comparecerem ao plenário e informo que o tempo reservado a cada um estará limitado a 7 minutos.

Sobre a mesa encontra-se à disposição dos Srs. Parlamentares folha de inscrição destinada a quem queira fazer uso da palavra.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo Chinaglia) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** – Sr. Presidente, o PMDB indicou os expositores, e pleiteamos seja seguida outra ordem que não a estabelecida segundo a vontade não sabemos de quem. Por isso, pedimos que o quarto expositor passe para o segundo lugar.

Solicitamos, portanto, a V.Exa. que, democraticamente, atenda o pedido do partido.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo Chinaglia) – Entendemos o pleito do PMDB, mas essa é uma prerrogativa da Mesa, Deputado.

Passo a ler a lista definida.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** – Sr. Presidente, não houve quem definisse essa lista.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo Chinaglia) – É prerrogativa da Mesa.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** – Qual Mesa?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo Chinaglia) – Deputado, a Câmara dos Deputados tem uma Mesa Diretora, e o Presidente é quem define a lista.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** – Quero deixar registrado o protesto do PMDB quanto a essa posição.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo Chinaglia) – Está registrado.

Quero, pelo menos, ter a possibilidade de ler a lista – e peço que a Mesa seja preservada; do contrário, não conseguiremos conduzir os trabalhos.

Passo a ler a lista de inscrição: primeiro, Sr. Renato Duque, Diretor de Serviços da PETROBRAS; segundo, Sr. Wagner Granja Victor, Secretário de

Estado de Energia, da Indústria Naval e do Petróleo do Estado do Rio de Janeiro, representante da Governadora do Estado do Rio de Janeiro; terceiro, Sr. José Eduardo Dutra, Presidente da PETROBRAS; quarto, Dr. Reynaldo Rocha Barros, Presidente do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado do Rio de Janeiro; quinto, Sr. Eloi Fernández y Fernández, Presidente da Organização Nacional da Indústria do Petróleo – ONIP; sexto, Dr. Mauro José Campos Pereira, Presidente da Associação Comercial de Volta Redonda e Diretor da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro – FIRJAN; sétima, Dra. Isaura Maria Ferreira Fraga, Presidenta da Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente – FEEMA.

Quais os nomes indicados pelo PMDB, Deputado Eduardo Cunha?

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** – O PMDB indicou o Sr. Wagner Victor, juntamente com o PSC e com o PP; a Dra. Isaura Maria; o Dr. Reynaldo Barros e o Dr. Mauro José. O meu partido está pleiteando a inversão da ordem de oradores, a fim de que o quarto passe para o segundo lugar da lista.

Será uma atitude democrática a concordância de V.Exa. com um simples pedido de inversão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo Chinaglia) – Faço a seguinte proposta: o quarto expositor falará em segundo, e o segundo, em terceiro, mas o Presidente da PETROBRAS falará após os dois. Se V.Exa. não concordar, seguiremos a ordem já estabelecida. Está bem assim?

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** – Sr. Presidente, o nosso problema é o seguinte...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo Chinaglia) – Se não está bem, Deputado, sigo a ordem e concedo a palavra ao Sr. Renato Duque, Diretor de Serviços da PETROBRAS, que disporá de 7 minutos, prorrogáveis em caso imperiosa necessidade.

**O SR. DEPUTADO BERNARDO ARISTON** – Sr. Presidente, precisamos discutir essa decisão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo Chinaglia) – O democrático é respeitar aquilo que o Regimento Interno estabelece.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** – E o que o Regimento estabelece, Sr. Presidente, a ordem de quem vai falar?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo Chinaglia) – Que é a Mesa quem decide.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** – Quero ver o ato de decisão da Mesa, só estou vendo um papel impresso. Não há nenhum representante da

Mesa. V.Exa. está presidindo os trabalhos, mas não é membro da Mesa, e eu gostaria que a Mesa Diretora da Casa se pronunciasse.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo China-glia) – Se V.Exa. tiver outros elementos, além da vontade política de trocar a Mesa, V.Exa. pode apresentar, mas penso que não terá sucesso.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** – Não tenho vontade política de nada, apenas quero conhecer a decisão da Mesa.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES** – O PP subscreeve a solicitação do PMDB.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** – Sr. Presidente, na condição de co-autor do requerimento de realização desta Comissão Geral e em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, defendo a manutenção da lista determinada pela Mesa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo China-glia) – Está bem, Deputado. A decisão já está tomada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo China-glia) – Concedo a palavra ao Sr. Renato Duque, Diretor de Serviços da Petrobrás.

**O SR. RENATO DUQUE** – Bom-dia a todos.

Sr. Presidente, agradeço à Mesa a oportunidade. É um prazer estar nesta Casa para apresentar o projeto de escoamento de petróleo da Bacia de Campos.

Peço aos técnicos que insiram o primeiro *slide*.  
(Pausa.)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo China-glia) – Sr. Renato Duque, não é de praxe a Mesa responder ao cumprimento dos convidados, mas enquanto são processados os aspectos técnicos, quero aproveitar o momento para dizer que V.Sa. e os demais convidados são bem-vindos à Casa.

O objetivo da Comissão Geral é apresentar elementos sobre o tema em debate, para que a Câmara dos Deputados tenha condições de aprimorar a sua opinião no que diz respeito ao assunto.

Aproveito também para cumprimentar o Senador José Eduardo Dutra, Presidente da PETROBRAS. (Pausa.)

Temos um problema: o equipamento, que foi testado 3 vezes, não está conseguindo receber os dados.

**O SR. RENATO DUQUE** – Sr. Presidente, sem a apresentação do filme, com certeza, minha exposição fica prejudicada. Todavia, podemos discutir o projeto de modo geral. A meu ver, o importante é passar as informações a V.Exas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo China-glia) – Em face desse incômodo, pelo que peço que

nos perdoe, sugiro ao Dr. Renato Duque, que inicie sua exposição, e nós, Deputados, vamos tentar anotar. Se nesse período houver condições técnicas de apresentar o material que foi preparado, o senhor será avisado, e nós promoveremos a adaptação possível.

Mais uma vez, peço desculpas pelo contratempo.

**O SR. RENATO DUQUE** – Acredito que a maioria dos senhores possui o caderno que basicamente contém as transparências que eu pretendia mostrar.

Podemos começar falando um pouquinho sobre o abastecimento da Região Sudeste, como ele se deu ao longo dos anos e como ocorre atualmente.

Em 1973, quase todo o óleo processado nas refinarias da Região Sudeste era importado. Já em 1983, com a entrada em produção dos campos localizados em águas rasas, na Bacia de Campos, o petróleo nacional passou a responder por 26% do produto processado nessas refinarias – o restante, 74%, ainda era petróleo importado.

É bom salientar que, em 1983, praticamente há 20 anos, portanto, o transporte marítimo era de 200 mil barris/dia, enquanto o transporte por dutos era de 50 mil barris/dia. Ou seja, as plataformas, fixadas em águas rasas na Bacia de Campos escoavam, por dutos, 50 mil barris/dia de petróleo até a unidade de Cabiuínas, localizada próximo a Macaé. Naquela ocasião, transportávamos 200 mil barris/dia por intermédio de navios aliviadores.

Em 2003, com a entrada em operação de plataformas localizadas em águas profundas, o petróleo da Bacia de Campos passou a responder por 82% do processado na Região Sudeste, portanto, somente 18% era petróleo importado.

Ano passado, 1 milhão de barris/dia foram transportados por navios aliviadores, e 250 mil barris/dia transportados por dutos.

Qual a diferença entre o transporte feito por navio e o feito por dutos?

Basicamente, quando se comparam projetos simples de transporte, duto ou navio, este ganha, e por uma razão muito simples: é mais barato.

A Bacia de Campos possui duas características. Primeira: seu óleo é pesado, razão pela qual temos de investir em nossas refinarias a fim de adaptá-las ao refino desse óleo. Segunda: pode haver campos próximos uns dos outros e plataformas, entre as previstas para entrar em operação até 2007, também próximas umas das outras. Essa proximidade entre as plataformas, aliada ao grande volume de petróleo

produzido, fez com que o duto se tornasse uma opção viável para a PETROBRAS.

São basicamente estas as características – a proximidade e o grande volume produzido – que possibilitaram que o petróleo fosse transportado por meio de dutos, viabilizaram economicamente a opção pelo duto.

Conforme disse anteriormente, uma das características da Bacia de Campos é o óleo pesado. Para vencer o problema com relação ao seu escoamento, a solução pensada pela Engenharia foi a de instalar, entre as plataformas que estão produzindo em águas profundas e a terra, uma plataforma com várias bombas de alta potência e alta vazão. Ela receberia o óleo das plataformas e o bombearia para a terra. Assim, por meio de estações bombeadoras, esse óleo seria transportado até as refinarias de São Paulo, como Guararema, e destas para as demais.

Devo salientar que essa plataforma de rebombeio, localizada entre os empreendimentos que entrarão em operação até 2007 e a parte terrestre, que se encarregará de receber o óleo – óleo pesado, repito – e bombeá-lo até a terra, foi denominada Plataforma de Rebombeio Autônoma 1 (PRA-1) e, em sua concepção original, seria desabitada. Lá ficariam somente as bombas. Hoje, no entanto, até para facilitar a manutenção, ela contará com um contingente de 90 pessoas a bordo.

Quais os planos futuros da PETROBRAS para, em 2006/2007, atingirmos a tão sonhada auto-suficiência em termos de produção?

Prevê-se que a Bacia de Campos estará produzindo 1,7 milhão de barris/dia de petróleo, em 2007. Acredita-se que isso será fato assim que entrarem em operação os novos empreendimentos. No que se refere a esses 1,7 milhão de barris/dia, a PETROBRAS tinha uma escolha a fazer: continuar escoando esse petróleo por meio de navios aliviadores, como faz até hoje – e, nessa hipótese, seriam transportados 1 milhão e 550 mil barris em navio, e 150 mil barris por meio de duto – ou encontrar outra opção.

Alguém pode perguntar: se hoje a PETROBRAS transporta 250 mil, por que passaria a transportar 150 mil barris? A razão é simples. Como disse, esses dutos transportam o petróleo produzido em águas rasas nas plataformas localizadas em campos descobertos há muito tempo, os quais, conseqüentemente, têm decréscimo na sua produção.

E qual seria a outra opção de transporte? O projeto que estamos apresentando de transportar 1 mi-

lhão de barris/dia em navios e 700 mil de barris/dia pelo sistema dutoviário.

Em 2003, transportamos 1 milhão de barris/dia por navios. Em 2007, continuaríamos transportando os mesmos 1 milhão de barris/dia por navio e os 700 mil excedentes por dutos, que ligariam as plataformas a Guararema.

A capacidade instalada das refinarias do Sudeste, localizadas no Rio de Janeiro, em Minas Gerais e em São Paulo, é superior ao que se pretende transportar por duto. Portanto, parte do petróleo a ser processado nas refinarias de São Paulo terá de ser transportada por navio.

Esse projeto não tem como premissa transportar volume superior ao atual e manter sobra de petróleo para atender a uma refinaria nova, seja onde for.

Basicamente, pela curva de produção esperada para os próximos anos, até 2007, atingíramos 2 milhões e 220 mil barris. A linha do consumo cruza com a da produção já em 2006. Ou seja, em 2006, teríamos a tão sonhada auto-suficiência, mas, para tanto, várias plataformas teriam de entrar em produção: P-51, P-52, P-53, P-48, P-34, P-50, P-54.

Para que isso se tornasse possível, pensou-se no escoamento do petróleo por meio de dutos. Se não houver dutos, o projeto dessas plataformas terá de ser revisto, o que, conseqüentemente, demandará atraso na entrada em operação dessas plataformas e atraso na produção, prejudicando não só a PETROBRAS, como todo o País.

Ao concluir, quero apresentar os objetivos básicos e claros do PDET: viabilizar mais um caminho para garantir o escoamento da produção da Bacia de Campos; criar uma infra-estrutura para alavancar novos projetos; suportar a meta de produção; suportar a auto-suficiência; assegurar maior confiabilidade, e – volto a insistir na questão básica, na questão estratégica, que faz com que acreditemos ser esse o melhor projeto não só para a PETROBRAS, como para o Rio de Janeiro e para o Brasil – assegurar maior confiabilidade no transporte do petróleo que será produzido em 2007.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo China-glia) – Obrigado, Dr. Renato Duque.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo China-glia) – Concedo a palavra ao Sr. Wagner Granja Victer, Secretário de Estado de Energia, da Indústria Naval e do Petróleo do Estado do Rio de Janeiro.

**O SR. WAGNER GRANJA VICTER** – Sr. Presidente, Deputado Arlindo Chinaglia, Srs. Deputados

que compõem a mesa e membros da bancada do Rio de Janeiro aqui presentes – Reinaldo Betão, Almir Moura, Luiz Sérgio e Carlos Santana –, senhoras e senhores, é um prazer estar neste plenário para debater assunto de tamanha importância para o Brasil e para o Rio de Janeiro. E o debate tem de ser feito de maneira madura e aberta.

Quero destacar a relação positiva que temos com a PETROBRAS. Em alguns momentos, o debate tem sido um pouco distorcido, mas está maduro, pautado na técnica e no respeito, marca da nossa relação com a empresa.

A PETROBRAS é um símbolo para o Brasil e para o Rio de Janeiro. Temos orgulho de a PETROBRAS ter sua sede no Rio de Janeiro. E essa empresa tem recebido de maneira muito freqüente nosso apoio nos últimos anos. Seus projetos têm recebido total amparo e incentivo fiscal do Estado. Apoiamos as termelétricas em que a PETROBRAS participa de forma minoritária. E participamos do projeto do pólo de gás químico minoritariamente.

Do mesmo modo, os projetos de produção de petróleo que vão irrigar a Bacia de Campos contam com o Governo do Estado. Portanto, o Rio de Janeiro tem tratado de maneira muito positiva a PETROBRAS, e esse relacionamento continua positivo. Existem, porém, divergências específicas em relação a alguns pontos desse projeto, que, em seguida, vou relacionar.

Tive acesso à cópia da apresentação da PETROBRAS, de onde destaquei cinco pontos para comentar. Por meio desse comentário, vou lhes dizer por que o Estado do Rio de Janeiro está extremamente preocupado em relação ao seu futuro.

O primeiro ponto se refere ao licenciamento ambiental. A própria apresentação da PETROBRAS, aqui distribuída, mostra que esse oleoduto, por suas dimensões – diâmetro e comprimento –, é um dos maiores já implementados no País. Aliás, é possível que haja oleodutos maiores, mas em trechos curtos.

Esse oleoduto vai cruzar a Reserva Ambiental de Poço das Antas, que abriga o mico-leão-dourado, e as Áreas de Proteção Ambiental de São João e de Iguapimirim, além da Reserva Biológica do Tinguá. E passa por quase 100 cruzamentos de rios no Estado do Rio de Janeiro, inclusive o Guandu, que abastece a Região Metropolitana de Niterói. Portanto, do jeito que está, o projeto faz com que o Estado, pela lei vigente, também venha a licenciar essas áreas. O Estado tem suas preocupações, mas não se considera envolvido a contento nesse processo.

A justificativa segundo a qual já existem oleodutos naquelas faixas de servidão não é suficiente, uma vez que os primeiros oleodutos foram construídos antes da legislação ambiental. O CONAMA, de 1981, é posterior aos primeiros dutos. A construção desse duto causará impacto agregado extremamente elevado, e, quando se analisa risco ambiental, é necessário analisar probabilidades e impacto – mesmo que a probabilidade de acidentes em dutos seja menor do que a de navios.

A meu ver, o impacto ambiental para o Estado do Rio de Janeiro será extremamente elevado. É isso o que nos inquieta.

Nossa preocupação – e a apresentamos de maneira bastante clara – é com a arrecadação do Estado do Rio de Janeiro. O projeto, da forma como está redigido, retira parte da arrecadação do Estado. Pela Lei nº 9.478, de 1997, esse tipo de transporte é dedutível da participação especial, ao contrário de outros modais. E o Estado do Rio de Janeiro teria de bancar parte do projeto.

Isso me preocupa tremendamente, Deputado, ainda mais porque acabei de receber material aludindo ao fato de que o Estado teve um aumento de 200 milhões de *royalties*. Tenho certeza de que isso não aconteceu. Os jornalistas que produziram esse material estão errados, pois essa não é a realidade. O pagamento de *royalty* não aumentou um centavo. Ele ocorre em função do que se produz de petróleo, independentemente de ser este transferido por navio, oleoduto ou caminhão. A informação contida no material não corresponde à realidade. Certamente está deslocada. Repito: o material distribuído não corresponde à realidade. O Estado perde, sim, a participação especial.

Além disso, o ICMS alocado e recebido pelo Estado, graças à chamada Lei Kandir, aprovada nesta Casa, seria todo dedutível do que o Estado teria a receber. Assim, o ICMS entraria numa ponta e sairia noutra.

Outro aspecto que preocupa muito o Estado é a criação de empregos. Consideramos a PETROBRAS um grande símbolo, uma grande referência em termos técnicos. Orgulho-me por fazer parte do corpo técnico da empresa, mas temos de analisar, e de maneira bem mais profunda, os números. Trinta e quatro mil empregos para construir esse oleoduto, parece-me, mesmo somando empregos diretos e indiretos, um número elevado, excessivo, que possivelmente não guarda paralelo com outras obras.

O gasoduto Bolívia-Brasil, cujo comprimento total é três vezes maior que o duto Rio-São Paulo, ge-



rou 25 mil empregos diretos e indiretos, conforme dados apresentados no *site* da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil, a TBG, empresa de que a PETROBRAS participa. Repito: 34 mil me parece um número extremamente elevado.

Haveria grande geração de empregos na construção de um navio-tanque, aliviador, o FSO, que, entretanto, não será construído. Os Deputados Carlos Santana e Luiz Sérgio têm lutado para restabelecer o setor naval. Infelizmente, o FSO seria fretado no exterior. Ou seja, não geraria empregos no Rio de Janeiro, onde se concentra a maior parte do serviço de metalurgia.

Outro aspecto que nos preocupa bastante é a vantagem comparativa no que diz respeito à ampliação do parque do refino. Discutir oleoduto sem discutir a ampliação do parque de refino brasileiro é incorrer em grande erro. Seria como discutir a construção de açudes sem verificar onde é necessário colocar a água.

Há um ano, a Agência Nacional do Petróleo produziu documento em que afirmava que o Brasil, com crescimento de 2,8% – portanto, Deputado, inferior ao crescimento apresentado pelo Ministro Guido Mantega no PPA, de 4,5% –, mesmo com os projetos de ampliação da PETROBRAS, terá um déficit de 3 refinarias, ou de 190 mil barris, até 2010. Esse número projetado para o crescimento de 2,8% é só para atender ao mercado interno.

Isso nos preocupa porque o Brasil e a PETROBRAS sempre se orgulharam de sua capacidade de refino. Nosso grande mote é o de que a capacidade de refino brasileira estava acima de sua demanda. Por isso conseguimos garantir o abastecimento no País. O Brasil sempre instalou suas refinarias antes de haver demanda e, assim, conseguiu abastecer seu mercado. Falar em oleoduto e em sistema de escoamento antes de se definir a ampliação do parque de refino, necessidade premente do País, parece-nos algo incorreto do ponto de vista de dar vantagens comparativas a outros Estados na alocação das futuras ampliações de parque de refino e de novas refinarias.

O Rio de Janeiro produz hoje 1 milhão e 300 mil barris de petróleo, quase o dobro de muitos países da OPEP – muito mais do que Catar e Argélia – e só refina 12%. Depois da descoberta da Bacia de Campos, praticamente nenhum investimento discricionário na área de petróleo foi feito no Rio de Janeiro. A REDUC foi instalada antes, e a PETROBRAS foi sediada lá porque o Rio de Janeiro era a Capital do País.

Concretamente, temos recebido grandes e importantíssimos investimentos da PETROBRAS. Porém, são investimentos que, ao final da produção de petróleo, acabarão. A preocupação que têm o Estado e a população do Rio de Janeiro é a de não ver repetida situação marcada de maneira negativa na História do Brasil. Vivemos o ciclo do ouro, do café e da borraça, que trouxeram grande riqueza, mas posteriormente houve miséria. Não queremos que os irmãos fluminenses do norte do Estado, região que hoje produz 1 milhão e 300 mil barris de petróleo e não recebe o ICMS previsto na Constituição de 1988 – e tudo indica que tal situação continuará apesar da reforma tributária em tramitação nesta Casa –, se transformem em seres totalmente abandonados.

Com absoluta certeza, teremos no Estado do Rio de Janeiro, se não implementarmos um projeto de desenvolvimento permanente naquela região, a nova Serra Pelada do século XXI. E todos nós, que militamos na política, seremos cobrados por essa omissão.

Por isso, neste momento, o Estado do Rio de Janeiro aborda a questão do oleoduto como vantagem comparativa a outros Estados, como o de V. Exa, Sr. Presidente, um Estado extremamente beneficiado pelo setor petróleo.

São Paulo praticamente não produz hoje uma gota de petróleo, mas refina 44% do petróleo nacional, porque concentra o parque de petroquímica. O Rio de Janeiro possui 83% do petróleo nacional, mas só refina 12%.

Queremos justiça no equilíbrio. Entendemos a importância de São Paulo para a Federação, mas o Rio de Janeiro sempre foi um grande colaborador. Exemplo disso foi a questão do gás natural que, apesar de não abastecer cidades vizinhas, abastece São Paulo. Aceitamos, porém, a colocação do preço no *mix* para adornar a questão energética.

Neste momento, a preocupação do Rio de Janeiro é com o futuro, futuro este que está sendo abordado no momento em que se discute o projeto do oleoduto.

Portanto, as preocupações do Estado do Rio de Janeiro se dividem em 4 áreas: a questão ambiental, porque não há o envolvimento do órgão responsável nesse processo – e a Presidenta do órgão ambiental do Estado fará essa exposição –, a questão financeira, porque o projeto reduzirá concretamente a nossa receita; a questão dos empregos, porque o projeto, ao contrário do que se apresenta, gera empregos apenas no curto prazo, ou seja, os empregados que contratar estarão desempregados daqui a um ano; e a questão logística.

Trata-se, em nossa opinião, de projeto que beneficia unicamente o parque de São Paulo, deixando ao Rio de Janeiro os seguintes malefícios: perda de arrecadação, riscos alocados e a possibilidade de sacramentarmos algo que nenhum brasileiro vai querer, ou seja, transformar aquela localidade numa região arrasada e miserável em pouco tempo. E a oportunidade que temos para discutir é esta.

Esse projeto não atrasa um dia a produção da Bacia de Campos. Existem, porém, formas alternativas. E os sistemas alternativos estão longe do caminho crítico da implementação. A primeira plataforma afetada pelo projeto, a P-52, do Município do Deputado Luiz Sérgio, sequer cortou uma chapa. Então, qualquer adaptação que se faça estará longe do caminho crítico. Assim, ao contrário do que se diz, não atrasará a entrada da Bacia de Campos, a não ser que se queira.

Sr. Presidente, parabênz a Casa por promover este debate. Estou emocionado por compartilhar com os Deputados que nos representam a opinião do Rio de Janeiro. A minha expectativa é a de chegarmos a consenso. Da forma como está hoje, porém, o projeto traz elevados ônus ao Estado do Rio de Janeiro, sem qualquer contrapartida de bônus.

Muito obrigado a todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo Chinaglia) – Agradecemos ao Dr. Wagner Granja Victer a presença.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo Chinaglia) – Senhores, daqui a pouco será exibido o filme.

Esclareço a todos que quem fez a lista de inscrição, evidentemente, não fui eu. Ocupo a Presidência dos trabalhos na condição de autor do requerimento para realização da Comissão Geral, porque nenhum dos membros da Mesa está presente. A orientação do Presidente da Casa é no sentido de que o autor assum a Presidência.

Foram feitas listas partidárias. Explico: o Dr. Renato Duque foi indicado pela Liderança do PT, falou em primeiro lugar; o Dr. Wagner Granja Victer foi indicado pelas Lideranças do PSC, do PMDB e do PT, falou em segundo lugar; em terceiro lugar, falará o Presidente da PETROBRAS, Senador José Eduardo Dutra, pela Liderança do PT; depois falará o Dr. Reynaldo Rocha Barros, indicado pela Liderança do PMDB; em seguida, o Dr. Eloi Fernández y Fernández, indicado pela Liderança do PT; logo após, o Dr. Mauro José Campos Pereira, indicado pela Liderança do PMDB; e finalmente, a Dra. Isaura Maria Ferreira Fraga, também indicada pela Liderança do PMDB.

Na medida do possível, realizou-se um revezamento; portanto, algo absolutamente democrático.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo Chinaglia) – Concedo a palavra ao Presidente da PETROBRAS, Dr. José Eduardo Dutra.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Sr. Presidente desta sessão, Sras. e Srs. Deputados, senhores convidados, sinto-me honrado e satisfeito pela oportunidade de estar de volta a esta tribuna para debater assunto de grande importância para o Estado do Rio de Janeiro, para a PETROBRAS e para o Brasil.

Inicialmente, farei algumas considerações sobre a PETROBRAS e a orientação dos seus investimentos.

A PETROBRAS, no ano passado, completou 50 anos. É resultado de ampla mobilização de todo o povo brasileiro pela sua criação. A empresa, nesses 50 anos, conseguiu vencer os diversos desafios e preconceitos colocados a sua frente e se transformou em uma das maiores empresas de petróleo do mundo. É, com certeza, grande orgulho para os seus funcionários e para o povo brasileiro.

A PETROBRAS não vai abdicar do seu papel de grande indutor do desenvolvimento da indústria nacional. Os exemplos mais recentes – eles comprovam que não se trata simplesmente de palavras jogadas ao vento – foram as modificações introduzidas nos editais de licitação da P-51 e da P-52, exigindo-se percentual de conteúdo nacional na sua construção, de forma a trazer para o Brasil empregos que seriam gerados em outros países, se essas modificações não tivessem sido feitas.

Como disse, a PETROBRAS tem composição acionária bastante diferenciada daquela de 10 anos atrás. Não vou fazer juízo de valor e dizer se essa alteração foi correta ou não, mas estamos diante de um fato. Hoje, a maioria das ações ordinárias da empresa pertence à União – portanto, a União mantém o seu controle acionário.

Se considerarmos o total do seu capital, veremos que mais de 60% das ações estão em mãos de acionistas privados. E não são apenas grandes acionistas nacionais e estrangeiros; milhares de trabalhadores compraram ações da PETROBRAS com seu Fundo de Garantia. Todos esses acionistas privados esperam que seus investimentos tenham retorno com a rentabilidade da empresa. É necessário, portanto, que os investimentos da companhia estejam profundamente alicerçados em análise de retorno econômico, sob o risco de estarmos, na prática, desrespeitando os acionistas minoritários. Essa orientação deverá

ser levada sempre em consideração pela direção da empresa.

Estamos diante de um projeto de escoamento do petróleo produzido na Bacia de Campos. O Diretor Renato Duque teve a oportunidade de, na sua apresentação, mostrar os números relativos a essa produção. Estamos trabalhando com a perspectiva de que, nos anos de 2006 e 2007, a PETROBRAS seja responsável por algo considerado sonho há uma década: o Brasil tornar-se auto-suficiente na produção de petróleo.

O que viabiliza essa auto-suficiência é uma série de projetos de produção de petróleo na Bacia de Campos – alguns deles em fase de licitação no mercado, como a P-51, a P-52, a P-53, a P-54. Diversos desses projetos estão planejados para escoar a produção de petróleo dessas plataformas a partir desse oleoduto.

Vou tecer alguns comentários a respeito de preocupações que considero perfeitamente justas e legítimas. Elas não são apenas do Governo do Estado do Rio de Janeiro, da comunidade científica, mas também do País.

O primeiro ponto que destaco é a questão ambiental. A preocupação com os riscos ambientais, levantada pelo Secretário Wagner Victor, também é da PETROBRAS. Até porque ela foi uma das poucas empresas no mundo que, nos últimos 3 anos, investiu em preservação do meio ambiente.

Criamos o PEGASO – Programa de Excelência em Gestão Ambiental e Segurança Operacional, que nos últimos 3 anos recebeu mais de 3 bilhões de reais de investimentos.

Portanto, repito, essa preocupação é inerente à própria PETROBRAS. Até porque estabelecemos no nosso plano estratégico que ela será uma empresa com rentabilidade e responsabilidade ambiental e social.

Esta Casa aprovou lei relativa ao licenciamento ambiental – naturalmente, há controvérsias a respeito da legislação –, que está sendo cumprida fielmente pela PETROBRAS, e foi encaminhado ao IBAMA o EIA-RIMA.

A lei federal estabelece que é competência do IBAMA conceder a licença ambiental, ouvido o órgão de licenciamento ambiental no âmbito dos Estados. Esse procedimento está sendo adotado.

No debate que tivemos na Assembléia Legislativa, após entrevista coletiva, fiz questão de dizer que, se há desentendimentos quanto à questão formal, se a lei obriga ou não a FEEMA a autorizar, o problema é perfeitamente contornável, na medida em que, inde-

pendentemente das formalidades, ela participe desse processo de discussão.

Por diversas vezes, colocamo-nos à disposição e prestamos as informações necessárias. Inclusive, houve reclamação da FEEMA sobre o atraso no repasse, pelo IBAMA, do EIA-RIMA para a fundação. Quando soube disso, a própria PETROBRAS encaminhou essas informações, embora não estivesse obrigada a fazê-lo. Segundo determina a lei, a obrigação é do IBAMA. Sob esse aspecto, portanto, a preocupação é comum.

Objetivamente, esse oleoduto só será construído se se conseguir a licença ambiental. Com certeza, ela será concedida, caso se entenda que a obra não irá causar ao meio ambiente danos superiores àqueles estabelecidos pela lei. Tenho certeza de que isso não é motivo de divergência. Mas há convergência quanto a essa preocupação.

Quanto à arrecadação, o aumento da receita de *royalties* para o Estado do Rio de Janeiro – que possui, entre *royalties* e participações especiais, 4,5 bilhões de reais por ano – é decorrente do aumento de produção da Bacia de Campos. O Diretor Renato Duque fez questão de destacar esse dado.

Então, em 2007 haverá a produção de 1 bilhão e 700 milhões de barris, o que vai gerar para o Estado do Rio de Janeiro, em *royalties* e participações especiais, 6 bilhões e 900 milhões de reais.

Segundo os cálculos da PETROBRAS, que até agora não foram contestados por números nem por ninguém, apenas a parte marítima do oleoduto poderá ser abatida na participação especial – a parte terrestre, que é o motivo da controvérsia, não. O oleoduto possibilitará que a PETROBRAS abata parte da participação especial, mas apenas pequena parcela marítima do oleoduto poderá ser abatida. A parte terrestre, objeto da controvérsia, não poderá abater sequer 1 centavo na participação especial.

Segundo os cálculos da PETROBRAS, em termos de perda de receita para o Estado do Rio de Janeiro, a parte marítima significa 18 milhões de reais por ano, dentro de um universo de 6 bilhões e 900 milhões de reais por ano. Naturalmente, estamos dispostos a apresentar àquele Estado a base dos nossos cálculos, que poderão ser por eles contestados.

Repito: a parte marítima do oleoduto possibilitará o abatimento, mas a parte terrestre, objeto da controvérsia, não. Será de 18 milhões de reais, dentro do universo de 6 bilhões e 900 milhões de reais de *royalties*.

Em reunião na Assembléia Legislativa e com os Deputados Federais da bancada do Rio de Janeiro,

eu disse que, se esse for o problema, a PETROBRAS assumirá o compromisso de fazer investimentos voluntários naquele Estado para compensar essa perda. Até porque 18 milhões de reais significam muito menos do que a empresa já investe em ações voluntárias, no Rio de Janeiro.

Em relação aos empregos, o Secretário Wagner Victor repete o mesmo argumento da Assembléia Legislativa, que contesta os números da PETROBRAS.

Eis os números da empresa no Rio de Janeiro: durante a execução, são gerados 6.050 empregos diretos e 18.150 empregos indiretos. Esses são os cálculos utilizados por diversas entidades. Somos até conservadores, porque trabalhamos com a relação emprego direto e indireto variando de 3 para 1, ao contrário de algumas entidades que colocam até 10 na indústria do petróleo.

Durante a operação são gerados 850 empregos diretos. Lembramos que esse oleoduto envolve uma plataforma de rebombeio com 5 turmas trabalhando – portanto, empregos permanentes –, além das próprias estações de bombeamento.

Ora, não adianta ficarmos aqui comparando o Gasoduto Brasil-Bolívia. Até porque foram gerados 25 mil empregos no lado brasileiro, não se considerando os 2.500 no lado boliviano e os 400 a cada estação de compressão criada após sua conclusão.

Se formos comparar também o relatório final do próprio OSBRA – o Secretário Wagner Victor participou da construção desse oleoduto –, que diz ter gerado 6 mil empregos diretos, na verdade não vamos chegar a lugar nenhum. A PETROBRAS afirma que são 25 mil e o Governo do Estado diz que desconfia desses números.

Por diversas vezes convidamos os técnicos do Governo do Estado a abrirem esses números, para poderem dizer que chegamos a eles a partir disso e daquilo. Como é uma questão fática, não deve haver divergência.

Para concluir, o assunto toma, naturalmente, esse conteúdo a partir da justa e legítima reivindicação do Rio de Janeiro de ter a nova refinaria.

Tenho participado de debates em várias Assembléias Legislativas de diversos Estados – inclusive o meu Estado de Sergipe legitimamente faz essa reivindicação –, como Ceará, do Deputado Pimentel, Espírito Santo, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Piauí. Eles também, legitimamente, reivindicam a nova refinaria. São Paulo ainda não havia se manifestado.

Insisto em que esse projeto não tem vinculação com o novo refino. Com o devido respeito à opinião do Secretário Wagner Victor, não diminuí as vantagens comparativas do Rio de Janeiro, em relação a outros Estados. Alguns, inclusive, acham que aumentam, mas não vou entrar nesse aspecto.

**O SR. DEPUTADO BERNARDO ARISTON** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo China-glia) – Neste momento, cabe ao orador conceder-lhe ou não um aparte. Presumo que V.Exa. vai reclamar quanto ao tempo. Não sei se o nobre colega sabe por quanto tempo os outros falaram, mas estamos mantendo o controle. E o orador já percebeu, porque foi orientado para isso. O primeiro convidado foi alertado publicamente; os 2 seguintes, de forma reservada, até para não criar, digamos, algum constrangimento. Então, vamos aguardar a conclusão do orador, porque neste momento não cabe questão de ordem.

**O SR. DEPUTADO BERNARDO ARISTON** – Peço que a Mesa preste atenção ao tempo, uma vez que o nosso Secretário do Estado do Rio de Janeiro falou apenas 11 minutos e o Presidente da PETROBRAS já falou por mais de 17 minutos.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo China-glia) – Não tenho esses dados que V.Exa. apresenta. Mas a Mesa, V.Exa. pode estar seguro, presta atenção em vários aspectos, não só no tempo.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Sr. Presidente, vou concluir, mesmo porque acho que essa questão não vai ser decidida em uma disputa de quem falou 5 ou 10 minutos a mais.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo China-glia) – Mas há quem considere assim. Não é o caso da Mesa.

V.Exa. tem a palavra para concluir.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Para finalizar, informo que a PETROBRAS está concluindo seus estudos, em termos de projeção de consumo de derivados no Brasil, o que vai sustentar uma nova refinaria.

Longe de mim querer estabelecer polêmica com a ANP; até porque somos regulados por ela. Mas os números da PETROBRAS diferem profundamente da projeção da ANP, em estudo realizado em 2001.

Só para efeito de ilustração, a ANP trabalha com um consumo, em 2010, da ordem de 2 milhões e 600 mil barris por dia. A PETROBRAS trabalha com

um consumo da ordem de 2 milhões e 100 mil barris por dia. Há uma diferença de 500 mil barris por dia.

Talvez a ANP não tenha levado em consideração uma série de questões – por exemplo, um assunto que merece página inteira no jornal *Folha de S.Paulo* de hoje, que é o aumento do gás na matriz energética brasileira.

A PETROBRAS tem todo interesse em viabilizar a entrada do gás, que, com certeza, tem influência no consumo de combustíveis líquidos.

Sr. Presidente, peço desculpas à Mesa e aos Srs. Deputados por ter-me manifestado além do tempo permitido, mas registro que a PETROBRAS tem todo o interesse em continuar a debater este assunto. Insisto em que esse projeto tem *timing* diferente, oleoduto e refinaria, e é fundamental para viabilizar o escoamento do óleo da Bacia de Campos.

Existem alguns números que não vão mudar: vamos produzir 1 milhão e 700 mil barris de óleo em 2007. Esse petróleo vai ter de ser escoado por oleoduto ou por navio. Trabalhamos no sentido de ter uma parte por oleoduto e outra por navio, porque entendemos que dá mais segurança para o abastecimento do Brasil.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo China-  
glia) – A Mesa agradece a V.Exa. a contribuição.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo China-  
glia) – A fim de que o Deputado Bernardo Ariston disponha de uma assessoria qualificada e, portanto, tenha mais credibilidade nas suas observações, informo a todos que o Sr. Renato Duque falou durante 11 minutos. Se fosse para usar o critério da igualdade absoluta no tempo, o Dr. Wagner Granja Victor, ao falar por 15 minutos, teria de ser interrompido, o que, seguramente, prejudicaria sua exposição. O Presidente da PETROBRAS falou por 19 minutos.

Houve, portanto, acréscimo de 4 minutos, o que a Mesa, a partir de agora, barrará. Mesmo assim, não prejudicaremos os trabalhos da reunião. Por isso, evitemos trazer para a Comissão Geral as pequenas ou grandes disputas de ordem política. (*Palmas.*)

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo China-  
glia) – Tem V.Exa. a palavra.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** – Sr. Presidente, tenho certeza de que V.Exa. precisa controlar o horário. A matéria é delicada, e não há de ser por causa de 4 ou 5 minutos a mais que mudaremos a situação do oleoduto e da refinaria. Há de se ter um

pouco de calma, porque a discussão da matéria tem de se esgotar no dia de hoje.

Parabéns a V.Exa. pela condução dos trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo China-  
glia) – Obrigado, Deputada Laura Carneiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo China-  
glia) – Concedo a palavra ao Sr. Reynaldo Rocha Barros, Presidente do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado do Rio de Janeiro – CREA-RJ.

**O SR. REYNALDO ROCHA BARROS** – Bom-dia a todos. Cumprimento o Presidente da Comissão Geral, Deputado Arlindo Chinaglia, e todos os Parlamentares da Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo China-  
glia) – Sr. Reynaldo Barros, para estabelecermos a ordem, volto a mencionar que o limite de tempo concedido a cada orador na tribuna é de 7 minutos. Peço aos convidados que observem o relógio do plenário e atentem para o tempo. Minha preocupação não é limitar a exposição, mas há muitos Parlamentares inscritos. O problema é a grande quantidade de Deputados inscritos para falar nesta reunião.

**O SR. REYNALDO ROCHA BARROS** – Sr. Presidente, sou disciplinado e procurarei respeitar o tempo que me foi concedido.

Apresento-me em nome da área tecnológica, do Sistema CONFEA/CREA, autarquia federal de direito público que tem como atribuição fiscalizar o exercício profissional no Brasil. No Rio Janeiro, existem 150 mil profissionais habilitados, das 750 mil pessoas especializadas na área tecnológica, e 25 mil empresas que, para exercerem suas atividades, devem estar adequadamente credenciadas no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado.

O CREA foi pioneiro nessa discussão e realizou a primeira audiência pública sobre o assunto em suas instalações. À época senti a ausência do geólogo, atual Presidente da PETROBRAS, Dr. Dutra. Desde então tenho observado que o debate tem-se aprimorado. Hoje assistimos ao Presidente da PETROBRAS se colocar de forma extremamente aberta em relação às questões que eventualmente sejam de interesse do Estado do Rio de Janeiro.

Sr. Presidente, senhoras e senhores aqui presentes, acho que esta questão não se resume apenas em discutir o interesse de uma empresa ou o interesse de um Estado. Todo mundo sabe que a região norte e noroeste fluminense é extremamente pobre e precisa do desenvolvimento que a produção de petróleo pode trazer.

Aos engenheiros, arquitetos, agrônomos, geólogos, geógrafos, meteorologistas, tecnólogos e técnicos industriais agrícolas, a nós interessa sim a construção desse oleoduto. E por quê? Porque é uma forma de reter no Rio de Janeiro essa tecnologia. Mas nos interessa também, como cidadãos fluminenses, que todas as regiões do Estado possam se desenvolver, que esse projeto seja seguro e que contemple as condições necessárias para a preservação e proteção do meio ambiente. Isso é lógico, é óbvio para todo mundo.

O Sistema CONFEA/CREA exige essa postura e fiscaliza o exercício profissional, porque é a universidade que capacita, mas é o Sistema CONFEA/CREA quem habilita. Sem essa habilitação adequada, quer seja de empresa, quer seja de profissional, exerce-se ilegalmente a atividade na área tecnológica no Brasil.

Essa atividade tecnológica, Sr. Presidente, é responsável por cerca de 70% do PIB nacional. Então, quando alguém se salva em uma UTI e, ao sair, agradece ao médico, não deve se esquecer de agradecer também aos engenheiros que projetaram a parafernália que salvou a vida daquele doente. Quando escrevemos ou assinamos alguma lei, devemos nos lembrar da esfera que ajudou a tinta a sair da caneta, por trás da qual, efetivamente, está a área tecnológica.

Então, falamos não apenas do interesse de uma empresa ou de um Estado, porque, qualquer que seja o interesse, seja pela construção de um navio, seja de um oleoduto, a área tecnológica estará presente e seus profissionais estarão trabalhando e sendo privilegiados.

O Presidente da PETROBRAS, José Eduardo Dutra – acredito até que como conseqüência das audiências públicas realizadas na ALERJ e no CREA —, manifesta-se até de forma extremamente progressista hoje, dizendo que, na condição de empresa, a PETROBRAS pode fazer as compensações necessárias que eventualmente o Estado do Rio de Janeiro lhe propuser.

Mas acho que essa questão deve sair do formalismo. Quando se entrega ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis a responsabilidade de aprovar o EIA-RIMA, o IBAMA não consulta o CREA para saber se os profissionais encarregados estavam legalmente habilitados a realizar aquele estudo. Então, não há uma relação entre os órgãos para que isso aconteça.

Por outro lado, tenho certeza de que a PETROBRAS teria hoje enorme trabalho para se cer-

tificar da habilitação para o exercício profissional. E já está nesse caminho. E cabe um elogio significativo à PETROBRAS pela parceria entre a empresa e o CREA, pois, inobstante as críticas, tem sido um parceiro efetivo, a exemplo do ocorrido quando do vazamento na Baía de Guanabara e do rompimento de um oleoduto; assim também por ocasião do naufrágio do Tona Galea, em Cabo Frio. Inclusive, quanto a este último, vejo aqui o Deputado Bernardo Ariston, que se interessou pelo acontecimento, cuja apuração redundou em cassação do profissional que afirmou ter aquele barco capacidade para setenta e tantas pessoas, enquanto a Capitania dos Portos, mediante estudos e cálculos, determinou que a capacidade era para apenas 27. Por trás disso está o exercício ilegal de uma profissão, pois aquele profissional tinha problemas com o Conselho, mas sua atribuição era fiscalizar esse tipo de atividade.

Portanto, devemos desburocratizar um pouco mais essa questão e discutir com os órgãos. Nesse aspecto, o CREA é um órgão neutro e já se dispôs, junto ao Estado e à PETROBRAS, a ajudar na construção dessa decisão política que passa pelo meio ambiente.

Sr. Presidente, destaco a importância de debatermos, nesta Casa, uma política nacional de refino que inclui não apenas a PETROBRAS, mas uma série de outras empresas que atuam na região. Mais ainda: precisamos discutir uma política para a matriz energética do Brasil. Entendo que, para essa definição, os Deputados exercem um grande papel.

Orgulho-me, na condição de Presidente do CREA, de ter colaborado na elaboração do programa do PT no que se refere a essa questão, por ocasião da candidatura do Presidente Lula à Presidência da República, que encontrou no CREA um respaldo significativo para a realização de seu programa.

Portanto, acredito que está na hora de tratar essa questão de forma mais abrangente. Acredito também que vamos encontrar o caminho certo, a fim de que todos esses interesses que visam efetivamente ao desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro e da PETROBRAS sejam atendidos, porque efetivamente se precisa escoar esse petróleo, quer por via marítima, quer por oleoduto.

Ontem, inclusive, conversei com o Diretor Renato Duque sobre essas questões, inclusive sobre a certificação da PETROBRAS em relação ao exercício profissional. Mas essa certificação não pode apenas abranger as gerências e as áreas de atividade – já estamos em um processo de certificação junto aos profissionais que trabalham na Bacia de Campos – mas

deve estender-se à *holding* PETROBRAS, que precisa adequar-se a essa questão do exercício profissional.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo China-glia) – Nós é que agradecemos a V.Sa., Dr. Reynaldo, o conteúdo da sua exposição e a sua disciplina.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo China-glia) – O próximo convidado é o Dr. Eloi Fernandes e Fernandes, Presidente da Organização Nacional da Indústria do Petróleo – ONIP.

**O SR. ELOI FERNANDES E FERNANDES** – Bom-dia aos Srs. Deputados e demais autoridades. Antes de mais nada quero agradecer a oportunidade de estar nesta Casa para tratar de tema que acredito ser da maior importância hoje para a conjuntura nacional.

Acho que seria interessante, inicialmente, contextualizar o papel da ONIP nesse processo. A Organização Nacional da Indústria do Petróleo – ONIP exerce papel de associação de associações, cujo objetivo, devido aos investimentos vultosos na indústria do petróleo, é fazer com que esses recursos possam ser maximizados dentro da indústria brasileira. Ou seja, que as encomendas resultantes da indústria do petróleo possam ser trazidas para a indústria nacional de bens e serviços, com a perspectiva de geração de emprego e de renda no País. Esse é o papel central da ONIP.

Para o exercício dessa missão há duas vertentes: a primeira, viabilizar os investimentos a serem realizados pela indústria do petróleo, sem os quais mata-se a galinha dos ovos de ouro; a segunda, fazer com que a empresa nacional seja competitiva, capaz de atender a essas encomendas da indústria do petróleo. Daí estarmos aqui representando – por assim dizer – os interesses da indústria nacional quanto aos investimentos da PETROBRAS em projeto da natureza do PDET.

Os dados apresentados pelo presidente e pelo diretor da PETROBRAS mostram um investimento no País de 2,5 bilhões de dólares, no prazo de 2 anos e meio. As características desse empreendimento farão com que a indústria nacional possa atender, em sua quase totalidade, às encomendas geradas a partir desse investimento. Significa que a previsão de geração de 35 mil empregos, tal como apresentado pela PETROBRAS, é perfeitamente plausível.

Finalmente, Sr. Presidente, ressalto que nosso papel não é o de discutir questões relativas à estratégia empresarial de uma empresa como a

PETROBRAS, muito menos o de discutir estratégias de políticas energéticas ou ambientais para o País.

Uma série de reivindicações do Estado do Rio de Janeiro são legítimas em função dos investimentos necessários e do papel que o Governo do Estado representa para aquela população.

Entretanto, também precisamos despolitizar essa discussão para permitir que esses investimentos aconteçam de fato e possamos sair do certo grau de imobilismo existente, o que resultará na geração dos tão esperados empregos dessa nova fase do Brasil.

Este o depoimento da ONIP, organização que envolve várias associações brasileiras, como a ABIMAQ, as Federações das Indústrias do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Minas Gerais, entre outras, que têm representatividade junto ao empresariado nacional, cujo desejo é poder atender às encomendas resultantes desses investimentos, gerando, assim, emprego e renda no País.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo China-glia) – Concedo a palavra ao Dr. Mauro José Campos Pereira, Presidente da Associação Comercial de Volta Redonda e Diretor da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro – FIRJAN.

**O SR. MAURO JOSÉ CAMPOS PEREIRA** – Bom-dia, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. É com prazer que hoje nos encontramos para falar um pouco sobre o que as associações comerciais, especialmente do Rio de Janeiro, esperam desse embate que muitas vezes, como o Dr. Eloi disse muito bem, nos parece politizado demais.

Aproveito a oportunidade para parabenizar os técnicos da PETROBRAS, o Dr. Renato Duque e o Dr. Wagner Victor, pelo alto nível com que discutiram o assunto, cada um dentro da sua esfera, área e convivência, em busca do melhor para o País e para o nosso Estado, o que com certeza é fundamental para o empresariado e o trabalhador.

Esse grande projeto do oleoduto, a maneira como será feito e a discussão sobre a política de refino passam fundamentalmente pela necessidade de o estarmos colocando na região noroeste do Estado do Rio de Janeiro. Conforme já foi dito, carecemos dessa projeção de futuro, como foi feito em outros países. Recentemente, estivemos na Noruega e pudemos ver a política de longo prazo, o que a State Oil e o Governo daquele país conseguiram fazer diante da expectativa do fim do petróleo na região. Criaram um fundo com vários benefícios distribuídos ao país.

Esse é um exemplo prático de uma experiência vitoriosa. Hoje, eles têm bilhões de reais nesse fundo esperando o término da exploração de petróleo para serem utilizados.

Esse exemplo poderia ser seguido pelo Estado do Rio de Janeiro. Tanto o trabalhador como o empresário buscam o emprego perene, a geração de empregos perenes, e um projeto que traga benefícios a longo prazo.

Apesar de ser um instrumento gerador de riquezas, de impostos e de trabalho, a obra do oleoduto será curta, terá uma pequena manutenção e uma diminuta participação da mão-de-obra e dos impostos.

Mais do que qualquer discussão sobre dados, pontos de vista e disputas partidárias, o Governo do Estado do Rio, o empresariado, o trabalhador e a PETROBRAS, que tem feito um brilhante trabalho ao longo dos anos, têm de dar as mãos e encontrar um caminho de entendimento sobre a questão. O maior trabalho que a Câmara dos Deputados pode desenvolver junto a PETROBRAS e ao Governo do Estado é fazer com que todas as direções busquem o melhor caminho para a população brasileira, em especial a do Rio de Janeiro.

Como muito bem disse o Presidente José Eduardo Dutra, o Rio não deixará de receber os seus *royalties* nem de ter os seus benefícios, mas, com certeza, esse projeto proporcionará avanços maravilhosos ao Brasil, como a auto-suficiência em petróleo e, conseqüentemente, a independência nessa área a médio e longo prazo.

Portanto, o apelo que faço em nome das associações comerciais e do empresariado do Rio de Janeiro é no sentido de um entendimento rápido entre as diversas forças para que todos ganhem.

Muito obrigado pela oportunidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo Chinaglia) – Concedo a palavra à Dra. Isaura Maria Ferreira Fraga, Presidenta da Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente – FEEMA, Rio de Janeiro.

**A SRA. ISAUARA MARIA FERREIRA FRAGA** – Exmo. Sr. Presidente Arlindo Chinaglia, demais Deputados, autoridades presentes, meus cumprimentos.

Em primeiro lugar, agradeço a todos a oportunidade de estar aqui falando pela primeira vez sobre projeto de licenciamento de oleoduto do Estado do Rio de Janeiro.

Em relação ao licenciamento ambiental, a Legislação nº 6.938, que trata da política de meio ambiente do País, em seu art. 10, prevê a necessidade de prévio licenciamento do órgão estadual competente e

do IBAMA em caráter supletivo. Quer dizer, ao notificar a PETROBRAS de que tem de se licenciar no Estado, estamos cumprindo o que manda a legislação.

É importante ressaltar que o impacto causado por um oleoduto é local, não regional. O trecho do Estado do Rio de Janeiro que o oleoduto atravessa é local. Todos os impactos ocorrerão naquele Estado. É diferente da obra de uma barragem, que pode causar impacto ao Estado vizinho, mas, no caso de oleoduto, o impacto será local.

Mais uma vez, fica a necessidade do licenciamento estadual. Além disso, há a Lei nº 4.255, de dezembro de 2003, que exige licenciamento, no Estado do Rio de Janeiro, pela FEEMA. Então, quando estamos falando da necessidade do licenciamento, obedecemos à lei.

Mas essa preocupação não se resume só à legislação, mas também aos impactos que serão causados por esse oleoduto, que atravessa 8 unidades de conservação. O Estado do Rio de Janeiro é extremamente frágil em seus recursos naturais, e esse oleoduto, assim como todos os dutos da PETROBRAS, atravessa várias unidades de conservação. Aí cabe um cuidado especial que queremos ter como órgão estadual nesse licenciamento.

Serão atravessados 100 cursos d'água. No Estudo de Impacto Ambiental apresentado, faz-se menção de como será feita a travessia. Vai causar risco potencial à tomada da água do Rio Guandu, que abastece toda a região metropolitana, ao sistema Imunana/Laranjal, que abastece Niterói, à região de Maricá, São Gonçalo e a outros Municípios. Além disso, atravessa rios que vão dar em Jutunaíba, lago que abastece toda a Região dos Lagos. Vê-se aí a situação crítica desse oleoduto em termos ambientais.

Na análise de risco do IBAMA a nós encaminhada – e por isso gostaríamos que o licenciamento fosse estadual – não há nenhuma menção da suspensão do sistema de abastecimento, caso haja um acidente. Não se fala em suspensão do sistema de abastecimento caso haja um acidente. Assim, mais uma vez percebe-se a necessidade do licenciamento estadual.

Mas eu também gostaria de esclarecer outra questão. Não sei se todas as pessoas tiveram condições de analisar o Estudo de Impacto Ambiental apresentado, que define o transporte rodoviário feito por caminhão como alternativa para a retirada de 600 mil barris por dia. A apresentação do Presidente da PETROBRAS e de outros apontou como opção o transporte por navio. É, portanto, necessário fazer



uma avaliação dos riscos causados pelos 2 modos de transporte, tanto para o trecho de São Paulo como para o trecho do Rio de Janeiro.

É importante lembrar que a legislação sobre Estudos de Impacto Ambiental foi criada para fazer um balanço entre os riscos e os benefícios para o Estado, e os benefícios estão relacionados aos benefícios socioeconômicos.

Como pudemos constatar nas apresentações anteriores, os benefícios socioeconômicos, como número de empregos gerados e crescimento da economia do Estado, não estão claramente definidos.

Três Municípios protocolaram carta no IBAMA em que declaram que não aceitam a passagem dos oleodutos por seus territórios. Está muito claro, portanto, que o balanço entre benefício e impacto ambiental ainda não está bem determinado.

A falta do licenciamento ambiental não significa que o empreendimento não será feito. Quando o Estado solicita o licenciamento, ele o faz exatamente para poder analisar a mitigação dos impactos e os benefícios socioeconômicos, as compensações que Estados e Municípios necessitam fazer para que o empreendimento possa se dar.

Hoje, o Estado do Rio de Janeiro não esclarece essa situação. Os Municípios também não. O Presidente da PETROBRAS deixou claro que a FEEMA estaria convidada a participar do licenciamento. Eu realmente gostaria que ele fosse feito no Estado, para que pudéssemos levantar todos os pontos benéficos, todas as medidas mitigadoras e também todos os impactos ambientais que têm de ser evitados, que não podemos permitir que ocorram.

Além disso, no Estudo de Impacto Ambiental a questão da geração de empregos não está clara. Os números apresentados no estudo não batem com os apresentados pela PETROBRAS. A avaliação ambiental necessita de correções para que haja garantia de que o Estado do Rio de Janeiro está licenciando um empreendimento benéfico.

Concluo esclarecendo que a FEEMA vem sendo parceira da PETROBRAS em todos os licenciamentos, seja no termo de ajustamento de conduta da REDUC, seja no licenciamento dos gasodutos.

Acredito no compromisso da PETROBRAS de respeito ao meio ambiente, mas é importante lembrar que, mesmo havendo esse compromisso, já houve acidentes. Temos de nos precaver. O Estado tem a obrigação de garantir a qualidade ambiental desejada pela sua população.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo Chinaglia) – A Presidência registra a presença neste plenário do Ministro das Infra-Estruturas e dos Transportes da Itália, Pietro Lunardi, que está acompanhado do Embaixador italiano no Brasil, Vincenzo Petrone. (*Palmas.*) Sejam muito bem-vindos.

Peço ao Deputado Miro Teixeira que assuma a Presidência dos trabalhos.

*O Sr. Arlindo Chinaglia, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Miro Teixeira, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Miro Teixeira) – Concedo a palavra ao Deputado Arlindo Chinaglia, autor do requerimento.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, senhores convidados, demais autoridades presentes, em primeiro lugar, gostaria de falar sobre a origem do requerimento que apresentei para realização desta reunião.

Particpei como convidado de um debate na *TV Nacional*, no Rio de Janeiro. A certa altura, os jornalistas presentes começaram a questionar – não lembro se naquela época eu já era Líder da bancada do PT na Câmara, cargo que muito me honra e orgulha – que o Governo brasileiro estava discriminando o Rio de Janeiro. Perdoem-me os cariocas, mas eu estava completamente desinformado sobre essa grande polêmica. Da maneira mais franca possível, respondi que não sabia o que estava ocorrendo.

Evidentemente, não gostei de sair do programa com a sensação de que deveria ter respondido mais adequadamente. Na condição de Deputado do PT, queria ter podido apresentar números e dados sobre as ações do Governo brasileiro em todos os Estados da Federação, mas não acreditava que o Governo Federal estivesse discriminando o Rio de Janeiro.

Na saída, conversando com amigos, percebi que a disputa política estava acirradíssima. Então, após contatar a assessoria técnica, surgiu-me a idéia de propor Comissão Geral para tratar daquilo que, na nossa opinião, é o principal debate que a sociedade brasileira deveria fazer. Refiro-me não somente à sociedade carioca ou, eventualmente, à paulista – e para tranquilizar os interessados, em São Paulo não há mobilização para instalação de mais uma refinaria.

Pois bem. Nosso objetivo é nacionalizar o debate, para que, embora ele tenha um aspecto de disputa política – com toda a legitimidade –, não atrole os

interesses reais tanto da PETROBRAS quanto dos Estados envolvidos, a partir do Rio de Janeiro. Mas o interesse maior é nacional.

Entendemos a posição da PETROBRAS, e é bom deixar claro que ela não é de nenhum governo. A Câmara dos Deputados sempre evitou que os governos prejudicassem essa empresa. Quando surgiu aquela onda de privatizações no Brasil, pensamos logo numa maneira de salvá-la.

Como sou pouco informado no tema, surpreendeu-me saber do Presidente da PETROBRAS, Senador José Eduardo Dutra, que 70% do capital da empresa já está privatizado, ainda que o controle acionário seja da União. Faço uma observação, não uma crítica. Confio na direção da PETROBRAS. Tenho a percepção – que não tenho como provar, é lógico – de que quase a totalidade dos Parlamentares brasileiros a defendem.

Quero mostrar por que a empresa me encanta. Quando houve a comemoração dos 50 anos da PETROBRAS neste plenário, vários oradores falaram. Uma frase do Deputado Luiz Bassuma, do PT da Bahia, me marcou: “A PETROBRAS é o Brasil que já deu certo”. Isso é importante para o reconhecimento do papel da empresa e para vermos que, se nós brasileiros ousarmos, se considerarmos as dificuldades da PETROBRAS, também relatadas por seu Presidente, José Eduardo Dutra, é possível fazer do Brasil um país que deu certo.

Há uma década sequer sonhávamos que o Brasil pudesse ser auto-suficiente em petróleo. Agora, prevemos a nossa auto-suficiência para os anos de 2006 e 2007. Conclusão: a PETROBRAS não pode, sob pena de no mínimo ser uma incúria, deixar de se preparar e trabalhar para esse evento.

Os dutos contribuem ou não para que essa meta seja atingida?

Farei algumas observações a partir do que ouvi. Ninguém é contra a construção dos dutos, desde que determinadas condições sejam cumpridas. Tomo por referência a brilhante intervenção do Dr. Wagner Victor, que tratou dos 5 pontos basilares considerados pelo Estado do Rio de Janeiro.

Posso não concordar com suas observações, até porque ouvi contestações, mas falarei dos 5 pontos. O primeiro refere-se ao licenciamento, também abordado pela Dra. Isaura e pelo Presidente do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado do Rio de Janeiro. Tenho a lista de convidados, mas não estou encontrando os

nomes. Portanto, perdoem-me se eu errar, de maneira grosseira até, a identificação.

Com referência à questão ambiental, a PETROBRAS disse que caberá ao IBAMA resolvê-la. Outros comentaram: “Vamos sair do formal, porque não sabemos se os técnicos estão habilitados. E por que não o Estado do Rio de Janeiro fazer essa liberação?” Penso que é uma questão absolutamente fácil de ser resolvida. As reclamações que ouvimos foram que o IBAMA trava o desenvolvimento. Acredito que, se o IBAMA autorizar, todas as regras de meio ambiente estarão cumpridas e mais um pouco.

Portanto, sugiro – e perdoem-me a pretensão – que o IBAMA seja procurado tanto pelo Presidente do Conselho quanto pela Dra. Isaura Maria Ferreira Fraga, para que o trabalho seja contestado, ou melhorado, ou corrigido, se necessário for, ou ainda apoiado, a partir do momento em que houver convencimento no plano técnico.

Outra pergunta é sobre a retirada de recursos do Estado e a possibilidade de o Rio de Janeiro financiar a obra, com perda de receitas.

O Presidente da PETROBRAS respondeu que apenas no trecho marítimo, de um pouco mais de 100 quilômetros, do total de pouco mais de 700 quilômetros, e que, portanto, no trecho terrestre, de aproximadamente 600 quilômetros, não haverá alteração na participação especial. É preciso focar esse aspecto para ver se o Rio de Janeiro de fato está perdendo e quanto está perdendo.

A PETROBRAS também disse que está aberta à discussão. A segunda sugestão que faço é que a empresa solicite aos técnicos do Estado que apresentem suas planilhas. Penso que não há melhor método do que analisar os números deles. Contra números não há argumentos. É melhor do que fazer a disputa pública, uma vez que nem o povo carioca nem o de nenhum Estado saberão quais números são verdadeiros. E como não podemos acreditar que esperteza de qualquer origem, com qualquer objetivo, nesse caso, possa prevalecer, penso que, apresentando planilhas, é possível sanar essa divergência.

O Secretário, tomando como referência outras obras, disse que não serão gerados 34 mil empregos, como diz a PETROBRAS. O Presidente da ONIP disse que serão gerados 35 mil empregos. Temos a opinião de um Secretário e de um Presidente de entidade empresarial, que disse mais: que não cabe à sua entidade planejar matriz energética, fa-

zer planejamento meio ambiental e que duas vertentes vão gerar empregos.

Primeiro tem de haver investimento, que é papel da PETROBRAS. Nem São Paulo nem Rio de Janeiro nem o Brasil podem prescindir dos investimentos da empresa. Não podemos correr o risco de transformar aquilo que é uma vitória para cada Estado em eventual derrota, até por disputas, eu diria, regionais.

Como sou do Estado de São Paulo, quero também sugerir à PETROBRAS – é a terceira sugestão que faço – que convide para uma conversa os Governadores de São Paulo, do Rio de Janeiro e de Minas Gerais. Nessa conversa o conflito de interesse regional estaria sendo mediado pela empresa.

É claro que o Secretário e principalmente os Governadores não têm alternativa, eles têm de defender seus Estados, mas o limite é a razoabilidade. E não se consegue isso de maneira pública. É como disputar a violência entre os Estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Nada pior. Os 2 perdem de goleada. Portanto, creio que envolver todos os interessados é o melhor caminho para solucionar o problema.

Do ponto de vista da geração de emprego, também foi comentado que uma parte dos empregos são temporários, visto que a obra terá tempo determinado.

Foi incluída outra preocupação antecipada pelo Dr. Wagner Victor. Que investimento discricionário pode ser feito no Estado do Rio de Janeiro? Como poderá sobreviver ao problema uma região que hoje tem petróleo, embora amanhã não o tenha mais?

Esse é um debate que a PETROBRAS deve fazer, ainda que, do meu ponto de vista, não possamos jogar a decisão só para sua responsabilidade. Podemos cair na situação de exigir o ótimo e perder o bom.

Vamos admitir, por hipótese, que a PETROBRAS desista de fazer os dutos. Ninguém vai cercar navio dela para que continue fazendo e ampliando o transporte, embora tenha autonomia para fazê-lo. Portanto, temos de usar a força dos argumentos e não imaginar que o argumento da força possa prevalecer, porque a PETROBRAS felizmente é uma potência e não pretende fazer isso. No entanto, ela poderia, em detrimento de empregos nacionais, de aumento de *royalties*, principalmente para o Estado do Rio de Janeiro – é claro que não tenho elementos para contestar as divergências, longe de mim, mas estou convencido, pelos dados que tenho, de que essa decisão vai ser em benefício do Estado –, tentar ampliar a vantagem, o que considero legítimo. Todavia, a ponderação que temos de fazer é que não po-

demos abusar de determinado momento, em que pesem as divergências.

Se a PETROBRAS não fizer investimentos, o preço econômico será pesado, assim como o preço político a ser pago pelas disputas políticas. A empresa dirá que não investiu, os que fizeram oposição ao oleoduto dirão que ela não investiu porque prejudicava o Estado, e a PETROBRAS passará o tempo todo, com seu poder na mídia, financiando propaganda para dizer que isso era bom.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Miro Teixeira) – Peço licença ao orador para prestar um esclarecimento, devido às sinalizações que recebo do Plenário.

O Deputado Arlindo Chinaglia se inscreveu para falar na condição de Parlamentar e também requisitou o tempo de Liderança do PT. O nobre Deputado dispõe de mais 1 minuto na tribuna para conclusão do seu pronunciamento. Claro que S.Exa. contará com a compreensão da Mesa, caso precise de mais algum tempo para o esclarecimento do tema.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA** – Sr. Presidente, então proponho que os não-Líderes disponham de 3 minutos na tribuna. Temos ainda 11 oradores inscritos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Miro Teixeira) – Peço a V.Exa. que volte a apresentar esta sugestão ao Presidente da Mesa, porque não posso interromper o orador.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** – Agradeço, Sr. Presidente.

O Dr. Wagner formulou uma frase, a qual ninguém respondeu, e quero repeti-la. S.Sa. disse que construir o duto seria o mesmo que construir açude sem saber para onde a água vai. Como não tenho uma posição, digamos, *a priori*, quanto a sua afirmação, quero registrá-la, porque creio que ela merece o debate até para que sejamos esclarecidos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, convidados, todos perceberam que não usamos esse tempo para fazer uma disputa política no nível em que vem ocorrendo.

Encerro minha intervenção com uma proposta ao Presidente da Casa, a quem cabe deliberar: assim como sugerimos que os Governadores fossem convidados, propomos a criação de Comissão Externa para o acompanhamento desse debate, com a proposta adicional de que haja equilíbrio com os Deputados do Rio de Janeiro, portanto, uma relação biunívoca: de um para um, entre os que são a favor dos dutos

e os que são contrários, mas a maioria seja de outros Estados, porque o debate é nacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Miro Teixeira) – Convido o Deputado Arlindo Chinaglia a assumir a direção dos trabalhos.

*O Sr. Miro Teixeira, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Arlindo Chinaglia, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.*

**O SR. DEPUTADO EDSON EZEQUIEL** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo Chinaglia) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO EDSON EZEQUIEL** – Sr. Presidente, V.Exa. falou na condição de Parlamentar inscrito e de Presidente da Comissão.

Somos companheiros de longo tempo nesta Casa, e a questão de tempo não é fundamental. No entanto, na qualidade de Vice-Líder do PMDB, gostaria de obter tempo suficiente para tecer algumas considerações, visto que esse tema muito me aflige, por ser engenheiro concursado da PETROBRAS desde os 21 anos de idade. Dei a minha vida à empresa e dela muito recebi. Sou do Estado do Rio de Janeiro e quero o melhor não só para aquele Estado, mas para o Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo Chinaglia) – Deputado Edson Ezequiel, entendo a observação de V.Exa. e quero apenas prestar esclarecimento a V.Exa. e aos demais Vice-Líderes. V.Exa. poderá usar a palavra, mas se porventura o Líder comparecer à esta sessão, não poderá usar dessa prerrogativa, já que V.Exa. está fazendo uso dela.

Concederei a palavra a V.Exa. na condição de representante da Liderança do PMDB. Há manifestações do Plenário. O Deputado Fernando Gabeira propôs que os Deputados dispusessem de 3 minutos na tribuna. Se V.Exa. concordar – essa é uma tratativa pública —, proponho que os Líderes tenham 6 minutos. Na condição de autor do requerimento, dispus de tempo maior, e a este adicionei o tempo destinado ao Líder. Então, não sei por quantos minutos falei.

**O SR. DEPUTADO EDSON EZEQUIEL** – Sr. Presidente, suponhamos que seja realmente o tempo destinado à Liderança, não vou discutir com a Mesa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo Chinaglia) – Deixe-me explicar: os Líderes dispõem de 10 minutos.

**O SR. DEPUTADO EDSON EZEQUIEL** – No caso do PMDB, creio que são 8 minutos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo Chinaglia) – Nove minutos, Deputado.

**O SR. DEPUTADO EDSON EZEQUIEL** – Programei-me para falar por 6 minutos. Caso algum colega do PMDB queira falar...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo Chinaglia) – V.Exa. dispõe de 9 minutos na tribuna.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo Chinaglia) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA** – Sr. Presidente, em função da fala dos Líderes, deixo a minha intervenção para a Comissão do Meio Ambiente, onde originalmente discutiremos o tema.

Retiro, portanto, a minha inscrição e deixo para falar na Comissão do Meio Ambiente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo Chinaglia) – Pois não, Deputado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo Chinaglia) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Edson Ezequiel.

**O SR. DEPUTADO EDSON EZEQUIEL** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, autoridades presentes que participam deste debate de alto nível, em função dos interesses não só da PETROBRAS, mas do Estado do Rio de Janeiro e também – por que não? – Do Brasil como um todo; a parte mais importante, se observamos o aspecto estratégico global.

Já havia demonstrado ao Deputado Arlindo Chinaglia, querido Líder do PT, a minha esperança de que pessoas de bem, que possuem capacidade de diálogo, possam encontrar uma boa alternativa para a PETROBRAS e para o Brasil, mas com a devida compensação ao Estado do Rio de Janeiro, que, caso contrário, será prejudicado.

É óbvio que estamos partindo do princípio de que questões ambientais e de ordem técnica, vamos dizer assim, estarão superadas.

Para descontrair o ambiente, lembro a ocasião em que o Vice-Presidente da República, José Alencar, ao questionar sobre os juros, disse que eles não são questão técnica, mas política.

É claro que, naquele momento, S.Exa. estava num arroubo. Não estava querendo dizer que os juros não tinham todo um componente de ordem técnica, pois temos até modelos econométricos que naturalmente possuem suas variantes, mas sim que a deci-

são final, depois de analisados os aspectos técnicos, seria de ordem política.

Gostei muito das palavras do Presidente, Deputado Arlindo Chinaglia. S.Exa. estabeleceu algumas questões concretas, no sentido de que pessoas de bem podem encontrar soluções. Ninguém é mais esperto do que o outro. O interesse do Brasil tem de estar acima de tudo.

Faço algumas reflexões. Em primeiro lugar, vamos enfatizar alguns pontos que, creio, não podem ser contestados por nenhuma das partes. Os *royalties* são decorrentes da produção.

Não vou citar nomes, mas um dos expositores disse que estavam aumentando os *royalties* para o Rio de Janeiro. Os *royalties* são decorrentes da produção de petróleo. Não importa se isso é feito por duto ou por navio. Não é por aí. Muito pelo contrário. Sabemos que os dutos são mais caros e o transporte por navio é mais barato. Estamos nos referindo a pontos que aceitam contestação.

Sem dúvida alguma, o duto dá mais flexibilidade ao projeto estratégico maior, mas, num determinado grau, o seu custeio influi negativamente no balanço financeiro do Rio de Janeiro, no que concerne aos *royalties* do petróleo. Como bem disse o Presidente da Comissão, é preciso fazer um encontro das planilhas.

Quanto às questões ambientais, sabemos que vamos atravessar 19 Municípios e cerca de 100 rios. Confio na afirmação do Deputado Arlindo Chinaglia de que a FEEMA e o IBAMA têm técnicos do mais alto nível. Todos sabemos que é impossível garantir que não vai haver problema, até do ponto de vista da engenharia. Mas tenho total confiança de que, desde que seja um trabalho feito em parceria, será dito se poderá ou não ser realizada a obra, de acordo com certas precauções.

Dentro das minhas reflexões, falarei da questão estratégica e da logística.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, companheiros da PETROBRAS, convidados presentes, é aí que reside a questão. Tenho em mão – não vou lê-lo para não me alongar, mas posso passá-lo aos senhores – o editorial de 12 de março, do jornal *O Globo*, insuspeito nessas questões. Ele diz claramente que entende por que o Rio de Janeiro está nessa situação.

Parem para pensar. Eu trabalhei na PETROBRAS desde 1968. Ingressei na empresa com 21 anos de idade. Naquele momento, tínhamos uma pequena produção na Refinaria de Mataripe, na Bahia, que era a líder na época. Posteriormente, tive-

mos o Pólo Petroquímico de Camaçari, que inclusive ajudei a implantar, como engenheiro, mestre em ciências e professor, dentro dos quadros da PETROBRAS.

Volto a dizer: se isso foi consignado para o Estado da Bahia, em termos de contrapartida, encerro a questão de que temos muito poucos recursos. O duto vai ficar – vamos falar em ordem de grandeza, porque normalmente entram dólares e o câmbio pode variar – em 4,65 bilhões de reais. Se pensarmos numa refinaria de 126 mil barris, vamos gastar aproximadamente 1,5 bilhões de dólares. Se pensarmos numa refinaria de 200 mil barris, vamos despende aproximadamente 6,3 bilhões de reais, ou 2,5 bilhões de dólares.

Sr. Presidente, para concluir, sugiro que no eventual encontro entre os Governadores do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Minas Gerais também seja analisada a questão estratégica global do parque de refino. Ele é fundamental para a auto-suficiência do Brasil, a fim de que tenhamos inclusive a garantia de agregamento de valores e não fiquemos exportando petróleo bruto. Tenho certeza de que isso é importante para o nosso desenvolvimento e para que diminuam as arestas entre os Estados da Federação e as pessoas de bem, como as que estão presentes neste plenário – todas zelando pelo interesse maior do País.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo Chinaglia) – Obrigado, Deputado Edson Ezequiel.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo Chinaglia) – Informo aos Srs. Deputados que, no caso de outro Vice-Líder de partido quiser fazer uso da palavra na condição de Líder, será necessária a entrega da autorização por escrito, segundo o alerta que faz a Assessoria da Mesa.

Logo após a fala do Deputado Luiza Sérgio, apresentaremos um filme, que terá a duração de 4 minutos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo Chinaglia) – Com a palavra o Deputado Luiz Sérgio.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Presidente e Diretores da PETROBRAS, como o tempo determinado é de 3 minutos, serei disciplinado.

Em primeiro lugar, registro que a polêmica criada acerca do que é mais seguro se refere ao conceito de que, por essência, a atividade do petróleo é de risco. Há probabilidade de ocorrer acidentes tanto com navios quanto com dutos. E ninguém quer sustentar

empreendimento que afronte a legislação do meio ambiente.

Na condição de Parlamentar do Rio de Janeiro, com obrigação de defender o Estado e o Governo do qual sou membro, digo que não é verdadeira a polêmica suscitada: "*Oleoduto, não; refinaria, sim*". Defendo o oleoduto e a refinaria, e pergunto ao Governo do Estado se posso proceder a essa defesa.

Apresento 2 exemplos: de 1989 a 2000, o Partido dos Trabalhadores governou o Município de Angra dos Reis. Fui Vice-Prefeito na primeira gestão e Prefeito na segunda. Em 1989, houve um grande acidente com um petroleiro: o rebocador bateu, furou o casco e vazou. Naquela época, a FEEMA interditou o terminal durante vários meses.

No ano de 2002, quando o terminal fazia 25 anos – e estou falando de um dos mais importantes terminais petrolíferos da PETROBRAS no Brasil, situado em Angra dos Reis, no Rio de Janeiro –, houve um incêndio, e ele foi novamente interditado durante vários meses. Se nesses intervalos de tempo em que houve interdição, tivesse ocorrido no terminal petrolífero de São Sebastião, em São Paulo, acidente da mesma ordem de grandeza, a PETROBRAS estaria impossibilitada de escoar sua produção de petróleo para as mais importantes refinarias do País.

Analisando a questão sob essa ótica e colocando o interesse estratégico do País acima das lutas regionais, esses são 2 exemplos claros de que a PETROBRAS não pode ficar prisioneira apenas de um modal de transporte de petróleo. E esse é o debate que precisamos fazer. (*Palmas.*) Para tanto, precisamos levar em consideração todas essas condicionantes, do interesse ecológico, da preservação dos mananciais, da geração de emprego. Tudo isso é correto.

Mas nesses dados que estão evidenciados, e que qualquer um pode encontrar, há clara demonstração clara de que um País que quer, em 2007, chegar à auto-suficiência em petróleo para abastecer suas refinarias não pode ficar prisioneiro. Dessa forma, ele ficaria fragilizado, o que comprometeria a segurança do abastecimento de petróleo para nossas refinarias. Essa é a essência da questão.

Sr. Presidente, precisamos nos despir de vaidades e de interesses menores para discutir os interesses estratégicos do País.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo Chinaglia) – Passo a direção dos trabalhos ao Deputado Luiz Sérgio. Antes, porém, comunico que assistiremos agora ao vídeo da PETROBRAS, que tem a duração de 4 minutos.

(*Exibição de vídeo.*)

*O Sr. Arlindo Chinaglia, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Luiz Sérgio, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Sérgio) – Pela ordem de inscrição, concedo a palavra ao nobre Deputado Carlos Santana, do PT do Rio de Janeiro. S.Exa. dispõe de até 3 minutos na tribuna.

**O SR. DEPUTADO CARLOS SANTANA** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, ilustres técnicos da PETROBRAS e da FEEMA, caros representantes de prefeituras – que, a meu ver, deveriam ter voz neste evento, porque é nas Prefeituras que ocorrem as decisões locais –, a discussão que agora fazemos é técnica, mas a decisão será política.

É legítimo que o Governo do Estado faça a defesa da refinaria. E, para tanto, no embate político, usará de todas as argumentações a fim de tentar inviabilizar o oleoduto. Porém, aos Deputados Federais, incluindo os eleitos pelo Estado do Rio de Janeiro, cabe discutir sobre o que interessa mais ao Brasil.

Não sou carioca; sou capixaba. Fui obrigado a ir para o Rio de Janeiro e hoje me considero mais carioca do que muitos. Com 9 anos de idade, cheguei àquela que era a terra prometida. Mas, se a terra prometida fosse outra, meu pai seria obrigado a entrar no primeiro trem da antiga Leopoldina e ir embora.

Todos os Deputados sabem – e fiz essa pergunta quando do debate na PETROBRAS – que temos uma luta concreta nesta Casa no diz respeito a construir navios, com geração imediata de empregos, do que, cada vez mais, a população está necessitada. Esse, porém, não foi o pensamento do Estado do Rio de Janeiro, como nos tentaram fazer acreditar, porque a maior parte do setor de navieças se encontra em São Paulo, e o aço, em Minas Gerais. Ficou claro para mim, nesse debate na PETROBRAS, que não vamos deixar de fabricar os navios. E, se me dissessem o contrário, ficaria muito bravo. Nosso Estado se preparou para ter mão-de-obra específica. Temos de agradecer à PETROBRAS a quantidade de obras que existem lá e, ao Estado, os incentivos fiscais. O Estado tem hoje papel fundamental no que se refere a reerguer os estaleiros que possui.

Ressalto a presença do Sr. Wagner Victor, grande lutador, grande incentivador dessa área junto a vários Deputados, entre os quais me incluo.

Sr. Presidente, não há divergência. Vamos continuar a luta pela refinaria. Já passei pelo Buraco do Lume e inseri o meu nome no abaixo-assinado.

Se o oleoduto é fundamental para o crescimento do País, temos de fazê-lo. E faremos as duas coisas: o oleoduto e a refinaria, em favor da qual vamos às ruas brigar. Não temos de ficar aqui, desculpem-me os companheiros, argumentando se vão ser gerados 34 ou 22 postos de trabalho. Afinal, a miséria e o desemprego estão demais.

D. Ivone Lara, em um de seus sambas, diz: "*Negro sem emprego, vida sem sossego*". Neste caso, não apenas o negro, mas a população como um todo. Gerar emprego é fundamental para fazer com que o brasileiro seja cidadão.

Nós, do Rio de Janeiro, queremos as duas coisas: o oleoduto e a refinaria.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Sérgio) – Tem a palavra o Deputado Josias Quintal, do PMDB do Rio de Janeiro. S.Exa. disporá de 3 minutos.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** – Sr. Presidente, inicialmente, parablenizo todos que passaram por esta tribuna pela maneira explicativa e didática como manifestaram suas posições. Parablenizo ainda a PETROBRAS pela beleza do material que produziu, embora parte dele não encerre verdades absolutas e deva ser modificada, conforme foi observado pelo Sr. Wagner Victor e por outros companheiros.

Alerto a todos para o fato de que esse projeto certamente passará por muitas dificuldades. Digo isso porque conheço o pensamento da população fluminense acerca do assunto. O Governo do Estado e os Parlamentares que o apóiam compraram a briga: não ao oleoduto, sim à refinaria.

Todos assumiram esse compromisso com a população do Estado, especialmente com a do norte e noroeste fluminenses, regiões que vêm sendo abandonadas ao longo do tempo. Lá estão os piores índices de desenvolvimento humano do Estado. Apesar da prodigiosa natureza, que deixou ali uma riqueza fantástica, a população local não tem sido beneficiada.

O vídeo apresentado pela PETROBRAS e o plano diretor da empresa dão a impressão de que estão fazendo a coisa certa. Além do mais, lembro as palavras iniciais do Presidente José Eduardo Dutra. Disse S.Sa. que a PETROBRAS não abdicará de seu papel de grande alavancador do desenvolvimento.

Sr. Presidente, a população do Rio de Janeiro e seus Parlamentares também não abdicarão da sua obrigação de defender os interesses do Estado. Se, por ventura, os Prefeitos desses 19 Municípios facilitarem a realização do oleoduto em detrimento da refinaria, eles pagarão muito caro, como pagarão um preço muito alto os Parlamentares que se omitirem em relação ao assunto ou que tiverem posições divergentes das do Estado.

Quero parablenizar os Parlamentares de outros Estados que, ao longo da história, souberam muito bem defender os interesses de sua região. Dessa forma, parablenizo os Parlamentares de São Paulo, Estado que produz 767 vezes menos petróleo que o Rio de Janeiro e que, no entanto, refina 3,4 vezes mais; os Parlamentares do Paraná, Estado que produz 259 vezes menos petróleo que o Rio de Janeiro e tem igual capacidade de refino instalada, e os Parlamentares da Bahia, que produz 24 vezes menos petróleo e tem grande capacidade de refino implantada.

Evidentemente isso aconteceu em função de visão estratégica que valeu para aquele momento. E essa mesma visão deve existir em relação ao Rio de Janeiro.

Fico triste por ver o quanto o nosso Estado está estagnado em termos de desenvolvimento. Ainda no último final de semana, visitei Municípios do interior fluminense, onde me reuni com lideranças políticas, e pude ver o desânimo dos que representam a população quanto aos destinos de seus Municípios, especialmente os de Miracema e Cambuci, onde vem ocorrendo um processo contrário ao desenvolvimento.

Nesse sentido, reafirmo minha disposição de radicalizar a nossa defesa da instalação da refinaria no Estado. O oleoduto vai gerar recursos, sim, temporários, mas a refinaria vai proporcionar definitivamente a condição e a infra-estrutura necessárias ao desenvolvimento de caráter mais permanente de que precisamos.

Por que não iniciarmos o debate com a refinaria para, depois, falarmos de oleoduto? Por que não invertermos a pauta de discussão?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Sérgio) – O próximo orador, o Deputado Luiz Alberto, permutou seu lugar na ordem de inscrição com o Deputado Fernando Ferro, do PT de Pernambuco.

Portanto, com a palavra o Deputado Fernando Ferro.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, prezados convidados, técnicos e dirigentes da PETROBRAS,

quero manifestar minha opinião na condição de brasileiro que entende ser este um debate que não pode se cingir aos interesses do Estado do Rio de Janeiro. O assunto em tela faz parte de discussão estratégica de suprimento energético e diz respeito ao fato de estarmos retomando, no País, a discussão sobre soberania e política energética, com o objetivo de recuperar nossa capacidade de construir nosso destino numa área fundamental.

Vivemos, em passado recente, o esvaziamento das políticas de Estado nessa área, com o processo de privatização e a tentativa de lidar com esses interesses de maneira irresponsável, o que conduziu o País a algumas situações delicadas, especialmente no que se refere ao setor elétrico.

Essa discussão deve levar em conta o componente estratégico e deve ser abraçada também por Parlamentares de outras regiões. É inaceitável que o debate se contraponha a interesses específicos de um Estado e que uma questão de interesse nacional seja realizada sem a ampla participação de Parlamentares dos mais diversos Estados.

Discutir refinaria e infra-estrutura de petróleo é obrigação de todos os Parlamentares. Concordo plenamente com a iniciativa do Deputado Arlindo Chinaaglia de propor a participação de representantes de outros Estados. Até porque se fosse para ver pelo viés local e regional, estaria eu aqui bradando, gritando desesperadamente pela instalação de uma refinaria em Pernambuco, onde há um movimento em favor de tal pleito, como existe no Ceará, no Rio Grande do Norte e em outros Estados.

Tem de haver um compromisso entre os interesses estratégicos do País, a capacidade da PETROBRAS de resolver esses problemas e a necessidade de compreender o desenvolvimento do País como algo mais integrado, além da incorporação de outros Estados na distribuição da riqueza, a fim de diminuir as diferenças ainda existentes do processo de desenvolvimento do País.

Nós, do Nordeste, estamos interessados em fazer a discussão de maneira cidadã. Também estamos preocupados com os interesses nacionais. Queremos inclusive impedir o aproveitamento político que muitos querem dar a esse tipo de debate. É inaceitável que questão tão importante e séria como essa seja levada a algo de cunho menor, a um palanque menor de política rasteira, que termina envolvendo preocupações e interesses puramente locais, em detrimento dos interesses nacionais.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Sérgio) – A Mesa parabeniza V.Exa. pelo preciso cumprimento dos três minutos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Sérgio) – Com a palavra o Deputado Júlio Lopes, do PP do Rio de Janeiro.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores participantes desta reunião, vou caminhar em outra direção e ressaltar que, na condição de representante dos cidadãos do Rio de Janeiro, minha posição é muito mais voltada para o aspecto de infra-estrutura que há nessa discussão do que propriamente para os aspectos políticos aqui levantados.

Outro dia, fui informado na PETROBRAS de que, para a construção desses tubos, os quais seriam financiados pela Mitsui, num investimento total de 1,6 bilhão de dólares, se constituiria uma empresa com propósito específico. E me foi dito, com bastante galhardia e entusiasmo, que esse investimento estaria pago em 10 anos. Portanto, parece-me que os 4,5 bilhões do investimento serão exatamente o resultado que a PETROBRAS terá ao longo de 10 anos com a construção desse duto. Essa foi a lógica que nos foi apresentada. De alguma forma, a PETROBRAS lucrará 4,5 bilhões com a construção do duto.

De imediato, talvez por tolice, levantei a mão e perguntei: “Será que esses dutos se autodestruirão ao final de 10 anos?”. Rapidamente, foi-me respondido que não, que eles só se depreciarão em, no mínimo, 30, 35, 40 anos, e que talvez durem até mais. Fiz uma conta simples e verifiquei que a PETROBRAS auferirá ao longo desse período, digamos, de 30 anos, 13,8 bilhões – e isso, segundo a lógica simples que nos foi apresentada.

Caros diretores da PETROBRAS, aqui estou apenas na condição de representante dos cidadãos fluminenses, que querem como contrapartida real melhoria na infra-estrutura para o seu próprio uso e para o do Estado do Rio de Janeiro, e não a contrapartida oriunda dos benefícios que advirão da PETROBRAS com a implantação desses dutos. É muito razoável propor que pelo menos parte significativa do resultado que auferirá a companhia seja repassada ao Estado, uma vez que 90% da sua totalidade e de seus investimentos se realizarão em solo fluminense.

É razoabilíssimo, portanto, que estejamos pleiteando parcela dos resultados que os senhores terão; afinal, assim nos foi apresentado porque assim deverá ser pago à Mitsui na sociedade que a PETROBRAS constituirá com esse propósito.



De minha parte, peço que façamos, no grupo de discussão, debate específico, para saber o que caberá aos cidadãos fluminenses da enorme soma resultante da instalação desse oleoduto, contra o que não me posiciono. Ao contrário, serei favorável a toda obra que beneficiar o Brasil e os cidadãos fluminenses.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Sérgio) – Concedo a palavra ao Deputado Luiz Bassuma, do PT da Bahia.

**DISCURSO DO SR. DEPUTADO LUIZ BASSUMA QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ POSTERIORMENTE PUBLICADO.**

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Sérgio) – Concedo a palavra ao Deputado José Pimentel, do PT do Ceará.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ilustres dirigentes da PETROBRAS, caros convidados, qualquer resultado que a PETROBRAS apresente interessa à Nação. E precisamos defendê-la sempre. Antes de ser uma estatal, ela é uma empresa nacional. Por isso, o seu resultado interessa a todos os brasileiros. Do mesmo modo, qualquer infra-estrutura que venha a dar mais segurança ao desenvolvimento nacional precisa ser defendida por nós. No caso concreto dos dutos, é uma segurança para nós, porque não ficamos dependendo de um único transporte, seja marítimo seja terrestre. Portanto, a obra é necessária.

Outra questão são as refinarias. É legítimo o pleito do Rio de Janeiro, como também é o do Estado do Ceará, pois o Governo anterior investiu 450 milhões de dólares num terminal, o Porto do Pecém, exatamente para instalar a refinaria. Se não for construída a refinaria, os 450 milhões de dólares investidos ficarão perdidos.

Portanto, precisamos aprofundar o debate sobre onde será erguida essa refinaria. Uma coisa é o duto, outra, a refinaria.

Sr. Presidente, o orçamento do Estado do Ceará, o décimo do Brasil, é de 6 bilhões e 200 milhões de reais este ano. O repasse que uma única empresa, a PETROBRAS, fará para o Estado do Rio de Janeiro é superior a todo o orçamento do meu Estado.

Parabenizo os dirigentes da PETROBRAS pela maneira séria e competente da conduzir a empresa e pelos projetos estratégicos. O excelente resultado obtido para as finanças brasileiras desmascara os preconceituosos que ontem diziam que o Partido dos

Trabalhadores e os sindicalistas que estão na PETROBRAS não tinham condições de geri-la. Esse é o maior resultado de toda a história da PETROBRAS e é fruto da competente gestão indicada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, juntamente com os acionistas da empresa.

No que depender de nós, do Estado do Ceará, vamos continuar defendendo a PETROBRAS como empresa nacional que é. E queremos fazer um debate sobre o que é estratégico no País. Aliás, o apagão a que assistimos no setor de energia elétrica não pode se repetir no setor de petróleo.

Parabéns pelo projeto!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Sérgio) – Concedo a palavra ao Deputado Eduardo Cunha.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores convidados, gostaria de falar de alguns pontos muito importantes para reflexão e de corrigir algumas informações equivocadas.

Primeiro, o Rio de Janeiro não recebe, como disse o Presidente da PETROBRAS, 4,5 bilhões por ano de *royalties* e participação especial. O número é inferior a 2,8 bilhões por ano e não vai chegar a 7 bilhões, a não ser que a produção de petróleo da PETROBRAS triplique no Estado do Rio de Janeiro, o que não parece que vai ocorrer nos próximos anos.

Em segundo lugar, não estamos discutindo produção de petróleo e sim transporte. O que estamos debatendo aqui é a mudança do modal de transporte da PETROBRAS, de navio para duto. Então, não haverá prejuízo algum para a produção de petróleo no País e o Rio de Janeiro não vai ganhar um centavo a mais com a construção de oleodutos, com *royalties* ou com participação especial, porque, como disse, não se trata de produção.

Quero falar ainda sobre outros pontos relevantes.

Há grave risco ambiental para o Rio de Janeiro? Sim. Todos aqueles que correm riscos têm de ter algum benefício. O Estado não tem qualquer benefício para correr riscos até nos seus mananciais de água.

O Presidente da PETROBRAS disse que a participação especial vai ser afetada apenas na área marítima. É parcial a informação. Ela vai afetar até chegar em Cabiúnas. A lei diz que vai até o primeiro ponto de exploração da PETROBRAS, que é o Terminal de Cabiúnas. São mais 68 quilômetros de dutos, que vão estar incluindo custos na participação especial. Isso é fato, está na lei e não pode ser contestado por ninguém.

Faço referência ainda à participação especial do Rio de Janeiro. O Estado não vai perder apenas

18, 20 milhões, se isso for considerado. Serão mais de 50 milhões por ano, no mínimo. Essa participação especial, esse *royalty* está em garantia da dívida do Estado com a União. Basicamente, o Rio de Janeiro nem sequer recebe parte desses *royalties*. A partir do momento em que começar a perder, até o equilíbrio da sua relação de negociação com a União será afetado. Por exemplo, o Rio de Janeiro deu os *royalties* de petróleo para amortizar a dívida, ao contrário de São Paulo, que deu a FEPASA por 2 bilhões de reais, e depois foi privatizada por 200 milhões de reais. O Rio vem perdendo há muitos anos.

Desejo fazer menção também à indústria naval. Se a extração de petróleo tem tempo determinado, obviamente vai afetar a indústria naval do Rio de Janeiro. Certos campos petrolíferos vão se extinguir. O modal, que está sendo dividido entre navios e dutos, vai ficar somente no duto, porque já está lá. Conseqüentemente, a indústria naval do Estado vai perder a sua perspectiva de encomendas. Vai acabar a indústria naval, depois de certo período de exploração dos campos de petróleo. Isto é uma realidade: o Estado do Rio está perdendo com o oleoduto.

Além disso, a geração de empregos ocorreria de maneira muito mais satisfatória se o investimento permanecesse no Rio de Janeiro como refinaria. Ninguém está misturando refinaria com oleoduto, mas é claro que o Estado perde a vantagem competitiva de uma refinaria na medida em que o óleo sai do Rio de Janeiro e vai para São Paulo. O que estiver sendo refinado em São Paulo vai acabar sendo agregado por duto, vai ter de ficar lá, à medida que o campo tornar-se escasso.

Não podemos deixar de considerar que queremos empregos permanentes, e esse duto será operado depois por apenas 100 funcionários, nesse período. Isso é ridículo para o Rio de Janeiro, que produz 83% do petróleo, 83% do faturamento da PETROBRAS, 83% do seu lucro e da renda que obtém e distribui para seus acionistas e até mesmo para a União. Não investir no Estado é não reconhecer quem fez a PETROBRAS ficar do tamanho de hoje, é voltar as costas para quem está cedendo suas reservas naturais para serem investidas ali.

Concluindo, não podemos nos esquecer de que esse é o dado mais relevante de que dispomos. Os investimentos da PETROBRAS, no Rio de Janeiro, são única e exclusivamente para aumentar sua renda e produção e não investimentos sociais que possam trazer benefícios ou induzir ao desenvolvimento do Estado. Até mesmo os tubos utilizados para esse oleoduto serão fabricados fora dali.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Sérgio) – Dando prosseguimento à Comissão Geral, concedo a palavra à Deputada Laura Carneiro, do PFL do Rio de Janeiro. S.Exa. dispõe de 3 minutos.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** – Sr. Presidente, senhores convidados, Sr. Presidente José Eduardo Dutra, Sr. Diretor Renato Duque, Sr. Secretário Wagner Victer, Dr. Renato Duque, Dr. Eloi Fernández, Dra. Isaura Fraga, componentes tanto do Governo do Estado do Rio de Janeiro como da PETROBRAS, companheiros Deputados, representantes das instituições presentes, este assunto talvez seja muito mais simples para mim do que para todos os outros Deputados que me antecederam, mesmo porque não faço parte nem do Governo do Estado nem do Governo Federal, mas sou antes de tudo carioca, fluminense.

O interesse de toda bancada é idêntico, embora tenhamos nossas nuanças partidárias. É bom clarificarmos alguns dados a partir do que os técnicos, o Presidente José Dutra e o Secretário Wagner Victer levantaram.

Primeiro, a questão da auto-suficiência independe do duto. Com ou sem duto, teremos a auto-suficiência. Não nos interessa se 6,9, 5,6 ou 4,5, os *royalties* também independem dos dutos. Também é ponto pacífico o aumento dos *royalties* com ou sem duto. Obviamente, o investimento da PETROBRAS é importante para o Estado. Não importa se haverá 35, 25, 10 ou 5 mil empregos; são empregos, portanto, importantes para o Estado.

Aliás, Sr. Presidente, sinto a falta do IBAMA na sessão de hoje. Não entendo por que a Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente pode se manifestar, e o IBAMA não. Aquele Instituto tinha de estar aqui para também nos mostrar sua posição. Considero um erro de todos nós o IBAMA não estar participando desta reunião.

Obviamente, o IBAMA, por se tratar de matéria interestadual, terá de dar o seu laudo na questão ambiental – peço que não seja interrompida; vou usar o tempo do PFL, em nome dos Deputados Rodrigo Maia, Carlos Nader, e da Liderança do meu partido, a quem represento neste momento –, e a Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente será ouvida. A FEEMA não vai decidir, porque a decisão cabe ao IBAMA, mas ela tem de ser ouvida; não faz sentido não ser. E não acredito que qualquer Governo não ouça a FEEMA; nem penso que esse seja o interesse da PETROBRAS.

Até que ponto estamos numa política macro para o País, investindo em um sistema de escoamento e não na capacidade de refino? Essa é a grande questão.

Não é justo São Paulo não produzir petróleo e refinar 42%, o Rio produzir 82% e só refinar 12%. Ora, poderíamos resolver isso facilmente, se mudássemos a reforma tributária, a questão do ICMS. Como não vamos conseguir, precisamos buscar outra solução.

A sugestão é que se promova, por meio de uma comissão externa ou de um entendimento entre a PETROBRAS e o Governo do Estado, uma operação interligada, algo que possibilite verificar qual seria a nossa perda. Nessa operação interligada entraria a refinaria. Esse é o interesse do Estado *lato sensu*, porque é óbvio que a refinaria é para o futuro, não é só para hoje.

Ninguém é contra o oleoduto; sou a favor do oleoduto. Mas queremos, e talvez em razão das divergências políticas não possamos ser claros, trabalhar essa questão. Somos a favor do oleoduto e numa espécie de operação interligada trabalharíamos com o Estado a questão da refinaria. Isso seria possível e resolveria o problema dos 19 Municípios, que também poderiam fazer uma espécie de operação interligada, em face do lucro referido pelo Deputado Júlio Lopes. Ao mesmo tempo, avançaríamos especificamente com a questão da refinaria para o futuro.

Essas ações, portanto, são diferenciadas. O Estado precisa ter uma resposta: a de que no futuro teremos a refinaria e hoje teremos o oleoduto e, portanto, o investimento.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Sérgio) – Com a palavra o Deputado Almir Moura, que falará em nome do PL.

**O SR. DEPUTADO ALMIR MOURA** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários, senhores convidados, parabeno os responsáveis pela iniciativa de trazer para esta Câmara o debate em torno da criação do oleoduto do Rio de Janeiro.

Sr. Presidente, de antemão, afirmo que sou totalmente a favor do oleoduto, mas é óbvio que há algumas ponderações a fazer.

Nós, de Bangu, na zona oeste do Rio de Janeiro, estamos acostumados a reclamar mais do que ninguém. Se reclamarmos no Rio de Janeiro, poderemos ser indiciados por associação ao tráfico – já estamos com o pé atrás –, exceto se a reclamação for feita na Assembléia Legislativa. Esse é o protesto que fazemos: não podemos mais reclamar de arbitrariedade ou algo parecido no Rio de Janeiro, pois, repito,

corre-se o risco de ser indiciado por associação ao tráfico, mas, como tenho imunidade, falo porque represento o povo do Rio de Janeiro.

Sr. Presidente, primeiro, existe o problema da questão política. Se existe alguém unido nesta Casa é a bancada do Nordeste, ninguém nunca chamou a bancada do Nordeste e disse: *"Isso aqui não é nacional, é política rasteira, é isso ou aquilo outro"*. Dizem o que querem e defendem unidos, com razão, seus Estados, mas nós, do Sudeste, nunca viemos dizer que é política rasteira defender os Estados do Nordeste. Portanto, não admitimos que nos digam que fazemos política rasteira. Pela primeira vez, nós, do Rio de Janeiro, estamos unidos em favor de uma refinaria ou de um oleoduto.

A Governadora do Rio de Janeiro tem o mérito de brigar pelo Estado. Discordo da Governadora em 90% das vezes, mas concordo 100% com S.Exa. quando briga pelo Rio de Janeiro.

Agora, não podemos afirmar que o noroeste do Rio de Janeiro terá vantagem na construção desse oleoduto, até agora não vejo nenhuma vantagem. Vejo o norte, que hoje financia time de futebol e carnaval com o dinheiro que arrecada. Mas até agora não vi nada ser feito no noroeste do Estado do Rio de Janeiro. Ainda não sei o que está sendo feito para aquela população miserável.

Peço à nobre representante da FEEMA que dê uma passada na FABOR para ver como está a questão do meio ambiente na região perto da Refinaria Duque de Caxias – REDUC. O Presidente da FABOR disse que ia pedir a alguém de lá para falar comigo. Ele até disse o nome do cidadão da refinaria, mas eu me esqueci.

Parabeno a bancada do Rio de Janeiro, que tem suas divergências e discussões em torno da situação do oleoduto, da refinaria, mas que permanece unida. Sou representante do Rio de Janeiro e afirmo que nossa bancada está unida, sim.

Agora, quero saber também o que pensa o povo do Rio de Janeiro, porque isso aqui parece uma briga entre os Governos do Estado e o Federal. Isso tem de ser desassociado, senão o povo só vai perder. Não se pode transformar essa discussão numa briga de quem será o futuro Presidente do Brasil e o atual Presidente. Aí, não, sou contra, não podemos entrar nessa discussão. Quanto à refinaria e à geração de emprego, isso tem de acontecer.

Sr. Presidente, em 3 minutos, obviamente, não conseguimos dizer tudo que precisa ser dito e tudo o que pensamos. Porém, a PETROBRAS tem uma vir-

tude, e parabeno seu Presidente por isso. Ela nunca encerra o assunto, sempre está aberta. Isso é bom, pois até nós, ignorantes, podemos chegar lá e dizer o que pensamos. Não sei se o Governo do Rio de Janeiro tem a mesma virtude do Presidente da PETROBRAS.

Muito obrigado.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Sérgio) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** – Sr. Presidente, quero fazer uma correção.

O Presidente da PETROBRAS me mostrou que o valor a que se referiu quando falou sobre os *royalties* é relativo a Estados e Municípios. Eu havia entendido que era apenas aos Estados e, realmente, falei de Estados. Quero corrigir para fazer justiça a S.Exa., que fez referência a Estados e Municípios.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Sérgio) – Com a palavra o Deputado Fernando Lopes.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO LOPES** – Sr. Presidente, colegas Deputados, autoridades presentes, quero desmistificar ponto que tem sido repisado por diversos Parlamentares: a questão do interesse nacional *versus* o interesse local.

Entendo que não servem ao interesse nacional a concentração da atividade econômica, a concentração do poder econômico e a concentração espacial.

Esse é um componente fundamental, porque nós, do Rio de Janeiro, não defendemos apenas uma refinaria para o Rio de Janeiro. Entendemos que deve haver outras refinarias, ou pelo menos mais uma, em outras áreas do território nacional, porque essa desconcentração faz bem à saúde da Federação e à economia nacional, que não pode se limitar a concentrar-se excessivamente em uma Unidade da Federação.

Além disso, a discussão do oleoduto não está dissociada da discussão da refinaria. Pelo contrário: uma decisão cria óbices, cria dificuldades para outras. Por isso, essa decisão tem de ser tomada em conjunto.

Não combatemos o oleoduto pelo oleoduto em si. O que combatemos é a forma tecnocrática e impositiva como a questão é tratada. E quando digo isso não me refiro apenas à PETROBRAS ou à sua direção. Essa é uma prática da PETROBRAS. Ao mesmo tempo em que reconhecemos a competência técnica dos seus quadros, também devemos reconhecer que a empresa se comporta segundo a lógica do grande capital e toma decisões que não se fundam no inte-

resse nacional, mas no seu interesse como grande estatal. E isso também tem de mudar.

Essa é uma decisão política com P maiúsculo. Até o Presidente da República já disse que a decisão é política, que a PETROBRAS estabelece o quadro de condicionantes técnicos, mas a decisão é política.

É com base nisso que temos defendido, no Estado do Rio de Janeiro, que a decisão primeira é aquela sobre a refinaria no nosso Estado e sobre outras refinarias que possam ser feitas no nosso País, a fim de desconcentrar o quadro de refino e permitir a multiplicação dos pólos de desenvolvimento em que as refinarias nos outros Estados se constituíram no passado. E é exatamente por isso que essa decisão deve preceder a outra.

Estudos técnicos e debates públicos sobre a construção do oleoduto devem ser feitos respeitando-se os órgãos estaduais. A FEEMA não tem de colaborar com o IBAMA, não. É preciso respeitar a legislação, que exige licenciamento da FEEMA, porque há impactos locais, dentro do Estado Rio de Janeiro. O oleoduto não terá problemas em todo o seu percurso simultaneamente, mas problemas locais. Por isso tem de ser licenciado pela FEEMA, da mesma forma que, em relação aos impactos entre Estados, tem de ter participação do IBAMA.

O que vemos, porém, é um atropelo, é um passar por cima. Daqui a pouco vão dizer que, como existem cidades paulistas e fluminenses envolvidas na questão, a decisão dos Municípios vai passar pelo Ministério das Cidades. Temos de respeitar as instâncias legais. Não pode haver atropelo; não se pode agir de forma autoritária e tecnocrática, mas na base do diálogo e da decisão política.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Sérgio) – Concedo a palavra ao Deputado Paulo Feijó, do PSDB do Rio de Janeiro, que disporá de 3 minutos para seu pronunciamento.

**O SR. DEPUTADO PAULO FEIJÓ** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, demais autoridades, discordando de alguns oradores, entendo que essa discussão tem de ser politizada, sim, até porque o Estado do Rio de Janeiro precisa muito de uma resposta da sua bancada.

Historicamente, o Rio de Janeiro vem acumulando alguns insucessos, e sua bancada hoje é muito cobrada em relação a esses resultados. Relembremos alguns: a não-tributação do ICM do petróleo no Estado produtor; as execuções orçamentárias, que lá acontecem em patamares bem abaixo da média dos

outros Estados; o decreto do Governo Federal por intermédio do qual foram concedidos incentivos fiscais ao Espírito Santo, decisão que fragilizou demais o norte e o noroeste do Estado, há 30 anos. E digo com muita tranquilidade que esse decreto apenou criminosamente a região, porque moro lá. Poderia ainda citar inúmeros outros insucessos vividos pela nossa bancada, mas fico nesses.

Apóio a decisão da Governadora do Rio de Janeiro e o posicionamento da bancada do PMDB, amiga e competente, quando convida todos para radicalizar, o que acontecerá até o limite do não-prejuízo da execução desse projeto, que é importante para o País e para o Estado.

O norte e o noroeste do Rio de Janeiro acumulam um dos piores índices econômicos e sociais brasileiros. Quanto aos *royalties* que a região passou a receber há pouco tempo, o que posso dizer é que a dívida será resgatada a médio e longo prazos. O Brasil deve muito ao norte do Estado, que produz 82% do petróleo nacional. E temos de nos preocupar com a região, porque, daqui a alguns anos, ela não produzirá mais petróleo. Como, então, seu povo sobreviverá? Somos obrigados a defender os interesses nacionais, mas nós, do Rio de Janeiro – e falo em nome dos 46 Deputados Federais e dos 3 Senadores –, estamos fechados nessa discussão: oleoduto, sim; refinaria, também.

A PETROBRAS, com respeito aos seus competentes profissionais, historicamente, se posiciona de maneira unilateral em decisões importantes. E a decisão não pode ser tomada antes da ocorrência desse diálogo. Esperamos, então, que a PETROBRAS seja sensível a essa realidade. E vamos cobrar também do Presidente Lula uma decisão a favor do Estado do Rio de Janeiro, até porque foi naquele Estado que S.Exa. obteve a maior votação proporcional.

O político, quando é bom – e acredito muito na competência e na gratidão do Presidente Lula –, tem de acenar favoravelmente às pessoas e aos Estados de quem recebeu apoio no momento em que precisou.

Então, Sr. Presidente, esperamos que, no momento certo, sejam alcançadas as soluções, de modo a que o Estado do Rio de Janeiro, por meio de sua bancada nesta Casa e da competente decisão da PETROBRAS e do Governo Federal, possa resgatar as grandes dívidas que se acumularam ao longo dos anos para com sua população, até mesmo em razão da desunião de sua bancada, o que não é o caso neste momento.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Sérgio) – Dando prosseguimento aos trabalhos, quero registrar que ainda estão inscritos os Deputados Simão Ses-

sim, Reinaldo Betão, Bernardo Ariston, Lindberg Farias, Angela Guadagnin e Eduardo Paes. Após as manifestações de S.Exas., encerraremos os trabalhos.

Passo a palavra ao Deputado Simão Sessim, do PP do Rio de Janeiro.

**O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e convidados, não há sentimento maior do que o amor à família em que nascemos, ao chão no qual vivemos ao mundo e à comunidade que representamos.

Nós, nascidos em solo fluminense, temos a responsabilidade e o orgulho de representar aquele Estado no Congresso Nacional e não podemos deixar passar, mais uma vez – lutaremos com garra para que isso não aconteça –, oportunidade histórica. O Rio de Janeiro foi e tem sido sempre prejudicado nas grandes decisões, porque, lamentavelmente, não encontramos respaldo no Governo Central. Assim ocorreu quando perdemos o momento histórico da mudança da Capital da República e quando, na Assembleia Nacional Constituinte, perdemos a cobrança dos impostos sobre petróleo na produção.

Por isso, Sr. Presidente, neste momento histórico, queremos apresentar unidos a posição do Rio de Janeiro. Não podemos ter divergências, especialmente numa hora em que se vai definir esta grande conquista do Rio de Janeiro: a realização do sonho de nosso povo – e o sentimento de vitória já está arraigado em todos nós – de construir em solo fluminense essa refinaria.

Dizem agora que a discussão é sobre o oleoduto. Mas essa discussão já foi apresentada aqui de várias formas, com pontos favoráveis e contrários. Diria até que não podemos nem devemos encerrá-la no prazo estipulado pela PETROBRAS.

Tenho orgulho de ser brasileiro e ter a PETROBRAS, a nossa maior empresa, muito bem colocada no *ranking* mundial. A PETROBRAS é também uma vitória do povo brasileiro, que na rua gritava: “O petróleo é nosso!” Da mesma forma, hoje o Rio de Janeiro, sob o comando da nossa Governadora, grita: “A refinaria é nossa!”

Vamos fazer isso, Sr. Presidente, até porque não temos outra saída. Como disse o Deputado Paulo Feijó, seremos cobrados a médio e longo prazos pelas decisões que tomaremos aqui, assim como pelo dinheiro que deixamos de receber pela produção do petróleo. E seremos cobrados sempre se não conseguirmos sensibilizar a PETROBRAS no sentido de que seja ampliada a pauta de discussão, a fim de que ela não se reduza à construção do oleoduto.

Temos os argumentos apresentados pelo Secretário de Minas e Energia; irrespondíveis, do ponto de vista técnico, mas queremos uma decisão política.

Portanto, nós, Deputados Federais, vamos lutar juntos, de mãos dadas com o povo fluminense, com Vereadores, Prefeitos, Deputados Estaduais, Senadores, Governadora e, principalmente, com Deus, pela vitória na decisão acerca da refinaria.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Sérgio) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Lindberg Farias.

**O SR. DEPUTADO LINDBERG FARIAS** – Sr. Presidente, nobres colegas, Sr. Presidente da PETROBRAS, Sr. Secretário de Estado de Energia, da Indústria Naval e do Petróleo do Estado do Rio de Janeiro, meu amigo Wagner Granja Victor, o problema não é técnico, é político. E considero um erro político a postura do Governo do Estado ante essa questão. Digo que o problema não é técnico, porque todo mundo sabe da importância desse oleoduto para a segurança do abastecimento do País.

Não é possível levar a sério o argumento de que, se aumentarmos de 20% para 40% o escoamento de petróleo por dutos, inviabilizaremos a refinaria. Esse não é um argumento factível.

Sabemos que o Estado do Rio de Janeiro, no mês de janeiro último, teve o pior desempenho econômico entre todos os Estados do País em relação a 2003. Registramos uma queda de 5,9%. E todos sabem que investimentos da ordem de 4 bilhões e 650 milhões são muito importantes para o Estado.

O problema, meu caro Victor – a quem muito respeito e que é um grande técnico, assim como o Presidente José Eduardo, cuja capacidade técnica e profissional é reconhecida –, é o erro de dosagem na política adotada pelo ex-Governador e pela atual Governadora. Essa política não leva para o Rio de Janeiro a batalha da refinaria, mas, de pronto, à perda do oleoduto e da refinaria. Ou alguém acredita que, após essa campanha toda para inviabilizar a construção do oleoduto, o Rio de Janeiro será contemplado com a refinaria? Será que alguém acredita que o Estado será premiado com a refinaria, depois de campanha desse nível? Não é assim.

Particpei de várias reivindicações neste País e sei que não é dessa forma que devemos pleitear a construção da refinaria. Não é espalhando *outdoors* no Estado com os dizeres “*Lula não gosta do Rio de Janeiro*” que vamos ganhar a luta pela refinaria. A campanha da Governadora está prejudicando o Estado.

Deputada Laura Carneiro, o *slogan* que queremos é: “*Oleoduto, sim; refinaria, sim*”. E o meu medo é o de que este *slogan* acabe sendo “*Oleoduto, não; refinaria, não*”.

Por isso, digo ao ex-Governador Anthony Garotinho e à atual Governadora, Rosinha Matheus, que uma boa demonstração ao Governo Federal e ao País seria, nos próximos dias, recuar dessa posição e aceitar, com todas as críticas, a construção do oleoduto, a fim de unificar o Estado na luta pela refinaria. Seria essa a única forma de continuarmos na batalha pela refinaria.

Caso contrário, Deputado Simão Sessim, sabemos o que acontecerá com esse esticar de cordas. Parece-me que esse jogo tem como objetivo muito mais desgastar o Governo Federal e a PETROBRAS do que lutar, verdadeiramente, pela refinaria.

Caberia, neste último momento, uma reflexão aos nobres Deputados e Líderes aliados à Governadora Rosinha Matheus sobre a possibilidade de recuo, aceitando a construção de oleoduto, a fim de fortalecer a luta pela refinaria no Estado do Rio de Janeiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Sérgio) – Concedo a palavra à penúltima oradora inscrita, a nobre Deputada Angela Guadagnin, do PT de São Paulo. S.Exa. disporá de até 3 minutos na tribuna.

**A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN** – Sr. Presidente, há vantagens e desvantagens em falar após muitos oradores: a vantagem é que podemos rebater os argumentos apresentados; a desvantagem é sermos repetitivos.

O Deputado Simão Sessim lembrou aqui o *slogan* “*O petróleo é nosso!*”. Eu era muito criança quando foi deflagrada essa campanha, mas já entendia que ela não queria dizer que o petróleo era do Rio de Janeiro, mas do Brasil.

Quando uma empresa faz um planejamento estratégico de gasto e prevê o orçamento para tal, tem de verificar diversos dados. Entre os dados elaborados pela PETROBRAS para construir ou não um oleoduto, entra a questão do transporte do óleo por caminhão e/ou por navio. É verificado se, com o oleoduto, há diminuição da possibilidade de acidentes.

Investir em oleoduto é facilitar o transporte do óleo e baratear o seu custo. Ao mesmo tempo, quando a PETROBRAS, empresa estratégica, pensa em levar o óleo para as refinarias que já possuem equipamentos instalados e que passam a produzir imediatamente, também potencializa esses equipamentos no sentido de aumentar a produção.

Com certeza, ao fazer esse levantamento de dados, a PETROBRAS observou que o Estado do Rio de Janeiro produz mais e consome menos e que o Paraná e São Paulo consomem mais e produzem me-

nos. Não é à toa que se instalaram refinarias em São José dos Campos e em Paulínia, uma estação de bombeamento em Guararema e um porto de entrada com oleoduto em São Sebastião, que é exatamente a região do País que mais consome o produto.

Não estamos falando de um Estado brasileiro, mas do Estado brasileiro, de uma Federação republicana que tem o domínio do seu petróleo. O petróleo é do Brasil, que tem de pensar estrategicamente na produção, no consumo, na distribuição e na melhor forma de produzir, agregando divisas, *royalties* e recursos que vão para os Estados e Municípios.

Sou de São José dos Campos e sei que esse oleoduto, que vai passar em toda a região do Vale do Paraíba, vai gerar empregos, *royalties*, divisas e impostos em todos esses Municípios. Não estou brigando se é em São Paulo ou no Rio de Janeiro, mas na defesa de um planejamento estratégico que a PETROBRAS fez para o Brasil.

No momento oportuno, estou certa, a PETROBRAS – que já deve estar começando a pensar nisso agora – iniciará estudos para saber onde será melhor para o País construir uma refinaria daqui a 2 ou 3 anos, de modo a facilitar a distribuição e baratear a produção, uma vez que no Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná já existem refinarias.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Sérgio) – Concedo a palavra ao Deputado Eduardo Paes.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO PAES** – Nobre Deputado Luiz Sérgio, caros colegas, senhoras e senhores, salvo engano sou o último inscrito para falar, o que me deixa de certa forma bastante satisfeito.

Começo a tratar dessa questão num campo que me parece bastante apropriado – o da política –, tendo em vista estarmos na Câmara dos Deputados. Não estamos aqui para travar uma guerra federativa, até porque não é essa a característica dos políticos do Rio de Janeiro.

Não sou da base de apoio da Governadora Rosinha. Contesto, aliás, boa parte de suas ações no Estado. Nessa questão, entretanto, não se trata da política Rosinha do PMDB, mas da Governadora do Rio de Janeiro e que, como tal, representa os interesses do Estado.

Essa é a segunda vez, nesta Legislatura, que tenho oportunidade de tomar essa atitude em relação à Governadora Rosinha. A primeira foi durante a reforma tributária, quando discutíamos questões importantes para o Estado.

O Rio de Janeiro, sob o ponto de vista dos argumentos técnicos e do que era correto e coerente, caminhava bem, mas quando entrou no campo da política, mais uma vez foi prejudicado na reforma tributária ou deixou de ter os seus pleitos atendidos. Tem sido essa a lógica de tratamento em relação ao Rio de Janeiro. É importante que a PETROBRAS, o Governo e o Partido dos Trabalhadores entendam que essa passou a ser uma questão política e que será tratada politicamente pela bancada do Rio de Janeiro ou por boa parte dela, inclusive pelos que fazem oposição à Governadora Rosinha.

Encontro-me numa situação *sui generis*. O Deputado Lindberg Farias dizia que eu posso falar mal do Governo Federal e da Governadora. No caso, só vou chamar a atenção do Governo Federal e irmanar-me com a Governadora Rosinha.

Essa é uma questão política, sim, porque o Rio de Janeiro vem sofrendo um processo de esvaziamento que não me cabe aqui repetir, até porque demoraria muito tempo. Em detrimento do interesse nacional, do que seria tecnicamente correto, que não me parece ser o caso desse oleoduto – por enquanto ninguém conseguiu me convencer –, o Rio de Janeiro vem sendo prejudicado.

A PETROBRAS orgulha a todos nós. Tem desempenho e capacidade fantásticos. Ela cumpre uma função de desenvolvimento e crescimento do País, caso contrário não teria as condições que tem, seu presidente não seria nomeado pelo Presidente da República, seus diretores não seriam escolhidos de forma política.

Essa não é uma posição fechada do meu partido, mas posso falar em meu nome. Na condição de políticos do Rio de Janeiro, não permitiremos que esse oleoduto vá em frente. E chamo a atenção para essa estratégia de *marketing*, em que se afirma que o Estado do Rio de Janeiro vai ganhar mais de 200 milhões de reais em *royalties*. Não entendo como a construção de um oleoduto pode trazer 200 milhões de reais em *royalties*. O que faz crescer os *royalties* é o aumento da produção e a produção não se dá no oleoduto – o oleoduto transporta o óleo.

Portanto, temos de prestar muita atenção a esse jogo de palavras, mesmo porque, senhores membros do Governo e senhores que o apóiam, quem perde é o Presidente Lula. S.Exa., ontem, teve de entrar pela porta dos fundos do Copacabana Palace e, daqui a pouco, não poderá mais ir ao Rio de Janeiro, porque se alastra a falta de carinho com um Estado onde o Presidente teve o seu melhor desempenho eleitoral.

Por isso, fica clara a nossa postura contra a construção do oleoduto, em defesa dos interesses do Rio de Janeiro.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Sérgio) – Concedo a palavra ao Deputado Jorge Bittar.

**O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, convidados da PETROBRAS e do Governo do Estado do Rio de Janeiro, demais presentes, ainda bem que me inscrevi a tempo e a hora.

Ouvi com atenção as palavras do Deputado Eduardo Paes, por quem tenho grande consideração pessoal e política – S.Exa. sabe disso –, e quero manifestar minha concordância com algo que é consenso entre todos nós, do Rio de Janeiro. É absolutamente legítima e correta a luta do nosso Estado pela instalação de uma refinaria de processamento do óleo da Bacia de Campos, com suas características especiais etc. É absolutamente legítima, insisto, a luta da população do Estado do Rio de Janeiro em defesa da refinaria. Por outro lado, parece-me ser um equívoco total contrapor a luta pela refinaria à construção do oleoduto. Não há nenhum embasamento técnico sério para essa disputa. As pessoas que observam as informações fornecidas pela PETROBRAS, informações claras, transparentes, percebem que há um problema operacional sério no transporte do petróleo produzido na Bacia de Campos. Grande parte desse petróleo vai, sim, para os Estados do Sul, para o terminal de São Sebastião, por exemplo, onde gira o maior tráfego de petroleiros do mundo, segundo se diz. O risco operacional disso é seriíssimo. Não é preciso ser petroleiro nem técnico na área para saber disso.

A PETROBRAS, em boa hora, resolveu construir uma via alternativa, que não vai transportar todo o petróleo produzido na Bacia de Campos. Não. A maior parte do petróleo lá produzido continuará sendo transportada por via marítima. Parece-me que há uma contraposição política, não técnica. Se de um lado pode ser atrativo dizer que estamos encostando a PETROBRAS na parede, barganhando com ela – a meu ver, a forma como está sendo feita essa disputa é absolutamente equivocada, porque levará a empresa a buscar alternativas para o risco operacional que se introduz na região –, de outro, quando se trava a luta política de forma fundamentalista e radical, retira-se dos interlocutores, daqueles que lutam pela refinaria, parte da sua legitimidade no processo político. Como podemos desejar que a PETROBRAS continue a expandir sua produção, a transportar e a refinar com segurança operacional e com redução dos riscos ambientais?

Hoje a PETROBRAS é uma das melhores empresas do mundo no que diz respeito à segurança operacional e redução de riscos ambientais, o que só foi conseguido com muita habilidade e eficiência.

Como manter esse nível, impedindo a empresa de construir o oleoduto? Temos de travar este diálogo de forma sincera e firme. Há problemas ambientais na construção do oleoduto? Então, vamos discuti-los. A PETROBRAS diz que ele vai seguir o mesmo caminho, o mesmo traçado percorrido pelo oleoduto já existente. Mas vamos discutir isso também. Há riscos ambientais adicionais? Vamos discuti-los com a seriedade que o tema merece. Que medidas de proteção ao meio ambiente devem ser adotadas? Há perda de receita para o Estado do Rio de Janeiro e eventualmente para os nossos Municípios? Vamos discutir com a PETROBRAS essas consequências e propor a adoção de medidas compensatórias, investimentos sem prejuízo da continuidade da discussão da refinaria, pleiteada por vários Estados da Federação e, com muita legitimidade, pelo Rio de Janeiro.

Meu amigo Deputado Eduardo Paes, companheiros do Governo do Rio de Janeiro, a radicalização ao limite dessa luta política, desse confronto com o Governo Federal, ao contrário de beneficiar o Estado, poderá nos levar a uma marginalização maior do que aquela a que fomos relegados nestes anos todos. Os problemas do Rio de Janeiro não decorrem do atual Governo Federal, mas de anos e anos de abandono e talvez da incapacidade da classe política estadual de se unir em defesa dos interesses estaduais.

Esta é uma grande oportunidade para superarmos os problemas do passado e construirmos um caminho sério e seguro para enfrentar nossas adversidades.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Sérgio) – Por intermédio do Dr. José Eduardo Dutra, agradecemos a todos os representantes da PETROBRAS que aqui compareceram. Agradecemos também ao Sr. Reynaldo Rocha Barros, Presidente do CREA do Rio de Janeiro; ao Sr. Eloi Fernandes e Fernandes, Presidente da ONIP; ao Sr. Mauro José Campos Pereira, Diretor da FIRJAN; à Sra. Isaura Maria Ferreira Fraga, Presidente da FEEMA, e a todos os Srs. Parlamentares a participação.

O nosso objetivo de trazer a esta Casa o debate sobre obra tão importante foi cumprido.

Mais uma vez, obrigado a todos pela presença.

## V – ENCERRAMENTO

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Sérgio) – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Sérgio) – Está encerrada a sessão.

*(Encerra-se a sessão às 13 horas e 35 minutos.)*



## Ata da 22ª Sessão, em 16 de março de 2004

*Presidência dos Srs. Inocêncio Oliveira, 1º Vice-Presidente; Benedito de Lira,  
§ 2º do artigo 18 do Regimento Interno*

**ÀS 14 HORAS COMPARECEM OS  
SRS.:**

Inocêncio Oliveira  
Luiz Piauhyllino  
Geddel Vieira Lima  
Severino Cavalcanti  
Nilton Capixaba  
Gonzaga Patriota

### RORAIMA

ALCESTE ALMEIDAPMDB  
DR. RODOLFO PEREIRAPDT  
FRANCISCO RODRIGUESPFL  
LUCIANO CASTROPLPL/PSL  
MARIA HELENAPPS  
PASTOR FRANKEMBERGENPTB  
SUELY CAMPOSPP  
**Total de Roraima: 7**

### AMAPÁ

CORONEL ALVESPLPL/PSL  
DAVI ALCOLUMBREPDT  
EDUARDO SEABRAPTB  
VALDENOR GUEDESPPSC  
**Total de Amapá: 4**

### PARÁ

ANN PONTESPMDB  
JADER BARBALHOPMDB  
JOSÉ PRIANTEPMDB  
NICIAS RIBEIROPSDB  
NILSON PINTOPSDB  
PAULO ROCHAPT  
RAIMUNDO SANTOSPLPL/PSL  
ZÉ GERALDOPT  
ZÉ LIMAPP  
ZEQUINHA MARINHOPSC  
**Total de Pará: 10**

### AMAZONAS

ÁTILA LINSPPS  
VANESSA GRAZZIOTINPCdoB  
**Total de Amazonas: 2**

### RONDONIA

ANSELMOPT  
EDUARDO VALVERDEPT  
MARINHA RAUPPPMDB  
MIGUEL DE SOUZAPLPL/PSL  
**Total de Rondonia: 4**

### ACRE

JOÃO CORREIAPMDB  
JÚNIOR BETÃOPPS  
NILSON MOURÃOPT  
PERPÉTUA ALMEIDAPCdoB  
ZICO BRONZEADOPT  
**Total de Acre: 5**

### TOCANTINS

HOMERO BARRETOPTB  
KÁTIA ABREUPFL  
MAURÍCIO RABELOPLPL/PSL  
PASTOR AMARILDOPSC  
RONALDO DIMASPSDB  
**Total de Tocantins: 5**

### MARANHÃO

ANTONIO JOAQUIMPP  
CÉSAR BANDEIRAPFL  
DR. RIBAMAR ALVESPSB  
GASTÃO VIEIRAPMDB  
PAULO MARINHOPLPL/PSL  
PEDRO FERNANDESPTB  
SEBASTIÃO MADEIRAPSDB  
TEREZINHA FERNANDESPT  
WAGNER LAGOPP  
**Total de Maranhão: 9**

### CEARÁ

ALMEIDA DE JESUSPLPL/PSL  
ANÍBAL GOMESPMDB  
ANTONIO CAMBRAIAPSDB  
GONZAGA MOTAPSDB  
INÁCIO ARRUDAPCdoB  
JOÃO ALFREDOPT  
JOSÉ LINHARESPP

JOSÉ PIMENTELPT

LÉO ALCÂNTARAPSDB

MANOEL SALVIANOPSDB

MARCELO TEIXEIRAPMDB

MAURO BENEVIDESPMDB

ROBERTO PESSOAPLPL/PSL

VICENTE ARRUDAPSDB

ZÉ GERARDOPMDB

**Total de Ceará: 15****PIAUI**

B. SÁPPS

PAES LANDIMPTB

**Total de Piauí: 2****PARAÍBA**

ENIVALDO RIBEIROPP

INALDO LEITÃOPLPL/PSL

LUIZ COUTOPT

MARCONDES GADELHAPT

RICARDO RIQUEPLPL/PSL

WILSON SANTIAGOPMDB

**Total de Paraíba: 6****PERNAMBUCO**

CARLOS EDUARDO CADOCAPMDB

FERNANDO FERROPT

JORGE GOMESPSB

JOSÉ CHAVESPTB

JOSÉ MENDONÇA BEZERRAPFL

MAURÍCIO RANDSPT

RENILDO CALHEIROSPCdoB

ROBERTO MAGALHÃESPTB

**Total de Pernambuco: 8****ALAGOAS**

BENEDITO DE LIRAPP

GIVALDO CARIMBÃOPSB

ROGÉRIO TEÓFILOPPS

**Total de Alagoas: 3****SERGIPE**

BOSCO COSTAPSDB

HELENO SILVAPLPL/PSL

JACKSON BARRETOPTB

JOÃO FONTESS.PART.

JORGE ALBERTOPMDB

JOSÉ CARLOS MACHADOPFL

MENDONÇA PRADOPFL

**Total de Sergipe: 7****BAHIA**

CLAUDIO CAJADOPFL

CORIOLANO SALESPFL

DANIEL ALMEIDAPCdoB

FERNANDO DE FABINHOPFL

GUILHERME MENEZESPT

JOÃO ALMEIDAPSDB

JOÃO LEÃOPLPL/PSL

JOSÉ ROCHAPFL

JOSIAS GOMESPT

JUTAHY JUNIORPSDB

LUIZ ALBERTOPT

LUIZ BASSUMAPT

MARCELO GUIMARÃES FILHOPFL

MÁRIO NEGROMONTEPP

MILTON BARBOSAPFL

REGINALDO GERMANOPP

SEVERIANO ALVESPTD

WALTER PINHEIROPT

ZEZÉU RIBEIROPT

**Total de Bahia: 19****MINAS GERAIS**

ATHOS AVELINOPPS

CARLOS MOTAPLPL/PSL

CÉSAR MEDEIROSPT

CUSTÓDIO MATTOSPSDB

DR. FRANCISCO GONÇALVESPTB

EDUARDO BARBOSAPSDB

GERALDO THADEUPPS

GILMAR MACHADOPT

IBRAHIM ABI-ACKELPP

IVO JOSÉPT

JOÃO MAGALHÃESPMDB

JOÃO MAGNOPT

JOSÉ MILITÃOPTB

JOSÉ SANTANA DE VASCONCELLOSPLPL/PSL

JÚLIO DELGADOPPS

LEONARDO MONTEIROPT

MARCELLO SIQUEIRAPMDB

MÁRIO ASSAD JÚNIORPLPL/PSL

ODAIRPT

RAFAEL GUERRAPSDB

ROMEU QUEIROZPTB

VIRGÍLIO GUIMARÃESPT

**Total de Minas Gerais: 22**

**ESPÍRITO SANTO**

IRINY LOPESPT  
JOSÉ CARLOS ELIASPTB  
MANATOPDT  
MARCELINO FRAGAPMDB  
MARCUS VICENTEPTB  
NEUCIMAR FRAGAPLPL/PSL  
RENATO CASAGRANDEPSB  
**Total de Espírito Santo: 7**

**RIO DE JANEIRO**

ALMERINDA DE CARVALHOPMDB  
ALMIR MOURAPLPL/PSL  
ANTONIO CARLOS BISCAIAPT  
BERNARDO ARISTONPMDB  
CARLOS NADERPFL  
CARLOS SANTANAPT  
EDSON EZEQUIELPMDB  
EDUARDO CUNHAPMDB  
EDUARDO PAESPSDB  
FERNANDO GABEIRAS.PART.  
FERNANDO LOPESPMDB  
JAIR BOLSONAROPTB  
JANDIRA FEGHALIPCdoB  
JOÃO MENDES DE JESUSPSLPL/PSL  
JORGE BITTARPT  
JOSÉ DIVINOPMDB  
JOSIAS QUINTALPMDB  
JULIO LOPESPP  
LINDBERG FARIASPT  
LUIZ SÉRGIOPT  
MIRO TEIXEIRAPDT  
NELSON BORNIERPMDB  
PAULO FEIJÓPSDB  
REINALDO BETÃOPLPL/PSL  
SIMÃO SESSIMPP  
**Total de Rio de Janeiro: 25**

**SÃO PAULO**

ALBERTO GOLDMANPSDB  
ALOYSIO NUNES FERREIRAPSDB  
ANGELA GUADAGNINPT  
ANTONIO CARLOS MENDES THAMEPSDB  
ANTONIO CARLOS PANNUNZIOPMDB  
ARLINDO CHINAGLIAPT  
CARLOS SAMPAIOPMDB  
CORAUCCI SOBRINHOPFL  
DEVANIR RIBEIROPT

DIMAS RAMALHOPPS  
DR. EVILÁSIOPSB  
DR. HÉLIOPDT  
ENÉASPRONA  
GILBERTO NASCIMENTOPMDB  
IARA BERNARDIPT  
ILDEU ARAUJOPP  
IVAN VALENTEPT  
JAMIL MURADPCdoB  
JOÃO BATISTAPFL  
JOSÉ MENTORPT  
JULIO SEMEGHINIPMDB  
LOBBE NETOPMDB  
LUIZA ERUNDINAPSB  
MARCELO ORTIZPV  
MARIÂNGELA DUARTEPT  
MEDEIROSPLPL/PSL  
MICHEL TEMERPMDB  
PAULO KOBAYASHIPMDB  
PROFESSOR IRAPUAN TEIXEIRAPP  
PROFESSOR LUIZINHOPT  
RUBINELLIPT  
VALDEMAR COSTA NETOPLPL/PSL  
VANDERLEI ASSISPP  
VICENTINHOPT  
WALTER FELDMANPSDB  
WANDERVAL SANTOSPLPL/PSL  
ZARATTINIPT  
**Total de São Paulo: 37**

**MATO GROSSO**

CELCITA PINHEIROPFL  
PEDRO HENRYPP  
RICARTE DE FREITASPTB  
THELMA DE OLIVEIRAPSDB  
**Total de Mato Grosso: 4**

**DISTRITO FEDERAL**

ALBERTO FRAGAPTB  
MANINHAPT  
OSÓRIO ADRIANOPFL  
TATICOPTB  
WASNÝ DE ROUREPT  
**Total de Distrito Federal: 5**

**GOIÁS**

CARLOS ALBERTO LERÉIAPMDB  
LEONARDO VILELAPP  
NEYDE APARECIDAPT

PEDRO CHAVESPMDB  
 PROFESSORA RAQUEL TEIXEIRAPSDB  
 ROBERTO BALESTRAPP  
 RUBENS OTONIPT  
**Total de Goiás: 7**

#### MATO GROSSO DO SUL

GERALDO RESENDEPPS  
 JOÃO GRANDÃOPT  
 MURILO ZAUIHPFL  
 VANDER LOUBETPT  
 WALDEMIR MOKAPMDB  
**Total de Mato Grosso do Sul: 5**

#### PARANÁ

ABELARDO LUPIONPFL  
 ASSIS MIGUEL DO COUTOPT  
 CEZAR SILVESTRIPPS  
 CHICO DA PRINCESAPLPL/PSL  
 COLOMBOPT  
 DRA. CLAIRPT  
 EDUARDO SCIARRAPFL  
 GUSTAVO FRUETPMDB  
 JOSÉ BORBAPMDB  
 LUIZ CARLOS HAULYPSDB  
 MOACIR MICHELETTOPMDB  
 NELSON MEURERPP  
 OLIVEIRA FILHOPLPL/PSL  
 OSMAR SERRAGLIOPMDB  
 PAULO BERNARDOPT  
 TAKAYAMAPMDB  
**Total de Paraná: 16**

#### SANTA CATARINA

ADELOR VIEIRAPMDB  
 CARLITO MERSSPT  
 EDISON ANDRINOPMDB  
 IVAN RANZOLINPP  
 LEODEGAR TISCOSKIPP  
 PAULO AFONSOPMDB  
 VIGNATTIPT  
 ZONTAPP  
**Total de Santa Catarina: 8**

#### RIO GRANDE DO SUL

AUGUSTO NARDESP  
 CEZAR SCHIRMERPMDB  
 ELISEU PADILHAPMDB  
 FRANCISCO APPIOPP

HENRIQUE FONTANAPT  
 MARIA DO ROSÁRIOPT  
 MILTON CARDIASPTB  
 NELSON PROENÇAPPS  
 ORLANDO DESCONSIPT  
 OSVALDO BIOLCHIPMDB  
 PASTOR REINALDOPTB  
 PAULO PIMENTAPT  
 POMPEO DE MATTOSPTD  
 YEDA CRUSIUSPSDB  
**Total de Rio Grande do Sul: 14**

### I – ABERTURA DA SESSÃO

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – A lista de presença registra na Casa o comparecimento de 262 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

### II – LEITURA DA ATA

**O SR. CLAUDIO CAJADO**, servindo como 2º Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, aprovada.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Passa-se à leitura do expediente.

### III – EXPEDIENTE

(Não há expediente a ser lido.)

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Passa-se ao

### IV – PEQUENO EXPEDIENTE

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gonzaga Patriota.

**O SR. GONZAGA PATRIOTA** (PSB – PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Brasil encontra-se no mesmo dilema dos biscoitos que ninguém sabe se são fresquinhos porque vendem mais ou se vendem mais porque são fresquinhos. O País precisa encontrar urgentemente uma saída para o seguinte dilema: não cresce porque não tem dinheiro para investir em infra-estrutura e não tem dinheiro para investir em infra-estrutura porque não cresce. É de fato um inquietante impasse que precisa de uma saída, sob pena do País continuar nesse processo de estagnação por tempo indeterminado, como se de fato estivéssemos deitados em berço esplêndido.

O Estado brasileiro encontra-se em franco processo de insolvência. Todos os anos aprovamos aqui o Orçamento, já apertado e com poucos recursos para investimentos, e nem isso o Poder Executivo consegue honrar. Sempre chegamos ao final do exercício com menos da metade das metas cumpridas. Isso, obviamente contribui de forma brutal para a paralisação que estamos atravessando no processo de crescimento, tão necessário para nos retirar deste dilema freudiano que nos assola.

Por isso, Sr. Presidente, vejo com muita esperança a possibilidade de que o projeto de parceria público-privada, incluído na pauta da convocação extraordinária, possa ser aprovado e venha a deslanchar com a criação de regras claras para que essas parcerias possam ser firmadas, propiciando assim a retomada de nosso crescimento, com investimentos maciços em estradas, ferrovias, portos, aeroportos, energia elétrica e outros setores de vital importância para o crescimento econômico e social.

No segmento do agronegócio, aliás, com o perdão do trocadilho, “a salvação da lavoura” para toda a economia brasileira nos últimos anos, a necessidade de investimentos maciços em estradas, portos e galpões de armazenamento é crucial para evitar um colapso no período da safra. De nada adianta uma superprodução de grãos se a precária estrutura para o escoamento causa, todos os anos, uma perda de produção de cerca de 10% do total. Isso é algo inaceitável e uma afronta para um País que tem uma considerável parcela da população no limiar da indigência.

Por isso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é a única alternativa para esse círculo vicioso, que no caso dos biscoitos é uma propaganda positiva, mas com relação à falta de investimentos no Brasil é altamente negativo. Essa parceria entre o Estado falido, mas necessário, e a iniciativa privada é não só uma alternativa viável, mas também a única capaz de tornar o Brasil competitivo no mercado externo. Para a iniciativa privada, portanto, os prejuízos causados com a falta de infra-estrutura são obstáculos suficientes para que assumam também seu papel e deixem de creditar ao Estado a responsabilidade por todas as mazelas.

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para apresentar projeto de lei que inclui entre os anistiados aqueles que não receberam ou não requereram judicialmente os resíduos do Plano Collor.

Outro projeto prevê a extensão dos benefícios da lei que anistiou os mutuários de 1997 até 2003. Era um período de inflação desenfreada. As pessoas

que ficaram nesse vácuo, entre 1998 e 2003, não têm como quitar seus imóveis.

Peço a V.Exa. que encaminhe tanto os projetos de lei quanto o requerimento de indicação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. MAURO BENEVIDES** (PMDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, depois de haver exercido, por 3 Legislaturas, o mandato de Deputado pelo Estado do Piauí, bem assim o cargo de Ministro dos Transportes na passada administração, o Dr. João Henrique de Almeida Sousa vem de ser nomeado para a Presidência da Empresa de Correios e Telégrafos – um dos mais importantes órgãos do Poder Executivo, vinculado ao Ministério das Comunicações, frente à qual se acha nosso colega Ministro Eunício Oliveira.

Em todos os cargos ocupados – quer no Poder Legislativo, quer no Executivo – João Henrique portou-se sempre com a maior dignidade, procurando cumprir princípios éticos inarredáveis, que o tornaram figura respeitada em nossos círculos político-administrativos.

Em maio de 2002, ascendeu à direção daquela Pasta, em substituição do Ministro Eliseu Padilha, que se desincompatibilizara para receber os votos do povo gaúcho e guindar-se a esta Casa, com expressivo número de sufrágios, numa comprovação de seu inigualável prestígio popular.

João Henrique enfrentou, como titular dos Transportes, imensas dificuldades, sobretudo a insuficiência de recursos para atender à conservação da malha viária nacional, sucateada pela carência de dotações sempre registrada em anteriores gestões.

Como membro do PMDB piauiense, o novo Presidente da ECT viu-se escolhido, em convenção, para a Secretaria-Geral da Executiva Nacional de nossa agremiação, ali realizando um trabalho de aproximação do comando da sigla com suas bases, disseminadas em todos os recantos do território brasileiro.

Na organização da recente convenção, levada a efeito no último domingo, João Henrique foi o artífice de sua organização interna, revelando preocupação em oferecer aos convencionais oportunidades de afirmação política, reclamada por qualquer agremiação de formação essencialmente democrática.

Como membro, portanto, da Executiva transformou-se em figura de relevo dos nossos quadros partidários, nunca se recusando a cumprir missões em Brasília ou em outros Estados da Federação, levando a palavra de ordem de seus companheiros da cúpula peemedebista aos correligionários de outras cidades.

Em janeiro, estive em Fortaleza num simpósio sobre eleições municipais, transmitindo aos participantes as linhas mestras de conteúdo doutrinário que deveriam ser expostas ao eleitorado, durante a campanha que antecede o pleito de 3 de outubro vindouro.

Registro, pois, desta tribuna, o acerto do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do Ministro Eunício Oliveira no que concerne à escolha do ex-Deputado João Henrique para presidir uma instituição que é orgulho para todos nossos compatriotas.

Tenho a certeza de que o novo condutor da ECT portar-se-á com a mesma determinação e coerência evidenciadas à frente do Ministério dos Transportes e no desempenho dos seguidos mandatos parlamentares, quando honrou e dignificou a vida pública do Piauí, do Nordeste e do País.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (PFL – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo a tribuna deste Parlamento com o intuito de chamar a atenção do Governo para um problema que considero perigo iminente ao País, ao Governo, enfim a todos que poderão sofrer brevemente com o movimento dos servidores públicos. Essa é uma questão para a qual o Governo tem de estar atento.

Sr. Presidente, o Governo Federal deve convocar os representantes dos funcionários públicos para negociar, tentar evitar a paralisação, que com certeza poderá trazer transtornos não apenas à população brasileira, mas principalmente ao bom andamento do serviço público no País.

Digo isso porque estamos presenciando, há vários dias, a paralisação dos policiais federais. Essa greve tem trazido transtornos e inquietude em vários Estados – aos aeroportos e postos de fronteiras. Causa-nos espanto perceber que o Governo assiste a tudo sem intervir para resolver o problema.

Os fiscais da agricultura também pararam suas atividades, o que trará eventualmente prejuízos à política aqui votada, de combate a doenças como a febre aftosa, já que o Governo brasileiro fará inclusive doação de vacinas a outros países do Cone Sul, como a Bolívia. Se esses fiscais não estiverem atuando, com certeza irão perder elementos importantíssimos de combate a essa grave doença que é a febre aftosa.

Fala-se de greve, e já existe indicativo. Há previsão de que, no mês de abril, os servidores públicos irão paralisar de forma global suas atividades. Não temos visto nenhuma palavra do Governo no sentido de chamar os servidores para cumprir o que disse em campanha à época do ex-Presidente Fernando Henri-

que Cardoso. Criou-se grande expectativa de que os funcionários públicos teriam políticas salariais diferenciadas.

Aliás, esse é um dos fatores que está movendo os servidores a irem às ruas e a estabelecerem claramente um confronto, caso suas reivindicações não sejam consideradas.

Na época da campanha eleitoral de Lula, os servidores públicos tinham esperança de que finalmente no Governo do PT suas reivindicações seriam atendidas. Isso não ocorreu, Sr. Presidente.

No ano passado, o servidor público federal teve reajuste de apenas 1%. Na verdade, não foi reajuste, foi deboche. Este ano, assinala-se com a perspectiva de cerca de 2,6% de acréscimo. Ora, o servidor público, que amargou durante anos incontáveis uma política de arrocho salarial, se sentiu, no momento em que o PT assumiu o Governo, esperançoso em ver seus problemas resolvidos, o que efetivamente não ocorreu no ano passado. Tampouco há pretensão de que ocorra este ano.

Se o Governo fechar os olhos, não ouvir os reclamos da rua e o alerta dos Parlamentares responsáveis, sejam da base do Governo, sejam da Oposição, enfrentará conflitos cada vez maiores, dentro e fora do Governo, o que trará transtornos à população e prejuízos ao serviço público.

O Governo precisa chamar à mesa de negociação as entidades representativas do Serviço Público Federal e acabar com essa política nefasta de arrocho salarial, seja no Poder Público, objeto do meu pronunciamento, seja na iniciativa privada.

O arrocho imposto pela nefasta política de metas de inflação, câmbio livre e principalmente de juros altos tem levado o Brasil a uma recessão sem limites. Não é por outra razão que no ano passado houve decréscimo do PIB brasileiro em menos 0,02% e aumentou o número de desempregados. O Presidente Lula elegeu-se dizendo que geraria 10 milhões de empregos. Porém, no ano de 2003, 2 milhões de trabalhadores foram postos na rua, ou seja, há um déficit de 12 milhões de empregos a serem gerados.

Isso não basta, Sr. Presidente. Além de termos a responsabilidade de indicar os erros da política econômica do atual Governo, temos de alertá-lo para que aplique efetivamente uma política salarial para o servidor público federal.

Não podemos admitir que se diminua o déficit público cada vez mais, com superávit, e se prejudique o salário do servidor público e principalmente do servidor da iniciativa privada.

No mês de maio ocorrerá o reajuste do salário mínimo. O PFL deseja um salário mínimo de 280 reais no mínimo. Asseguramos isso na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, mas em relação ao reajuste salarial do servidor público nada foi dito ainda.

Estamos alertando o Governo e cobrando que se inicie imediatamente uma política de negociação para que o salário dos servidores seja reajustado pelo menos de acordo com o salário mínimo. Se isso não acontecer, eles irão às ruas reclamar o que lhes é devido. Os servidores públicos federais tinham esperança neste Governo porque ouviram na campanha que a política salarial para o setor seria diferente, mas, passados quase 15 meses, nada foi feito para melhorar sua vida.

Muito obrigado.

**O SR. INALDO LEITÃO** (Bloco/PL – PB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não é novidade que os Estados, assim como os Municípios, enfrentam grave crise econômica, desemprego, asfixia pelo pagamento do serviço da dívida de cada Estado, enfim, todo tipo de dificuldade, sobretudo porque lhes sobra pequena margem de recursos para investimentos.

Hoje à tarde vamos iniciar e possivelmente concluir a votação da Medida Provisória nº 161, que trata da CIDE, o imposto dos combustíveis. Os recursos da CIDE serão partilhados entre a União, os Estados e os Municípios, conforme acordado por ocasião da reforma tributária. É um problema que chama a atenção desta Casa. Faço apelo ao Relator da medida provisória, aos Líderes partidários, ao próprio Presidente da Casa, Deputado João Paulo Cunha, para que harmonizem o interesse da União com o dos Estados e Municípios.

O Governador da Paraíba, Cássio Cunha Lima, fez ontem contato comigo a respeito de sua preocupação no tocante à aprovação da Medida Provisória nº 161, destacadamente sobre os seguintes aspectos.

Primeiro, pela natureza do tributo, os recursos da CIDE devem ser repassados aos Estados a título de transferência de capital, a fim de que não entrem na composição do pagamento da dívida, aumentando ainda mais o sufoco pelo qual passam os Estados federados de modo geral em nosso País.

O segundo aspecto é com relação à Desvinculação de Receitas da União, já que, incidindo na receita do Estado, vai acarretar perda de 20% aos Estados federados – vejo o Deputado Léo Alcântara, do Cea-

rá, concordando com essa preocupação, a mesma do Governador Lúcio Alcântara.

O terceiro aspecto, que chama a atenção do nosso Governador Cássio Cunha Lima, é com relação ao repasse dos recursos da CIDE. Pela medida provisória, o repasse ocorrerá trimestralmente. Os Governadores querem que seja feito de forma mensal, para evitar que no final de cada exercício financeiro só recebam o trimestre do ano findo no ano subsequente, o que quebra completamente o planejamento feito pelos Estados.

Outro aspecto que também trazemos como preocupação dos Governadores é uma exigência contida na medida provisória para que eles apresentem à União Federal um plano de aplicação dos recursos oriundos das receitas da CIDE. Ora, os Estados, diz a Constituição Federal, gozam de autonomia administrativa e independência financeira. Não pode um integrante da nossa Federação subordinar-se a uma prévia aprovação por parte da União Federal quanto à utilização dos recursos da CIDE, já que consideramos que essa receita é do Estado. Logo que houve a partilha para União, Estados e Municípios, os Estados não receberam esses recursos como repasse. É como um favor da União, em si, com receita própria do nosso Estado da Paraíba e de todos os demais.

Outra preocupação do nosso Governador diz respeito à modificação do § 1º do art. 1º-B do substitutivo apresentado pelo Relator. Lá está dito que enquanto não for sancionada a lei federal a que se refere o art. 159, § 4º, da Constituição Federal, a distribuição entre Municípios será feita mediante convênios para ampliação e restauração da infra-estrutura de transportes de interesse municipal ou regional.

O texto do Relator propõe a distribuição direta dos 25% que caberão aos Municípios de acordo com o seguinte critério: 50% em função da população; e 50% em relação ao Fundo de Participação dos Municípios sem passar pelos Estados, o que levará a uma enorme pulverização de recursos.

Então, fica registrado o meu apelo aos Líderes partidários, ao Presidente da Câmara, a V.Exa., que integra a Mesa Diretora, e a este Plenário para que uma ampla negociação possa resultar desse entendimento, harmonizando, assim, o interesse da União com o dos Estados e preservando principalmente a autonomia administrativa e financeira dos Estados da Federação.

Muito obrigado.

**O SR. PEDRO CHAVES** (PMDB – GO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Depu-

tados, quero registrar a visita do Sr. Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, à comunidade Kalunga, na cidade de Cavalcante, nordeste goiano.

Sr. Presidente, foi muito importante essa visita, cujo objetivo principal foi justamente a desapropriação de uma área que será destinada a integrantes daquela comunidade.

Quero agradecer ao Presidente a iniciativa de visitar aquela comunidade formada por remanescentes dos escravos e reiterar o pedido que a mesma fez ao Governo Federal no sentido de dar prosseguimento ao processo de desapropriações, a fim de que todos os membros daquela comunidade possam ter o seu pedaço de terra.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. MURILO ZAUITH** (PFL – MS. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, faço uso desta tribuna no dia de hoje para manifestar minha preocupação ante a inércia em que se encontra o País, sobretudo em relação à atuação da máquina administrativa. Aliás, talvez haja um erro nesta minha afirmativa, e melhor seria afirmar que o Brasil está andando para trás. Afinal, no ano passado, nosso PIB teve uma retração de 0,2%.

Para este ano as expectativas continuam as piores possíveis. Embora vivendo momento de tranquilidade no cenário externo, não estamos tendo capacidade administrativa para aproveitá-lo, nem mesmo na busca de novos mercados para nossos produtos, mercados criados pela onda de globalização que há tempos vem tomando conta do planeta.

Internamente, o Governo se dedica a apagar as máculas que seus próprios integrantes vêm produzindo, arranhando sua imagem e trazendo à tona o verdadeiro perfil do partido que hoje ocupa o Palácio do Planalto.

A única ação efetiva que o Governo realizou até hoje foi a de aumentar a carga tributária. O Brasil do PT é um país rico, que pode se dar ao luxo de afugentar investidores externos – e me refiro àqueles com capitais produtivos e não especulativos – e a inibir investimentos internos.

De acordo com a revista *ISTOÉ Dinheiro*, “já chega a 95 o número total de declarações, formulários, fichas, guias e notificações via Internet para que as pessoas, físicas e jurídicas, recolham impostos ou prestem informações sobre o pagamento. Somente no ano passado foram criadas cerca de 15 novas obrigações tributárias, municipais, estaduais ou federais. O crescimento da malha de arrecadação e fiscalização fez com que, no último ano, a base de contri-

*buintes para as três esferas de governo tenha crescido de cerca de 40 milhões para 45 milhões”.*

Mesmo assim, o Governo não se deu por satisfeito e, neste ano, aumentou a alíquota da COFINS de 3% para 7,6%.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, se esse apetite por aumento da arrecadação estivesse sendo revertido em benefício para a população, talvez hoje nossa economia não estivesse regredindo. No ano passado, o setor público cortou drasticamente os investimentos, cancelando o repasse das transferências voluntárias para Estados e Municípios e se esquecendo de que o desempenho da economia nacional ainda depende muito dos investimentos públicos.

Neste ano, estamos indo pelo mesmo caminho. O Orçamento Geral da União de 2004, que, conforme promessa do Governo Federal, seria plenamente executado, até agora é um sonho publicado no *Diário Oficial* da União. Menos, é claro, para o Palácio do Planalto e S.Exa. o Presidente da República – sim, porque, segundo a grande imprensa publicou no último domingo, 75% do que o Governo investiu em 2004 foi para o pagamento da primeira parcela, no valor de R\$ 46,9 milhões, do novíssimo avião presidencial. E isso é quase 50 vezes o valor investido em segurança, transporte e organização agrária.

Até agora os Ministérios não liberaram as sistêmicas de financiamentos para esse exercício, mesmo sabendo que, pelo calendário eleitoral, somente poderão ser realizadas transferências voluntárias para Estados e Municípios até o dia 3 de julho. Dessa forma, há iminente possibilidade de as emendas parlamentares não serem executadas, o que é um desrespeito ao Congresso Nacional, que ficou meses trabalhando no Orçamento e priorizando, com pleno conhecimento de causa, os itens nos quais deveriam ser investidos os recursos públicos.

A atitude que o Governo acena repetir em 2004 está fazendo com que, mais uma vez, Prefeitos de todo o País estejam em Brasília para a Marcha dos Prefeitos, a fim de protestar contra a forma com que os Municípios estão sendo tratados pelo Governo Lula.

Enquanto isso, Sr. Presidente, começamos a ver vários setores se rebelarem contra a condução da economia. O próprio PT não vem poupando críticas à condução da política econômica deste Governo, e já há Líderes da base aliada pedindo a cabeça do Ministro Palocci; movimentos grevistas já começam a se articular – os policiais federais e os fiscais agropecuários estão paralisados, e os policiais rodoviários federais também ameaçam cruzar os braços, pois não conseguem sequer uma resposta do Ministério da



Justiça sobre a proposta de reajuste salarial que encaminham ao Ministro Márcio Thomaz Bastos.

Suportar esse marasmo sem que já tenhamos caído em um processo de profunda recessão ou de inflação crescente é a maior prova de que o atual Governo recebeu uma economia estabilizada e um país cuja imagem externa é de confiança e credibilidade.

A continuar nesse caminho, todo o trabalho, que custou enorme sacrifício da população brasileira, terá sido ignorado e, mais uma vez, a sociedade será chamada a pagar a conta pela incompetência administrativa que este Governo vem demonstrando em seus 15 meses de assunção ao poder.

Esta Casa precisa discutir um projeto para o nosso País. Se o Governo não é capaz de apresentá-lo, precisamos fazê-lo, pois temos compromisso com a Nação. Farei tudo para que esta Casa assumo o comando e faça com que o Brasil gere oportunidades para todos e volte a crescer.

Por fim, Sr. Presidente, peço a V.Exa. seja este pronunciamento divulgado no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação da Casa.

**O SR. SEVERINO CAVALCANTI (PP – PE.** Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é com satisfação que hoje não registro queixas nem decepções, mas um elogio à Superintendência do INSS no Estado de Pernambuco, a cuja frente está o competente, dinâmico e íntegro Dr. Genaro Braga de Almeida.

Todos que acompanham, principalmente no agreste pernambucano, a trajetória de penúria de aposentados e pensionistas do INSS em busca de suas aposentadorias e pensões sabem da importância de um posto de atendimento próximo à população a ser assistida.

O Município de Limoeiro, com mais de 55 mil habitantes, há muito clama por uma agência para atender a milhares de beneficiários do INSS da localidade e de Municípios vizinhos, como João Alfredo, minha cidade natal, Bom Jardim, Cumaru, Salgadinho, Feira Nova, Lagoa de Itaenga, São Vicente Férrer, Vertente do Lério e toda a região.

Fiz e venho fazendo gestões perante a direção nacional e regional do INSS e ao próprio Governo Lula para que a descentralização dos serviços do Instituto seja uma realidade, principalmente nas regiões mais pobres, como o Nordeste brasileiro.

Acompanho de perto o trabalho do Dr. Genaro de Almeida, que sempre contou com o nosso apoio no esforço de atender aos pleitos da população do agreste pernambucano e de todo o nosso Estado.

Em clima de festa, foi inaugurada, na semana passada, a agência da Previdência Social em Limoeiro, adequada à nova filosofia do órgão, que vem priorizando o Programa de Melhoria do Atendimento – PMA. Iniciado em 1988, o PMA expressa o conceito de qualidade para a Previdência Social e visa, basicamente, melhorar as condições físicas das agências, ampliar o acesso à rede informatizada, além de capacitar os servidores para as novas tecnologias e o atendimento ao segurado.

Temos certeza de que o novo chefe da agência da Previdência Social em Limoeiro, Sr. Francisco Sales de Melo Rocha, tudo fará para bem atender à comunidade da região, sempre sacrificada, que merece agora ser recompensada por tantos anos de dificuldades.

Cumprimento o Sr. Francisco Rocha e os funcionários da nova agência do INSS em Limoeiro na pessoa do destemido e querido Genaro de Almeida. Faço votos de que, à frente do INSS pernambucano, o Dr. Genaro continue cumprindo a missão de reduzir, cada vez mais, a distância entre o segurado do INSS e os serviços prestados pelo órgão.

Com sua visão de grande humanista, o Superintendente do INSS de Pernambuco sempre se mostrou sensível ao sofrimento do nosso povo. Muitas vezes, velhos aposentados, sem condições de andar ou já sem visão, tinham que se deslocar a outras agências do INSS, distantes dos seus Municípios, para resolver pequenos problemas que consumiam até metade do benefício a ser recebido.

Congratulo-me com todos os que festejam a inauguração da agência do INSS em Limoeiro, como a direção do órgão e seus funcionários, que certamente irão contribuir para que na região tenhamos uma agência modelo.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP.** Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero cumprimentar o Ministro da Previdência Social, Sr. Amir Lando, que tem se empenhado em negociar com aposentados e pensionistas, apesar dos problemas apresentados pelos Ministérios do Planejamento e da Fazenda. Este não é o momento de criar caso, e o Ministro Amir Lando tem lutado para encontrar uma fórmula para a solução do problema.

Quero lembrar aos Ministérios do Planejamento e da Fazenda que em 2003, segundo os dados do SIAFI, o superávit da Seguridade Social foi de 31 bilhões de reais, em números redondos. Portanto, esses Ministérios têm de entender a posição do Ministro Amir Lando, que está procurando ajudar o Governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

Sem dúvida nenhuma, neste momento de turbulência política que vive o País, seria de bom alvitre um acordo para a sociedade, para o Governo e, principalmente, para os aposentados e pensionistas.

Portanto, nossos cumprimentos ao Ministro Amir Lando, com os votos de que os outros Ministros entendam que S.Exa. está lutando para ajudar o próprio Governo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. CONFÚCIO MOURA** (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no dia 12 de fevereiro de 2004 fui procurado por 2 membros do Sindicato dos Policiais Federais no Estado de Rondônia, Srs. João Bosco Costa e Loureni, avisando sobre a mobilização da categoria para uma possível greve, caso o Ministério da Justiça não os atendesse até o dia 2 de março do corrente ano.

A visita a este Parlamentar foi como a de um mensageiro que levou uma notícia que, embora enunciada, não estava merecendo, da parte do Poder Executivo, a devida atenção. Tudo parece simples. O que querem é basicamente o cumprimento da Lei nº 9.266/96, que criou as categorias de níveis superiores na Polícia Federal, mas não foi regulamentada com a tabela de salários correspondentes.

No dia 12 de março (sexta-feira) visitei os funcionários da Polícia Federal na sede do Sindicato em Porto Velho, desta vez mobilizados e em estado de greve efetiva.

Sr. Presidente, como está descrito, acompanhei este caso, primeiro, ainda no período das negociações, na fase em que se poderia evitar prejuízos ao Poder Público e mais ainda à população usuária sistemática dos serviços da Polícia Federal. Há até quem diga que é um serviço essencial. Com este testemunho, da boa vontade do pessoal em dar conhecimento a este Parlamentar, como devem ter feito com muitos outros, foi mais para um apelo no sentido de que fosse evitado o estado de greve.

Greve é greve. Instalada, muita gente é prejudicada: paralisa serviços; atrasa outros. Gente inocente paga caro pela greve. Confronta servidores e autoridades do Governo. Há, por certo, necessidade da mediação, da figura do negociador experiente, para que as partes cheguem ao acordo. No caso dos policiais federais, bem que poderia ser evitada. O que querem é o cumprimento da uma antiga lei, pois sua aplicação vem sendo postergada sem acordos, sem explicações.

É simples o que desejam os grevistas: que o Governo pague os direitos dos servidores que têm curso superior, amparados pela lei e que até hoje ganham como nível médio. Este é o nó cego da questão.

E no mais, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, fica exposto o próprio Governo, pois é imenso o prejuízo para todos que dependem dos serviços dos policiais federais, como filas intermináveis nos aeroportos, a péssima impressão que levam os turistas estrangeiros do nosso País e uma série de dores de cabeça para meio mundo.

Aí está o Governo Lula com essa pedra no meio do caminho. A greve dos policiais federais e muitas outras em curso. Ainda bem que agora a coisa está horizontal – de sindicalista para sindicalista. Espero o entendimento certo, porque o Presidente é, antes de tudo, um grande negociador. De quantas greves participou?

Era o que tinha a dizer.

**O SR. GERALDO RESENDE** (PPS – MS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, atuando na representação judicial e extrajudicial da União, os advogados públicos federais e defensores públicos da União, estes na orientação jurídica e defesa dos desfavorecidos, são peças imprescindíveis na preservação do Estado democrático de Direito.

São esses servidores que têm evitado a exacerbção de gastos do Tesouro público com lides judiciais das mais diversas, contribuindo substancialmente para o incremento da arrecadação fazendária, assegurando a consecução de vários programas de Governo e, ainda, atendendo a enorme contingente de necessitados. Somente para termos uma idéia, em 2003 a atuação da Advocacia-Geral da União evitou que se consubstanciasse um prejuízo ao Governo Federal, a longo prazo, superior a R\$120 bilhões.

Em que pese à relevância dessa atuação, a Advocacia-Geral da União enfrenta dificuldades estruturais que já atingiram a insustentabilidade. O órgão se resente da crônica evasão de profissionais, da insuficiência orçamentária e da falta de carreiras de apoio. De seu lado, os servidores trabalham sem as prerrogativas e garantias indispensáveis às características de suas funções e ainda se equilibram sobre remunerações invariavelmente abaixo das percebidas em outras instituições jurídicas federais e estaduais.

O resultado dessa equação nefasta é o afastamento dos profissionais dessa carreira, alguns mesmo nem chegando a assumir o cargo após aprovação em concurso, outros tantos se debandando para ou-

tros órgãos ou para a iniciativa privada. Nos últimos meses, foram mais de 500 pedidos de afastamento.

Como a situação não é nova, os representantes da categoria vinham, há tempos, alertando o Governo Federal acerca do desmoronamento iminente desse importante braço da União. Em resposta aos constantes e bem fundamentados apelos, o Governo, através do Ministério do Planejamento, comprometeu-se em tomar, até o final de 2003, as medidas legais cabíveis tanto para a reestruturação da AGU quanto para a valorização dos servidores em suas diversas esferas de atuação. Pois bem, 2003 acabou, 2004 começou, já se aproxima de sua primeira metade e absolutamente nada foi feito. Nem mesmo a reinserção da Advocacia Pública na reforma do Judiciário como uma das funções essenciais à Justiça, conforme dispositivo constitucional.

Promessas e compromissos se esvaíram em inapetência.

Dia a dia, torna-se impraticável o exercício das atribuições desses profissionais, que, sem outro caminho, e capitaneados pelas entidades que os representam, decidiram se mobilizar nacionalmente, primeiro com um indicativo de paralisação, em meados de fevereiro próximo passado. Inerte quedou-se o Governo Federal.

Ato contínuo, foi amplamente anunciada a paralisação de 48 horas nesta semana. Agora, advogados da União, defensores federais e procuradores da Fazenda Nacional reúnem-se mais uma vez, em assembleia, para definir as estratégias seguintes, uma vez que as autoridades públicas antes comprometidas mostram-se agora insensíveis a esse movimento sereno e compassado, porém firme e obstinado, pois conta com adesão maciça e inabalável.

Enganam-se os setores do Governo que pensam não ter eco na sociedade as justíssimas reivindicações desses nobres servidores públicos. Até pela retidão de sua condução, a mobilização tem recebido prestigiosos apoios, como o da Associação dos Juizes Federais do Brasil, da Associação Nacional dos Procuradores da República, da Associação dos Magistrados Brasileiros e do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região.

De nossa parte, usaremos todos os instrumentos regimentais que esta Casa de leis nos propicia para fazer ressoar, em alto e bom som, as demandas desse grupo de advogados, defensores e procuradores, por ser elemento intrínseco à nossa Carta Magna.

Assim, penhorar apoio e empreender ações em prol desse movimento é uma obrigação de todo Parlamentar que jurou defender a Constituição Federal.

Nesta oportunidade, apresentamos, à Mesa desta Casa de leis, requerimento de informações ao Ministério do Planejamento acerca dos motivos que levaram o Governo Federal a não cumprir o compromisso pactuado desde o ano passado e pertinente aos fatos que expusemos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero registrar notícia alvissareira para a minha cidade de Dourados.

Há 10 dias, o curso de Medicina da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Dourados, sofreu paralisação devido à falta de professores e de infra-estrutura. Hoje, tomamos conhecimento de que o Ministério da Educação, em caráter excepcional, abriu a possibilidade de contratação de 20 professores para que o curso de Medicina continue existindo e seja, ao mesmo tempo, o carro-chefe da futura Universidade Federal de Dourados, uma luta que iniciamos nesta Casa desde o primeiro dia do nosso mandato.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. EDUARDO VALVERDE** (PT – RO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, hoje pela manhã, no Ministério da Justiça foi realizada cerimônia comemorativa de 40 anos do Conselho de Defesa do Direito da Pessoa Humana, órgão extremamente importante.

O CDDPH foi criado no período da ditadura militar, que o manteve aberto apenas no papel, uma vez que as liberdades fundamentais não eram garantidas e os direitos humanos constantemente violados. Nos últimos 40 anos, o CDDPH foi um baluarte da defesa dos direitos da pessoa humana, ajudando a consolidar e a fortalecer o Estado Democrático de Direito no Brasil.

A importância desse Conselho é ímpar para a democracia, que não existe se os direitos assegurados na Constituição às pessoas não forem garantidos.

A essência do Conselho não é homologatória; ele não é órgão de debate, mas de ação; ele investiga *in loco*. Quando, por exemplo, dos episódios de Caramuru, Eldorado de Carajás, Carandiru, o Conselho esteve presente *in loco*, fazendo averiguações para defender os direitos humanos. Muitas vezes, antes mesmo que o fato aconteça, ele toma uma postura propositiva. Isso é indispensável, porque ainda é grave a violação aos direitos humanos no Brasil.

Projeto de lei em tramitação no Senado Federal dá independência ao Conselho, medida muito importante para ampliar sua competência em matéria de defesa dos direitos fundamentais da pessoa humana.

Cito essa questão, Sr. Presidente, porque constantemente assistimos, pelos meios de comunicação, a violações praticadas pelo próprio Estado, em delegacias de polícia, em presídios, na apuração de crimes cometidos por grupos de extermínio, ligados ou não ao poder político local.

A abertura política, porém, permitiu a reativação do Conselho de Defesa dos Direitos Humanos da Pessoa Humana, transformando-o como peça essencial para a transição para o regime democrático. Além de voltar a apurar casos de violações dos direitos humanos, em especial o de presos e desaparecidos políticos, novos temas entraram na pauta do Conselho, como o crescimento da violência e da criminalidade nos grandes centros urbanos do País.

Em 1983 o CDDPH começou a apurar denúncias relacionadas a conflitos rurais no Estado do Pará. Os estabelecimentos prisionais também passaram a ser do seu interesse, especialmente quanto aos frequentes maus tratos impostos aos presos.

Na década passada, o Conselho teve atuação marcante na ratificação dos principais instrumentos internacionais de defesa dos direitos humanos, como a Convenção Americana, os Pactos Internacionais de Direitos Cívicos e Políticos e de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, que a ditadura se recusara a promover.

Ainda são muitos os desafios do Conselho. Crimes de tortura, denúncias de trabalho escravo e assassinato de funcionários públicos são apenas alguns deles. Estou certo de que o CDDPH continuará agindo de maneira ágil e decisiva na defesa dos direitos de todos os brasileiros.

Na verdade, Sr. Presidente, precisamos de instrumentos muito mais afiados e ágeis para defender aqueles cuja integridade física o Estado tem obrigação de assegurar.

De certa forma, fico tranquilo por estarmos discutindo no Congresso Nacional a defesa das minorias, principalmente dos povos indígenas, não obstante assistirmos a desmesurado crescimento de postura antiindigenista no Parlamento.

É bom lembrar que o Brasil tem uma dívida para com esses povos. O acesso a seus territórios tradicionais, a garantia de sua existência, do culto à sua língua e a manutenção de suas tradições são deveres do Estado brasileiro e da sociedade nacional.

Movimentos tentam impedir, por intermédio de ações políticas no Legislativo estadual ou de ações da sociedade, que tenham condições de vida, veiculando a idéia de que não devem ter acesso à terra, porque não sabem usá-la.

Há grande discussão acerca da existência de reservas indígenas. Não devemos considerar a capacidade de esses povos definirem o que fazer em seus territórios – a continuidade do processo demarcatório – para garantir-lhes que, em função do pouco poder de mobilização que têm e da sua quase dizimação em séculos passados, voltem a se sentir população indígena, a reclamar seus direitos?

A democracia brasileira busca o novo. O Governo Lula, mesmo diante de uma crise fabricada, tem enfrentado as situações que lhe são postas, e a democracia brasileira permanece incólume.

Em janeiro, o setor industrial cresceu 0,8% comparativamente ao mesmo mês de 2003 e a venda de caminhões para a agricultura subiu 3,8%. Esses são fatos que demonstram o acerto da política econômica.

Se o Governo fosse populista, se repetisse a farra fiscal praticada pelas elites durante quase 30 anos, no período eleitoral tentaria fazer a mesma coisa. Mas a responsabilidade que tem para com a população brasileira, principalmente no equacionamento dessa perversa dívida pública sustentada em cima da fome e da miséria da nossa gente, não permite que o faça, e para tanto conta com a coragem e a persistência de sua equipe econômica.

Mesmo sob pressão da Oposição, que não quer a estabilidade do País, a equipe econômica tem resistido. Mesmo em período eleitoral, quando poderia se sentir tentado a fazer proselitismo, ainda assim, o Governo mantém a postura correta. Os dados econômicos que o Banco Central vem apontando e as análises dos entendidos comprovam que está certa essa iniciativa.

É bom lembrar que a crise de desemprego por que passa o Brasil não é resultado de políticas de curto prazo, mas de modelos adotados no passado, de estruturas sociais e econômicas há muito existentes em nosso País. É preciso desmontá-las. Para isso, não existe varinha de condão ou remédio milagroso, mas vontade política e visão de um projeto de País. Disso, sim, temos clareza, e vamos levar em frente, independentemente de qualquer resistência.

**O SR. JOÃO MENDES DE JESUS** (Bloco/PSL-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nesta manhã, a Casa transformou-se em Comissão Geral para discu-

tir o plano de escoamento da produção de Bacia de Campos.

Sr. Presidente, o Plano Diretor de Escoamento e Tratamento de Óleo da Bacia de Campos – PDET da PETROBRAS, que tem por objetivo criar um caminho alternativo para o escoamento dos grandes volumes de petróleo que serão produzidos em águas profundas da Bacia de Campos a partir de 2006, não atende, pelo menos em parte, aos interesses do Estado do Rio de Janeiro.

Senão, vejamos. Não está esclarecido nem foi feita uma análise abrangente sobre o elevado impacto que a construção do oleoduto vai causar ao meio ambiente e aos moradores de 20 Municípios fluminenses que serão atingidos direta ou indiretamente por essa imensa obra. A receita do Rio de Janeiro será reduzida – a PETROBRAS admite –, pois haverá diminuição no pagamento de Participações Especiais, taxa paga nos campos de petróleo de alta produtividade, de 240 milhões de dólares em 20 anos, dos quais 120 milhões de dólares são do Estado do Rio de Janeiro.

Além disso, Sras. e Srs. Deputados, empresários e políticos do Rio, das bancadas federal e estadual, afirmam que as perdas poderão ser ainda maiores, porque os custos da construção do oleoduto deverão ser deduzidos.

Outra questão é a criação de empregos. A PETROBRAS diz que serão gerados 34 mil empregos, dos quais 24 mil no Rio de Janeiro. Mas esses empregos serão temporários, e, mesmo assim, somente serão criados ao longo da obra. Além do mais, durante a construção, a compra de bens será realizada em outros Estados, pois a aquisição de tubos e bombas não será feita Rio e o navio-tanque que faz parte do projeto será afretado.

Outro ponto também a destacar, Sr. Presidente, é o que diz respeito à logística, que beneficia o parque industrial de São Paulo. Ao aumentar a oferta de óleo naquele Estado, elimina-se a vantagem do Rio de estar próximo da fonte de produção, uma vez que 40% do óleo pesado, oriundo da Bacia de Campos, será processado na Refinaria de Paulínia, prejudicando, em tese, o sonho dos cariocas e fluminenses de ver construída uma refinaria no Rio de Janeiro, responsável nada mais e nada menos do que 82% da produção nacional de petróleo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a construção da refinaria no Estado do Rio de Janeiro não é somente um embate entre Rio e São Paulo, mas uma necessidade estratégica para o meu Estado. Somos os maiores produtores de petróleo, temos uma petro-

química desenvolvida, a sede da PETROBRAS está localizada no Rio. Portanto, é mais do que justo termos uma refinaria, que vai gerar empregos e abrir um leque de possibilidades para o desenvolvimento do parque industrial do Rio, Estado que precisa ter sua economia resgatada e fortalecida.

Sr. Presidente, solicito que este discurso seja divulgado no *programa A Voz do Brasil*, no *Jornal da Câmara* e nos demais meios de comunicação desta Casa.

Muito obrigado.

**O SR. JOÃO ALFREDO** (PT – CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quando da votação da reforma da Previdência nesta Casa, uma das grandes polêmicas se deu justamente acerca do teto salarial e dos subtetos daí decorrentes. Na discussão, uma questão aflorou com muita intensidade: o teto dos membros do Poder Judiciário e do Ministério Público. Para se evitar uma crise, chegou-se ao ponto de elevá-lo para 90% do que percebem os Ministros do Supremo Tribunal Federal.

No entanto, em diversos Estados do Brasil, em particular no Ceará, está havendo reajuste dos subsídios dos membros do Judiciário e do Ministério Público Estadual. Portanto, não há nada relacionado ao teto.

No meu Estado do Ceará, recentemente, o Tribunal de Justiça, a Procuradoria-Geral da Justiça e o Tribunal de Contas do Estado e dos Municípios enviaram à Assembléia Legislativa proposta que reajusta os vencimentos de seus membros em 30%, elevando os salários para em torno de 17 mil reais. Por sua vez, ano passado, os servidores públicos estaduais tiveram reajuste salarial de apenas 5%. Houve também aumento de impostos, aprovado recentemente pela Assembléia Legislativa. Enquanto isso, muitas escolas públicas tiveram as linhas telefônicas cortadas e o atendimento às creches foi reduzido. O Governo do Estado – estão presentes os Deputados Léo Alcântara e Antonio Cambraia, ambos do PSDB do Ceará – também diz que não há recursos suficientes para resolver o problema dos desabrigados.

Esse reajuste fora de hora, na verdade, é uma forma de aumentar salários já altos, pois estão entre 8 mil e 13 mil reais. Isso causará um impacto mensal na folha de pagamentos do Estado da ordem de 40 milhões de reais. Muito superior, portanto, aos 25 milhões de reais que o Ceará vai arrecadar com a cobrança dos inativos. Ou seja, retira-se dos inativos para repassar aos membros do Tribunal de Justiça, da Procuradoria-Geral da Justiça e do Tribunal de Contas do Estado e dos Municípios.

Por conta disso, há uma reação da sociedade cearense, que lança hoje nos jornais do Estado manifesto pela moralidade no uso dos recursos públicos e chama a atenção da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará para que não aprove essa matéria, que tramita a toque de caixa, sem nenhum processo de debate com a sociedade.

Por outro lado, os advogados, procuradores e defensores da União ganham 3.700 reais por mês. Vejam quanto recebem os advogados da União, responsáveis por defender o Governo Federal! Recentemente, vimos um caso de cobrança de dívida ativa em que a União perdeu justamente pela falta de estrutura na Advocacia-Geral da União. Portanto, há uma completa distorção nas carreiras judiciárias, seja em âmbito estadual, seja em âmbito nacional.

Sr. Presidente, deixo registrada minha solidariedade ao povo do Estado do Ceará, principalmente às entidades representadas pela Associação Cearense de Pequenas e Médias Escolas, pela Associação Brasileira de ONGs e pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação, e, mais uma vez, chamo a atenção do Governo do Estado e da Assembléia Legislativa para esse reajuste descabido e injusto com o povo cearense. A cidade de Fortaleza tem hoje 60 mil desabrigados por causa das enchentes ocorridas há 2 semanas, sem falar das mortes.

Deixo registrada também minha solidariedade aos advogados e demais membros das carreiras jurídicas da União.

Muito obrigado.

**O SR. CARLOS SANTANA** (PT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, depois de muita luta, conseguimos que a construção de mais um presídio em Bangu, Zona Oeste do Rio de Janeiro, fosse suspensa.

Trata-se ainda de embargo temporário, mas estamos fortemente empenhados no sentido de que esse presídio seja definitivamente banido para longe de Bangu. Como várias vezes tenho dito desta tribuna, o povo de Bangu e da Zona Oeste precisa de escolas, de postos de saúde e de saneamento básico e não de mais uma cadeia. Se a criminalidade se alastra a cada dia, é porque aqueles que receberam da sociedade a incumbência de combatê-la estão sempre a defender soluções simplistas, do tipo se os presídios estão cheios, constroem-se outros, e pronto.

Sr. Presidente, quem tem um mínimo de bom senso sabe que nenhum Governo vencerá o crime a não ser pelo uso da inteligência, combinada com a autorização, nos limites constitucionais, do uso da

força, sinônimo de policiamento ostensivo e investigação competente. A solução do problema está na adoção de um leque de medidas, nenhuma delas simplista, mirabolante ou pirotécnica. Se quisermos resolver o problema da criminalidade, temos de adotar medidas sérias e complementares.

Antes de construir mais presídios, temos de cuidar da corrupção que abre as portas dos cárceres, facilita o tráfico e tráfico de armas, drogas e influência, tornando obscuro o processo de investigação. Não podemos deixar, Sr. Presidente, que criminosos sentenciados, maquiando execuções com rebelião, como já ocorreu em vários presídios do País, continuem impondo sua vontade aos concorrentes e espalhando o terror, fria e livremente, debaixo do nariz de carcereiros e de diretores de presídios. Não é possível que processos de investigação continuem sendo de má qualidade, ou simplesmente desapareçam, para justificar a complacência de autoridades com o crime, sem que os titulares do Poder Público tomem medidas eficientes e eficazes para acabar com esses absurdos.

Temos vistos, a cada novo evento criado pelo crime, uma enxurrada de propostas. Algumas completamente irracionais, como o aumento das penas e a construção de novas cadeias. No entanto, enquanto não se investir no combate eficiente à corrupção; enquanto não se investir com seriedade na formação e na qualificação das forças policiais e em fazê-las respeitadas; enquanto não se mudar os procedimentos de investigação e julgamento; enquanto não se investir em saúde e educação de boa qualidade; enquanto não se adotar políticas públicas de forte cunho social, vamos continuar vivendo as aflições de cada dia, provocadas pelos agentes do crime e pelos propagadores de soluções mágicas.

Sr. Presidente, temos de lutar para que os Estados, com todo o seu aparato policial, seus homens e mulheres de bem, seus formadores de políticas públicas, suas figuras políticas, seus promotores e juizes, tenham uma política de segurança pública livre de ser pautada por marginais condenados.

A situação prisional no Rio de Janeiro e no Brasil como um todo é complexa, mas se nos empenharmos verdadeiramente não será difícil de resolvê-la.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. SIMÃO SESSIM** (PP – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, permitam-me manifestar da tribuna desta Casa um voto de congratulações à Diretora-Presidenta do Grupo O Dia de Comunicação, Sra. Ariane de Carvalho Barros, que acaba de premiar seus leitores

com mais um projeto arrojado e bastante audacioso em defesa da grandeza do nosso querido Estado do Rio de Janeiro.

Neste domingo, para a grata surpresa de todos os cariocas e fluminenses, *O Dia* chegou às bancas de jornais com visual gráfico mais moderno e bem mais bonito, absorvendo no seu conteúdo nova proposta editorial que, por certo, vai revolucionar o conceito jornalístico a que já estávamos habituado a ver. *O Dia* passa agora a tratar a Cidade Maravilhosa, a Baixada Fluminense e todo o interior do Estado com mais carinho, dando maior atenção a regionalização dos fatos, de forma a difundir com maior amplitude todo o potencial fluminense.

Na verdade, Sr. Presidente, esta jovem empreendedora Ariane de Carvalho está dando vida aos sonhos de seu pai, o saudoso jornalista Ary de Carvalho, que nos deixou ano passado. Ary de Carvalho, que na década de 80 adquiriu *O Dia* do Governador Chagas Freitas, transformou o jornal numa verdadeira tribuna dos anseios de cariocas e fluminenses. *O Dia* é atualmente uma das empresas jornalísticas mais conceituadas e respeitadas do País, por isso mesmo vencedora em todos os aspectos, com um rolário de premiações nacionais e internacionais, comprovando que seriedade, ética, modernidade e credibilidade no trato com a informação são fatores primordiais para o sucesso empresarial.

As transformações verificadas n' *O Dia*, ao longo das últimas duas décadas, são inequívoca demonstração de um jornal verdadeiramente apaixonado pelo Rio de Janeiro, que passa a ter agora a maior e melhor cobertura do Estado, com a criação de editoriais especiais, através do Caderno *Nosso Rio*, cobrindo especificamente as três regiões fluminenses – uma voltada somente para o Interior, outra para a Região Metropolitana e mais uma para a Baixada Fluminense.

Os leitores ganharam ainda o Caderno *De Olho Para Você*, que traz notícias do Brasil, do mundo e da economia de um jeito bem mais fácil de ser entendido pelo leitor leigo e até mesmo de pouca escolaridade. Esse Caderno, na verdade, traduz num português acessível as influências, os impactos para a vida do leitor de tudo o que ocorre em todos os segmentos – sociais, políticos e econômicos – no Brasil e no mundo.

Outro dado interessante na remodelação editorial e gráfica do jornal *O Dia* diz respeito ao direcionamento da capa de forma a atender aos interesses do leitor. Com isso, o jornal passa a ter, num mesmo conteúdo, 3 primeiras páginas diferentes – uma para a Capital, outra para a Baixada Fluminense e a terceira

para o Interior do Estado, onde as manchetes e as principais chamadas dizem respeito àquelas regiões. A idéia principal do projeto, além de tornar o jornal mais moderno, bonito e eficiente, é fazer com que ele fique cada vez mais perto do leitor.

Por tudo isso, Sr. Presidente e nobres Deputados, percebemos que, mesmo com o pouco tempo à frente do jornal *O Dia*, a nova e jovem empresária Ariane de Carvalho dá inequívocas demonstrações de sua vocação e enorme talento para tocar os negócios que seu pai tão bem organizou quando em vida. Estendemos também a nossa manifestação de carinho e afeto ao Diretor de Redação, Miranda Jordão, ao Editor-Chefe, Sérgio Costa, e aos demais executivos, redatores, repórteres, fotógrafos, colunistas e, sobretudo, aos leitores, a razão principal do sucesso de um veículo de comunicação comprometido com a verdade, com o povo e com o Brasil. Parabéns a todos.

Muito obrigado!

**O SR. ADÃO PRETTO** (PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, queremos nos manifestar a respeito de mobilização do Movimento dos Atingidos Por Barragens – MAB.

De 14 do corrente – Dia Internacional de Luta contra as Barragens – ao final do mês, com o lema *Águas para a vida e não para a morte*, o MAB protestará contra a política energética até hoje adotada, que estimula a construção de barragens, desaloja milhares de pessoas e não as reassenta nem as indeniza pelo valor real de suas terras, o que seria de direito.

Os agricultores e agricultoras do MAB estão tentando audiências com os Ministros da Casa Civil e do Meio Ambiente e Minas e Energia, na busca de soluções alternativas para seus problemas, que se arrastam há anos. Eles estão órfãos. Nenhum ministério quer assumir a questão e resolver a situação que eles estão vivendo. Não queremos que se crie mais um Ministério para tratar desse assunto. Precisamos, sim, definir que Ministério vai assumir o MAB, pois hoje são mais de 70 mil famílias desalojadas e com pendências por algum impacto provocado pelas obras – direito ainda não reconhecido – de empresa do Governo e do setor privado.

Por isso, desejamos também fazer um apelo ao nosso Governo para que designe um Ministro para tratar do assunto, porque a Ministra do Meio Ambiente age como se a questão não fosse com ela, assim como fazem a Ministra de Minas e Energia e o Ministro da Reforma Agrária.

O MAB reivindica reassentamento das famílias atingidas, com casa, crédito, assistência técnica, para poder novamente viver dignamente – a maioria foi desalojada e está vivendo embaixo de lonas. Para estes é necessário cesta básica.

Nosso Governo pretende assentar 630 mil famílias, mas, se construir as barragens previstas, teremos o mesmo número de desalojados, o que provocaria um caos social.

Tais problemas necessitam ser resolvidos o mais brevemente possível, pois no Pará já houve ocupação de barragem e poderá ocorrer conflitos entre agricultores e empresas.

Sr. Presidente, solicito que este pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação da Casa.

Muito obrigado.

**O SR. JOÃO GRANDÃO** (PT – MS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar, comunicamos à Casa que estamos recebendo a visita de vários Prefeitos de Municípios brasileiros, entre eles o Prefeito Laerte Tetila, de Dourados, Mato Grosso do Sul.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a construção da Central de Abastecimento de Dourados é uma conquista dos produtores e de toda a comunidade e representa o êxito da nossa atuação parlamentar e da do Prefeito Laerte Tetila, que se empenhou sobremaneira nas articulações para a realização do projeto e para o início das obras.

Nesta primeira etapa das obras, a Prefeitura vai construir o setor administrativo e o local onde vai funcionar a bolsa de mercadorias da central de abastecimento – 420 metros quadrados de área construída em que serão utilizados recursos da ordem de 260 mil reais.

Essa central de abastecimento reveste-se de grande importância para a Grande Dourados, composta por mais de 35 Municípios e uma população superior a 700 mil habitantes, região em que, além dos agricultores familiares, existem vários assentamentos da reforma agrária. A central será mais uma referência para os produtores rurais na distribuição de alimentos agrícolas não só na área de Dourados, mas também de outras cidades da região.

Senhores, a nossa luta não termina aqui. Temos o compromisso de trabalhar pela viabilização de recursos para as obras da segunda etapa da central de abastecimento, quando serão construídos os setores de armazenagem dos produtos agrícolas. Numa

terceira e última etapa serão construídos o estacionamento e outras repartições contidas no projeto.

Ressaltamos o compromisso da administração popular do Prefeito Tetila na construção dessa central de abastecimento. Embora 71% das propriedades rurais da região possuam menos de cem hectares, Dourados ainda importa frutas e hortaliças, o que enfraquece o mercado interno e deixa o abastecimento vulnerável a flutuações de oferta, de preços e de políticas regionais.

A produção hortigranjeira, ainda em pequena escala na região, é uma opção importante para a agricultura familiar, dadas as suas características intrínsecas de ser altamente diversificada, com rotatividade no uso da terra e intensiva em trabalho, com alta geração de mão-de-obra.

A criação dessa central, antiga reivindicação de todos os seminários de agricultura familiar, nas definições do Orçamento Participativo do Governo do Estado e considerada projeto prioritário no Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável da Grande Dourados, conta com o nosso irrestrito apoio. Incentivando a produção e a comercialização, teremos alimentos de qualidade e a baixo preço para toda a população, viabilizando a agricultura familiar e provando mais uma vez que a reforma agrária é necessária e produz resultados positivos.

Sr. Presidente, também comunicamos que vamos protocolizar indicação ao Ministério da Agricultura sobre o financiamento das culturas de inverno e de milho da safrinha na Região Centro-Oeste, uma vez que, em alguns casos, o prejuízo dos agricultores chega a 60%, em virtude da seca ocorrida na região da Grande Dourados.

Gostaria que este pronunciamento fosse divulgado nos órgãos de comunicação da Casa, Sr. Presidente.

**O SR. SILAS BRASILEIRO** (PMDB – MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Inocêncio Oliveira, gostaríamos de cumprimentá-lo. Na última semana, passando pelos corredores da Casa, pudemos sentir o apreço e o carinho dos Parlamentares por V Exa. Isso nos orgulha sobremaneira.

Inicialmente, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, queremos referir-nos ao novo recorde alcançado pela agricultura na balança comercial.

No mês de fevereiro, exportamos 2,2 bilhões de dólares e importamos 336 milhões, com superávit de 1,9 bilhão. Esse fato tem grande importância para nós, porque representa geração de emprego e de renda.



Convém salientar que, entre os que mais contribuíram para esse novo recorde, estão produtos sucroalcooleiros, soja, carnes, madeiras, frutas e pescados.

Dessa relação ficou ausente o café, outrora considerado nosso ouro negro. No entanto, pela sua importância social, o café tem de ser destacado de forma incisiva, pois é o único produto brasileiro que gera 8,4 milhões de empregos, fato essencial, e que já ocupou o primeiro lugar na pauta de exportações.

O trabalho realizado pela bancada do agronegócio visa fazer com que a cafeicultura volte a ocupar o espaço que lhe pertence.

O Ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, o Secretário-Executivo do Ministério, José Amauri Dimazio, o Secretário de Produção e Comercialização, Lineu da Costa Lima, e o Diretor do Departamento de Café, Dr. Vilmondes Olegário, têm desenvolvido brilhante trabalho para que o café recupere seu espaço.

Apresentamos à Casa projeto de resolução que institui o Grupo Parlamentar Internacional do Café e dá outras providências. Com essa proposição, pretendemos intensificar o intercâmbio entre os Parla-mentos, principalmente os dos países centrais, incluindo a Colômbia, para que, por meio de relacionamento mais estreito, influenciem a política do café e proporcionemos aos produtores remuneração mais justa.

Hoje, o agronegócio café gera 70 bilhões de dólares no mundo, mas os produtores ficam somente com 5,5 bilhões. Esse valor, sem dúvida, representa uma ínfima remuneração para os produtores, cuja situação a cada dia mais se agrava.

Aproveitamos ainda a oportunidade, Sr. Presidente, para destacar a participação da Unimed Brasil na implantação do Programa Biblioteca para Todos – Queroler.

Sr. Presidente, no Brasil, atualmente, quase mil Municípios não possuem biblioteca pública. Minas Gerais, onde está localizado o maior número desses Municípios – 135 no total –, foi escolhido Estado-piloto para implantação do Programa Biblioteca para Todos – Queroler.

O programa faz parte de um projeto de cidadania e busca zerar o número de Municípios sem bibliotecas, engajando empresas e escolas privadas no desenvolvimento de campanhas de doação de livros.

A Federação das Unimed de Minas Gerais é uma das parceiras do Governo Federal na implantação do Queroler, que no dia de hoje fará a entrega de 5 bibliotecas públicas nas cidades mineiras de Fron-

teira (Triângulo Mineiro), Itaverava (região central), Itumirim (sul de Minas), Japonvar (norte de Minas) e Jenipapo de Minas (Vale do Jequitinhonha e Mucuri).

Como representante da Unimed Brasil em Minas, a Federação das Unimed, através de seu Presidente, Dr. João Batista Caetano, que tem desenvolvido competente e eficiente trabalho, mobilizou a sua rede de relacionamentos – médicos, colaboradores e clientes – nessa cruzada pela educação. A partir das doações recebidas do Sistema Unimed mineiro, um acervo de 600 títulos de livros será entregue à comunidade de cada Município, além da informatização das bibliotecas com a instalação de computadores.

Trata-se de iniciativa que demonstra a vocação cooperativista da Unimed do Brasil e seu compromisso de realizar projetos de interesse social, com benefícios reais e duradouros para a sociedade.

Maior cooperativa de trabalho médico do mundo e líder nacional no segmento de Saúde Suplementar, com 11 milhões de clientes e 93 mil médicos cooperados, a Unimed faz justiça a sua posição e abrangência. Ao lançar a Política Nacional de Responsabilidade Social, estimulando suas 364 cooperativas a implantarem programas nas áreas de saúde, educação, cultura, direitos humanos, trabalho e meio ambiente, o Sistema Unimed dá um grande exemplo de cidadania e cooperação.

Em Minas Gerais, as Unimed de Araguari, Circuito das Águas, Inconfidentes, Juiz de Fora, Pedro Leopoldo, Poços de Caldas, Ubá, Uberlândia e Varginha receberam o reconhecimento por projetos desenvolvidos em parceria com a comunidade, escolas, Prefeituras e entidades de assistência social.

A Unimed Brasil assumiu um compromisso permanente com os seguintes princípios e objetivos: os valores éticos; a promoção do ser humano; a satisfação do cliente; a valorização dos colaboradores e prestadores de serviços; o cooperativismo como filosofia e prática da equidade, valorizando e dignificando o trabalho médico; a busca constante de melhoria da relação médico-paciente, pois acredita que a responsabilidade empresarial é a relação ética e socialmente comprometida da empresa em todas as suas práticas, em todas as suas ações, em todas as suas políticas.

É assim que podemos entender mais profundamente a grande relevância da Unimed Brasil, presidida com extrema competência pelo Dr. Celso Barros, uma instituição à frente de seu tempo, que percebe com clareza a grande sinergia existente entre a saúde, a educação e a cultura e a tecnologia e que assu-

me permanentemente sua responsabilidade com a sociedade brasileira.

Na qualidade de Coordenador da Bancada do Cooperativismo de Saúde e em nome de todos os seus membros, esperamos estar somando esforços para o desenvolvimento de ações que, a médio e longo prazos, colaborem para a inversão do quadro social de exclusão que presenciamos hoje, em especial no que toca a seu componente de violência – mal que afeta de forma ainda mais drástica os jovens, sobretudo aqueles em situação de carência de oportunidades. Buscamos, assim, promover um desenvolvimento social e sustentável, cristalizando uma cultura de paz.

A cada dia se constrói um novo mundo, em que a transferência de experiência de cada setor irá, em um futuro não distante, alcançar o equilíbrio que terá obrigatoriamente como fluidos permanentes de redes sociais o meio ambiente, a igualdade de direitos, o acesso universal a iguais oportunidades e a solidariedade.

Queremos fazer política com ética, reconhecimento dos direitos e da cidadania e, acima de tudo, num Estado democrático, respeitando as leis, o direito à vida e à propriedade. Com o Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva retomamos a idéia da democracia em todos os quadrantes nacionais.

Responsabilidade, paz e justiça não são meros conceitos, mas, sim, obrigações a serem levadas a sério. Exigem pensar, aprender, certificar, mas também esforço, perseverança e vontade firme. São também carregadas de esperança e significam tarefa.

Parabenizamos a Unimed do Brasil, através do seu Presidente, Dr. Celso Barros, do Diretor de Integração Cooperativista, Dr. João Batista Caetano, e dos demais diretores, cooperados e funcionários, pelo importante papel que vem exercendo junto a sociedade brasileira, participando ativamente do processo de construção de um Brasil mais justo, solidário e com melhores oportunidades para todos.

Muito obrigado.

**O SR. LÉO ALCÂNTARA** (PSDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o País viveu a tragédia de uma calamidade natural que abrangeu extensas áreas do território nacional, zonas importantes de desenvolvimento econômico, como as Regiões Nordeste e Sudeste. As intensas chuvas provocaram cheias que, apesar dos esforços dos Governos Estaduais e Municipais e de toda a comunidade, causaram a perda de dezenas de vidas e a retirada de milhares pessoas das respectivas casas.

De acordo com o Ministério da Integração Nacional, mais de 160 pessoas morreram e cerca de 231 mil pessoas ficaram desabrigadas ou desalojadas. As casas destruídas são 10.645. Outras 53.077 foram danificadas.

No Nordeste, a chuva, tão ensejada em verso e prosa, trouxe sofrimento para inúmeras famílias. Lembro-me da alegria dos sertanejos no interior do Ceará ao cair das primeiras águas, todos confiantes em uma boa safra. No entanto, com o passar dos dias e a constância da chuva, ao ver escorrendo pelas enxurradas o suor do trabalho, a tristeza tomou a feição dos agricultores. O pior é que todo o excesso de água não é garantia de um bom inverno. A ameaça da seca verde ainda paira sob os céus nordestinos.

A força das águas invadiu casas, derrubou construções, inundou cidades, arrombou açudes, destruiu estradas, impediu o reinício das aulas, deixou pessoas ilhadas, sem comunicação, energia elétrica ou água potável. A previsão é que 70% da safra esteja perdida no Ceará.

Diante dos transtornos e procurando agilizar o atendimento à população afetada, o Governador Lúcio Alcântara foi obrigado a decretar estado de calamidade pública no Ceará.

O Ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes anunciou – e temos certeza de que a providência se concretizará – a liberação de 339 milhões de reais para serem aplicados na recuperação dos estragos causados pelas chuvas no País. O Ministério da Fazenda também se comprometeu a repassar aos 17 Estados atingidos pelas enchentes 90 milhões de reais referentes à primeira parcela da CIDE – Contribuição sobre Domínio Econômico, conhecida como imposto sobre combustíveis, para dar condições aos Governadores de implementar as medidas mais urgentes. Serão liberados ainda 61 milhões do orçamento do Ministério das Cidades para recuperar casas destruídas ou danificadas.

Para as obras de recuperação das rodovias federais, estão destinados 88 milhões de reais. Outros 100 milhões sairão do Orçamento Geral da União, da parte relativa às emendas parlamentares, para uso exclusivo em projetos de combate às enchentes.

Felizmente, há um lado bom na história. O acúmulo nos reservatórios nos garante o abastecimento pelos próximos 3 anos. O Estado do Ceará possui hoje 70% de capacidade hídrica em todos os seus açudes. O Castanhão, nosso maior reservatório, já acumula mais de 2,5 bilhões de metros cúbicos de água.

As manifestações de solidariedade e de apoio demonstradas pelo nosso povo são reflexos do sentimento de unidade e de espírito fraternal. Milhares de quilos de alimentos, roupas, agasalhos, colchões e remédios estão sendo destinados aos desabrigados pelas chuvas. Todas as pessoas se movimentam em busca de cooperar como podem. Para quem perdeu tudo o que possuía, exemplos de solidariedade se tornam um alento neste difícil momento.

O pior já passou, estamos em fase de contabilizar prejuízos e assegurar que a população afetada seja beneficiada por ações que reduzam seu sofrimento. Tenho certeza de que nosso Presidente está sensível aos fatos, por ser nordestino e, principalmente, por sua história de vida que todos conhecemos.

Um registro final, Sr. Presidente, apenas para corrigir o Deputado João Alfredo: as creches do Estado do Ceará foram fechadas porque o Governo Federal tem um programa para financiá-las

Gostaria de ter minhas palavras veiculadas pelo programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

**O SR. MARCONDES GADELHA** (PTB-PB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, fiz encaminhar a esta Casa projeto de lei que isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados os veículos automotores adquiridos pelos Municípios para transporte escolar.

Sr. Presidente, o propósito é ajudar os Municípios a enfrentar os pesados encargos com educação, encargos que se tornam tanto mais ingentes quando cotejados com os poucos recursos que a eles são cometidos na repartição das receitas tributárias do País.

Levantamento feito pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, do Ministério da Educação – INEP, para o ano de 2003, diz que os Municípios são responsáveis pela oferta de transporte escolar para 3 milhões 591 mil 511 estudantes, o que equivale a 86,6% do total. Pode-se concluir, então, que a responsabilidade com o transporte escolar recai inteiramente sobre eles.

Essa medida, então, facilitaria a ampliação e renovação da frota, contribuindo decisivamente para o esforço geral do País em favor da melhoria da qualidade do ensino e do rendimento escolar. Seria inclusive mecanismo para inibir a evasão escolar, que muitas vezes tem como pretexto a distância e a dificuldade de o aluno chegar à escola. Além do mais, estariam protegidas as vidas de milhares de estudantes, hoje transportados em carrocerias de caminhões, o

que é proibido por lei, sem o mínimo de segurança, ou muitas vezes em transportes ainda mais precários.

É bom lembrar que educação não é despesa, mas investimento – aliás, o único que tem retorno garantido em termos de Produto Interno Bruto e de melhoria da qualidade de vida. Não por acaso, numa sociedade de informação e de conhecimento em que vivemos, países ricos aplicam o essencial de seus recursos, tanto orçamentários como aqueles utilizados pelas empresas privadas, em misteres relacionados à educação. Nos Estados Unidos, por exemplo, para cada 3 dólares ganhos ou gastos 2 se referem à compra ou venda de informação.

Os exemplos se somariam às centenas. Apenas ressaltar a situação de 2 países: Alemanha e Japão, derrotados na 2ª Guerra Mundial. Nesses países, onde depois do holocausto não restou mais do que um amontoado de tarugos fumegantes, hoje se ergue exemplar civilização, muito acima dos países vencedores, como é o caso do Brasil. Isso graças a investimentos em educação, à capacidade geral de aspirar e construir e ao aculturação da população daqueles países.

Sr. Presidente, a situação é mais grave do que podemos imaginar. A empresa americana Mood's, que trabalha com risco de investimento nas diversas nações e cuida dos negócios de grandes empresas multinacionais, realizou *enquete* com mil grandes empresas multinacionais sobre os óbices para investimento no Brasil.

O primeiro obstáculo citado por aquelas empresas não foi a violência, a taxa de juros, a carga tributária ou a precariedade da infra-estrutura física. O maior obstáculo por elas alegado, as razões por que refluem da idéia de investir no Brasil é a baixa qualificação da mão-de-obra, a pobreza cultural, a indigência intelectual, o analfabetismo funcional, para dizer o mínimo, que grassam no seio desta população.

Todo esforço que fizermos em favor da educação é sensato, bem aplicado, responsivo, que de uma forma ou de outra se multiplicará por medidas econômicas.

Assim sendo, peço a atenção de nossos pares para esse projeto. A pequena renúncia fiscal que o País terá será compensada a longo prazo por mudanças significativas na estrutura social e na capacidade de realizar do nosso povo.

Obrigado.

**O SR. VALDENOR GUEDES** (PSC-AP. Pronúncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vimos hoje a esta tribuna falar sobre o

INSS, fazer uma reflexão sobre o seu papel e sobre os problemas provocados pela falta de efetivação de suas finalidades, sem falar da devida divulgação, dada a realidade cultural do nosso País. O cidadão precisa de atenção maior.

No Estado do Amapá, o número de benefícios mantidos é de 25 mil, sendo que 8 mil se referem a benefícios rurais, que aumentam muito pouco, quando o processo necessitaria ser o inverso. O fato se tornou comum devido a alguns fatores verificados na população. Por exemplo: falta de informação; dificuldades financeiras para deslocação até a sede, em Macapá; área geográfica de difícil acesso, sem estradas vicinais e embarcações seguras; ausência de um local, na Capital, para hospedagem; falta de estrutura do órgão, ou seja, de pessoal, recursos financeiros, Previ-Móvel, barco em que uma equipe leva os benefícios até as comunidades mais distantes.

Aproveitamos este momento para solicitar ao Governo Federal maior apoio para esse grande contingente de brasileiros que estão longe das benesses das Capitais, neste País tão cheio de locais distantes, nos quais sequer pensamos existam grupos familiares numerosos, alheios aos seus direitos.

No Amapá, vivenciamos essa realidade. Precisamos de um barco para percorrer as regiões ribeirinhas às quais não se tem acesso por estrada; precisamos de um carro para chegar a locais de difícil acesso; precisamos de pessoal qualificado e estrutura financeira para promover ação em prol da cidadania e desenvolver parcerias com o Estado, os demais Municípios e outras instituições, inclusive bancárias, tentando solucionar a deficiência do número de beneficiários.

Para aposentar-se, o proprietário e os segurados especiais devem apresentar ao INSS uma relação de documentos bastante extensa, sendo necessária ainda sua filiação ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais ou à colônia de pescadores, para os que desenvolvem a pesca artesanal.

A motivação deve vir por meio do aumento facilitado desses beneficiários. Por exemplo: o auxílio-reclusão não tem chegado à família dos detentos, que devem ter a qualidade de segurados. A proposta é fazer parcerias com os Governos Estadual e Municipais, além do trabalho de conscientização no COPEM.

Outro fato para o qual precisamos chamar atenção é o de que a legislação previdenciária não reconhece o casamento religioso como prova plena de união estável, enquanto a Constituição Federal e o Código Civil reconhecem seus efeitos civis, desde que sejam cumpridos os preceitos legais (Código Ci-

vil, arts. 1.515 e 1.516). Isso também dificulta o acesso das pessoas que vivem esse tipo de relação – muito comum nas cidades interioranas – aos benefícios do INSS, para assim exercerem sua cidadania plena.

O Governo Waldez Góes desenvolve o Programa O Governo e Você, justamente pensando em criar facilidades para centenas de pessoas do Estado do Amapá, entre elas a documentação necessária para sua habilitação ao benefício da Previdência, inclusive o CPF, que lhes abre oportunidades para a abertura de contas bancárias e para obtenção de crédito rural.

A ação itinerante do Governo do Amapá oferece infra-estrutura para que os beneficiários tenham toda a documentação exigida pelo processo burocrático, tanto do INSS quanto de outros órgãos.

Esse exemplo, Sr. Presidente, nobres Deputados, de iniciativa por parte do Governo do Estado do Amapá precisa de estímulo. Esperamos que todos os Estados brasileiros contem com essa possibilidade. Milhões de brasileiros não têm identidade, nem rosto, nem cidadania.

Conclamamos todos os presentes a encamparem essa luta. Não é difícil. Só precisamos tentar fazer alguma coisa pelo País. Também solicitamos aos donos de cartórios que invistam na divulgação das obrigatoriedades legais, como forma de contribuição nessa grande campanha pelo resgate da cidadania.

Muito obrigado.

**O SR. REGINALDO GERMANO** (PP – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o jornal *O Globo*, edição de domingo, traz matéria escandalosa sobre o perfil de Delúbio Soares, Secretário Nacional de Finanças e Planejamento do PT e ex-tesoureiro da campanha de Luiz Inácio Lula da Silva, que influencia a liberação de verbas e costura alianças entre PT e PSDB. Leio um trecho do artigo:

*“Delúbio participou ativamente da renegociação da dívida da Companhia Elétrica de Goiás (Celg) com o sistema Eletrobrás/Furnas/Itaipu. Pelo acordo, fechado em janeiro, a companhia goiana terá 18 anos para pagar R\$ 1,081 bilhão”.*

Ainda segundo o jornal, aos 15 anos, Delúbio falsificava carteirinhas da Universidade Federal de Goiás para comer de graça no restaurante universitário. E acrescenta o jornalista: *“Na semana retrasada, a revista Época mostrou que Delúbio ajudou a liberar uma verba de R\$250 mil para a Santa Casa local e um empréstimo de R\$3,5 milhões”.* Delúbio não tem mandato, não é Deputado Federal, não foi eleito pelo povo, mas ajudou a liberar uma verba de 250 mil rea-

is. Esse é o tesoureiro do PT! É um escândalo! Talvez por isso queiram fazer a reforma política, ainda mais escandalosa.

Continua a matéria do jornal *O Globo*:

*"Na semana passada, partiu de Delúbio telefonema decisivo que enterrou a CPI da Gerplan, empresa que geria as loterias estaduais. Havia o receio de que uma CPI investigando loterias na terra de Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, bicheiro envolvido no caso Waldomiro Diniz, resvalasse em Lula. – Trabalhamos para caramba para enterrar essa CPI. Nós e eles (os tucanos) – admite Delúbio".*

Srs. Deputados, aqui sempre me posicionei contrariamente a uma ampla CPI, mas diante dos fatos temos, sim, de instalá-la. Temos de saber quem é quem nesse caso. Não se trata apenas do caso Waldomiro Diniz, ligado, segundo a imprensa, ao Ministro José Dirceu. Agora temos o caso do ex-tesoureiro do PT, que, por telefone, pede ao Secretário Particular do Presidente da República que libere emendas e verbas.

Nós Deputados, eleitos pelo povo brasileiro com 65, 100, 140, 300 mil votos, no segundo ano do mandato do Presidente Lula ainda não conseguimos ver liberadas as emendas de nossa autoria, destinadas a atender nossos Municípios, nossos eleitores, enfim, o povo brasileiro. Nada conseguimos liberar, a não ser que façamos acordos e votemos segundo a vontade do Palácio do Planalto. Do contrário, nossas emendas são contingenciadas. Enquanto isso, o Sr. Delúbio Soares, sem cargo eletivo e sendo apenas tesoureiro do PT, consegue influenciar a negociação de 1,081 bilhão de reais, facilitar o empréstimo de 3 milhões de reais, liberar 250 mil reais em emendas parlamentares.

Sr. Presidente, precisamos refletir sobre a necessidade ou não de instalação de uma CPI para investigar o Governo Federal.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – A Presidência tem o prazer de anunciar a presença em plenário do nosso ex-colega Joaquim Bevilacqua, que nos honra com a sua visita. Esse grande Parlamentar, nosso colega por 30 anos, realizou trabalho marcante nesta Casa.

Registro ainda a presença do Dr. Hélio Bicudo, grande amigo e uma das nossas referências de honestidade, seriedade e espírito público. Foi ele quem me induziu a criar, quando exerci a Presidência da Câmara, a Comissão de Direitos Humanos, onde teve grande atuação.

Na minha administração, foi meu braço direito e atuou como Presidente de Comissões de Sindicância e de Inquérito, tendo relatado matérias decisivas. Portanto, quero tornar públicas a estima, a consideração, sobretudo a grande admiração que tenho pelo ex-Deputado Hélio Bicudo.

Fiquei muito feliz hoje ao saber que está sendo cotado para ocupar o cargo de Embaixador do Brasil no Vaticano. Na condição de ex-Presidente e de atual Vice-Presidente da Câmara dos Deputados, além de amigo – e creio que traduzo o sentimento do Presidente João Paulo Cunha e de todos os companheiros desta Casa —, sou solidário a S.Sa. e lhe darei total apoio, pois o Brasil será muito bem representado na Santa Sé.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Reinaldo Betão.

**O SR. REINALDO BETÃO** (Bloco/PL – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, comemoramos ontem o Dia Mundial do Consumidor. Em linhas gerais, houve avanços e recuos.

A história dos abusos e da exploração comercial não é nova. Nesse contexto mercantilista, o ser humano normalmente encontra campo infinito para exercitar um dos seus lados mais nefastos: o egoísmo. Essa relação entre homens, mercadorias e seus semelhantes é muita antiga. Nos 4 cantos da Terra, a história sempre se repetiu: de um lado, os que vendem (vende "dores"); de outro, os que compram (consumi "dores"). O que muda é a intensidade, a violência, a moral ou a imoralidade com que a transação é feita, em nome de uma cínica "legalidade" contemporânea, pois nem tudo que é legal é moral; nem tudo que é moral é legal.

Só para ilustrar, Sr. Presidente, a escravidão um dia foi legal, apesar de imoral. O valor do salário mínimo hoje é legal, porém, insuficiente para pagar sequer as necessidades básicas do cidadão.

A história da exploração e das conseqüentes lutas pelo direito dos consumidores começou longe. Por volta do ano de 1780 a.C. já existia o Código de Hamurabi, na Babilônia. Entre outras curiosidades, esse código, instituído pelo Rei Hamurabi, regulamentava que, se uma casa desabasse e seu morador morresse, o construtor seria punido com a pena de morte. Certamente, os moradores do Edifício Palace II, no Rio de Janeiro, lamentam não ter nascido há 3.780 anos, na Babilônia.

Da Babilônia para os dias atuais muitos avanços foram conseguidos: saímos do faroeste, da época dos fora-da-lei. As leis já existem. Não só a legislação avançou muito, mas também as iniciativas e as organizações de proteção ao consumidor. No âmbito internacional, temos o esforço da ONU – Organização das Nações Unidas e da IOCU – International Organization of Consumers Unions.

Particularmente no Brasil, temos como exemplo o IDEC – Instituto de Defesa do Consumidor, organização civil sem fins lucrativos que desenvolve excelente trabalho na área. Não podemos esquecer o Código de Defesa do Consumidor que, com 10 anos de vida, é legislação ainda imperfeita, porém muito eficaz no contexto em que vivemos. Outro motivo de comemoração foi o surgimento dos Tribunais de Pequenas Causas que, pelo simples fato de viabilizarem e agilizarem pequenos processos, contribuíram para evitar a impunidade e, conseqüentemente, demonstraram a fornecedores e clientes a importância de uma boa relação. Merece registro também a ação do PROCON.

Como disse no início, há realmente recuos, mas não podemos negar que houve vitórias. Por isso, temos, sim, o que comemorar. Muitas batalhas foram vencidas, mas a guerra não acabou.

O consumidor possui 2 instrumentos importantíssimos que resultam em ganhos: a competição entre as empresas e a participação efetiva da sociedade civil.

Por fim, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós consumidores poderíamos ter muito mais a comemorar, não fosse a ganância dos dominadores, que, por vezes, lucram exorbitantemente sobre a exploração, o oportunismo e até o sofrimento e a miséria humanos, como é o caso dos fabricantes de cigarros e armas.

A vida é processo, é evolução contínua. O que o consumidor jamais pode perder de vista é que a história demonstra que não há conquista sem lutas. Portanto, lutemos pelos nossos direitos. Nós consumidores merecemos respeito!

Muito obrigado.

**O SR. CARLOS NADER** (PFL – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a demanda pela prestação de serviços aos cidadãos é imensa na esfera municipal. Desde que aqui cheguei, tenho alertado esta Casa sobre a necessidade de se estabelecer uma divisão mais justa dos recursos provenientes dos impostos e taxas pagas pelos brasileiros. O clamor dos Municípios – e também dos Estados – por mais verbas é plenamente

justificável, como já tive a oportunidade de me manifestar por diversas vezes desta tribuna.

No entanto, nunca é demais insistir no tema a partir do momento em que se percebe uma indisposição do Governo Federal de atender à reivindicação dos Prefeitos e Governadores. Não é apenas na questão da CIDE que se resume a reivindicação. Hoje, sobretudo os Municípios vêm sendo responsáveis por uma série de serviços, notadamente na área de saúde e educação, sem que tenha havido qualquer compensação ao assumirem funções que, antes, eram desenvolvidas pela esfera federal.

Até hoje, em virtude de uma receita insuficiente, há pequenos e médios Municípios que ainda não conseguiram pagar o 13º salário do ano passado, o que dá uma dimensão das dificuldades enfrentadas por diversas administrações. Significativa parcela dos Prefeitos brasileiros está experimentando, na prática, aquela história do cobertor curto.

Se não conseguem dar conta sequer de ações básicas, é lógico que também não conseguem fazer investimentos necessários para melhorar a qualidade de vida em seus Municípios. Ainda mais porque, como todos sabemos, o contingenciamento de verbas federais postergou investimentos previstos desde o final de 2002, com os quais muitos Prefeitos contavam para realizar obras há tempo esperadas pelos moradores de suas cidades.

Não pode haver insensibilidade ao pleito daqueles que lidam diária e rotineiramente com os anseios e necessidades do povo brasileiro. São os Prefeitos que estão verdadeiramente próximos dos problemas que ostenta cada cidade. Se não tiverem a boa vontade do Governo Federal é praticamente impossível conseguir atuar na melhoria da vida da população.

Sabemos todos, também, que uma distribuição mais equilibrada de verbas públicas entre a União, os Estados e os Municípios é um passo importante para proporcionar desenvolvimento, porque permitem mais investimentos em infra-estrutura, e para atrair novos negócios.

Enfim, Sr. Presidente, precisamos no Brasil de uma política mais municipalista, menos centralizadora, mediante a qual seja possível aos Prefeitos dispor de mais recursos, até porque são os Municípios que proporcionam arrecadação, são eles os que geram receita. Não é aceitável, portanto, que os Prefeitos vivam de pires na mão, sem condições de atender à expectativa de seus cidadãos.

Peço a V.Exa., Sr. Presidente, que autorize a divulgação deste pronunciamento nos órgãos de comunicação da Casa.

Muito obrigado.

**O SR. PEDRO FERNANDES** (PTB – MA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero fazer breve registro. Espero que o novo Ministro dos Transportes não paralise ainda mais aquela importante Pasta. No Nordeste, as estradas estão entregues à própria sorte. Os buracos causam grandes prejuízos.

Fiz um alerta ao Presidente Lula no sentido de que conduzisse ao Ministério dos Transportes pessoas de renome e conhecimento na área. Torço para que o Ministro Alfredo Nascimento, ex-Prefeito de Manaus, dê conta do recado, porque precisamos urgentemente de ações concretas.

Muito obrigado.

**O SR. JOSIAS QUINTAL** (PMDB – RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, utilizo esta tribuna para fazer veemente apelo ao Governador de Minas Gerais, Aécio Neves, e às bancadas federal e estadual daquele Estado acerca da grave situação em que se encontra a rodovia que liga os Municípios de Além Paraíba e Pirapetinga.

Essa rodovia vem sendo relegada ao abandono há algum tempo. Agora, por ocasião das chuvas, com a destruição de um bueiro, ela ficou interrompida. As populações dos Municípios de Volta Grande, Estrela Dalva e Pirapetinga, assim como dos vizinhos Municípios do Estado do Rio de Janeiro, estão sofrendo muito.

Essa situação deixa os fluminenses uma impressão muito ruim de Minas Gerais. O jovem e brilhante Governador Aécio Neves precisa se voltar para aquele problema, porque, afinal, a estrada sai de um tapete, a Rio/Bahia, e entra no Estado do Rio de Janeiro, após Pirapetinga – outro tapete –, pela rodovia estadual, que liga a Santo Antônio de Pádua.

Portanto, faço este apelo veemente ao Governador e aos Deputados, especialmente os interessados naquela região.

Em segundo lugar, solidarizo-me com a população, a polícia e o Governo do Rio de Janeiro no que se refere à violência e à criminalidade que hoje assola não só o nosso Estado, mas o Brasil. O Governo do Estado tem sido um grande interessado na minimização desse problema, no que tem investido bastante recursos. A polícia tem sido heróica em sua atuação, embora vez ou outra erre em suas atitudes – os acidentes de percurso fazem parte de qualquer profissão.

Chamo a atenção dos Srs. Parlamentares para o fato de que devemos reacender a discussão sobre a

segurança pública. No Brasil, o modelo estrutural de polícia é ultrapassado e único no mundo. Os partidos políticos, por ocasião das campanhas, apresentam programas interessantes, mas que não saem do papel. O próprio Partido dos Trabalhadores tem uma proposta de mudança fundamental no modelo policial brasileiro. Mas o tempo vai passando, e tenho a impressão de que, se não houver a retomada dessa discussão, vamos passar mais um período governamental sem alterar essa situação.

A Constituição brasileira de 1988 avançou muito em questões relacionadas à defesa do cidadão, aos direitos sociais, às garantias individuais, mas, no tocante à segurança pública, foi extremamente conservadora ao manter um modelo único no mundo.

Sr. Presidente, chamo a atenção das Sras. e Srs. Parlamentares para a necessidade premente de se discutir a fundo essa questão e de se realizar, de fato, mudanças estruturais.

A desordem social alcança um nível sem precedentes. A ordem jurídica é violada, a ordem pública não se estabelece, e ficamos todos na esperança de que possamos resolver todos os problemas com a segurança pública, o que é impossível.

Não é possível resolver um quadro grave de desordem social apenas com segurança pública. Há necessidade de se mudar e estruturar o aparelho para atender, no mínimo, essas demandas cada vez mais crescentes e imediatas.

Muito obrigado.

**O SR. CORIOLANO SALES** (PFL – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero registrar minha indignação com o que me parece ocorrência acintosa: o lucro extraordinário e abusivo dos bancos nesta quadra de dificuldades que o País vive. Os lucros dos principais bancos brasileiros tiveram assustador aumento no ano passado. Um dos motivos são os altos juros cobrados pelos mesmos.

O lucro líquido de 19 bancos, em 2003, foi de R\$14 bilhões, superior em 8% ao lucro de 2002. O lucro recorde foi o do Banco Itaú, que passou de US\$1 bilhão, ficando em R\$3,152 bilhões. Acima de R\$2 bilhões estão o do Banco do Brasil, de R\$2,381 bilhões, e do BRADESCO, de R\$2,3 bilhões. Em seguida, estão os lucros do BANESPA, de R\$1,74 bilhão, e os da Caixa Econômica Federal, de R\$1,62 bilhão.

Todas as atividades pressupõem remuneração e lucratividade. Enquanto o PIB registra crescimento negativo de 0,2%, a economia vai mal e o Governo paga, só de juros da dívida, mais de 150 bilhões de

reais num ano, apenas 19 bancos têm mais de 14 bilhões de reais de lucro, sendo que 7 deles obtiveram lucro de cerca de 13 bilhões de reais.

Sr. Presidente, parte desse lucro é decorrente da cobrança de taxas por serviços prestados. Trata-se de uma linguagem eufêmica que os banqueiros utilizam para embutir a cobrança dessas taxas de expediente.

Segundo o Economista-Chefe da Federação Brasileira das Associações de Bancos (FEBRABAN), Roberto Troster, a inadimplência das instituições não aumentou, reduzindo, assim, as provisões que os bancos fazem para enfrentar os devedores duvidosos. O ano de 2003 foi, então, melhor do que o esperado para os bancos. Para Troster, as operações de crédito poderão ser ampliadas com a queda dos juros ocorrida nos últimos meses. Troster diz que essa queda *"trará mais ganhos do que perdas para os bancos"*. Esses ganhos expressivos trazem a possibilidade de reforço da tributação sobre os lucros do setor.

A expectativa dos bancos era de que o ano de 2003 seria ruim, mas o que ocorreu foi o contrário: os lucros aumentaram. A única exceção é o BANESPA Santander, que viu seu lucro cair de R\$2,818 bilhões, em 2002, para R\$1,747 bilhão, alcançando, de qualquer forma, 36,7% do patrimônio líquido. Esses lucros, na maioria das vezes, não advêm da concessão de crédito.

Quanto à rentabilidade dos bancos, esta tem sido elevada. A rentabilidade do Itaú, no ano passado, foi de 26,5%; do Banco do Brasil, de 19,5%; do BRADESCO, de 17%; do ABNAMRO, de 16,6%; e do UNIBANCO, de 14,7%. A relação entre o lucro líquido e o patrimônio líquido é uma das diferenças entre os bancos e as empresas brasileiras de outras atividades. Com lucros tão altos, os bancos poderiam dobrar o patrimônio em um período de 3 a 6 anos. Isso é uma vergonha!

Um dos fatores que contribui para que a rentabilidade chegue a nível tão abusivo são as operações de crédito desenvolvidas pelos bancos ao consumidor. Esse fato se deve à tentativa dos bancos de recuperar os lucros. A receita de um grupo de 18 bancos com operações de crédito atingiu R\$38,7 bilhões, em 2003, registrando queda de 14,5% em relação a 2002. Mudanças também ocorreram, como é o caso do BRADESCO, que adquiriu o Zogbi, e do Itaú, que, para atuar mais profundamente nos segmentos mais rentáveis, pretende ainda neste semestre abrir uma financeira popular.

Por serem as taxas básicas de juros do Brasil recordistas mundiais, ficando apenas abaixo das ta-

xas da Turquia, os resultados continuaram elevados. Com a compra e a venda de títulos, a receita dos bancos atingiu R\$23,6 bilhões em 2003, sofrendo queda de 37,3% em relação a 2002.

Se os juros não baixarem, a situação econômica apenas fica favorável para as instituições bancárias, enquanto que para os investidores a situação fica ruim. Os altos juros cobrados inibem a produção e o investimento. Têm de acabar as práticas abusivas dos bancos contra seus clientes. Não pode o lucro dos bancos ser maior do que o crescimento do País. Esse fato desestimula as atividades econômicas e contribui para a quebra de empresas brasileiras.

Não posso entender como um Governo que faz grande esforço para combater a fome da população carente com o Programa Fome Zero permite que os bancos obtenham lucros tão excessivos. Na verdade, em nenhum lugar do mundo eles têm lucros como aqui no Brasil. Os banqueiros chegaram a dizer, não insinuar, que estavam muito satisfeitos com o Governo do Presidente Lula, porque seus lucros, em vez de se situarem no âmbito das dificuldades que a economia teve nesse período, aumentaram de forma excessiva.

Num governo em que os servidores públicos não tiveram aumento, a variação do PIB foi negativa em 0,2% e as estradas estão inteiramente destruídas, não se pode compreender o lucro tão abusivo dos bancos em 2003. Não existe negócio melhor no Brasil do que explorar serviços bancários.

Não sou contrário ao lucro dos bancos. Entendo que o desenvolvimento pressupõe concessão de crédito bancário. No entanto, os lucros bancários não foram obtidos somente em virtude de crédito e empréstimo. Muito pelo contrário: a indústria financeira cobrou taxas por serviços especiais concedidos pelos bancos. Naturalmente, isso não reflete as aspirações do povo brasileiro. O violentíssimo *spread* adotado pelos bancos para aumentar seus lucros contraria a lógica do desenvolvimento econômico e social de que precisa o Brasil para arrancar uma parte substancial de sua população da pobreza e da miséria em que se encontra.

**O SR. COSTA FERREIRA (PSC – MA.** Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a SUDENE desempenhou funções relevantes ao Nordeste, e sua reativação plena tem sido reclamada por entidades, governantes, empresários e comunidades. Precisamos de um processo mais célere para implementar o desenvolvimento da região.



Tenho em mão a reivindicação da Federação do Comércio do Maranhão, de celeridade na reativação da SUDENE ou de criação de algum “órgão equivalente, mas que cuide, como organismo federal, do desenvolvimento desta região”.

O interesse expresso pela FECOMÉRCIO coincide com o do povo nordestino. Autoridades, empresários, entidades e população se ressentem da ausência de um órgão federal regionalizado, braço governamental contextualizado com as necessidades específicas da região e com a melhor forma de tratá-las.

O desmonte da SUDENE decorreu da necessidade que o Governo anterior teve de dar resposta a denúncias de malversação de verba pública e da “necessidade” de redimensionar a atividade na região. A atitude do Governo FHC, nesse caso específico, não podia ser mais radical e inconsistente. Em vez de expurgar os erros, extingui o órgão, algo como um fazendeiro despropositado combater o carrapato matando a vaca.

Com o agravamento da crise econômica e a retração do mercado, ganha relevância uma fonte de recurso e investimento direcionado. Por isso, associado ao protesto de comerciantes do Maranhão, que refletem os interesses de toda a região nordestina, apelo ao Governo Lula, sensível às questões sociais, no sentido que, de forma célere, dê causa ao nosso pleito.

Muito obrigado.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esta Casa votará hoje a Medida Provisória nº 161, que trata da distribuição de percentual da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico a Estados e Municípios. É mais uma contribuição que tunga o contribuinte.

Há um compromisso de repartir essa arrecadação incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, mas esperamos que não sirva apenas para atender aos interesses do Fundo Monetário Nacional e da Receita Federal, que iludiram completamente o Ministro Palocci, os Estados e os Municípios.

À medida provisória foram apresentadas 3 emendas importantes. Grande parte das bancadas, inclusive da base do Governo, obstruirão a votação se a Receita Federal não ceder. A CIDE interessa a todos os Estados. Os que têm maior malha rodoviária federal recebem mais, de Minas Gerais até o Acre.

Vinte e cinco por cento da partilha destinada aos Estados devem ser distribuídos entre os Municípios. Estão hoje, em Brasília, mais de 3 mil Prefeitos. Por isso, Governadores estão unidos, e Líderes, reunindo-se. Em primeiro lugar, o repasse da CIDE a Estados e Municípios não pode ser trimestral, mas mensal, de acordo com seus compromissos e projetos. Em segundo lugar, não deve incidir a DRU, Desvinculação de Receitas da União, sobre 20% da CIDE, para serem aplicados na distribuição de recursos a Estados e Municípios. Não aplicam em saúde e educação, transferências constitucionais, por que aplicariam no repasse a Estados e Municípios?

Acre, Minas Gerais, São Paulo, Piauí, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Rio Grande do Norte e outros Estados perderão, se a CIDE for inserida no cálculo da DRU. O pobre Piauí, aonde o Presidente da República vai, faz promessas e nada acontece, tem a receber 10 milhões de reais por mês de CIDE, mas se a DRU for mantida, ele perderá, por mês, 2 milhões de reais. Minas Gerais, que precisa tapar os buracos das rodovias federais onde tantos caminhões quebram, também perderá 20% referentes à DRU, se votarmos a proposta da forma como o Relator apresentou.

E a CIDE não pode ser incluída nas transferências correntes nem de investimento. Será mais uma tungada da Receita Federal nos contribuintes. Perderão o desempregado dos nossos Estados, os hospitais e os doentes, os jovens que precisam estudar, os caminhoneiros que precisam de estradas boas, caso isso não seja corrigido.

**O Sr. Nelson Proença** – Concede-me V.Exa. um aparte?

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** – Se for permitido pelo Regimento Interno, nobre Deputado.

Posso conceder apartes, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Inocência Oliveira) – Srs. Deputados, não são permitidos apartes no Pequeno Expediente. Em 2 períodos da sessão, o Regimento Interno não permite apartes: no Pequeno Expediente e nas Comunicações de Liderança.

**O Sr. Nelson Proença** – Sendo assim, Sr. Presidente, acato plenamente a decisão de V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocência Oliveira) – Agradeço a V.Exa., brilhante Parlamentar e cumpridor do Regimento Interno.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tenho certeza de que o Deputado Nelson Proença, do PPS, partido da base do Governo, manifestaria apoio aos 3 pontos em negociação, porque S.Exa. conhece como ninguém a ques-

tão. Eles interessam a todos os Deputados, independentemente da filiação partidária, em virtude das dificuldades por que passam Estados e Municípios.

Governadores e Prefeitos não podem continuar de cócoras diante dos técnicos da Receita Federal, que pretendem enrolar o médico que se tornou Ministro da Fazenda e agora demonstra habilidade para comandar.

Colegas que estão no plenário e nos gabinetes, este é o alerta: devemos obstruir a pauta de hoje e de amanhã, caso o Governo não ceda. Mas tenho certeza de que o Presidente Lula se sensibilizará diante do nosso justo pleito, pois S. Exa. quer que seja cumprida a agenda positiva. Essas 3 emendas precisam ser aprovadas hoje, se não vamos obstruir a pauta até que sejam atendidos os interesses de Estados e Municípios.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Sandro Mabel.

**O SR. SANDRO MABEL** (Bloco/PL-GO. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na primeira parte de seu antológico livro *Os Sertões*, antes de contar a saga de Canudos, Euclides da Cunha se debruçou sobre a terra do Nordeste e abordou interessantes questões ambientais.

Buscando razões para a aridez daquela região, Euclides retomou preocupações muito mais antigas e claras, reportando-se a algumas leis vindas de Portugal no século XVIII. Preocupado com o desaparecimento acelerado das matas, o Rei nomeava um Curador das Matas e, em 1796, decretava medidas de recomposição florestal, vez que, segundo o próprio texto real, as matas estavam, a cada dia, a distâncias incontáveis do mar.

Mesmo assim, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o progresso cobrou, de fato, um preço muito alto no País do Pau Brasil. As matas foram cedendo espaço à agricultura, e o boi cuidou de alavancar a expansão de pastagens cada vez maiores. Os rios e os córregos foram perdendo vigor, na medida em que as matas ciliares se estreitavam sempre mais, comprometendo suas margens e a força da terra, num ritmo de lamentável assoreamento.

Ao longo de 3 séculos, o Brasil destruiu quase que completamente sua Mata Atlântica, prejudicando sistematicamente a natureza em outros biossistemas, destruindo flora, fauna e mananciais antes tão pujantes e hoje inspirando sérios cuidados.

É ainda possível reverter essa situação. Apesar de que a recuperação do que já foi destruído terá de ser feita em condições já mais extremas, pois, ao

mesmo tempo, temos de administrar os problemas causados pela escassez de água, que já se avizinha.

Não vai ser tarefa fácil, mas é o único caminho. Felizmente, os gestos salvadores são hoje muitos, e o espírito preservacionista ganha espaços sempre mais promissores. Os ares ecológicos ganham espaço nas salas de aula, nossas crianças já conversam sobre apoio a natureza, organizações não-governamentais se multiplicam na defesa do verde e da vida.

É nesse novo contexto de retomada da força da natureza, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que vemos surgir apoio oficial fundamental e certo para ações concretas. Trata-se do amplo e muitíssimo bem-vindo Projeto PETROBRAS Ambiental. Sabemos que, nos últimos 3 anos, a empresa investiu mais de 18 milhões de reais em programas ambientais. E agora, no bojo das comemorações de seus 50 anos, a PETROBRAS está aprimorando sua política de patrocínios com esse novo projeto. Segundo a empresa, o Programa PETROBRAS Ambiental representa um novo patamar nesse processo e contempla investimentos de R\$40 milhões para os primeiros 2 anos, em projetos a serem escolhidos por seleção pública.

Esses projetos deverão fomentar a alocação de recursos por parte da sociedade, apresentar dimensão social significativa, trabalhar ações e temas compatíveis com a realidade ambiental brasileira e criar condições para estimular a discussão ambiental no seio da sociedade.

Esse Projeto PETROBRAS Ambiental é oportuno e fundamental para a situação brasileira. O Brasil, segundo dados da própria empresa, detém 12% de toda a água doce do planeta, o que acarreta responsabilidade especial sobre o seu uso, de forma a garantir a preservação da qualidade. De outro lado, a disponibilidade de água no território nacional é heterogênea, varia da escassez à abundância.

A água é um dos recursos naturais mais presente em todos os tipos de atividade social e econômica, considerada a multiplicidade de usos: humano, doméstico, agrícola, industrial e recreativo. Diante dessa riqueza toda, é preciso constatar, no entanto, que grande parte dos corpos d'água no Brasil sofre processo de degradação, principalmente nos centros urbanos e seu entorno.

Ademais, o processo histórico de desmatamento, provocado por atividades econômicas e assentamentos populacionais, impacta negativamente áreas de nascentes e matas ciliares, comprometendo a conservação e a qualidade dos recursos hídricos.

O programa da PETROBRAS, ao voltar-se para esta realidade, traz novo ânimo às atividades preservacionistas de todo o País. Rios de enorme importância como o São Francisco e o Araguaia sofrem imensamente com a degradação ritmada de suas margens. O Araguaia, em Goiás, num trecho turístico de 700 quilômetros, entre Aragarças e a Ilha do Bananal, está se desfigurando e comprometendo o seu curso.

Sabemos que ações importantes são desenvolvidas por Governos e Prefeituras, mas existe muito a ser feito. A cada ano aumenta o número de ONGs envolvidas na educação ambiental. No entanto, já há algum tempo a necessidade maior é por recursos, haja vista ser imperativa a interferência física, como reflorestamentos, limpezas e até dragagens.

O Programa PETROBRAS Ambiental certamente há de voltar-se para o principal rio goiano, contemplando projetos e ações já desencadeadas, tais como a recuperação de matas ciliares e aperfeiçoamento do manejo de solo, para ser inserido no cotidiano das populações ribeirinhas.

É louvável o Programa PETROBRAS Ambiental, que chega num momento crucial para o futuro do meio ambiente do País. A injeção de R\$40 milhões em projetos preservacionistas será marco importante para a recuperação do nosso ecossistema e a mudança de mentalidades. Ações desse porte e nível permitem-nos acreditar num futuro melhor e mais equilibrado para esta Nação continental.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero em nome desta Casa enaltecer a coragem e a firme decisão da PETROBRAS de somar esforços nessa luta que é de todos os brasileiros.

Por outro lado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, as chuvas que assolam o País trouxeram à tona mais do que os percalços causados pelas enchentes. Na maioria dos casos, deparou-se com o borbulhar de lixo nos 4 cantos do Brasil.

Vou me referir em particular à Região Centro-Oeste, berço do Pantanal e de tantas outras preciosidades naturais. Foi constrangedor assistir, em horário nobre da televisão, no Programa *Fantástico*, a montanha de detritos e rejeitos espalhados na via fluvial do Rio Corumbá, coração e cartão postal pantaneiro, por onde passavam vazias as voadeiras, desviando-se do entulho onde era possível passar.

Pude ver no rosto dos cidadãos acostumados a tirar da beleza do Pantanal o seu sustento a vergonha estampada, tirando-lhe a coragem de conduzir turistas no meio de tanto lixo. Sem contar a vida silvestre, completamente ameaçada e acuada.

Até quando vamos ter de conviver, neste País, com a depredação e o desperdício? É preciso colocar um ponto final neste tipo de coisa. Afinal, já não estamos satisfeitos só com o entupimento dos canais fluviais das grandes cidades, mas também com a agressão pura e simples dos principais mananciais de nossas riquezas e recursos naturais auto-sustentáveis.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a meu ver, a questão ambiental deveria estar inserida mais implicitamente no currículo escolar, desde o ensino fundamental. Ponto positivo para aquele índio das vinhetas da *Globo*, que dá a dica: todo o lixo que se joga em local indevido é trazido de volta.

Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Sandro Mabel, o Sr. Inocêncio Oliveira, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Benedito de Lira, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.*

**O SR. PRESIDENTE** (Benedito de Lira) – Concedo a palavra ao Sr. Inocêncio Oliveira.

**O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA** (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, notícia do *Diário de Pernambuco*, do Recife, edição do dia 9 de março de 2004, traz nova ameaça de sobretaxas dos Estados Unidos a produtos brasileiros. A taxaçoão do preço do camarão pode resultar em desemprego no País, com a adoção de tarifas *antidumping*.

Os pescadores norte-americanos moveram ação em que pedem a aplicação de sobretaxas para a importação, que variam de 40% a 249%, alegando que Brasil, China, Equador, Índia, Tailândia e Vietnã praticam *dumping* na venda de camarão para os Estados Unidos, ou seja, estariam promovendo prática desleal e agressiva nas relações econômicas internacionais, de vender camarões a preços inferiores aos custos, a fim de eliminar concorrentes e conquistar mercados.

O Ministro da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca, José Fritsch, esteve em Washington com as autoridades norte-americanas para discutir o processo movido pela Aliança de Camarões do Sul contra o Brasil e entende que a questão é meramente política, pela proximidade das eleições presidenciais nos Estados Unidos, o que favorece a adoção de tarifas *antidumping*.

Em que pese o Ministro ter apontado os problemas que podem surgir nos Estados Unidos com a ação *antidumping* e defendido que o Governo brasileiro não subsidia os produtores, alegando que o camarão brasileiro tem alta produtividade porque os criadores usam tecnologia avançada,

permitindo que a produção nacional esteja acima da média mundial, não obtivemos um resultado concreto. A decisão final dos EUA sobre o processo só deve ser tomada em agosto próximo.

O consumo do crustáceo nos Estados Unidos tem crescido nos últimos anos. Em 2002, ele acenava como o maior importador do mundo, ao comprar 504,5 mil toneladas de camarão. O Brasil supre apenas 11,5% da demanda do produto no mercado norte-americano, o que garante boa rentabilidade às exportações brasileiras.

Em 2003, o Brasil exportou 58,4 mil toneladas de camarão, sendo 21,3 mil para os Estados Unidos, cerca de 45% da produção brasileira, e o restante foi comercializado na Europa, principalmente com França, Espanha, Bélgica, Itália e Portugal. O Brasil vende 80% de sua produção para outros países.

O fato é que a corda arrebenta do lado mais fraco. Segundo a Associação Brasileira dos Criadores de Camarão (ABCCAM), 13 Estados têm fazendas de camarão, mas 96,5% da produção de 2002 concentraram-se no Nordeste. O Ceará ocupa o primeiro lugar em volume de produção, seguido do Rio Grande do Norte, da Bahia, de Pernambuco, Paraíba e Piauí.

O Ministro calculou que, no Brasil, entre 40 mil e 50 mil pessoas têm empregos diretos e indiretos ligados à cultura do camarão, principalmente no Nordeste. A estimativa considera a produção em 11 mil hectares, com média de 3,75 empregos diretos e indiretos por hectare. Das atividades produtivas do setor primário da economia do Nordeste, o cultivo de camarão, juntamente com a fruticultura irrigada do Vale do São Francisco, assume a liderança na geração de emprego.

Os números são incontestáveis. De acordo com estudo realizado por pesquisadores do Departamento de Economia da UFPE, a carcinicultura gerou, em 2001, 31.875 empregos diretos e indiretos na Região Nordeste. E, para este ano, estavam previstos 56.250 novos empregos no setor. A pesquisa da Geração de Empregos na Carcinicultura Brasileira identificou ainda que a atividade emprega mais do que a agricultura irrigada e usa pessoas de baixa escolaridade, garantindo à população local emprego com remuneração adequada, sem precisar emigrar.

A adoção de medidas *antidumping* contra o camarão brasileiro exportado para os Estados Unidos pode ser retroativa a um período de 3 meses. *“As indústrias têm reduzido os embarques, pois sabem que podem ser obrigados a pagar sobretaxa pelo produto que será exportado e pelo que já foi. Algumas empresas já estão deixando tanques de cultivo vazios e começando a demitir”*, alertou Fritsch.

Em função disso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, urge ação do Governo brasileiro, por intermédio do Itamaraty e da Secretaria de Aqüicultura e Pesca, no sentido de envidar esforços para impedir que o Governo norte-americano imponha mais uma sobretaxa a um produto de exportação brasileiro, de uma área tão competitiva e que gera tantos empregos e riquezas na Região Nordeste, a carcinicultura.

Muito obrigado.

**O SR. NELSON BORNIER** (PMDB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não faz muito tempo, acompanhamos o drama dos idosos do nosso País, quando o Ministério da Previdência anunciou o recadastramento dos aposentados com mais de 90 anos de idade.

Agora temos mais uma novela, cujos protagonistas são os velhinhos brasileiros, que já não têm forças para suportar tantas decepções.

Estamos falando do saque da correção do FGTS em parcela única para pessoas que completam 70 anos. Sua vigência findou-se em 31 de dezembro de 2003 e por descuido do Governo não foi renovada sua regulamentação.

Não podemos tolerar, Sr. Presidente, o que temos presenciado: nossos idosos nas filas da Caixa Econômica Federal, em total desconsolo, voltando para casa com as mãos vazias. Reagem com um misto de decepção, desespero e revolta, já que, para muitos, esse dinheiro significa comida na mesa.

Não é de hoje que ouvimos falar em combate aos maus-tratos aos nossos velhinhos, pelas autoridades. De repente, essas mesmas autoridades, que sempre alimentaram tanto desejo de melhoria do bem-estar dos aposentados, fazem com que esses desafortunados se deparem com o caos.

Ninguém se responsabiliza, Sr. Presidente. A própria Caixa Econômica informa que não há nada a fazer, porque tem de cumprir a lei que determinou o saque apenas para quem completasse 70 anos até 31 de dezembro de 2003.

O Governo deve trazer a dignidade de volta aos lares de nossos inativos. Precisa averiguar essas questões e buscar uma forma de compensar o infortúnio causado para milhares de pessoas que serão prejudicadas com essa medida – ou melhor, desmedida.

É lamentável que o sonho de muita gente em adquirir condições de suprir suas próprias necessidades venha a cair por terra. A suspensão do benefício trouxe grandes transtornos para os aposentados.

Por oportuno, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vale sugerir ao Governo que volte suas aten-

ções para aqueles que não têm mais forças para brigar por seus direitos. Temos certeza de que uma política direcionada para a classe seria de grande valia não só para o indivíduo beneficiado, mas também para toda a sua família.

Era o que tinha a dizer.

*Durante o discurso do Sr. Nelson Bornier, o Sr. Benedito de Lira, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Inocêncio Oliveira, 1º Vice-Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao Sr. Vander Loubet.

**O SR. VANDER LOUBET** (PT – MS. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no último dia 4 de março deste ano, a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul realizou a cerimônia de colação de grau dos formandos de Pedagogia. Tive a honra de ser o patrono, embora tenha sido representado por minha companheira, Rosely.

Mato Grosso do Sul está de parabéns pela formatura da Turma Professor Jaime Teixeira, verdadeiro elenco de inteligências e ideais a serviço da educação, da formação cidadã, da consciência crítica e construtiva. Na verdade, o Brasil é o grande vencedor, por contar com essa contribuição do nosso Estado ao seu processo de afirmação intelectual e social.

Não poderia deixar de render homenagens e o devido reconhecimento a todos que impulsionaram a presente conquista: pais, familiares, amigos, professores, diretores, servidores administrativos e, enfim, a instituição educacional que vem superando adversidades e é um dos orgulhos de nossa gente.

Em todos os momentos do aprendizado, seja em qualquer faixa etária, seja em qualquer condição social e econômica, a luz do conhecimento sempre haverá de romper a escuridão, de abrir novos caminhos, de fomentar as transformações reclamadas pela sociedade.

Esse papel dignificante e humanista agora é reforçado pela Turma de Pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, que traz a perspectiva promissora de novos tempos. Tempos em que a iniciativa e a boa vontade dos povos vão definir sua capacidade para promover a paz, a igualdade, a justiça.

Quero encerrar lembrando o conselho de Piaget, para que a liberdade e as possibilidades de cada cidadão sejam perenes aprendizados no exercício de seu compromisso com o mundo: *“Para apresentar uma noção adequada de aprender uma obrigação,*

*explique primeiramente como o indivíduo controla, constrói e cria, não meramente como repete e copia”.*

Muito obrigado.

**O SR. ROBERTO PESSOA** (Bloco/PL – CE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, até pouco tempo, a idade de 21 anos era, em nosso estuário jurídico, o marco da maioria. A mudança no Código Civil brasileiro a que, oportunamente, esta Casa procedeu, com o bellissimo trabalho de nosso companheiro Ricardo Fiúza, já que o Código Civil da lavra do cearense Clovis Beviláqua datava de 1916 e, efetivamente, carecia de uma arejada, compatibilizando-o com os novos tempos, entre outras adequações reduziu o ciclo para a conquista da maioria. Entretanto, no imaginário popular, os 21 anos continuam associados à liberdade, ao desenvolvimento e à independência.

Avoco esta cultura de maioria para saudar desta tribuna os 21 anos de minha terra Maracanaú, comemorados no último dia 6. Localizado na Região Metropolitana de Fortaleza, Maracanaú significa, na língua tupi-guarani, “lagoa dos maracanãs”. Seus primeiros habitantes foram os índios da tribo pitaguays, hoje, lamentavelmente, reduzida a pouco mais de 300 descendentes que, ordeira e bravamente, lutam pela preservação de sua identidade com a manutenção de suas terras, do sítio Santo Antônio do Pitaguay, pelo respeito as suas tradições e costumes, e por sua inserção na economia local sem a perda da dignidade silvícola.

Quero, nesta oportunidade, saudar todos os pitaguays na pessoa do Cacique Daniel. O agrupamento populacional surgiu no final do século XVII, em volta da Capela de São José, construída em 1786. Inicialmente apenas uma expressão da religiosidade, a capela pequena, que precariamente acomodava 30 fiéis, quase 100 anos depois foi reformada e inaugurada solenemente, em 19 de março de 1874. Em 1894, o terreno foi definitivamente doado à igreja por Miguel Alves de Sousa, comerciante maracanauense católico e devoto de São José. Em 15 de fevereiro de 1932, foi criada a Paróquia de Maracanaú, que até aquela data era ligada a Maranguape.

No final do século XIX, com a construção da Estação da Rede Viação Cearense ao lado da Igreja de São José, a então Vila de Maracanaú tornou-se parada obrigatória dos trens que seguiam à época até a Estação de Baturité. Somente em 15 de fevereiro de 1952, a Arquidiocese de Fortaleza nomeou o primeiro vigário da Paróquia de Maracanaú, Pe. José Holanda do Vale. E, no ano seguinte, em 19 de março de 1953, foi inaugurada a nova Igreja de São José, no mesmo

lugar da antiga capela, que passou a denominar-se Igreja Matriz de Maracanaú e tem hoje como pároco o Pe. João Bosco de Sousa Leite, que também saúdo.

Esta origem em torno de uma opção de fé, felizmente, não incutiu nos maracanauenses um viés autoritário no que concerne à religião. Embora seja a religião católica hegemônica na comunidade, com 75,2%, o Censo de 2000 registra 15,40% de evangélicos, 0,5% de espíritas e umbandistas, e 6,7% de outras profecias de fé. Cito esses dados para tornar pública a harmonia que predomina no seio de todas as igrejas, o respeito à opção de cada um. E em nome dessa harmonia saúdo toda a população, na pessoa do Pastor Gilberto.

No início da década de 50 foram inaugurados o sanatório e a colônia dos hansenianos – Colônia Antônio Justa. A este respeito, é mister ressaltar a grandeza do povo maracanauense, lembrando que outros Municípios, movidos pelo preconceito da época, recusaram-se em sediar essas duas unidades de saúde. Afinal, lepra e tuberculose eram moléstias contagiosas e ainda sem conhecimento de cura. No entanto, justamente a instalação no então distrito das duas unidades teve uma importância fundamental para Maracanaú. O sanatório tornou-se o maior hospital de doenças respiratórias, referência nas Regiões Norte e Nordeste, atraindo dezenas de pessoas que, ali curadas, não retornavam aos seus locais de origem, fixavam raízes, formavam famílias, trabalhando e impulsionando o distrito.

Em 1953, “o Movimento dos Tenentes”, assim chamado porque tinha na liderança os tenentes Mário Lima, pai do meu querido e dileto amigo Paulo Portela Lima, e Raimundo Lima, ambos irmãos do capitão Waldemar de Lima, desencadeou a luta pela emancipação de Maracanaú, então distrito de Maranguape. Em 1958, Maracanaú foi elevado à condição de Município, conquista que durou apenas 6 meses, face ao decreto do Governo Federal sobre o retorno de todos os Municípios emancipados naquele ano à condição de distrito, Maracanaú inclusive.

Entretanto, a semente da liberdade fora plantada e germinou. Na década de 70, a sociedade civil se organizou em vários movimentos, destacando-se o MIDEMA – Movimento de Integração e Desenvolvimento de Maracanaú, o FAPEMA – Frente de Apoio à Emancipação de Maracanaú e o CODIM – Conselho de Desenvolvimento e Integração de Maracanaú, que, embora com nomes e tendências políticas diferentes, tinham todos o mesmo objetivo. Finalmente, em 6 de março de 1983, mais da metade da população de Maracanaú participou do plebiscito convocado

pelo Tribunal Regional Eleitoral em determinação ao projeto de lei do Deputado José Mário Barbosa e disse “sim” à emancipação, sendo a lei de criação do Município sancionada em 4 de julho do mesmo ano, pelo Vice-Governador Aduato Bezerra, em exercício da Governadoria.

Quero, neste momento, saudar todos os participantes dessa cruzada, mesmo correndo o risco de omissão, pelo que antecipadamente me penitencio. Para registro nos Anais desta Casa, cito os nomes de Pe. José Holanda do Vale; Manuel Varela; Luiz Girão; Pedro Câmara; Josué Pereira da Silva; Ednaldo Menezes, o pernambucano; Armando Alves de Almeida, o Armando da padaria; José Teixeira da Silva; Mário Abreu; tenente Barroso e Moacir Moreira, ambos da Pajuçara; bem como Anastácio, que no final da década de 80, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal, esteve à frente da administração municipal por cerca de 6 meses, após a intervenção decretada pelo então Governador Tasso Jereissati.

Aliás, Pajuçara, localidade libertária, teve participação decisiva no movimento, através de seus jovens, que criaram o Grupo Cadeira Cativa, cujos membros levavam o seu banquinho a todos os lugares e promoviam reuniões, convencendo a população dos benefícios da emancipação.

Cito outros nomes: Francisco Lopes, o Lee; Jand Tavares; Torcápio Vieira; o atual Prefeito Júlio César Costa Lima e seu irmão, hoje Vereador, Jorge Costa Lima; Alan Kardek; Paulo Alexandre, então Vereador de Maranguape; Nonato Araújo; Liberato Dutra; Raimundo Travassos, atual Vereador; José Augusto Guerreiro, atual titular do cartório; João Guerreiro; entre outros, lideraram o movimento.

Ao lado do líder político e comunitário Wilson Camurça e de sua família, participei do processo de emancipação em minha pequena Mucunã, onde estão situadas desde 1963 as empresas que então dirigia e que hoje estão nas mãos de meus filhos, incentivando os moradores a participarem do plebiscito, compondo o *quorum* exigido por lei e, em última instância, exercitando sua cidadania.

Quero, neste momento, deixar gravado em especial o reconhecimento ao então Prefeito da cidade-mãe Maranguape, Antônio Gonçalves, que ao contrário do habitual, apoiou desde o primeiro momento o movimento emancipacionista.

Quero também prestar homenagem especial, em nome do povo de Maracanaú, ao seu primeiro Prefeito, Almir Freitas Dutra, que veio a ser também seu primeiro mártir, pois foi barbaramente assassinado em 27 de fevereiro de 1987, no início do segundo

ano de seu mandato. E, embora tenha sido instaurado inquérito e indiciadas algumas pessoas, até hoje o crime não foi esclarecido.

Informo, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que requeri ao Deputado Luiz Couto, Relator da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a “investigar a ação criminosa das milícias privadas e dos grupos de extermínio em toda a Região Nordeste” a inclusão do Município de Maracanaú no trabalho de investigação, tendo como objeto o crime que vitimou Almir Dutra, convicto de que o esclarecimento e a punição dos responsáveis são o melhor presente que a sociedade local almeja no seu aniversário de 21 anos.

Acrescento que o nobre Deputado Luiz Couto considerou pertinente minha preocupação e acatou a sugestão. Com a iniciativa, espero poder oferecer não só à família do saudoso Almir Dutra, mas também a toda a sociedade maracanaense uma explicação. E que a Justiça faça a sua parte, pondo fim à impunidade de tão covarde e bárbaro crime.

Não poderia deixar de mencionar, nesta homenagem, ilustres moradores de Maracanaú, que certamente deixaram o exemplo de envolvimento e carinho para com a terra que lhes recebeu. São eles: Rodolfo Teófilo, o farmacêutico ilustre, baiano por nascimento e cearense por opção. É dele a célebre frase “sou cearense porque quero”. Rodolfo Teófilo se fez cearense e maracanaense, pois residente em Pajuçara. Estamos lhe devendo uma homenagem à altura de seu amor por Maracanaú, pois até a sua casa encontra-se abandonada e em verdadeira ruína, a despeito do esforço de poucos abnegados que lutam pelo seu tombamento e preservação.

Também de Pajuçara vem outra personalidade que desejo homenagear pelas muitas benfeitorias que levou ao distrito, seja como proprietário de grande gleba, seja em atividades políticas e funções públicas que exerceu com brilhantismo. Trata-se de José de Borba Vasconcelos, Deputado Estadual, Secretário de Polícia e Segurança Pública, Deputado Federal, Deputado Constituinte, em 1932 e 1945. Foi ele inclusive que conseguiu recursos, na condição de Parlamentar, para a construção das duas pontes que ligam Fortaleza, Maracanaú e Pacatuba, então uma das poucas vias de ligação do distrito com os Municípios vizinhos. José Borba de Vasconcelos, que por muito tempo deu nome a importante avenida de Maracanaú, infelizmente modificada, era paraibano, mas, como todos que migram para Maracanaú, afeiçoou-se e fincou raízes em Pajuçara. Juiz de Direito em diversas Comarcas, Professor da Faculdade de Direito, era proprietá-

rio de uma enorme extensão de terra, parte dela desapropriada para sediar o Distrito Industrial, fruto da visão empreendedora e arrojada do nosso saudoso Virgílio Távora, que fez crescer o Município, alavancado pelo DI, atraindo empreendedores e, consequentemente, criando condições para a construção dos conjuntos habitacionais e assim, atendendo aos critérios de emancipação.

Citei aqui essas nomes ilustres que honram e orgulham Maracanaú para lembrar que esse sentimento contagiou o Município. São centenas de famílias que saem de suas cidades, muitas vezes até de outros Estados e lá se instalam. Muitos pensam que a temporada será curta. Ledo engano. Maracanaú os conquista e lá eles ficam. Criam filhos e, a despeito de todas as dificuldades, não trocam Maracanaú por nenhum outro lugar. Envio daqui nosso abraço e nossa mensagem a todos que engrandecem o nosso Município.

Com cerca de 200 mil habitantes, de acordo com o Censo/2000, Maracanaú exhibe paradoxos. É a cidade rica de um povo economicamente pobre. Sedea o Distrito Industrial do Ceará, ao tempo em que registra altos índices de desemprego. E sabemos, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que o desemprego é a maior chaga social, corolário de muitas outras mazelas, entre as quais a mais cruel é a violência, que infelizmente atinge Maracanaú e que chega a ser apontada como um dos seus maiores problemas.

Enquanto o gestor municipal faz alarde publicitário de grandes investimentos em educação, a realidade mostra o contrário. O Município aparece sofrivelmente no *ranking* dos alunos da rede pública aprovados no vestibular da Universidade Federal do Ceará. De acordo com dados da própria Secretaria de Educação Básica do Estado, dos 21 Municípios que conseguiram aprovar alunos oriundos de escolas públicas na UFC, Maracanaú ocupa o 14º lugar, com 28 alunos aprovados. Perde para Municípios de população menor e de arrecadação bem inferior.

São enormes as carências sociais em Maracanaú, do saneamento básico à moradia para sua população, apesar da existência dos vários conjuntos habitacionais; do emprego ao lazer para os jovens, saúde e segurança. Este é o nosso grande desafio para o qual conclamo o povo de Maracanaú: chegar aos 22 anos, tendo realmente conquistado nossa maioridade e garantida a nossa cidadania.

Muito obrigado.

**O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB – SP.** Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, os bancos cooperativos es-

tão prestando um relevante serviço ao Brasil e ao agronegócio brasileiro, principalmente pelo pouco tempo, cerca de 9 anos, em que atendem a milhares de produtores por intermédio do Banco Cooperativo do Brasil S.A. – BANCOOB.

O BANCOOB, como instituição prestadora de serviços operacional e financeiro às Cooperativas Centrais de Crédito e às suas filiais, administra a disponibilidade do SICCOB.

Por meio do BANCOOB, a liquidez do sistema é rentabilizada no mercado financeiro, além de permitir o acesso das cooperativas de crédito aos programas de repasses de recursos governamentais e a futuros parceiros internacionais.

O Banco também presta aos seus associados, através dessas cooperativas, toda a gama de serviços bancários de que necessitam, possibilitando-lhes atingir seu objetivo de autonomia operacional.

A missão de substituir os bancos comerciais tem sido de valor extraordinário tanto para a agricultura quanto para os agricultores.

Foram destravadas as amarras do sistema de normas reguladoras do Banco Central do Brasil, resultado que colocou o BANCOOB entre os 10 bancos mais atuantes no mercado brasileiro.

Isso é fruto da competência do cooperativismo.

O BANCOOB foi o primeiro banco privado a ser credenciado como agente financeiro do FUNCAFÉ, disponibilizando milhões de reais para os produtores de café. Além disso, participa das linhas de financiamento do crédito rural para a agricultura familiar e para o PROGER Rural.

O fundamental, Sr. Presidente, é a forma de atuação do BANCOOB, que trabalha sem buscar o lucro pelo lucro, e sim com vistas ao oferecimento de custos bancários muito baixos, com as melhores remunerações pagas pelas captações feitas, além de taxas muito mais acessíveis que as de qualquer outra instituição de crédito bancário.

Dou meus parabéns ao Dr. Raimundo Mariano do Vale e a toda a abnegada e participativa diretoria do BANCOOB, certo de que a Câmara dos Deputados e os Parlamentares ligados ao agronegócio devem promover, cada vez mais, a inserção do agricultor em cooperativas para incentivar o seu desenvolvimento.

Como homem que iniciou a vida pública forjada no cooperativismo e na associação de classe rural, devemos aplaudir o belo trabalho desenvolvido pelo BANCOOB.

Muito obrigado.

**O SR. JÚLIO LOPES (PP – RJ.** Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. membros desta audiência, gostaria de chamar a atenção dos senhores em relação ao debate que se estendeu hoje pela manhã nesta Casa, com relação às compensações necessárias ao Estado do Rio de Janeiro quanto à implantação do oleoduto que lá pretende construir a PETROBRAS.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, informa aquela estatal que esse oleoduto será financiado pelo Banco Mitsui do Japão, e que será pago em 10 anos, com 2 de carência, com resultado de 1,6 bilhões de dólares. Isso corresponde a mais ou menos 4,3 bilhões de reais em 10 anos de rentabilidade.

É fato, Srs. Deputados, que o oleoduto não se extinguirá nem implodirá ao final desse período, durando, com certeza, pelos próximos 30 ou 40 anos.

Se assim for, sua rentabilidade somada poderá chegar a algo perto de 13,8 bilhões de reais, fazendo necessário, portanto, uma compensação para o Estado do Rio de Janeiro e para o povo fluminense desse extraordinário montante, visto que é naquele Estado e diante daquele povo que se fazem as instalações de mais de 90% da área total do oleoduto e de 90% dos seus investimentos.

É importante entender, Srs. Deputados, que não se trata de uma guerra política entre o Governo do Estado do Rio de Janeiro e o Governo do Brasil, mas sim uma discussão profunda sobre a necessidade de dotar aquele Estado de infra-estrutura para os anos vindouros, visto que o petróleo é um bem finito, que se extinguirá em poucos anos.

Prevê-se que as reservas naturais do País têm capacidade de durar por 16 anos, no máximo 20. Assim, se não forem descobertos novos campos, não teremos condições de infra-estrutura criadas no Estado para fazer face às necessárias ações sociais que aquele povo tanto demanda.

Portanto, Sr. Presidente, o que argüiu a banca do Rio de Janeiro e este Deputado que vos fala é uma compensação, ao povo daquele Estado, pela enorme e fundamental rentabilidade que o oleoduto dará à PETROBRAS e ao Brasil.

**O SR. PASTOR REINALDO (PTB – RS.** Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estarrecido é a palavra que encontro para expressar como me senti ao ler as notícias que os jornais de todo o País publicaram sobre a violência cometida contra os turistas no Brasil durante o período de carnaval.



Recentemente o Banco Central informou que no ano passado 296 milhões de dólares foram gastos pelos turistas estrangeiros no Brasil, enquanto os turistas brasileiros, no exterior, desembolsaram apenas 196 milhões de dólares, números que levaram o setor de turismo a comemorar.

Mais de uma vez, Sr. Presidente, vim a esta tribuna destacar que é no turismo que encontraremos o caminho para a busca do tão esperado “espetáculo do desenvolvimento”. É no turismo, Sras. e Srs. Deputados, que poderemos sanar o déficit de emprego no País.

O atual Governo, também de posse desta visão, sabiamente, vem tomando iniciativas para o fortalecimento do setor, sendo a mais acertada de todas elas a criação do Ministério do Turismo. Ministério que, em uma rápida avaliação, destaca-se como o que mais mostrou resultados em todo o Poder Executivo no ano que passou.

No entanto, estamos diante de um cenário paradoxo. De um lado, setores da sociedade civil investem no turismo, e o Governo toma iniciativas arrojadas com investimentos de recursos públicos na área e, do outro, verificamos o aumento da violência contra os turistas, especialmente os estrangeiros.

E digo: atos de violências que vêm assustando cada vez mais as agências de turismo em todo o mundo e sujando a imagem do nosso país lá fora, afastando de nós os milhões de dólares que aqui poderiam continuar sendo gastos.

O *Jornal do Brasil*, em sua edição de 26 de fevereiro, traz a notícia de que entre sexta e terça-feira de carnaval, a Delegacia Especial de Atendimento ao Turista (DEAT) registrou 140 ocorrências contra visitantes, sendo que, destas, 36 ocorreram num prazo de menos de 24 horas.

Entre as ocorrências envolvendo turistas, até mesmo a polícia atuou do outro lado. Dois policiais militares do 23º BPM/Leblon foram presos devido à suspeita de assalto a um turista israelense, que teve a carteira roubada com 5 mil dólares. Além desse caso a DEAT registrou ainda o caso de um peruano enganado por uma prostituta, que misturou sonífero em sua bebida, levando sua bolsa com 100 dólares, o passaporte e sua passagem de volta. Em outro registro, israelenses foram abordados por três jovens que levaram seus relógios em Ipanema.

Está constatado, Srs. Deputados, que, na Cidade Maravilhosa, que é o nosso maior cartão postal lá fora, as *gangs* atacam turistas. Absurdo!

Chamo a atenção dos nobres pares para o fato de que os dados aqui apresentados são apenas os registrados na Delegacia de Atendimento ao Turista na Capital. Ainda não foram computadas as outras ocorrências nas demais regiões do Estado do Rio de Janeiro, sem mencionar ainda as ocorrências que não foram registradas.

Mas, infelizmente, esse caos não é privilégio apenas do Rio de Janeiro. Em diversos Estados brasileiros turistas foram vítimas de agressões, furtos, assaltos e diversas outras modalidades de violência e fraudes.

Em Pernambuco, por exemplo, duas turistas israelenses que brincavam o carnaval na Praça do Carmo, em Olinda, foram atingidas no peito por balas perdidas na madrugada de terça-feira, dia 24 de fevereiro. As turistas que visitavam o Brasil pela primeira vez aproveitavam a descontração longe do risco permanente de atentados em seu país.

Podem imaginar, Sras. e Srs. Deputados, o sentimento daquelas jovens, que não falam o português, uma com apenas 22 anos de idade, longe de suas casas, de seus familiares e amigos, sendo conduzidas, feridas, para um hospital?

Pergunto: voltarão aquelas jovens ou seus amigos, ou seus familiares ao Brasil? E as outras tantas vítimas voltarão a este país? O que dirão elas a seus amigos e aos seu compatriotas quando eles manifestarem interesse em conhecer a “terra maravilhosa”?

Sem dúvida alguma, urge a necessidade de mudarmos este quadro.

Aqui falei de crimes que envolvem a integridade física, mas e quanto aos “pequenos crimes”, se é que posso chamar algum crime de pequeno, cometidos contra os turistas pelos taxista, pelos comerciantes, pelos vendedores ambulantes e por tantos outros que, sem nenhum pudor, ao identificarem um turista, fazem questão de “levar alguma vantagem”, subindo preços de serviços e produtos, extorquindo, cobrando por informações, sonegando informações e assaltando, com armas diversas, nossos visitantes? O que dizer desses crimes e destes criminosos?

E ainda queremos, Srs. Deputados, trazer mais visitantes para este País, para que continuem sendo extorquidos, assaltados e agredidos?

Precisamos rever algumas situações. Precisamos tomar algumas posições. E acredito que entre algumas dessas posições estaria a busca de uma punição maior para quem esteja fazendo nossos turistas de vítimas.

O que dirão por aí de nós? O que dirão de um País em que um sargento e um soldado que a sociedade armou e colocou nas ruas para combater o crime tomam a decisão de mudar de lado sem mudar de roupa, e que usam a farda e o distintivo como salvo-conduto para cometer repulsivas modalidades de crime, quais sejam: seqüestro-relâmpago e assalto? Lembro que o seqüestro foi cometido com o uso de uma viatura do Estado e com combustível do Estado, pois, segundo o Boletim de Ocorrência, aqueles policiais ficaram mais de 20 minutos rodando na viatura com o turista antes de tomarem seu dinheiro. Onde vamos parar?

Ainda acho que prever uma punição maior para quem cometer crimes contra turistas seja uma forma de reprimir essa prática. Acredito também que prever a perda do cargo e exoneração por crimes cometidos contra os visitantes por funcionários públicos também seja uma forma de combater a violência contra os turistas.

Nesse sentido, já solicitei à minha consultoria jurídica estudo de uma proposição, e, à Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados, a viabilidade de uma medida punitiva.

Mas, ao mesmo tempo, questiono: será que somente prever punição seria a solução para este grave problema que estamos vivenciando? A pergunta está lançada.

Espero que esta Casa de Leis não faça vista grossa a esses fatos. Espero que tenhamos a coragem de assumir que os filhos desta Terra não sabem receber visitas e que nossa esperança de combatermos o desemprego e buscarmos o desenvolvimento social através incentivo ao turismo está ameaçada.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

**O SR. JOSUÉ BENGTON** (PTB – PA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, repete-se, como há séculos, um dos mais perversos vícios da nossa cultura.

O esquema, em cinco fases, é o seguinte: 1) detecta-se um problema; 2) a idéia é enfrentá-lo, prevenindo-se contra ele; 3) cria-se uma legislação presumivelmente adequada para a prevenção; 4) as leis entram no rol, assaz crescente, das que, como muitas vacinas, não pegam, e não pegam porque não se fiscalizam, e os ilícitos, pois, não se punem; 5) sem fiscalização, formam-se verdadeiras gangues, em prejuízo daqueles para os quais as leis originalmente se fizeram, no sentido de protegê-los do problema que

no início se detectou. Volta-se à estaca zero, se tanto. Um verdadeiro desatino, sem tirar nem pôr.

No presente caso, interessa o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT), criado em 1974, para indenizar vítimas de desastres, em casos de morte, invalidez permanente e despesas com assistência médica.

Mais uma legislação a fracassar, como se constata na reportagem à pág. 4 do Caderno de Política e Economia do diário *O Liberal*, de Belém, edição de fevereiro do corrente.

Em 2003, recolheu-se à Federação Nacional das Seguradoras 1,44 bilhão de reais. Do produto do suor do contribuinte, 45% repassaram-se ao SUS e 5% ao DENATRAN, e aí já se chega à metade. Ainda, qual loteca, afora os 3% da SUSEP, do Sindicato dos Corretores e da Fundação Escola Nacional de Seguros, 12% foi o custo com repasses e 10% retiveram-se como “reservas de sinistros”. Sobram 23%, para as indenizações de acidente.

Mas é pior, Sras. e Srs. Deputados. Em Belém, há corretores, e mesmo advogados, mancomunados com servidores públicos a fim de obter informações indevidas, em especial endereços de vítimas dos acidentes. O fato ocorre, por exemplo, no Pronto-Socorro do Município e no Instituto Médico Legal, segundo a reportagem.

Assim, após o infortúnio, a maioria toma ciência do benefício por atravessadores, que cobram pelo menos 20% pelo serviço de cobrança e ainda se dão ao desplante de ficar às vezes com 100% do prêmio: com certeza um furto.

O assédio às famílias enlutadas é, para dizer o mínimo, tenebroso, e os métodos de persuasão chegam às raias do sinistro. Outra abordagem é oferecêrem-se valores irrisórios, explorando a desinformação das vítimas da armadilha e exigindo em troca procuração com plenos poderes para receber o montante total do prêmio.

Ante um valor de até mais do que 6 mil reais por desdita, a que chegam as indenizações, assaz substancial em face do salário da imensa maioria da população, aquilata-se o tamanho do rombo e a ignomínia do ato.

É evidente que esse método de ação não se restringe às quadrilhas do Pará. Com certeza elas se espriam Brasil afora.

Ora, o presente libelo denuncia que não cabe pagar um seguro obrigatório, fazer jus a cerca de um quinto do que vale e – é o cúmulo – muitas vezes não

recebê-lo. Há excesso de burocratização, falta informação e fiscalização.

Mais: falta vergonha! Há três décadas o DPVAT existe. Que as autoridades tomem providência. De preferência com prazo para ontem. Já não é sem tempo.

Sr. Presidente, solicito que meu pronunciamento seja divulgado nos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

**O SR. LUIZ BITTENCOURT** (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, foi prestada homenagem póstuma ao médico Altamiro de Moura Pacheco, falecido em 1996, pela Academia Goiana de Letras, da qual fez parte durante longo tempo. Altamiro morreu com 100 anos de idade e é sempre lembrado como um dos principais colaboradores do Presidente Juscelino Kubitschek na construção de Brasília. Homem empreendedor, amante da cultura, dono de considerável patrimônio, foi ele que doou à União o terreno hoje ocupado pela Brigada de Operações Especiais do Exército Nacional, que tem sede em Goiânia e é uma das unidades militares de maior importância estratégica do País, com área de ação que se estende até ao território amazônico.

Nasceu Altamiro de Moura Pacheco na cidade de Bela Vista, em 1906. Desde cedo assumindo o encargo de cuidar da família, por ser a sua mãe viúva, teve uma vida longa e produtiva, sobretudo caracterizada pelo espírito de humanidade com que exerceu a sua profissão de médico. Pioneiro de Goiânia, dedicou-se à clínica geral e à cirurgia, atendendo em hospital que se tornou um centro de estudos e pesquisas em diferentes ramos da ciência. Em companhia de colegas como os doutores Domingos Viggiano, Francisco Ludovico, Luiz Rassi, Manoel dos Reis e outros, lutou pela criação da faculdade de Medicina da Universidade Federal de Goiás e foi um dos grandes beneméritos de várias instituições de caridade.

O Aeroporto Santa Genoveva tem suas instalações e pistas de pouso, inclusive para aviões de grande porte, em terreno doado por Altamiro de Moura Pacheco ao Ministério da Aeronáutica. A denominação dada à estação de passageiros, de embarque e desembarque, é uma homenagem a sua genitora, que se chamava Maria Genoveva de Moura Pacheco. Mereceu ser condecorado pelos Ministérios do Exército e o da Aeronáutica com a Ordem do Mérito Militar, no grau de Oficial do Corpo de Graduados Especiais, além da Medalha do Pacificador.

Com eficiência, muito zelo e espírito desempenhou a presidência da Comissão de Cooperação para Mudança da Capital Federal e, em 1970, foi escolhido para a Academia Goiana de Letras, ocupando no sodalício a cadeira nº 26, patrocinada por José Xavier de Almeida, Deputado Federal, Senador da República e Presidente do Estado, eleito em 2 de março de 1901 e fundador dos cursos jurídicos em Goiás. Autor de várias obras literárias, dedicou-se também ao estudo de problemas econômicos, salientando aspectos fundamentais dos setores agrícolas e mineral, frisando a importância das jazidas de minérios do solo goiano.

Foi Altamiro de Moura Pacheco fundador da Sociedade Goiana de Pecuária e do Banco Agropecuário de Goiás. Viajou pelo mundo, esteve na Europa e no Oriente Médio, deteve-se nos Estados Unidos e na África, sempre aperfeiçoando seus conhecimentos de Medicina e estabelecendo um intercâmbio cultural entre Goiás e os países do Velho Continente, principalmente a França, a Itália, a Espanha e a Alemanha. Era um exímio poliglota. Dominava línguas estrangeiras com extrema fluência e espontânea facilidade idiomática.

Na homenagem que a Academia Goiana de Letras presta à memória de Altamiro de Moura Pacheco, a escritora Augusta Faro Fleury de Melo frisou a sua contribuição à cultura do Estado e salientou a sua amorosa goianidade. Esse foi um traço característico de sua personalidade, pois em vida fez valiosas doações do seu patrimônio particular para instituições científicas e iniciativas consolidadas do Governo Federal de Goiás. Associe-me à homenagem prestada a esse meu ilustre conterrâneo e felicito a comunidade acadêmica do meu Estado por esse preito de justiça a um eminente brasileiro que honrou a sua pátria e a terra natal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

**O SR. ANTONIO NOGUEIRA** (PT – AP. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é com grande satisfação que venho nesta tarde comunicar que por decisão da Juíza Ellen Gracie, do TSE, permanecemos no exercício do mandato de Deputado Federal, cargo legitimamente conquistado pelo voto da população amapaense nas eleições de 2002.

Caros colegas, em nenhum momento duvidei da justiça do meu País. Esse processo que foi aberto contra mim está cheio de irregularidades, como já havia dito nesta Casa em outro pronunciamento. E agora a verdade está aparecendo. O TSE não permitiu

que meu mandato fosse cassado porque entendeu que há possibilidade de a sentença do TRE do Amapá ser reformada. Essa decisão é uma prova do que venho falando há muito tempo: foi armada uma grande trama pelo Procurador Manoel Pastana para "tirar" o meu mandato popular e dar a um amigo seu, o suplente do nosso mandato.

Sr. Presidente, fui difamado por parte da imprensa do meu Estado, ligada aos meus suplentes e condenado por ela publicamente. Agora, com a verdade dos fatos vindo à tona, reafirma-se a minha história política, que sempre foi pautada pelo combate à corrupção. Eu jamais usaria da corrupção eleitoral para vencer uma eleição.

Sr. Presidente, caros colegas, após algumas derrotas, comemoro essa vitória consciente de que a luta não terminou. O TSE ainda vai julgar o mérito da ação, mas tenho certeza de que não vai aceitar essas provas forjadas pelo procurador e conseqüentemente vai me inocentar.

Quero agradecer a todos os meus colegas Parlamentares que não duvidaram da minha honra e inocência. Agradeço também a todos que fizeram orações, que pediram justiça a Deus e mais uma vez tiveram a prova de que ela não falha.

Sr. Presidente, lamento que esse fato tenha manchado minha carreira política, que sempre foi exemplar, mas são coisas que podem acontecer com qualquer homem público. Digo a todos que confiaram a mim seu voto que não paramos de trabalhar mesmo com todo esse processo e agora continuaremos representando da melhor maneira possível o Estado do Amapá. Peço que este meu pronunciamento seja registrado nos meios de comunicação desta Casa.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocência Oliveira) – Passa-se ao

## V – GRANDE EXPEDIENTE

Concedo a palavra ao nobre Deputado Vignatti. S.Exa. dispõe de 25 minutos na tribuna.

**O SR. VIGNATTI** (PT – SC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, a questão da juventude é considerada secundária por muitos, em razão da relevância de outros temas, a exemplo da política macroeconômica e do combate à fome. Entretanto, queremos demonstrar que ela é urgente e estratégica para o desenvolvimento da Nação.

Políticas públicas de juventude são necessárias no enfrentamento da desigualdade social, porque os jovens são a parcela da sociedade mais vulnerável e excluída.

Para construir o desenvolvimento tão sonhado pelo povo, precisamos preparar essa geração de jovens para assumir o destino deste País. Pretendemos, com este debate, inicialmente, sensibilizar não somente o Estado, mas toda a sociedade para a importância do tema.

Em segundo lugar, queremos ajudar a juventude a conquistar uma rede de proteção social que garanta bem-estar, atenda às necessidades específicas dessa fase da vida e, fundamentalmente, lhe proporcione condições para desenvolver o País.

Dois motivos levaram-nos a perceber a importância do tema. Em primeiro lugar, o número de pessoas jovens é o maior da história demográfica do País. Nunca tivemos ou teremos tantos jovens.

Estatísticas revelam que a população jovem brasileira, de 15 a 24 anos, passou de 8,2 milhões, em 1940, para 34 milhões, em 2000. Hoje, ela corresponde a 20,07% da população total.

São esses jovens que precisam de atenção hoje para constituir uma sociedade vitoriosa amanhã.

Conforme dados do IBGE, se considerarmos o jovem na faixa de 15 a 29 anos, teremos um total de 48 milhões, ou seja, 28% da população brasileira.

O Brasil é o quinto País do mundo em quantidade de jovens na população, após a China, a Índia, a Indonésia e os Estados Unidos. Somos responsáveis por 50% dos jovens da América Latina e por 80% do Cone Sul.

Mais de 85% da juventude mundial vive hoje nos países em desenvolvimento. Não foi por nada que a ONU dedicou esta década à população jovem.

Esse grande número de jovens é conseqüência do fenômeno demográfico denominado pelos estudiosos de onda jovem. O alargamento da pirâmide etária brasileira nas faixas entre 15 e 29 anos é motivado pela grande quantidade de nascimentos entre o final da década de 70 e o início dos anos 80. Mesmo assim, é bom lembrar que a densidade demográfica é em torno de 1,8.

É importante destacar que a onda jovem aumentou a exclusão social já existente e aprofundou a crise do Estado, que não consegue amparar todos os cidadãos.

Em conseqüência desse processo, os jovens são os que menos têm acesso à educação, à saúde e ao emprego.

As atividades de lazer, cultura e esporte estão ainda mais distantes da juventude, quando deveriam ser garantidas ao jovem, que dispõe de mais tempo livre.

Ouçó, com prazer, a nobre Deputada Selma Schons.

**A Sra. Selma Schons** – Nobre Deputado Vignatti, quero parabenizar V.Exa. pela constante preocupação com a juventude brasileira. Coincidentemente, o discurso que apresentarei hoje, nesta Casa, versa sobre esse tema, visto que os Estados estão debatendo políticas para a juventude. É preciso oferecer perspectivas aos nossos jovens. Quero parabenizá-lo pelo pronunciamento e oferecer a minha contribuição nessa luta que também é minha. Parabéns, Deputado. Muito obrigada.

**O SR. VIGNATTI** – Agradeço a V.Exa. o aparte, Deputada Selma Schons. Sabemos do seu empenho na condução do debate sobre esse tema no Estado do Pará.

O segundo motivo que nos levou a perceber a importância desse tema é o fato de que o jovem sofre mais drasticamente as conseqüências da exclusão social.

A ausência histórica do Estado na assistência a essa população é outro agravante da precariedade da condição juvenil no País.

A prova da exclusão social dos jovens está nos dados que apresento a seguir:

- 40% dos jovens brasileiros vivem em famílias sem rendimento ou com renda de até meio salário mínimo;

- a cada 2 desempregados no País, um é jovem. Mesmo entre os ocupados, a maioria está na informalidade;

- somente 35% dos jovens têm carteira assinada;

- 2 de cada 3 presos são jovens;

- somente 3 em cada 10 jovens têm acesso ao ensino médio. Entre os que já não estudam, 51% pararam de estudar no ensino fundamental e 12% não ultrapassaram sequer a 4ª série.

A partir dessas informações, podemos concluir que os jovens são, hoje, a parcela da população mais vulnerável à pobreza e a menos protegida por direitos fundamentais.

A conseqüência direta dessa estatística é apontada numa pesquisa mundial realizada pela Organização das Nações Unidas – ONU, através do UNICEF, em 1999, segundo a qual a juventude brasileira é hoje a segunda no *ranking* de pessimismo, ficando atrás somente da juventude da Colômbia.

Essa constatação revela que, de cada 10 jovens brasileiros, 7 acreditam que sua condição de vida será pior do que a de seus pais. Essa pesquisa é conhecida internacionalmente.

Por esses motivos, torna-se urgente pautar esse tema e, a partir disso, começar a construir alternativas para devolver esperança a essa parcela da população.

A construção de alternativas por meio de políticas públicas que garantam o bem-estar dos jovens – direitos fundamentais para os cidadãos –, que atendam às necessidades específicas e ainda possibilitem a preparação dessa geração para assumir o País é uma tarefa imediata da sociedade e dos governos.

As contradições e os desafios que se colocam para a juventude têm tempo próprio para serem enfrentados. E o tempo é hoje. Amanhã, essas ações não terão mais efetividade. Não agir hoje resultará num risco de retrocesso para o desenvolvimento futuro da Nação.

Por isso, vamos dar início, nesta Casa, ao debate sobre o tema da juventude.

Por intermédio da Frente Parlamentar em Defesa de Políticas Públicas para a Juventude e com o apoio do Presidente João Paulo Cunha e da Mesa Diretora da Casa, criamos, em 7 de abril do corrente ano, Comissão Especial destinada a analisar propostas de políticas públicas para a juventude.

A Comissão Especial de Políticas Públicas para a Juventude é formada por 24 Parlamentares de diversos partidos, que estabeleceram a meta de elaborar um plano nacional e um estatuto de direitos da juventude.

Sabemos que em outros momentos houve, na Câmara dos Deputados, tentativas de pautar o tema. No entanto, não obtiveram êxito.

Primeiro, porque as iniciativas foram, na maioria das vezes, superficiais, criminalizavam o jovem e o apontavam sempre como suspeito.

Em segundo lugar, porque não estabeleceram qualquer diálogo com organizações da juventude. E mais grave, não chamaram os jovens para participar da discussão.

Todas as iniciativas que tomamos até agora caminharam no sentido de romper o distanciamento que existe entre o Parlamento e a juventude.

Estamos buscando construir, em todos os espaços, uma lógica em que os jovens sejam sujeitos das ações dessa Comissão.

A experiência acumulada até aqui demonstra que estamos no caminho certo.

Concedo o aparte ao Relator do Plano Nacional da Juventude e da Comissão Especial, Deputado Benjamin Maranhão.

**O Sr. Benjamin Maranhão** – Deputado Vignatti, congratulo-me com V.Exa. pelo brilhante trabalho que vem desenvolvendo na Comissão, como a realização da Semana Nacional da Juventude, no ano passado, que foi um completo sucesso, e também pela forma como conduz o debate no Estado de Santa Catarina e nesta Casa. Graças ao seu trabalho e ao de outros companheiros que deram a devida importância ao debate sobre a situação do jovem brasileiro, estamos progredindo. Com certeza, essa luta vai se configurar, com a participação da juventude, na constituição de um grande conselho nacional da juventude, entre outras conquistas que a Comissão espera alcançar. Parabéns, Deputado Vignatti!

**O SR. VIGNATTI** – Muito obrigado, Deputado Benjamin Maranhão.

Concedo o aparte ao Deputado Zico Bronzeado, membro do Plano Nacional da Juventude.

**O Sr. Zico Bronzeado** – Deputado Vignatti, quero parabenizá-lo por abordar este importante tema. Surpreendeu-me o nível de desenvolvimento da juventude do seu Estado, o que o coloca em posição relevante no País. V.Exa. tem contribuído para que a juventude brasileira seja valorizada, respeitada e tenha mais oportunidades em todos os setores. Quero destacar que a Comissão já começou a ouvir jovens de todo o País. Iniciamos pelo meu Estado, onde o Presidente da Comissão, Deputado Reginaldo Lopes, esteve com o Deputado Júnior Betão, também do Acre, para receber propostas para o grande encontro nacional da juventude. Constatamos que os jovens têm muito a contribuir nesse debate. Saímos de lá enriquecidos, e as idéias que nos foram apresentadas foram levadas à Comissão Especial de Políticas Públicas da Juventude. Quero ressaltar que V.Exa. muito nos tem ajudado ao trazer experiências obtidas em seu Estado. Parabenizo-o pelo pronunciamento e peço que aceite meu humilde aparte.

**O SR. VIGNATTI** – Obrigado, Deputado Zico Bronzeado. A contribuição de V.Exa. tem sido grandiosa para o nosso trabalho.

**O Sr. Ronaldo Dimas** – Permite-me V.Exa. um aparte?

**O SR. VIGNATTI** – Com prazer.

**O Sr. Ronaldo Dimas** – Deputado Vignatti, as políticas públicas para a juventude são extremamente necessárias. Na semana passada, foi votada nesta Casa medida provisória em que foram inseridas

emendas de autoria do Senador Eduardo Siqueira Campos, de meu Estado, o Tocantins, com o intuito de facilitar o acesso de estudantes universitários ao crédito. O Governo abortou a idéia de o BNDES ter linha de crédito para financiamento direto ao estudante. Como representante da Comissão Especial da Juventude, pergunto a V.Exa.: onde estavam seus integrantes, que não vieram ao plenário defender iniciativa de tal quilate, que atenderia ao grande anseio da juventude brasileira de ter acesso ao ensino universitário?

**O SR. VIGNATTI** – Com certeza, Deputado Ronaldo Dimas, esta é uma das preocupações da Comissão, que vem construindo propostas na área do Plano Nacional da Juventude.

Realizamos várias audiências públicas com jovens em todos os Estados do Brasil, com o objetivo de discutir o relatório e de produzir o Plano Nacional da Juventude e – quem sabe? – o Estatuto de Direitos da Juventude.

Em Santa Catarina, já foram realizadas 4 audiências regionais e, na próxima sexta-feira, será realizada a última. No dia 26, haverá reunião no Estado para articular a Conferência Nacional da Juventude, de 11 a 13 de maio. As audiências realizadas pelo Brasil e a Conferência Nacional nos darão fundamentos para elaborar, a várias mãos, o Plano Nacional da Juventude.

**O Sr. Almeida de Jesus** – Deputado Vignatti, permita-me. Quero me associar a V.Exa. na luta por políticas públicas para a juventude. Os jovens brasileiros precisam desse alento. É claro que o Parlamento hoje está voltado para os interesses da juventude, não somente no que concerne à educação, mas também à profissionalização, porque não há política pública que possibilite o ingresso dos recém-formados no mercado de trabalho. Parabenizo V.Exa. pelo trabalho. Estamos aqui para nos ombrear nesse mister, a fim de que a mocidade brasileira possa participar mais do processo de desenvolvimento do Brasil.

**O SR. VIGNATTI** – Ouço, com prazer, o aparte da Deputada Janete Capiberibe.

**A Sra. Janete Capiberibe** – Deputado Vignatti, parabenizo V.Exa. pelo belo pronunciamento, que traz ao conhecimento do povo brasileiro o significativo trabalho desenvolvido nesta Casa pela Comissão Especial de Políticas Públicas para a Juventude. Trata-se de feliz iniciativa da Câmara dos Deputados. A Comissão é composta por Parlamentares da estatura de V.Exa., colega de quem muito me orgulho. Fico ainda mais satisfeita de o nobre Deputado pertencer ao meu partido, o PT. Acabei de chegar de Natal, de

onde trago o apelo da juventude para que a Comissão realize também lá audiências públicas, que precederão a Conferência Nacional que terá lugar na Câmara dos Deputados. Os jovens do Rio Grande do Norte já estão se organizando para nos receber. Estou com a incumbência de definir com a Comissão o calendário de visita ao Estado.

**O SR. VIGNATTI** – Pois não. Vamos trabalhar para contemplar também Natal, Capital do Estado do Rio Grande do Norte.

Ouço, com prazer, o aparte do nobre Deputado Daniel Almeida.

**O Sr. Daniel Almeida** – Deputado Vignatti, concordamos com o oportuno pronunciamento de V.Exa., cujo tema é da mais alta relevância para os interesses do Brasil: o cuidado com a nossa juventude. Este País possui um contingente muito expressivo de jovens. Esta Casa acertou ao constituir a Comissão tão bem presidida pelo Deputado Reginaldo Lopes e composta por V.Exa. e por outros Parlamentares que têm se empenhado no tratamento da questão. A Conferência Nacional a ser realizada em maio será um grande acontecimento. Já sentimos a mobilização dos jovens em relação ao tema, que domina muitas reuniões na Bahia, a exemplo da audiência pública que faremos nos dias 15 e 16 de abril. Portanto, V.Exa., ao abordar o assunto e ao insistir na conclamação dos jovens do Brasil para discuti-lo, coloca-os num patamar mais elevado. Esta Casa tem necessidade de atrair os jovens para o debate político, para que se sintam responsáveis pela formulação de políticas públicas que lhes digam respeito. Precisamos fazer políticas não apenas para os jovens, mas com os jovens. As audiências públicas são muito importantes nesse processo de mobilização. Às vezes, os jovens ficam afastados do dia-a-dia da Casa. Então, o grande encontro que acontecerá em maio será oportunidade ímpar para participarem dos debates. Parabéns a V.Exa.

**O SR. VIGNATTI** – Com certeza, Deputado.

Ouço, com prazer, a Deputada Maria do Rosário.

**A Sra. Maria do Rosário** – Deputado Vignatti, cumprimento V.Exa. e todos os participantes da Comissão. A juventude brasileira, presente em todos os momentos da nossa história, e que sempre se pautou na democracia, na luta, na justiça, contra todas as formas de violência, inclusive as ditaduras, é referência para o mundo. E, agora, quando prepara, por meio de audiências, a Conferência Nacional, está novamente dando importantíssimo exemplo de paz, de participação e de busca por um mundo sem violência, justamente no instante em que vemos o avanço do terror e

da intolerância de todo tipo – religiosa, política e econômica. A juventude brasileira, que busca nos ideais históricos sua generosidade, certamente se faz presente nesta hora e muito tem a contribuir. Ela é formada por operários, camponeses e estudantes de diferentes estratos sociais e atua por todo o Brasil, a fim de construir a justiça social que o Presidente Lula estabeleceu como meta para o seu Governo. Meu Estado soma-se a V.Exa. e à Comissão para dar continuidade a essas iniciativas.

**O SR. VIGNATTI** – Srs. Parlamentares, é importante não apenas a articulação feita pela Casa e pela Comissão, mas também outras políticas construídas e desenvolvidas pelo Governo Federal. Já deram mostra de sucesso programas como o Primeiro Emprego, do Ministério do Trabalho e Emprego; Primeira Terra e PRONAF Jovem Rural, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, apenas para citar os mais significativos. Existem ainda iniciativas dos Ministérios da Educação, da Justiça, da Assistência Social, da Saúde e do Meio Ambiente que mostram o interesse do Governo na construção de um novo País.

Outra ação importante do Governo Lula foi a criação do Grupo de Trabalho da Juventude, pela Câmara Interministerial de Políticas Sociais.

Da sociedade civil, temos as contribuições do Projeto Juventude, desenvolvido pelo Instituto da Cidadania, ONG reconhecida pela elaboração de importantes propostas como o Fome Zero, Projeto Moradia e Projeto Segurança Pública.

O Projeto Juventude tem sido construído com a pluralidade de organizações e estudiosos envolvidos com o tema e visa contribuir para a mudança da compreensão que se tem hoje sobre a juventude, a fim de elaborar um conjunto de propostas que possam ser desenvolvidas pelos governos através de políticas públicas.

Todas essas ações e iniciativas são algo recente no País. Aliás, o Brasil está atrasado nas discussões acerca das políticas públicas de juventude em relação a vários países da Europa e da América Latina, mesmo possuindo um dos maiores contingentes de jovens no mundo.

As iniciativas da Comissão Especial, do Instituto Cidadania e do Governo Lula caminham na direção de superar esse atraso e de resgatar a esperança para essa população.

Assim, esta Casa tem que assumir o compromisso de envolver a sociedade em amplo debate para a formulação e a construção dessas políticas.

Para nós, são 5 os eixos fundamentais de uma política de juventude para o País:

1. A participação e o engajamento civil, através de um grande projeto nacional que possa envolver a juventude em ações locais de desenvolvimento humano;

2. A reformulação e a adequação da educação às necessidades dos jovens, através da ampliação da rede pública e dos investimentos na área (porque 70% da juventude nem chegou ao ensino médio), através da reestruturação pedagógica e da efetivação da democracia nos espaços educacionais (porque a juventude está distante e desinteressada da escola);

3. O financiamento público do tempo livre, através de programas que possam garantir o acesso da juventude a atividades culturais, esportivas e de lazer;

4. O estabelecimento de centros de convivência, através dos quais os diversos seguimentos juvenis possam se integrar e interagir;

5. A criação de uma Secretaria Especial de Juventude no âmbito do Governo Federal.

Essa Secretaria, com orçamento próprio para desenvolver programas vinculados aos eixos citados anteriormente, teria como atribuição: executar programas e projetos; articular ações das diversas áreas do Governo em torno do tema; apoiar e criar, nas esferas municipais e estaduais, secretarias de juventude; e apoiar projetos locais desenvolvidos pela sociedade civil na área da juventude.

Sugerimos, ainda, a instalação de um conselho nacional e a realização de uma conferência nacional bianual.

Sem dúvida alguma, a Conferência Nacional, que deverá ser realizada nos dias 11, 12 e 13 em Brasília, contará com a presença de representantes de todos os Estados brasileiros. Ela vai construir, num plano a muitas mãos, uma excelente perspectiva para os jovens e uma resposta adequada ao País em relação a esse tema.

Por fim, espero contar com o engajamento de todos os Parlamentares na construção desses importantes espaços de afirmação dos direitos da juventude brasileira, para que assim possamos lhe devolver a esperança e lhe proporcionar a oportunidade de construir uma sociedade mais justa e um mundo melhor.

Era o que tinha a dizer.  
Muito obrigado.

**O SR. MAURO BENEVIDES** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. MAURO BENEVIDES** (PMDB – CE. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, o projeto de reforma política, que há sido objeto de constantes debates nesta Casa e fora dela, foi brilhantemente focalizado pela filósofa Marilena Chaui em oportuno artigo publicado na edição de hoje na *Folha de S.Paulo*, devendo alcançar repercussão junto à opinião pública brasileira.

Respeitada nos círculos culturais do País, a articulista destaca, no conteúdo de seu trabalho, que *“virtudes e vícios do Estado não são virtudes e vícios privados dos dirigentes e cidadãos”*.

No instante em que se admite a retirada do cogitado rito regimental e de urgência para o projeto da Comissão Especial sobre as modificações em nosso sistema eleitoral e partidário, a manifestação daquela mestra da história da filosofia, que pertence aos quadros da USP, poderá significar um reforço para que o tema volte à luma, dentro daquelas características que a transforme em algo impostergável, em nome da moralização do processo político, que teria de ajustar-se às alterações preconizadas pela aludida Comissão.

Diante do que foi exposto por Marilena Chaui, entendi de meu dever solicitar, nos termos da nossa lei interna, a transcrição, na íntegra, de seu trabalho, como contribuição ao movimento reformista que aqui se processa desde a legislatura passada.

Eis a íntegra do texto, Sr. Presidente:

*“Entre muitas falhas institucionais, as do sistema de representação e do financiamento de campanhas justificam a urgência de uma reforma política.*

*No final da ditadura, quando o MDB poderia superar a Arena com maioria parlamentar, o problema foi resolvido conseguindo novos Parlamentares arenistas, entre outros meios, pela transformação dos territórios em Estados e pela criação de novos Estados com o desmembramento de alguns existentes. A seguir, o sistema partidário e eleitoral levou à distorção da representação tanto pela super-representação dos Estados recém-criados, como pela proliferação de partidos artificiais ou de aluguel. O resultado tem sido a impossibilidade de o partido vitorioso no Executivo eleger uma maioria par-*



lamentar, ficando às voltas com o chamado "problema de governabilidade". Este acaba levando ou a alianças partidárias artificiais ou, quando tal não ocorre, à distorção e a uma prática própria da democracia parlamentar, a negociação entre Executivo e Legislativo (concedo x desde que você conceda ir). Passa-se da negociação ao negócio, ou seja, à corrupção por meio da compra de votos parlamentares. A CPI, instrumento essencial da moralidade pública, tem se mostrado inócua nesse ponto porque atinge indivíduos, e não o sistema, o efeito, e não a causa.

Por sua vez o financiamento privado das campanhas eleitorais acarreta pelo menos três graves improbabilidades públicas:

**a)** desinformação social, pois candidatos e partidos publicam gastos que não correspondem à realidade;

**b)** segredo, pois candidatos e partidos, à margem de seus programas e compromissos públicos, comprometem-se com interesses privados dos financiadores, favorecendo os economicamente poderosos à custa dos direitos das outras classes sociais;

**c)** possibilidade de enriquecimento ilícito dos que se apropriam privadamente dos fundos de campanha. Além de corrigir essas falhas (e muitas outras), uma reforma política republicana e democrática também terá como efeito mudar a forma da discussão sobre a relação entre ética e política, pois nisso costumamos deslizar para atitude paradoxal, porque pré e pós moderna ao mesmo tempo.

A concepção pré-moderna da política considera o governante não como representante dos governados, mas de um poder mais alto (Deus, a razão, a lei etc.), que lhe confere a soberania como poder de decisão pessoal e único. Para ser digno de governar, o dirigente deve possuir um conjunto de virtudes que atestam seu bom caráter, do qual dependem a paz e a ordem. O governante virtuoso é um espelho no qual os governados devem refletir, imitando suas atitudes – o espaço público é idêntico ao espaço privado das pessoas de boa conduta, e a corrupção é atribuída ao caráter ou aos vícios do dirigente. Por isso criticam-se os vícios

do tirano, nunca se examina o drama como instituição política.

A concepção pós-moderna aceita submissão da política aos procedimentos da sociedade de consumo e de espetáculo. Torna-se indústria política e ao marketing a tarefa de vender a imagem do político e reduzir o cidadão à figura privada do consumidor. Para obter a identificação do consumidor o produto, o marketing produz a imagem do político enquanto pessoa privada: características corporais, preferências sexuais, culinárias, literárias, esportivas, vida em família, bichos de estimação. A privatização das figuras do político e do cidadão privatiza o espaço. Por isso a avaliação ética dos ternos não possui critérios próprios a uma ética pública e se torna avaliação das virtudes e vícios dos governantes; e, como no caso pré-moderno, a corrupção é atribuída ao mau caráter dos dirigentes, e não às instituições públicas. A concepção moderna funda-se na distinção entre o público e o privado, portanto, na idéia de República, e volta-se às práticas da representação e da participação, logo, à idéia de democracia. O exemplo mais contundente da concepção moderna pode ser encontrado na abertura de um texto clássico, o 'Tratado Político', de Baruch Espinosa.

Todos os que até então escreveram sobre a política, diz ele, nada trouxeram de útil para a prática devido ao moralismo, que os faz imaginar uma natureza humana racional, virtuosa e perfeita e execrar os seres humanos reais, tidos como viciosos e depravados (porque movidos por sentimentos ou paixões). Tais escritores, 'quando querem parecer sumamente éticos, sábios e santos, prodigalizam louvores a uma natureza humana que não existe em parte nenhuma e atacam aquela que realmente existe'. Ora, prossegue Espinosa, por natureza, e não por vício, os seres humanos são movidos por paixões, impelidos por inveja, orgulho, cobiça, vingança, maledicência, cada qual querendo que os demais vivam como ele próprio. Mas também são impelidos por paixões de generosidade e misericórdia, amizade e piedade, solidariedade e respeito mútuo. Pretender, portanto, que na política se desfaçam das paixões e ajam seguindo

*apenas os preceitos da razão 'é comprazer-se na ficção'.*

*Por conseguinte, um Estado cujo bem estar, segurança e prosperidade dependam da racionalidade e das virtudes pessoais de alguns dirigentes é 'um Estado fadado à ruína'. Para haver paz, segurança, bem-estar e prosperidade, 'é preciso um ordenamento institucional que obrigue os que administram a República, quer movidos pela razão, quer pela paixão, a não agir de forma desleal ou contrária ao interesse geral'. Pouco importam os motivos interiores dos administradores públicos; o que importa é que as instituições os obriguem a bem administrar. Virtudes e vícios do Estado não são virtudes e vícios privados dos dirigentes e cidadãos, mas virtudes públicas, isto é, a qualidade das instituições, ou vícios públicos, isto é, deficiências institucionais. Assim, a crítica moralizante à corrupção cede lugar à crítica cívica das instituições, ou seja, à moralidade pública.*

*Quando falamos em reforma política, é disso que estamos falando".*

**O SR. DANIEL ALMEIDA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

**DISCURSO DO SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ POSTERIORMENTE PUBLICADO.**

**O SR. ALEX CANZIANI** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. ALEX CANZIANI** (PTB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, fizemos um grande trabalho junto ao Departamento de Aviação Civil (DAC) para que Londrina fosse servida pela Gol, o que aconteceu no início do mês de março. O fato fez com que as outras companhias diminuíssem o valor de suas passagens.

Quero deixar aqui registrado o número de passageiros na primeira quinzena de 2004 comparado ao de 2003. Na primeira quinzena de março de 2003 houve 4.650 embarques e 4.464 desembarques, totalizando 9.114. Na primeira quinzena de março de 2004 houve 8.152 embarques e 7.930 desembar-

ques, totalizando mais de 16 mil passageiros. Isso mostra que o consumidor utiliza os serviços da companhia que oferece o preço mais justo e decente, o que é importante para a aviação e para os brasileiros.

Muito obrigado.

**O SR. REINALDO BETÃO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. REINALDO BETÃO** (Bloco/PL – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estivemos, em Bento Gonçalves, presentes à 14ª Movelsul Brasil 2004, feira que se tornou internacional no ramo moveleiro. O evento reuniu mais de 1.500 expositores e movimentará milhões de dólares em nosso País.

Parabéns aos organizadores da 14ª Movelsul e aos Deputados de Caxias do Sul, região serrana, que nos receberam muito bem.

Muito obrigado.

**A SRA. MARIA DO ROSÁRIO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

**A SRA. MARIA DO ROSÁRIO** (PT – RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, quero homenagear o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana pelos 40 anos completados esta semana. Trata-se de instituição federal de interlocução do Governo com a sociedade civil, autônoma, mas com forte possibilidade de inserção e determinação de políticas públicas no âmbito dos direitos humanos no País.

O CDDPH foi criado em março de 1964 e ao longo de 40 anos presta importantes serviços à Nação. É verdade que vivenciou uma série de dificuldades, de acordo com as nuances da nossa própria história republicana nesse período, mas nunca deixou de estar constituído na denúncia da violência e na defesa dos direitos humanos, para que o Brasil se situasse no plano internacional como um dos países mais avançados em termos de normativa internacional de direitos humanos e de sua adoção pelo nosso território.

É verdade que essa caminhada está no plano da legalidade e da institucionalidade. Ainda nos falta muito para aplicarmos os direitos humanos como efetivos sociais, individuais, políticos, como sistema de garantia na vida dos brasileiros e das brasileiras. Mas é absolutamente claro que se a caminhada que fizemos tem alguma origem, essa origem está de um lado nos movimentos sociais, nos setores organizados da

sociedade e, de outro, no próprio CDDPH, que tem hoje à sua frente o Secretário Especial dos Direitos Humanos, Ministro Nilmário Miranda, que presidiu também a Comissão de Direitos Humanos desta Casa.

Parabéns ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) pelo 40º aniversário e ao povo brasileiro, que pode encontrar nessa instituição, sempre renovada, a defesa de seus direitos.

**O SR. ZÉ LIMA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. ZÉ LIMA** (PP – PA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho hoje à tribuna para congratular-me com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB pelo tema escolhido para a Campanha da Fraternidade 2004, cujo lema é *Água, Fonte de Vida*.

Este assunto tem ocupado grande parte de meu trabalho neste Parlamento e no Parlamento Estadual, pois entendo que o mundo sofrerá graves consequências se os seus mananciais hídricos não forem convenientemente preservados.

O Brasil detém 20% do potencial hídrico mundial, cabendo à Amazônia 80% do potencial brasileiro e 8% do planeta. O Pará, por sua vez, detém 32% do potencial brasileiro.

A ausência de preservação dos mananciais hídricos já é sentida por todos, especialmente pelos brasileiros, já dependentes de eventos climáticos para satisfazer a necessidade de consumo dos grandes centros populacionais.

Teima-se em desperdiçar a água potável, esquecendo-se de proteger os mananciais. Daí, os rios, que poderiam servir como fonte de captação, apresentam águas inservíveis ao consumo, citando-se como exemplo os grandes rios de São Paulo, Rio de Janeiro, bem como da própria Amazônia.

Na realidade, sobre a Amazônia pouco conhecem os brasileiros, pois, quando se fala nessa região, geralmente é para tratar de assuntos ligados às grandes cidades e às capitais, ligadas ao resto do Brasil por rodovias, esquecendo-se de que na realidade possuímos duas Amazonas, aquela que depende das rodovias e outra, totalmente desconhecida, que depende exclusivamente de seus rios. Esta última vem passando, no decorrer do tempo, por uma degradação inaceitável, pela total ausência de políticas capazes de criar emprego e manter a população em seu habitat, ou seja, às margens dos rios.

Esse contingente populacional, atualmente bastante reduzido, é totalmente esquecido, não apenas pelos administradores centrais, mas especialmente pelos administradores locais, ou seja, os Prefeitos Municipais, os quais poderiam conjuntamente buscar alternativas para tornar aquela região produtiva.

O analfabetismo vigora sem limites, pois, dada a ausência de núcleos populacionais, tendo em vista o fato de os ribeirinhos viverem distantes uns dos outros, o deslocamento das crianças até as escolas é dificultado, com o transporte sendo possível apenas por meio de pequenas embarcações, chamadas de canoas ou cascos, impulsionados a remo.

Na realidade, Sras. e Srs. Deputados, essa região encontra-se praticamente desabitada e aí podemos incluir não apenas os Municípios localizados às margens dos rios da Amazônia que cortam o meu Estado, o Pará, mas todos os Estados da região que dependem fundamentalmente do transporte fluvial.

Os rios da Amazônia são conhecidos como estradas que levam o abastecimento à região. Contudo, dado o esvaziamento ocasionado pela migração, as atividades empresariais fluviais deixaram de demonstrar interesse nas rotas que serviam, em décadas passadas, ao abastecimento da população ribeirinha, procedido através dos chamados “regatões”, os quais levavam as mercadorias de subsistência, fundamentalmente alimentação, para a troca com os produtos cultivados e produzidos na região.

Desse modo, os ribeirinhos ficaram sem condições de se manter no local, sem outra alternativa a não ser buscar abrigo nas grandes cidades, e até nas Capitais, fazendo com que a Amazônia, antes por eles habitada, tenha se tornado um imenso vazio demográfico, já que não existe uma política voltada a esses desconhecidos brasileiros.

Com esse evento, proliferaram na região áreas de garimpo, as quais só aumentaram a poluição dos mananciais hídricos, fato que ainda hoje é sentido em algumas cidades, inclusive do meu Estado, sem que nada tenha sido feito para coibir a extração mineral desordenada, aleatória e prejudicial ao meio ambiente.

Por outro lado, nossos rios são cortados diariamente por milhares de embarcações, as quais, por falta de orientação e fiscalização, lançam seus detritos diretamente nos rios, aumentando de forma drástica a poluição. Além disso, ainda hoje, diversas cidades brasileiras não possuem saneamento básico adequado, despejando nos rios grande parte de seus detritos.

Algumas organizações não governamentais têm buscado apoio junto às entidades comerciais, no sentido de diminuir o estado caótico que se instaurou nos rios amazônicos. Contudo, devemos admitir que apenas essas incursões são insuficientes para reduzir o elevado grau de poluição com o qual nos deparamos.

Em breve, certamente os Estados da região amazônica estarão nas mesmas condições dos Estados do Sudeste, rezando para que dos céus desçam chuvas capazes de fornecer água "potável" a seus habitantes.

O Governo brasileiro, a seu tempo, não pode permitir que continuem tratando tão mal nossos mananciais hídricos. Devemos dividir as responsabilidades, pois não cabe apenas aos governantes municipais e estaduais a obrigação de cuidar dos nossos rios e nascentes, até porque estes não possuem mecanismos para tal, pois, como sabemos, a Constituição Federal reserva grande parte dessa tarefa à União, faltando implementação, cobrança e punição daqueles que poluem e destroem o meio ambiente impunemente.

Em alguns Estados já se implantou a cobrança pela captação da água, mas entendo que os valores arrecadados não têm sido aplicados corretamente para preservar e recuperar os mananciais.

Para as rodovias já se cobram tributos visando a sua manutenção, embora, evidentemente, não venham sendo aplicados corretamente. Com a reforma tributária recém-aprovada, foi também instituída a cobrança de licenciamento de tráfego para as embarcações. Espero que a implementação dessa medida gere recursos, não para aplicação em outros setores, mas para a adoção de políticas de preservação de nossos rios.

Talvez seja difícil isso ocorrer, pois geralmente quando se cria um novo imposto e uma nova contribuição, eles já têm destinos certos, e costumeiramente aplica-se em segmentos totalmente diversos. Como tal podemos citar a CPMF e a CIDE, pois, tivessem esses recursos sendo aplicados de acordo com a finalidade para as quais foram criados, certamente teríamos menos problemas na área de saúde e transporte, respectivamente.

Assim, resta apelar para que não apenas os católicos, mas todos os cidadãos brasileiros, em todos os recantos deste País, reflitam sobre a Campanha da Fraternidade 2004, fazendo sua parte em prol da preservação dos nossos mananciais, e que os governos, também embalados por essa campanha, adotem políticas voltadas à preservação fluvial, evitando futuramente pagar por um erro que se teima em não corri-

gir, e que nos próximos anos possamos comemorar o "Dia Mundial da Água" com grandes programas para a sua preservação.

Por último, Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para parabenizar os Prefeitos que hoje fazem campanha em defesa de seus Municípios, o que é justo. Precisamos dar apoio à caravana de Prefeitos, através da Confederação Nacional dos Municípios, porque a luta desses companheiros, que estão à frente de suas cidades tão sofridas e que tanto pagam pelos tributos, deve ser reconhecida.

**O SR. MAX ROSENMANN** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocência Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. MAX ROSENMANN** (PMDB – PR. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) – Exmo. Sr. Presidente, nobres membros da Mesa Diretora, líderes das bancadas, ilustres Parlamentares, senhoras e senhores presentes, no último dia 10, o Conselho Nacional de Educação, órgão do Ministério da Educação responsável pela política de ensino público superior no País, aprovou a transformação das Faculdades Integradas Católicas de Palmas (FACIPAL) em centro universitário.

A medida, encaminhada por nós ao MEC e ao Governo Federal, atende a uma antiga reivindicação da comunidade e da região, beneficiando uma instituição pioneira no ensino superior no interior do Paraná que atende atualmente alunos de 180 Municípios da Região Sul, distribuídos entre o sudoeste do Paraná, o oeste de Santa Catarina e o noroeste do Rio Grande do Sul.

Essa decisão representa uma grande conquista e consolida a cidade de Palmas como um centro de excelência em ensino, ampliando o acesso à educação de nível superior de qualidade para toda a população da região.

A FACIPAL, criada em 1967 pelo Centro Pastoral, Educacional e Assistencial Dom Carlos, foi pioneira no interior do Estado e exerceu larga e duradoura influência na formação de lideranças em toda a região.

Segundo a reitora Profa. Zenith da Luz Santos Ribas, desde 1998 a instituição vinha reivindicando a autorização do Governo Federal para a transformação da faculdade em Centro Universitário Diocesano do Sudoeste do Paraná.

Conforme a própria professora atesta, a autorização foi conquista de uma conjugação de múltiplos esforços, principalmente de D. Agostinho José Sartori, bispo

diocesano de Palmas, e de Francisco Beltrão; do Governador Roberto Requião, que desde os seus tempos de Senador vem apoiando os pleitos da FACIPAL; do Prefeito de Palmas, Hilário Andraschko; e do corpo docente, discente e funcionários da instituição.

Ficamos muito felizes e gratos que ela também tenha destacado a nossa atuação como amigo da instituição e representante parlamentar da região que acompanhou todo o processo de tramitação dessa reivindicação.

Na nossa avaliação, a decisão do CNE presta merecido reconhecimento ao trabalho desenvolvido por toda a direção, professores e funcionários da FACIPAL e ao esforço da comunidade em erguer a instituição, que em suas mais de 3 décadas de trajetória foi fundamental para o desenvolvimento da região.

Atualmente, a FACIPAL oferece 19 cursos de graduação e cursos de pós-graduação em nível de especialização e mestrado.

A decisão do CNE coroa os esforços de todos aqueles que colaboraram na construção desse verdadeiro patrimônio cultural que é a FACIPAL, permitindo agora que como Centro Universitário ela possa crescer e melhorar ainda mais os serviços já prestados à população paranaense e de outros Estados.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que autorize a divulgação do meu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

**O SR. MARCELINO FRAGA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. MARCELINO FRAGA** (PMDB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a produção pesqueira oceânica no Espírito Santo, em 2003, de acordo com a Gerência-Executiva do IBAMA em nosso Estado, foi de 14 mil toneladas, o que gerou um lucro na comercialização de aproximadamente R\$70 milhões. Importante salientar que o alto valor econômico das espécies pescadas no litoral, predominantemente o dourado, o peroá, o atum, o badejo, a cioba, a garoupa, o realito e outros, colocam a pesca capixaba entre as mais rentáveis do País. O Município que mais se destacou foi o de Itapemirim, alcançando a marca de 2,6 mil toneladas, ou seja, 20% da produção do Estado, seguido de Marataízes, com 14%, e Anchieta, com 13%.

No ano de 2002, as exportações capixabas de pescado alcançaram a cifra de R\$23 milhões, o que representou um aumento de 110% em relação a

1999. O Estado exportou principalmente para os Estados Unidos, França, Itália e Espanha. O setor gera 80 mil empregos diretos e indiretos relacionados à pesca. Da mesma forma que na maior parte do Brasil, a pesca no Espírito Santo é artesanal e gera atividades complementares, como a fabricação de rede e tarrafas, a construção e reforma de embarcações, a produção de gelo e o preparo de alimentação para as tripulações, além do processamento industrial, importante para a economia de diversos Municípios da região.

Neste momento, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaríamos de salientar a importância da Escola de Pesca de Piúma, iniciada em 1987, por iniciativa da Secretaria de Educação do Estado do Espírito Santo, com o objetivo de profissionalizar os filhos dos pescadores, nas várias etapas da cadeia produtiva, aumentando, assim, suas oportunidades no mercado de trabalho local.

Constatou-se que as crianças e adolescentes interessados em atuar no setor pesqueiro não dispunham de meios para se capacitar. O aprendizado que se transmitia de pai para filho foi dificultado pela legislação, que visa proteger os pescadores e evitar o trabalho infantil.

A escola objetiva, também, colaborar na preservação de ecossistemas marinhos, desenvolver projetos de educação ambiental, incentivar o cooperativismo e criar fontes alternativas de renda, como, por exemplo, a criação de mexilhão e ostra.

Hoje, a Escola de Pesca de Piúma conta com 100 alunos vindos também dos Municípios de Guarapari, Anchieta e Itapemirim. O estabelecimento já capacitou 1.144 alunos em convênio com IBAMA, SEBRAE, EMATER, Secretaria do Meio Ambiente, Ministério do Meio Ambiente, Capitania dos Portos e universidades.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vale ressaltar que o estudo da produção pesqueira oceânica capixaba começou a ser feito, sistematicamente, no fim do ano de 2002, e mede a quantidade de pescado, por espécie, em todos os Municípios costeiros, objetivando monitorar a atividade para medir seu grau de sustentabilidade. A importância desse levantamento fica evidenciada na declaração do engenheiro de pesca do IBAMA do Espírito Santo, Jair Valentim, que assim se expressou:

*“Se for constatado, por exemplo, um alto grau de exploração pesqueira, algumas ações no sentido de se preservar a fauna marinha poderão ser tomadas. Mas esses dados devem ser avaliados com critérios*

*corretos e por todas as pessoas envolvidas com a pesca, desde os pescadores, passando pelos proprietários de indústrias, até os estudiosos da área”.*

Parabéns aos representantes da pesca no Espírito Santo! Eles certamente precisarão, daqui para a frente, de maior apoio da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca para manter os bons resultados alcançados pelo setor.

Peço a V.Exa. que autorize a divulgação deste pronunciamento em todos os meios de comunicação da Casa.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

**O SR. JAMIL MURAD** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. JAMIL MURAD** (PCdoB – SP. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos assistindo à volta, com força total, de tema muito caro aos trabalhadores de todo o mundo: a redução da jornada de trabalho sem diminuição de salário.

Estive ontem, em São Paulo, no lançamento da campanha que unificou as centrais sindicais – CUT, Força Sindical, CGT, CAT, SDS, CGTB – em tomo do lema *Reduzir a jornada é gerar empregos*. As centrais, unidas, pretendem recolher 1 milhão de assinaturas, em todo o Brasil, em apoio ao projeto de lei de autoria do Senador Paulo Paim, do PT do Rio Grande do Sul, e do Deputado Federal Inácio Arruda, que pertence ao meu partido, PCdoB. O referido projeto contempla a reivindicação histórica dos trabalhadores brasileiros de redução da jornada de 44 para 40 horas semanais e em 3 anos para 35 horas, sem diminuição de salário. Tal proposta geraria, segundo estudos do DIEESE, 1,8 milhão de emprego em nosso País. Há muitas pessoas querendo trabalhar, mas não há emprego. A medida, ao lado da diminuição da taxa de juros e do incentivo a mais investimentos no setor produtivo nacional, traria benefícios imensuráveis à Nação brasileira e nos colocaria ao lado de países que já reduziram, com sucesso, a jornada de trabalho, como França, Espanha, Estados Unidos, Japão e Coréia do Sul. É por isso que dou todo apoio à campanha e parabeno as centrais sindicais pelo espírito de unidade em torno de proposta que certamente amenizará os efeitos de uma das maiores preocupações da atualidade em todo o mundo: o desemprego.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. NEUCIMAR FRAGA** (Bloco/PL – ES. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, nobres colegas, uso esta tribuna hoje para falar de um personagem muito importante para o nosso País, todo mundo o conhece, principalmente nas cidades menores e mais aconchegantes, mas também se faz notar nas cidades médias e grandes, o Vereador, esse desconhecido.

Quem é? O que faz? O que deveria fazer? Os Vereadores são os representantes, que nós, o povo, colocamos, por voto, nas Casas de leis dos Municípios, por um período de 4 anos.

Devemos lembrar que o Vereador representa para nós, cidadãos, a defesa dos nossos interesses. E mais: defende e busca atingir o chamado interesse público, que nada mais é do que o interesse de todos os habitantes do Município.

O Vereador tem como atribuições: legislar, que quer dizer elaborar leis, e fiscalizar, que se entende por controlar os atos do Poder Executivo Municipal.

Eu admiro os Vereadores honestos deste País, porque na sua atuação política, na busca de defender o interesse de sua cidade e de seu povo, tornam-se fiscais das coisas de sua terra, onde não podem se calar perante as ofensas à lei e à moral administrativa.

Assim, de modo a que sua voz ecoe livre pelos 4 cantos do Município, ao Vereador são concedidas prerrogativas inerentes ao cargo que ocupa, como, por exemplo, a inviolabilidade pelas opiniões e pelos votos emitidos na Câmara. O Vereador pode e deve falar, quando isto lhe for exigido pelo povo, ou quando lhe manda a consciência. A lei lhe concede o direito à livre manifestação, resguardando as suas palavras e opiniões de qualquer crime.

O Vereador é essencial ao equilíbrio dos Poderes, sua atuação é determinante para manter um bom Prefeito e indispensável para se derrubar um mau gestor.

Sr. Presidente, nobres colegas, nesse momento discute-se no Brasil inteiro a questão do número de Vereadores nas Casas legislativas Municipais. Precisamos analisar 3 aspectos fundamentais que irão direcionar qualquer estudo sobre a matéria, ou seja, definição conceitual de princípios e preceitos constitucionais; aplicação do princípio da simetria e o conceito de autonomia municipal.

A polêmica gira em torno do art. 29 da Constituição Federal que em seu *caput* estabelece que os Municípios reger-se-ão por lei orgânica aprovada e promulgada pelos membros da Câmara Municipal, “*atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos*”.

Entre os preceitos a serem obedecidos na formulação da lei orgânica – que trata da organização do Município – o inciso IV e suas letras estabelecem um parâmetro que vai do mínimo de 9 ao máximo de 55 Vereadores, conforme o número de habitantes.

O Poder Legislativo, em todas as suas esferas, subsume-se aos mesmos princípios constitucionais a ele inerentes, quer dizer, Senado Federal, Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais.

A Constituição Federal quando trata do Poder Legislativo e de suas atribuições, especificamente da Câmara dos Deputados, em momento algum do seu texto fixa o número de Deputados Federais, limitando-se no art. 45, §1º remeter à lei complementar, isto é, à legislação infraconstitucional a definição específica sobre o assunto, como faz a Lei Complementar nº 78, de 30 de dezembro de 1993.

Desse modo, por simetria, também às Câmaras Municipais compete, por espécie normativa ordinária, estipular o número de Vereadores de seus Municípios, sempre considerando o princípio da razoabilidade.

E mais: para sustentar a nossa tese há que se considerar o princípio da autonomia municipal. De fato, embasa-se tal princípio ao ente federado, Município, o que lhe socorre no que diz respeito ao seu peculiar interesse local.

O Município pode governar e administrar como bem lhe parecer, sem interferência de outros Poderes, contanto, naturalmente, que não se afaste dos princípios cardeais da Constituição.

Desse modo, também pelo princípio da autonomia municipal, na lei orgânica ou por legislação complementar, compete unicamente à Câmara Municipal, poder legislador local, estabelecer o número de Vereadores de seu Município, sempre levando em conta o princípio da razoabilidade.

Portanto, a Constituição Federal não autoriza ou não define que o Ministério Público decida se haverá ou não redução no número de Vereadores. Cabe sim às instituições fiscalizadoras e ao povo auditar as ações políticas dos legisladores municipais no que diz respeito à matéria, impedindo ações que venham

atender interesses individuais ou grupais em prejuízo do interesse público.

Contesto ainda a argumentação de que a redução do número de Vereadores vai proporcionar economia aos cofres públicos. Sabemos que não haverá essa economia. O art. 29 da Constituição Federal diz que os repasses são fixos.

Diante dos fatos e da importância acima explicitados, deixo registrada minha posição parlamentar contrária à redução do número de Vereadores no Brasil.

Que Deus abençoe a todos os Vereadores e a esta Casa!

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Ronaldo Dimas, que dispõe de 25 minutos na tribuna.

**O SR. RONALDO DIMAS** (PSDB – TO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, há 1 ano e 3 meses, o Presidente Lula assumiu o Governo Federal com algumas promessas claras. Uma delas, gerar os 10 milhões de empregos tão sonhados por toda a população brasileira. Outra, logo em seguida, promover o espetáculo do crescimento sem precedentes neste País.

Infelizmente, Sr. Presidente, o que vimos foi a adoção de uma política econômica exatamente igual à que vinha sendo aplicada pelo Governo Fernando Henrique Cardoso. Mais que isso: além daquele modelo conservador, um modelo mais arrochante ainda economicamente. O superávit fiscal, que era elevado, de 3,5% do PIB foi para 4,5%, por uma proposta pura e simples que saiu da cabeça da equipe econômica sem exigência de nenhuma entidade governamental ou não governamental, ou instituição financeira nacional ou internacional.

Tal política, diria, é totalmente equivocada.

Nos dizeres do próprio ex-Ministro Delfim Netto, companheiro da Casa, em artigo publicado na *Folha de SPaulo*, “*há qualquer coisa de errado nessa política que vem sendo executada desde o ex-Presidente Fernando Collor.*”

Segundo meu ponto de vista, essa política é extremamente equivocada. O Banco Central só tem uma política: segurar a inflação por meio de taxas de juros. Se compararmos com a política de juros adotada por outros bancos centrais, como o FED, que é o banco central americano, veremos que ela não prioriza somente o controle da inflação. Lá a política de juros leva também em consideração os índices de crescimento, que são determinados e são a busca constante daquele país. Ou seja, é uma política de juros que considera a

inflação e o crescimento ao mesmo tempo. Isso, no nosso País, absolutamente não existe.

Neste Governo, o desenvolvimento está relegado a segundo plano. Qual é a política de desenvolvimento aplicada pelo Governo Federal? Qual é a política de desenvolvimento do Ministério do Planejamento? Que proposta foi encaminhada a esta Casa claramente como uma política desenvolvimentista a ser executada nos próximos anos do Governo Lula? Até hoje, nem o Plano Plurianual esta Casa aprovou.

Isso tudo, Srs. Parlamentares, tem paralisado nossa economia. E mais: temos visto uma falta de perspectiva e uma insegurança generalizada por todo o País, desde o empresariado – como disse recentemente, em diversos veículos de comunicação, o Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo acerca do descrédito dessa política, da desconfiança quanto ao futuro da Nação – até o pequeno empresário e o trabalhador. Não se vê, neste momento, luz no fim do túnel.

Ouço, com prazer, o nobre Deputado Mauro Benevides.

**O Sr. Mauro Benevides** – Nobre Deputado Ronaldo Dimas, V.Exa. situa o problema com absoluta precisão. Não podemos acenar para a meta do crescimento econômico com uma política de juros que transcende a todas as expectativas normais de um país que deseja efetivamente expandir-se e prestigiar todos os segmentos produtivos. Estamos às vésperas de nova reunião do COPOM. Há a expectativa, não só por parte dos empresários, mas daqueles segmentos esclarecidos da opinião pública, no sentido de que atinjamos patamar compatível com a aspiração desenvolvimentista que domina todos os setores da vida nacional. Portanto, V.Exa. começa o seu brilhante discurso da tarde de hoje situando com absoluta propriedade a tese de que com juros altos não teremos condições de retomar o crescimento econômico do País.

**O SR. RONALDO DIMAS** – Mais do que isso, nobre Deputado Mauro Benevides, não somente os juros são entraves neste País. No ano passado, votamos a reforma tributária, que não produziu o efeito desejado e agora retorna à Casa.

Essa reforma tributária só agravou a situação. Era o que já dizíamos naquele momento. Acabamos dando um voto de confiança ao Governo Lula, ao que disseram os seus Líderes e o próprio Presidente em relação ao não-aumento da carga tributária, mas a sinalização já começa a ser totalmente contrária.

Segundo dados da Receita Federal, no mês de fevereiro, a COFINS sobre as empresas aumentou 11% acima da inflação; o PIS, 15%. Isso significa 700 milhões somente em fevereiro, mês considerado de baixa arrecadação tributária.

Além disso, não surtiu o efeito dos 7,6% aprovados na Câmara dos Deputados, que incidem somente sobre o que também aprovamos: a retenção na fonte, determinada por aquela medida provisória no final do mês de outubro. Devemos ter uma elevação muito mais significativa do que isso durante todo o ano.

Em maio – e está na pauta – deve entrar em vigência a COFINS e o PIS sobre produtos importados, e certamente haverá acréscimo de receita por parte do Governo Federal sem absolutamente elevação dos índices de crescimento do País, ou seja, é receita, tributação pura e simples, sem aumento efetivo do setor produtivo.

Ademais, temos outras preocupações. Não basta somente reduzir os juros, mas há o famoso *spread* bancário. O Brasil é um dos poucos países que por incrível que pareça taxa a intermediação financeira.

Se hoje a taxa de juros baixar de 16,5% para 15%, ou seja, 1,5%, esse excepcional percentual não refletirá absolutamente nada nas empresas e nos consumidores, visto que a taxa que pagam, acima de 40%, passará para 38%, 39,5%.

Não é possível que o País continue taxando a intermediação financeira. Se não for o único, o Brasil é dos poucos países que adotam essa prática, o que contribui para que haja menos investimentos dia após dia.

No que se refere à reforma tributária – a Comissão vai reunir-se com certeza –, precisamos rever a política de tributos, precisamos dar uma luz para investidores, empresários e consumidores, no sentido de diminuir o número de impostos e reduzir a carga tributária, nem que seja a médio prazo.

Ouço, com prazer, o Deputado Coriolano Sales.

**O Sr. Coriolano Sales** – Deputado Ronaldo Dimas, parabeno-o pelo pronunciamento. V.Exa. aborda assunto de relevância para a Casa e o País, a questão econômica, em 2 pontos principais. A taxa de juros é excessivamente formatada. Basta dizer que a inadimplência tem peso substancial na taxa de juros, o que é abusivo. O excessivo lucro dos bancos em 2003 demonstra clara e inequivocamente que essa formatação está penalizando não apenas o tomador do empréstimo, o consumidor do crédito, mas o País, que não se desenvolve, tendo em vista a maneira como o empréstimo se dá. Em primeiro lugar, há excesso de penduricalhos na formatação da taxa de ju-



ros no Brasil e, em segundo lugar, no que diz respeito à reforma tributária, há excessivo número de impostos e elevados percentuais. O que se observa na base é que a economia está correndo para a informalidade. Embora o Governo saia vitorioso em determinado momento, quando aumenta a COFINS de 3 para 7,6 sobre serviços, no geral está aumentando a informalidade da economia brasileira. Isso será negativo para o resultado da arrecadação tributária. No futuro, não tenho dúvida nenhuma de que a tendência será aumentar a informalidade no País. Com isso, haverá a penalização das funções essenciais do Estado: educação, saúde, lazer, previdência social e tudo o mais que precisa ser alimentando com a cobrança de impostos. Sr. Deputado, V.Exa. está de parabéns pelo pronunciamento.

**O SR. RONALDO DIMAS** – A realidade que vivemos hoje no País é a seguinte: aumenta o trabalho informal e diminui o número de empresas, porque muitas estão falindo e fechando as portas.

Esta Casa precisa tratar rapidamente de uma grande questão: o Super-SIMPLES, a maior vitória deste Parlamento no ano passado, relativamente à reforma tributária. É uma vitória nossa, porque foi uma bandeira do PSDB quando da reforma tributária.

A lei complementar, a legislação infra-constitucional precisa ser rapidamente promulgada. A proposta do Executivo precisa chegar a esta Casa, para colocarmos em prática um instrumento que vai ser fundamental para os micros e pequenos empresários brasileiros.

**O Sr. Mauro Benevides** – Concede-me V.Exa. um aparte?

**O SR. RONALDO DIMAS** – Ouço, com prazer, V.Exa.

**O Sr. Mauro Benevides** – Nobre Deputado, na seqüência de raciocínio de V.Exa, quero dizer que o próprio Governo começa a enxergar a necessidade imperiosa de conduzir uma política de juros que facilite o crescimento do País. Amanhã, ele estará no meu Estado, o Ceará – é isso que desejo comunicar a V.Exa. e à Casa. No Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – que, permita-me dizer, foi conseqüência do nosso trabalho na Assembléia Nacional Constituinte –, o Banco do Nordeste vai lançar o Programa Crescer Nordeste, com juros compatíveis com as potencialidades da nossa região. Portanto, o Governo começa a vislumbrar ser essencial seguir esse rumo que V.Exa. preconiza em seu pronunciamento.

**O SR. RONALDO DIMAS** – Além disso, outra questão extremamente importante, Deputado Madei-

ra, é a reforma trabalhista. É preciso facilitar a contratação de trabalhadores. Quantas empresas têm vontade de contratar trabalhadores e não conseguem fazê-lo devido aos elevados tributos que incidem sobre a folha de pagamento. Esse é um outro problema que precisamos trazer rapidamente a debate.

**O Sr. Sebastião Madeira** – Concede-me V.Exa. um aparte?

**O SR. RONALDO DIMAS** – Com todo o prazer, Deputado.

**O Sr. Sebastião Madeira** – Deputado Ronaldo Dimas, o pronunciamento de V.Exa. atinge o ponto nevrálgico do Brasil de hoje: a política econômica do Governo Lula extremamente restritiva, que sinaliza falta de rumo, porque foi feita de maneira atabalhoada. Se não bastassem os juros altíssimos, a diminuição da atividade econômica do País, a retração econômica, a variação negativa do PIB, a sinalização que se dá para o País e para o mundo é de um governo sem direção. A política econômica deste Governo é questionada pelos próprios petistas, numa nota da Executiva pedindo mudanças nos rumos da economia. É também questionada pelos partidos da base. Vimos ontem o Presidente do PL pedir a substituição do Presidente do Banco Central e do Ministro da Fazenda. E mais: S.Exa. disse que o Ministro da Fazenda serve para ser Prefeito de uma cidade do interior, mas não para ser Ministro da Fazenda do Brasil. Isso foi dito pelo Presidente do Partido do Vice-Presidente da República! Então, o Governo Lula, ao adotar essa política econômica restritiva, além de agravar a situação do povo brasileiro, leva o País à recessão, o que não vivíamos desde o Governo Collor, e ainda sinaliza falta de rumo, quando o próprio partido do Presidente da República questiona a política econômica adotada pelo Governo. Ontem, o Presidente do partido do Vice-Presidente da República, em todos os órgãos de comunicação, desabridamente pediu a substituição dos condutores dessa política econômica.

**O SR. RONALDO DIMAS** – Deputado Sebastião Madeira, às vezes, nós, que somos da Oposição, não conseguimos entender certos fatos. Usando as palavras do Deputado Alberto Goldman, precisamos entrar com uma ação contra o uso indevido da Oposição, porque o PT e o PL – partidos do Presidente e do Vice-Presidente da República, respectivamente – criticam abertamente a política econômica adotada pelo Governo Federal. Isso é realmente impressionante! Quem está governando este País? O PT ou o PL? De repente, somos nós, do PSDB e do PFL.

**O Sr. Eduardo Gomes** – Deputado Ronaldo Dimas, permite-me V.Exa. um aparte?

**O SR. RONALDO DIMAS** – Ouço V.Exa. com prazer, Deputado.

**O Sr. Eduardo Gomes** – Em primeiro lugar, quero saudar V.Exa. pelo belíssimo pronunciamento. Sua atuação na Oposição tem caracterizado os avanços do PSDB na negociação e na colaboração de projetos muitas vezes difíceis e mal-acabados. V.Exa. trabalhou com muito empenho na questão do Super-SIMPLES, na reforma da Previdência Social e, atualmente, no esboço da reforma trabalhista. Sua atuação muito orgulha o nosso Estado, Tocantins, e todos que o conhecem muito bem. Deputado Ronaldo Dimas, com o atual quadro que o Brasil apresenta, de expectativa de geração de 10 milhões de empregos, altíssimas taxas de juros, promessas e confusão interna no Governo, não será difícil acreditar que a próxima data para o lançamento do tão esperado espetáculo do crescimento seja o dia 1º de abril. Essa expectativa, a permanecer toda essa confusão. Parabéns a V.Exa. pela substancial contribuição que dá à política e ao Partido da Social Democracia Brasileira nesta Casa.

**O SR. RONALDO DIMAS** – Deputado Eduardo Gomes, a atuação de V.Exa. nesta Casa não só nos agrada, como também agrada a todo o povo do Tocantins.

Na verdade, estamos vivenciando o espetáculo de crescimento, sim, mas de impostos. Se não houver modificações na atual política econômica, teremos, durante este ano, o aumento de impostos como o verdadeiro espetáculo de crescimento.

Além disso, outra questão extremamente importante a ser abordada é a nossa dívida. O País deve muito. Era expectativa de todos, inclusive minha, que o Governo Federal renegociaria todas as dívidas – aliás, renegociação muito propalada quando da campanha eleitoral. Mas não vimos absolutamente movimentação alguma nesse sentido. Hoje, começa a haver uma movimentação, que partiu da Argentina, para podermos renegociar, conjuntamente, a dívida externa dos 2 países. Não é possível o Brasil permanecer, Sras. e Srs. Deputados, com 1% de investimento. Dos recursos disponíveis hoje no País, tirando custeio e folha, 99% são destinados a pagamento de dívidas e somente 1% destinado a investimentos.

Concedo o aparte à nobre Deputada Mariângela Duarte.

**A Sra. Mariângela Duarte** – Agradeço a gentileza a V.Exa., porque é muito ruim subtrair o tempo, já escasso, de um orador da tribuna. Mas, por oportuno, quero dizer que está sendo realizada nesta Casa, por iniciativa da Deputada do PT de Santa Catarina, Dra.

Clair, uma Mesa de debates que reputo inestimável, porque muito contribui para esclarecer questões sobre a nossa dívida e por que o Governo – que está no poder há apenas 1 ano e 3 meses – não consegue diminuir os juros. Compõem a referida Mesa o Dr. Luiz Gonzaga Beluzzo, pela UNICAMP; a Presidenta da UNAFISCO, Maria Lúcia Fattorelli; o Dr. João Sicsú, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro; o Dr. Raimundo Pereira, da revista *Reportagem*; e o Dr. Adriano Benayon, da Universidade de Brasília. Ouvi 4 dos expositores, que fornecem dados específicos sobre o assunto. Os participantes passaram em revista toda a história do século XX e apontam exatamente os governos da década de 90 como os grandes responsáveis por essa situação, porque não permitiram o controle de fluxo de capitais, componente principal tanto dos juros como dos impostos e também da dívida. Seria muito interessante que, na discussão que está sendo travada por um representante do PSDB, V.Exa. pudesse saber o que está sendo dito pelas maiores autoridades do assunto nesta Casa quanto à responsabilidade dos governos da década de 90. Muito obrigada.

**O SR. RONALDO DIMAS** – A responsabilidade, Sra. Deputada, sem dúvida nenhuma, é de todos os governantes. Mas há 1 ano e 3 meses a responsabilidade é do Governo Federal, que é do Partido dos Trabalhadores.

**A Sra. Mariângela Duarte** – Corretíssimo. Mas não 10 anos.

**O SR. RONALDO DIMAS** – E nada foi feito nesse sentido. Nada foi feito para diminuir a intermediação financeira. Muito pelo contrário. Os impostos sobre ela foram aumentados e a carga tributária foi elevada. A legislação de que precisamos para o Super-SIMPLES, a tão propalada reforma trabalhista e a renegociação das dívidas, bandeira do Partido dos Trabalhadores, até hoje não foram enviadas a esta Casa.

Será que depois das graves denúncias que envolvem a Casa Civil – por sinal, a sindicância anda em marcha lenta; até hoje, um mês depois do ocorrido, nem os sigilos telefônico, fiscal e bancário dos envolvidos ou do envolvido foram quebrados –, será que depois de tudo isso o Governo Lula ainda tem condições de mudar os rumos da nossa economia? Ou será que perdeu o tempo para promover as mudanças, e vamos ficar nesse arcabouço financeiro, ouvindo, como no fim do ano, um dos banqueiros brasileiros mais importantes dar nota 10 para a política econômica do Governo Lula?

É impressionante ouvir, em pleno Governo de esquerda, do maior banqueiro do Brasil que a política econômica adotada é a ideal. Ideal, sim, para os bancos!

Ouçó, com prazer, o nobre Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, a quem peço que seja breve.

**O Sr. Antonio Carlos Mendes Thame** – Deputado Ronaldo Dimas, registro o privilégio para todos nós do PSDB de tê-lo como companheiro. V.Exa. é capaz de conduzir com tamanho discernimento, descortino e equilíbrio uma análise crítica da situação econômica do País. E o faz sem colocar fogo na crise – porque não queremos que o Brasil degradingole –, sem abdicar do seu papel de oposição. Denuncia o que vai mal e tenta alertar o Governo para corrigir o descaminho e dar mais atenção, principalmente às áreas social e econômica.

**O SR. RONALDO DIMAS** – Obrigado pelo aparte, Deputado Antonio Carlos Mendes Thame.

Para concluir, Sr. Presidente, sinceramente, o peso da responsabilidade de governar um país complexo como o nosso é grande. Espero que os rumos econômicos sejam revistos. A Nação se encontra assustada, preocupada, temerosa, mas, por incrível que pareça, ainda tem o extremo desejo de que o Governo Federal tome as rédeas efetivas da política econômica, que mude os rumos e que cumpra as promessas de campanha, para melhorar o dia-a-dia da população, que está muito sofrida e necessita, sim, ver um efetivo crescimento da economia nacional, mas não com essa política adotada pelo PT até o presente momento.

#### DISCURSO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no início do ano passado, o então Líder do PSDB na Câmara dos Deputados, Jutahy Júnior, reuniu a bancada após 4 semanas de amplos debates entre os Parlamentares, a Executiva do partido, as assessorias técnicas e os 8 Governadores de Estado filiados ao PSDB para definir posições em relação ao tipo de oposição que seria feita ao Governo Lula.

Ficou estabelecido pela Executiva do partido que os Parlamentares do PSDB fariam uma oposição fiscalizadora, construtiva e propositiva, exigindo, assim, de todos que abraçaram a causa do PSDB, a capacidade de refletir sobre os novos rumos a serem seguidos, orientados nas prioridades da socialdemocracia, em favor do povo e do Brasil.

É com esse propósito, Sr. Presidente, hoje sob a Liderança do nobre Deputado Custódio Mattos, que

mantém a mesma linha partidária estabelecida em 2003, que venho a esta tribuna fazer uma sucinta avaliação da política econômica executada nos 14 meses e meio do Governo Lula.

Um estudo do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário, publicado no *Jornal de Brasília*, no caderno de Economia, pág. 9, no dia 13 de maio de 2003, já nos revelava a verdadeira face da denominada reforma tributária proposta à época pelo Governo Lula, ou seja, se aprovada conforme foi enviada à Câmara dos Deputados, concluía o estudo, a carga tributária seria aumentada em mais R\$45 bilhões ao ano, o que elevaria a carga de impostos de 35,45% do Produto Interno Bruto – PIB para 39,89%.

Em verdade, Sras. e Srs. Deputados, o Governo não estava criando impostos novos, mas propondo mudanças que afetam profundamente a vida dos consumidores – como por exemplo a padronização do ICMS – e a dos contribuintes, em virtude da não-correção das alíquotas do Imposto de Renda de Pessoa Física.

Como o objetivo do Governo tem sido o de aumentar a arrecadação, empenhou-se em derrubar a redução da alíquota de 0,08% da CPMF a partir de 2004, como previsto na Constituição, e mantê-la com o percentual de 0,38%, transformando-a ainda em permanente.

Apenas esses 3 tributos demonstram de forma inequívoca o único motivo da reforma tributária proposta pelo Governo Lula: aumento de impostos, não se importando com a questão da arrecadação em cascata da CPMF, onerando, dessa forma, a produção e a distribuição. Enfim, nada de simplificação ou racionalidade.

Além dos aumentos de impostos propostos na reforma tributária, o atual Governo aumentou alguns impostos como a CIDE dos combustíveis, a COFINS, estendeu o IPVA para aviões e embarcações e a Contribuição Sobre o Lucro Líquido – CSLL para os prestadores de serviços.

Outros impostos estão na mira do Governo para serem majorados, entre eles o Imposto Territorial Rural – ITR, que terá novas tabelas, onerando os já sacrificados agricultores, o Imposto sobre Transmissão de Causa Mortis e Doações – ITCD, o denominado imposto sobre heranças ou “grandes fortunas”, o imposto sobre importações, até de alimentos e remédios de primeira necessidade, o que levou o Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário – IBPT a estimar, ainda em maio de 2003, que seriam retirados cerca de R\$45 bilhões a mais em impostos anualmente da população.

Os contribuintes, segundo a lógica governista, precisam pagar ainda mais impostos, o que é um contra-senso para quem busca o desenvolvimento. O que se vê, portanto, no Governo Lula, muito distante do “espetáculo do crescimento econômico” é o espetáculo do crescimento do imposto.

Ora, a nossa preocupação, e sei que é a de toda esta Casa, Sr. Presidente, é a de desonerar os investimentos, incentivar e aumentar a produção nacional e, conseqüentemente, as exportações. Enfim, gerar renda e emprego, e não o aumento da já elevada carga tributária. E para isso, defendemos uma verdadeira reforma tributária que seja racional, simples, que não tribute em cascata, que desempenhe seu verdadeiro objetivo social, ou seja, que se faça pela tributação a distribuição da riqueza nacional, buscando-se dessa forma a almejada justiça social, o que infelizmente não vem ocorrendo, sobretudo quando nos confrontamos com os números apurados pelos institutos de estatísticas, como o IBGE. No ano passado, o PIB brasileiro – expressão da renda recebida por todos os agentes econômicos – encolheu 0,2%, sendo este o pior resultado desde 1992. Vejam só. O Brasil ficou entre os 15 países de pior desempenho do PIB em 2003.

Qual a razão de um desempenho tão ruim de nossa economia? Fica a pergunta. Em vez do espetáculo do crescimento prometido por Lula, a economia diminuiu em 0,2%. Se compararmos com a média anual de crescimento dos 8 anos de governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, veremos que o Brasil deixou de produzir R\$38 bilhões, e isso é muito grave, pois tem relação direta com o emprego.

O emprego, Sr. Presidente, sob a égide do Partido dos Trabalhadores, é a maior vítima deste Governo, que, em vez de criar 10 milhões de novas vagas, conforme prometido em campanha pelo Presidente Lula, bate todos os recordes de desemprego nacional cuja média chegou a 11,2% em janeiro deste ano. Somente nas 6 metrópoles pesquisadas pelo IBGE são 2,4 milhões de pessoas procurando emprego. Em um ano, em virtude do crescimento populacional de 1,5%, entraram 404 mil pessoas no mercado de trabalho. Entretanto, manteve-se a mesma taxa de atividade.

Segundo o IBGE, setores que mais geram emprego – como os da construção civil e de transportes – foram os que tiveram o pior desempenho econômico em 2003, sendo que a construção civil encolheu 8,6%. Tudo isso deve-se a uma política equivocada que se utiliza de técnicas monetaristas ortodoxas de conter a inflação exclusivamente com o aumento das taxas de ju-

ros, enquanto em países capitalistas, como por exemplo os Estados Unidos da América, analisam os juros com base na sua influência sobre o desenvolvimento da nação. No Brasil, não! Olha-se apenas a inflação, em detrimento do desenvolvimento.

O decréscimo do consumo das famílias em 3,3% reflete o aumento do desemprego e a queda do rendimento real das famílias, cujos salários reais dos trabalhadores caíram em média 6,2% em apenas um ano, entre janeiro de 2002 e 2003, sendo que em determinadas regiões a queda foi ainda maior, como em Salvador, 11%, e na cidade de São Paulo, 10%.

Em vez de reduzir a carga tributária, o Governo Lula manteve os 35,5% do PIB, mas com tendência de que venha a subir, conforme as projeções feitas pelo Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário – IBPT. E o mais grave: aumentou os gastos do Tesouro, de 25,2% para 28,2% do PIB, entre 2002 e 2003, o que significa um déficit de 4,8% em 2003, muito acima dos 1,3% de 2002.

A má gestão dos recursos públicos arrecadados em 2003 deveu-se à falta de uma política de desenvolvimento para o País e ao brutal aumento das despesas com juros, que somente no Tesouro Nacional passaram de 3,7% para 7,4% do PIB. E isso significa que pela primeira vez na história gastou-se mais com juros do que com benefícios previdenciários do INSS.

O contingenciamento promovido pelo Governo Lula em 2003, que aumentou de 3,5% para 4,5% a meta para o superávit primário (leia-se: reserva monetária para o pagamento da dívida pública), provocou uma recessão sem precedentes no País, pois o Governo deixou de investir na infra-estrutura e pouco fez pelo social, paralisou a economia brasileira, em virtude, principalmente, da falta de perspectiva e segurança que vive a iniciativa privada, sobretudo devido à reforma tributária, que até o momento só fez piorar a situação.

Após mais de 14 meses de governo, Sras. e Srs. Deputados, ainda não se vislumbra uma política de longo prazo. Até parece que o Governo perdeu o tempo certo de fazer as coisas, e o barco navega sem rumo, à deriva. Ou ainda será possível ao timoneiro Lula retomar o curso certo e fazer alguma coisa?

Enfim, se na política econômica o novo Governo demonstrou ser muito mais conservador que o mais conservador e ortodoxo dos governos republicanos, também nada fez de novo. Não avançou, não transformou. O resultado só não foi pior devido ao crescimento das exportações e dos excelentes resultados obtidos pela agricultura e pela pecuária. Entretanto, faz-se necessária uma política econômica realista,

que promova a construção de alicerces fortes e duradouros para atrair recursos privados, com regras claras e estáveis capazes de atrair o capital privado, visto que há um conjunto de fatores favoráveis na economia mundial, ou seja, bons índices de liquidez no mercado financeiro, taxas de juros baixas nos países desenvolvidos e o aquecimento no comércio mundial. Para que possamos participar dessa conjuntura econômica favorável, é preciso ousar, simplificando a arrecadação, facilitando a criação de novas empresas, diminuindo a tributação e baixando a taxa de juros.

A propósito, Sras. e Srs. Deputados, o ex-Ministro da Fazenda, Deputado Delfim Neto, em artigo publicado pelo jornal *Folha de S. Paulo* sob o título *Trágico empobrecimento relativo*, afirma haver “qualquer coisa de errado com a política econômica desde o Governo Collor”. E eu acrescentaria: é preciso mudar o paradigma de que tudo se resolve na economia somente alterando as taxas de juros. Esta fórmula está ultrapassada.

Concluindo, Sr. Presidente, de imediato, o Governo precisa ter a coragem de acabar com os impostos sobre a intermediação financeira, promover uma reforma trabalhista que facilite a contratação de trabalhadores, dar prioridade à votação infraconstitucional do Super-SIMPLES e buscar o entendimento internacional por meio da união com outros países do continente latino-americano que se encontram como o Brasil – com grandes dívidas externas – para negociarem, em grupo, suas dívidas com os credores internacionais.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Dr. Hélio, para uma Comunicação de Liderança, pelo PDT.

**O SR. DR. HÉLIO** (PDT – SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estivemos nesta tarde no Supremo Tribunal Federal, com a Ministra Ellen Gracie, para pedir a S.Exa. preferência à Relatoria da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3.099, a primeira apresentada àquela Corte contra a cobrança dos 11% de contribuição dos inativos e pensionistas.

Ponderamos a S.Exa. que em breve serão apreciadas, pelo Plenário desta Casa, a Medida Provisória nº 167, de 2004, relativa ao cálculo da contribuição dos aposentados, e a Proposta de Emenda à Constituição nº 227, de 2004, do Senado Federal – a PEC paralela. Por isso, os servidores aposentados e pensionistas estão preocupados com a possibilidade de haver a imediata cobrança da contribuição.

A Ministra Ellen Gracie, Relatora da matéria, acolheu nossa sugestão e afirmou que pretende apresentar, até abril, num único relatório a ser submetido ao Plenário do STF, a resposta que entende dever à sociedade brasileira quanto a nossa Ação Direta de Inconstitucionalidade e também às demais.

Antes de concluir, Sr. Presidente, saúdo todos os Prefeitos e Vereadores que se encontram em Brasília na Marcha em Defesa dos Municípios. O PDT se associa às reivindicações do movimento, importantes e necessárias para a sobrevivência das cidades brasileiras.

Obrigado.

**O SR. JOÃO PIZZOLATTI** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. JOÃO PIZZOLATTI** (PP – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, desejo agradecer ao Deputado Pedro Corrêa, Presidente Nacional do Partido Progressista, ao Líder Pedro Henry, à bancada do partido e a todos os colegas que me apoiaram a indicação do meu nome para presidir a Comissão de Minas e Energia.

É com muito orgulho e muita gratidão que aceito a missão extremamente difícil de substituir o Deputado José Janene, que realizou trabalho fantástico à frente daquela Comissão.

É o registro que faço.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Deputado João Pizzolatti, antecipadamente, em nome do Presidente João Paulo Cunha e no meu próprio, congratulo-me com o PP pela escolha de V.Exa. para presidir a Comissão de Minas e Energia e parabeno o Deputado José Janene pelo belíssimo trabalho que desenvolveu.

Temos certeza de que V.Exa. realizará, à frente daquela importante Comissão, relevante trabalho em defesa do País, como é de seu feitio.

**O SR. JOÃO PIZZOLATTI** – Obrigado, Sr. Presidente. Sabemos que é muito difícil trabalhar da mesma forma que o Deputado José Janene, mas estamos determinados a tentar.

**O SR. CARLOS SOUZA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. CARLOS SOUZA** (Bloco/PL – AM. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Governo encaminha a esta Casa projeto de lei que transforma em crime o desmatamento ilegal. Louva-se a atitude do Governo

em tentar preservar a Amazônia através de medidas punitivas. Evidentemente, seria insensato por parte do nosso Governo e de seus órgãos competentes deixar acontecer a depredação de ordem desordenada e irresponsável por empresas que só visam o lucro imediato, pouco se importando com o desequilíbrio ambiental.

Contudo, fazer um investimento na ordem de 394 milhões de reais com o intuito de fiscalizar e punir quem desmata é pouco inteligente para a grandiosidade e importância dessa região que representa mais de 50% do território nacional, isso sem falar das potencialidades regionais.

Seria de bom alvitre que os recursos nessa ordem fosse canalizados para potencializar um desenvolvimento sustentável acompanhado de um programa de conscientização ecológica. Nós, amazônidas, sabemos da escassez de recursos para a região.

Porém, 62% desse dinheiro é somente para fiscalizar e punir quem desmata. Nada contra. Agora, destinar apenas 17% para projetos de desenvolvimento sustentável é uma demonstração repetitiva de que a Amazônia não foi e continua não sendo olhada de forma respeitosa. Quem nos garante que não existem interesses de organismos internacionais e de países do Primeiro Mundo em controlar e manter a nossa floresta intacta, "celeiro do mundo"? Interessa a essa gente? Com certeza absoluta!

Hoje, a floresta amazônica é a responsável pela retirada de grande parte do dióxido de carbono que é jogado na atmosfera pelos países industrializados. Nós somos a grande usina natural que capta, somente do hemisfério norte, 25% de todo o lixo lançado pelas chaminés de suas fábricas. E o que sobra para nós, amazônidas, detentores desse poder despoluidor! Simplesmente nada! Somos os verdadeiros garis do mundo, e o pior, não remunerados. Eles produzem riquezas, aumentam o seu PIB, melhoram a sua qualidade de vida e nós ficamos com a pobreza, a miséria e o abandono!!!

A política praticada pelas ONGs é também uma orquestração de interesses internacionais. Hoje, só no meu Estado, o Amazonas, detentor de 1 milhão e 500 mil quilômetros quadrados, com 98% da sua floresta preservada, 30% desse território não mais nos pertence e sim às ONGs ambientalistas e grande parte às reservas indígenas. Quanto à Amazônia, com seus 5,3 milhões de quilômetros quadrados, mais de 20% também se encontram na mesma situação.

O Brasil possui 8,5 milhões de quilômetros quadrados, sendo que mais de 1 milhão de quilômetros quadrados pertencem às terras indígenas, e quase

100% desse território fica dentro da Amazônia. Apenas 1,27% desse território fica nas Regiões Sul e Sudeste e no Estado de Mato Grosso.

Essa é a famosa internacionalização branca e pacífica que acontece na Amazônia. Portanto, não interessa levar dinheiro, infra-estrutura e investimento para a região em virtude da possibilidade de acabar com essa "grande usina" que presta grande serviço à humanidade internacional. Seria egoísmo demais nós só pensarmos em nosso povo sofrido da Amazônia em detrimento da maioria da humanidade? Não! Mesmo porque não queremos que desmatem nossa floresta, não aceitamos que acabem com a beleza natural da região, mas exigimos na mesma medida sermos tratados com respeito.

Por isso, apresentamos ao mundo o Imposto Internacional da Amazônia; que nos pague pelo serviço que prestamos aos países industrializados pela "grande usina" que temos e preservamos. Através desse imposto poderíamos investir em educação, moradia, infra-estrutura, enfim, em desenvolvimento, para darmos uma condição de vida melhor ao povo da região; isso supervisionado por organismos internacionais, para que não tentássemos crescer de forma irracional e desordenada.

É inadmissível morarmos em uma das regiões mais ricas do mundo, com a maior floresta do planeta e o nosso povo ficar abandonado e faminto. Chega de manipulação e interferência em nossa região, até por parte do Governo Federal, que recebe recursos do exterior para simplesmente manter a floresta à serviço deles a troco de nada, ou melhor, do sofrimento dos povos da floresta!

Muito obrigado.

**O SR. ADELOR VIEIRA** – Sr. Presidente, peça a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. ADELOR VIEIRA** (PMDB – SC. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Estatuto do Idoso já é uma realidade. Sancionado pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em 1º de outubro do ano passado e em vigor desde janeiro deste ano, o Estatuto vem preencher uma lacuna, enaltecendo a sapiência daqueles que tanto contribuíram na construção do nosso País.

Entre os cidadãos com idade igual ou superior a 60 anos, conscientes da importância de uma regulamentação para o exercício de direitos assegurados na Lei nº 8.842, de 1994, que define a Política Nacio-

nal do Idoso, o Estatuto foi recebido com muita alegria e uma parcela renovada de esperança da garantia de seus direitos.

O importante neste momento é divulgar o Estatuto da maneira mais ampla possível para estabelecer a normalidade no exercício dos direitos dos idosos. Ainda existem questões, como o art. 40 do Estatuto, que estabelece a gratuidade de 2 vagas no sistema de transporte coletivo interestadual para idosos com renda igual ou inferior a 2 salários mínimos, que não estão sendo cumpridas. Infelizmente, ainda não atingimos a completa aplicação do Estatuto do Idoso, mas estamos trabalhando em prol da garantia dos direitos ampla e irrestritamente.

Em meu Estado, Santa Catarina, o Conselho Municipal do Idoso de Florianópolis, visando dirimir as dificuldades encontradas pelos idosos no cumprimento do Estatuto, colocou à disposição da população o Disk Idoso, através do telefone 0800-6440011, além de criar o Núcleo de Apoio ao Idoso no Terminal Central de Integração do Município. Trata-se de atitude louvável que só vem contribuir na divulgação e aplicação do Estatuto do Idoso.

Atualmente, estamos em contato constante com o Ministério dos Transportes, que criou um grupo de trabalho para discutir a questão da garantia do transporte gratuito para os idosos com renda igual ou inferior a 2 salários mínimos. Até o momento, estamos no aguardo do parecer técnico.

Por entendermos ser urgente a definição de um instrumento legal que normalize e garanta aos idosos o direito que lhes foi assegurado pelo art. 40 do Estatuto do Idoso, faço aqui um apelo aos nobres colegas no sentido de se engajarem neste pleito, para que no menor tempo possível os nossos idosos tenham o direito de viajar gratuitamente garantido, conforme preconiza o Estatuto.

Os idosos brasileiros merecem, além do nosso respeito e admiração pela sua grande contribuição junto ao nosso País, tratamento digno e respeitoso para fazer valer seus direitos, que nada mais são do que uma merecida recompensa e o reconhecimento pelos anos de trabalho dedicados ao Brasil.

Muito obrigado.

**O SR. MANATO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. MANATO** (PDT – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, visitei o Banco Nacional de Desenvolvimen-

to Econômico e Social – BNDES sexta-feira próxima passada, acompanhado do Prefeito do Município de Serra, Sérgio Vidigal. Fomos muito bem recebidos pelo Presidente do órgão, Sr. Carlos Lessa, que nos apresentou todos os programas financiados pelo Banco.

Pedimos ao Presidente do BNDES que acatasse 2 projetos de nosso interesse, o Multissetorial Integrado e o de modernização da máquina tributária.

Hoje, subo a esta tribuna para tratar de projetos promovidos pelo BNDES, que vem, sob a presidência do Dr. Carlos Lessa, incrementando e viabilizando através de investimentos o crescimento do Brasil, principalmente nas áreas sociais.

Tratarei particularmente do Projeto Multissetorial Integrado – PMI, que visa transformar as condições de vida de populações urbanas de áreas particularmente carentes.

As soluções apresentadas pelo BNDES através de seus programas são realizadas de forma bastante apropriada a cada diferente realidade existente num país com faixa territorial tão extensa como o Brasil.

Portanto, podemos dizer que se trata de um modelo alternativo de tratamento dos problemas sociais, que engloba a realização de um conjunto integrado de medidas de investimento para obter a total inclusão social de uma determinada área carente.

Para implementação de um Programa Multissetorial Integrado é necessária a articulação de vários segmentos da administração pública, objetivando a racionalidade nos investimentos e a participação ativa da comunidade desde o processo de formulação até a manutenção dos investimentos realizados.

Os projetos são apoiados pelo BNDES com recursos das linhas de financiamento FINEM, BNDES Automático e FINAME, sob as condições estipuladas para projetos de cunho social.

A metodologia do PMI exige bastante atenção em todas as suas etapas, e faço questão de destacar aqui algumas delas:

- definição da situação-problema e sua clara delimitação no espaço físico;
- desenvolvimento de processo participativo da comunidade;
- gerenciamento matricial e coordenado;
- acompanhamento e avaliação dos resultados e metas estabelecidas;
- manutenção e sustentabilidade das transformações promovidas.

Os beneficiários diretos do PMI são as Prefeituras Municipais, com propostas de acordo com os princípios do Programa Multissetorial que venham a demonstrar total capacidade técnica, gerencial, de coordenação e de manutenção dos investimentos e ações anteriormente delineadas.

Aproveito a oportunidade para citar o Município capixaba de Serra, que acaba de ser contemplado com o referido programa.

A gama de itens financiáveis é enorme, e abrange o esgotamento sanitário, abastecimento de água, coleta e tratamento de resíduos sólidos, educação, saúde, segurança, equipamentos públicos, drenagem, pavimentação, eletrificação, tratamento de córregos e canais.

O financiamento em questão poderá ainda contemplar outros meios necessários para implantação do projeto, por um período a ser determinado na análise do pleito de financiamento.

Não poderão ser considerados itens financiáveis, a aquisição de terrenos e benfeitorias bem como máquinas e equipamentos usados.

Durante a análise do pleito pelo BNDES, serão levados em consideração a consistência e o mérito do projeto pretendido sob a ótica do PMI, a lógica das inversões propostas, a adequação do prazo de implantação previsto, a participação do BNDES pleiteada e a capacidade de pagamento pelo beneficiário.

Fico extremamente feliz ao ver que medidas concretas estão sendo tomadas a fim de reduzir cada vez mais as desigualdades sociais tão freqüentes no nosso cotidiano.

Mais uma vez volto a louvar as atitudes e realizações do Presidente Carlos Lessa, que de forma corajosa e empreendedora vem dando novo dinamismo ao processo de financiamento pelo BNDES.

Sr. Presidente, ao vermos fatos contundentes que possibilitam e viabilizam o investimento nas áreas sociais do País, podemos trabalhar com a certeza de que existem caminhos tangíveis para grandes realizações voltadas principalmente para aqueles que realmente necessitam de ajuda.

Sr. Presidente, trato ainda do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, que vem acompanhado e garantindo de forma decisiva o crescimento nacional, bem como a redução nas desigualdades sociais existentes e tão explícitas no nosso País.

Refiro-me agora ao Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos – PMAT, que melhora de forma sen-

sível a qualidade dos gastos públicos inseridos numa ótica do desenvolvimento local sustentado, voltado a dar oportunidades aos Municípios brasileiros de obter recursos estáveis e não inflacionários, o que resulta no incremento de qualidade e redução do custo praticado na prestação de serviços nas áreas de administração geral, saúde, educação, criação de postos de trabalho e renda, assim como ações para crianças e jovens.

Citarei agora as ações praticadas que viabilizam de forma clara e dinâmica todo o apoio no processo de modernização da administração tributária:

- fortalecimento da capacidade gerencial, normativa, operacional e tecnológica da administração tributária e da gestão pública dos serviços sociais básicos e demais ações de natureza fiscal ou racionalizadoras do uso de recursos públicos disponíveis nos governos locais;

- investimento, aperfeiçoamento e desenvolvimento de sistemas de informação, determinantes para o devido cumprimento das atribuições e competências municipais estabelecidas no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB;

- realização do acompanhamento das obrigações tributárias, maximizando o uso dos recursos ociosos ou subutilizados, reduzindo e eliminando as perdas, melhorando a qualidade e a oferta desses serviços a um custo sensivelmente melhor, com registro e controle do gerenciamento da execução do gasto público;

- mantém a cooperação permanente dos Estados brasileiros entre si, juntamente com órgãos da Administração Federal e com a participação da sociedade civil para atuação conjunta, trocas de experiências, informações, cadastros e formação de redes sociais que racionalizem e melhorem o atendimento, reduzindo o custo unitário da prestação dos serviços;

- modernização da administração pública voltada para iniciativas de desenvolvimento local que promovam capacitação e articulação do tecido produtivo e geração de emprego e renda.

Os possíveis beneficiados pelo programa são aqueles Municípios que apresentem potencial real



de receita própria economicamente explorável ou de aumento considerável da produtividade do gasto, principalmente nos setores básicos.

No que diz respeito aos itens financiáveis, há uma quantidade enorme deles, que passam pela tecnologia da informação e equipamentos de informática, capacitação de recursos humanos, equipamentos de apoio à operação e fiscalização, serviços técnicos especializados e infra-estrutura física.

Como podemos atestar, a atuação do BNDES vai ao encontro das novas tendências mundiais nos mais diversos campos de atuação, praticando sempre juro acessíveis e dentro da realidade nacional.

A parte operacional dos projetos é realizada a partir da identificação dos seus focos de ação, só então existe implementação das atividades, pois desse modo reduzem-se os riscos e obtém-se a otimização em todos os níveis de atuação.

O BNDES periodicamente visita e avalia os projetos já em andamento, tanto na modalidade direta como na indireta, para o conjunto dos Municípios apoiados, visando o melhor alcance das metas e objetivos previamente delineados.

Realmente devemos parabenizar o Presidente do BNDES, Dr. Carlos Lessa, que de forma eficaz e transparente vem implementando programas setoriais que buscam de toda forma reduzir das disparidades existentes na sociedade brasileira.

Solicito que o discurso seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* e nos órgãos de comunicação da Casa.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

**A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN** (PCdoB – AM. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, na semana passada, usei a tribuna para falar da preocupação do Partido Comunista do Brasil quanto à política econômica aplicada no País. Naquele momento, mencionei entrevista concedida pelo Presidente do Partido, Renato Rabelo, durante grande encontro realizado em Brasília, com a participação de 300 delegados do partido de todos os Estados, cujo objetivo principal era o debate acerca da organização do Partido Comunista do Brasil.

Hoje, trato novamente do assunto.

No último final de semana, ocorreu outra reunião da Comissão Política Nacional do Partido Comu-

nista do Brasil, e novamente os dirigentes do PCdoB manifestaram a preocupação de se caminhar rumo ao desenvolvimento do País e à geração de empregos. A Comissão Política chegou à conclusão de que é necessária uma mudança de rumo na aplicação da política econômica porque o Brasil clama pelo desenvolvimento e pela geração de empregos.

Vários partidos da base aliada têm chegado a essa conclusão. O próprio Partido dos Trabalhadores, numa reunião da Executiva Nacional, foi um dos primeiros a levantar a necessidade de se mudar a política econômica. O PMDB, durante encontro recente, manifestou a mesma coisa. O Partido Liberal pensa o mesmo que o PCdoB.

Os dias de hoje e amanhã serão importantes para o País porque se inicia a reunião do COPOM. Apesar de o mercado financeiro ter a expectativa de que a taxa de juros oficial aplicada no Brasil não diminua, espero sua redução, porque, sem dúvida alguma, é um elemento necessário para darmos início a um processo de desenvolvimento e para que as empresas possam investir mais na produção.

Sabemos que os indicadores econômicos do último trimestre de 2003 foram positivos, mas é preciso ir além. Precisamos ter este ano um crescimento do Produto Interno Bruto, o que não acontecerá se for mantida a atual política econômica, que se sustenta em elevados superávits primários e altas taxas de juros.

Registro que o PCdoB trabalha pelo sucesso do Governo Lula, o que com certeza acontecerá.

**O SR. INÁCIO ARRUDA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (PCdoB – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, este ano, temos a possibilidade de ter um crescimento de 3 a 3,5% do Produto Interno Bruto, o que é importantíssimo para o Brasil. Evidentemente, precisamos ajustar melhor a taxa de juros, alterar o superávit primário, que está muito elevado, e examinar a questão do câmbio. Ainda considero muito valorizada a moeda brasileira frente às moedas fortes, particularmente a norte-americana.

A possibilidade de um crescimento do PIB este ano da ordem de 3% a 3,5% abre caminho para que uma proposta que foi palco de grande discussão na Assembléia Nacional Constituinte, a redução da jornada de trabalho – àquela época, defendíamos que fosse de 40 horas semanais –, ganhe espaço dentro do Congresso Nacional.

Fomos protagonistas, juntamente com o então Deputado Paulo Paim, de uma emenda constitucional, hoje com o número 393, que reduz a jornada de trabalho.

Ontem, no ambiente do Poder Legislativo do Estado de São Paulo, a Central Única dos Trabalhadores, a Força Sindical, a Central Geral dos Trabalhadores e a Confederação Geral dos Trabalhadores anunciaram uma campanha nacional com o objetivo de reduzir a jornada de trabalho em nosso País para que mais pessoas possam trabalhar, para que os ganhos extraordinários de produtividade, fruto das novas tecnologias, da produção científica e tecnológica no mundo e no nosso País, incorporados à produção, possam refletir também na jornada de trabalho. O incrível desenvolvimento tecnológico dos últimos 20 anos, eliminando milhões de postos de trabalho, não se incorporou à jornada de trabalho.

A retomada do crescimento econômico é, portanto, o ambiente necessário para o retorno à pauta da matéria que diz respeito à redução da jornada de trabalho. Esperamos que essa matéria seja debatida, discutida e aprovada pelo Plenário da Câmara dos Deputados.

Nesse sentido, solicito à Presidência da Casa a instalação imediata de uma Comissão Especial para tratar do assunto. Há, pelo menos, duas propostas de emenda constitucional em tramitação na Câmara dos Deputados e, no mínimo, mais duas no Senado Federal. Temos todas as condições nesta Casa de realizar amplo debate com a sociedade brasileira e mostrar que, neste momento em que retomamos o crescimento econômico, podemos, sim, reduzir a jornada de trabalho, buscando com isso gerar mais empregos.

O DIEESE anunciou ser possível criar cerca de 3 milhões de novos postos de trabalho se reduzida a jornada de trabalho, logicamente associada ao crescimento econômico. Hoje, num ambiente de alta tecnologia, de incorporação de ganhos tecnológicos à produção, é fundamental garantir a redução da jornada de trabalho.

Sr. Presidente, queremos trazer ao Congresso Nacional o debate sobre esse tema com o DIEESE, as centrais sindicais, todos os setores afins, com o objetivo de ajudar o País a gerar empregos não só com mais produção, mas também com a redução da jornada de trabalho.

Muito obrigado.

**O SR. FRANCISCO TURRA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. FRANCISCO TURRA** (PP – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço apoio da Casa para reivindicação de todo o País e solicito à Mesa Diretora que faça contato com o Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Guido Mantega, a respeito da greve dos fiscais do Ministério da Agricultura, que será altamente nociva aos interesses da economia brasileira. Serão paralisadas as exportações de frango e carne, produtos perecíveis, e de frutas. Milhares de pessoas estão apreensivas diante da dramática situação por que passam a exportação e o agronegócio.

Solicito à Mesa Diretora que mantenha entendimento com o Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão para que S.Exa. dialogue e negocie com os fiscais.

Outro assunto, Sr. Presidente: o próximo dia 21 tem notável importância para a humanidade, pois é quando se comemora o Dia Internacional da Floresta.

Além de proporcionar diminuição da poluição porque absorvem gás carbônico na queima de combustíveis, significando mais oxigênio para os seres humanos, as florestas são fontes de milhares de medicamentos que salvam vidas em diferentes partes do planeta e fornecem matéria-prima para a indústria moveleira, para a construção civil e para a indústria de papel e celulose.

Para os conservacionistas, as matas devem ser preservadas, para os agroeconomistas, precisam ser tombadas racionalmente para o cultivo de vegetais e para atividade pecuária; mas para todos os produtores rurais deve haver equilíbrio que possa harmonizar um novo ciclo virtuoso para a silvicultura brasileira.

O impacto ambiental causado pela exploração da madeira é o mesmo que é verificado pela agricultura, mineração industrial, pecuária, garimpo e a pesca industrial. Se organizações não governamentais internacionais pressionam o Brasil para manter intacta 86% da floresta tropical amazônica, elas deveriam adotar providências urgentes para reconstituição das florestas temperadas que foram destruídas na Europa e nos Estados Unidos da América do Norte em cerca de 99%!

É certo que os países desenvolvidos da atualidade foram beneficiados imensamente pela destruição de suas florestas temperadas. Também é correto que eles assinem e adotem um Protocolo de Conservação das Florestas Tropicais compensando finance-

iramente os países que decidirem preservar a Amazônia e outros importantes ecossistemas florestais.

O Brasil precisa defender seu direito de plantio, de cultivo, de manejo e do uso da sua madeira com soberania e justiça social.

É necessário, é verdade, reestruturar seus órgãos vinculados à silvicultura, bem como prestigiar as carreiras dos engenheiros florestais, engenheiros agrônomos, técnicos agrícolas, pesquisadores e cientistas. É preciso, também, pesquisar novas espécies florestais, oferecer certificação de madeiras, implantar prospecção da biodiversidade, fármacos, remédios, cosméticos e estimular o ecoturismo, que cresce 20% ao ano no mundo.

Muitos medicamentos podem ser extraídos das árvores. Um em cada quatro remédios empregados pela indústria farmacêutica tem origem vegetal e cerca de 70% das plantas classificadas pelo Instituto do Câncer dos Estados Unidos da América do Norte para o tratamento do câncer são encontradas exclusivamente nas florestas tropicais. Só na Amazônia existem cerca de 40 mil plantas superiores com sementes, o que equivale a 93% das existentes no Brasil e 17% do mundo.

Ressalto que nosso País tem alta vocação florestal.

O cultivo de espécies de ciclo curto, como, por exemplo, a acácia negra, o pinus americano e o eucalipto permitem à indústria madeireira disponibilidade para setores como construção civil, indústria de papel e celulose, produção de postes e de equipamentos rurais, auxiliando a diminuir a pressão sobre as florestas nativas.

Faço uma advertência: segundo técnicos do setor existe previsão de falta de madeira no mercado interno ainda neste ano!

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento instalou 14 Câmaras Setoriais para estudo, acompanhamento e apresentação de propostas para o desenvolvimento da agropecuária nacional como, por exemplo, açúcar e álcool, carne bovina, ciências agrárias, culturas de inverno, equideocultura, flores e plantas ornamentais, fruticultura, fumo, hortaliças, leite e derivados, milho e sorgo, aves e suínos, negociações agrícolas internacionais, viticultura, vinhos derivados e, mais recentemente, agricultura orgânica.

Proponho a instalação da Comissão Setorial da Silvicultura no Ministério da Agricultura, pois o Brasil é o segundo país em área florestal do mundo, com 479 milhões de hectares. Anualmente, a exploração florestal e sua cadeia de produção, industrialização e

comercialização geram receitas de 2,7 bilhões de dólares e empregam cerca de 7 milhões de trabalhadores.

Acredito que deva haver conjugação de esforços através de parcerias de instituições oficiais, da iniciativa privada e do voluntariado objetivando a criação e a execução de um modelo sustentável para a nossa silvicultura, que não deve ser definida apenas pelo lado emocional (pressão ambientalista), mas como parte do agronegócio brasileiro, com aproveitamento racional, voltado à geração de empregos, bens e serviços necessários ao desenvolvimento harmônico e crescente do País.

Muito obrigado!

**O SR. MARCELO ORTIZ** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. MARCELO ORTIZ** (PV – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tenho em mãos requerimento de informação que será encaminhado ao Ministro dos Transportes sobre as providências em relação às viagens rodoviárias sem paradas obrigatórias.

As empresas estão adotando o método *non stop* no transporte de passageiros, isto é, não fazem as paradas após duas horas. Isso põe em risco não apenas a vida do próprio motorista, mas também a dos que são transportados. A mídia tem mostrado que isso tem ocorrido muitas vezes por falha humana.

Nosso objetivo é que a lei seja cumprida não só em relação ao próprio funcionário que dirige o veículo, que tem direito de dormir e descansar, mas também às pessoas que utilizam esse meio de transporte.

Muito obrigado.

**O SR. NAZARENO FONTELES** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Tem a palavra V.Exa.

**O SR. NAZARENO FONTELES** (PT – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, dei entrada hoje, formalmente, ao Projeto de Lei Complementar nº 137, de minha autoria, que trata da Pousada Fraternal e do Limite Máximo de Consumo. Tive oportunidade de explanar sobre o assunto na última sexta-feira. Essa contribuição vai na linha da geração de emprego e distribuição de renda, objetivando o pleno emprego e a justiça social.

Pelos nossos cálculos, esse tipo de investimento poderá gerar cerca de 100 bilhões de reais por ano e vai ajudar o País a sair desta grave crise e a baixar o

índice de desemprego, que tanto sofrimento causa à população, principalmente à juventude, que espera oportunidades de trabalho.

Aproveito também para dizer que logo mais, às 18h, irei à solenidade de posse do novo Presidente da CODEVASF, Sr. Luís Carlos Everton de Farias. Estarão presentes o Governador do Piauí, Wellington Dias, autoridades, Deputados de outros Estados, companheiros que defendem essa querida e importante companhia para os Vales do São Francisco e do Parnaíba, que une o Piauí ao Maranhão.

Esperamos que, nessa nova etapa, o bonito trabalho desenvolvido até o momento por Francisco Guedes, exonerado por desentendimentos com o Ministro Ciro Gomes, tenha continuidade, a fim de beneficiar o desenvolvimento das Bacias dos Rios São Francisco e Parnaíba.

Trago esta informação à tribuna da Casa porque todos os nordestinos sabem da importância da CODEVASF para o desenvolvimento daquela região.

Muito obrigado.

**O SR. PAULO FEIJÓ** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocência Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. PAULO FEIJÓ** (PSDB – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho novamente à tribuna desta destacada Casa de leis reclamar os direitos do Estado do Rio de Janeiro de obter, por parte do Governo Federal, a devida atenção e o respeito necessário, no instante em que se promove mais uma rodada de negociações e de debates sobre o processo de construção do oleoduto da PETROBRAS para transporte de petróleo da Bacia de Campos, no litoral fluminense, para ser refinado por unidades de beneficiamento no Estado de São Paulo.

Hoje pela manhã esse polêmico assunto foi debatido no plenário. Ele envolve os interesses do País, da PETROBRAS, mas acima de tudo da região norte do Rio de Janeiro.

Meu Estado, com muita justiça, pleiteia que o Governo Federal, no momento certo, com apoio da PETROBRAS, indique a construção da refinaria de petróleo naquela região, não só por ser a maior produtora nacional de petróleo, com 82% da produção, mas em virtude dos preocupantes índices econômicos e sociais que amedrontam o interior.

Aquela região, ao longo dos anos, vem sendo muito prejudicada, principalmente por ações do Governo Federal: não-tributação do ICMS na produção

de petróleo; orçamentos que se sucedem, ao longo dos anos, cuja materialização é cada vez menor; incentivos fiscais concedidos ao Espírito Santo há 30 anos, o que foi cruel com a economia do norte e do noroeste do Estado do Rio de Janeiro.

Por todos esses fatores, a bancada do Rio de Janeiro não tem mais o direito de oferecer àquele Estado nenhuma derrota política. A falta de indicação do Governo Federal e da PETROBRAS pela instalação da refinaria naquela região será uma derrota política imperdoável para todos nós. A Governadora está certa, sim, quando radicaliza em nome do povo do Rio de Janeiro. Queremos o oleoduto, mas queremos também a refinaria de petróleo.

Esperamos que a classe política do nosso Estado radicalize ao máximo essa discussão, sem atrasar, contudo, o projeto de construção do oleoduto. Essa questão não pode também transformar-se numa bandeira partidária, não pode servir de muleta para eleição de algum político. A maturidade dos políticos no Norte Fluminense, com certeza, irá prevalecer.

Considero um risco para os interesses do Norte Fluminense e do Estado do Rio de Janeiro, de forma mais ampla, e uma temeridade para os assuntos estratégicos do Brasil que tal obra seja discutida sob a ótica da partidização, da disputa, a envolver mais a percepção de vantagens políticas isoladas deste ou daquele grupo. Isso só nos faz lamentar.

Neste sentido, gostaríamos de propor que o referido projeto seja objeto de maior responsabilidade por parte dos atores envolvidos nessa decisão, clamando a todos para que se mantenham em uma linha de defesa dos interesses nacionais e microrregionais, sem que um inviabilize o outro.

Não podemos admitir, contudo, que o Governo Federal leve a PETROBRAS a se posicionar sobre o oleoduto que pretende construir com uma estratégia direcionada no sentido de fazer frente à representação política do Estado do Rio de Janeiro, que busca assegurar a defesa, por princípios técnicos, do projeto da refinaria do Norte Fluminense, usando a questão do oleoduto como objeto de negociação ou mesmo como instrumento de pressão.

Entendemos que o oleoduto pode ser construído sem provocar danos ao projeto da refinaria, mas não aceitamos, sob nenhuma argumentação, que a estatal de petróleo protele para 2010 a construção da refinaria e se abstenha de promover amplo estudo que defina a localização desse empreendimento, destinado a processar o óleo mais pesado, produzido pela Bacia de Campos e exportado com baixo valor de mercado.

A argumentação da PETROBRAS sobre o oleoduto pode parecer consistente, na medida em que relaciona números e projeções otimistas para o Estado do Rio de Janeiro, como os que indicam que seriam gerados 34 mil empregos diretos e indiretos – 24 mil em território fluminense –, ou que haveria aumento de *royalties*, com ganho de 136 milhões de reais, ou elevação na arrecadação de ICMS, da ordem de 902 milhões de reais, dos quais, 449 milhões de reais de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e 89 milhões de reais de Imposto Sobre Serviços (ISS).

De fato, apresentam à sociedade fluminense essas projeções da PETROBRAS como verdadeiras benesses que podem ser geradas pelo oleoduto. Isso não está em discussão. O que se debate é a forma como a PETROBRAS encaminha o projeto do oleoduto, sem que se atenha ao movimento que o Rio de Janeiro realiza para trazer a nova unidade de refino de petróleo para Municípios do Norte Fluminense, por razões que vão desde a proximidade com os principais campos de produção ao fato, mais do que justo, de que não pode o Governo Federal permitir que não se crie uma instalação permanente, que assegure à região condições de crescimento, desenvolvimento e prosperidade.

Na condição de Deputado Federal eleito pelo interior do Estado, sou obrigado a exercer essa defesa regular do projeto da refinaria e, ao mesmo tempo, renovar o meu clamor no sentido de que se estabeleçam critérios técnicos e políticos transparentes a respeito de sua microlocalização.

Temos essa responsabilidade com dezenas de milhares de cidadãos fluminenses, que confiam em nosso mandato como instrumento capaz de defendê-los e a seus interesses, evitando a alimentação de sonhos, de quimeras que não se materializam como obras, mas brigando, com coerência e bom senso, para que as esperanças se convertam em realidade.

Portanto, esperamos que a PETROBRAS seja sensível, que seus técnicos não se julguem os donos da verdade. Contamos também com a gratidão do Presidente Lula. S.Exa. reconhece, obviamente, que foi o Rio de Janeiro o Estado que lhe concedeu a maior votação proporcional.

Com certeza, Sr. Presidente, no momento oportuno o povo do Rio de Janeiro receberá a notícia tão esperada por todos nós, de indicação da tão sonhada refinaria de petróleo. É uma questão de justiça. Nós, políticos daquele Estado, não temos mais como justificar derrotas políticas. Esperamos reverter esse qua-

dro assim que o Governo se posicionar a respeito dessa questão.

Dirigimo-nos novamente ao Governo Federal para que abra imediatamente um canal de negociação com o Estado do Rio de Janeiro, contemple conversas sobre a construção do oleoduto, mas não deixe de inserir o debate franco sobre a construção da nova unidade de refino, que esperamos seja localizada em Campos dos Goytacazes, no Norte Fluminense.

Ao concluir este raciocínio, reporto-me ao desejo de que toda a bancada fluminense se mantenha, como este Parlamentar, na defesa do projeto da refinaria da região norte, sem que nos lancemos a uma briga partidária. O maior prejudicado será o povo de nosso Estado, que já perdeu muito com a divisão de seus representantes e mais prejuízos não pode acumular, a título de inviabilizar o nosso ideal de dias melhores para todos os fluminenses.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

**O SR. JÚLIO LOPES** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. JÚLIO LOPES** (PP – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero também, na mesma linha do discurso do nobre Deputado Paulo Feijó, chamar a atenção de todos para o debate realizado pela manhã, nesta Casa, sobre as compensações necessárias ao Estado do Rio de Janeiro e a implantação do oleoduto que a PETROBRAS pretende construir no Estado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, disse-nos a própria PETROBRAS que esse oleoduto será financiado pelo Banco Mitsui, do Japão, e pago em 10 anos, com 2 de carência, com o resultado de 1,6 bilhão de dólares. Isso corresponde a aproximadamente 4,3 bilhões de reais, em 10 anos de rentabilidade.

É fato que o oleoduto não se extinguirá ou não se auto-implodirá ao final de 10 anos, durando com certeza pelos próximos 30, 40 anos. Se assim for, sua rentabilidade poderá chegar a 13,8 bilhões de reais.

Faz-se necessário, portanto, uma compensação para o Rio de Janeiro e para o povo fluminense do montante dessa extraordinária rentabilidade, visto que é naquele Estado, é diante daquele povo que se fazem as instalações de mais de 90% da área total do oleoduto e 90% dos seus investimentos.

É importante que se entenda que não se trata de guerra política entre a direção, o Governo do Rio de

Janeiro e o Governo do Brasil, mas sim de profunda discussão sobre a necessidade de se dotar o Estado de infra-estrutura para os anos vindouros, visto que o petróleo é um bem finito, que se extinguirá em poucos anos. A previsão é de que as reservas naturais do Brasil têm capacidade de durar pelos próximos 16 anos – no máximo, 20 anos. Assim, se evidentemente não forem descobertos novos campos, não teremos infra-estrutura para fazer face às necessárias ações sociais que aquele povo tanto demanda.

Portanto, Sr. Presidente, o que argüi a bancada do Rio de Janeiro é uma compensação para a enorme e fundamental rentabilidade que o oleoduto dará à PETROBRAS, ao Brasil e ao povo daquele Estado.

Muito obrigado.

**A SRA. FÁTIMA BEZERRA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

**A SRA. FÁTIMA BEZERRA** (PT – RN. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, fui informada há pouco de que dezenas de trabalhadores rurais do meu Estado ocuparam, desde as primeiras horas da manhã, a sede da CONAB em Natal, Rio Grande do Norte. Eles reivindicam algo justíssimo, ou seja, que o Governo Federal libere, com a máxima urgência, recursos que garantam a implementação do chamado Programa da Compra Antecipada, destinado especialmente à agricultura familiar.

Tal programa foi implementado pelo nosso Governo no ano passado, iniciando-se pelo meu Estado, Rio Grande do Norte, o que mereceu aplausos de todos nós. Era natural, portanto, que os trabalhadores estivessem na expectativa de que os recursos fossem liberados no mês de janeiro. Infelizmente, estamos em março e até agora nada. Com a enorme quantidade de chuvas que caíram na região nordestina, especialmente no nosso Estado, houve maior ansiedade ainda.

Há pouco, fiz contato com o Ministério do Desenvolvimento Agrário. Seus integrantes foram muito atenciosos. Eles estão empenhados em buscar solução para o problema. Ocorre que os recursos estão no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Antes, estavam no Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome – MESA, que foi extinto e incorporado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Quero fazer um apelo ao Ministro Patrus Ananias, que sem dúvida nenhuma tem grande sensibilidade social, para que agilize a solução desse problema.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário informou que a previsão para liberação desses recursos é de cerca de 10 dias. Esperamos que, de fato, isso ocorra, pois os trabalhadores só sairão de lá com a garantia, o compromisso de que esses recursos serão liberados.

Portanto, esperamos que daqui a 10 dias os recursos sejam liberados para atender à realidade não só do Rio Grande do Norte, como também de outros Estados, a fim de que os trabalhadores possam voltar para suas casas, suas terras, organizar sua plantação, sua produção. Inclusive, Deputado Inocêncio Oliveira, a próxima safra promete ser uma das melhores deste ano, não só em meu Estado, mas em toda a região nordestina.

Deixo registrada nossa solidariedade aos trabalhadores. Quero dizer a eles que estamos nos empenhando junto ao Governo, através dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, para que esses recursos sejam disponibilizados o mais rápido possível.

Obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. GILBERTO NASCIMENTO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. GILBERTO NASCIMENTO** (PMDB – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de comentar artigo publicado pela revista *Veja* desta semana, na página 20, de autoria de Stephen Kanitz, que retrata exatamente o problema que estamos vivendo em São Paulo.

Vou ler um trecho da matéria:

*“(...) De vinte anos para cá, além de aumentarem os impostos, reduziram os prazos de pagamento desses impostos de 120 para quinze dias. Hoje, as empresas precisam pagar 40% de sua receita ao governo antes de receber de seus clientes. O capital de giro dessas empresas sumiu; em vez de financiar a produção, financia o governo.*

*Não é a economia informal que está crescendo, é a economia formal e a classe média que vêm sendo destruídas, e rapidamente. Estudo realizado pelo Sebrae, e apresentado por Alencar Burti, estima que 31% das pequenas empresas quebrarão até 2005. Ou seja, não somente não irão empregar ninguém como vão desempregar aqueles que já têm emprego.*

*Não é exatamente uma previsão fora de propósito, porque a grande maioria dessas empresas não obtém lucro há mais de três anos, e 90% delas não possuem mais capital, muito menos capital de giro. Se levamos em conta os encargos fiscais em atraso, os Refis, os processos trabalhistas a pagar, a maioria está com patrimônio negativo, ou seja, encontra-se literalmente quebrada. Muitas não fecham imediatamente porque não podem pagar os elevados custos da demissão dos funcionários. Vão levando, na esperança de que as coisas melhorem. A maioria dos pequenos e médios empresários nem pensa mais em crescer, mas em vender suas empresas assim que a economia melhorar.*

*Até recentemente, as empresas médias sobreviviam sonogando um ou outro dos 46 impostos a pagar. Sonogavam o suficiente para se manter vivas. Hoje não dá mais para sonegar. Ou se sonega tudo, devido ao excelente controle e amarrações entre os órgãos arrecadadores, ou não se sonega nada. (...)"*

Sr. Presidente, é profundamente lamentável que, num Estado como São Paulo, até 2005, 40% das empresas fecharão suas portas. Veremos um batalhão de trabalhadores sem o que têm de mais importante: trabalho. Essas pessoas sabem que, se ficarem desempregadas, ficarão muito tempo sem ter outra chance de trabalhar.

Nobre Deputado Vicentinho, as pequenas empresas são vítimas do sistema bancário. Basta observarmos que, no desconto de duplicatas, estão pagando 140% ao ano, uma carga tributária insuportável.

Portanto, há necessidade de revermos essa carga de impostos. É preciso entender que o melhor imposto é o menor recolhido sobre uma base maior. Também é preciso que o Governo aja, a fim de que, rapidamente, os juros bancários sejam reduzidos. Não adianta falarmos em 16,5%, porque é outra tabela. Essas empresas chegam a ter seu capital de giro a 140%, infelizmente não conseguem pagar e dispensam seus funcionários. Precisamos lutar para que essa situação não ocorra nos próximos 2 anos, porque, senão, chegaremos ao caos.

Tenho certeza de que a Casa terá a sensibilidade necessária para pressionar o enlouquecido sistema financeiro deste País, principalmente os banquei-

ros, a fim de que reveja essa situação o mais breve possível e nós venhamos a ter crédito. Somente assim veremos o Brasil crescer e o povo ter emprego.

Muito obrigado.

## VI – ORDEM DO DIA

**PRESENTES OS SEGUINTES SRS. DEPUTADOS:**

### RORAIMA

Alceste Almeida PMDB  
Almir Sá PLPL/PSL  
Dr. Rodolfo Pereira PDT  
Francisco Rodrigues PFL  
Pastor Frankembergen PTB  
Suely Campos PP  
**Total Roraima: 6**

### AMAPÁ

Coronel Alves PLPL/PSL  
Davi Alcolumbre PDT  
Dr. Benedito Dias PP  
Eduardo Seabra PTB  
Valdenor Guedes PSC  
**Total Amapá: 5**

### PARÁ

Zé Geraldo PT  
Zé Lima PP  
Zequinha Marinho PSC  
**Total Pará: 3**

### AMAZONAS

Átila Lins PPS  
Carlos Souza PLPL/PSL  
Lupércio Ramos PPS  
Paudemey Avelino PFL  
Silas Câmara PTB  
Vanessa Grazziotin PCdoB  
**Total Amazonas 6**

### RONDÔNIA

Anselmo PT  
Confúcio Moura PMDB  
Eduardo Valverde PT  
Hamilton Casara PSB  
Marinha Raupp PMDB  
**Total Rondônia: 5**

**ACRE**

João Tota PLPL/PSL  
Nilson Mourão PT  
Perpétua Almeida PCdoB  
Zico Bronzeado PT  
**Total Acre: 4**

**TOCANTINS**

Darci Coelho PP  
Eduardo Gomes PSDB  
Kátia Abreu PFL  
Pastor Amarildo PSC  
Ronaldo Dimas PSDB  
**Total Tocantins: 5**

**MARANHÃO**

Antonio Joaquim PP  
César Bandeira PFL  
Costa Ferreira PSC  
Dr. Ribamar Alves PSB  
Gastão Vieira PMDB  
Luciano Leitoa PSB  
Pedro Fernandes PTB  
Sarney Filho PV  
Sebastião Madeira PSDB  
Terezinha Fernandes PT  
Wagner Lago PP  
Washington Luiz PT  
**Total Maranhão: 12**

**CEARÁ**

Almeida de Jesus PLPL/PSL  
Aníbal Gomes PMDB  
Antonio Cambraia PSDB  
Ariosto Holanda PSDB  
Gonzaga Mota PSDB  
Inácio Arruda PCdoB  
João Alfredo PT  
José Linhares PP  
José Pimentel PT  
Léo Alcântara PSDB  
Manoel Salviano PSDB  
Marcelo Teixeira PMDB  
Mauro Benevides PMDB  
Moroni Torgan PFL  
Pastor Pedro Ribeiro PMDB  
Vicente Arruda PSDB  
Zé Gerardo PMDB  
**Total Ceará: 17**

**PIAUI**

Átila Lira PSDB  
B. Sá PPS  
Júlio Cesar PFL  
Mussa Demes PFL  
Nazareno Fonteles PT  
**Total Piauí: 5**

**RIO GRANDE DO NORTE**

Fátima Bezerra PT  
Nélio Dias PP  
**Total Rio Grande do Norte: 2**

**PARAÍBA**

Benjamin Maranhão PMDB  
Enivaldo Ribeiro PP  
Marcondes Gadelha PTB  
Ricardo Rique PLPL/PSL  
Wilson Santiago PMDB  
**Total Paraíba: 5**

**PERNAMBUCO**

André de Paula PFL  
Carlos Eduardo Cadoca PMDB  
Fernando Ferro PT  
Gonzaga Patriota PSB  
Inocência Oliveira PFL  
Jorge Gomes PSB  
José Chaves PTB  
José Mendonça Bezerra PFL  
José Múcio Monteiro PTB  
Luiz Piauhyllino PTB  
Maurício Rands PT  
Paulo Rubem Santiago PT  
Pedro Corrêa PP  
Renildo Calheiros PCdoB  
Severino Cavalcanti PP  
**Total Pernambuco: 15**

**ALAGOAS**

Benedito de Lira PP  
Givaldo Carimbão PSB  
José Thomaz Nonô PFL  
Jurandir Boia PSB  
**Total Alagoas: 4**



**SERGIPE**

Heleno Silva PLPL/PSL

**Total Sergipe: 1****BAHIA**

Antonio Carlos Magalhães Neto PFL

Claudio Cajado PFL

Colbert Martins PPS

Coriolano Sales PFL

Daniel Almeida PCdoB

Fábio Souto PFL

Fernando de Fabinho PFL

Guilherme Menezes PT

João Almeida PSDB

João Leão PLPL/PSL

José Carlos Araújo PFL

José Rocha PFL

Jutahy Junior PSDB

Luiz Alberto PT

Luiz Bassuma PT

Luiz Carreira PFL

Marcelo Guimarães Filho PFL

Mário Negromonte PP

Milton Barbosa PFL

Paulo Magalhães PFL

Reginaldo Germano PP

Robério Nunes PFL

Severiano Alves PDT

Zelinda Novaes PFL

**Total Bahia: 24****MINAS GERAIS**

Aracely de Paula PLPL/PSL

Carlos Mota PLPL/PSL

Carlos Willian PSC

César Medeiros PT

Dr. Francisco Gonçalves PTB

Eduardo Barbosa PSDB

Gilmar Machado PT

Isaías Silvestre PSB

Ivo José PT

João Magno PT

João Paulo Gomes da Silva PLPL/PSL

Lael Varella PFL

Leonardo Monteiro PT

Marcello Siqueira PMDB

Mário Assad Júnior PLPL/PSL

Mauro Lopes PMDB

Narcio Rodrigues PSDB

Odair PT

Osmânio Pereira PTB

Romeu Queiroz PTB

Virgílio Guimarães PT

**Total Minas Gerais: 21****ESPÍRITO SANTO**

Feu Rosa PP

José Carlos Elias PTB

Manato PDT

Marcelino Fraga PMDB

Marcus Vicente PTB

Neucimar Fraga PLPL/PSL

Nilton Baiano PP

Renato Casagrande PSB

Rose de Freitas PMDB

**Total Espírito Santo: 9****RIO DE JANEIRO**

Almerinda de Carvalho PMDB

Antonio Carlos Biscaia PT

Bernardo Ariston PMDB

Carlos Nader PFL

Carlos Rodrigues PLPL/PSL

Carlos Santana PT

Edson Ezequiel PMDB

Eduardo Cunha PMDB

Eduardo Paes PSDB

Fernando Lopes PMDB

Francisco Dornelles PP

Jair Bolsonaro PTB

João Mendes de Jesus PSLPL/PSL

José Divino PMDB

Josias Quintal PMDB

Julio Lopes PP

Laura Carneiro PFL

Leonardo Picciani PMDB

Luiz Sérgio PT

Miro Teixeira PDT

Nelson Bornier PMDB

Paulo Baltazar PSB

Paulo Feijó PSDB

Reinaldo Betão PLPL/PSL

Rodrigo Maia PFL

Simão Sessim PP

**Total Rio de Janeiro: 26**

**SÃO PAULO**

Aloysio Nunes Ferreira PSDB  
 Antonio Carlos Mendes Thame PSDB  
 Arnaldo Faria de Sá PTB  
 Corauci Sobrinho PFL  
 Devanir Ribeiro PT  
 Dimas Ramalho PPS  
 Dr. Evilásio PSB  
 Dr. Hélio PDT  
 Edna Macedo PTB  
 Elimar Máximo Damasceno PRONA  
 Enéas PRONA  
 Gilberto Kassab PFL  
 Ildeu Araujo PP  
 Ivan Valente PT  
 Jamil Murad PCdoB  
 João Batista PFL  
 José Eduardo Cardozo PT  
 Luiz Antonio Fleury PTB  
 Luiz Eduardo Greenhalgh PT  
 Luiza Erundina PSB  
 Marcelo Ortiz PV  
 Marcos Abramo PFL  
 Mariângela Duarte PT  
 Michel Temer PMDB  
 Milton Monti PLPL/PSL  
 Paulo Kobayashi PSDB  
 Professor Irapuan Teixeira PP  
 Roberto Gouveia PT  
 Rubinelli PT  
 Vanderlei Assis PP  
 Vicentinho PT  
 Walter Feldman PSDB  
**Total São Paulo: 32**

**MATO GROSSO**

Carlos Abicalil PT  
 Pedro Henry PP  
 Thelma de Oliveira PSDB  
 Wilson Santos PSDB  
**Total Mato Grosso: 4**

**DISTRITO FEDERAL**

Alberto Fraga PTB  
 Maninha PT  
 Sigmaringa Seixas PT  
 Tatico PTB  
 Wasny de Roure PT  
**Total Distrito Federal: 5**

**GOIÁS**

Carlos Alberto Leréia PSDB  
 Leandro Vilela PMDB  
 Leonardo Vilela PP  
 Luiz Bittencourt PMDB  
 Neyde Aparecida PT  
 Pedro Chaves PMDB  
 Professora Raquel Teixeira PSDB  
 Rubens Otoni PT  
 Sandro Mabel PLPL/PSL  
 Sergio Caiado PP  
**Total Goiás: 10**

**MATO GROSSO DO SUL**

Antônio Carlos Biffi PT  
 Geraldo Resende PPS  
 João Grandão PT  
 Murilo Zauith PFL  
 Vander Loubet PT  
**Total Mato Grosso do Sul: 5**

**PARANÁ**

Abelardo Lupion PFL  
 Affonso Camargo PSDB  
 Airton Roveda PMDB  
 Alex Canziani PTB  
 Chico da Princesa PLPL/PSL  
 Eduardo Sciarra PFL  
 Giacomo PLPL/PSL  
 Gustavo Fruet PMDB  
 Iris Simões PTB  
 José Janene PP  
 Moacir Micheletto PMDB  
 Nelson Meurer PP  
 Osmar Serraglio PMDB  
 Selma Schons PT  
**Total De Paraná: 14**

**SANTA CATARINA**

Adelor Vieira PMDB  
 Carlito Merss PT  
 Edison Andrino PMDB  
 João Pizzolatti PP  
 Leodegar Tiscoski PP  
 Paulo Afonso PMDB  
 Vignatti PT  
**Total Santa Catarina: 7**

**RIO GRANDE DO SUL**

Adão Pretto PT  
 Ary Vanazzi PT  
 Beto Albuquerque PSB  
 Darcísio Perondi PMDB  
 Eliseu Padilha PMDB  
 Francisco Turra PP  
 José Ivo Sartori PMDB  
 Júlio Redecker PSDB  
 Luciana Genro SPart.  
 Luis Carlos Heinze PP  
 Maria do Rosário PT  
 Milton Cardias PTB  
 Nelson Proença PPS  
 Orlando Desconsi PT  
 Pompeo de Mattos PDT  
 Tarcísio Zimmermann PT  
 Yeda Crusius PSDB

**Total Rio Grande do Sul: 17**

**O SR. PRESIDENTE** (Inocência Oliveira) – A lista de presença registra o comparecimento de 269 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocência Oliveira) – Em virtude de acordo de Líderes e estribado na Constituição Federal, no art. 62, § 6º, fica sobrestada a pauta para votação.

A Presidência vai iniciar a discussão dos itens que estão sobrestando a pauta.

Vou ler o art. 62, § 6º, da Constituição Federal, para que não parem dúvidas:

*“Art. 62.....*

*§ 6º Se a medida provisória não for apreciada em até quarenta e cinco dias contados de sua publicação, entrará em regime de urgência, subseqüentemente, em cada uma das Casas do Congresso Nacional, ficando sobrestadas, até que se ultime a votação, todas as demais deliberações legislativas da Casa em que estiver tramitando”....*

Fica claro que deliberação e discussão são coisas diferentes; portanto, pode ser discutida a matéria.

**O SR. MORONI TORGAN** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocência Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, sei que o Líder José Carlos Aleluia participou de acordo

nesse sentido, mas a arma da Oposição são os Regimentos e o dispositivo constitucional, aqui expresso por V.Exa.

Em razão do acordo, somos favoráveis ao início da discussão, mas deixamos bem claro que isso não deve caracterizar precedente, retirando da Oposição direitos constitucionais e regimentais que precisam ser preservados. A única força que a Oposição tem é a regimental e a legal, já que a matéria geralmente estará com a base do Governo.

Nossa única ressalva é que se trata de discussão, não de votação. Ao mesmo tempo, que não se utilize isso como jurisprudência no futuro. Foi um acordo estanque, no presente, referente a uma situação; portanto, não poderá gerar futuramente nenhum tipo de direito.

**O SR. ZICO BRONZEADO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocência Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. ZICO BRONZEADO** (PT – AC. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ontem, dia 15 de março, a UNESCO divulgou o Índice de Desenvolvimento da Juventude – IDJ, expondo de maneira transparente a situação do jovem em todos os Estados brasileiros. Por sinal, o Brasil é o primeiro país em que o IDJ é calculado e publicado.

Gostaria de elogiar essa importante iniciativa da UNESCO. Apoio, sem sombra de dúvida, toda iniciativa que traga ao público a discussão acerca dos problemas enfrentados pela juventude brasileira. Inclusive, na condição de membro da Comissão de Políticas Públicas para a Juventude desta Casa, tive a oportunidade de, na semana passada, participar da primeira audiência pública, realizada no Acre, destinada a avaliar o relatório de propostas de políticas originado na Comissão. Juntamente com nosso companheiro de bancada, Deputado Júnior Betão, pudemos passar importantes momentos discutindo com a juventude acreana suas reivindicações e propostas para superar os mais variados desafios existentes.

O Acre, mais uma vez, sai na frente, demonstrando que sua articulada e politicamente preparada população coloca a questão da existência de políticas coerentes para a juventude como uma de suas maiores prioridades.

Apesar de, como dizem, não existirem coincidências em política, enquanto discutíamos propostas de políticas para a juventude, o IDJ da UNESCO colocava o Acre numa posição no mínimo compromete-

dora em comparação aos demais Estados brasileiros. Depois dele, segundo a UNESCO, somente Alagoas e Pernambuco apresentaram IDJ inferiores.

Salta aos olhos que o Acre nunca poderia estar nessa posição, tanto em relação aos Estados da Região Norte quanto aos da Região Nordeste.

Não quero chamar a atenção para a condição juvenil em outros Estados, mas quem conhece o Acre sabe perfeitamente que a maioria dos jovens convive em condições relativas bastante superiores. A fartura e as condições de vida existentes naquela maravilhosa região de floresta não permitem a exposição do nosso povo a privações extremas de qualquer ordem.

Portanto, Sr. Presidente, cabem aqui algumas explicações acerca da metodologia usada pela UNESCO para cálculo do IDJ. Da mesma forma, alguns esclarecimentos precisam ser dados acerca das providências em franca execução no Estado para melhorar as condições culturais e de emprego de nossa importante juventude.

Em primeiro lugar, a UNESCO utilizou como referência os dados oriundos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, realizada pelo IBGE.

Ocorre que essa pesquisa foi realizada pela última vez em 2000, o que nos sugere duas constatações importantes.

A primeira é que o atual Governo estava somente com 1 ano de mandato, assumido em 1999, após um ciclo de 8 anos de total abandono do Estado – os órgãos públicos, responsáveis pelos mais variados serviços para os cidadãos acreanos, quase desapareceram.

A segunda é que, com 4 anos de defasagem, o IDH da UNESCO não conseguiu captar as importantes e significativas conquistas do atual Governo, em especial nas áreas de educação e saúde.

Por fim, Sr. Presidente, preciso deixar claro, mais uma vez, meu total apoio ao IDJ da UNESCO. Não tenho dúvida de que sua divulgação faz com que os Estados fiquem atentos à questão da juventude.

Minhas ponderações destinam-se a preservar a imagem de nosso querido Acre e a reconhecer o esforço realizado pela atual administração do Governador Jorge Viana.

Meu muito obrigado.

**O SR. MORONI TORGAN** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Moroni Torgan, por 3 minutos.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, sei que estão evoluindo as negociações relativas à questão da greve da Polícia Federal. Espero que terminem bem. Na solicitação feita, há um componente inverídico. Em várias publicações, afirmaram que os agentes querem ganhar o mesmo que os delegados. Isso não é verdade. Posso fazer essa afirmação porque sou delegado da Polícia Federal. Os agentes querem o que lhes é de direito.

Ora, se para entrar no quadro da Polícia Federal como agente é preciso nível superior, não há como entender por que esses agentes são considerados posteriormente de nível médio.

As gratificações fazem uma separação entre o ganho do delegado e o do agente. Portanto, os aO comando de greve tem consciência de que isso não pode ser implantado de hoje para amanhã. É necessário que haja pelo menos uma luz no fim do túnel, uma previsão de quando isso poderá ocorrer, a fim de que o País se prepare para gastar legalmente com a Polícia Federal. O que eles pedem está totalmente dentro da lei.

Volto a dizer: não se trata de pedido de equiparação com a remuneração dos delegados. Eles querem a remuneração de nível superior, o que é totalmente coerente. Se para entrar no cargo é preciso nível superior, devem ser reconhecidos como tal. Se isso é legal e moralmente correto, não vejo problema. Eles não são inflexíveis, mas querem uma decisão que mostre a boa vontade do Governo e a possibilidade de solução de seu problema numa data determinada. Não querem promessa de mais reuniões.

Muito obrigado.

**O SR. HAMILTON CASARA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. HAMILTON CASARA** (PSB – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero reforçar as palavras do Deputado Moroni Torgan sobre a problemática sofrida pela Polícia Federal, principalmente na região de fronteira. Há necessidade de adequação salarial dos agentes e delegados.

Solicitamos que os Ministérios do Planejamento e da Justiça e a Casa Civil façam uma proposta ao Presidente da República para solucionar os problemas que a Polícia Federal enfrenta.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – V.Exa. será atendido, nobre Deputado Hamilton Ca-

sara. Faço minhas as palavras de V.Exa. Sou intransigente defensor de que se chegue ao entendimento com a gloriosa Polícia Federal, uma das instituições com mais credibilidade no Brasil.

**O SR. MORONI TORGAN** – Sr. Presidente, peço a palavra para pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. MORONI TORGAN** (PFL – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, hoje iniciamos a discussão da matéria. Gostaria de saber se haverá prazo para destaques até amanhã.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Com certeza.

**O SR. MORONI TORGAN** – Com certeza?

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Sim, menos em relação ao item 1, que está em processo de votação.

**O SR. POMPEO DE MATTOS** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. POMPEO DE MATTOS** (PDT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, amanhã o COPOM se reunirá mais uma vez, como ocorre mensalmente.

Toda vez surge expectativa muito grande no mercado, no meio político, no meio econômico, entre os trabalhadores. A CUT, a Força Sindical, as entidades, a sociedade civil organizada voltam as atenções para o COPOM. Não é diferente no Congresso Nacional.

A cada reunião, esperamos que venha do COPOM uma decisão que dê perspectiva ao Brasil de voltar a crescer e a investir. Qual a nossa surpresa? Cada vez que o COPOM se reúne o Brasil, credencia-se na política mundial a ser campeão dos juros, que crescem na medida em que a economia do mundo se ajusta e a brasileira fica estagnada. O mundo vive bom momento para o crescimento, menos o Brasil. Estamos perdendo o trem da história.

No ano passado, o grande investimento do Governo foi pagar parte do avião presidencial. Onde está a bancada aguerrida do PT? Que investimento fizeram? Que obra fizeram? Só compraram o avião e pagaram tintim por tintim. Não estou criando um fato, mas repetindo o que está escrito.

Lembro-me de que lideranças, hoje no Governo, diziam que o Brasil tinha de romper com o FMI. Nós, do PDT, dizíamos: “*Temos de renegociar, tran-*

*car o pé*”. O PT dizia: “*Não, temos de ser mais radicais e fazer o rompimento*”.

O Presidente da Argentina, Néstor Kirchner, trancou o pé com o FMI e conseguiu uma negociação. O que fez o Presidente Lula, em quem votei? Nada! Foi lá e disse amém, amém, amém. Tanto que paga mais juros ao FMI do que pagava Fernando Henrique Cardoso.

Ora, antes a Oposição rugia como um leão. Agora, parece um gatinho mimado, no colo do FMI, sendo acariciado. E o brasileiro paga a conta.

Temos de abrir a garganta e botar a língua de fora, para sermos, quem sabe, pedagógicos. O PT e a base aliada precisam alertar o Presidente Lula e sua equipe econômica para o fato de que atingimos o patamar de 11 milhões de desempregados, número nunca antes apresentado pelo Brasil.

Daiane dos Santos, a gauchinha negra, de família humilde de Porto Alegre, ganha, todo final de semana, medalha de ouro em ginástica de solo. Ela é a primeira do mundo nessa modalidade. Curiosamente, o Governo brasileiro também é o primeiro no mundo nas altas taxas de juro. A diferença está no fato de que Daiane dos Santos ganha medalha de ouro e o Brasil, desempregados. Quanto melhor ela se apresenta, mais medalhas ganha; quanto maiores as taxas de juros, mais desemprego para o nosso povo.

Está na hora de acordar. Está na hora de o inseto carpinteiro bater na moleira dessa gente. Está na hora de despertar a consciência de quem parece tê-la perdido. Está na hora de o Brasil encontrar a própria história.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, cada um tem de fazer sua parte. Nós, do PDT, estamos fazendo a nossa, ao tentar acordar aqueles que dormem em berço esplêndido.

Muito obrigado.

**O SR. WALTER PINHEIRO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. WALTER PINHEIRO** (PT – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no momento em que discutimos o desemprego e a reforma trabalhista e clamamos por mudança na política econômica, venho, mais uma vez, chamar a atenção desta Casa para duas categorias profissionais que se destacam pela qualidade do trabalho que exercem: os agentes comunitários de saúde e os agentes de combate às endemias.

Esta Casa já reconheceu a profissão desses mais de 220 mil trabalhadores. Agora, precisamos dar mais um passo no sentido de regulamentar o exercício profissional: carteira assinada, jornada de trabalho, salário, direitos trabalhistas e previdenciários.

Em reunião sobre o assunto, o nosso companheiro Deputado Henrique Fontana disse que o Governo marcaria um golaço caso resolvesse o problema desses trabalhadores. Já conversamos com o Ministro Humberto Costa. S.Exa. entende que é necessário essa regulamentação. O Ministério da Saúde decidiu que chegou a hora de debater a questão.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, precisamos tirar os agentes de combate a endemias e os agentes comunitários de saúde da relação informal de trabalho que lhes é imposta por alguns Prefeitos. É preciso reconhecer a insalubridade dessa profissão e o muito que têm feito esses trabalhadores no combate às endemias e no atendimento às famílias.

Portanto, chegou a hora de debatermos essa questão, pois a partir de junho, em virtude da Lei Eleitoral, teremos dificuldades para apreciá-la. Cabe, pois, a esta Casa apreciar proposta de emenda à Constituição de minha autoria sobre o assunto; e ao Governo, enviar ao Congresso Nacional projeto de lei que regulamente a profissão.

Em abril, Brasília sediará um encontro nacional dos agentes de saúde. Espero que até lá tenhamos aprovado a tão esperada regulamentação da categoria, que, como disse, conta com mais de 220 mil trabalhadoras e trabalhadores. Os profissionais da área de saúde, particularmente os agentes comunitários de combate a endemias, merecem ter direitos trabalhistas e ser tratados à altura do trabalho digno e dedicado que desempenham.

Para honrar os direitos a que esses trabalhadores fazem jus, nosso reconhecimento deve ir além das palavras e consolidar-se na regulamentação da sua profissão.

Obrigado.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocência Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na pauta da Ordem do Dia de hoje constam as Medidas Provisórias nºs 161 e 162, entre outras.

V.Exa. anunciou um acordo de Lideranças que atropela o Regimento Interno da Casa, e eu não vou insurgir-me contra essa decisão. Mas na verdade a

Medida Provisória nº 161 já está em processo de votação, já teve a sua discussão encerrada. A sessão da última quinta-feira caiu por falta de *quorum* na votação dessa medida provisória.

Sendo assim, temos de iniciar a Ordem do Dia pela votação da Medida Provisória nº 161, independentemente de acordo. Não estou discutindo a questão do acordo de Lideranças, mas afirmando que a MP nº 161 já está em processo de votação. Portanto, estamos ignorando uma medida provisória que sobresta a pauta.

Sr. Presidente, apresento esta questão de ordem com base no art. 181 do Regimento Interno. A Ordem do Dia tem de iniciar-se pela votação da Medida Provisória nº 161, interrompida na sessão deliberativa anterior. A Mesa não pode ignorar essa questão.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocência Oliveira) – Deputado Arnaldo Faria de Sá, V.Exa. tem razão, pois acordo de Lideranças não se sobrepõe ao Regimento Interno. No entanto, gostaria que o nobre Deputado atentasse para um dispositivo constitucional que está acima de qualquer lei.

Diz o art. 62 da Constituição, no seu § 6º:

“Art. 62. ....

§ 6º Se a medida provisória não for apreciada em até quarenta e cinco dias contados de sua publicação, entrará em regime de urgência, subseqüentemente, em cada uma das Casas do Congresso Nacional, ficando sobrestadas, até que se ultime a votação, todas as demais deliberações legislativas da Casa em que estiver tramitando”.

Deputado Arnaldo Faria de Sá, deliberação significa votação. Discussão é uma coisa, deliberação é outra.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** – Sr. Presidente, o argumento de V.Exa. reforça o meu.

Não discuto o fato de as Lideranças terem acordado adiar a apreciação da Medida Provisória nº 161. Alerto V.Exa. para o fato de que, seguindo o Regimento Interno, a apreciação da Medida Provisória nº 161 foi interrompida por falta de *quorum*. Portanto, a Ordem do Dia de hoje deve começar com essa votação não concluída.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocência Oliveira) – Deputado Arnaldo Faria de Sá, não darei continuidade a esta discussão. Isso foi acordado pelas Lideranças, com a ressalva de que não gerará jurisprudência.

Portanto, peço compreensão a V.Exa., porque o Líder do seu partido também decidiu dessa forma.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** – Sr. Presidente, a Liderança do meu partido comunicou-me que concordaria com o seguinte: se algumas medidas provisórias estivessem trancando a pauta em datas divergentes, independentemente da antigüidade da edição, poder-se-ia iniciar a discussão. Sou a favor dessa decisão, mas o acordo a que me refiro não pode sobrepor-se ao Regimento Interno, que prevê outra situação no art. 180.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Nobre Deputado Arnaldo Faria de Sá, sei que V.Exa. é regimentalista. A Presidência decidiu a questão, é matéria vencida.

Portanto, vou encerrar esta discussão, porque a Presidência decidiu o assunto anteriormente. V.Exa. não pode recorrer da decisão do Presidente, porque a matéria está vencida.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu posso recorrer.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Não, não pode, porque a matéria está vencida.

V.Exa. é regimentalista e eu também o sou. Quem fez o Regimento fui eu, em 1989. Posso até não saber tanto quanto V.Exa.

O Deputado Moroni Torgan também levantou questão de ordem sobre esta mesma matéria e o Presidente decidiu sobre ela. Esperou por recurso, mas não houve nenhum. E agora não pode haver recursos, nobre Deputado.

Por condescendência, dei a palavra a V.Exa. para manifestar a sua questão de ordem. O nobre colega é um regimentalista convicto, conhece perfeitamente o Regimento e sabe que eu havia decidido a questão de ordem sobre essa matéria. Um acordo nesta Casa, muitas vezes, tem prevalência sobre o Regimento.

Neste caso, a Presidência foi além: disse que não geraria jurisprudência sobre qualquer decisão futura. Se amanhã V.Exa. chegar neste plenário e disser que não pode discutir matéria, pois há MP trancando a pauta, se estiver na fase da discussão, eu lhe darei perfeitamente...

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** – Concordo com o argumento de V.Exa. e não vou discutir o assunto, pois já está decidido.

O questão regimental que levanto é que está em votação outra medida provisória e ela foi interrompida para iniciar a discussão da subsequente.

A matéria, neste caso, não está vencida. Ela estaria vencida se eu estivesse discutindo o fato de ter pulado a medida provisória. É matéria vencida, V.Exa. tem razão. Não estou discutindo essa questão, mas sim que a votação iniciada não se encerrou e V.Exa. está pulando a discussão. Portanto, não se trata de matéria vencida. Por isso, recorro da decisão de V.Exa., respeitosamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Por questão de respeito a V.Exa., a Presidência informa que não irá aceitar o seu recurso, porque a matéria é vencida. V.Exa. não estava presente no momento em que o Deputado Moroni Torgan formulou sua questão de ordem, exatamente igual à de V.Exa.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** – Sr. Presidente, acompanhei a questão de ordem do Deputado Moroni Torgan, no sentido de não formar jurisprudência o fato de pular medida provisória...

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – É a mesma coisa.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** – Não é a mesma coisa. A minha é pelo fato de estar em votação a medida anterior e V.Exa. passar para medida subsequente. Portanto, não considero matéria vencida.

Por isso, recorro da decisão de V.Exa., respeitosamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – A Presidência não vai acatar a questão de ordem de V.Exa.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** – Protesto contra a posição de V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Item 2.

#### **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 162, DE 2004** (Do Poder Executivo)

*Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 162, de 2004, que abre crédito extraordinário, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R\$3.400.000.000,00, para os fins que especifica. Pendente de parecer da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.*

**PRAZO NA COMISSÃO MISTA:**  
5/2/04

**PRAZO NA CÂMARA: 20/2/04**  
**SOBRESTA A PAUTA EM: 9/3/04 (46º DIA)**

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra, para oferecer parecer à medida provisória e às emendas a ela apresentadas, pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, ao Sr. Pedro Novais.

**O SR. PEDRO NOVAIS** (PMDB – MA. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Medida Provisória nº 162, de 2004, que abre crédito extraordinário, em favor de transferências aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no valor de 3 bilhões e 400 milhões de reais, para os fins que especifica. Pendente de parecer da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

A Emenda nº 1 solicita cancelamento da parcela do crédito para o FUNDEF, revertendo-se os recursos ao Fundo de Compensação de Exportações. Cabe ressaltar que tal destinação é uma obrigação legal decorrente da alocação para compensação de entes exportadores, uma vez que, por força do disposto no § 2º do art. 1º da Lei nº 9.424, de 1996, essas transferências também compõem a base de cálculo do FUNDEF.

Quanto à Emenda nº 2, que solicita o direcionamento de parte dos recursos para o Fundo Constitucional do Distrito Federal, nota-se que sua aprovação comprometeria a integridade do crédito adicional, prejudicando a totalidade das transferências até o final do exercício.

Diante do exposto, somos favoráveis à aprovação da Medida Provisória nº 162, de 2004, nos termos propostos pelo Poder Executivo, e pela rejeição das Emendas nºs 1 e 2, apresentadas ao referido crédito extraordinário.

É o parecer.

*PARECER ESCRITO ENCAMINHADO  
À MESA*

**PARECER Nº , DE 2004 – CN**

**Medida Provisória nº 162, de 22 de janeiro de 2004, que “Abre crédito extraordinário, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R\$ 3.400.000.000,00 para os fins que especifica”.**

Autor: **Poder Executivo**

Relator: Deputado **Pedro Novais**

**I – Relatório**

Com base no art. 62, combinado com o § 3º, art. 167, da Constituição Federal, o Presidente da República encaminhou ao Congresso Nacional, por inter-

médio da Mensagem nº 34, de 22 de janeiro de 2004, a Medida Provisória nº 162, de 22 de janeiro de 2004, que “Abre crédito extraordinário, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R\$ 3.400.000.000,00 para os fins que especifica”.

O Anexo I da Medida Provisória traz o seguinte detalhamento das ações a serem suplementadas:

a) R\$510.000.000,00 (quinhentos e dez milhões de reais) destinados ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – Fundef(CF, art. 212);

b) R\$ 2.890.000.000,00 (dois bilhões e oitocentos e noventa milhões de reais) destinados a Transferência a Estados, Distrito Federal e Municípios para compensação da isenção do ICMS aos Estados Exportadores (Lei Complementar nº 87, de 1996, e Lei Complementar nº 115, de 2003).

Conforme a Exposição de Motivos nº 006/2004-MP, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, que acompanha a referida Mensagem Presidencial, o crédito tem por objetivo viabilizar a manutenção das transferências de recursos a Estados, Distrito Federal e Municípios, de que trata a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996 (alterada pela Lei Complementar nº 115, de 26 de dezembro de 2002), sendo que parte desses recursos são vinculados ao Fundef, por força do §2º do art. 1º da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996.

A abertura do crédito extraordinário será financiada com os recursos decorrentes do cancelamento parcial de dotações alocadas ao Fundo de Compensação de Exportações. A EM nº 006/2004-MI esclarece que esse Fundo foi introduzido na Lei Orçamentária para 2004 (Lei nº 10.837, de 16-1-2004) com o objetivo de garantir a entrega de recursos de que trata o art. 91 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT (redação dada pelo art. 3º da Emenda Constitucional nº 42, de 19 de dezembro de 2003). Porém, o próprio art. 91 do ADCT condiciona os repasses a edição de lei complementar que discipline o montante, os critérios, os prazos e as condições das transferências.

Foram apresentadas duas emendas ao crédito extraordinário sob análise, não havendo sobre elas parecer exarado pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. A Emenda nº 00001, de autoria do nobre Deputado Eduardo Sciar-



ra, solicita a exclusão da suplementação para o Fundef e a Emenda nº 00002, de autoria do nobre Deputado Tadeu Filippelli, solicita o direcionamento de parte dos recursos do crédito para o Fundo Constitucional do DF.

É o relatório.

## II – Voto do Relator

Consoante o art. 5º da Resolução nº 1, de 2002-CN, que dispõe sobre a apreciação, pelo Congresso Nacional, das Medidas Provisórias a que se refere o art. 62 da Constituição Federal, o Parecer quanto à análise de créditos extraordinários abertos por medida provisória deve ser único, contendo manifestação sobre a matéria no que tange aos aspectos constitucional, inclusive sobre os pressupostos de relevância e urgência, de mérito, de adequação financeira e orçamentária e sobre o cumprimento da exigência prevista no § 1º, art. 2º, daquele diploma legal

Do exame do crédito extraordinário, verificamos que a iniciativa atende aos pressupostos constitucionais de admissibilidade referentes a relevância e urgência, tendo em vista a natureza da matéria.

Quanto à análise da adequação orçamentária e financeira, percebe-se que o crédito extraordinário não contraria os dispositivos constitucionais ou os preceitos legais pertinentes, em particular no que diz respeito à sua compatibilidade e à sua conformidade com as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2004 (Lei nº 10.707, de 30-7-2003).

A Exposição de Motivos nº 006/2004-MP supre a exigência prevista no § 1º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, que trata do envio de documento expondo a motivação da edição da Medida Provisória.

A EM esclarece que a Emenda Constitucional nº 42, de 2003, em seu art. 3º, acrescentou o art. 91 no ADCT, estabelecendo que a União entregará recursos aos Estados, DF e Municípios, conforme critérios, prazos e condições a serem definidos em lei complementar. Por sua vez, o §3º do próprio art. 91 dispõe que, enquanto não for editada essa lei complementar, permanecerá vigente o sistema de entrega de recursos previsto no art. 31 e Anexo da Lei Complementar nº 87/96, com a redação dada pela Lei Complementar nº 115/2002.

Portanto, no mérito, nota-se que o crédito extraordinário objetiva apenas viabilizar a manutenção de transferências aos Estados, DF e Municípios para compensação da perda na arrecadação do ICMS sobre produtos exportados, uma vez que as dotações para essa finalidade, na Lei Orçamentária para 2004,

estão alocadas no Fundo de Compensação de Exportações cuja efetiva execução ainda carece de autorização legislativa específica.

Com relação à Emenda nº 00001, que solicita o cancelamento da parcela do crédito para o Fundef, revertendo-se os recursos ao Fundo de Compensação de Exportações, cabe ressaltar que tal destinação é uma obrigação legal decorrente da alocação para compensação dos entes exportadores, uma vez que, por força do disposto no §2º do art. 1º da lei nº 9.424/1996, essas transferências também compõem a base de cálculo do Fundef.

Quanto à Emenda nº 00002, que solicita o direcionamento de parte dos recursos para o Fundo Constitucional do DF, nota-se que sua aprovação comprometeria a integridade do crédito adicional, prejudicando a totalidade das transferências até o final do exercício.

Diante do exposto, somos favoráveis à aprovação da Medida Provisória nº 162, de 2004, nos termos propostos pelo Poder Executivo, rejeitando-se as Emendas 00001 e 00002 apresentadas ao referido crédito extraordinário.

Sala das Sessões, de de 2004 – Deputado **Pedro Novais** Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Há oradores inscritos para discutir a medida provisória.

Em face do acordo, 3 Srs. Deputados encaminharão a favor e 3 contra a matéria.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Carlos Hauly, para falar contra a MP nº 162.

**O SR. LUIZ CARLOS HAULY** (PSDB – PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a discussão é mais ampla. O Governo tem utilizado sistematicamente o instrumento de medida provisória para tudo, como se fosse um elixir, um remédio para todos os problemas do País. É medida provisória para estruturação de cargos, para criação de impostos e, agora, para criação de crédito. Pode-se dizer que o atual Governo é campeão em edição de medida provisória. Faça o que digo, mas não faça o que faço. Por muitos anos, S.Exa. o Presidente da República condenou as medidas provisórias e o excesso delas.

Sempre entendi que a medida provisória é um instrumento de governabilidade, porque muitas matérias poderiam ser objeto de decreto do Presidente da República, sem ter que se submeter ao Congresso Nacional.

Neste caso, estamos vendo que o Governo abre crédito extraordinário em favor de transferências aos

Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios no valor de 3 bilhões e 400 milhões de reais.

Ora, é claro, a execução orçamentária sofre todo o processo de discussão, que começa com a LDO, o Plano Plurianual e depois a lei orçamentária, que o Congresso Nacional – Câmara dos Deputados e Senado Federal – discutiu detalhadamente. Há ainda a fiscalização e os rigores da legislação, da Lei de Responsabilidade Fiscal, da prestação de contas.

Hoje, há a presença permanente no Parlamento do Ministro da Fazenda, do Secretário do Tesouro Nacional e do Secretário da Receita Federal, que prestam contas, como estipulado na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Há outro instrumento de transparência. Lei, de minha autoria, aprovada há 5 anos, que obriga todos os Estados, Municípios e a União a publicarem mensalmente suas contas na Internet, por meio da *home page* [contas.publicas.gov.br](http://contas.publicas.gov.br), administrada pelo Tribunal de Contas da União, que, por sua vez, é ligado à Câmara dos Deputados. Então, esta Casa tem um excelente meio de fiscalização, que não é utilizado nem pelo Governo Federal. O Governo Federal não cumpre uma lei federal. Vou começar a entrar com ação judicial contra governantes, Presidente da República, Governadores e Prefeitos que não cumprem essa lei.

Sr. Presidente, na verdade, esta foi uma crítica ao excesso de edição de medidas provisórias por parte do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Para falar a favor da matéria, concedo a palavra ao Deputado Tarcisio Zimmermann. (*Pausa.*) Ausente.

Concedo a palavra ao Deputado Walter Pinheiro.

**O SR. WALTER PINHEIRO** (PT – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, por mais que queiramos discutir a responsabilização do Governo sobre essa medida, lembro aos nobres pares que fazem crítica que o Governo cumpre dispositivo legal para fazer adequação à lei orçamentária anual. A medida provisória representa essa adequação.

A partir da Emenda nº 42, promulgada, criou-se a necessidade efetiva desse instrumento para responder principalmente às compensações de fundos de exportações. É um elemento crucial e necessário depois do que discutimos acerca da reforma tributária.

Não há nenhum absurdo ou desrespeito, como querem alguns. É bom lembrar que a transferência fica restrita ao valor alocado pelo Congresso, de 3,4

bilhões. O que deixa de ser transferido para Estados e Municípios é algo em torno de 75 milhões. Esse instrumento na prática faz a adequação, a regulamentação, de acordo com a Emenda nº 42.

Dessa forma, não há outro caminho a não ser encaminharmos favoravelmente à Medida Provisória nº 162, até pelo seu aspecto de admissibilidade, constitucionalidade e correção ao ajuste entre o que precisamos fazer para responder a exigências da lei orçamentária, aportando os recursos ora apresentados.

Nesse sentido, somos favoráveis à aprovação da MP nº 162.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Para discutir contra a matéria, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ricardo Barros.

**O SR. RICARDO BARROS** (PP – PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a medida provisória faz justiça aos Estados. Aqueles que desoneraram as exportações precisam receber a contrapartida. O Governo, contudo, não tem cumprido adequadamente o instituto da Lei Kandir.

Protesto contra o excesso de medidas provisórias que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva vem editando. Durante semanas seguidas votamos medidas provisórias. Fizemos um acordo com os Líderes e o Presidente João Paulo para instalar as Comissões. Elas estão ávidas para convocar os Ministros José Dirceu e Palocci para darem explicações ao Congresso Nacional. Não conseguimos instalar as Comissões, porque não se vota nada que não seja medida provisória. Quando votamos uma, imediatamente vem outra e tranca a pauta. Em média são 4 medidas provisórias por mês. Como há 4 semanas, é mais de 1 medida provisória por semana que tranca a pauta.

Apesar do mérito da matéria, devemos protestar contra a questão. Queremos instalar as Comissões Permanentes e ampliar o debate. São muitas matérias que necessitam da manifestação do Congresso Nacional. E estamos sendo subjugados a essas medidas provisórias. O Governo lamentavelmente não dá aos Relatores, Parlamentares eleitos, a mínima margem de negociação e cerceia-lhes todo tipo de intenção. Alguns deles disseram desta tribuna que o texto ainda não havia chegado.

Ora, como pode um Relator, Deputado Federal eleito, vir à tribuna da Câmara dos Deputados dizer que o texto do adendo que faria ao seu relatório ainda não havia chegado, que nem sabe o que é a matéria, que fica aguardando, subordinado a assessores e tecnocratas que ficam ditando regras ao Congresso Nacional!

Sr. Presidente, teremos muita dificuldade na discussão da Medida Provisória nº 164, porque ela está colocando em risco diversos setores da economia nacional ao tributá-los com 9,5%, e o exportador lá fora não é tributado, o que acabará inviabilizando a competitividade de diversos setores.

Vamos ter muito o que discutir: as MPs da CIDE e a dos cargos em comissão que o PT está criando – nós emendamos essa MP, para que não seja permitido o desconto em folha de contribuição partidária por eventuais ocupantes desses 3 mil novos cargos. O PT deve parar de fazer corretagem com o dinheiro do serviço público.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Para discutir a favor da matéria, concedo a palavra ao nobre Deputado Henrique Fontana. *(Pausa.)* Ausente.

Com a palavra o nobre Deputado Walter Feldman. *(Pausa.)* Ausente.

Com a palavra o nobre Deputado Luiz Sérgio. *(Pausa.)* Ausente.

Com a palavra o nobre Deputado Babá.

**O SR. BABÁ** (Sem Partido – PA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há necessidade de readequar a situação de Estados e Municípios, uma vez que a discussão dos últimos tempos demandou grande concentração do Governo Federal. Há de se abrir necessariamente para que Estados e Municípios tenham uma parcela dos impostos recolhidos no País, a fim de sobreviverem.

Na verdade, há falência da economia devido à política econômica claramente recessiva, que leva o País ao crescimento negativo. Isso é extremamente preocupante, porque apenas neste último ano gerou 1 milhão de novos desempregados, o que vai contra toda a discussão travada nos últimos tempos, inclusive contra as promessas eleitorais de criar 10 milhões de empregos em 4 anos.

Sem sombra de dúvida, esse desemprego se acentua quando Estados e Municípios não têm condições de fazer seus investimentos.

Os cortes implementados pelo Ministro Antonio Palocci e pelo Presidente do Banco Central foram feitos com o aval do Presidente Lula e inviabilizam a economia brasileira.

O que isso significa? Que se gera uma crise no meio agrário, onde não há investimento para se fazer a verdadeira reforma agrária nos assentamentos, e também não se investe no pequeno e médio produtor para poder daí gerar emprego. Há necessidade clara do enfrentamento e do rompimento com esta política. No caso dos Municípios e Estados tem de haver, sem

sombra de dúvida, uma parcela maior do bolo federal destinado a essas instâncias. Notamos que no controle das verbas no Governo Federal, a meta de superávits primários que se está implementando neste País não tem condições de continuidade.

A discussão que travávamos desde o início do ano, com a política econômica implementada pelo Ministro Palocci, vai levar o País ao coma, vai degradar a economia. Os resultados já estão aparecendo a olhos vistos.

O Presidente Lula, com 52 milhões de votos obtidos nas urnas, em vez de submeter-se à lógica neoliberal de pagar religiosamente tudo o que os banqueiros exigem, teria todas as condições de enfrentamento, mas infelizmente o que estamos vendo é a subserviência total a essa política. Por isso mesmo, o Brasil teve crescimento negativo este ano.

Aos Estados e Municípios devem ser dadas condições para resolverem seus problemas, porque estão quebrados e não se pode mais concentrar esse dinheiro no Governo Federal.

Sr. Presidente, deve haver uma redistribuição mais justa para este País. Por isso, entendemos que essa medida provisória, se não resolver o problema, pelo menos minoraria a situação de Estados e Municípios.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Arnaldo Faria de Sá, que falará contra a matéria.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, estamos discutindo, de forma anti-regimental, medida provisória que abre crédito suplementar de 3,4 bilhões de reais.

A discussão é totalmente inócua, porque a medida provisória, como foi baixada em dezembro, permitiu efetivamente ao Governo utilizar recursos. E ainda há a Medida Provisória nº 161, da CIDE, ainda não votada, que dá outros 3 bilhões de reais às Prefeituras. O Ministro da Previdência e Assistência Social afirma que não pode pagar os aposentados e pensionistas porque não há recursos, mas constatamos que há dinheiro para o interesse político. Há 3 bilhões de reais da CIDE para as Prefeituras, repito, porque isso interessa politicamente. Mas os Ministérios do Planejamento e da Fazenda dizem que não têm dinheiro para pagar aposentados e pensionistas.

Através do SIAFI, verifiquei que o Orçamento da Seguridade Social em 2003 apresentou um superávit de 31,11 bilhões de reais. É exatamente esse o número. Repito: o superávit da Seguridade Social, em 2003, fonte SIAFI, é de 31,11 bilhões. Chega-se a

esse número partindo do total da receita da Seguridade Social em 2003 – 180,44 bilhões. A despesa total foi de 149,33 bilhões. Portanto, há superávit na Seguridade Social. O Ministério do Planejamento afirma não ter dinheiro.

O Ministro Amir Lando tem feito um grande esforço para resolver essa questão. Do total da despesa da Previdência Social, da Seguridade Social, ainda há 20,91 bilhões de pagamento de benefícios ao FUNRURAL e mais 6,22 bilhões de benefícios de renda mensal vitalícia e da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS. Portanto, os benefícios assistenciais e rurais atingiram no ano passado 27,13 bilhões.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, se o Governo quiser, basta editar medida provisória abrindo suplementação de recursos para que a Previdência Social possa pagar aposentados e pensionistas, e acaba definitivamente com essa história de que não há recursos. Recursos existem. Falta apenas que os Ministérios do Planejamento e da Fazenda autorizem a Previdência a fazer imediatamente esse acordo com aposentados e pensionistas, porque o saldo da Seguridade Social em 2003 foi de 31 bilhões, número redondo. Além disso, a Seguridade ainda pagou 20,91 bilhões de benefícios rurais e mais 6,22 bilhões de benefícios assistenciais – repito.

Aqueles que pagaram à Previdência, que contribuíram para o chamado cálculo atuarial não podem receber seus benefícios de maneira correta, conforme decisão judicial. A Previdência está amarrada, porque os Ministérios do Planejamento e da Fazenda dizem que não há recursos.

A mentira está desmistificada. Há recursos. Se quiserem podem pagar, sim, os benefícios de aposentados e pensionistas.

Portanto, contra a medida provisória.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto, para falar a favor da matéria.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO** (PFL – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, evidente que temos de nos posicionar favoravelmente à Medida Provisória nº 162. Afinal de contas, estamos falando de abertura de crédito no valor de 3 bilhões e 400 milhões de reais para Estados, Distrito Federal e Municípios.

Qualquer medida que tramite nesta Casa, que tenha como objetivo precípuo permitir a Estados e Municípios da nossa Federação ampliar sua capacidade de investimentos, contará com nosso apoio. Mas, Sr. Presidente, estamos discutindo essa medida provisória no

bojo de um acordo político firmado entre as lideranças desta Casa a fim de driblar o trancamento da pauta das votações da Câmara dos Deputados.

É evidente que precisamos fazer uma crítica à quantidade exagerada de medidas provisórias que vêm sendo editadas por este Governo. Na verdade, há supressão do Poder Legislativo, e o Poder Executivo acaba se sobrepondo e legislando. Estamos com a pauta trancada pelo excesso de medidas provisórias.

Vejo a angústia do Presidente João Paulo Cunha em querer votar o projeto de parceria público-privada. Com razão. O projeto é importante para o País. No entanto, não pôde ser votado justamente porque as medidas provisórias estão trancando a pauta.

Sr. Presidente, há outro motivo que leva a uma dificuldade na votação das medidas provisórias, que é o fato de termos na Medida Provisória nº 161, que está regulamentando a partilha dos recursos da CIDE, quase um consenso entre os Parlamentares e Líderes no sentido de que ela não pode prosperar conforme foi enviada à Casa pelo Poder Executivo.

É evidente que o Governo tem ampla maioria para aprovar as medidas que são de seu interesse. Contudo, na MP nº 161, há uma resistência legítima dos Governadores, que se utilizam de seus Parlamentares para reivindicar interesses mais do que justos.

Vale lembrar que discutimos e aprovamos a reforma tributária, com o voto contrário do nosso partido, justamente porque passou à margem, completamente distante da discussão do pacto federativo, tão importante para nosso País.

Todos nós somos concordes em afirmar que a PEC da reforma tributária não foi capaz de equalizar a contribuição de receitas entre Estados e Municípios, receitas essas cada vez mais concentradas nas mãos da União.

Portanto, devemos agora corrigir a principal injustiça ainda contida na Medida Provisória nº 161, que regulamenta a CIDE e justamente nela obriga os Estados a repassarem 13% daquilo que representa as suas dívidas. Como se não bastasse a exclusão de 20% da DRU, há também a pretensão do Governo de reter os 13% relativos à dívida. Não podemos aceitar isso.

Peço aos bravos Deputados que resistam, porque é importante, acima de qualquer interesse, olharmos para a situação caótica em que se encontram as rodovias de nossos Estados.

Portanto, estamos falando do investimento mais importante de que hoje necessitam os Estados da Federação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocência Oliveira) – De acordo com os entendimentos das Lideranças, tendo falado três Parlamentares a favor e três contra, vou declarar encerrada a discussão.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocência Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, normalmente, para haver o encerramento da discussão, tem de ser apresentado um requerimento. V.Exa. está considerando o acordo de Liderança valendo para tudo. Não podemos deixar que esse acordo supere o Regimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocência Oliveira) – Deputado Arnaldo Faria de Sá, na semana passada, votamos as 15 medidas provisórias por um acordo dessa natureza, em que falaram três a favor e três contra.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** – Sr. Presidente, concordo e participei daquele acordo, mas não podemos aplicar essa decisão hoje, até porque, na semana passada, estávamos encerrando a discussão para dar seqüência às votações.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocência Oliveira) – Não há ninguém mais inscrito, coincidentemente.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** – Não havendo mais inscritos, eu me calo.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocência Oliveira) – O Deputado ACM Neto era o último inscrito.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** – Não havendo mais inscritos, eu me calo. Mas não se pode aplicar a mesma decisão da semana passada, senão estaremos abrindo precedente. Na verdade, aquela decisão da semana passada valia porque tínhamos sucessivas votações e hoje não teremos uma votação sequer.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocência Oliveira) – O último inscrito era o Deputado Antonio Cambraia, que pediu para retirar sua assinatura. S.Exa. está presente.

A Presidência pede aos partidos que encaminhem requerimento de encerramento da discussão para prevalecer o acordo: 3 favoráveis e 3 contrários.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** – Sr. Presidente, não podemos votar esta medida provisória, porque está encerrada a discussão, mas não o encaminhamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocência Oliveira) – A Presidência informa que logo mais concederá a palavra para dar como lido o pronunciamento aos nobres Deputados Luciana Genro, Zelinda Novaes, Milton Cardias, Lincoln Portela, Takayama, Walter Pinheiro, Selma Schons, Francisco Appio, Waldemir Moka. Estão inscritos e terão 3 minutos para falar os nobres Deputados Babá, Luiz Sérgio, Wasny de Roure, Neucimar Fraga, Paulo Rubem Santiago, Heleno Silva, Romel Anizio, Mauro Passos e Tarcisio Zimmermann.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocência Oliveira) – Item 3.

### **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 163, DE 2004** (Do Poder Executivo)

**Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 163, de 2004, que altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Pendente de parecer da Comissão Mista.**

Prazo na Comissão Mista: 5-2-04

Prazo na Câmara: 20-2-04

Sobresta A Pauta Em: 9/3-04 (46º Dia)

**O SR. PRESIDENTE** (Inocência Oliveira) – Concedo a palavra, para oferecer parecer à medida provisória e às emendas a ela apresentadas, pela Comissão Mista, ao Sr. Deputado Zarattini.

**O SR. ZARATTINI** (PT – SP. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esta medida provisória é de fundamental importância para o estabelecimento de um novo estado no País.

Os esforços para que tenhamos uma administração profissional em nosso País vêm desde 1963. O Almirante e Deputado Ernani do Amaral Peixoto, do antigo PSD, que comandava uma comissão, elaborou relatório baseado na administração, em que o mérito era a principal qualificação para o servidor público e para construir um funcionalismo público eficaz, que pudesse levar à frente as tarefas do Estado. Essa era uma das reformas de base do Presidente João Goulart, que não se realizou durante o seu Governo. Mas, se examinarmos o Decreto-Lei nº 200, adotado já no período militar, verificaremos que estão ali todos os

princípios, um a um, enumerados no relatório do então Almirante e Deputado Ernani do Amaral Peixoto.

O Decreto-Lei nº 200 representou significativo avanço na organização do funcionalismo público em nosso País. Quero ainda lembrar que a luta pela organização de um Estado forte, que desse conta da necessidade de se construir um grande País, iniciou-se em 1936. Naquele ano, ainda no Período Vargas, antes mesmo do Estado Novo, estabeleceram-se as bases para a construção desse funcionalismo e desse Estado.

Na ocasião, Sras. e Srs. Deputados, fez-se, com base na experiência norte-americana, um relatório que deu início àquilo que Getúlio Vargas posteriormente implementou durante o Estado Novo: a reforma do Estado. Depois veio a Comissão, no período João Goulart, e em seguida o Decreto-Lei nº 200.

Passaram-se os anos, passou-se todo o período militar e houve uma recaída durante o Governo Collor, quando se começou a atacar o funcionalismo como se ele fosse o responsável pelas dificuldades do Estado.

Nesse tempo, a Emenda Constitucional nº 19, que estabeleceu a reforma administrativa, veio acompanhada da concepção neoliberal fortemente presente no Governo Collor, que considerava todos os funcionários públicos marajás. Houve uma verdadeira satanização do serviço público no País.

Aquela época, se os senhores se recordam, também vigia a concepção do Estado mínimo. Dizia-se que o Estado estava inchado demais, que não levava em conta as necessidades. E, nos 8 anos do Governo Fernando Henrique Cardoso, assistiu-se a um verdadeiro desmonte do Estado. Durante esse período, perdemos 124 mil servidores públicos da União, o que corresponde a 18% do total. Ou seja, durante os 8 anos do Governo Fernando Henrique Cardoso, reduziu-se o número de servidores públicos. Em compensação, elevou-se consideravelmente o número de terceirizados no serviço público – 160 mil. Somente na área de consultoria houve um aumento de 600%. Iniciou-se, nessa época, um verdadeiro abalo nas universidades federais e nas carreiras típicas de Estado.

Vou citar alguns dados estatísticos para que constatem V.Exas. que em nosso País não existe nenhum Estado inchado. Se compararmos o número de servidores públicos da União em relação à População Economicamente Ativa do Brasil, o resultado é de 1%. Nos Estados Unidos, esse número corresponde a 2%. Refiro-me à administração federal em relação à População Economicamente Ativa daquele país. Na

Itália, esse número é de 6,9%; na Espanha, 4,7%; na França, 8,6%.

Quero que V.Exas. prestem atenção aos números, importantíssimos para que tenhamos em conta o que o Governo Lula ora está propondo com a Medida Provisória nº 163.

Na Nova Zelândia, país que pode ser considerado similar ao nosso – não se trata de um país igual, idêntico ao nosso. Somos países com histórias e formação cultural diferentes. Não somos altamente desenvolvidos nem subdesenvolvidos – em termos de desenvolvimento, e na Costa Rica, a percentagem de servidores públicos da administração federal é de quase 10%.

A medida provisória que ora discutimos, cujo relatório que elaborei a seu respeito lerei a seguir, propõe a criação de 1.321 cargos comissionados. Ao contrário do que divulgou a imprensa e do que comentaram alguns Deputados, esse cargos comissionados não são destinados à maioria das pessoas não vinculadas ao serviço público, mas destinados predominantemente a servidores públicos.

Foram também criadas, pela medida provisória, 1.472 funções gratificadas. Gostaria de esclarecer que essas funções são exclusivamente para servidores públicos. É importante salientar esse fato, porque foi divulgado que o Governo do Presidente Lula estava criando mais de 3 mil cargos comissionados para os militantes petistas. Não é isso o que ocorre, caros Deputados e Deputadas.

O fundamental desta medida provisória é a criação de mais de 40.800 postos de trabalho preenchidos por concurso público. Esses servidores irão para a área da seguridade social, segurança pública, agências reguladoras e para outras atividades do Estado.

É importante deixar isso claro porque em 2003, no primeiro ano do Governo Lula, foram preenchidos 25 mil cargos por concurso público. Havia setores, como, por exemplo, o da seguridade social e do Ministério da Previdência, que havia 17 anos não realizavam concurso público. Nesta medida provisória, tivemos a precaução de preencher paulatinamente, com a realização de concursos, cargos que serão desocupados, porque 27% dos atuais servidores poderão se aposentar nos próximos 4 anos, totalizando 124 mil servidores.

Quero esclarecer que não é bem como se afirmou nos editoriais de alguns importantes jornais do País. Chamo a atenção dos órgãos da imprensa que cobrem a Câmara dos Deputados – aliás, não estou

vido muitos por aqui – para que observem seus editorialistas. Não quero citar nomes, mas são importantíssimos jornais deste País.

Se não tomarmos essas medidas, teremos muitos cargos vagos sem serem preenchidos e vamos ter que continuar com contratações indevidas, por meio de terceirização, que é muito mais danosa aos cofres públicos.

No início deste Governo, houve um corte de mais de 10% das despesas, o que levou à supressão de mais de mil cargos comissionados. Foi o que ocorreu quando votamos a Medida Provisória nº 103, que reorganizou a Presidência da República.

Sr. Presidente, devo salientar que ainda tenho de fazer várias observações sobre esta importantíssima medida provisória.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – V.Exa. vai concluir?

**O SR. ZARATTINI** – Vou concluir e reler o relatório.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – V.Exa. vai concluir por um projeto de lei de conversão?

**O SR. ZARATTINI** – Vou concluir. Um instante só, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, quero dizer que nós, do Governo – sou Deputado de um partido da base do Governo —, empenhamo-nos muito em melhorar a vida do servidor. Se existe algo que o nosso Governo não quer é satanizar o servidor público, responsabilizá-lo por um serviço público ineficiente. E aí também aumentamos as gratificações de 40% para 65%.

Quero ainda fazer uma observação: foram apresentadas a esta medida provisória várias emendas. A maioria delas, 7 emendas, propõe pura e simplesmente a supressão do art. 11, que cria cargos e funções gratificadas, ou outras emendas que também modificam o art. 11.

Foram propostas emendas por vários Deputados e também por um Senador.

Depois de examinar as emendas, atendi ao um pedido do Executivo para modificar alguns aspectos da medida provisória. Por exemplo, quem fica com a Secretaria de Gestão, qual a mudança de nomes – algumas sem importância, a exemplo da Controladoria-Geral da República, que passa a se chamar Controladoria-Geral da União.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, concluí por um projeto de lei de conversão e, para que não escape nada do relatório, que, por sinal, tive o cuidado de enviar aos 513 Srs. Deputados desta Casa,

para que o examinassem, a fim de possibilitar uma ampla e democrática discussão nesta Casa, passo a ler o relatório e o projeto de lei de conversão.

Relatório.

O Poder Executivo editou, em 23 de janeiro de 2004, a Medida Provisória nº 163, que “altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências”.

A referida Medida Provisória, nos termos da sua exposição de motivos, objetivou promover essas alterações na organização da Presidência da República e dos Ministérios, propiciando melhores condições para a formulação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas e para a conseqüente execução das ações do Governo. De forma objetiva, foram implementadas as seguintes mudanças na estrutura ministerial:

a) a criação, na estrutura da Presidência da República, como órgão essencial, da Secretaria de Coordenação Política e Assuntos Institucionais, cuja competência envolverá a coordenação política do Governo, a condução do relacionamento do Governo com o Congresso Nacional e os partidos políticos e a interlocução com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, absorvendo, assim, parte das atribuições ora desempenhadas pela Casa Civil da Presidência da República, para onde foi nosso ex-Líder do Governo, ilustre Deputado Aldo Rebelo, que substitui nessas tarefas o Ministro José Dirceu;

b) transferência, para a Casa Civil da Presidência da República, da competência para a coordenação dos sistemas de organização e modernização administrativa, a formulação de políticas e diretrizes para a modernização do Estado e de gestão relativa aos recursos humanos, à organização de carreiras e à remuneração, ao dimensionamento da força de trabalho, à capacitação, ao desenvolvimento e à avaliação de desempenho dos servidores da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, funções essas até então a cargo do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

c) na área social, com o objetivo de tornar mais eficaz e sinérgica a ação governamental, transformação do Ministério da Assistência Social no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e ainda a incorpo-

ração a esse novo Ministério das funções que eram desenvolvidas pelas estruturas transitórias do Gabinete do Ministro de Estado Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome e pelo Conselho de Gestão Interministerial do Programa Bolsa Família e sua Secretaria-Executiva, consolidando assim a estrutura governamental que atua mais diretamente na área social, potencializando os resultados das políticas implementadas nessa área prioritária.

São mantidos os Programas Fome Zero e Bolsa Família, mas sua gestão, antes distribuída por dois órgãos, passa a ser de competência do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que terá 5 Secretarias. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esclareço ainda que o Sr. Ministro Patrus Ananias, ilustre colega de Parlamento, foi indicado para o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que substituiu o de Assistência Social.

São extintos a Secretaria-Executiva do Programa Comunidade Solidária e o Conselho do Programa Comunidade Solidária, tendo em vista a configuração da nova estrutura proposta, que absorverá as competências desses órgãos e dos demais que integrarão a estrutura do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. No entanto, as ações a cargo do Programa Comunidade Solidária também são mantidas, na forma em que estão previstas no Orçamento recém-sancionado pelo Presidente e no PPA. Os programas sociais nas áreas de desenvolvimento social, segurança alimentar e nutricional, assistência social, transferência de renda e renda de cidadania, porém, passarão a ter gestão única. Essa é a grande novidade da Medida Provisória nº 163, no que se relaciona à implementação dos programas sociais no Governo Lula. Além de evitar-se a superposição de estruturas e permitir-se a simplificação do processo decisório, tornando, ainda, mais ágil a implementação das ações, a articulação das políticas e a formulação de diretrizes poderá ser feita de forma mais integrada, assegurando a consistência e compatibilidade com as diretrizes emanadas da Câmara de Políticas Sociais e aprovadas pelo Presidente da República.

Por outro lado, a medida provisória visou suprir a carência de cargos em comissão gerenciados pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, a fim de possibilitar o atendimento das demandas dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, viabilizando o redesenho de suas estruturas organizacionais, para um melhor desempenho de suas competências institucionais.

Para tanto, foram criados pela Medida Provisória, no seu art. 11, cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores (DAS) e Funções Gratificadas (FGs), assim distribuídos: 12 DAS-6, 70 DAS-5, 280 DAS-4, 260 DAS-3, 480 DAS-2, 220 DAS-1, 1.175 FG-1, 200 FG-2 e 100 FG-3. Segundo a Exposição de Motivos, o efeito total das medidas quanto ao aumento da despesa será de 76,3 milhões de reais, em 2004, e de 80,6 milhões nos exercícios seguintes, considerando-se a atual proporção de servidores que percebem apenas a parcela de opção. Contudo, a despesa real será inferior não somente porque os referidos cargos não serão totalmente providos de imediato...

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Nobre Deputado Zarattini, a Presidência apela a V.Exa para que faça um resumo do parecer, concluindo pela manutenção do texto original da medida provisória original ou pelo projeto de conversão, porque V.Exa. já ultrapassou, e muito, o tempo destinado à leitura do relatório. É melhor resumir a decisão para melhor entendimento do Plenário.

**O SR. ZARATTINI** – Sr. Presidente, li o preâmbulo do parecer, mas concluirei a leitura do relatório do projeto de lei de conversão. Creio que o Plenário entendeu nossas ponderações.

Atenderei ao pedido do Sr. Presidente e informo que enviei o relatório, conforme já mencionei, aos 513 Deputados. A constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa são atendidas no texto, bem como a adequação financeira e orçamentária.

O PLV comportou, no mérito, observação de nossa autoria no que diz respeito – faço questão de consignar – ao art. 2º da Lei nº 10.683, de 2003, que alterou as competências da Casa Civil da Presidência da República, na forma de parágrafo único, mediante a transferência para esse órgão das competências do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão relativas à Secretaria de Gestão.

Embora tal transferência seja plenamente justificável e defensável, podendo contribuir para a melhoria do funcionamento do Governo como um todo, a relatoria acolheu solicitação do Poder Executivo de, por ora, retornar a uma situação anterior – não totalmente anterior, porque continua na Casa Civil o monitoramento de todas as ações do Governo – e a avaliação, inclusive aqui, da tramitação de propostas no Parlamento. Esta foi uma primeira medida.

A segunda medida que acolhemos em nosso projeto de lei de conversão foi uma outra solicitação do Poder Executivo de alteração do nome da Ouvidoria Geral da União, seguindo-se o modelo adotado no



âmbito da Advocacia-Geral da União, onde seus órgãos internos mantêm a expressão “da União” em suas denominações. Assim dá-se maior clareza à abrangência da atuação do órgão, que se limita às competências do ente estatal.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vamos entregar à Mesa o projeto de lei de conversão, já distribuído aos Srs. Deputados, à exceção dessa última modificação.

Vou dispensar a sua leitura para que possamos passar rapidamente à discussão.

Estou à disposição de todos os Deputados, quer da base do Governo quer da Oposição.

Sr. Presidente, muito obrigado e me perdoe se me estendi um pouco em razão da minha inexperiência parlamentar. Sou um Deputado novo, apesar da minha idade.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – A Presidência agradece ao Relator por ter feito um trabalho alentado.

Quero fazer a S.Exa. e a todos os que irão apresentar relatório a observação de que o parecer bom é aquele em que o Plenário presta atenção e por isso o entende. É melhor fazer um resumo, indicar quantas emendas foram apresentadas e dizer que é favorável às emendas de número tal, tal e tal e contrário às de número tal, tal e tal, concluindo pela apresentação de projeto de lei de conversão ou pela aceitação da medida provisória original. Assim fica muito mais fácil para o Plenário entender o que está em discussão.

Deputado Zarattini, minha observação nada tem de pessoal; pelo contrário, admiro V.Exa., que fez um trabalho alentado. Apenas demorou um pouco na leitura do seu parecer. Mas esta é a Casa do debate, do entendimento, e concordamos com tudo isso.

**PARECER ESCRITO ENCAMINHADO  
À MESA**

**PARECER À MEDIDA PROVISÓRIA  
Nº 163, DE 23 DE JANEIRO DE 2004**

**MENSAGEM Nº 41, DE 2004 – CN**

**Altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências”.**

Autor: Poder Executivo

Relator: Deputado Zarattini

**I – Relatório**

O Poder Executivo editou, em 23 de janeiro de 2004, a Medida Provisória nº 163, que “altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências”.

A referida Medida Provisória, nos termos da sua Exposição de Motivos, objetivou promover essas alterações na organização da Presidência da República e dos Ministérios, propiciando melhores condições para a formulação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas e para a conseqüente execução das ações do Governo. De forma objetiva, foram implementadas as seguintes mudanças na estrutura ministerial:

a) a criação, na estrutura da Presidência da República, como órgão essencial, da Secretaria de coordenação política e assuntos institucionais, cuja competência envolverá a coordenação política do governo, a condução do relacionamento do governo com o congresso nacional e os partidos políticos e a interlocução com os estados, o distrito federal e os municípios, absorvendo assim parte das atribuições ora desempenhadas pela casa civil da presidência Da república;

b) transferência, para a casa civil da presidência da república, da competência para a coordenação dos sistemas de organização e modernização administrativa, a formulação de políticas e diretrizes para a modernização do estado e de gestão relativas aos recursos humanos, à organização de carreiras e à remuneração, ao dimensionamento da força de trabalho, à capacitação, ao Desenvolvimento e à avaliação de desempenho dos servidores da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, funções estas até então a cargo do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

c) Na área social, com o objetivo de tornar mais eficaz e sinérgica a ação governamental, transformação do Ministério Da Assistência Social no ministério do desenvolvimento social e combate à fome, e ainda incorporação a esse novo ministério das funções quê eram desenvolvidas pelas estruturas transitórias do gabinete do ministro de estado extraordinário de segurança alimentar e combate à fome e pelo conselho

de gestão interministerial do programa bolsa família e sua secretaria executiva, consolidando assim a estrutura governamental que atua mais diretamente na área social, potencializando os resultados das políticas implementadas nessa área prioritária. São mantidos os programa Fome zero e o programa bolsa família, mas a sua gestão, antes distribuída por dois órgãos, passa a ser de competência do ministério do desenvolvimento social e combate à fome, que terá cinco secretarias. São extintos a Secretaria Executiva do Programa Comunidade Solidária e o Conselho do Programa Comunidade Solidária, tendo em vista a configuração da nova estrutura proposta, que absorverá as competências desses órgãos nos demais que integram a estrutura do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. No entanto, as ações a cargo do Programa Comunidade Solidária são também mantidas, na forma em que estão previstas no orçamento recém sancionado pelo presidente e no PPA. Os programas sociais nas áreas de desenvolvimento social, segurança alimentar e nutricional, assistência social, transferência de renda e renda de cidadania, porém, passarão a ter uma gestão única, concentrando-se a formulação, implementação e avaliação num único órgão. Além de evitar-se a superposição de estruturas e permitir-se a simplificação do processo decisório, tornando, ainda, mais ágil a implementação das ações, a articulação das políticas e a formulação de diretrizes poderá ser feita de forma mais integrada, assegurada a consistência e compatibilidade com as diretrizes emanadas da câmara de políticas sociais e aprovadas pelo Presidente da República por outro lado, a Medida Provisória visou suprir a carência de cargos em comissão gerenciados pela secretaria de gestão, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a fim de possibilitar o atendimento das demandas dos órgãos e entidades do poder executivo federal, viabilizando o redesenho de suas estruturas organizacionais, para um melhor desempenho de suas competências institucionais. Para tanto, foram criados pela Medida Provisória cargos em comissão do grupo-direção e Assessoramento Superiores (Das) e Funções Gratificadas (FG), as-

sim distribuídos: doze DAS – 6, setenta DAS – 5, duzentos e oitenta DAS – 4, duzentos e sessenta DAS – 3, quatrocentos e oitenta DAS – 2, duzentos e vinte DAS – 1, um mil, cento e setenta e cinco FG – 1, duzentas FG – 2 e cem FG – 3.

Finalmente, para incentivar a profissionalização do exercício dos cargos em comissão, foi alterada a regra que permite aos ocupantes de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores-DAS e Cargos de Direção nas Instituições Federais de Ensino – CD, optar pela percepção, a título de gratificação, quando ocupantes de cargos efetivos, a fim de que seja homogeneizado o percentual de opção, que é hoje diferenciado em razão do nível do cargo ocupado. O percentual antes fixado para os servidores de carreira que exercem os cargos DAS de níveis 4, 5 e 6 e cargos de natureza especial – CNE e cargos de direção – CD de níveis 1, 2, 3 e 4, das instituições federais de ensino – IFES, de 40%, foi elevado para 65%, de modo a melhor recompensar o servidor cujo nível de responsabilidade é maior e permitindo-se melhor recompensa aos que exercem tais cargos.

Segundo a E.M., o efeito total das medidas, quanto ao aumento da despesa, será de R\$76,3 milhões de reais em 2004, e de R\$80,6 milhões nos exercícios seguintes, considerando-se a atual proporção de servidores que percebem apenas a parcela de opção. Contudo, a despesa real será inferior, não somente porque os referidos cargos não serão totalmente providos de imediato, mas sim ao longo do exercício, como também parcela desses cargos será provida por servidores que não serão atingidos pela mudança do critério de opção ora estabelecido. O acréscimo da despesa já se acha previsto no Anexo VII, item 4 da lei nº 10.837, de 16 de janeiro de 2004, para os exercícios de 2005 e 2006, as estimativas de custos reduzirão a margem líquida de expansão para despesas de caráter continuado daqueles exercícios. No entanto, afirma a E.M., esse aumento de despesa mostra-se compatível com o aumento de receita decorrente do crescimento real da economia previsto, conforme demonstra a série histórica relativa à ampliação da base de arrecadação nos últimos anos.

No prazo regimental foram apresentadas 13 emendas perante a Comissão Mista, de autoria dos seguintes senhores parlamentares: Dep. Alberto Fraga nº 10 e 11; Senador Antero Paes De Barros nº 2; Dep. Eduardo Barbosa nº 1; Dep. Eduardo Cunha nº 4; Dep. Eduardo Paes nº 7; Dep. Fernando de Fabiano nº 6 e 13; Dep. José Carlos Machado nº 12; Dep.

Pauderney Avelino nº5; Deputado Ricardo Barros nº8 e 9 e Deputado Sebastião Madeira nº 3.

É o relatório.

## II – Voto do Relator

### Da Admissibilidade

Conforme determina a Constituição Federal, art. 62, § 5º, e a Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, art. 5º, cabe ao Congresso Nacional, no que toca a medidas provisórias, deliberar sobre o atendimento dos pressupostos constitucionais, nos quais se incluem a relevância e a urgência, bem como sobre a adequação orçamentária e financeira e o mérito.

O art. 62 da Constituição Federal dispõe que, em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional. O § 1º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, determina que, na data da publicação da medida provisória no **Diário Oficial** da União, será enviado ao Congresso Nacional o seu texto, acompanhado da respectiva mensagem e documentos que revelem a motivação do ato.

A admissibilidade depende, dessa forma, da obediência aos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, bem como do atendimento ao mencionado dispositivo do Regimento Comum do Congresso Nacional.

A Exposição de Motivos nº 1, de 2003, alinhou, consistentemente, as razões que justificaram a adoção da Medida Provisória nº 163, de 2004.

Com efeito, estão configuradas a urgência e relevância, tendo em vista o caráter emergencial das soluções apresentadas pela Medida Provisória, pois permitem, de imediato, a implementação de novas estruturas para os órgãos e entidades da Administração Federal, atendendo, de forma adequada, aos reclamos da maior eficiência administrativa, de sua racionalização e da priorização às áreas voltadas à implementação de políticas sociais e à coordenação governamental. Além disso, a criação de cargos em comissão e funções de confiança é indispensável para a reestruturação de órgãos e entidades prejudicados, gravemente, pelo **déficit** institucional apontado pela Exposição de Motivos, sendo plenamente justificável a adoção, em caráter urgente, da medida em questão. Por fim, a alteração do percentual de opção reveste-se, também, do caráter urgente, em vista da importância de assegurar-se, desde logo, a retribuição adequada aos servidores públicos investidos em tais

cargos de confiança, cuja situação de desvantagem vem provocando dificuldades de retenção nos órgãos do Poder Executivo.

Nesse sentido, os requisitos constitucionais de relevância e urgência da presente medida provisória restam claramente evidenciados.

Com base no exposto e tendo em vista o cumprimento do que estabelece o art. 62 da Constituição Federal e o que dispõe o § 1º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002, somos pela admissibilidade da Medida Provisória.

### Da Constitucionalidade, Juridicidade e Técnica Legislativa

A matéria contida na medida provisória não se insere entre aquelas de competência exclusiva do Congresso Nacional (art. 49 da Constituição Federal), ou de qualquer de suas Casas (arts. 51 e 52 da Constituição Federal), da mesma forma que não se contrapõe aos temas cujo tratamento é vedado por intermédio desse instrumento normativo (art. 62, § 1º, da Constituição Federal).

E a medida provisória em tela coaduna-se com o ordenamento jurídico vigente e foi redigida atendendo todas as normas relativas à boa técnica legislativa, possuindo clareza, precisão e ordem lógica, em conformidade com a Lei Complementar nº 95, de 1998, alterada pela de nº 7, de 2001.

Pelo exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Medida Provisória nº 163, de 2003.

### Da Adequação Financeira e Orçamentária

A análise de adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 163, de 2004, deve seguir as disposições da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional. O § 1º do art. 5 dessa Resolução define que o exame de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira das medidas provisórias abrange a análise da repercussão sobre a receita ou sobre a despesa pública da União e da implicação quanto ao atendimento das normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a lei do plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária da União.

No que se refere ao exame da compatibilidade e adequação orçamentária e financeira, não há óbice para a aprovação da presente Medida Provisória, eis que não há repercussão direta e imediata sobre a receita ou despesa pública da União, obedecendo-se, desse modo, às normas orçamentárias e financeiras vigentes.

Nesse sentido, a Exposição de Motivos nº 1, de 2004, assevera que quanto ao disposto nos art. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2001, pode ser considerado plenamente atendido, uma vez que o acréscimo de despesa previsto para o exercício de 2004 está previsto no Anexo VII, item 4, da Lei nº 10.837, de 16 de janeiro de 2004. Para os exercícios de 2005 e 2006, as estimativas de custos reduzirão a margem líquida de expansão para despesas de caráter continuado daqueles exercícios. No entanto, esse aumento de despesa mostra-se compatível com o aumento de receita decorrente do crescimento real da economia previsto, conforme demonstra a série histórica relativa à ampliação da base de arrecadação nos últimos anos.

Diante do exposto, consideramos ser a Medida Provisória nº 163, nos termos da Resolução do Congresso Nacional, adequada orçamentária e financeiramente.

### Do Mérito

As propostas de alteração da estrutura ministerial e de órgãos da Presidência da República visam dotar o Poder Executivo Federal de instrumentos capazes de atender e fazer cumprir os diversos programas de governo, bem como cumprir sua missão constitucional e preservar os fundamentos instituídos pelo Título I de nossa Lei Maior.

Compete ao Governo Federal dispor sobre a organização e funcionamento dos órgãos da administração pública federal, de forma a fornecer condições para que estas cumpram suas funções dentro dos princípios fundamentais instituídos pela Constituição e que norteiam nosso regime democrático de direito.

A proposição, nesse sentido, se mostra adequada e necessária à implementação dos objetivos governamentais. Com efeito, a atual estrutura dos órgãos e entidades da Administração Federal não atende, em termos quantitativos e qualitativos, às necessidades da sociedade: o enxugamento dos órgãos do Poder Executivo, levado a cabo por sucessivos Governos, produziu um grave **déficit** institucional, demonstrado pela elevação da quantidade de órgãos e responsabilidades que não foi acompanhada pela ampliação das estruturas de condicionamentos e cargos efetivos existente. A reorganização ministerial processada pela Lei nº 10.683, de 2003, num esforço de contenção do gasto público, foi implementada, no primeiro ano do atual Governo, sem aumento de despesa, mas, à medida que se constatou que os órgãos existentes e os que foram criados apresentam necessidades profundas de reestruturação, mostrou-se ine-

vitável a criação de novos cargos. O atual governo vem, assim, atuando tanto no sentido de prover cargos efetivos, por concurso – a Lei Orçamentária para o ano de 2004 autoriza o provimento de 40.800 cargos efetivos – como também de substituir trabalhadores terceirizados e aqueles contratados por outras formas irregulares. A criação de novos cargos em comissão e funções gratificadas, contudo, visa atender a necessidades vinculadas ao gerenciamento e coordenação administrativos, em mais de 30 diferentes ministérios, secretarias, autarquias e fundações, cuja atuação acha-se prejudicada pelo antes citado déficit institucional.

Passemos, por fim, à análise das emendas à Medida Provisória nº 163, de 2003. Não obstante os meritórios propósitos de seus Autores, as mesmas devem ser rejeitadas, pelos seguintes motivos:

A Emenda nº 1 visa restabelecer no texto da Lei nº 10.683, de 2003, na redação que lhe propõe a MP em análise, a denominação de Ministério da Assistência Social, sob a justificativa da necessidade de se dar visibilidade à assistência social como política de seguridade social. A unificação e nova denominação proposta pela MP, além de manter a visibilidade e importância da assistência social, objetiva tornar mais eficaz e sinérgica a ação governamental.

As Emendas nºs 2, 3 e 4 objetivam suprimir o art. 11 da Medida Provisória, sendo que a de nº 4 se propõe a suprimir apenas o inciso VII do referido artigo. Na verdade, como já demonstrado, os cargos criados tem o objetivo de atender às novas e crescentes demandas da administração pública federal e para estruturar os órgãos criados e transformados.

As Emendas nºs 5, 6, 7 e 8 também objetivam alterar o art. 11 da MP.: As de nºs 5 e 6 estatuem que os cargos criados serão destinados obrigatoriamente a servidores ocupantes de cargos efetivos. A de nº 7, além de fixar em 20% o percentual de cargos a ser preenchido por não ocupantes de cargos efetivos, estabelece outros critérios objetivos e subjetivos para o preenchimento dos cargos. Já a de nº 8, objetiva a vedar descontos em folha para os cargos de confiança. As alterações propostas não se adequam às finalidades institucionais e estruturais da Presidência da República e dos Ministérios.

A Emenda nº 9 afirma erroneamente que o art. 12 promove aumento de despesas.

A Emenda nº 10, que versa sobre a vinculação legal da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, não deve ser acolhida, na medida em que a matéria está adstrita à competência e conveniência da Presidência da República.

Nesse ponto, a Emenda nº 11 prevê a concessão de aumento/reajuste aos cargos comissionados das Agências Reguladoras. No entanto, ainda que pudesse a mesma contar com a nossa acolhida, no mérito, trata-se de emenda que, por acarretar aumento da despesa prevista, não pode ser acatada, em face do art. 63 da Constituição Federal. Ademais, o Poder Executivo já estuda a extensão da nova regra de opção para as Agências Reguladoras, o que deverá ser, oportunamente, objeto de iniciativa legislativa específica, observadas as disponibilidades orçamentárias.

As Emendas nºs 12 e 13 que objetivam, respectivamente, suprimir e modificar o art. 14 também não devem ser acatadas. A supressão de tal dispositivo, que é cláusula-padrão em textos legais destinados a promover reestruturações de órgãos, impediria o remanejamento e a transposição das dotações consignadas aos órgãos afetados pelas modificações introduzidas. E de entendimento dessa Relatoria que o art. 167, VI da CF, não é incompatível com a redação do artigo, posto que a expressão “autorização legislativa” de que trata esse dispositivo há de ser entendida em sentido amplo – autorização por texto legal – sob pena de, por via transversa, impedir-se que a matéria “reorganização administrativa” possa ser viabilizada por meio de medida provisória.

Não obstante a rejeição das emendas, algumas modificações se fazem necessárias ao texto da Medida Provisória, o que propomos na forma do Projeto de Lei de Conversão que integra este Parecer. As mudanças que propomos visam superar dificuldades verificadas após a edição da Medida Provisória e que recomendam que algumas das modificações propostas sejam revistas.

A primeira questão diz respeito à redação do art. 2º da Lei nº 10.683, de 2003, quando são alteradas as competências da Casa Civil da Presidência da República, na forma do seu parágrafo único, mediante a transferência, para esse órgão, das competências do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão relativas à Secretaria de Gestão, também transferida. Embora tal transferência seja plenamente justificável e defensável, podendo contribuir para a melhoria do funcionamento do Governo como um todo, a Relatoria acolhe a solicitação do Poder Executivo de, por ora, retornar à situação anterior, uma vez que tais modificações requerem estudos mais aprofundados por parte do Executivo, não sendo, no presente momento, essenciais para a reorganização ministerial proposta. Em consequência, devem ser suprimidos o parágrafo único do art. 2º, a alteração ao art. 27, inciso XVII, alínea g da Lei nº 10.683, de 2003, e o inciso III

do art. 4º da Medida Provisória, renumerando-se o inciso IV, bem como o inciso II do art. 5º da Medida Provisória.

Faz-se necessário, ainda, alterar o **caput** do art. 2º, para alterar a previsão de até três Secretarias na Casa Civil, posto que a redação anterior previa duas Secretarias, sendo uma delas a Executiva. Não havendo a transferência da Secretaria de Gestão, pelos motivos expostos, deve ser retificada a previsão desse dispositivo.

Quanto à Secretaria de Coordenação Política e Assuntos institucionais, atendendo-se a solicitação do Poder Executivo, alteramos o art. 2º A da Lei nº 10.683, de 2003, para prever a inclusão de uma Secretaria-Adjunta. Complementarmente, altera-se o art. 8º da Medida Provisória de modo a incluir-se um Cargo de Natureza Especial de Secretário-Adjunto. E, em consequência, de modo a que essa mudança preserve o impacto previsto na despesa com pessoal, alteram-se os incisos I, VIII e IX do art. 11, de modo a compensar-se, pela supressão de um DAS-6, duas FG-2 e uma FG-3, o acréscimo da despesa decorrente do cargo de natureza especial necessário para a Secretaria-Adjunta.

Também por solicitação do Poder Executivo, alteramos o art. 6º da Lei nº 10.683, de 2003, a fim de permitir que o Gabinete de Segurança Institucional, órgão essencial da Presidência da República, possa dispor em sua estrutura básica de até duas secretarias, tendo em vista a necessidade de maior especialização interna de suas funções. Da mesma forma, altera-se o § 1º do art. 17 da Lei nº 10.683, para dar nova denominação à Ouvidoria-Geral da República, órgão que integra a estrutura básica da Controladoria-Geral da União. Assim, para adequar-se as respectivas denominações, altera-se o nome do órgão para Ouvidoria-Geral da União, seguindo-se o modelo adotado no âmbito da Advocacia-Geral da União, onde seus órgãos internos mantêm a expressão “da União” em suas denominações. Dá-se, assim, maior clareza à abrangência da atuação do órgão, que se limita às competências do ente estatal União.

Por fim, adequamos a redação do art. 16, superando-se a omissão nele contida, mediante a inclusão da Advocacia-Geral da União nos órgãos que terão a sua estrutura regimental definida em Decreto Presidencial.

Por conseguinte, voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, pela adequação financeira e orçamentária, e, no mérito, pela aprovação da Medida Provisória nº

163, de 2004, nos termos do Projeto de Lei de Conversão que integra este Parecer, com a rejeição de todas as emendas apresentadas.

Sala das Sessões, 10 de março de 2004. – Deputado **Zarattini**, Relator – PT/SP.

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO  
À MEDIDA PROVISÓRIA  
Nº 163, DE 23 DE JANEIRO DE 2004**

**Altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º A Presidência da República é constituída, essencialmente, pela Casa Civil, pela Secretaria-Geral, pela Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica, pela Secretaria de Coordenação Política e Assuntos Institucionais, pelo Gabinete Pessoal e pelo Gabinete de Segurança Institucional.

.....”

“Art. 2º À Casa Civil da Presidência da República compete assistir direta e imediatamente ao Presidente da República no desempenho de suas atribuições, especialmente na coordenação e na integração das ações do Governo, na verificação prévia da constitucionalidade e legalidade dos atos presidenciais, na análise do mérito, da oportunidade e da compatibilidade das propostas, inclusive das matérias em tramitação no Congresso Nacional, com as diretrizes governamentais, bem assim, na avaliação e monitoramento da ação governamental e da gestão dos órgãos e entidades da administração pública federal, bem como promover a publicação e preservação dos atos oficiais e supervisionar e executar as atividades administrativas da Presidência da República e, supletivamente, da Vice-Presidência da República, tendo como estrutura básica o Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia, o Conselho Superior do Cinema, o Arquivo Nacional, a Imprensa Nacional, o Gabinete, duas Secretarias, sendo uma Executiva, um órgão de Controle Interno e até três Subchefias.”

“Art. 2º-A À Secretaria de Coordenação Política e Assuntos Institucionais da Presidência da República compete assistir direta e imediatamente ao Presidente da República no desempenho de suas atribuições, especialmente na coordenação política do Governo, na condução do relacionamento do Governo com o Congresso Nacional e os partidos políticos e na interlocução com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, tendo como estrutura básica o Gabinete, uma Secretaria-Adjunta e até duas Subchefias.” (NR)

“Art. 6º Ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República compete assistir direta e imediatamente ao Presidente da República no desempenho de suas atribuições, prevenir a ocorrência e articular o gerenciamento de crises, em caso de grave e iminente ameaça à estabilidade institucional, realizar o assessoramento pessoal em assuntos militares e de segurança, coordenar as atividades de inteligência federal e de segurança da informação, zelar, assegurado o exercício do poder de polícia, pela segurança pessoal do Chefe de Estado, do Vice-Presidente da República, e respectivos familiares, dos titulares dos órgãos essenciais da Presidência da República, e de outras autoridades ou personalidades quando determinado pelo Presidente da República, bem como pela segurança dos palácios presidenciais e das residências do Presidente e Vice-Presidente da República, tendo como estrutura básica o Conselho Nacional Antidrogas, a Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, a Secretaria Nacional Antidrogas, o Gabinete, uma Subchefia e até duas Secretarias.

.....“(NR)

“Art. 17. ....”

§ 1º A Controladoria-Geral da União tem como titular o Ministro de Estado do Controle e da Transparência, e sua estrutura básica é constituída por: Gabinete, Assessoria Jurídica, Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção, Comissão de Coordenação de Controle Interno, Sub-controladoria-Geral, Ouvidoria-Geral da União, Secretaria Federal de Controle Interno e até três Corregedorias.

.....“(NR)

“Art. 25. ....  
.....

**II – Do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;**  
.....

Parágrafo único. São Ministros de Estado os titulares dos Ministérios, o Chefe da Casa Civil, o Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, o Chefe da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica, o Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, o Chefe da Secretaria de Coordenação Política e Assuntos Institucionais da Presidência da República, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Controle e da Transparência.” (NR)

“Art. 27. ....  
.....

**II – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome:**

**a)** política nacional de desenvolvimento social;

**b)** política nacional de segurança alimentar e nutricional;

**c)** política nacional de assistência social;

**d)** política nacional de renda de cidadania;

**e)** articulação com os governos federal, estaduais, do Distrito Federal e municipais e a sociedade civil no estabelecimento de diretrizes para as políticas nacionais de desenvolvimento social, de segurança alimentar e nutricional, de renda de cidadania e de assistência social;

**f)** articulação entre as políticas e programas dos governos federal, estaduais, do Distrito Federal e municipais e as ações da sociedade civil ligadas ao desenvolvimento social, à produção alimentar, alimentação e nutrição, à renda de cidadania e à assistência social;

**g)** orientação, acompanhamento, avaliação e supervisão de planos, programas e projetos relativos às áreas de desenvolvimento social, segurança alimentar e nutricional, de renda de cidadania e assistência social;

**h)** normatização, orientação, supervisão e avaliação da execução das políticas de desenvolvimento social, segurança ali-

mentar e nutricional, de renda de cidadania e de assistência social;

**i)** gestão do Fundo Nacional de Assistência Social;

**j)** coordenação, supervisão, controle e avaliação da operacionalização de programas de transferência de renda;

**l)** aprovação dos orçamentos gerais do Serviço Social da Indústria – SESI, do Serviço Social do Comércio – SESC e do Serviço Social do Transporte – SEST; e

.....  
“Art. 29 .....  
.....

**II – Do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome o Conselho Nacional de Assistência Social, o Conselho de Articulação de Programas Sociais, o Conselho Gestor do Programa Bolsa Família, e até cinco Secretarias;**  
.....

§ 4º Ao Conselho de Articulação de Programas Sociais, presidido pelo Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e composto na forma estabelecida em regulamento pelo Poder Executivo, compete propor mecanismos de articulação e integração de programas sociais e acompanhar a sua implementação.  
.....“

Art. 2º Fica criada a Secretaria de Coordenação Política e Assuntos Institucionais da Presidência da República.

Art. 3º São transformados:

**I – o Ministério da Assistência Social em Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;**

**II – o Conselho Gestor Interministerial do Programa Bolsa Família, da Presidência da República, em Conselho Gestor do Programa Bolsa Família, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.**

Art. 4º São transferidas as competências:

**I – Do Gabinete do Ministro de Estado Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, relativas à formulação e coordenação da implementação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, à articulação da participação da sociedade civil no estabelecimento de diretrizes para a Política Nacional de Segurança Ali-**

mentar e Nutricional, à promoção da articulação entre as políticas e programas dos governos federal, estaduais e municipais e as ações da sociedade civil ligadas à produção alimentar, alimentação e nutrição, e ao estabelecimento de diretrizes, supervisão e acompanhamento da implementação de programas no âmbito da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, para o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;

II – da Casa Civil da Presidência da República, relativas à coordenação política do Governo, ao relacionamento com o Congresso Nacional, à interlocução com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios e os Partidos Políticos, para a Secretaria de Coordenação Política e Assuntos Institucionais da Presidência da República;

III – da Secretaria-Executiva do Conselho Gestor Interministerial do Programa Bolsa Família, da Presidência da República, para o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Art. 5º São transferidas a Subchefia de Assuntos Parlamentares e a Subchefia de Assuntos Federativos da Casa Civil da Presidência da República para a Secretaria de Coordenação Política e Assuntos Institucionais da Presidência da República.

Art. 6º Ficam extintos:

I – o Gabinete do Ministro de Estado Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome;

II – o Conselho do Programa Comunidade Solidária e a Secretaria-Executiva do Programa Comunidade Solidária, do Gabinete do Ministro de Estado Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome;

III – a Secretaria-Executiva do Conselho Gestor Interministerial do Programa Bolsa Família, da Presidência da República.

Art. 7º Fica criado o cargo de Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Coordenação Política e Assuntos Institucionais da Presidência da República.

Art. 8º Ficam criados um cargo de natureza especial de Subchefe, na Casa Civil da Presidência da República, e um cargo de natureza especial de Secretário-Adjunto, na Secretaria de Coordenação Política e Assuntos Institucionais da Presidência da Re-

pública, ambos com a remuneração fixada pelo parágrafo único do art. 39 da Lei nº 10.683, de 2003.

Art. 9º, Fica transformado o cargo de Ministro de Estado da Assistência Social em Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Art. 10. Ficam extintos os cargos de Ministro de Estado Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome e de Secretário-Executivo do Gabinete do Ministro de Estado Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome.

Art. 11. São criados, para atendimento imediato das necessidades dos órgãos e entidades da administração pública federal e dos demais órgãos criados ou transformados por esta Medida Provisória, os seguintes cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores e as seguintes Funções Gratificadas – FG:

I – onze DAS-6;

II – setenta DAS-5;

III – duzentos e oitenta DAS-4;

IV – duzentos e sessenta DAS-3;

V – quatrocentos e oitenta DAS-2;

VI – duzentos e vinte DAS-1;

VII – mil, cento e setenta e cinco FG-1;

VIII – cento e noventa e oito FG-2; e

IX – noventa e nove FG-3.

Art. 12. A alínea **c** do inciso III do § 1º do art. 1º da Lei nº 10.470, de 25 de junho de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**c**) 65% (sessenta e cinco por cento) da remuneração dos Cargos em Comissão de Natureza Especial, do Grupo DAS, níveis 4, 5 e 6 e dos CD, níveis 1, 2, 3 e 4.” (NR)

Art. 13. O acervo patrimonial dos órgãos extintos, transformados, transferidos, incorporados ou desmembrados por esta Medida Provisória será transferido para os Ministérios, órgãos e entidades que tiverem absorvido as correspondentes competências.

Parágrafo único. O quadro de servidores efetivos dos órgãos de que trata este artigo será transferido para os Ministérios e órgãos que tiverem absorvido as correspondentes competências.

Art. 14. É o Poder Executivo autorizado a remanejar, transpor, transferir ou utilizar as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2004 em favor dos órgãos extintos, transformados, transferidos, incorporados ou desmembrados por esta Medida Provisória, mantida a mesma classificação funcio-



nal-programática, expressa por categoria de programação em seu menor nível, conforme definida no art. 4º § 2º, da Lei nº 10.707, de 30 de julho de 2003, inclusive os títulos, descritores, metas e objetivos, assim como o respectivo detalhamento por esfera orçamentária, grupos de despesa, fontes de recursos, modalidades de aplicação e identificadores de uso.

Art. 15. São transferidas aos órgãos que receberam as atribuições pertinentes e a seus titulares as competências e incumbências estabelecidas em leis gerais ou específicas aos órgãos transformados, transferidos ou extintos por esta Medida Provisória, ou a seus titulares.

Art. 16. O Poder Executivo disporá, em decreto, na estrutura regimental dos Ministérios dos órgãos essenciais, dos órgãos de assessoramento direto e imediato ao Presidente da República, das Secretarias Especiais da Presidência da República, da Advocacia-Geral da União e da Controladoria-Geral da União, sobre as competências e atribuições, denominação das unidades e especificação dos cargos.

Art. 17. O Poder Executivo disporá sobre a organização, reorganização, denominação de cargos e funções e funcionamento dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, mediante aprovação ou transformação das estruturas regimentais.

Art. 18. Até que sejam aprovadas as estruturas regimentais dos órgãos essenciais e de assessoramento da Presidência da República, das Secretarias Especiais da Presidência da República e dos Ministérios, são mantidas as estruturas, as competências, as atribuições, a denominação das unidades e a especificação dos respectivos cargos, vigentes em 31 de dezembro de 2003, observadas as alterações introduzidas por esta Medida Provisória.

Parágrafo único. Os cargos em comissão integrantes da estrutura dos órgãos de que tratam os incisos II e III do art. 6º ficam remanejados para o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Art. 19. As despesas decorrentes do disposto nesta Medida Provisória correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas no Orçamento da União.

Art. 20. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 21. Ficam revogados o art. 26, a alínea I do inciso XVII do art. 27 e o art. 37 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003.

Brasília, de 2004; 183ª da Independência e 116ª da República.

*Assumem sucessivamente a presidência os Srs. Benedito de Lira, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, e Inocêncio Oliveira, 1º Vice-Presidente.*

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Relator acabou de dizer que conclui por um projeto de lei de conversão. Portanto, enquanto não for distribuída cópia do projeto de lei de conversão, não poderemos iniciar a discussão.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – S.Exa. disse que já havia distribuído o projeto de lei de conversão ao Plenário.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** – Tenho comigo o avulso da Medida Provisória nº 163, e nele não contém o projeto de lei de conversão.

Peço a V.Exa. que antes de iniciar a sua discussão seja feita a distribuição.

**O SR. FRANCISCO DORNELLES** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. FRANCISCO DORNELLES** (PP – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pergunto a V.Exa. como fica a situação da Medida Provisória nº 164, de 2004.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – O nobre Deputado Mário Negromonte vai pedir o prazo de uma sessão. Portanto, hoje não haverá discussão da matéria.

**O SR. FRANCISCO DORNELLES** – Sr. Presidente, o Governo editou a Medida Provisória nº 164, que cria a incidência do PIS/COFINS sobre bens e serviços importados. Quando essa matéria foi discutida e a emenda constitucional foi aprovada, ficou claro que a incidência do PIS/COFINS não tinha uma característica fiscal, não visava à arrecadação, mas proteger a indústria nacional; ou seja, se a indústria nacional pagava o PIS/COFINS, não havia sentido o produto importado não pagar. Logicamente, só deveria existir essa incidência quando houvesse similar nacional. Porém, o imposto está sendo cobrado mesmo nos casos em que não existe similar nacional.

Além disso, existe um ponto extremamente violento, que é a incidência do PIS/COFINS sobre papel de imprensa, livros e periódicos e material destinado à indústria cinematográfica.

Espero que o Relator leve isso em consideração e retire essa incidência de todos os produtos em que não exista similar nacional e tome um cuidado muito especial com o material para jornais, periódicos, cinema e audiovisual.

Muito obrigado.

**A SRA. ZELINDA NOVAES** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocência Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

**A SRA. ZELINDA NOVAES** (PFL – BA. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, esta tribuna já foi ocupada diversas vezes pelos Parlamentares baianos que, ouvindo os clamores de suas bases eleitorais e cientes da situação das rodovias que cortam nosso Estado, apelaram para que a segunda malha rodoviária federal do País tivesse uma atenção por parte do Ministério dos Transportes.

Sabemos que as chuvas que caíram sobre a Região Nordeste, em índices pluviométricos recordes, contribuíram ainda mais para o agravamento da situação; mas agora, com a melhora desse quadro, está na hora de vermos ações concretas do Governo Federal, tal qual vimos na segunda-feira, 15 de março, quando o Governador Paulo Souto autorizou o início de um novo pacote de obras de restauração, pavimentação e manutenção de rodovias estaduais no valor superior a 38 milhões de reais.

Os serviços, que serão executados por todas as 20 unidades do Departamento de Infra-Estrutura de Transportes da Bahia (DERBA) espalhadas pelo interior do Estado, irão beneficiar 32 estradas e pontes espalhadas por todas as regiões do Estado, totalizando aproximadamente 700 quilômetros de extensão, oferecendo à população baiana estradas em perfeitas condições de tráfego, com conforto e segurança, reduzindo, conseqüentemente, o número de acidentes e o tempo de viagem.

Outro grande benefício estará ligado diretamente ao consumidor, que deverá ser beneficiado com a redução dos custos com o escoamento da produção agrícola e industrial.

O pacote assinado é composto de uma ordem de serviço para execução imediata em 8 trechos e de 23 autorizações, que incluem 7 rodovias federais – BR-242, BR-116, BR-101, BR-349, BR-235, BR-030 e BR-430.

Com essas medidas, não só o povo baiano, mas todos aqueles que nos visitam ou que simplesmente cruzam nosso Estado podem ter a tranquilidade ne-

cessária assegurada para realizar seus deslocamentos sem susto, sem *stress* e sem a expectativa negativa de danos em seus veículos.

É o Governo da Bahia fazendo sua parte para minimizar o triste quadro em que se encontra as rodovias brasileiras, principais canais de tráfego de nossa produção agrícola e industrial.

Sr. Presidente, passo a abordar outro assunto.

Em mais uma ação irracional da escalada terrorista que não obedece regras nem fronteiras, centenas de pessoas foram mortas na cidade de Madri, entre elas pelo menos 10 estrangeiros e provavelmente o brasileiro Sérgio dos Santos Silva, além de outras centenas de feridos, incluindo outro brasileiro, Adeilton dos Santos, todos vítimas de uma seqüência coordenada de 10 explosões de bombas em trens e estações de trens na Capital espanhola.

Nada há que justifique a morte de inocentes em qualquer que seja o conflito. O custo da vida, da dor e da perda são irreparáveis diante de qualquer reivindicação de ordem política ou religiosa.

Os efeitos da insensatez ultrapassam mais uma vez as fronteiras do país vitimado, espalhando medo, insegurança e incerteza sobre o amanhã de todas as nações. É um estado de expectativa de caos que expressa a afirmativa de Jesus Cristo: *“Quando se aparenta ter paz, sobrevém repentina destruição”*.

Esperamos que, com rapidez, as devidas ações de justiça sejam executadas, a fim de que a impunidade não gere mais intolerância.

Manifestamos nossas condolências ao governo espanhol, ao qual parabenizamos pelas iniciativas tomadas em favor das vítimas e seus familiares.

Solidarizamo-nos com os espanhóis e seus descendentes que vivem pacificamente em solo brasileiro.

Desejamos que o Espírito Santo Consolador esteja nos corações dos familiares, amigos e de todos os que terão que conviver com o dano ou com a ausência das vítimas.

Muito obrigada.

**O SR. MILTON CARDIAS** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocência Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. MILTON CARDIAS** (PTB – RS. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, desde o primeiro momento em que se deu a veiculação do chamado caso Waldomiro e seus apensos, a questão do jogo, no Brasil, surgiu como foco de uma atenção que, em absoluto,

não é nova, mas que agora se estende a toda a Nação, passando pelo Governo, pela mídia e por todos os demais setores da sociedade organizada. Mesmo os que, por omissão ou desconhecimento, sempre se mantiveram distantes dessa que representa uma das grandes pragas sociais, mesmo esses, nobres colegas, querem agora participar do debate e o fazem em muito boa hora.

É, portanto, em um clima de polarização intensa que se colocam os que são contra e os que formam a linha dos favoráveis à proibição dos bingos no País. E assim também é que começa a tramitar nesta Casa a Medida Provisória nº 168, de 2004.

Para mim, é natural que a polêmica esteja instalada, primeiro, porque é o que pressupõem os grandes embates democráticos: os argumentos, a pressão e a contrapressão; segundo, pela carga indissociável de princípios religiosos, morais e culturais que traz consigo o assunto.

O que a mim começa a assustar, porém, é a constatação óbvia de a discussão estar-se politizando em demasia e do modo mais nefasto. Explico: em meu entendimento, estamos nos distanciando cada vez mais do foco desses princípios – religiosos, morais e culturais, como disse – para colocar o fechamento dos bingos no epicentro de uma crise política em que, de um lado e outro, não se percebe uma preocupação maior com as implicações do jogo, de qualquer jogo – Do jogo do bicho às loterias, os bingos incluídos –, implicações terríveis para o indivíduo, a família ou a sociedade.

Não se trata aqui, nobres colegas, de apoiar o Governo, tampouco de sonegar-lhe votos apenas porque se é Situação ou Oposição. No caso, menor importância têm a filiação partidária, a linha ideológica ou os compromissos assumidos. Antes de ser político, o enfrentamento dessa questão deve nos remeter ao foro da consciência, por denotar aspectos morais e éticos essenciais. Lamentavelmente, a sociedade brasileira anda bastante necessitada de resgatar a sua pureza – e quando assim falo não quero em absoluto apresentar-me como puritano, mas enaltecer a singeleza de uma vida menos consumista, materialista e hedonista, mais voltada ao bem comum.

É claro que há um preço a pagar por isso, e esse é um dos pontos que têm sido politicamente usados como cortina de fumaça.

Vamos a um esclarecimento: em sã consciência, nenhum homem público quer ver perdurado hoje, no Brasil, o drama do desemprego. O fechamento dos bingos significou uma ruptura e, como tal, não deixou de ser traumático. Gerou um clamor justo por

parte daqueles que trabalhavam na atividade, embora se saiba que muitos eram empregados informais. Cabe agora ao Governo, que se mostrou corajoso e determinado, encontrar fórmulas compensatórias. O seguro-desemprego é uma delas. Garantido por lei, não haverá nenhuma condescendência em pagá-lo, mas, entre outras medidas, o Poder Público pode tentar viabilizá-lo o mais rapidamente possível.

Ao longo de várias décadas, o Brasil foi-se transformando num grande e lucrativo cassino, movimentado por gigantescos interesses financeiros, inclusive pela ganância do próprio Estado, com suas diversas modalidades de loteria, que, é preciso dizer, constituem jogos de azar como quaisquer outros, legais ou não.

Enquanto isso, temos assistido à ruína moral de muitos, à *débâcle* financeira de outros, ao desespero de tantos, pessoas – todas – que não encontraram no jogo qualquer alento ou felicidade, senão a dissolução de vínculos com a família, com o trabalho, com a sociedade e, pior que tudo, consigo mesmas. Perderam a própria identidade. Vício tão cruel quanto a droga ou o álcool, o jogo produz ruínas humanas às vezes irrecobráveis. E, não bastante, com raríssimas exceções, insere-se num ambiente de ilegalidade, sonegação, permissividade, promiscuidade e corrupção, como vimos há pouco.

A MP nº 168 segue os ritos de estilo nesta Casa. Ponhamos de parte querelas ocasionais, esqueçamos os acertos partidários que visam a cargos e vantagens, passemos por cima dos ressentimentos e das diferenças para nos concentrar no que é melhor para o Brasil. Hoje, o melhor para o Brasil é apoiar o fechamento dos bingos, tornando-o definitivo.

Neste instante de questionamentos ardentes e ânimos exacerbados, a sociedade continua esperando das Sras. e dos Srs. Deputados bom senso, serenidade, prudência e justiça.

Desejando que Deus nos ilumine e nos dê sabedoria para tratarmos de questões com tamanho alcance social e voltadas para o bem-estar da nossa comunidade, agradeço a atenção de todos.

Muito obrigado.

**O SR. FRANCISCO APPIO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocência Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. FRANCISCO APPIO** (PP – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, inicialmente, quero registrar minha preocupação com a greve dos fiscais do Ministério da Agricultura, Pecuária e

Abastecimento. No Rio Grande do Sul, mais de 600 contêineres com frango e mais de 400 contêineres com maçã correm o risco de não embarcar nos navios. Se isso ocorrer, poderemos perder os exigentes mercados dos Estados Unidos e da Europa.

É preciso que o Governo aja imediatamente. Afinal, são apenas 3 fiscais no Rio Grande do Sul.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, gostaríamos também de destacar a morte, no Rio Grande do Sul, no último dia 8, Dia Internacional da Mulher, da Sra. Zaida Jayme Jarros, diretora do *Jornal do Comércio*.

Ao lado do seu esposo, Jenor Jarros, foi fundadora do jornal em 1933. Ao longo de 71 anos, Jenor e Zaida conduziram o *Jornal do Comércio*. Em boa parte desse trabalho, tiveram ajuda do Dr. Homero Guerreiro, filho de Vacaria, que foi importante na participação, montagem e na sustentação de um dos principais jornais do Rio Grande do Sul, voltado especialmente para a economia gaúcha.

Hoje está sendo celebrada a missa de sétimo dia, na Catedral metropolitana de Porto Alegre. Mércio Tumelero, do Município de Sananduva, em nome da família, como genro de Zaida e de Jenor, conduz o jornal e o seu conselho administrativo. Mércio recebeu a solidariedade e o conforto dos gaúchos.

Como escreveu o Prof. Paulo Rolim, no *Jornal do Comércio* de hoje:

“Na semana em que se comemorava o Dia Internacional da Mulher, morreu em Porto Alegre uma representante das mais importantes do feminismo rio-grandense, dona Zaida Jarros, a primeira dama das empresas jornalísticas gaúchas. Neste paradoxo, cabe ressaltar suas inúmeras qualidades, entre as quais a inteligência, sensibilidade, firmeza de caráter e elegância que soube cultivar ao longo de sua bela existência, marcada de glamour e sucesso.

Conhecendo-a desde criança, já admirava pelo brilho de sua bem dotada voz, entoando os hinos evangélicos, levando a congregação junto com ela a louvar, pelo canto sacro, a Deus nosso Pai com mais vigor e fé.

No trabalho, deu exemplo de disciplina aos seus funcionários, sempre por ela muito valorizados, nunca se afastando de suas elevadas funções na Casa, que soube honrar desde a criação pelo seu saudoso marido, Senhor Jenor Jarros. Sua ausência não irá diminuir o ritmo de progresso da empre-

sa, pois sua forte lembrança irá perdurar junto aos servidores e colaboradores”.

Finalizo, Sras. e Srs. Deputados, destacando nos Anais desta Casa o extraordinário trabalho da mulher gaúcha que recentemente nos deixou.

**O SR. TAKAYAMA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. TAKAYAMA** (PMDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, ao ocupar esta tribuna não poderia deixar de referir-me a esta barbárie acontecida em Madri, na Espanha, que foi o atentado que culminou na morte de centenas de pessoas – trabalhadores, estudantes, pessoas comuns, inocentes – que ocupavam aquele trem.

Esse fato provocou revolta e indignação em todo o mundo devido à covardia do impacto, pelo fato terrível em si mesmo e também pelo fator surpresa. Assim como foi em Nova Iorque, no fatídico 11 de setembro, agora tivemos o 11 de março.

Toda tragédia, principalmente a que envolve grande quantidade de pessoas, tem o poder de nos deixar paralisados. E essa tragédia não só paralisou como causou comoção mundial, principalmente pelo fato de haver grande quantidade de estrangeiros no trem. E em meio aos mortos também foi encontrado o corpo de um brasileiro.

O paranaense de 28 anos, Sérgio dos Santos Silva, da pequena cidade de São Tomé, situada no noroeste do Estado do Paraná, infelizmente, foi encontrado entre os 200 corpos mutilados pela violência da explosão.

Sérgio, que era casado e tinha um filhinho de 4 anos, deixou para trás sua família para arriscar o sonho de trabalhar na Espanha, ganhar dinheiro e voltar em um ano para rever os seus entes queridos. Porém, o seu sonho durou apenas 164 dias. Sérgio não teve a mesma sorte do outro brasileiro, Adeilton Alves dos Santos, também atingido pela tragédia, mas que conseguiu sobreviver.

Diante deste doloroso momento em que deparamos com esse quadro de horror, causado por esse terrível atentado, só nos resta tentar aproveitar a ocasião para algumas reflexões. A primeira é que precisamos lutar de todas as maneiras para não permitir que sejamos contaminados por fanatismos e por ideologias que só conhecem a linguagem da violência. Outra, que nunca tenhamos a ilusão de que, por estarmos aparentemente longe do alvo dos terroristas

internacionais, não possamos ser atingidos. A morte de Sérgio dos Santos Silva e o sofrimento de Adeildo Alves dos Santos nos mostram que os tentáculos de grupos e facções radicais podem-se estender a qualquer parte do mundo, ainda que de forma indireta. A intolerância e a truculência do terrorismo não conhecem fronteiras.

Quero deixar aqui registrado meu repúdio, como também o desta Casa, a essa abominável ação terrorista e solidarizar-me com a família enlutada e com a pequena cidade paranaense, São Tomé, pela perda desse trabalhador que só queria realizar o sonho de melhorar de vida e depois voltar para o aconchego da família e da sua terra natal.

A Adeildo Alves dos Santos desejamos melhora e que Deus o ajude a superar o trauma.

Lamentamos esse fato e entendemos que todos nós, como Parlamentares, temos que trabalhar para que essa onda de terrorismo não prossiga na sua escalada em prejuízo de toda a sociedade.

Muito obrigado.

**O SR. LEONARDO MONTEIRO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocência Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. LEONARDO MONTEIRO** (PT – MG. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna prestar uma justa homenagem ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – CDDPH, que completa hoje, terça-feira, dia 16 de março, 40 anos de existência.

Para comemorar as 4 décadas do Conselho, a Secretaria Especial de Direitos Humanos promoveu um evento, fazendo a retrospectiva das principais atuações do CDDPH ao longo destes anos.

O Conselho é um importante guardião dos direitos humanos no País. Guiado pelo desejo de construção de uma nação justa, soberana e solidária, o CDDPH atua em diversas frentes para promover os direitos humanos e consolidar o Estado Democrático de Direito.

A celebração do 40º aniversário do CDDPH contou com a presença do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Sepúlveda Pertence, do Advogado-Geral da União, Alvaro Augusto, de todos os conselheiros, da Secretária Nacional de Justiça, Cláudia Chagas, de Senadores e Deputados, entre outras autoridades.

É parte da comemoração uma exposição de fotos dos principais conflitos, mobilizações e reivindicações populares ocorridas nos 40 anos do Conselho.

Criado pela Lei nº 4.319, de 16 de março de 1964, o CDDPH é um órgão colegiado com representantes de setores representativos ligados aos direitos humanos e com importância fundamental na promoção e defesa desses direitos no País.

O Conselho tem por principal atribuição receber denúncias e investigar, em conjunto com as autoridades competentes locais, violações de direitos humanos de especial gravidade com abrangência nacional, como chacinas, extermínio, assassinatos de pessoas ligadas à defesa dos direitos humanos, massacres, abusos praticados por operações das polícias militares etc. Para tanto, o Conselho constitui comissões especiais de inquérito e atua por meio de resoluções.

O CDDPH também promove estudos para aperfeiçoar a defesa e a promoção dos direitos humanos e presta informações a organismos internacionais de defesa dos direitos humanos.

O CDDPH tem um currículo de luta, defesa e resgate dos direitos humanos. Passou algum tempo fechado por imposição da ditadura militar, mas foi importante na mobilização pela Lei de Anistia, em 1979, pela abertura política e pelas eleições diretas. Fez-se presente no caso de Eldorado dos Carajás, no massacre do Carandiru, nas chacinas de Vigário Geral e da Candelária, entre outros maus momentos da vida brasileira.

Nestes 40 anos, novos desafios vão surgindo. Na reunião dos 40 anos, o CDDPH tem em pauta a apresentação do Plano Nacional de Combate à Violência no Campo, pelo ouvidor agrário nacional. Será discutida a reforma do Judiciário no que diz respeito às normas sobre direitos humanos. Além disso, será apresentado relatório da comissão especial constituída para acompanhar a investigação da tentativa de assassinato praticada contra o cacique Marcos Xukuru, em Pernambuco. O caso tramita na Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, o CDDPH foi e continua sendo um órgão de afirmação da cidadania, construção e consolidação da democracia e da efetivação dos direitos humanos no Brasil. Contar a história do CDDPH e visitar a memória do Brasil é revivê-la.

Parabéns ao CDDPH e ao seu Presidente, o ilustre Ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos, Nilmário Miranda, pelo profícuo trabalho realizado à frente da Secretaria.

Muito obrigado.

**O SR. COLOMBO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocência Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. COLOMBO** (PT – PR. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Ministro da Educação, Tarso Genro, está acelerando o projeto que cria vagas para alunos de baixa renda junto às instituições privadas de ensino superior do Brasil. O projeto em breve vai ao Congresso graças a uma solicitação de urgência feita pelo Presidente Lula. Estou aplaudindo esta iniciativa, pois utiliza a renúncia fiscal de um dinheiro que o Governo, em grande parte, não arrecada e usa espaço ocioso que não aumentará o custo para as instituições.

Do ponto de vista da demografia escolar, temos uma pressão brutal de jovens chegando ao ensino superior e o setor público não consegue acompanhar a demanda. O número de estudantes matriculados no ensino fundamental está estabilizado em torno de 35 milhões. No ensino médio há um crescimento das matrículas em torno de 10% a cada ano. Só as matrículas do 3º ano do ensino médio, que eram de 2,23 milhões em 2002, passaram para 3 milhões em 2004. Desse total, 300 mil alunos estudam em escolas privadas (mesmo número desde 1996). São majoritariamente os jovens oriundos da escola pública que pressionam para entrar no ensino superior.

Tivemos nestes últimos anos uma expansão enorme do ensino superior privado em instituições divididas nas categorias filantrópicas, sem fins lucrativos e empresas educacionais (com fins lucrativos). Elas representam 88% das instituições de ensino superior, que terão agora uma avaliação criteriosa pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), e possuem 37% das vagas em ociosidade. Com a estatização de 25% das vagas, quem aderir terá isenção de impostos e contribuições federais. As filantrópicas, de difícil fiscalização pela Receita Federal e moviças na forma de cumprirem com as determinações sociais, deverão oferecer bolsa integral aos alunos do programa. As instituições sem fins lucrativos terão mais 40% de renúncia fiscal (totalizando 100%) e as empresas educacionais terão 100% de renúncia, com a obrigação de oferecer ao Governo um quarto de suas vagas em todos os turnos e cursos. Todas serão abertas para uma maior fiscalização.

O público-alvo é o aluno da rede pública, classificado pelo vestibular de alguma universidade pública ou pelo ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio). A renda familiar *per capita* máxima para ter o benefício será de 1,5 salário mínimo. Haverá bolsa parcial para

famílias com renda de 1,5 a 2,5 salários mínimos. O potencial imediato é atender em torno de 150 mil estudantes, com projeção em 5 anos de atender mais de 800 mil vagas.

Isso não basta, precisamos de mais ensino público, mas vem aí a reforma universitária, que trará mudanças significativas no ensino superior gratuito.

Muito obrigado.

**O SR. VICENTINHO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocência Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. VICENTINHO** (PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, informo aos Deputados que hoje foi realizado o Fórum Internacional do Trabalho, no qual foi apresentado o resultado das conversações entre empresários, trabalhadores e Governo a respeito da reforma sindical.

Na condição de Presidente da Comissão Especial da Reforma Trabalhista, convoco os nobres pares a comparecerem quinta-feira ao Plenário 12, às 10h, para participar do encontro com o Ministro do Trabalho, Ricardo Berzoini, que nos trará a proposta a ser apresentada à Casa posteriormente.

É de grande importância a presença de todos os Parlamentares para debater o projeto.

Sr. Presidente, quero me solidarizar, neste momento, com todo o povo espanhol. Dor, mágoa, tristeza e cicatrizes que nunca se apagarão. Tudo o que há de mais triste foi gerado pela insanidade de uns poucos, pela repugnante insanidade de quem só enxerga a si mesmo, só enxerga o seu estúpido “radicalismo”, sua insensatez, sua viseira colocada sobre os olhos e a alma. Coloco aspas na palavra radicalismo porque não posso aceitar a denominação de “radicais” dada aos que planejaram e executaram essa monstruosidade. Pois me lembro do que disse o grande educador brasileiro Paulo Freire: radical é aquele que vai à raiz, que busca o sentido último das coisas, que busca inspiração para seus atos, mas não na matança, não na destruição; radical é aquele que enxerga em sua crença, em sua fé, em seus princípios políticos ou ideológicos, sinais de transformação, de esperança, de luta, de concretização de sonhos, utopias e projetos. Radical é quem deseja o bem-estar alheio, pois sabe que a vida fica muito mais bela quando transformada em pão, trabalho, terra, saúde, emprego, educação, que são raízes da nossa felicidade.

Não se pode chamar de radical, ou mesmo de humano, quem é capaz de, em uma manhã de traba-

lho, de estudo, de passeio, detonar bombas, matando mais de 2 centenas de seres humanos. Não nos é possível imaginar a que ponto chega a maldade humana. Não é possível deixar de se emocionar vendo os bichinhos de pelúcia deixados próximos aos locais das explosões, lembrando os meninos e as meninas que perderam a vida por causa da insanidade de uns poucos.

O terror é repulsivo. O terror de quem se aproveita da inocência alheia para concretizar a sua sede de sangue e de morte tem que ser diariamente combatido. O terror nos assusta muito. O terror, acima de tudo, é covarde. Fere e mata inocentes, atinge seres humanos que nada têm a ver com a sede de sangue dos covardes.

Solidarizo-me com todo o querido povo espanhol, homens e mulheres feitos de trabalho, de sorrisos, de hospitalidade, de carinho, de vinho, festa e dignidade. Solidarizo-me com todos aqueles e aquelas que já sofreram na carne as conseqüências da insanidade alheia.

Por isso, solidarizo-me também com o povo negro, do Brasil, de todo o mundo, meus irmãos e irmãs. No dia 21 de março comemora-se, em todo o mundo, o Dia Internacional de Combate ao Racismo. O 21 de Março lembra a luta do povo negro da África do Sul que, sob o *apartheid* racista, foi obrigado a conviver com a Lei do Passe. Os negros e as negras, por essa lei, somente poderiam seguir o itinerário imposto pelos ditadores, somente poderiam passar por determinados locais, e sem "transgressões", conforme determinava a minoria governante. Os negros se revoltaram, a polícia matou dezenas de cidadãos e cidadãs. E o 21 de Março passou a ser mais um marco histórico nessa ampla luta, nessa grande caminhada não somente dos negros, mas de mulheres e homens de todas as raças. Um dar as mãos em busca do mundo em que a cor da pele não aparte, não afaste, não separe. Ao contrário, seja mais um motivo de aproximação e de respeito às diferenças.

Como as bombas em Madri, o preconceito também é outra forma de terror.

Como as bombas, não sabemos de onde ele vem.

Como as bombas, não se sabe o momento em que o veneno será destilado.

Como as bombas, não se tem como ser prevenido.

Como as bombas, o preconceito é covarde.

O terror mata, o preconceito fere.

O terror é fatal, o preconceito destrói.

O terror elimina, o preconceito impede o crescimento da amizade, da solidariedade, da fraternidade.

Terror e preconceito são faces distintas de uma mesma moeda, e se assemelham naquilo que têm de pior: atingem homens e mulheres, crianças e idosos, cujo único sonho é viver em paz.

Sem bombas e sem terror. Sem preconceito e sem dor.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** – Sr. Presidente, peça a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estou recebendo da Mesa o projeto de lei de conversão, em cumprimento ao Regimento Interno.

**O SR. LINCOLN PORTELA** – Sr. Presidente, peça a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. LINCOLN PORTELA** (Bloco/PL – MG. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, aconteceu de forma circense, e, lamentavelmente, não me pegou de surpresa, a venda da indústria de cerveja brasileira para a belga Interbrew. Indústria esta que demorou mais de 120 anos para ser consolidada em nosso País e que foi globalizada com a formação da AmBev, há apenas 4 anos, segundo matérias de nossos jornais.

Srs. Deputados, o que se passa com o CADE, a SDE, o CVM e as demais autoridades? Será que vão simplesmente aceitar essas falácias, relatadas na mídia global com tom verde e amarelo?

Os princípios das leis de direito econômico em todos os grandes países têm como objetivo preservar não só o interesse do consumidor, mas também o interesse nacional. E, no caso da venda da AmBev, o País não receberá nem um dólar, além de a operação inibir possíveis investimentos da cervejaria belga no Brasil.

Já não chegam os abusos ainda não apurados e praticados sobre a rede de distribuidores exclusivos, que se foram sem indenização, sem nada receberem? Foram mais de mil empresários, isto sem falar nos mais de 100 mil empregos que essas empresas geravam, simplesmente se evaporaram devido à ganância do trio financeiro e dos controladores maiores das ações com direito à voto da AmBev.

A AmBev armou uma cilada mirabolante para a rede de distribuidores exclusivos de suas marcas, parceiros de décadas, para conseguir a autorização do CADE na fusão Brahma, Skol e Antarctica em 1999. Conseguiu também benefícios e benesses fis-

cais exclusivas da Receita Federal, em detrimento dos concorrentes, foi denunciada por sonegação e elisão fiscal, aumentou, à custa do sangue de seus antigos parceiros, seus resultados, sua eficiência e sua liquidez, enfim, dourou a pílula, e, agora, vai dar um "bye-bye, Brasil".

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos diante de escândalo que desafia um termo de compromisso assumido com o CADE em 1999, no qual consta a proibição da venda de ativos da AmBev até 2009, razão pela qual estão dizendo que essa operação é de parceria, de fusão, ou troca de ações, e que a AmBev terá sede e comando na nova empresa no Brasil. Na verdade, ela está vendida à Interbrew, que terá, inicialmente, 52% das ações com direito a voto e poderá elevar para 84%, dependendo da adesão de acionistas minoritários.

Mais uma vez, estão querendo enganar todos nós. Na SDE existem 2 processos administrativos por abuso de poder econômico (n<sup>os</sup> 08012.004363/00-89 e 08012.002929/2003), e que não tramitam. Existe também jurisprudência no TST por formação de grupo econômico, que condenou a AmBev (Skol), em setembro de 2003, a pagar direitos trabalhistas a funcionário de um ex-distribuidor mineiro que, após sua retirada, nada recebeu. Essa jurisprudência ainda não contemplou o restante dos funcionários da mesma empresa, que continuam esperando.

Sr. Presidente, caros colegas Deputados, não podemos ficar inertes, sob pena de ser coniventes com tais procedimentos.

Portanto, mais uma vez, estou de acordo com pedido que será encaminhado a esta Casa de urgente realização de audiência pública com a direção da AmBev, para que possa se posicionar e esclarecer as várias denúncias de abuso de poder praticado sob olhares de pânico dos credores dessa megaempresa.

Existe também termo de compromisso na CVM em que os controladores da AmBev/BRACO não poderiam se desfazer de suas ações sem a publicação do fato relevante.

Muito obrigado.

**O SR. JOSUÉ BENGTON** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. JOSUÉ BENGTON** (PTB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, mais uma vez levanto a voz desta tribuna em favor do povo paraense e faço apelo ao novo Ministro dos Transpor-

tes, um amazônida, para que encare com responsabilidade e coragem o problema da Transamazônica.

Sr. Presidente, em 5 anos de mandato, a história se repete. O povo de Uruará, Medicilândia, Altamira, Anapu, Pacajá, Brasil Novo e tantas outras cidades, mais de 1 milhão de paraenses, está literalmente isolado neste período de inverno. Se não forem tomadas medidas preventivas, no ano que vem a situação será a mesma.

Sr. Ministro, olhe para a Transamazônica, rodovia criada para integrar o Brasil, embora hoje nossa população esteja desintegrada e totalmente isolada.

**O SR. SERAFIM VENZON** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. SERAFIM VENZON** (PSDB – SC. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, as universidades públicas são freqüentadas por 1.123.118 alunos, enquanto na rede particular eles somam 2.604.917, segundo dados do IBGE. Cinquenta por cento dos alunos mais pobres representam apenas 5,5% do total dos estudantes nas particulares e 12% na rede pública. Portanto, necessitam de trabalho para custear seus próprios estudos. Os estudantes que trabalham formam um contingente de 40% na escola superior pública e de 32,7% no setor privado.

As 53 escolas superiores públicas passam por dificuldades como a falta de professores. O Governo Federal investe na formação do professorado, assegurando-lhe mestrado, doutorado, MBA e outros cursos de aperfeiçoamento feitos, muitas vezes, no exterior. Quando está no auge da carreira, o profissional deixa o funcionalismo e migra para a escola privada. O segundo ponto refere-se à baixa remuneração. Há mais de 10 anos não ocorre reajuste necessário à sobrevivência do professor. O terceiro entrave é a falta de condições de trabalho: salas de aula acham-se sucateadas; laboratórios precisam de equipamentos fundamentais; bibliotecas necessitam de livros atualizados; sem falar de currículos e métodos pedagógicos que estão ultrapassados.

É pena que as escolas superiores privadas tratem a educação como mercadoria a ser constituída, administrada e comercializada de acordo com as leis do mercado. Assim, elas pouco definem o que e como ensinar, pilares essenciais para caracterizar a qualidade da educação. É preciso debater essa questão com mais clareza e mais cautela, se desejarmos segurança para nossos estudantes.



Se a crise é risco, também é oportunidade!

É preciso revelar que é na crise e por ela que o novo emerge, que o resultado da pesquisa cresce, que a criatividade floresce e que a valorização da universidade pública aparece!

Nesta oportunidade, apresento algumas reivindicações para o desenvolvimento do ensino superior no Brasil, para que todos tenham o direito de participar na construção de um futuro melhor para o País: reajuste imediato do salário do mestre, do professor e dos auxiliares da escola superior federal; execução de um projeto de aperfeiçoamento da mão-de-obra das universidades públicas; ampliação do FIES para 400 mil novos estudantes inscritos nas faculdades privadas; consolidação do Programa de Mobilização Estudantil nas escolas superiores públicas; avaliação rigorosa do MEC para abertura de novos cursos universitários; melhoria das condições de trabalho profissional na escola de ensino superior; aporte de maiores recursos para o Programa de Modernização do Ensino Superior do MEC; liberação, pelo Ministério do Planejamento, do edital para a realização de concurso público para preenchimento de 14 mil vagas de docentes nas instituições federais de ensino superior; fomento à integração entre escola, ensino, pesquisa e extensão; incentivo para a formação de professores com mestrado e doutorado das universidades federais; e estímulo para a educação a distância para formação acadêmica e profissional de nível superior.

Muito obrigado.

**O SR. POMPEO DE MATTOS** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocência Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. POMPEO DE MATTOS** (PDT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje Brasília recebeu caravana de Prefeitos de todo o País, a Marcha dos Prefeitos, que reivindicam benefícios para seus Municípios. Já fui Prefeito e conheço a angústia de S.Exas. Aliás, a reforma tributária tão prometida e que inverteria o processo de desvalorização por que passam os Municípios brasileiros, virou pó.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tenho me empenhado na tarefa de convencer Parlamentares da importância de colocar na pauta da Câmara, com a máxima brevidade, o Projeto de Lei Complementar nº 191, de 2001, de minha autoria, que propõe a regulamentação do art. 29 da Constituição Federal, responsável pela definição do número mínimo e máximo de Vereadores em cada Município. A proposta visa dar fim à po-

lêmica instaurada em todo o País em função de recentes decisões dos tribunais superiores, que ordenam a redução do número de Vereadores em diversos Municípios brasileiros a partir das eleições de 2004. Em alguns, ele será reduzido à metade.

O projeto, que aguarda parecer há quase 3 anos na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, estabelece, dentro dos atuais limites constitucionais, uma nova ordem de composição das Câmaras Municipais, promovendo adequação no número de Vereadores em cidades onde a quantidade de cadeiras extrapola o bom senso. A regulamentação proposta impede, também, que decisões judiciais promovam reduções exorbitantes, que inviabilizem o bom funcionamento daqueles Legislativos.

Como tenho pregado nesta Casa, a responsabilidade pela solução do problema é do Legislativo Federal, portanto, de todos nós, Deputados. Não podemos continuar a empurrar o problema com a barriga, sob pena de o Poder Judiciário acabar definindo tais regras, o que é atribuição do Congresso Nacional.

O PLP nº 191/2001 conta com a simpatia da União dos Vereadores do Rio Grande do Sul (UVERGS) e da União dos Vereadores do Brasil (UVB). Diversos Vereadores já estão em Brasília, como parte de grande mobilização destinada a pressionar a Câmara dos Deputados para que regulamente o número de cadeiras nas Câmaras Municipais.

Apelo à Mesa e aos Líderes para que apressem a discussão dessa matéria antes das eleições municipais proporcionais, pois corremos o risco de vê-las chegar aos tribunais.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocência Oliveira) – Nobre Deputado Pompeo de Mattos, V.Exa. tem meu apoio ao seu projeto.

**O SR. MEDEIROS** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocência Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. MEDEIROS** (Bloco/PL – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, solidarizo-me com os policiais federais que estão em greve por absoluta falta de cumprimento da lei.

O trabalho desempenhado pela Polícia Federal no combate ao tráfico de drogas e na proteção de nossas fronteiras é essencial. Ontem a corporação deu demonstração de sua eficiência ao prender o Sr. Sérgio Naya, que se preparava para sair do País.

O que os policiais federais pedem é apenas o cumprimento da lei segundo a qual todos têm direito a salário compatível com o nível superior.

Apelo ao Ministro da Justiça, homem sensível, que tem tido excepcional desempenho à frente da Pasta, a fim de que abra negociação com a categoria. Se não pagar a diferença salarial de uma vez, que o faça em 2 ou 3 vezes, mas o Governo não pode fechar os olhos em caso de descumprimento da lei.

Portanto, minha solidariedade aos policiais federais em greve.

**O SR. FERNANDO GABEIRA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. FERNANDO GABEIRA** (Sem Partido-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, comunico que amanhã, com a instalação das Comissões, apresentarei requerimento em que convido o Ministro das Relações Exteriores para explicar a decisão de mandar tropas ao Haiti. Gostaria de conhecer a posição do Governo, de saber que política pretende desenvolver naquele país e por quanto tempo nossas tropas ficarão lá.

Depois desse processo, decidirei se voto ou não a favor da decisão. Obrigado.

**O SR. WILSON SANTOS** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. WILSON SANTOS** (PSDB – T. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, meu pronunciamento versa sobre a greve da Polícia Federal. Quero expressar minha solidariedade aos agentes federais e declarar meu apoio irrestrito à sua mobilização.

Reconheço como justa a reivindicação de cumprimento da Lei nº 9.266, de 1996, que fixa o vencimento básico de nível superior para os policiais ocupantes dos cargos de agente, escrivão e papiloscopista. Depois de março de 1996, o ingresso na PF passou a ser feito mediante concurso público destinado a portadores de nível superior, o que legalmente lhes inseriu em outra categoria salarial.

Reforçando o que disse o nobre Deputado Meeiros, a Polícia Federal não está pedindo aumento, como afirmam alguns grandes jornais brasileiros, mas apenas o cumprimento da lei. É importante ressaltar que esse setor do serviço público é um dos 5 mais respeitados e detentores de maior credibilidade

junto à sociedade. Se há aumento salarial, ele se dá por conseqüência. O que pretendem e exigem, repito, é o mero cumprimento da lei.

Não é pertinente a justificativa do Governo de que não há recursos para implementação da lei. Todos sabem que ela deve ser acatada, e não questionada.

As operações Anaconda, Praga do Egito, Tráfico de Órgãos, Zaqueu, Repressão ao Contrabando, Repressão aos Bingos e Máquinas Caça-Níqueis, bem como outras em andamento estão sendo sensivelmente prejudicadas.

É interessante resistir e manter firme a mobilização. No início, é sempre complicado, mas depois o Governo começa a ceder e termina por chamar a categoria para fazer um acordo. Sr. Presidente, é preciso que o Governo Lula abra as negociações e trate a Polícia Federal com respeito.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Esta Presidência prorroga a sessão por 1 hora.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – A Presidência informa que, tendo sido distribuído o projeto de lei de conversão do nobre Relator, Deputado Zarattini, à Medida Provisória nº 163, vai-se passar à discussão da matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, que falará contra a matéria.

**O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME** (PSDB – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esta medida provisória não cria um trem da alegria, mas um transatlântico da alegria.

É inacreditável! São 2,8 mil cargos de confiança, todos nomeados a critério do Governo de plantão – repito, a critério do Governo de plantão. Dizer que só ocuparão esses 2,8 mil cargos quem tiver carteirinha do PT é uma maldade que não cometerei. Até porque a Emenda Aditiva nº 8, do nobre Deputado Ricardo Barros, do Paraná, que deverá ser aprovada por todos, veda o débito em folha para cargos de confiança de que trata esta medida provisória, para fins de contribuição partidária. Portanto, o problema não é esse.

O problema é que esses 2,8 mil cargos vão custar ao povo brasileiro 46 milhões de reais a mais por ano. Não é só. Outro dispositivo, adicionado sem muito destaque, aumenta a gratificação dos cargos em confiança de natureza especial de 40% para 65%. Só com essa pequena mudança, haverá o acréscimo anual de 55 milhões de reais.

Aí, vem a seguinte pergunta: não faltam funcionários no Governo? Faltam, mas em outras áreas.

Vamos dar um exemplo: na quinta-feira, pedi ao Ministério do Meio Ambiente, por meio de requerimento de informações, dados sobre a curva ascendente do desmatamento no País, noticiada pelos grandes jornais brasileiros. Pois bem. O Governo foi ágil e agiu rápido, para desmentir que a inépcia tenha tomado conta do partido que o comanda. Anunciou 3 medidas para acabar com o desmatamento: primeiro, monitoramento através de sensoriamento remoto; segundo, envio de projeto de lei para transformar em crime ambiental o desmatamento em áreas públicas ou privadas; e, terceiro, atuação do Exército na fiscalização dessa prática.

Vamos analisar rapidamente essas 3 medidas. Primeiro, o monitoramento já existe desde julho de 2002, através do projeto SIVAM; segundo, a Lei de Crimes Ambientais já diz que é crime desmatar; e, terceiro, não é função do Exército fiscalizar. O que falta? Fiscalização. É preciso nomear fiscais, mas por concurso, e não por apadrinhamento.

**O SR. ZARATTINI** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Posteriormente assegurarei a palavra a V.Exa.

**O SR. ZARATTINI** – Sr. Presidente, quero apenas um esclarecimento do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – É praxe, nobre Relator, Deputado Zarattini. V.Exa., por favor, anote todas as críticas. Antes de encerrar a discussão, esta Presidência passará a palavra a V.Exa.

**O SR. ZARATTINI** – Sr. Presidente, insisto, é apenas um esclarecimento. O orador na tribuna pode ou não conceder o aparte.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Pode, mas não deve, porque o tempo é de 3 minutos. Se conceder o aparte, desrespeitará o Regimento.

**O SR. ZARATTINI** – O esclarecimento evitaria que o orador subsequente incorresse no mesmo erro de apreciação. O intuito é colaborar.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – A Presidência fará o seguinte: antes de encerrar a discussão, passará a palavra a V.Exa. Anote todas as críticas e depois as apresente.

**O SR. ZARATTINI** – Tudo bem. Anotarei.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Para falar a favor da matéria, concedo a palavra ao nobre Deputado Tarcisio Zimmermann, que disporá de 3 minutos.

**O SR. TARCISIO ZIMMERMANN** (PT – RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, não quero entrar no mérito do debate sobre os cargos de confiança criados por esta medida provisória, mas é importante citar os números corretos: são 1.321 cargos de confiança; os demais são cargos em comissão, portanto, de chefia. Não são cargos de livre provimento, como foi dito aqui, mas exercidos por servidores públicos.

Conforme disse, não quero entrar no mérito do debate porque a rigor o Governo Lula, diante da necessidade de reposição de quadros, abrirá concursos para preenchimento de mais de 40 mil vagas no serviço público federal.

O Estado brasileiro deve assegurar aos servidores os direitos da cidadania. A criação desses cargos de confiança e de comissão corresponde à mesma lógica de dar ao Poder Executivo as condições necessárias para que cumpra suas responsabilidades.

Quero destacar nesta medida provisória tão eloquentemente relatada a criação do Ministério que vai coordenar todos os programas da área social, tendo à frente o Ministro Patrus Ananias. Certamente, uma das aspirações da sociedade brasileira era a coordenação única do conjunto das ações sociais do Governo Federal. A própria Lei Orgânica da Assistência Social prevê o comando único da política social dos Governos Federal, Estaduais e Municipais.

Pois o Governo Federal, mediante a criação desse Ministério, efetiva a aspiração dos militantes da área social. O Ministério coordenará, dará unidade, coesão e consistência às políticas públicas do setor. E tenho certeza de que o Ministro Patrus Ananias, nosso companheiro, tem condições de atender a esse grande reclamo da sociedade.

Queremos mais eficácia e unidade em relação às políticas sociais. Certamente, as ações do Governo Federal serão mais bem executadas com essa nova estrutura proposta.

Manifestamos nossa expectativa positiva em torno da medida e aplaudimos a unificação do comando das políticas sociais, o que certamente beneficiará o povo brasileiro.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Para falar contrariamente à matéria, concedo a palavra ao nobre Deputado Lobbe Neto.

**O SR. LOBBE NETO** (PSDB – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, mesmo sem muito tempo, mas com incrível agilidade, o Governo enviou a esta Casa mais uma medida provisória. Estamos aqui para discutir a Medida Provisória nº 163, de 2004, que altera a Lei nº 10.683, sancionada em 28 de maio de 2003.

O Presidente João Paulo Cunha muito se preocupa em liberar a pauta, mas a cada semana ou dia mais medidas provisórias chegam a esta Casa. A antiga Oposição, que foi a opção dos eleitores na última eleição e não a oposição “fogo amigo” do Partido dos Trabalhadores ou da base aliada, mais atrapalha do que ajuda. A atual Oposição ajuda e até faz acordo para limpar a pauta.

Solicito ao Deputado Medeiros que investigue a pirataria no Brasil e reveja seus conceitos sobre Oposição e Situação no Congresso Nacional. É absurda a tentativa do Partido dos Trabalhadores de usar a bandeira da Oposição ou de ser mais opositorista do que foi no passado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, senhores e senhoras que acompanham a sessão pelos meios de comunicação da Casa, somos contrários a essa medida provisória porque se trata da criação de 2.798 cargos e de gasto de 43 milhões, fora os 55 milhões previstos para o pagamento de gratificações. Por outro lado, o Governo não abre negociação para evitar greves que despontam por todo o País. É o caso dos médicos peritos do INSS, dos agentes da Polícia Federal, dos servidores da Advocacia-Geral da União e dos técnicos do Ministério da Agricultura. Afinal, existem ou não recursos? Se existem, que se promova o diálogo.

No ano passado, os servidores públicos da União receberam apenas 1% de aumento salarial – um absurdo! –, e neste ano a previsão é de apenas 2%. Esperamos, sim, maior reajuste, digno dos trabalhadores da União. A Polícia Federal, que realiza grande trabalho, deve ter sua reivindicação atendida, sim, cumprindo-se a lei em vigor.

Nossa bancada estaria de acordo com o Governo, se fossem extintos alguns dos 35 Ministérios. Um quer puxar o tapete do outro, o Governo está paralisado, o País não se desenvolve, não são realizadas as benfeitorias sociais.

Sr. Presidente, também somos contrários à medida provisória porque o PT sempre pregou a realização de concurso público. E onde está a transparência agora? O único que ganhou foi o tesoureiro do PT, que aumentará a arrecadação do dízimo com a criação de todos esses cargos em comissão.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao Deputado Henrique Fontana. (Pausa.) Ausente S.Exa.

Concedo a palavra ao Deputado Luiz Sérgio. (Pausa.) Ausente.

Concedo a palavra ao Deputado Eduardo Valverde. (Pausa.) Ausente.

Concedo a palavra ao Deputado Alberto Fraga.

**O SR. ALBERTO FRAGA** (PTB – DF. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, inscrevi-me para falar favoravelmente à medida provisória que trata da organização da Presidência da República e dos Ministérios. No entanto, peço aos colegas que não esqueçam a pauta de votações de amanhã e mantenham a mesma coerência que todos pedem ao Partido dos Trabalhadores, ou seja, fidelidade àquilo que dizia antes de ser Governo.

Uma das atitudes mais incoerentes do PT refere-se à ABIN, órgão criado pela Lei nº 9.883, de 1999, cujo art. 3º diz o seguinte:

*“Art. 3º Fica criada a Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, órgão de assessoramento direto ao Presidente da República (...).”*

O que se propõe nessa medida provisória? Que as informações geradas pela ABIN sejam filtradas, a fim de que não cheguem ao Presidente da República da maneira como devem chegar. Isso cheira a golpe, porque a ABIN é um dos órgãos mais importantes deste Governo. Se o PT quiser governar, verdadeiramente, tem de controlar 3 órgãos, o que não ocorre: a ABIN, a Receita Federal e a Polícia Federal.

Vejam V.Exas. a incoerência: a lei que criou a ABIN estabelece que ela é subordinada diretamente ao Presidente da República. Já a Lei nº 10.683 insere a ABIN em uma estrutura militar. O órgão máximo de informações do País, que compõe o Sistema Brasileiro de Inteligência, vai ficar subordinado a órgãos militares? Em qualquer país do mundo desenvolvido, o Presidente recebe informações diretas e não filtradas. Do contrário, o general encarregado da Chefia do Gabinete de Segurança Institucional do Governo brasileiro, por exemplo, vai levar as informações ao Presidente da maneira que quiser.

A coerência que peço ao PT é no sentido de que vote a matéria de acordo com o que estabelece a lei que criou a ABIN.

É evidente que a medida provisória é boa para o País, mas peço aos Deputados do meu partido que

apresentem destaque a ela e a minha emenda. Se o PMDB não fizer isso, apelarei para os partidos de Oposição. Temos de liberar a ABIN para que funcione como um órgão de informação e não sirva apenas para levar recados.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Carlos Alberto Leréia.

**O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA** (PSDB-GO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, muitas atitudes deste Governo já não mais me surpreendem. A quantidade de medidas provisórias enviadas a esta Casa é absurda. No entanto, anteriormente, vários Parlamentares do PT usavam a tribuna desta Casa para criticá-las.

O partido que assumiu a Presidência da República, a cada dia, surpreende a todos de maneira negativa, mas a mim não mais surpreende. Porém, tenho de fazer um elogio ao PT, pois sou uma pessoa justa. Lula prometeu gerar 2 milhões e 500 mil empregos por ano; já desempregou 500 mil; com os 200 mil dos bingos, são 700 mil empregos a menos. Não gerou 1 sequer.

Com esta medida provisória, ele gera empregos. Portanto, terei de elogiá-lo. O PT vai gerar 2.798 empregos. Para quem? Para seus filiados. Temos cobrado muito de Luiz Inácio Lula da Silva, o Presidente da República, a geração de empregos, que agora começa a ocorrer para os filiados do PT.

Com essa medida, a despesa com pessoal será aumentada em 55 milhões. Sabem V.Exas. que porcentagem será destinada ao partido? São 30%.

E mais: muitos Parlamentares desta Casa que aderiram ao Governo negociaram cargos. Sabem V.Exas. com quem? Com o Sr. Waldomiro! É bom que as pessoas saibam disso. Essa medida provisória chegou antes do escândalo Waldomiro Diniz. Muitos aguardam para cobrar a fatura, porque aderiram ao Governo. Cargos foram negociados pelo Sr. Waldomiro nesta Casa. É uma aberração! Vindo deste Governo, já não estranho mais nada.

Outro dia, o Presidente Lula esteve em Goiás, no Município de Cavalcante, com a comunidade calunga. Sabe o que S.Exa. fazia lá? Pregava adesivos do PT na roupa daquelas pessoas pobres num compromisso oficial. Coitados dos crioulos abandonados daquela região! Tinham de ficar na frente do palanque com o adesivo do PT. É um absurdo! O partido do Governo, que

se dizia de esquerda, hoje usa métodos nazi-fascistas no exercício da Presidência da República.

Nós, que temos responsabilidade em relação a este País, que lutamos para a criação de empregos, temos de usar a tribuna para denunciar irregularidades. Este Governo prometeu 2 milhões e 500 mil empregos ao ano, mas apenas contemplou os apaniguados. O PT sempre defendeu concurso público para o exercício das atividades administrativas do País. Se precisavam de cargos, que pedissem ao Governo anterior. Tiveram mais de 1 ano para pedir o preenchimento das vagas por meio de concurso público.

Não podemos admitir que o Governo empurre-nos, goela abaixo, todos os tipos de negociata e peça votos a Parlamentares que os apóiam, em alguns casos até da Oposição, para aprovar medidas provisórias. É uma aberração! Até Waldomiro Diniz está envolvido nessas negociatas.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. RAUL JUNGSMANN** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. RAUL JUNGSMANN** (PPS – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a relatoria dessa medida provisória coube, por sorteio, ao PPS, que se negou a fazê-la por entender que não era o momento adequado e que esse posicionamento deve ser assumido pelo Partido dos Trabalhadores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Para discutir a favor da matéria, concedo a palavra ao nobre Deputado Neucimar Fraga. (*Pausa.*) Ausente.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Carlos Willian, por 5 minutos.

**O SR. CARLOS WILLIAN** (PSC – MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Governo oposicionista passa agora para a Situação. Há 20 anos a Administração Pública Federal é mantida pelos Presidentes que se sucedem. O Presidente Fernando Henrique Cardoso estendeu seu mandato por mais 4 anos, ou seja, manteve a máquina governamental.

O País espera deste Governo nova estrutura administrativa e exige adaptação para manter a coerência de suas propostas de trabalho e dar respostas à população com serviços públicos mais eficientes.

À Casa Civil da Presidência da República foi agregada competência para a coordenação dos sistemas de organização. Propõe-se criar, com essa medida provisória, cargos de Direção e Assessoramento Superior – DAS, as funções gratificadas. Do ponto de vista orçamentário, foram todas prontamente alocadas na estrutura dos órgãos criados.

Finalizando, afirmo que há necessidade de tornar a máquina administrativa mais ágil, para dar respostas ao povo brasileiro em relação aos programas implementados pelo Governo. E isso exige a criação de cargos comissionados.

Diante dessa proposição, todos nós, da base do Governo, solicitamos aos Srs. Parlamentares que a aprovem. Depois poderemos cobrar dele o que todos esperamos. Temos de lhe dar condições para que trabalhe. Para isso, o Governo necessita efetivar esses cargos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. FERNANDO GABEIRA** – Sr. Presidente, peça a palavra para uma reclamação.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. FERNANDO GABEIRA** (Sem Partido-RJ. Reclamação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, fomos informados de que os Deputados que estão sem partido não foram integrados às Comissões. Aos 4 Deputados que estão nessa situação, menos ao Deputado Miro Teixeira, foi destinada a nobre Comissão de Participação Legislativa, que recebe projetos vindos de fora. Apenas advirto que isso envenenará nossa relação com os Srs. Líderes, com os partidos, sobretudo com o Governo.

Nossos mandatos foram conquistados dignamente, voto a voto, sem dinheiro de lixo, de jogo e de tráfico de drogas. Por isso, têm de ser respeitados.

Sr. Presidente, irei até o final nessa luta. O funcionário que nos telefonou e mandou o material disse que se tratava de acidente matemático, ou seja, que os 4 Deputados sem partido foram designados para composição de uma Comissão que não existe. Desconfio que sejam acidentes políticos, que se queira dizer que, se não temos partido, não somos Deputados. Somos Deputados com plenos direitos, independentemente de partido.

A partir de amanhã haverá uma relação envenenada neste Parlamento, se os Srs. Líderes não compreenderem a injustiça que cometeram conosco. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – A Mesa recebe a reclamação de V.Exa., a mesma dos Deputados Babá, João Fontes e Luciana Genro, e a levará ao Presidente João Paulo Cunha. Existe um dispositivo no Regimento...

**O SR. JOÃO FONTES** – Sr. Presidente, é o art. 26.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Nobre Deputado João Fontes, V.Exa. não tem o direito de interromper o Presidente.

**O SR. JOÃO FONTES** – Pois não, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Mantenha-se em seu lugar para ser respeitado.

**O SR. JOÃO FONTES** – Sr. Presidente, o meu lugar é este.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – A Presidência não aceita a reclamação de V.Exa. Estava falando quando V.Exa. me interrompeu, o que não aceito.

Nobres Deputados Babá, João Fontes, Luciana Genro e Fernando Gabeira, existe um dispositivo regimental segundo o qual nenhum Parlamentar pode ficar fora da composição das Comissões. Compete ao Presidente da Casa indicar os nomes. O Presidente João Paulo Cunha não cometeu nenhuma ilegalidade e não tem restrições ao exercício dos Parlamentares. Apenas cumpriu o Regimento ao designar V.Exas. para a Comissão na qual havia vaga. Como só existiam vagas na Comissão de Participação Legislativa, para sua composição foram indicados os Parlamentares sem partido.

Amanhã levarei o assunto ao Presidente João Paulo Cunha e tenho certeza de que, com sua sensibilidade, S.Exa. haverá de tomar uma decisão em relação a esse fato.

**O SR. BABÁ** – Sr. Presidente, peça a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. BABÁ** (Sem Partido-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero saber o que distingue o Deputado Miro Teixeira de nós outros. S.Exa. também está sem partido, mas foi tratado pela Mesa Diretora de forma diferenciada. É um absurdo! Sem desmerecer a Comissão, antecipadamente, encaminhei correspondência à sua Presidência. Não podemos ser tratados dessa forma.

Solicito que esta reclamação seja levada ao conhecimento do Presidente da Casa, porque fomos discriminados. O Deputado Miro Teixeira está sem partido,

mas foi considerado membro de outra Comissão que não a de Legislação Participativa. S.Exa. deveria estar na mesma condições que nós, sem partido.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocência Oliveira) – Informo ao nobre Deputado Babá que, oficialmente, o Deputado Miro Teixeira não se desvinculou do PDT. Tanto isso é verdade que, da relação dos Deputados sem partido, constam apenas 4 colegas: Deputado João Fontes, Deputado Babá, Deputada Luciana Genro e Deputado Fernando Gabeira.

**O SR. JOÃO FONTES** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocência Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. JOÃO FONTES** (Sem Partido-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tenho admiração por V.Exa. pela maneira respeitosa com que nos trata, atitude que lhe é peculiar. Na realidade, estamos reivindicando um direito. Portanto, tenho certeza de que o Presidente João Paulo e V.Exa. resolverão essa situação com senso de justiça.

Eu estava escalado para participar da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, mas agora fica parecendo que não me querem naquele órgão.

Em virtude de terem sido frustradas a criação de várias CPIs e dos novos fatos ocorridos no País, tenho certeza de que, através da atuação parlamentar, principalmente na CFFC, poderei dar minha contribuição ao País. Para tal fui eleito pelo povo de Sergipe.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. WALTER PINHEIRO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocência Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. WALTER PINHEIRO** (PT – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Frente Parlamentar Evangélica realizará amanhã a Celebração de Louvor a Deus, e um dos pontos que celebraremos será a modificação de dispositivo do Código Civil.

Sr. Presidente, V.Exa. recebeu convite, que agora ratifico e estendo aos demais os Parlamentares, para participar dessa celebração amanhã, a partir das 8h30min, no salão em frente à Chapelaria da Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. LOBBE NETO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocência Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. LOBBE NETO** (PSDB – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, adito o apoio da bancada do PSDB à reclamação do Deputado Fernando Gabeira e dos demais colegas.

Somos solidários com os Deputados expulsos do PT – portanto, não saíram por opção – que reivindicam participar das Comissões Permanentes da Casa.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocência Oliveira) – Para discutir, concedo a palavra ao Deputado Ricardo Barros, que falará contrariamente à medida provisória. S.Exa. dispõe de 3 minutos na tribuna.

**O SR. RICARDO BARROS** (PP – PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não usarei mais do que 3 minutos para defender a aprovação de 2 emendas de minha autoria à Medida Provisória nº 163, de 2004, que cria 3 mil cargos em comissão para petistas.

Em entrevista publicada pela imprensa nacional, o Presidente do Partido dos Trabalhadores, José Genoíno, disse que 70% dos cargos em comissão estão destinados aos aliados do PT, que se comprometem a dedicar 20% do salário aos cofres administrados pelo Sr. Delúbio Soares, Tesoureiro do partido.

O atual Governo transformou-se em corretor de cargos públicos. O PT recebe comissão para nomear pessoas com salários pagos pelo Erário. É exatamente assim que está funcionando a República brasileira.

A Emenda Aditiva nº 8, de minha autoria, diz:

*“Inclua-se no artigo 11 o seguinte parágrafo único:*

*Parágrafo único. É vedado o débito em folha de pagamento para os cargos de confiança de que trata o caput deste artigo, para fins de contribuição partidária”.*

Com a emenda, tentamos impedir que o Partido dos Trabalhadores exija dos nomeados: *“Toma a tua nomeação e me dá a autorização do desconto de 20% para o partido!”*

Vamos acabar com a mais nojenta das corrupções. O Sr. Waldomiro Diniz pede 1%; o Sr. Delúbio Soares, 20% do salário dos nomeados; e há quem peça até 30%. Li no jornal *Folha de S.Paulo* que o Presidente Lula autorizou que 20% do seu salário fossem para PT.

Companheiros, vamos acabar com essa imoralidade! Vamos acabar com a cobrança de comissão sobre o salário do servidor, pago com dinheiro público!

**O SR. ZARATTINI** – Peço a V.Exa. um aparte, nobre Deputado.

**O SR. RICARDO BARROS** – Concedo o aparte a V.Exa., Sr. Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocência Oliveira) – Nobre Deputado Zarattini, ao final, a Presidência dará a palavra a V.Exa.

**O SR. ZARATTINI** – Sr. Presidente, o Deputado Ricardo Barros concedeu-me o aparte.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocência Oliveira) – Nobre Deputado Zarattini, peço a V.Exa. que compreenda: o Deputado Ricardo Barros dispõe de apenas 3 minutos.

**O SR. ZARATTINI** – Sr. Presidente, atendo a V.Exa. Lembro apenas que ainda teremos a fala do Deputado Arnaldo Faria de Sá. Portanto, peço ao ilustre Deputado Ricardo Barros que permaneça em plenário para me ouvir contestar os absurdos que disse.

**O SR. RICARDO BARROS** – Sr. Relator, permanecerá em plenário. Espero que V.Exa. me conceda a gentileza da réplica, após tentar esclarecer o impossível. Evidentemente, V.Exa. não conseguirá mostrar ao Brasil que o PT não cobra comissão para nomear servidor público e dele não exige parte do salário. Não importa como chamem – dizimo, comissão ou corretagem; é imoral de qualquer forma.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, também apresentei emenda supressiva do art. 12, no qual o PT aumenta de 40% para 65% a gratificação para quem ocupa cargo em comissão de natureza especial do Grupo DAS, níveis 4, 5 e 6. Os ocupantes desses cargos, que também contribuem para o PT, terão a gratificação ampliada de 40% para 65%.

A Emenda Supressiva nº 9, de minha autoria, pretende evitar esse aumento, que, evidentemente, é acompanhado pelo aumento da caixinha do PT.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocência Oliveira) – Para discutir, concedo a palavra ao nobre Deputado Arnaldo Faria de Sá, que falará contrariamente à matéria.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Medida Provisória nº 163, editada em 23 de janeiro de 2004, prevê a criação de 2.797 car-

gos de confiança e mais um cargo de natureza especial, totalizando 2.798 cargos.

Após 13 de fevereiro, a situação do PT passou a ser outra, mas a referida medida provisória não foi alterada.

O art. 11 da medida provisória, não alterado pelo projeto de lei de conversão, dispõe sobre os cargos em comissão a serem criados. Friso que são cargos em comissão – 12 DAS-6, 70 DAS -5, 280 DAS-4, 260 DAS-3, 480 DAS-2 e 220 DAS-1 –, pois poderão ser distribuídos a quaisquer apaniguados. Não estou louco! É verdade, está aqui! Isso sem falar das funções gratificadas, que serão 1.175 FG-1, 200 FG-2 e 100 FG-3.

O pior, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é que esses cargos estão livres de lotação, podem ser distribuídos ao órgão que tiver mais força. Quando a medida provisória foi editada, sem dúvida alguma, todos ficariam para a Casa Civil, onde estava o Ministro mais forte. Agora, joga-se ao léu. Que pegue aquele que tiver mais competência, aquele que tiver mais capacidade.

Nem a medida provisória nem o projeto de conversão prevêem a lotação desses cargos. Vai ser um deus-nos-acuda, um pega-para-capar. Quem correr mais vai pegar, quem chegar primeiro vai levar, porque nem a MP nem o projeto de conversão falam de lotação, para onde vai esse ou aquele cargo, nem os de natureza especial nem os DAS nem as funções gratificadas.

Sras. e Srs. Deputados, votar é a nossa responsabilidade, e é o que faremos. E sem entrar nos detalhes do que já foi exposto desta tribuna sobre a comissão partidária. O cargo é de comissão, mas há também a comissão partidária. E aí certamente teremos uma situação muito mais complicada.

Não sei se o Governo dimensionou o tamanho do problema antes e após 13 de fevereiro. Depois de 13 de fevereiro, a diferença é bastante grande, porque passou a ser tutelado pelo Presidente do Senado, Sr. José Sarney. E ele conhece bem tutela, porque, quando Presidente da República, foi tutelado por Ulysses Guimarães. Mas hoje é o tutelador. E essa tutela vai fazer com que o Governo Federal fique refém, como também os 2.798 cargos aqui criados de forma irresponsável. Amanhã esta Casa terá oportunidade de impedir a aprovação dessa medida provisória.

Para concluir, Sr. Presidente, chamo a atenção para um único detalhe. Muita gente não tem o cuidado de verificar o que está sendo votado: essa medida provisória está convalidando a Lei nº 10.683, de 28 de maio



de 2003, aprovada no ano passado, já sob a égide do Governo Lula. Em seu art. 39, fala da criação dos cargos – à página 42 do avulso – e da remuneração dos cargos de natureza especial, que é de 8 mil reais.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Parlamentares, nós estamos impedidos de referendar acordo que permita o pagamento de aposentados e pensionistas, mas não de votar medida provisória que vai custar aos cofres da Nação mais de 50 bilhões de reais por mês – repito: mais de 50 bilhões de reais todos os meses! –, para atender à casta partidária, à sanha avassaladora daqueles que têm de ser calados, que têm de ficar quietos, que não podem dizer “não”.

Aqui, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, alguns poucos não dirão amém e ficarão indignados com essa medida provisória. “Não” à aprovação desta medida provisória.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – A Presidência informa que o acordo feito nesta Casa não foi mantido. Ele foi rasgado, por isso compete ao Presidente conceder a palavra a todos os oradores.

Antes de chegar ao plenário, o Presidente da Casa, Deputado João Paulo Cunha, telefonou-me e disse que em reunião com todos os Líderes havia feito acordo para que 3 Deputados falassem contra e 3 a favor. Em seguida, encerraria a discussão da matéria, cuja votação ficaria para amanhã. Mas tudo foi mudado no plenário. Ninguém aceitou a proposta. Como não se pode votar encerramento de discussão porque a MP nº 161 tranca a pauta, o Presidente foi obrigado a conceder a palavra a todos os oradores, já que não haverá votação. Portanto, todos os inscritos irão falar.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao Deputado Babá, para discutir a matéria.

**O SR. BABÁ** (Sem Partido – PA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, participei hoje à tarde de plenária dos servidores públicos federais, que estão em campanha salarial. Eles estão decididos a entrar em greve a partir de abril. A Polícia Federal, os companheiros da ANVISA e do Ministério da Agricultura estão em greve, e outras categorias virão. Por que estão em greve? Porque o Governo diz que não há dinheiro suficiente para conceder aumento justo aos servidores. As universidades não contratam professores ou servidores técnicos administrativos, assim como nos Ministérios. A desculpa é a mesma: não há verba suficiente para bancar o aumento salarial ou a contratação de novos servidores. Quer dizer, não há

condição de contratar professores que tanto fazem falta nas universidades, mas há para contratar quase 3 mil pessoas com cargos de confiança que, obviamente, vão ser distribuídos para a base governista nos mais variados Ministérios. Isso está claro e lógico.

Queremos falar sobre nossa preocupação. Não é possível que novamente o servidor público pague o preço desse processo. Se o Governo diz que não tem condição de dar aumento salarial, de fazer contratação por meio de concurso público para preenchimento de cargos necessários não só nas universidades, mas nas outras áreas do serviço público, como é que tem condição de contratar pessoas ganhando salário de até 8 mil reais, quando se sabe, por exemplo, que o salário de um professor, com doutorado, chega a no máximo 3 mil e poucos reais.

Sr. Presidente, é um desrespeito aos servidores públicos federais, principalmente à classe trabalhadora deste País, que não pode suportar tal medida provisória. Ela foi evidentemente editada para ampliar a base aliada. Hoje mesmo vimos que foi indicado para ocupar a Presidência dos Correios o ex-Ministro João Henrique, como presente ao PMDB pelos excelentes serviços prestados por Sarney, na Presidência do Senado, ao abafar as CPIs, aprovar projetos contra os trabalhadores, como foi a reforma da Previdência Social e outros projetos que estão por vir, como a reforma trabalhista e a reforma sindical. Isso, obviamente, para poder atender aos anseios da base aliada. E aí, em última instância, sabem o que acontecerá? A grande maioria dos Deputados votarão em causa própria.

Por que digo isso? Porque há muitos Deputados só esperando a votação deste projeto para exigir que seus apaniguados sejam colocados nesses cargos em comissão. Aí é que está o grande problema que a sociedade brasileira precisa conhecer.

Muito nos admira, mas o Governo Lula continua a ampliar o seu desgaste. Ontem, foi lamentável ver Lula entrar pela porta dos fundos de um hotel, no Rio de Janeiro, para receber o Presidente da Argentina Néstor Kirchner. Isso é reflexo da política econômica antitrabalhador que infelizmente o Governo Lula vem implementando.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Antonio Carlos Pannunzio, que falará contra a matéria. S.Exa. dispõe de 3 minutos.

**O SR. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO** (PSDB-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presiden-

te, Sras. e Srs. Deputados, apesar de estar febril e afônico, não me contive e vim para este plenário, ao ver o grande disparate que se apresenta durante a votação desta matéria.

Sr. Presidente, o Presidente Lula da Silva, em sua campanha, prometeu criar 10 milhões de empregos. Entendeu a sociedade brasileira que tal crescimento se daria por intermédio do crescimento da economia e não por meio de molecagens do tipo desta medida provisória que cria 2.798 empregos para pessoas diferenciadas, para pessoas que não se submetem ao crivo justo e constitucional do concurso público.

Esses 2.798 empregos não obedecem a regra alguma do plano de cargos e salários, já implantado em várias carreiras do Serviço Público Federal. São 2.798 empregos para apaniguados. E como foi muito bem dito, certamente engordará o caixa do PT, tal a obrigatoriedade da contribuição partidária, de forma muito satisfatória para o Sr. Delúbio Soares e outros que controlam tamanha montanha de dinheiro.

Os disparates não ficam apenas nisso. A medida provisória extingue o Programa Comunidade Solidária, que funcionou bem, pois atendeu parcelas importantes da população carente do País. Cria 2.798 empregos, mas não dizem sequer onde serão colocados os novos marajás da República, em quais Ministérios serão admitidos, nem para que função.

É um desrespeito ao Congresso votarmos essa medida provisória, mesmo que não seja hoje.

Faço um apelo ao Relator Zarattini, figura das mais ilustres e respeitadas, cuja vida pública é mais do que conhecida pelas lutas em favor das crenças às quais tem-se dedicado ao longo da vida. Não manche sua reputação brilhante ao rejeitar as emendas que todos apresentamos, o PSDB e os outros partidos da Oposição, e que poderiam amenizar a situação. Quando V.Exa. rejeita a emenda, está aceitando *in totum* tal barbaridade. O Presidente da República deveria se envergonhar do dia que a enviou ao Congresso Nacional.

**O SR. ZARATTINI** – Nobre Deputado, não é nenhuma barbaridade o que está aí.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Houve acordo para encerrar a discussão das matérias. Inclusive o Deputado Mário Negromonte está esperando desde 18h para pedir uma sessão de prazo.

A Presidência quer confirmar se o Líder vai ou não manter o acordo. Se ele for mantido, encerra a discussão agora e passa para a outra MP. O Relator pede uma sessão de prazo. Se não houver acordo, a Presidência vai continuar chamando os Deputados.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente, peça a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não concordo com o acordo. Ou mantemos o encerramento regimental ou, do contrário, não podemos passar para essa medida provisória.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Então, na condição de Vice-Líder do PTB, não concorda com o acordo.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Para continuar a discussão, concedo a palavra ao nobre Deputado Rodrigo Maia, que falará contra a matéria.

**O SR. RODRIGO MAIA** (PFL – RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, serei breve porque, depois das palavras dos nobres Deputados Ricardo Barros, Antonio Carlos Pannunzio, entre outros, já está tudo bem registrado.

Cometemos apenas um erro, nobre Deputado Antonio Carlos Pannunzio: o de não enchermos hoje as galerias de trabalhadores. Amanhã, teremos oportunidade de tê-los aqui cobrando do Governo não cargos, porque ninguém os quer, mas uma política econômica que faça o País voltar a crescer e a gerar empregos. Hoje as galerias deveriam estar lotadas de trabalhadores para ver a incoerência do Governo do PT, que está gerando a cada ano – assim como fez no primeiro ano – milhares de desempregados. Infelizmente, tivemos este ano 600, 700, 800, 1.000 novos desempregados. A medida provisória em discussão cria quase 3 mil novos cargos com funções gratificadas para atender de forma política seus companheiros.

Sr. Presidente, o fato está repercutindo diretamente nas ruas. Nesta manhã, assistindo ao programa *Bom Dia Brasil*, de forma triste, acompanhei matéria da ida do Presidente da República ao Rio de Janeiro, Estado que lhe deu o maior número de votos. Infelizmente, S.Exa. teve de entrar no hotel para uma reunião com o Presidente da Argentina pela porta dos fundos.

O fato é grave, Deputado Gilmar Machado, e merece, por isso, reflexão de toda a base do Governo. O Presidente da República, com menos de um ano e meio de Governo, em seus compromissos pelo Brasil, já está entrando pela porta dos fundos. Quem diria, um operário que ganhou a eleição com mais de 50 milhões de votos, não completou nem metade do seu mandato e já está tendo de fugir das manifestações dos funcionários demitidos dos bingos e dos servidores da Polícia Federal em greve. Há outras greves aparecendo pelo Brasil. Um Presidente da República tão popular quanto já foi Lula não pode chegar ao Estado onde obteve o maior número de votos proporcional e ter de entrar pela porta dos fundos.

Um dos motivos é essa medida provisória. Espero que o Governo e seu Relator possam refletir até amanhã na hora da votação, e entendam que o Brasil não precisa de 3 mil cargos comissionados e funções gratificadas. Precisa certamente de concursos públicos para preencher aqueles cargos em que há déficit de servidores. Não precisa de funções gratificadas e cargos em comissão para o Governo atender os companheiros do PT.

Ninguém está escondendo nada. Existem Ministérios e funções importantes de Estado que necessitam de novos servidores. Nesse caso, sim, terão o apoio da Oposição para a abertura de concursos a fim de preencher esses cargos. Agora, para atender os companheiros do PT, ainda não nomeados, e ao cofre do partido essa medida provisória não tem o apoio do Partido da Frente Liberal.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocência Oliveira) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Gilmar Machado, para falar a favor.

**O SR. GILMAR MACHADO** (PT – MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos votando a reestruturação, a reorganização dos cargos da União, como fez o Governador Aécio Neves, em Minas Gerais, ao criar 500 novos cargos de reestruturação para o PSDB. Não fomos lá dizer que S.Exa. não poderia agir daquela maneira, porque tinha de reestruturar o Estado. Votamos a favor porque entendíamos que S.Exa. fez uma reestruturação no seu secretariado, como fizemos aqui. Criamos Ministérios novos, como foi o caso do Ministério dos Esportes; estamos reestruturando o Ministério do Desenvolvimento Social e estamos propondo cargos comissionados.

Por que para o PSDB está tranquilo, não há problema, e agora aqui há problema? O PSDB em Minas não contratou o pessoal do PT para esses cargos comissionados, e ganhou o Governo. Está então correto que os cargos fossem indicados por eles. Por que aqui não? Tem, sim, de haver cargos de confiança.

Quarenta e um mil vagas para concursos foram abertas este ano. Porque ficamos 8 anos sem concurso no Governo do PSDB e do PFL. Por que não dizem isso? Desestruturaram o serviço público. Hoje, não há condições de avançar na reforma agrária porque faltam técnicos. Vamos ter 41 mil vagas para concursos públicos sendo realizados, mas bombardeados pelo PFL e pelo PSDB, que são contra. Ficaram 8 anos desmontando o serviço público brasileiro. Não contrataram pessoal, venderam as empresas brasileiras. Acabaram com vários setores. Mas nós vamos reorganizar o serviço público.

O PSDB, o PFL podem chiar, mas vamos recuperar os órgãos públicos que foram desmontados.

Vamos reorganizar o INCRA para promover a reforma agrária. Muitos não gostam, mas é o que vamos fazer. Vamos recuperar outros órgãos, como a CASEMG, para armazenar a safra recorde que estamos colhendo. Companhia essa que V.Exas. venderam, acabaram com ela. Vamos recuperá-la, e, para isso, precisamos de servidores, de técnicos.

V.Exas. podem bombardear, mas verão os órgãos públicos recuperados, os servidores valorizados e o concurso público sendo realizado. E teremos, sim, cargos comissionados.

Encerro dizendo que todas as pessoas que entram no PT sabem – e não é de hoje – que a contribuição que faço, de 20%, como Parlamentar, é por opção. E todos os servidores e qualquer pessoa filiada contribuem sim, pois fazemos parte de um partido financiado pelos trabalhadores. E continuaremos agindo dessa forma, contra a vontade daqueles que são financiados por banqueiros e grandes empresários. Continuaremos sendo sustentados pelos trabalhadores.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocência Oliveira) – A Presidência pede desculpas aos oradores, mas não há mais tempo. Regimentalmente, não podemos dar prosseguimento à sessão.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocência Oliveira) – **Apresentação de proposições.**

Os Senhores Deputados que tenham proposições a apresentar queiram fazê-lo.

**APRESENTAM PROPOSIÇÕES OS SRS.:**

<b>Autor</b>	<b>Proposição</b>	<b>Ementa</b>
Laura Carneiro	PRC 136/2004	Altera o disposto nos arts. 26 e 32 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução n.º 17, de 1989 e dá outras providências.
Geraldo Resende	RIC 1656/2004	Solicita informações ao Ministério do Planejamento sobre os motivos que levaram o Governo Federal a não cumprir o pacto estabelecido desde o ano passado com os servidores da Advocacia Geral da União, bem como sobre as atitudes que pretende tomar frente a mobilização da categoria.
Nazareno Fonteles	PLP 137/2004	Estabelece o Limite Máximo de Consumo, a Poupança Fraternal e dá outras providências
Milton Monti	PL 3137/2004	Acrescenta um parágrafo ao art. 39 da Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964.
Paulo Rocha	REQ 1634/2004 => REQ 201-2001 201/2001 CPINIKE	Requer o desarquivamento do Projeto de Resolução
Carlos Nader	PL 3138/2004	"Dispõe sobre o valor máximo a ser cobrado para inscrições em concursos públicos."
Carlos Nader	PL 3139/2004	"Acrescenta dispositivo ao art. 472 do Decreto - Lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943, e dá outras providências."
Carlos Nader	PL 3140/2004	"Altera o Art. 105, da Lei n.º 9.503, de 23 de setembro de 1997."
Silas Brasileiro	PRC 135/2004	Institui o Grupo Parlamentar Internacional do Café e dá outras providências.
João Grandão	INC 1954/2004	Sugere ao Ministro da Fazenda sejam liberados recursos para o financiamento das culturas de inverno e do milho "safrinha" na região Centro-Oeste, e se elevem os limites de financiamento aplicáveis aos produtores rurais afetados por estiagem, chuvas em excesso, ou outras intempéries.
Gonzaga Patriota	INC 1955/2004	Sugere ao Ministério da Justiça a efetivação dos Policiais Rodoviários Federais das turmas de 1993 e 1998 que se encontram sub-judice.
Marcelo Ortiz	RIC 1657/2004	Solicita informações ao Sr Ministro dos Transportes sobre as providências tomadas em relação às viagens rodoviárias feitas sem as paradas obrigatórias pelas empresas de viação.
Enivaldo Ribeiro	RIC 1658/2004	Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Previdência Social sobre valor de benefícios pagos pelo regime de Previdência do Servidor Público discriminado por faixa etária do beneficiário.
Neucimar Fraga	PL 3141/2004	Veda a exigência de estatura mínima para ingresso nas carreiras do serviço público da União, Estados, Distrito Federal e Municípios e dá outras providências.
Luiz Couto	REQ 1635/2004	Requer a convocação de Sessão Solene da Câmara dos Deputados para homenagem ao escritor e dramaturgo paraibano Ariano Suassuna
Luiz Couto	RIC 1659/2004	Solicita Informações ao Ministro do Desenvolvimento

---

		Agrário, Sr. Miguel Rosseto, sobre investimentos do PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar e sobre o Programa Garantia - Safra 2003/2004.
Laura Carneiro	PL 3142/2004	Assegura à mulher, na condição de chefe de família, o direito de aquisição de terras públicas.
Laura Carneiro	PL 3143/2004	Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor.
Lobbe Neto	RIC 1660/2004	Solicita informações à Sra. Ministra de Meio Ambiente sobre multas lavradas pelo IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis nos anos de 2002 e 2003.
Henrique Afonso	INC 1956/2004	Sugere à Presidência da República a doação do imóvel que menciona à Universidade Federal do Acre.
Antonio Cambraia	PL 3144/2004	Altera os arts. 1º, 2º, 6º e 7º da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003.
Dr. Evilásio	REQ 1636/2004	Requer a realização de Sessão Solene em homenagem aos 70 Anos da UNIFESP - Escola Paulista de Medicina da USP.
Dr. Evilásio	REQ 1637/2004	Requerimento para a realização de Sessão Solene em homenagem aos 60 anos do HOSPITAL DAS CLÍNICAS de São Paulo.
Zelinda Novaes	REQ 1639/2004	Requer voto de pesar pelo falecimento de dezenas de pessoas vítimas de atentado terrorista na Espanha, dia 11 de março de 2004.
José Roberto Arruda	REQ 1640/2004	Requer a convocação de Sessão Solene da Câmara dos Deputados em homenagem a Cidade de Brasília.
Pompeo de Mattos	PL 3145/2004	Dispõe sobre a exploração de loterias, em todas as modalidades e dá outras providências.
Walter Feldman	RIC 1661/2004	Solicita informações ao Ministro das Cidades, Sr. Olívio Dutra.
Antonio Carlos Mendes Thame	PL 3147/2004	Dispõe sobre a exigência de carteira nacional de habilitação para dirigir, para aquisição de veículo automotor por pessoa física.
Antonio Carlos Mendes Thame	PL 3146/2004	Acrescenta parágrafos ao art. 46 da Lei nº 8.906, de 04 de julho de 1994, que dispõe sobre o "Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)", para fixar valores máximos das contribuições a ela devidas.

---

**VII – ENCERRAMENTO**

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão, lembrando que amanhã, às 10 horas, haverá sessão solene em homenagem ao 70º aniversário da Universidade de São Paulo – USP.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) –

*COMPARECEM MAIS OS SRS.:*

**RORAIMA**

Luciano Castro PLPL/PSL  
Maria Helena PPS

**Total Roraima: 2**

**AMAPÁ**

Antonio Nogueira PT

**Total Amapá: 1**

**PARÁ**

Ann Pontes PMDB  
Asdrubal Bentes PMDB  
Babá S.Part.

Jader Barbalho PMDB

José Priante PMDB

Josué Bengtson PTB

Nicias Ribeiro PSDB

Nilson Pinto PSDB

Paulo Rocha PT

Raimundo Santos PLPL/PSL

Vic Pires Franco PFL

Wladimir Costa PMDB

Zenaldo Coutinho PSDB

**Total Pará: 13**

**AMAZONAS**

Francisco Garcia PP

Humberto Michiles PLPL/PSL

**Total Amazonas: 2**

**RONDÔNIA**

Agnaldo Muniz PPS

Nilton Capixaba PTB

**Total Rondônia: 2**

**ACRE**

Henrique Afonso PT

João Correia PMDB

Ronivon Santiago PP

**Total De Acre: 3**

**TOCANTINS**

Derval de Paiva PMDB

Homero Barreto PTB

Maurício Rabelo PLPL/PSL

**Total Tocantins: 3**

**MARANHÃO**

Eliseu Moura PP

Paulo Marinho PLPL/PSL

Pedro Novais PMDB

**Total Maranhão: 3**

**CEARÁ**

Arnon Bezerra PTB

Bismarck Maia PSDB

Rommel Feijó PTB

**Total Ceará: 3**

**PIAUI**

Marcelo Castro PMDB

Paes Landim PTB

Promotor Afonso Gil PDT

**Total Piauí: 3**

**RIO GRANDE DO NORTE**

Álvaro Dias PDT

Lavoisier Maia PSB

**Total Rio Grande do Norte: 2**

**PARAÍBA**

Carlos Dunga PTB

Domiciano Cabral PSDB

Inaldo Leitão PLPL/PSL

Lúcia Braga PT

Luiz Couto PT

Philemon Rodrigues PTB

Wellington Roberto PLPL/PSL

**Total Paraíba: 7**

**PERNAMBUCO**

Marcos de Jesus PLPL/PSL

Pastor Francisco Olímpio PSB

Raul Jungmann PPS

Ricardo Fiuza PP

Roberto Magalhães PTB

**Total Pernambuco: 5**

**ALAGOAS**

Helenildo Ribeiro PSDB

João Caldas PLPL/PSL

Olavo Calheiros PMDB  
Rogério Teófilo PPS  
**Total Alagoas: 4**

**SERGIPE**

Bosco Costa PSDB  
Jackson Barreto PTB  
João Fontes S.Part.  
Jorge Alberto PMDB  
José Carlos Machado PFL  
Mendonça Prado PFL  
**Total De Sergipe: 6**

**BAHIA**

Alice Portugal PCdoB  
Aroldo Cedraz PFL  
Edson Duarte PV  
Geddel Vieira Lima PMDB  
Gerson Gabrielli PFL  
Jairo Carneiro PFL  
João Carlos Bacelar PFL  
Jonival Lucas Junior PTB  
Josias Gomes PT  
Nelson Pellegrino PT  
Pedro Irujo PLPL/PSL  
Walter Pinheiro PT  
Zezéu Ribeiro PT  
**Total Bahia: 13**

**MINAS GERAIS**

Anderson Adauto PLPL/PSL  
Athos Avelino PPS  
Cabo Júlio PSC  
Carlos Melles PFL  
Cleuber Carneiro PFL  
Custódio Mattos PSDB  
Edmar Moreira PLPL/PSL  
Eliseu Resende PFL  
Fernando Diniz PMDB  
Geraldo Thadeu PPS  
Ibrahim Abi-Ackel PP  
Jaime Martins PLPL/PSL  
João Magalhães PMDB  
José Militão PTB  
José Santana de Vasconcellos PLPL/PSL  
Leonardo Mattos PV  
Lincoln Portela PLPL/PSL  
Maria do Carmo Lara PT  
Mário Heringer PDT

Paulo Delgado PT  
Rafael Guerra PSDB  
Reginaldo Lopes PT  
Roberto Brant PFL  
Romel Anizio PP  
Saraiva Felipe PMDB  
Sérgio Miranda PCdoB  
Silas Brasileiro PMDB  
Vittorio Mediolini PSDB  
**Total Minas Gerais: 28**

**ESPÍRITO SANTO**

Iriny Lopes PT  
**Total Espírito Santo: 1**

**RIO DE JANEIRO**

Alexandre Cardoso PSB  
Almir Moura PLPL/PSL  
André Luiz PMDB  
Deley PV  
Elaine Costa PTB  
Fernando Gabeira S.Part.  
Itamar Serpa PSDB  
Jandira Feghali PCdoB  
Jorge Bittar PT  
Juíza Denise Frossard PSDB  
Lindberg Farias PT  
Maria Lucia PMDB  
Moreira Franco PMDB  
Renato Cozzolino PSC  
Roberto Jefferson PTB  
Sandro Matos PTB  
Vieira Reis PMDB  
**Total Rio de Janeiro: 17**

**SÃO PAULO**

Alberto Goldman PSDB  
Amauri Robledo Gasques PLPL/PSL  
Angela Guadagnin PT  
Antonio Carlos Pannunzio PSDB  
Arlindo Chinaglia PT  
Carlos Sampaio PSDB  
Celso Russomanno PP  
Cláudio Magrão PPS  
Delfim Netto PP  
Dr. Pinotti PFL  
Durval Orlato PT  
Gilberto Nascimento PMDB  
lara Bernardi PT

José Mentor PT  
 Julio Semeghini PSDB  
 Lobbe Neto PSDB  
 Luiz Carlos Santos PFL  
 Medeiros PLPL/PSL  
 Nelson Marquezelli PTB  
 Neuton Lima PTB  
 Paulo Lima PMDB  
 Salvador Zimbaldi PTB  
 Vadão Gomes PP  
 Valdemar Costa Neto PLPL/PSL  
 Wanderval Santos PLPL/PSL  
 Zarattini PT  
**Total São Paulo: 26**

**MATO GROSSO**

Celcita Pinheiro PFL  
 Ricarte de Freitas PTB  
 Teté Bezerra PMDB  
 Welinton Fagundes PLPL/PSL  
**Total Mato Grosso: 4**

**DISTRITO FEDERAL**

José Roberto Arruda PFL  
 Osório Adriano PFL  
 Tadeu Filippelli PMDB  
**Total Distrito Federal: 3**

**GOIÁS**

Barbosa Neto PSB  
 Jovair Arantes PTB  
 Roberto Balestra PP  
 Vilmar Rocha PFL  
**Total de Goiás: 4**

**MATO GROSSO DO SUL**

Antonio Cruz PTB  
 Nelson Trad PMDB  
 Waldemir Moka PMDB  
**Total Mato Grosso do Sul: 3**

**PARANÁ**

André Zacharow PP  
 Assis Miguel do Couto PT  
 Colombo PT  
 Dra. Clair PT  
 Luiz Carlos Hauly PSDB  
 Oliveira Filho PLPL/PSL  
 Paulo Bernardo PT

Ricardo Barros PP  
 Takayama PMDB  
**Total Paraná: 9**

**SANTA CATARINA**

Gervásio Silva PFL  
 Ivan Ranzolin PP  
 João Matos PMDB  
 Jorge Boeira PT  
 Luci Choinacki PT  
 Mauro Passos PT  
 Paulò Bauer PFL  
 Serafim Venzon PSDB  
 Zonta PP  
**Total Santa Catarina: 9**

**RIO GRANDE DO SUL**

Alceu Collares PDT  
 Augusto Nardes PP  
 Cezar Schirmer PMDB  
 Francisco Appio PP  
 Henrique Fontana PT  
 Osvaldo Biolchi PMDB  
 Pastor Reinaldo PTB  
 Paulo Gouvêa PLPL/PSL  
 Paulo Pimenta PT  
**Total Rio Grande do Sul: 9**

*DEIXAM DE COMPARECER OS  
 SRS.:*

**AMAPÁ**

Hélio Esteves PT  
 Janete Capiberibe PSB  
**Total Amapá: 2**

**PARÁ**

Anivaldo Vale PSDB  
**Total Pará: 1**

**RONDÔNIA**

Miguel de Souza PLPL/PSL  
**Total Rondônia: 1**

**ACRE**

Júnior Betão PPS  
**Total Acre: 1**

**MARANHÃO**

Clóvis Fecury PFL  
 João Castelo PSDB



Nice Lobão PFL

**Total Maranhão: 3****CEARÁ**

Leônidas Cristino PPS

Roberto Pessoa PLPL/PSL

**Total Ceará: 2****PIAUÍ**

Ciro Nogueira PP

Moraes Souza PMDB

**Total Piauí: 2****RIO GRANDE DO NORTE**

Carlos Alberto Rosado PFL

Henrique Eduardo Alves PMDB

Ney Lopes PFL

Sandra Rosado PMDB

**Total Rio Grande do Norte: 4****PERNAMBUCO**

Armando Monteiro PTB

Joaquim Francisco PTB

Miguel Arraes PSB

Osvaldo Coelho PFL

Roberto Freire PPS

**Total Pernambuco: 5****ALAGOAS**

Luiz Dantas PTB

**Total Alagoas: 1****SERGIPE**

Cleonânicio Fonseca PP

**Total Sergipe: 1****BAHIA**

Félix Mendonça PFL

José Carlos Aleluia PFL

**Total Bahia 2****MINAS GERAIS**

Bonifácio de Andrada PSDB

Júlio Delgado PPS

Márcio Reinaldo Moreira PP

Ronaldo Vasconcelos PTB

**Total Minas Gerais: 4****RIO DE JANEIRO**

Alexandre Santos PP

Chico Alencar PT

Dr. Heleno PP

**Total Rio de Janeiro: 3****SÃO PAULO**

Jefferson Campos PMDB

João Herrmann Neto PPS

João Paulo Cunha PT

Jovino Cândido PV

Luciano Zica PT

Orlando Fantazzini PT

Professor Luizinho PT

Ricardo Izar PTB

Robson Tuma PFL

Telma de Souza PT

Vicente Cascione PTB

Zulaiê Cobra PSDB

**Total São Paulo: 12****GOIÁS**

Enio Tatico PTB

João Campos PSDB

Ronaldo Caiado PFL

**Total Goiás: 3****PARANÁ**

Cezar Silvestri PPS

Dilceu Sperafico PP

Dr. Rosinha PT

Hermes Parcianello PMDB

José Borba PMDB

Max Rosenmann PMDB

Odílio Balbinotti PMDB

**Total Paraná: 7****RIO GRANDE DO SUL**

Enio Bacci PDT

Érico Ribeiro PP

Kelly Moraes PTB

Mendes Ribeiro Filho PMDB

Onyx Lorenzoni PFL

**Total Rio Grande do Sul: 5**

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) –  
Encerro a sessão, antes convocando outra Extraor-  
dinária para amanhã, quarta-feira, dia 17, às 12 ho-  
ras, convoco também sessão ordinária, às 14 horas,  
ambas com as seguintes

**ORDENS DO DIA****SESSÃO EXTRAORDINÁRIA****MATÉRIA SUJEITA A DISPOSIÇÕES ESPECIAIS**

(Art. 62, § 6º da Constituição Federal)

**Votação****1****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 161-A, DE 2004**

(Do Poder Executivo)

**Votação, em turno único, da Medida Provisória nº 161-A, de 2004, que acresce o art. 1º-A à Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, que institui Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível (Cide), e dá outras providências; tendo parecer do relator da Comissão Mista, designado em Plenário, pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela adequação financeira e orçamentária desta e das emendas de nºs 1 a 12, 15 a 26, 28 a 52, 57 e 58, pela inadequação financeira e orçamentária das emendas de nºs 53, 54, 55 e 56, e, parcialmente, das de nºs 13, 14 e 27, e, no mérito, pela aprovação desta, das emendas de nºs 35, 36, 57 e 58, pela aprovação parcial das de nºs 2 a 9, 15 a 27, 39 a 43 e 48, nos termos do Projeto de Lei de Conversão apresentado, e pela rejeição das demais emendas (Relator: Dep. Vander Loubet).**

Prazo na Comissão Mista: 4-2-04

Prazo na Câmara: 19-2-04

Sobresta a Pauta em: 8-3-04 (46º Dia)

**2****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 162-A, DE 2004**

(Do Poder Executivo)

**Votação, em turno único, da Medida Provisória nº 162, de 2004, que abre crédito extraordinário, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R\$ 3.400.000.000,00, para os fins que especifica; tendo parecer do relator da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, designado em Plenário, pelo atendi-**

**mento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, pela adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação desta e pela rejeição das emendas de nºs 1 e 2 (Relator: Dep. Pedro Novais).**

Prazo na Comissão Mista: 5-2-04

Prazo na Câmara: 20-2-04

Sobresta a Pauta Em: 9-3-04 (46º Dia)

**Continuação da Discussão****3****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 163-A, DE 2004**

(Do Poder Executivo)

**Continuação da discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 163, de 2004, que altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências; tendo parecer do relator da Comissão Mista, designado em Plenário, pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária desta, das emendas de nºs 1 a 10, 12 e 13, e pela inadequação financeira e orçamentária da emenda de nº 11; e, no mérito, pela aprovação desta nos termos do Projeto de Lei de Conversão apresentado, e pela rejeição das emendas de nºs 1 a 13. (Relator: Dep. Zarattini).**

Prazo na Comissão Mista: 5-2-04

Prazo na Câmara: 20-2-04

Sobresta a Pauta em: 9-3-04 (46º Dia)

**Discussão****4****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 164, DE 2004**

(Do Poder Executivo)

**Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 164, de 2004, que dispõe sobre a Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social incidentes sobre a importação de bens e serviços, e dá outras pro-**

**vidências. Pendente de parecer da Comissão Mista.**

Prazo na Comissão Mista: 11-2-04

Prazo na Câmara: 26-2-04

Sobresta a Pauta em: 15-3-04 (46º Dia)

### **URGÊNCIA**

(Art. 155 do Regimento Interno)

#### **Discussão**

**5**

#### **PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 118, DE 2003**

(Da Mesa Diretora)

**Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 118, de 2003, que altera os arts. 26 e 32 do Regimento Interno. Pendente de parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.**

Tendo apensado o PRC 136/04.

**6**

#### **PROJETO DE LEI Nº 2.546-A, DE 2003**

(Do Poder Executivo)

**Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.546, de 2003, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada, no âmbito da Administração Pública; tendo parecer da Comissão Especial, pela admissibilidade deste e do PL nº 2.547/03, apensado, e, no mérito, pela aprovação deste, com substitutivo, e pela rejeição do PL nº 2.547/03, apensado (Relator: Dep. Paulo Bernardo).**

Tendo apensado o PL 2.547/03.

**7**

#### **PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 115, DE 2003**

(Da Mesa Diretora)

**Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 115, de 2003, que altera os arts. 101, 102, 74 e 82 do Regimento Interno. Pendente de parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.**

**8**

#### **PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 116, DE 2003**

(Da Mesa Diretora)

**Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 116, de 2003, que altera o parágrafo único do art. 87 do Regi-**

**mento Interno; transformando-o em § 1º, e acrescenta os §§ 2º e 3º ao mesmo artigo. Pendente de parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.**

**9**

#### **PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 117, DE 2003**

(Da Mesa Diretora)

**Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 117, de 2003, que modifica os arts. 7º e 188 do Regimento Interno, estabelecendo a obrigatoriedade de votação pelo sistema eletrônico para escolha dos membros da Mesa Diretora, e demais eleições. Pendente de parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.**

**10**

#### **PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 120, DE 2003**

(Da Mesa Diretora)

**Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 120, de 2003, que altera os arts. 66 e 88 do Regimento Interno. Pendente de parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.**

**11**

#### **PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 121, DE 2003**

(Da Mesa Diretora)

**Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 121, de 2003, altera os arts. 68, 72 e 84 do Regimento Interno. Pendente de parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.**

### **SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **MATÉRIA SUJEITA A DISPOSIÇÕES ESPECIAIS**

(Art. 62, § 6º da Constituição Federal)

#### **Votação**

**1**

#### **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 161-A, DE 2004**

(Do Poder Executivo)

**Votação, em turno único, da Medida Provisória nº 161-A, de 2004, que acresce o art. 1º-A à Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, que institui Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus deriva-**

dos, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível (Cide), e dá outras providências; tendo parecer do relator da Comissão Mista, designado em Plenário, pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela adequação financeira e orçamentária desta e das emendas de nºs 1 a 12, 15 a 26, 28 a 52, 57 e 58, pela inadequação financeira e orçamentária das emendas de nºs 53, 54, 55 e 56, e, parcialmente, das de nºs 13, 14 e 27, e, no mérito, pela aprovação desta, das emendas de nºs 35, 36, 57 e 58, pela aprovação parcial das de nºs 2 a 9, 15 a 27, 39 a 43 e 48, nos termos do Projeto de Lei de Conversão apresentado, e pela rejeição das demais emendas (Relator: Dep. Vander Loubet).

Prazo na Comissão Mista: 4-2-04

Prazo na Câmara: 19-2-04

Sobresta a Pauta em: 8-3-04 (46º Dia)

## 2

### MEDIDA PROVISÓRIA Nº 162-A, DE 2004

(Do Poder Executivo)

Votação, em turno único, da Medida Provisória nº 162, de 2004, que abre crédito extraordinário, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R\$ 3.400.000.000,00, para os fins que especifica; tendo parecer do relator da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, designado em Plenário, pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, pela adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação desta e pela rejeição das emendas de nºs 1 e 2 (Relator: Dep. Pedro Novais).

Prazo na Comissão Mista: 5-2-04

Prazo na Câmara: 20-2-04

Sobresta a Pauta em: 9-3-04 (46º Dia)

#### Continuação da Discussão

## 3

### MEDIDA PROVISÓRIA Nº 163-A, DE 2004

(Do Poder Executivo)

Continuação da discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 163, de

2004, que altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências; tendo parecer do relator da Comissão Mista, designado em Plenário, pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária desta, das emendas de nºs 1 a 10, 12 e 13, e pela inadequação financeira e orçamentária da emenda de nº 11; e, no mérito, pela aprovação desta nos termos do Projeto de Lei de Conversão apresentado, e pela rejeição das emendas de nºs 1 a 13. (Relator: Dep. Zarattini).

Prazo na Comissão Mista: 5-2-04

Prazo na Câmara: 20-2-04

Sobresta a Pauta em: 9-3-04 (46º Dia)

#### Discussão

## 4

### MEDIDA PROVISÓRIA Nº 164, DE 2004

(Do Poder Executivo)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 164, de 2004, que dispõe sobre a Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social incidentes sobre a importação de bens e serviços, e dá outras providências. Pendente de parecer da Comissão Mista.

Prazo na Comissão Mista: 11-2-04

Prazo na Câmara: 26-2-04

Sobresta A Pauta Em: 15-3-04 (46º Dia)

#### URGÊNCIA

(Art. 155 do Regimento Interno)

#### Discussão

## 5

### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 118, DE 2003

(Da Mesa Diretora)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 118, de 2003, que altera os arts. 26 e 32 do Regimento Inter-

no. Pendente de parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

Tendo apensado o PRC 136-04.

**6**

**PROJETO DE LEI Nº 2.546-A, DE 2003**  
(Do Poder Executivo)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.546, de 2003, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada, no âmbito da Administração Pública; tendo parecer da Comissão Especial, pela admissibilidade deste e do PL nº 2.547/03, apensado, e, no mérito, pela aprovação deste, com substitutivo, e pela rejeição do PL nº 2.547/03, apensado (Relator: Dep. Paulo Bernardo).

Tendo apensado o PL 2.547/03.

**7**

**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 115, DE 2003**  
(Da Mesa Diretora)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 115, de 2003, que altera os arts. 101, 102, 74 e 82 do Regimento Interno. Pendente de parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

**8**

**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 116, DE 2003**  
(Da Mesa Diretora)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 116, de 2003, que altera o parágrafo único do art. 87 do Regimento Interno; transformando-o em § 1º, e acrescenta os §§ 2º e 3º ao mesmo artigo. Pendente de parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

**9**

**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 117, DE 2003**  
(Da Mesa Diretora)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 117, de 2003, que modifica os arts. 7º e 188 do Regimento Interno, estabelecendo a obrigatoriedade de votação pelo sistema eletrônico para escolha dos membros da Mesa Diretora, e demais eleições. Pendente de parecer

da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

**10**

**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 120, DE 2003**  
(Da Mesa Diretora)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 120, de 2003, que altera os arts. 66 e 88 do Regimento Interno. Pendente de parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

**11**

**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 121, DE 2003**  
(Da Mesa Diretora)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 121, de 2003, altera os arts. 68, 72 e 84 do Regimento Interno. Pendente de parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

**AVISOS**

**PROPOSIÇÃO EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS OU RECURSOS**

**I – EMENDAS**

**PROJETO DE LEI:**

**PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**  
(Ato da Mesa nº 177, de 1989)

**Nº 2.109/99 (AYRTON XERÉZ)** – Dispõe sobre a constituição de patrimônio de afetação nas incorporações imobiliárias de que trata a Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964. (Apensado o Projeto de Lei nº 3.065/04, ao qual foi atribuída urgência constitucional) *Sobresta a Pauta em: 23/4/04 (Art. 64, § 2º da Constituição Federal).*

**ÚLTIMA SESSÃO:** 17-3-04

**II – RECURSOS'**

**1. CONTRA APRECIÇÃO CONCLUSIVA DE COMISSÃO – ART. 24, II**

**INTERPOSIÇÃO DE RECURSO:** ART. 58, § 3º combinado com ART. 132, § 2º

**PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE RECURSO:**  
ART. 58, § 1º

**1.1 COM PARECERES FAVORÁVEIS**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO:**

**Nº 508-A/03 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática)** – Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Piratininga de Jaú Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Jaú, Estado de São Paulo.

**ÚLTIMA SESSÃO:** 17-3-04

**PROJETO DE LEI:**

**Nº 4.891-B/99 (ZULAIÊ COBRA)** – Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, instituindo nova categoria de segurado obrigatório da Previdência Social.

**ÚLTIMA SESSÃO:** 17-3-04

**1.2 COM PARECERES, QUANTO AO MÉRITO, CONTRÁRIOS (Art. 133, DO RI)**

**PROJETO DE LEI:**

**Nº 510/03 (CARLOS SOUZA)** – Revoga a Lei nº 6.050, de 24 de maio de 1974, que “dispõe sobre a fluoretação da água em sistemas de abastecimento quando existir estação de tratamento”.

**DECURSO:** 4ª SESSÃO

**ÚLTIMA SESSÃO:** 18-3-04

**2. CONTRA PARECER TERMINATIVO DE COMISSÃO – ART 54, DO RI**

(SUJEITAS A DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO EM APRECIÇÃO PRELIMINAR, NOS TERMOS DO ART. 144, DO RI)

**PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE RECURSO:** ART. 58, § 1º, DO RI

**INTERPOSIÇÃO DE RECURSO:** ART 58, § 3º, com-binado com ART. 132, § 2º, DO RI

**2.1 PELA INCONSTITUCIONALIDADE E/OU INJURIDICIDADE OU INADMISSIBILIDADE**

**PROJETO DE LEI:**

**Nº 5.076/01 (PODER EXECUTIVO)** – Dispõe sobre o processo judicial de dissolução de associações para fins ilícitos e de suspensão de atividades de sociedades de fato, nos casos que especifica.

**DECURSO:** 4ª SESSÃO

**ÚLTIMA SESSÃO:** 18-3-04

**3. SUJEITO A DEVOLUÇÃO AO AUTOR, nos termos do artigo 137, § 1º, do RI.**

Prazo para apresentação de recurso artigo 137, § 2º (05 sessões), a seguinte proposição:

**PROJETO DE LEI:**

**Nº 2.949/04 (LUCIANO CASTRO)** – Autoriza o Poder Executivo a recontratar os servidores desligados da CONAB através do PDV.

**DECURSO:** 4ª SESSÃO

**ÚLTIMA SESSÃO:** 18-3-04

*ORADORES SORTEADOS PARA O GRANDE EXPEDIENTE DO MÊS DE MARÇO DE 2004*

**Dia 17, 4ª-feira**

15:00 FÉLIX MENDONÇA (PFL – BA)

15:25 DARCÍSIO PERONDI (PMDB – RS)

**Dia 18, 5ª-feira**

15:00 SERAFIM VENZON (PSDB – SC)

15:25 SARAIVA FELIPE (PMDB – MG)

**Dia 19, 6ª-feira**

10:00 JOÃO FONTES (SPART. – SE)

10:25 NEUTON LIMA (PTB – SP)

10:50 FRANCISCO RODRIGUES (PFL – RR)

11:15 TELMA DE SOUZA (PT – SP)

11:40 MILTON MONTI (PL – SP)

12:05 FERNANDO DE FABINHO (PFL – BA)

12:30 WASHINGTON LUIZ (PT – MA)

12:55 HAMILTON CASARA (PSB – RO)

13:20 MARCELLO SIQUEIRA (PMDB – MG)

**Dia 22, 2ª-feira**

15:00 JOSIAS GOMES (PT – BA)

15:25 JOÃO CORREIA (PMDB – AC)

15:50 OSMAR SERRAGLIO (PMDB – PR)

16:15 PAULO PIMENTA (PT – RS)

16:40 ABELARDO LUPION (PFL – PR)

17:05 LINCOLN PORTELA (PL – MG)

17:30 RAUL JUNGSMANN (PPS – PE)

17:55 LUIZ PIAUHYLINO (PTB – PE)

18:20 MOACIR MICHELETTO (PMDB – PR)

**Dia 23, 3ª-feira**

15:00 ASSIS MIGUEL DO COUTO (PT – PR)

15:25 JOSÉ PIMENTEL (PT – CE)

**Dia 24, 4ª-feira**

15:00 ANTONIO CRUZ (PTB – MS)

15:25 JOÃO GRANDÃO (PT – MS)

**Dia 25, 5ª-feira**

15:00 EDSON EZEQUIEL (PMDB – RJ)

15:25 RICARDO BARROS (PP – PR)

**Dia 26, 6ª-feira**

10:00 SÉRGIO MIRANDA (PCdoB – MG)  
 10:25 NILSON PINTO (PSDB – PA)  
 10:50 ROSE DE FREITAS (PMDB – ES)  
 11:15 CARLOS ABICALIL (PT – MT)  
 11:40 HUMBERTO MICHILES (PL – AM)  
 12:05 EDUARDO VALVERDE (PT – RO)  
 12:30 ALMERINDA DE CARVALHO (PMDB – RJ)  
 12:55 SUELY CAMPOS (PP – RR)  
 13:20 ROBERTO PESSOA (PL – CE)

**Dia 29, 2ª-feira**

15:00 ZÉ LIMA (PP – PA)  
 15:25 EDUARDO BARBOSA (PSDB – MG)  
 15:50 JOVAIR ARANTES (PTB – GO)  
 16:15 PEDRO FERNANDES (PTB – MA)  
 16:40 MARCELO CASTRO (PMDB – PI)  
 17:05 EDSON DUARTE (PV – BA)  
 17:30 PAULO BAUER (PFL – SC)  
 17:55 ROBERTO GOUVEIA (PT – SP)  
 18:20 GERVÁSIO SILVA (PFL – SC)

**Dia 30, 3ª-feira**

15:00 ZENALDO COUTINHO (PSDB – PA)  
 15:25 LUIZ CARLOS HAULY (PSDB – PR)

**Dia 31, 4ª-feira**

15:00 WALDEMIR MOKA (PMDB – MS)  
 15:25 EDUARDO SCIARRA (PFL – PR)

**ORDEM DO DIA DAS COMISSÕES****I – COMISSÕES TEMPORÁRIAS**

**COMISSÃO ESPECIAL COM A FINALIDADE DE DEFINIR A ATUAÇÃO DESTA CASA NAS AÇÕES DESTINADAS A IMPLEMENTAR AS PROVIDÊNCIAS REFERIDAS NA LEI Nº 10.745, DE 9 DE OUTUBRO DE 2003, QUE DEFINE O ANO DE 2004 COMO O “ANO DA MULHER”.**

**Local:** Plenário 4 do Anexo II  
**Horário:** 14h30min

**REUNIÃO ORDINÁRIA****A – Eleição:**

Eleição do Presidente e Vice-Presidentes.

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EFETUAR ESTUDO EM RELAÇÃO ÀS MATÉRIAS EM TRAMITAÇÃO NA CASA, CUJO TEMA ABRANJA A REFORMA DO JUDICIÁRIO.**

**Local:** Plenário 12 do Anexo II  
**Horário:** 14h

**REUNIÃO ORDINÁRIA**

Exposição do Relator, Deputado Ibrahim Abi-Ackel, sobre o parecer do Senador José Jorge à PEC 29/2000 – “REFORMA DO JUDICIÁRIO”.

**A – Requerimentos:**

REQUERIMENTO Nº 29/04 Do Sr. José Eduardo Cardozo – que “solicita que sejam convidados representantes do Instituto de Acesso à Justiça – IAJ e do Movimento Nacional de direitos Humanos a comparecer a esta comissão a fim de prestarem esclarecimentos sobre a reforma do judiciário.”

RELATOR: Deputado IBRAHIM ABI-ACKEL

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 115-A, DE 1995, DO SR. GERVÁSIO OLIVEIRA, QUE “MODIFICA O PARÁGRAFO 4º DO ART. 225 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, INCLUINDO O CERRADO NA RELAÇÃO DOS BIOMAS CONSIDERADOS PATRIMÔNIO NACIONAL”**

**Local:** Plenário 07 do Anexo II  
**Horário:** 14h30min

**REUNIÃO ORDINÁRIA****A – Instalação/Eleição:**

Instalação da Comissão e Eleição do Presidente e Vice-Presidente.

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 227-A, DE 2004, QUE “ALTERA OS ARTIGOS 37, 40, 144, 194, 195 E 201 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, PARA DISPOR SOBRE A PREVIDÊNCIA SOCIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS” (PEC PARALELA – ALTERANDO A EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 41, DE 2003 – REFORMA DA PREVIDÊNCIA).**

**Local:** Plenário 13 do anexo II  
**Horário:** 14h30min

**REUNIÃO ORDINÁRIA****AUDIÊNCIA PÚBLICA****A – Audiência Pública:**

Ministro da Previdência Social, Sr. AMIR LANDO.

**AVISO****PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS**

**DECURSO:** ATÉ 19/03/04\*

\* prazo prorrogado por ato da Presidência.

**Proposta de Emenda à Constituição (Art. 202, §3º)**

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 227/04 – Do Senado Federal – que “altera os artigos 37, 40, 144, 194, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a Previdência Social, e dá outras providências.”

RELATOR: Deputado JOSÉ PIMENTEL

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 438-A, DE 2001, QUE “DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 243 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL” (ESTABELECENDO A PENA DE PERDIMENTO DA GLEBA ONDE FOR CONSTADA A EXPLORAÇÃO DE TRABALHO ESCRAVO; REVERTENDO A ÁREA AO ASSENTAMENTO DOS COLONOS QUE JÁ TRABALHAVAM NA RESPECTIVA GLEBA).**

**Local:** Plenário 11, Anexo II

**Horário:** 14h30min

**REUNIÃO ORDINÁRIA AUDIÊNCIA PÚBLICA****A – Audiência Pública:**

Convidados:

Ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos, Exmo. Sr. Nilmário Miranda;

Ministro do Trabalho e Emprego, Exmo. Sr. Ricardo Berzoini;

Secretária de Inspeção do Trabalho/MTE, Sra. Ruth Beatriz de Vasconcelos Vilela; e

Diretor do Departamento de Polícia Federal, Sr. Paulo Lacerda (presença a confirmar).

**B – Requerimentos:**

REQUERIMENTO Nº 10/04 Do Sr. Antonio Carlos Biscaia – que “requer seja convidado o Sr. Padre Ricardo Resende, para em audiência pública desta

Comissão Especial, prestar declarações sobre “Trabalho Escravo no Brasil”.

REQUERIMENTO Nº 11/04 Da Sra. Teté Bezerra – (PEC 438/2001) – que “requer convidar os Senhores Aninho Mucundramo Irachande, cientista político, José Hortêncio Ribeiro Júnior, Presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 23ª Região – AMATRA, Patrícia Audi, Coordenadora Nacional do Projeto de Controle ao Trabalho Forçado – OIT, Dom Pedro Casaldáliga, Bispo de São Félix do Araguaia – MT, para participarem de Audiência Pública nesta Comissão.”

REQUERIMENTO Nº 12/04 Do Sr. Leonardo Monteiro – (PEC 438/2001) – que “solicita realização de Conferência na Assembléia Legislativa de Minas Gerais, para discutir o Trabalho Escravo no Estado de Minas Gerais.”

REQUERIMENTO Nº 13/04 Do Sr. Antonio Carlos Biscaia – que “requer seja convidada a Dra. Regina Butrus, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, para em audiência pública desta Comissão Especial, prestar declarações relativas ao “Trabalho Escravo no Brasil”.

REQUERIMENTO Nº 14/04 Da Sra. Kátia Abreu – que “requer sejam convidados, para participar de audiência pública nesta Comissão, o Presidente da Comissão Nacional de Relações do Trabalho e Previdência Social da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA, Dr. Rodolfo Tavares; e a Presidente da Comissão de Relações do Trabalho da Federação da Agricultura do Estado do Pará – FAEPA, senhora Iasira Leite Sedrin, para discutir as ações para a erradicação do Trabalho Escravo no Brasil.”

REQUERIMENTO Nº 15/04 Do Sr. Washington Luiz – que “requer a realização de Conferência Externa da Comissão Especial – Trabalho Escravo em São Luís/MA.”

**AVISO****PROPOSIÇÃO EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (10 SESSÕES)**

**DECURSO:** 7ª SESSÃO

**ÚLTIMA SESSÃO:** 22-03-04

**Proposta de Emenda à Constituição (Art. 202, §3º)**

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 438/01 – Do Senado Federal – que “dá nova redação ao art. 243 da Constituição Federal.” (Apensa-



dos: PEC 232/1995 (Apensados: PEC 21/1999, PEC 159/1999, PEC 189/1999 e PEC 300/2000) e PEC 235/2004)

RELATOR: Deputado Tarcisio Zimmermann

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 54-A, DE 1999, QUE “ACRESCENTA ARTIGO AO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS” (DISPONDO QUE O PESSOAL EM EXERCÍCIO QUE NÃO TENHA SIDO ADMITIDO POR CONCURSO PÚBLICO, ESTÁVEL OU NÃO, PASSA A INTEGRAR QUADRO TEMPORÁRIO EM EXTINÇÃO À MEDIDA QUE VAGAREM OS CARGOS OU EMPREGOS RESPECTIVOS).**

Local: Plenário 10 do Anexo II

Horário: 14h30min

#### REUNIÃO ORDINÁRIA

Apreciação do Parecer do Relator.

RELATOR: Deputado ÁTILA LIRA

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO, Nº 3-A, DE 1999, QUE “ALTERA OS ARTS. 27, 28, 29, 44 E 82 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E INTRODUZ DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS, DE FORMA A FAZER COINCIDIR OS MANDATOS ELETIVOS QUE MENCIONA E ATRIBUIR-LHES NOVO PERÍODO DE DURAÇÃO” E APENSADAS**

#### AVISO

**PROPOSIÇÃO EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (10 SESSÕES)**

DECURSO: 7ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 22-03-04

#### Proposta de Emenda à Constituição (Art. 202, §3º)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 3/99 – Do Sr. Paulo Octávio – que “altera os arts. 27, 28, 29, 44 e 82 da Constituição Federal, e introduz disposições transitórias, de forma a fazer coincidir os mandatos eletivos que menciona e atribuir-lhes novo período de duração.” (Apensados: PEC 6/1999 (Apensados: PEC 45/1999 e PEC 162/1999), PEC 30/1999, PEC 38/1999 (Apensado: PEC 74/1999), PEC 55/1999, PEC 69/1999, PEC 102/1999, PEC 114/1999, PEC 132/1999, PEC

140/1999, PEC 178/1999, PEC 186/1999 e PEC 216/2000)

RELATOR: Deputado EDUARDO SCIARRA

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 1399, DE 2003, QUE “DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA MULHER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

Local: Plenário 08 do Anexo II

Horário: 15h

#### REUNIÃO ORDINÁRIA

Elaboração do roteiro dos trabalhos.

#### AVISO

**PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)**

DECURSO: 2ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 22-03-04

#### Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 1.399/03 – Do Sr. Renato Cozzolino – que “dispõe sobre o Estatuto da Mulher e dá outras providências.”

RELATORA: Deputada EDNA MACEDO

**COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A AVALIAR, IN LOCO, A SITUAÇÃO DA DEMARCAÇÃO EM ÁREA CONTÍNUA DA RESERVA INDÍGENA “RAPOSA SERRA DO SOL”, NO ESTADO DE RORAIMA.**

Local: Plenário 16 do Anexo II

Horário: 14h

#### REUNIÃO ORDINÁRIA

#### AUDIÊNCIA PÚBLICA

#### A – Audiência Pública:

1 – Dr. DARLAN DIAS, Procurador da República no Estado de Roraima, representando o Ministério Público Federal; 2 – Sr. PAULO SANTILLI, Antropólogo.

COORDENADOR: Deputado MOACIR MICHELETTO

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A “INVESTIGAR A AÇÃO CRIMINOSA DAS MILÍCIAS PRIVADAS E DOS GRUPOS DE EXTERMÍNIO EM TODA A REGIÃO NORDESTE”.**

Local: Plenário 5 do Anexo II da Câmara dos Deputados

Horário: 14h

**REUNIÃO ORDINÁRIA****A – Requerimentos:**

REQUERIMENTO Nº 46/03 Do Sr. Luiz Alberto – que “solicita seja convocada a Sra. Kátia Alves dos Santos, ex-secretária de segurança pública do Estado da Bahia, a comparecer a esta comissão para prestar esclarecimentos sobre as acusações proferidas pela Sra. Olga Regina de Souza”

REQUERIMENTO Nº 57/03 Do Sr. Luiz Couto – que “solicita requisição de cópias de documentos ao Secretário de Segurança Pública do Estado de Sergipe.”

REQUERIMENTO Nº 59/03 Do Sr. Luiz Couto – que “solicita seja convidado a participar de audiência pública desta Comissão o Superintendente da Polícia Federal no Estado de Sergipe, Delegado QUÉRCIO PINTO.”

REQUERIMENTO Nº 60/03 Do Sr. Luiz Couto – que “solicita sejam intimados, na qualidade de testemunha, o Tenente Coronel Yunes, Diretor do COE – Comando de Operações Especiais do Estado de Sergipe; o Delegado de Polícia Civil Luciano Cardoso, o Delegado de Polícia Civil José Luiz Accioly Teixeira, a Superintendente de Polícia Civil Joelise Oliveira Costa Teles e o Delegado de Polícia Civil João Elói Menezes, todos do Estado de Sergipe.”

REQUERIMENTO Nº 70/03 Do Sr. Luiz Alberto – que “solicita seja convidada a Sra. Telma Pereira Lobão, a comparecer a esta comissão para denunciar atuação de grupo de extermínio na cidade de Cruz das Almas -Ba.”

REQUERIMENTO Nº 71/04 Do Sr. Luiz Couto – que “solicita seja convocado a prestar depoimento à CPI o senhor Everton Gladson de Oliveira, testemunha de crimes no Estado de Sergipe”

REQUERIMENTO Nº 72/04 Do Sr. Luiz Couto – que “solicita seja convidada a prestar depoimento à CPI a senhora Edla do Amaral Costa Cruz, viúva do ex-deputado estadual de Sergipe, Joaldo Barbosa”

REQUERIMENTO Nº 76/04 Do Sr. Promotor Afonso Gil – que “Requer cópias dos processos em que são réus o Tenente-Coronel José Viriato Correia Lima e outros ao Tribunal de Justiça do Estado do Piauí e à 1ª Vara Criminal do mesmo Estado.”

REQUERIMENTO Nº 77/04 Do Sr. Luiz Couto – que “solicita que a CPI seja representada pelos Deputados LUIZ COUTO, JOSÉ PIMENTEL e JOÃO ALFREDO, no período de 24 a 26 de março, junto aos trabalhos a serem desenvolvidos no Estado do

Ceará pela Comissão Especial criada pelo Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – CDDPH, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça.”

REQUERIMENTO Nº 79/04 Do Sr. Luiz Couto – que “solicita seja intimado a prestar depoimento à CPI o Delegado de Polícia Civil Frederico C. de Melo Magalhães, do Estado da Paraíba.”

**GRUPO DE TRABALHO QUE “GRUPO DE TRABALHO DESTINADO A EFETUAR ESTUDO EM RELAÇÃO AOS PROJETOS EM TRAMITAÇÃO REFERENTES AO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E À REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL E OFERECER INDICATIVO À CASA SOBRE A MATÉRIA.”**

**Local:** Plenário 15 do anexo II

**Horário:** 14h30min

**REUNIÃO ORDINÁRIA**

Deliberação de requerimentos

Revisão do cronograma de trabalho

**A – Requerimentos:**

REQUERIMENTO Nº 10/04 Do Sr. Carlos Mota – que “Solicita seja convidada a ANTP – Associação Nacional dos procuradores do Trabalho por ser entidade fundamental no debate sobre temas relacionados ao Estatuto da Criança e do Adolescente”

REQUERIMENTO Nº 11/04 Da Sra. Thelma de Oliveira – que “convida os senhores Saulo de Castro Bezerra – Promotor de Justiça e Presidente da ABMP, Dr. Vicente de Paula Faleiros – Professor da UNB e membro do Centro de Referência da Infância e Adolescência – CECRIA e Sr. Mário Volpi – Consultor da UNICEF no Brasil.”

RELATOR: Deputado VICENTE CASCIONE

**II – COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES****ENCAMINHAMENTO DE MATÉRIA ÀS COMISSÕES**

**EM 16/03/2004:**

**Comissão de Constituição e Justiça e de Redação:**

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 133/2003

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 198/2003

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 422/2003

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 452/2003

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 561/2003

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 600/2003  
 PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 623/2003  
 PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 702/2003  
 PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 791/2003  
 PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 802/2003  
 PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 822/2003  
 PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 825/2003  
 PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 850/2003  
 PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 867/2003  
 PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 886/2003  
 PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 902/2003  
 PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.899/2003  
 PROJETO DE LEI Nº 3.220/2000  
 PROJETO DE LEI Nº 4.265/2001  
 PROJETO DE LEI Nº 5.211/2001  
 PROJETO DE LEI Nº 6.872/2002  
 PROJETO DE LEI Nº 816/2003  
 PROJETO DE LEI Nº 1.703/2003

**Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior:**

PROJETO DE LEI Nº 2.699/2003

*(Encerra-se a sessão às 20 horas e 2 minutos.)*

**DISCURSO PROFERIDO PELO SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA NO PERÍODO DESTINADO AO PEQUENO EXPEDIENTE DA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS Nº 013, REALIZADA EM 4 DE MARÇO DE 2004 – RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO:**

**O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB-BA.)** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, por iniciativa da bancada do PCdoB, no próximo dia 9, terça-feira, no Auditório Freitas Nobre, Anexo IV, será realizado seminário para discutir o funcionamento do comércio nos dias de domingo e feriado.

Esse tema é de grande relevância para os comerciários e pequenos comerciantes. O que se tem verificado é que o comércio, funcionando aos domingos e feriados, resulta em sobrecarga de trabalho para seus funcionários, sem haver contratação de pessoal nem ganho adicional para quem trabalha.

Vamos realizar esse seminário com o objetivo de debater o Projeto de Lei nº 145, que tramita na Comissão do Trabalho e deve merecer apreciação deste Plenário, o qual busca assegurar direitos aos comerciários e empresários e proteger particularmente o pequeno

comerciante que não deseja trabalhar nos domingos, ainda mais que a pequena atividade no comércio é invariavelmente exercida por familiares.

**DISCURSO PROFERIDO PELO SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA NO PERÍODO DESTINADO ÀS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES DA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS Nº 013, REALIZADA EM 4 DE MARÇO DE 2004 – RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO:**

**O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA.)** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na oportunidade, uso a tribuna para falar do ocorrido no Estado da Bahia, episódio que considero de enorme importância: cerca de 800.000 alunos do Ensino Fundamental das escolas da Rede Estadual estão sem acesso à merenda escolar.

Sr. Presidente, a merenda escolar, todos nós sabemos, tem significado extraordinário, insubstituível, especialmente para parcelas representativas dos alunos do Ensino Fundamental, compostas pela população pobre do nosso Estado e de todo o Nordeste. A merenda escolar é um instrumento muito importante e significativo para garantir a presença do aluno em sala de aula. Infelizmente, muitas crianças, em face da realidade social do País, particularmente do Nordeste, têm na merenda escolar a sua principal refeição.

Essa merenda não está sendo oferecida porque se constatou irregularidade na prestação de contas da Secretaria Estadual de Educação quanto aos recursos destinados à merenda escolar no ano de 2003. Algumas das irregularidades dizem respeito à falta de licitação para aquisição da merenda escolar. Constatou-se que uma única empresa, a EBAL – Empresa Baiana de Alimentos, fornece a merenda escolar, que é adquirida sem qualquer tomada de preço, sem qualquer licitação, o que contraria naturalmente as regras, a legislação que trata do assunto.

Portanto, esse é um fato de enorme significado, de muita gravidade, e a denúncia foi feita há mais de 15 dias. Desde o dia 9 de fevereiro as aulas foram retomadas, e muitos professores estão orientando os alunos a retornarem às suas residências por falta de condições de mantê-los em sala de aula, em função da ausência de merenda escolar.

No ano passado, a evasão de alunos do Ensino Fundamental na rede estadual chegou a 20% por falta de merenda escolar. Naturalmente esse número tende a aumentar.

Por isso, vamos cobrar da Secretaria de Educação do Estado da Bahia providências imediatas a fim de que 800.000 alunos não fiquem prejudicados, não fiquem sem esse instrumento fundamental, que é o acesso à merenda escolar.

Sr. Presidente, era o que gostaríamos de apresentar para todo o País. Queremos cobrar e exigir, em nome dos alunos, dos professores e do sistema educacional que medidas enérgicas e urgentes sejam tomadas.

Não se explica o silêncio até então da Secretaria da Educação que, mesmo com as denúncias que tiveram ampla repercussão na imprensa da Bahia, até este momento não se apresentou para dar qualquer justificativa. Se as irregularidades não forem sanadas, neste ano de 2004, poderá haver ausência da merenda escolar por um período mais prolongado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**DISCURSO PROFERIDO PELO SR. DEPUTADO FEU ROSA NO PERÍODO DESTINADO À ORDEM DO DIA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS Nº 014, REALIZADA EM 9 DE MARÇO DE 2004 – RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO:**

O SR. FEU ROSA (PP – ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, gostaria de manifestar nossa alegria pela posse da Deputada Maninha na Presidência da Confederação Parlamentar das Américas, em Puebla, no México.

Já fiz pronunciamento pela passagem do Dia Internacional da Mulher, mas quero prestar mais uma homenagem na pessoa dessa extraordinária mulher que está à frente de um dos mais importantes órgãos parlamentares, a COPA. Pelo mérito do notável trabalho que vem desenvolvendo, S.Exa. foi alçada à Presidência.

Sr. Presidente, a Câmara dos Deputados está alerta às questões ligadas a órgãos continentais, como a COPA, e aos debates relacionados à ALCA e ao MERCOSUL. Hoje, o Brasil enfrenta verdadeiro dilema: deve ou não participar da ALCA?

Sr. Presidente, é preciso prestar atenção no que ocorre no mundo. Temos todas as possibilidades de ingressarmos no mundo globalizado por meio da ALCA e, para isso, contamos com o apoio dos Srs. Parlamentares. Digo isso porque no último boletim feito pelo órgão internacional estão na lista dos mais globalizados os 20 países mais adiantados do mundo. O Brasil, entretanto, encontra-se no rol dos países

menos globalizados, juntamente com as nações menos desenvolvidas e as consideradas emergentes.

Parabenizo a Deputada Maninha. Posteriormente farei pronunciamento sobre o trabalho que desenvolvemos em Puebla, no México, e nos Estados Unidos.

Além disso, registro que o Boletim da Conferência Parlamentar das Américas tece comentários elogiosos à extraordinária Deputada Maninha, que assume a presidência da Conferência Parlamentar das Américas.

Faço questão de mencionar tão relevante evento justamente nesta data em que comemoramos mais um Dia Internacional da Mulher.

**DISCURSO PROFERIDO PELO SR. DEPUTADO FEU ROSA NO PERÍODO DESTINADO À ORDEM DO DIA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS Nº 015, REALIZADA EM 10 DE MARÇO DE 2004 – RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO:**

O SR. FEU ROSA (PP – ES. Pela ordem.) – Sras. e Srs. Deputados, entre os dias 27 de janeiro e 6 de fevereiro do corrente ano, participei, sem ônus para a Casa, juntamente com outros membros desta Casa, da XVII Reunião do Comitê de Negociações Comerciais da ALCA, realizada em Puebla, no México, bem como das discussões que a antecederam, nos Estados Unidos.

Na ocasião, os nobres colegas Benedito Dias, Dilceu Sperafico, Iara Bernardi, Maninha, Mauro Passos, Nilson Mourão, Orlando Fantazzini, Paes Landim, Tarcísio Zimmermann, Thomaz Nonô e eu, pudemos conhecer, também, mais detalhes a respeito do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (Nafta), inquirindo negociadores mexicanos e norte-americanos presentes ao evento. Foi uma excelente oportunidade para, guardadas as devidas proporções, traçarmos um paralelo entre a situação experimentada por eles e as perspectivas que se abrem para nós, boas ou ruins, em consequência da integração brasileira à ALCA.

Nossa presença, além disso, revestiu-se de significado muito especial. Constituímos a primeira delegação de Parlamentares a tomar parte desse tipo de reunião, garantindo maior transparência às negociações e servindo de exemplo aos demais países envolvidos. Atuação que, com toda a certeza, estimulará mudanças nos procedimentos do Comitê da ALCA,

tornando-o mais aberto e democrático. E essas são características fundamentais, quando existem tantos interesses em jogo. Na condição de representantes dos mais legítimos interesses populares, não nos poderíamos conformar, os Parlamentares, com o papel de meros ratificadores de tratados que nos chegassem acabados e prontos.

Devemos, e queremos, participar de todas as etapas do processo de construção da ALCA. Desejamos trazer para o fórum político o debate que hoje se reveste de caráter exclusivamente econômico. Desejamos inverter prioridades, implantando políticas multilaterais de desenvolvimento e preservando as economias nacionais. Desejamos, principalmente, conferir novo significado à globalização, visando ao entendimento harmonioso das nações das Américas e o bem-estar de nossas populações.

Por essa razão, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, entendo que a reunião de Puebla tenha representado enorme avanço, embora não tenhamos concluído, ainda, a fase dos ajustes. Afinal, trata-se de tema bastante complexo, exigindo decisões muito custosas, especialmente em relação ao conteúdo do acordo que se pretende firmar até janeiro de 2005.

Presentemente, a discussão concentra-se em 2 blocos: o primeiro, caracterizado por um conjunto de obrigações comuns aos 34 países envolvidos e o segundo, por acordos plurilaterais, mais abrangentes, aos quais a adesão deve ser voluntária. Se o consenso a respeito desses itens já é bastante difícil, imagine-se, então, o debate envolvendo os subsídios agrícolas, que têm emperrado todas as negociações comerciais recentes, tanto no âmbito da Organização Mundial do Comércio, quanto no dos acordos entre o MERCOSUL e a União Européia.

É, portanto, missão bastante espinhosa. Sua próxima etapa será a continuação, na segunda quinzena deste mês, da reunião de Puebla, após as delegações terem realizado consultas internas nos respectivos países. De nossa parte, continuaremos nos esforçando para que o Brasil siga com o belo exemplo de integração entre Executivo e Legislativo, no trato dessa questão. Assim, acredito, estaremos contribuindo para a formação de uma ALCA assentada sobre bases de respeito à soberania de seus membros, na qual o desenvolvimento social dos diversos povos da América tenha prioridade sobre números e indicadores de desempenho econômico e de trocas comerciais.

Muito obrigado.

**DISCURSO PROFERIDO PELO SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA NO PERÍODO DESTINADO À ORDEM DO DIA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS Nº 018, REALIZADA EM 11 DE MARÇO DE 2004 – RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO:**

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB – BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto fez acusações improcedentes, que beiram à leviandade, em relação ao metrô de Salvador, acusando o Governo Lula de paralisação das obras.

O Governo Lula e a bancada baiana de sustentação do Governo nesta Casa têm se manifestado e feito todas as iniciativas no sentido de garantir a execução da obra do metrô de Salvador, como em relação a Fortaleza e Belo Horizonte; obras que são absolutamente necessárias. É um direito da população dessas Capitais terem acesso ao metrô.

O que se tem verificado é que em relação ao metrô de Salvador não se tem cumprido o cronograma inicial, porque a Prefeitura não repassou os recursos na quantidade inicialmente calculada. O Governo do Estado também não honrou os compromissos previstos no cronograma inicial. Fez-se um projeto com a expectativa de atrair a iniciativa privada, que não compareceu. Licitações malfeitas foram canceladas. O Tribunal de Contas da União constatou que existiam irregularidades nas licitações providenciadas pela Prefeitura Municipal de Salvador.

O Governo Lula assume sua responsabilidade nesse processo. Tivemos várias audiências com o Ministro Olívio Dutra, que tem manifestado seu compromisso de conduzir esse processo de forma correta, no tempo possível, para que as obras sejam retomadas, não haja interrupção, garantido que o cronograma tenha seqüência até a finalização das obras do metrô.

Portanto, Sr. Presidente, não há interrupção. No ano passado, mais de 30 milhões de reais foram liberados pelo Governo, e aquilo que está previsto para ser liberado neste ano está também sendo conduzido.

Tenho acompanhado o esforço do Deputado Nelson Pellegrino, que, nesta Casa, junto ao Governo Federal e na nossa cidade, Salvador, tem buscado articular os mais diversos segmentos para que esta obra, tão necessária aos baianos, seja efetivamente concluída no tempo mais rápido possível.

**DISCURSO PROFERIDO PELO SR.  
DEPUTADO ZÉ LIMA NO PERÍODO  
DESTINADO AO PEQUENO EXPEDIENTE  
DA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA  
DOS DEPUTADOS Nº 019, REALIZADA  
EM 12 DE MARÇO DE 2004 – RETIRADO  
PELO ORADOR PARA REVISÃO:**

O SR. ZÉ LIMA (PP – PA.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, uma das maiores lutas travadas nos últimos anos pela população brasileira foi a incessante busca pelo emprego. No entanto, infelizmente, o que se viu foi a evolução, mês a mês, dos índices de desemprego até atingirem patamares insuportáveis, conforme mostram os institutos de pesquisa.

O desemprego, evidentemente, é reflexo direto da situação econômica pela qual passa o País. O setor industrial, maior empregador, teve considerável retração, especialmente na última década, quando, acertadamente, priorizou-se o combate à inflação, para, posteriormente, promover o crescimento da economia e, assim, possibilitar-se a geração de novos postos de trabalho.

A população, ávida por mudanças, teve a oportunidade de eleger para o cargo de Presidente da República um trabalhador, cuja principal promessa de campanha foi a geração de empregos – no auge da campanha, chegou-se a afirmar que cada real investido criaria um novo emprego, promessa ainda hoje impregnada na mente dos brasileiros desempregados.

Embora se reconheça que esforços têm sido empreendidos, o índice de desemprego continua crescendo, porque ainda se prioriza o combate ao processo inflacionário que teima em ameaçar a economia. Talvez a classe empresarial ainda não tenha entendido que aumentar preços não é a alternativa mais correta para os seus negócios.

Por outro lado, a atual política econômica do Governo – que, a princípio, combateu a ameaça do retorno da inflação – não nos parece a mais adequada. Segundo os dirigentes da área econômica, ela seria aplicada apenas durante o ano de 2003, quando todas as iniciativas para o equilíbrio das contas públicas e controle inflacionário seriam implementadas, a fim de que se possibilitasse o crescimento econômico, a melhor distribuição de renda e, conseqüentemente, a criação de novos postos de trabalho em 2004. Tal perspectiva, no entanto, não se tem confirmado, pois estamos finalizando o primeiro trimestre de 2004 sem que providência alguma tenha sido adotada no sentido de imprimir um ritmo econômico ca-

paz de incentivar o aumento da produção e a criação de postos de trabalho.

O País atravessa uma grave crise moral, a qual tem afetado diretamente nossa economia, especialmente porque recaem acusações de práticas ilegais sobre pessoas próximas do centro de decisões governamentais.

Refiro-me especificamente ao caso das loterias e bingos, sobre os quais eclodiu um dos últimos escândalos envolvendo pessoas que trabalhavam perto do centro de decisões governamentais. O Governo Lula, como o próprio PT, apregoa que imediatamente tomou a decisão adequada ao editar medida provisória que proíbe o funcionamento de todos os tipos de jogos de apostas, o que sanaria o problema.

Embora não integre o pelotão dos que são radicalmente contra a edição da medida provisória, entendo que, para curar a doença do paciente, optou-se por matá-lo, em vez de procurar a cura por meio de remédios capazes de evitar que a medida atingisse pessoas que nada tinham a ver com o escândalo denunciado.

No meu Estado não se tem conhecimento de qualquer ligação das casas de bingo com o crime organizado; ao contrário, elas são comandadas por pessoas que sempre tiveram dedicação empresarial. Não há sequer um processo por tráfico de entorpecentes envolvendo os donos dessas empresas. Várias delas foram fechadas por não terem obtido o esperado êxito comercial. O certo é que tal decisão trouxe consigo mais desemprego, pois atingiu dezenas de milhares de trabalhadores que exerciam regularmente suas atividades e tinham todos os direitos trabalhistas assegurados.

Diferente é a situação dos exploradores do jogo do bicho, que, por serem contraventores, não oferecem garantias a seus funcionários. No entanto, por exercerem atividade que integra a cultura do povo brasileiro, não recebem das autoridades competentes o mesmo tratamento dispensado aos donos de casas de apostas, constituídas de acordo com a legislação vigente no País.

No Pará, foram fechadas 26 casas de bingo, as quais empregavam diretamente 1.600 trabalhadores e, indiretamente, mais de 4.000 pessoas, além da Loteria Carimbó dá Sorte, que envolvia aproximadamente 8.000 pessoas em todo o processo de venda de cartelas e realização de sorteios.

Entendo que a medida provisória deve ser alterada e que as autoridades competentes devem forne-

cer mecanismos suficientes para que se proceda à separação entre o joio e o trigo. Ou seja, marginal tem que ser tratado como marginal e empresário, como empresário. Não podemos colocar todos no mesmo saco e rotulá-los de marginais, até porque o princípio legal nos ensina que todos são inocentes até prova em contrário e que ninguém pode ser considerado culpado até que haja sentença transitada em julgado.

A nossa preocupação com relação ao Estado do Pará reside no fato de haver 10.600 desempregados em razão da aludida medida provisória proibitiva do funcionamento de bingos e loterias. Registro meu anseio de que esta Casa encontre saída para alterar tal diploma legal.

Espero ainda que aproveitemos este momento para legalizar o jogo neste País, a fim de que essa atividade seja tratada como a produção e a comercialização de bebidas alcoólicas e cigarros, por exemplo.

Por fim, Sr. Presidente, parabeno os Deputados Estaduais André Dias e Hélio Leite, do Estado do Pará, que vieram a Brasília com um grupo de pessoas do ramo de bingos manifestar preocupação com o tema, que é a mesma não só da sociedade, mas principalmente dos Parlamentares que não medem esforços para contribuir com o crescimento do Pará.

Era o que tinha a dizer.

## COMISSÕES

### ATAS DA COMISSÃO

#### COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

#### 52ª Legislatura – 1ª Sessão Legislativa Ordinária

#### Ata da 27ª Reunião Ordinária Audiência Pública Realizada em 12 de agosto de 2003.

Às dez horas e quarenta e oito minutos do dia doze de agosto de dois mil e três, reuniu-se a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, no Plenário 03 do Anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados: Zulaiê Cobra – Presidenta; Maninha – Vice-Presidente; Alberto Goldman, Antonio Carlos Pannunzio, Ivan Ranzolin, Marcos de Jesus, Marcus Vicente, Nice Lobão, Nilson Mourão, Pastor Pedro Ribeiro, Paulo Baltazar e Zequinha Marinho – Titulares; Arlindo Chinaglia, Jackson Barreto, Luiz Carlos Haully, Pastor Frankembergen e Terezinha Fernandes – Suplentes. Deixaram de comparecer os Deputados Alberto Fraga, Arnon Bezerra, Augusto Nardes, Colombo, Coronel Alves, Enéas, Feu Rosa, Francis-

co Dornelles, Francisco Rodrigues, Heleno Silva, Inácio Arruda, Ivo José, Jair Bolsonaro, João Almeida, João Castelo, João Herrmann Neto, José Thomaz Nonô, Leonardo Mattos, Lincoln Portela, Lindberg Farias, Luciana Genro, Márcio Reinaldo Moreira, Moreira Franco, Neiva Moreira, Paulo Delgado, Reginaldo Germano, Vadão Gomes e Vittorio Mediolí. A Presidenta, Deputada Zulaiê Cobra, convocou a presente reunião de Audiência Pública com a presença do Presidente do Senado do México, Senador Enrique Jackson, e membros da delegação mexicana: Deputada Beatriz Paredes, Deputado Ranulfo Marquez Hernández e Deputado Humberto Domingo Mayans Canabal com o objetivo de estimular uma preparação para o Encontro Bilateral Brasil/México e troca de experiências sobre o MERCOSUL e o NAFTA. Presidindo os trabalhos, a Deputada Maninha iniciou a Reunião passando a palavra aos convidados Deputada Beatriz Paredes, Eduardo Ribeiro e Ranulfo Marquez e aos Deputados Luiz Carlos Haully, Antônio Carlos Pannunzio, Nice Lobão, Pastor Frankembergen e Jackson Barreto, intercaladamente, para alocação acerca do tema, os quais apresentaram seus questionamentos e considerações. A Deputada Zulaiê Cobra assumiu a Presidência dos trabalhos às onze horas e vinte e um minutos. O inteiro teor da reunião foi gravado, devendo ser transcrito e publicado, passando a fazer parte desta Ata. **ENCERRAMENTO** – Findo o debate e agradecendo a presença de todos, a Presidenta Deputada Zulaiê Cobra encerrou a presente reunião às onze horas e cinquenta e quatro minutos, antes convocando os Senhores Parlamentares para as Reuniões Ordinárias de Audiências Públicas que se realizarão amanhã, dia treze de agosto, às dez horas, com o Embaixador Luiz Felipe Macedo Soares, Subsecretário-Geral de Assuntos da América do Sul, do Ministério das Relações Exteriores para identificar possibilidades de cooperação com o Canadá, no contexto da ALCA, e às dezesseis horas, com a presença do Dr. Carlos Lessa, Presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, com a finalidade de esclarecer sobre a concessão de empréstimos para países da América do Sul, sobre a Embraer e outros assuntos relevantes. E, para constar, eu, Fernando Luiz Cunha Rocha, lavrei a presente Ata, que por ter sido lida e aprovada, será assinada pela Presidenta, Deputada Zulaiê Cobra, e publicada no **Diário da Câmara dos Deputados**.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Maninha) – Havendo número regimental, declaro aberta a pre-

sente reunião de audiência pública da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional destinada a discutir a preparação do Encontro Bilateral Brasil/México e trocar experiências quanto ao MERCOSUL e ao NAFTA, com a presença da Exma. Sra. Deputada Beatriz Paredes, Presidente do Grupo Amizade México/Brasil e dos Srs. Deputados Ranulfo Márquez Hernández, Humberto Domingo Mayans Canabal e Eduardo Rivera.

É proposta desta Presidência que se faça um debate entre os Parlamentares brasileiros e mexicanos, dando oportunidade a todos de discutir o tema.

Lembramos que a realização deste Encontro Bilateral Brasil/México foi objeto de requerimento do Deputado Luiz Carlos Hauly, que nesta Comissão sempre manifestou interesse especial em aprofundar a discussão referente à experiência deste nosso país vizinho e amigo, o México, na implantação do NAFTA. Esse encontro ainda não tem data nem local definidos.

Concedo a palavra à Exma. Sra. Deputada Beatriz Paredes, Presidente do Grupo Amizade México/Brasil.

**A SRA. BEATRIZ PAREDES** – (*Exposição em espanhol.*)

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Maninha) – Obrigada, Deputada Beatriz Paredes.

Lembramos aos presentes que após a exposição do companheiro Deputado Eduardo Rivera abriremos espaço para os Deputados brasileiros. Em seguida, vamos intercalar a fala de um brasileiro com a de um mexicano, para que possamos ter uma troca de experiências muito interessante.

Com a palavra o Deputado Eduardo Rivera.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO RIVERA** – (*Exposição em espanhol.*)

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Maninha) – Obrigada, Deputado.

Vamos ouvir o Deputado Luiz Carlos Hauly.

**O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY** – Sra. Presidenta, Deputada Maninha, Srs. Deputados, querida Deputada Beatriz Paredes, Deputados Ranulfo Márquez Hernández e Eduardo Rivera, demais integrantes da comitiva mexicana, estamos muito honrados com sua presença no Parlamento brasileiro. Temos grande carinho e interesse pelo México, tendo em vista as semelhanças que têm ambos os países e também pelo porte do México. A experiência mexicana, em todos estes anos de aliança econômica com os Estados Unidos e o Canadá, é muito rica.

No Brasil, estamos divididos e preocupados com os acontecimentos em curso, com o caminho que está sendo seguido pelo Governo brasileiro, que vai desaguar na integração econômica. Até agora, não há fato novo nem relevante que modifique a trajetória dos acordos e tratados feitos com vistas à integração econômica no âmbito da Área de Livre Comércio das Américas – ALCA. Essa preocupação é comum tanto à base do Governo quanto à Oposição. Hoje estou na Oposição, mas no ano passado compunha a base do Governo e a dúvida era a mesma.

Nossos governantes fazem seus pronunciamentos, dizem que há um interesse nacional maior, mas o tratado continua. As datas estão sendo vencidas, as reuniões estão sendo mantidas e cumpridas. Encontramo-nos cada vez mais próximos do dia D, ou seja, 1º de janeiro de 2005 – lembrou-me bem o Deputado Antonio Carlos Pannunzio.

O que o México fez quando se integrou à maior potência do planeta? Não se trata de um país qualquer. Não se trata de um país da Europa, mas da maior potência econômica e militar da história da humanidade. O México tem uma divisa física com a América do Norte e sabe exatamente os prós e contras dessa integração, bem dosada, sem paixão de um lado ou do outro.

Conversava com a Deputada Beatriz Paredes, na ante-sala do gabinete da Presidenta Zulaiê Cobra, sobre qual o termo ideal. Por um lado, o Governo americano vive acenando com uma série de facilidades que poderiam ser concedidas ao nosso País. Por outro lado, temos preocupações internas, referentes à estrutura tributária, à legislação ambiental e todas as outras, que deverão estar preparadas e harmonizadas.

Quando vemos que o México tem uma carga tributária de 22% do PIB – e isso é muito comentado aqui –, vem a informação de que ele recebe um complemento de receita da empresa de petróleo mexicana. Isso tem fundamento?

O produto brasileiro tem elevada carga tributária mesmo no mercado interno. É verdade que no mercado externo há neutralidade do tributo, mas uma série de contribuições não são deduzidas das exportações, o que pode alterar a formação do preço desse bem, desse serviço exportado e também do importado. Então, temos uma série de preocupações.

Na questão agrícola, o que aconteceu com o México e os Estados Unidos? Eles aceitam bem os produtos mexicanos? Qual é a relação das barreiras fitossanitárias e do *dumping* que eles utilizam?



Essas são preocupações permanentes. Creio que, daqui para a frente, temos de acelerar as reuniões para aprendermos isso e tomarmos a decisão mais correta em favor do nosso País.

Ao lado disso, penso que Brasil e México poderiam estreitar cada vez mais as suas relações culturais e comerciais, que já são boas, mas há espaço para um entendimento ainda maior no bilateralismo Brasil/México.

Mais uma vez, externo a satisfação de ter na Casa os nossos Parlamentares, a Deputada Beatriz Paredes, conhecida amiga das nossas reuniões do Fórum Interparlamentar das Américas e de outros fóruns em que nos temos encontrado nos últimos anos.

Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Maninha) – Obrigada, Deputado Haully.

Passamos a palavra ao Deputado Ranulfo Márquez.

**O SR. RANULFO MÁRQUEZ HERNÁNDEZ** – *(Exposição em espanhol.)*

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Maninha) – Obrigada, Deputado.

Com a palavra o Deputado Antonio Carlos Pannunzio.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO** – Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Parlamentares, caríssima Deputada Beatriz Paredes, permita-me, na pessoa de V.Exa., saudar seus companheiros de delegação, com quem tive o privilégio do convívio na noite de ontem, no agradabilíssimo jantar que foi oferecido em homenagem a V.Exas. pela Exma. Embaixadora do México no Brasil.

Quero aproveitar a oportunidade para ponderar alguns tópicos, a começar da sua fala, caríssima Deputada Beatriz Paredes, como a questão da intensificação das reuniões bilaterais entre os nossos países.

Creio que esse tema é da maior importância possível, porque, independentemente de como posamos evoluir ou não em direção à ALCA, nós, brasileiros e mexicanos, pelas características dos nossos países, pela identidade e personalidade dos nossos povos, precisamos intensificar cada vez mais as relações entre nós. Celebro que V.Exa. tenha em sua fala proferido essa afirmação.

Ainda quanto ao tema sobre o qual poderemos ter uma série de informações e mesmo queimar etapas em busca de conhecimento e de dados que nos possam dar muito mais segurança para a tomada de decisões com relação à ALCA, entendo que, nas áreas de educação, deve haver reconhecimento mútuo

dos títulos e diplomas realizados por nacionais de ambos os países, para que possam eventualmente exercer sua profissão, desempenhar relações especiais na área de cultura em cada um dos nossos países.

A propósito, temos de pedir desculpas por procedimento adotado na área de livre circulação dos povos. O México, há cerca de 2 anos e meio, aboliu a necessidade do visto para que o cidadão brasileiro se dirija ao país para eventualmente levar sua contribuição, participar de palestras, eventos ou fazer turismo, o que é muito importante. Nós, no Brasil, por um ato que nem tem explicação, até agora não conseguimos dar a reciprocidade, que é fundamental nesses casos – já começo me penitenciando e pedindo desculpas. A necessidade de visto para cidadãos mexicanos no Brasil é uma aberração, uma vergonha que carregamos neste momento.

Caríssimos Deputados visitantes, pretendemos lutar para que esse episódio encerre-se o mais rapidamente possível, abolindo-se essa necessidade.

Também precisamos ressaltar e reconhecer valores comuns cultuados pelos dois povos, o mexicano e o brasileiro, sobretudo a tolerância e a minimização de preconceitos de um ser humano em relação a outro ser humano. Isso precisa ser difundido por nós, mexicanos e brasileiros, em prol da humanidade.

Quero ainda, caríssima Deputada Paredes, expressar a minha admiração, minha tremenda admiração pelo povo mexicano, que, fronteiro a essa que é a maior nação da atualidade, uma nova Roma, como dizem alguns, soube manter sua identidade e preservar sua cultura, independentemente dos laços comerciais. O povo mexicano valoriza seus próprios valores e dá uma lição aos demais povos do mundo. Alguns tentam imitar os poderosos do momento e perdem a sua identidade; o povo mexicano, embora tenha boas relações com o país vizinho e mantenha um comércio bilateral intenso com os Estados Unidos – parece-me que seja o segundo maior parceiro comercial americano –, mantém-se altaneiro e independente. Fica aqui expressa a nossa admiração por essa postura, que deve ser exemplo para todos.

Por outro lado, eu gostaria de reforçar a necessidade de realização dessas reuniões bilaterais para sobretudo discutirmos a ALCA, que também interessa ao México, sem dúvida. Brasil, Argentina e México, para citar 3 países de economia com alguma similaridade, podem fortalecer-se muito se esse tratado vier a acontecer.

Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Maninha) – Obrigada, Deputado Antonio Carlos Pannunzio.

Passo a palavra à Deputada Beatriz Paredes.

**A SRA. BEATRIZ PAREDES** – (*Exposição em espanhol.*)

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Zulaiê Cobra) – Muito obrigada, Deputada Beatriz Paredes. É um prazer muito grande recebê-la em nossa Comissão.

V.Exa. já viu que esta Comissão tem em seu comando duas mulheres. Eu vim para cá preocupada, porque o avião atrasou, mas sabia que a Deputada Maninha estava à frente dos trabalhos. Não estivesse S.Exa. aqui, os homens presidiriam a reunião. São vários ex-Presidentes nesta Comissão, como o Deputado Luiz Carlos Hauly e o Deputado Antonio Carlos Pannunzio.

Tem a palavra a Deputada Nice Lobão, outra grande Deputada.

**A SRA. DEPUTADA NICE LOBÃO** – Obrigada, Presidenta, Deputada Zulaiê Cobra. Saúdo a delegação mexicana, representada pelos Deputados Beatriz Paredes, Ranulfo Hernández e Eduardo Rivera. A minha satisfação por estar presente hoje a esta Comissão é muito grande.

Conheço o México. Já o visitei 3 vezes, a passeio. O México também deve fazer parte do coração dos brasileiros, por ser um país de gente acolhedora, boa, que nos transmite bons alvitre.

Ouvi com atenção as palavras da Deputada Beatriz Paredes e cheguei à conclusão de que México e Brasil não podem ficar longe um do outro.

Serei breve, em função de compromisso no plenário. Já estou atrasada, como todos, mas quero dizer à delegação mexicana, por intermédio da Deputada Beatriz Paredes, que o Brasil e o México não precisam de MERCOSUL, NAFTA, ALCA ou qualquer outro para sair de mãos dadas na luta por um país melhor.

Muito obrigada.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Zulaiê Cobra) – Muito obrigada, Deputada Nice Lobão.

Cumprimento também os Deputados Ranulfo Márquez Hernández e Eduardo Rivera. Fiquei tão encantada com a Deputada Beatriz Paredes que nem os cumprimentei. Isso já é feminismo exagerado. (*Risos.*)

É um prazer muito grande recebê-los nesta Comissão.

Concedo a palavra ao Deputado Pastor Frankembergen.

**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN** – Saúdo nossa Presidenta, Deputada Zulaiê Cobra, assim como a Deputada Maninha.

(*Exposição em espanhol.*)

**A SRA. DEPUTADA MANINHA** – Deputado Pastor Frankembergen, permita-me uma observação. Como V.Exa. estava falando em espanhol, o Deputado Antonio Carlos Pannunzio ficou olhando insistentemente, como se V.Exa. fizesse parte da banca da mexicana. (*Risos.*)

**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN** – (*Exposição em espanhol.*)

**O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY** – Sra. Presidenta, desejo abrir um parêntese. Geralmente tentamos falar “portunhol”; o Deputado Pastor Frankembergen falou “espanguês”, mais espanhol do que português. (*Risos.*) Acabou de ser criado o “espanguês”. (*Risos.*)

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Zulaiê Cobra) – Estamos sendo convocados para ir ao plenário.

Pergunto ao Deputado Jackson Barreto – um grande Parlamentar, Deputada Beatriz Paredes —, que nos dá o prazer da sua presença desde cedo nesta Comissão, se deseja manifestar-se.

**O SR. DEPUTADO JACKSON BARRETO** – Sra. Presidente, vou fazer um comentário sobre as palavras da Deputada Beatriz Paredes. Fiquei impressionado com a profundidade da análise econômica sobre o papel do NAFTA e sobre a preocupação no Brasil, neste momento, com a ALCA, com o comprometimento profundo com seu povo, os obreiros mexicanos, e seu imenso amor ao nosso País, pela identidade de nossos povos.

Perguntava-me, por ocasião do acordo NAFTA, qual o papel desempenhado pelo Congresso mexicano naquele momento. Sabemos que o Governo norte-americano pressionou o Governo mexicano, que teve forte reação do seu Congresso, não tão intensa quanto a do Congresso norte-americano, para impor seus interesses.

A Deputada Beatriz Paredes disse, de forma clara, que as grandes indústrias mexicanas poderão sobreviver em qualquer parte do mundo, mas as pequenas e as médias tiveram e têm até hoje problemas para se manter.

Essa a grande preocupação do povo brasileiro com a proposta da ALCA, que, segundo comentários, tem prazo definido até 2005. A meu ver, creio ser impossível estabelecer sua criação, conforme o desejo do Governo americano.

Deputada Beatriz Paredes, que papel exerceu o Congresso mexicano por ocasião do acordo do NAFTA, tendo em vista a força exercida pelo Congresso norte-americano na imposição de suas teses e exigências, levando em conta, evidentemente, os interesses do povo mexicano?

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Zulaiê Cobra)

– Concedo a palavra à Deputada Beatriz Paredes.

**A SRA. BEATRIZ PAREDES** – (*Exposição em espanhol.*)

**O SR. DEPUTADO JACKSON BARRETO** –

Chamo a atenção que tudo isso aconteceu sem que tivessem de fazer força e acabaram por ceder às pressões. O Governo americano usou o Congresso norte-americano para pressionar.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Zulaiê Cobra) –

Aproveito para comunicar à Comissão que precisamos visitar o Presidente João Paulo Cunha e nos fazer presentes com essas questões. Nosso discurso hoje é sobre o papel do Parlamento, em especial da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, nas negociações, antes de chegarmos a um denominador comum, quando o Governo vai assinar o acordo da ALCA e do MERCOSUL.

**O SR. DEPUTADO JACKSON BARRETO** – O

Congresso como um todo, Deputada.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Zulaiê Cobra)

– Aliás, está presente o Deputado Ivan Ranzolin, autor da denúncia das prisões de brasileiros em Portugal. Uma comitiva de 4 Deputados e 2 Senadores foi para lá e pode constatar *in loco* que o Governo português não estava nem um pouco preocupado com os brasileiros presos, desmoralizados, completamente avacalhados. E em julho o Governo Lula – inclusive me levou também – fez 3 acordos importantíssimos para os brasileiros, até porque possuímos origens comuns. Sou neta de português por parte de mãe e de pai, e eles estavam falando mal de nós. Então, precisa-se falar mal deles, é nossa origem.

Concedo a palavra ao Deputado Luiz Carlos Hauly.

**O SR. DEPUTADO JACKSON BARRETO** – Vi-

ajou bem acompanhada, com o Presidente Lula.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Zulaiê Cobra)

– Viajei. E S.Exa. falava para todos: “*Ela é PSDB, ela é Oposição*” – porque sou Oposição ao Governo Lula. Temos nesta Comissão todos os partidos. Esse assunto é independente de partido e de ideologia. O relevante para nós é o Brasil.

**O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY** –

Sra. Presidenta, apenas para reforçar as palavras de

V.Exa. Semana passada esteve nesta Casa uma delegação de Parlamentares canadenses, e nossa preocupação é a mesma. O Parlamento só vai poder interferir na hora em que estiver capacitado. Foi criada a Assessoria Internacional Especial e estamos preparando um grupo de técnicos profissionais da Casa para acompanhar todas as negociações, com o maior número de Parlamentares, tanto da Câmara quanto do Senado, que estejam com o assunto na ponta da língua. Este tema deve ser bem estudado, pois a questão é muito profunda. Esse o diferencial que necessitamos neste momento de negociação com a União Européia, com a OMC e com a ALCA.

**A SRA. DEPUTADA MANINHA** – Sra. Presidenta, peço a palavra pela ordem.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Zulaiê Cobra)

– Tem V.Exa. a palavra.

**A SRA. DEPUTADA MANINHA** – A propósito, lembro que o Executivo facultou ao Legislativo a presença de Parlamentares para acompanhar esse processo de negociação.

Nós, da Comissão de Relações Exteriores, estivemos reunidos com o Senador João Capiberibe, mas não pudemos acompanhar o processo de negociação porque naquele momento havia sessão extraordinária da Câmara e tivemos de nos ausentar para votar importantes projetos.

Ressalto a proposta de V.Exa. no sentido de ir visitar o Deputado João Paulo Cunha. Também temos nesta Comissão nossa representação, que irá acompanhar todo o processo de negociação. Esse é o papel do Parlamento.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Zulaiê Cobra)

– Aliás, não só este Governo Federal agradece, como todos os demais, a participação deste Parlamento, que representa o povo, tem de ter voz ativa; ele tem de falar, forma sincopada de parolar.

Lembro que amanhã virá a esta Casa um homem muito importante e que os Srs. Deputados queriam ver. Amanhã pela manhã teremos audiência com o Embaixador Luiz Felipe Macedo Soares e, às 16h, com o Presidente do BNDES, Sr. Carlos Lessa, o único dia e hora que S.Sa. dispunha em sua agenda.

Peço, portanto, aos Srs. Deputados que compareçam à audiência pública para fazerem seus questionamentos. O Presidente do BNDES é o homem do dinheiro, mas não o libera para ninguém.

Tem a palavra o Deputado Hauly.

**O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY** – Sra.

Presidenta, o jornal *Folha de SPaulo* de ontem, Caderno de Economia, traz um artigo do comentarista econômico

Celso Ming sobre o NAFTA e o México; e a coluna da Sônia Racy fala sobre as questões da OMC.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Zulaiê Cobra)

– O jornal *O Estado de S.Paulo* também publicou hoje reportagem muito boa sobre a OMC, a ALCA etc.

Agradeço aos ilustres Parlamentares mexicanos a presença.

Confesso, de público, que não conheço o México. Aliás, não fiquem muito tristes, porque não conheço nada. Sou uma mulher que saiu do Brasil pela primeira vez aos 50 anos de idade para conhecer a Europa e os Estados Unidos. Não conheço muitos lugares, mas tenho um filho apaixonado pelo México, que já esteve lá diversas vezes.

Estou-me penitenciando, porque preciso ir ao México após conhecer Deputados tão simpáticos e a altiva Deputada Beatriz Paredes. Fiquei impressionada com o desempenho de S.Exa., que nos mostrou ser uma mulher de fibra. Para nós, mulheres brasileiras, esse é um exemplo a ser seguido.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos da presente reunião de audiência pública da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

Está encerrada a reunião.

#### COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

#### 52ª Legislatura – 1ª Sessão Legislativa Ordinária

#### Ata da 31ª Reunião Ordinária Audiência Pública Realizada em 19 de agosto de 2003.

Às quinze horas e trinta e um minutos do dia dezoito de agosto de dois mil e três, reuniu-se a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, no Plenário 03 do Anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Zulaiê Cobra – Presidente; João Castelo e Maninha – Vice-Presidentes; Alberto Fraga, Alberto Goldman, Antonio Carlos Pannunzio, Arnon Bezerra, Colombo, Coronel Alves, Ivan Ranzolin, Ivo José, João Almeida, Leonardo Mattos, Lincoln Portela e Paulo Baltazar – Titulares; André Luiz, Arlindo Chinaglia, Jackson Barreto, João Batista, João Paulo Gomes da Silva, Mário Assad Júnior, Neucimar Fraga, Ronivon Santiago, Serafim Venzon e Terezinha Fernandes – Suplentes. Deixaram de comparecer os Deputados Augusto Nardes, Enéas, Feu Rosa, Francisco Dornelles, Francisco Rodrigues, Heleno Silva, Inácio Arruda, Jair Bolsonaro, João Herrmann Neto, José Thomaz Nonô, Lindberg Farias, Luciana Genro, Márcio Rei-

naldo Moreira, Marcus Vicente, Neiva Moreira, Nice Lobão, Nilson Mourão, Pastor Pedro Ribeiro, Paulo Delgado, Reginaldo Germano, Vadão Gomes, Vittorio Medioli e Zequinha Marinho. O Deputado Marcos de Jesus justificou sua ausência. A Presidenta, Deputada Zulaiê Cobra, convocou a presente reunião de Audiência Pública com a presença da Embaixadora do México, Cecília Soto, das Senadoras Cecília Romero e Letícia Burgos Ochoa para troca de experiências sobre o MERCOSUL e o NAFTA e para promoção do acordo bilateral entre Brasil e México. Iniciando os trabalhos, o Senhor Vice-Presidente, Deputado João Castelo, no exercício da Presidência, passou a palavra às convidadas, Embaixadora Cecília Soto, Senadoras Cecília Romero e Letícia Burgos Ochoa para alocução acerca do tema. Às quinze horas e quarenta minutos, a Deputada Zulaiê Cobra assumiu a Presidência. Finda a exposição, a Senhora Presidenta concedeu a palavra aos Deputados Maninha, Arnon Bezerra, Jackson Barreto, João Almeida, Neucimar Fraga e Ivan Ranzolin, os quais apresentaram suas considerações sobre o tema e discutiram sobre a melhor data para a viagem de uma comitiva da Comissão ao México. Finalizando, a Senhora Presidenta, Deputada Zulaiê Cobra fez uma homenagem ao Embaixador Sérgio Vieira de Melo pela sua morte na data de hoje, em consequência de um atentado no prédio oficial da ONU, em Bagdá e, em seguida, encerrou a presente reunião às dezesseis horas e vinte e quatro minutos, antes convocando os Senhores Parlamentares para uma Reunião de Audiência Pública amanhã, às dez horas, no Plenário 3 do Anexo II, com a presença do Excelentíssimo Senhor Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores, para prestar informações sobre propostas a serem apresentadas e a posição brasileira na reunião Interministerial da OMC, em Cancun, no mês de setembro. E, para constar, eu, Fernando Luiz Cunha Rocha, lavrei a presente Ata, que por ter sido lida e aprovada, será assinada pela Presidenta, Deputada **Zulaiê Cobra**, e publicada no **Diário da Câmara dos Deputados**.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Castelo)

– Declaro abertos os trabalhos da presente reunião da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, que conta com a presença da Exma. Sra. Cecília Soto González, Embaixadora do México; da Exma. Sra. Senadora Cecília Romero Castillo, Presidenta da Comissão de Relações Exteriores para a América Latina e Caribe, do Senado do México; do Exmo. Sr. Senador César Camacho Quiroz e da Exma. Sra. Senadora Letícia Burgos Ochoa.

Esta audiência pública está sendo realizada por requerimento da Deputada Zulaiê Cobra, Presidenta desta Comissão, para troca de idéias, sobretudo de experiências, sobre o MERCOSUL e o NAFTA e promoção de acordo bilateral entre Brasil e México, e outros assuntos relevantes.

A Embaixadora Cecília Soto González disporá de 20 minutos para sua exposição, prorrogáveis a juízo da Comissão, oportunidade em que não poderá ser apartada.

Com a palavra a Sra. Embaixadora Cecília Soto González.

**A SRA. CECÍLIA SOTO GONZÁLEZ** – Acho que há uma confusão. Devo falar por 20 minutos?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Castelo) – Fica a seu critério. Para tratar da visita de V.Exas. a esta Comissão e do assunto desta audiência pública, V.Exa. dispõe de até 20 minutos.

**A SRA. CECÍLIA SOTO GONZÁLEZ** – Não sou Parlamentar há 10 anos, e V.Exas. me concedem 20 minutos? (*Risos.*)

Temos aqui a presença de 2 distintas companhias do Senado mexicano, que vêm propor mecanismo institucional de consulta entre os Congressos mexicano e brasileiro; a formação não só de um grupo de amigos México/Brasil, mas de um mecanismo de consulta anual, ou seja, uma interparlamentar México/Brasil que pudesse ter seu primeiro encontro no México ao final deste ano ou no primeiro trimestre do ano que vem – a Senadora Cecília Romero Castillo dará os detalhes. A idéia é institucionalizar esse mecanismo de consulta.

Talvez V.Exas. saibam que no México não há reeleição de Parlamentar, a seleção é imediata. Portanto, para o Congresso mexicano é muito importante que haja mecanismos institucionais. Os Parlamentares saem e, para dar continuidade, é preciso haver acordo formal.

Sr. Presidente, termino aqui para que as Senadoras possam falar.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Castelo) – Passo a palavra à Senadora Cecília Romero Castillo.

**A SRA. CECÍLIA ROMERO CASTILLO** – (*Exposição em espanhol.*)

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Zulaiê Cobra) – Agradeço não só à Senadora Cecília Romero Castillo, Presidenta da Comissão de Relações Exteriores para América Latina e Caribe, do Senado do México, mas também à Embaixadora, Cecília Soto González,

de quem gostei muito, quando a conheci na casa do Presidente José Sarney, em almoço com o Presidente do Senado do México.

Concedo a palavra à Senadora Letícia Burgos Ochoa.

**A SRA. LETÍCIA BURGOS OCHOA** – (*Exposição em espanhol.*)

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Zulaiê Cobra) – Muito obrigada, Senadora.

A *TV Câmara* precisa filmar esta Mesa, pois ela é histórica. Normalmente, as mesas são compostas por uma mulher e muitos homens, hoje acontece o contrário.

Ontem, em São Paulo, Ellen Gracie, Ministra do Supremo Tribunal Federal, primeira mulher a ocupar lugar na Suprema Corte da Justiça brasileira, era a única representante do sexo feminino a compor uma mesa. Além dela só havia homens, homens e mais homens: famosos, juristas, políticos e economistas.

**(Não identificado)** – Ai do homem se não fosse a mulher.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Zulaiê Cobra) – Os homens gostam muito de nós, tenho certeza, e nós também gostamos muito dos homens, mas queremos que ambos tenham o mesmo poder político. A Deputada Maninha sabe do que estou falando, bem como a Embaixadora e as 2 Senadoras.

Concederei a palavra aos inscritos.

Com a palavra a Deputada Maninha, do PT do Distrito Federal.

**A SRA. DEPUTADA MANINHA** – Sra. Presidenta, que está muito charmosa usando a cor azul, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Embaixadora Cecília Soto González. Sempre que a Embaixadora se faz presente a esta Casa, nós, mulheres, não apenas as mexicanas, mas as brasileiras também, sentimos muito orgulho, porque nos vemos muito bem representadas. Saúdo especialmente a Senadora Cecília Romero Castillo e a companheira de algum tempo, Senadora Letícia Burgos Ochoa.

Temos tido muitas afinidades com o México. Duas ex-Senadoras, Laura Pavón e Beatriz Paredes, são também muito bem-vindas ao Parlamento brasileiro. Beatriz Paredes deverá receber o título de cidadã honorária do Distrito Federal, pois por ela temos muito apreço, assim como pela Senadora Laura Pavón, que foi Presidenta da Confederação Parlamentar das Américas.

Saúdo a iniciativa das 2 Presidentas, Deputada Zulaiê Cobra e Senadora Cecília Romero Castillo, de propor essa integração. Existem algumas propostas

no sentido de se fazer integração. Cito o caso da Argentina, com quem foi assinado convênio bilateral para troca de experiências de interesse recíproco.

A proposta levantada pela Deputada Zulaiê Cobra e pela Senadora Cecília Romero Castillo é extremamente interessante. Podemos formar grupos de trabalho que poderão aprofundar-se em cada um dos temas. Poderá haver, quem sabe, trabalho sobre legislação que sirva aos 2 países.

Neste momento, temos grande interesse na discussão dos acordos bilaterais e plurilaterais comerciais, como é o caso da ALCA e do MERCOSUL, e queremos trocar experiências sobre o NAFTA. Portanto, essa é uma excelente iniciativa, e nós só temos a saudá-la.

Com relação às datas propostas para a reunião, foram sugeridos os meses de novembro ou fevereiro. Lembro que no mês de fevereiro poderá haver alteração dos membros de nossas Comissões. Assim a reunião não poderá ser realizada naquele mês. Mas isso é de menor importância, a data pode ser escolhida de comum acordo.

Enfatizo, mais uma vez, que muito nos interessa essa reciprocidade de discussões, principalmente no que diz respeito aos temas comerciais e à segurança hemisférica.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Zulaiê Cobra)

– Pelo que pude entender, Deputada Maninha, estão tentando realizar a reunião interparlamentar México/Brasil em novembro. Em fevereiro é mais complicado. Depois decidiremos.

**A SRA. CECÍLIA ROMERO CASTILLO** – (*Exposição em espanhol.*)

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Zulaiê Cobra)

– No México há recesso no Natal?

**A SRA. CECÍLIA ROMERO CASTILLO** – (*Exposição em espanhol.*)

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Zulaiê Cobra)

– Tem a palavra o Deputado Arnon Bezerra.

**O SR. DEPUTADO ARNON BEZERRA** – Cumprimento a Sra. Presidenta, Deputada Zulaiê Cobra, o Vice-Presidente, Deputado João Castelo, a Embaixadora Cecília Soto González, a Senadora Cecília Romero Castillo, Presidenta da Comissão das Relações Exteriores, do Senado do México, e a Senadora Letícia Burgos Ochoa, pela feliz iniciativa de realizar trabalho entre os Parlamentos do Brasil e do México, no qual poderemos avaliar experiências importantes dos 2 países.

Temos problemas muito semelhantes na área rural e nas grandes e pequenas cidades. O Brasil se

depara com problemas que têm preocupado tanto os governantes quanto a população brasileira. Temos verdadeira necessidade de trocar experiências.

Há outros problemas, a exemplo do narcotráfico. Precisamos proteger-nos contra possíveis interferências de países de maior poder econômico, de maior poder bélico. De qualquer forma, a tradição do Brasil sempre foi usar a diplomacia nos grandes conflitos, o que tem feito com competência. O Brasil foi muito importante para o Timor Leste.

Aproveito para lamentar profundamente o falecimento precoce do nosso Embaixador Sérgio Vieira de Mello, um dos mais brilhantes membros do Itamaraty, homem que lutou pela paz e terminou sendo vítima da guerra.

É de fundamental importância essa iniciativa de integração. Parabênzo o Senado mexicano, na pessoa das Senadoras Cecília Romero Castillo e Letícia Burgos Ochoa.

Quanto à data da reunião, assunto abordado pela Deputada Maninha, embora possamos permanecer na mesma Comissão no ano que vem, alguns membros poderão ser mudados, por livre e espontânea vontade. A iniciativa está surgindo agora. É importante que a reunião se realize com os atuais membros desta Comissão, para que possamos, os que nela continuarem, passar aos novos membros, que tomarão posse em fevereiro, a experiência, a vontade e o ideal.

Que V.Exas. levem aos irmãos mexicanos o abraço do Parlamento brasileiro.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Zulaiê Cobra)

– Muito obrigada, Deputado Arnon Bezerra.

Tem a palavra o Deputado Jackson Barreto.

**O SR. DEPUTADO JACKSON BARRETO** –

Sra. Presidenta, Deputada Zulaiê Cobra, Deputado João Castelo, Sras. Senadoras Cecília Romero Castillo e Letícia Burgos Ochoa, Sra. Embaixadora do México, Cecília Soto González, que muito nos honra com sua presença, representando muito bem a qualidade das mulheres do México, Sras. e Srs. Deputados, é muito importante para nós, brasileiros, nos mirarmos nos exemplos de participação da mulher na carreira diplomática.

Sras. Senadoras, considero de grande importância iniciativa do Senado mexicano na busca de intercâmbio. Na verdade, precisamos de atuação conjunta, até porque temos problemas comuns, dentre os quais destaco a situação de subdesenvolvimento, fome, miséria e males sociais.

Há poucos dias recebemos nesta Comissão a Senadora mexicana Beatriz Paredes, mulher que considero muito qualificada e engajada na luta do seu povo e com bom conhecimento dos problemas latino-americanos. Impressionaram-me as informações relacionadas ao NAFTA, como se deu o acordo e o papel restrito e pequeno do Congresso mexicano.

Essa questão preocupa-nos muito no momento em que discutimos a ALCA, cujos objetivos, na minha avaliação, não atendem aos interesses do nosso povo e do nosso País. Considero a ALCA aumento do processo de dominação dos países latino-americanos pela maior potência do mundo. Precisamos buscar mecanismos de defesa dos interesses do nosso povo e da nossa economia. O grande sustentáculo do nosso povo é o Congresso Nacional. Não podemos discutir a ALCA nas mesmas condições que o NAFTA impôs ao povo mexicano. O Congresso mexicano não teve força suficiente para sufocar as pressões do Congresso norte-americano, que impunha suas exigências. E ficou o querido povo mexicano apenas com a posição do Presidente da República do seu país, lutando sozinho contra as pressões do capital norte-americano.

Precisamos trocar essas experiências, até para poder preparar melhor nossos povos para a discussão dessas questões que lhes interessam de forma direta.

Saúdo a iniciativa das Senadoras, ressaltando que, neste momento, nosso País preocupa-se especialmente com o fortalecimento do MERCOSUL, para que ele possa atender aos interesses econômicos da América do Sul.

Eu gostaria muito que fosse permanente a convivência entre os Parlamentos do México e do Brasil e dos povos latino-americanos como um todo. A troca de experiências vai nos fortalecer para enfrentarmos um inimigo, um adversário comum dos nossos povos.

E estaremos, portanto, à disposição para darmos nossa pequena contribuição em tudo o que favorecer os interesses dos nossos povos.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Zulaiê Cobra)

– Muito obrigada, Deputado Jackson Barreto.

A lista de inscrição está encerrada.

Mais algum Deputado deseja fazer uso da palavra? *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado João Almeida.

**O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA** – Inicialmente saúdo a Mesa, tão bem composta por ilustres e poderosas mulheres do continente latino-americano: Deputada Zulaiê Cobra, Senadoras Cecília Romero

Castillo e Letícia Burgos Ochoa. Saúdo também os homens, na pessoa do Vice-Presidente da Comissão, Deputado João Castelo.

Acho a iniciativa de grande valia. A agenda do encontro nos foi entregue com explicações complementares inclusive sobre a importância que pode ter essa reunião interparlamentar. A agenda é sucinta, foi bem elaborada, feita com muito cuidado, como costumam agir as mulheres.

Não vejo o NAFTA destacado no primeiro item. O assunto interessa muito mais ao México do que ao Brasil. Porém, para nós, como disse o Deputado Jackson Barreto, é da maior importância que conheçamos mais profundamente a experiência que aquele país vive. Será muito enriquecedor para nós.

Assim sendo, se for necessário estabelecer prioridades nessa agenda, se tivermos de nos limitar a alguns assuntos, proponho para esse primeiro encontro os temas 1 e 3, embora talvez possamos, numa agenda mais ambiciosa, mencionar todos eles.

Em relação à data, não vejo grande prejuízo em que o encontro seja mesmo em fevereiro. E para que se respeite o Carnaval, como já nos disse a Senadora mexicana, deverá acontecer no início do mês, até porque nesse período ainda não houve mudanças nas Comissões. De fato, é na segunda semana de março que tradicionalmente temos as eleições. As tratativas e negociações só ocorrem mesmo em março, na última semana. Basta compatibilizar as agendas. Já está previsto para 8 a 10 de setembro um evento da OMC, o que certamente levará alguns de nós ao México. Mas voltar àquele país é sempre muito agradável, para tratar de que assunto.

Enfim, saúdo essa iniciativa.

Quanto às datas, melhor que as próprias presidentas que conduzirão esse processo as definam.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Zulaiê Cobra)

– Com a palavra a Senadora Cecília Romero Castillo.

**A SRA. CECÍLIA ROMERO CASTILLO** – *(Exposição em espanhol.)*

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Zulaiê Cobra)

– Por que fevereiro?

**SRA. CECÍLIA SOTO GONZÁLEZ** – Porque os Senadores brasileiros nos disseram que há muitas votações importantes em novembro. A primeira semana de novembro é boa para o México, depois, já entramos em processo de discussão.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Zulaiê Cobra)

– Então vamos na primeira semana de novembro.

**SRA. CECÍLIA SOTO GONZÁLEZ** - Novembro é bom para o México, mas o Senador Suplicy disse que seria difícil para...

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Zulaiê Cobra) – Mas nós não vamos com o Senador Suplicy para lado nenhum. A Câmara vai. Se o Senador Suplicy quiser, vá depois. A Câmara é uma coisa; o Senado é outra. A senhora nos deu a honra de contar com a presença das Senadoras numa Comissão da Câmara. A Comissão da Câmara pode muito bem ir ao Senado do México. Alguma objeção?

**SRA. CECÍLIA SOTO GONZÁLEZ** - Não. O microfone parece que sim. (*Risos.*)

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Zulaiê Cobra) – Eu não estava entendendo por que não podíamos ir antes, agora sei. A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional do Senado não pode ir nem novembro nem em dezembro, não acha conveniente.

**O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA** – Estou, de certo modo, de acordo com a posição do Senado, porque o mês de novembro tende a ser sobrecarregado de votações. Será difícil, portanto, deslocar para o México contingente mais expressivo de Parlamentares, a fim de cumprir essa agenda. Além disso, os próprios Presidentes de ambas Casas do Congresso Nacional costumam impor dificuldades para nossa saída nesse período. Acho pouco conveniente, Sra. Presidenta.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Zulaiê Cobra) – Eu vou antes; eu vou então em setembro. Tenho que ir ao México o mais depressa possível. Estamos marcando viagem para o Canadá e o México. Eu não conheço o México. Portanto, Srs. Deputados, vamos fazer a viagem agora. Quem quiser deixar para ir no começo de fevereiro, que deixe. Mas nós vamos agora, porque é o momento de discutir a ALCA e o MERCOSUL. Se deixarmos para fevereiro, os acordos já estarão feitos. Temos que fazer o debate agora. Nós podemos ir antes e o Senado depois, claro. Não há problema algum.

**A SRA. DEPUTADA MANINHA** – Deputada Zulaiê Cobra, de 8 a 10 de setembro será realizado, em Cancún, o evento da OMC, de que vários Deputados gostariam de participar. Talvez fosse o caso de adaptarmos a agenda, a fim de que pudéssemos fazer essa discussão e, paralelamente, ir a Cancún.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Zulaiê Cobra) – Melhor ainda, se as Senadoras concordarem. Nessa época V.Exas. estarão ocupadas com a discussão também da OMC?

**A SRA. CECÍLIA ROMERO CASTILLO** – (*Exposição em espanhol.*)

**A SRA. DEPUTADA MANINHA** – Sim, nós concordamos. Apenas estou citando a data, porque se torna uma única viagem.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Zulaiê Cobra) – Não, vamos fazer várias.

A Deputada Maninha, *data maxima venia*, explicou muitíssimo bem a nossa Senadora, que também é Presidenta da Comissão de Relações Exteriores do Senado mexicano – daí a vontade expressa e digna de que a Comissão de Relações Exteriores do Senado do Brasil esteja junto —, que deseja criar algo no âmbito institucional, como a união dos Parlamentos.

Portanto, vamos marcar outra data, independentemente desta. Em setembro irão 7 Deputados, depois irão outros 7 ou 8 Deputados, no máximo.

Com a palavra ao Deputado Neucimar Fraga, do PL do Espírito Santo.

**O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA** – Quero saudar a nossa Presidenta, Deputada Zulaiê Cobra, o nosso Vice-Presidente, Deputado João Castello, as Senadoras Cecília Romero e Letícia Burgos, e a nossa Embaixadora Cecília Soto. É uma satisfação recebê-las neste Parlamento e tê-las como parceiras na discussão dos problemas que afligem esses 2 países, Brasil e México.

Dentre os itens da nossa pauta, alguns pontos foram abordados. No item 2 diz-se que o Brasil e o México têm em comum a pobreza, tornando-se necessário, então, que ambas as nações busquem soluções conjuntas para combatê-las.

É importante sabermos que a sensibilidade que está brotando no coração dos brasileiros, no coração do atual Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, também brota no coração dos mexicanos.

Sabemos que, durante as eleições, vencemos as urnas, mas, no exercício do nosso mandato, temos muitas lutas a vencer, uma delas a luta contra a fome, que estamos travando no Brasil. O Governo mexicano também está empenhado nessa luta.

O povo brasileiro e o mexicano são irmãos. Essa integração entre os povos é importantíssima. Mediante a troca de informações, na busca do conhecimento, Brasil e México poderão encontrar soluções conjuntas para os problemas dos seus povos.

Por isso, saudamos a iniciativa desta reunião interparlamentar entre Brasil e México. Queremos fazer parte dessa discussão, para que possamos ajudar os povos de ambas as nações.



Agradeço a V.Exas. a presença. Deus abençoe o seu país.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Castelo) – Com a palavra o Deputado Ivan Ranzolin.

**O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN** – Meu caro Presidente, desejo cumprimentar V.Exa., as nobres Senadoras Cecília Romero Castillo, Presidenta da Comissão de Relações Exteriores do Senado do México, e Letícia Burgos Ochoa, bem como a Embaixadora Cecília Soto González. É um grande prazer recebê-las nesta Comissão, especialmente porque vieram do México, país irmão cujos problemas sociais e cujos encaminhamentos em prol do desenvolvimento são semelhantes aos nossos.

O México faz divisa com os Estados Unidos, o maior mercado consumidor do mundo. Logo acima está o Canadá, país rico e forte no setor produtivo, com boa qualidade de vida. Portanto, é justo e oportuno que intensifiquemos cada vez mais nossos tratados e as discussões a respeito do nosso destino e das convenções com outros povos.

Aqui temos o MERCOSUL, mercado que congrega alguns países da América do Sul, mas entendo ser oportuno que haja não só uma, mas muitas discussões a respeito do nosso futuro e especialmente sobre o mundo globalizado.

A Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, em apenas 6 meses, teve fantástica atuação em tudo o que diz respeito a intercâmbios internacionais. Temos muitos. Recentemente, nossa Presidenta voltou de Portugal, onde esteve com o Presidente da República resolvendo sério problema com relação aos brasileiros. Na verdade, o relacionamento com outros países é muito importante.

A respeito dos nossos compromissos, houve aqui uma discussão quanto à fixação de datas. No dia 8, um grupo de Parlamentares brasileiros estará em Cancún. Mas o tema que vamos discutir é de tamanha importância, que as Comissões de Relações Exteriores tanto do Senado quanto da Câmara devem reunir-se muitas vezes, no Brasil e no México. Ambos os países são muito grandes, bem assim seus problemas. Se trabalharmos juntos, teremos boas soluções.

Portanto, deixo registrada minha modesta opinião: que possamos ter muitas reuniões, muitos debates, a fim de que tenhamos firmeza na hora de tomarmos a decisão final quanto a fazer um intercâmbio maior e a participar de uma organização das Américas que não só traga resultados positivos para os países mais ricos, como dê um destino melhor para os países que se encontram em dificuldades.

Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Zulaiê Cobra) – Muito obrigada, Deputado Ivan Ranzolin. Agora temos absoluta certeza de que a Primeira Reunião Interparlamentar México/Brasil sairá.

Ilustres Senadoras Letícia Burgos e Cecília Romero, Presidenta da Comissão de Relações Exteriores do Senado mexicano, agradeço a V.Exas. a presença. Agradeço também à ilustre Embaixadora Cecília Soto González, mulher elogiadíssima no meio diplomático – todos os homens ficam encantados com S.Exa. –, mulher que tem tudo para demonstrar que o relacionamento internacional é feito por mulheres, e mulheres condizentes. Isso é muito importante, porque não é fácil ser diplomata, não é fácil ser embaixadora. E S.Exa. enobrece todas.

Neste momento, a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados presta sua homenagem ao grande Sérgio Vieira de Mello, representante especial da ONU no Iraque.

Aos 54 anos de idade morre esse homem contundente e ousado, orgulho do Brasil. Essa tragédia se abate sobre todos nós. Nomeado para cargo tão importante, Sérgio Vieira de Mello deu-nos a satisfação de ver um brasileiro receber missão tão importante: participar da reconstrução do Iraque, na ONU. Portanto, a morte dessa figura de extrema importância deixa-nos tristes.

Por tudo isso, a Comissão de Relações Exteriores da Câmara, juntamente com a do Senado – entrei em contato agora com o Senador Eduardo Suplicy – sente-se na obrigação não só de fazer enviar uma nota de solidariedade e de condolências à família de Sérgio Vieira de Mello, como também de buscar informações a respeito da violência que culminou na morte desse grande Embaixador, morto num atentado contra a sede da ONU em Bagdá, onde cumpria seu dever. O atentado deixou 15 mortos e 40 feridos. Essa notícia nos comove e entristece, depois das alegrias do Pan-Americano, quando o País conseguiu conquistar tantas belezas. Mas o Brasil não é só esporte, é também diplomacia. E, no campo da diplomacia, gozamos do melhor conceito mundial. O Embaixador Sérgio Vieira de Mello era nosso maior representante nessa importantíssima missão da ONU de reconstruir o Iraque e para lá levar a paz.

Morreu o homem que simbolizava a paz. Isso é muito ruim para todos os brasileiros.

Estamos de luto, assim como todo o mundo, porque morre um homem que lutou pela paz.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião, antes convocando audiência pública para amanhã, às 10h, no Plenário 3, quando ouviremos o Exmo. Sr. Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim.

Está encerrada a reunião.

## DESIGNAÇÃO

### COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

A Presidente da Comissão, Deputada Zulaiê Cobra, fez a seguinte designação de relatoria nesta data:

## DESIGNAÇÃO

**Ao Deputado Antonio Carlos Pannunzio**

**PROJETO DE LEI Nº 1.982/03** – Do Sr. Eduardo Valverde – que “regulamenta a assistência judiciária internacional em matéria penal, a ser prestada ou requerida por autoridades brasileiras, nos casos de investigação, instrução processual e julgamento de delitos, nas hipóteses em que especifica, e estabelece mecanismos de prevenção e bloqueio de operações suspeitas de lavagem de dinheiro.”

Sala da Comissão, em 10 de fevereiro de 2004

## SEÇÃO II

### ATOS DO PRESIDENTE

**O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, item I, alínea “a”, do Ato da Mesa nº 205, de 28 de junho de 1990, resolve:

**DISPENSAR**, de acordo com o artigo 35, item I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **ALEXANDRE TRINDADE DE SOUSA**, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Analista Legislativo – atribuição Técnica Legislativa, Classe B, Padrão 39, ponto nº 6.488, da função comissionada de Assistente de Gabinete, FC-05, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exercia no Gabinete do Líder do Partido Liberal, a partir de 02 de março do corrente ano.

**DISPENSAR**, de acordo com o artigo 35, item I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **CARLA SIMÃO CHAVES**, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Analista Legislativo – atribuição Técnico em Comunicação Social, Classe Especial, Padrão 42,

ponto nº 6.342, da função comissionada de Assistente Técnico, FC-06, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exercia na Secretaria de Comunicação Social, a partir de 1º de março do corrente ano.

**DISPENSAR**, a pedido, de acordo com o artigo 35, item II, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **JOEL MARTINS DE SOUZA**, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Analista Legislativo – atribuição Taquígrafo Legislativo, Classe Especial, Padrão 45, ponto nº 5.192, da função comissionada de Diretor, FC-07, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exercia na Coordenação de Redação Final, do Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação, a partir de 1º de março do corrente ano.

**DISPENSAR**, de acordo com o artigo 35, item I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **RICARDO MODESTO VIEIRA**, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Analista Legislativo – atribuição Técnica Legislativa, Classe “B”, Padrão 39, ponto nº 6.600, da função comissionada de Chefe da Seção de Apoio Técnico, FC-05, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exercia na Coordenação de Serviços Auxiliares, do Departamento de Apoio Parlamentar, a partir de 1º de março do corrente ano.

**DISPENSAR**, de acordo com o artigo 35, item I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **SALUSTIANO MESQUITA PINTO**, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Técnico Legislativo – atribuição Agente de Serviços Legislativos, Classe Especial, Padrão 30, ponto nº 3.188, da função comissionada de Assistente de Gabinete, FC-05, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exercia no Gabinete do Presidente, a partir de 1º de março do corrente ano.

**DISPENSAR**, de acordo com o artigo 35, item I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **DANIEL WELLINGTON DE ARAÚJO**, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Analista Legislativo – atribuição Taquígrafo Legislativo, Classe Especial, Padrão 45, ponto nº 5.187, da função comissionada de Supervisor de Pronunciamento, FC-06, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exercia na Coordenação de Revisão, do Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação, a partir de 1º de março do corrente ano.

**RESOLVE** dispensar, de acordo com o artigo 35, item I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **WÉDER DE OLIVEIRA**, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Analista Legislativo – atribuição Assistente Técnico, Classe Especial, Padrão 42, ponto nº 6.436, da função comissionada de Consultor

de Orçamento e Fiscalização Financeira, FC-07, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exercia na Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira, a partir de 14 de janeiro do corrente ano.

**O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, item I, alínea “a”, do Ato da Mesa nº 205, de 28 de junho de 1990, e o artigo 6º da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

**DESIGNAR POR ACESSO**, na forma do artigo 13 da Resolução nº 21, de 4 de novembro de 1992, **ALEXANDRE TRINDADE DE SOUSA**, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Analista Legislativo – atribuição Técnica Legislativa, Classe B, Padrão 39, ponto nº 6.488, para exercer, a partir de 02 de março do corrente ano, no Gabinete do Líder do Partido Verde, a função comissionada de Chefe de Secretaria de Vice-Líderes, FC-06, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, criada pelo artigo 1º da Resolução nº 17, de 18 de dezembro de 2003n.

**DESIGNAR POR ACESSO**, na forma do artigo 13 da Resolução nº 21, de 4 de novembro de 1992, **DANIEL WELLINGTON DE ARAÚJO**, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Analista Legislativo – atribuição Taquígrafo Legislativo, Classe Especial, Padrão 45, ponto nº 5.187, para exercer, a partir de 1º de março do corrente ano, na Coordenação de Redação Final, do Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação, a função comissionada de Diretor, FC-07, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, criada pelo artigo 1º do Ato da Mesa nº 37, de 30 de maio de 2000n.

**DESIGNAR POR ACESSO**, na forma do artigo 13 da Resolução nº 21, de 4 de novembro de 1992, **JOEL MARTINS DE SOUZA**, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Analista Legislativo – atribuição Taquígrafo Legislativo, Classe Especial, Padrão 45, ponto nº 5.192, para exercer, a partir de 1º de março do corrente ano, na Coordenação de Revisão, do Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação, a função comissionada de Supervisor de Pronunciamento, FC-06, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, transformada pelo artigo 1º da Resolução nº 49, de 26 de agosto de 1993n.

**DESIGNAR POR ACESSO**, na forma do artigo 13 da Resolução nº 21, de 4 de novembro de 1992, **RICARDO MODESTO VIEIRA**, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Analista Legislativo – atribuição Técnica Legislativa, Classe “B”, Padrão 39, ponto nº 6.600, para exercer, a partir de 1º de março do corrente ano, na Secretaria de Comunicação Social, a função comissionada de Assistente Técnico, FC-06,

do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, criada pelo artigo 1º do Ato da Mesa nº 10, de 04 de março de 1999n.

**O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, item I, alínea “a”, do Ato da Mesa nº 205, de 28 de junho de 1990,

**RESOLVE** alterar, em parte, o Ato de 02 de março de 2004, publicado no Diário da Câmara dos Deputados de 03 de março de 2004, que designou, **ANA MIRIAM NASCIMENTO GUERRA BRANDÃO**, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Técnico Legislativo – atribuição Assistente Administrativo, Classe Especial, Padrão 30, ponto nº 4.339, 1ª substituta da Chefe da Seção de Visitação e Turismo, FC-05, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, na Coordenação de Relações Públicas, da Secretaria de Comunicação Social, em seus impedimentos eventuais, para considerá-la designada a partir de 05 de janeiro do corrente ano.

**O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, item I, alínea “a”, do Ato da Mesa nº 205, de 28 de junho de 1990, e o artigo 6º da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

**DESIGNAR ANDREA ALMEIDA MOTTA E SILVA**, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Técnico Legislativo – atribuição Assistente Administrativo, Classe Especial, Padrão 30, ponto nº 5.313, 1ª substituta do Consultor do Núcleo Jurídico, FC-07, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, da Assessoria Técnica da Diretoria-Geral, em seus impedimentos, no período de 1º a 09 e 16 a 18 de fevereiro do corrente ano.

**DESIGNAR ÁUREA FERREIRA DE SOUSA**, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Analista Legislativo – atribuição Técnica Legislativa, Classe Especial, Padrão 45, ponto nº 4.117, 2ª substituta da Chefe da Seção de Edição de Textos, FC-05, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, na Coordenação de Apoio Técnico-Administrativo, da Consultoria Legislativa, em seus impedimentos eventuais, a partir de 30 de dezembro de 2003.

**DESIGNAR CLÁUDIA REGINA DE AZEVEDO FÉLIX**, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Técnico Legislativo – atribuição Operador de Máquinas, Classe Especial, Padrão 28, ponto nº 6.223, 1ª substituta do Coordenador Administrativo, FC-07, Jayme Wagner Cândido de Freitas, Ponto nº 4.403, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, na Diretoria-Geral, em seus impedimentos, no período de 25 de fevereiro a 07 de março do corrente ano.

**DESIGNAR JOÃO HENRIQUE STENZEL**, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Analista Legislativo – atribuição Técnica Legislativa, Classe B, Padrão 39, ponto nº 6.536, 1º substituto do Chefe do Serviço de Administração, FC-06, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, da Assessoria Técnica da Diretoria-Geral, em seus impedimentos, no período de 19 a 26 de fevereiro do corrente ano.

**DESIGNAR LIGIA CRISTINA PINHEIRO DA SILVA**, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Analista Legislativo – atribuição Técnico em Documentação e Informação Legislativa, Classe Especial, Padrão 44, ponto nº 6.183, 1ª substituta da Chefe da Seção de Documentos Históricos, FC-05, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, na Coordenação de Arquivo, do Centro de Documentação e Informação, em seus impedimentos eventuais, a partir de 17 de fevereiro do corrente ano.

**DESIGNAR LUCIENE COELHO DE ARAÚJO MULLER**, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Analista Legislativo – atribuição Técnico em Documentação e Informação Legislativa, Classe Especial, Padrão 43, ponto nº 6.334, 2ª substituta da Chefe da Seção de Referência, FC-05, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, da Coordenação de Biblioteca, do Centro de Documentação e Informação, em seus impedimentos eventuais, a partir de 27 de janeiro do corrente ano.

**DESIGNAR MARIA DE FÁTIMA MIRANDA**, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Técnico Legislativo – atribuição Agente de Serviços Legislativos, Classe Especial, Padrão 30, ponto nº 4.878, 2ª substituta do Chefe da Seção de Atendimento, FC-05, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, no Departamento de Apoio Parlamentar, em seus impedimentos eventuais, a partir de 09 de março do corrente ano.

**DESIGNAR MARIA NILZA BIANCHI**, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Analista Legislativo – atribuição Assistente Técnico, Classe Especial, Padrão 45, ponto nº 5.081, 2ª substituta do Diretor, FC-08, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, na Consultoria Legislativa, em seus impedimentos eventuais, a partir de 02 de março do corrente ano.

**DESIGNAR MARTA LIRA DE OLIVEIRA VERAS**, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Analista Legislativo – atribuição Técnico em Documentação e Informação Legislativa, Classe Especial, Padrão 43, ponto nº 6.157, 2ª substituta da Chefe da Seção de Documentos Históricos, FC-05, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, da Coordena-

ção de Arquivo, do Centro de Documentação e Informação, em seus impedimentos eventuais, a partir de 17 de fevereiro do corrente ano.

**DESIGNAR NATÁLIA REIS DOEDERLEIN**, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Analista Legislativo – atribuição Técnica Legislativa, Classe B, Padrão 39, ponto nº 6.580, e **LUIZ CLÁUDIO DE MORAES PINHEIRO**, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Analista Legislativo – atribuição Técnica Legislativa, Classe Especial, Padrão 45, ponto nº 3.898, para substituírem, sucessivamente, a Chefe da Seção de Pauta, FC-05, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, na Coordenação do Jornal da Câmara dos Deputados, da Secretaria de Comunicação Social, em seus impedimentos eventuais, a partir de 1º de março do corrente ano.

**DESIGNAR SUELY SOARES SINFRÓRIO DE MATOS**, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Técnico Legislativo – atribuição Assistente Administrativo, Classe Especial, Padrão 30, ponto nº 5.820, 1ª substituta da Chefe da Seção de Provimento e Vacância, FC-05, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, na Coordenação de Registro Funcional, do Departamento de Pessoal, no período de 25 a 29 de fevereiro do corrente ano.

**DESIGNAR VANDERLEI BATISTA DOS SANTOS**, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Analista Legislativo – atribuição Técnico em Documentação e Informação Legislativa, Classe Especial, Padrão 44, ponto nº 5.942, 2º substituto do Chefe da Seção de Avaliação e Recolhimento, FC-05, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, da Coordenação de Arquivo, do Centro de Documentação e Informação, em seus impedimentos eventuais, a partir de 16 de fevereiro do corrente ano.

**DESIGNAR VALDECI JORGE DA SILVA**, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Técnico Legislativo – atribuição Agente de Encadernação e Douração, Classe Especial, Padrão 29, ponto nº 5.965, 1º substituto do Chefe da Seção de Informática, FC-05, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, no Centro de Documentação e Informação, no período de 25 de fevereiro a 19 de março do corrente ano.

**DESIGNAR VALDECI PEREIRA DA SILVA**, Classe Especial, Padrão 28, ponto nº 5.544, e **BENEDITO DE OLIVEIRA BARREIROS**, Classe Especial, Padrão 30, ponto nº 5.549, ocupantes de cargo da Categoria Funcional de Técnico Legislativo – atribuição Agente de Polícia Legislativa, para substituírem, sucessivamente, o Chefe da Seção de Emergências Policiais, FC-05, do Quadro de Pessoal

da Câmara dos Deputados, na Coordenação de Segurança Orgânica, do Departamento de Polícia Legislativa, em seus impedimentos eventuais, a partir de 1º de janeiro do corrente ano.

**DESIGNAR WELSON DUARTE PORTO**, ponto nº 5.548, e **NORMANDO FERNANDES**, ponto nº 5.538, ocupantes de cargo da Categoria Funcional de Técnico Legislativo – atribuição Agente de Polícia Le-

gislativa, Classe Especial, Padrão 30, para substituírem, sucessivamente, o Diretor, FC-07, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, na Coordenação de Segurança Orgânica, do Departamento de Polícia Legislativa, em seus impedimentos eventuais, a partir de 1º de janeiro do corrente ano.

Câmara dos Deputados, 16 de março de 2004 – **João Paulo Cunha**, Presidente.

## MESA DIRETORA

### Presidente:

JOÃO PAULO CUNHA - PT - SP

### 1º Vice-Presidente:

INOCÊNCIO OLIVEIRA - PFL - PE

### 2º Vice-Presidente:

LUIZ PIAUHYLINO - PTB - PE

### 1º Secretário:

GEDDEL VIEIRA LIMA - PMDB - BA

### 2º Secretário:

SEVERINO CAVALCANTI - PP - PE

### 3º Secretário:

NILTON CAPIXABA - PTB - RO

### 4º Secretário:

CIRO NOGUEIRA - PP - PI

### 1º Suplente de Secretário:

GONZAGA PATRIOTA - PSB - PE

### 2º Suplente de Secretário:

WILSON SANTOS - PSDB - MT

### 3º Suplente de Secretário:

CONFÚCIO MOURA - PMDB - RO

### 4º Suplente de Secretário:

JOÃO CALDAS - PL - AL

## LÍDERES E VICE-LÍDERES

### PT

Líder: ARLINDO CHINAGLIA

#### Vice-Líderes:

Ary Vanazzi, Carlito Merss, Devanir Ribeiro, Fátima Bezerra, Fernando Ferro, Gilmar Machado, Henrique Fontana, Iriny Lopes, Ivan Valente, João Magno, Lindberg Farias, Luci Choinacki, Luiz Sérgio, Maurício Rands, Paulo Bernardo, Paulo Delgado, Paulo Pimenta, Paulo Rocha, Rubens Otoni, Telma de Souza, Walter Pinheiro, Zezéu Ribeiro e Nelson Pellegrino.

### PMDB

Líder: JOSÉ BORBA

#### Vice-Líderes:

Mendes Ribeiro Filho, Sandra Rosado, Benjamin Maranhão, Asdrubal Bentes, André Luiz, Adelor Vieira, Osvaldo Bionchi, Carlos Eduardo Cadoca, Gustavo Fruet, Leandro Vilela, Osmar Serraglio, Wladimir Costa, Mauro Benevides, Henrique Eduardo Alves, Wilson Santiago, Jorge Alberto, Edson Ezequiel e Pastor Pedro Ribeiro.

### PFL

Líder: JOSÉ CARLOS ALELUIA

#### Vice-Líderes:

Rodrigo Maia (1º Vice), José Thomaz Nonô, Roberto Brant, Murilo Zauith, Kátia Abreu, José Roberto Arruda, Luiz Carlos Santos, José Rocha, Antonio Carlos Magalhães Neto, Onyx Lorenzoni, Gilberto Kassab, Ronaldo Caiado, Abelardo Lupion, Paulo Bauer, Pauderney Avelino, Nice Lobão, José Carlos Machado e Moroni Torgan.

### PP

Líder: PEDRO HENRY

#### Vice-Líderes:

Celso Russomanno (1º Vice), José Linhares, Francisco Dornelles, Romel Anizio, Ivan Ranzolin, Francisco Appio, Mário Negromonte, Herculano Anghinetti (Licenciado), Ricardo Fiuzza, Ricardo Barros, Sandes Júnior (Licenciado) e Professor Irapuan Teixeira.

### PTB

Líder: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

#### Vice-Líderes:

Ricarte de Freitas (1º Vice), José Militão, Arnaldo Faria de Sá, Nelson Markezelli, Eduardo Seabra, Josué Bengtson, José Carlos Elias, Ricardo Izar, Pastor Reinaldo, Marcondes Gadelha, Roberto Magalhães, Iris Simões e Paes Landim.

### PSDB

Líder: CUSTÓDIO MATTOS

#### Vice-Líderes:

Sebastião Madeira, Carlos Alberto Leréia, Eduardo Gomes, Antonio Carlos Mendes Thame, Antonio Carlos Pannunzio, Nilson Pinto, Luiz Carlos Hauly, Bismarck Maia, João Almeida, Bosco Costa, Walter Feldman, Alberto Goldman, Aloysio Nunes Ferreira e Átila Lira.

### Bloco PL, PSL

Líder: SANDRO MABEL

#### Vice-Líderes:

Miguel de Souza, Carlos Rodrigues, Inaldo Leitão, Lincoln Portela, João Paulo Gomes da Silva, Carlos Mota, Maurício Rabelo, Aracely de Paula, Luciano Castro, Paulo Marinho, Roberto Pessoa e João Mendes de Jesus.

### PPS

Líder: JÚLIO DELGADO

#### Vice-Líderes:

Lupércio Ramos (1º Vice), B. Sá, Cláudio Magrão e Maria Helena.

### PSB

Líder: RENATO CASAGRANDE

#### Vice-Líderes:

Dr. Evilásio (1º Vice), Janete Capiberibe, Paulo Baltazar e Isaías Silvestre.

### PDT

Líder: DR. HÉLIO

#### Vice-Líderes:

Pompeo de Mattos (1º Vice), Dr. Rodolfo Pereira, Álvaro Dias e Severiano Alves.

### PCdoB

Líder: RENILDO CALHEIROS

#### Vice-Líderes:

Daniel Almeida e Vanessa Grazziotin.

### PSC

Líder: PASTOR AMARILDO

#### Vice-Líderes:

.

### PV

Líder: SARNEY FILHO

#### Vice-Líderes:

Edson Duarte (1º Vice) e Marcelo Ortiz.

## Parágrafo 4º, Artigo 9º do RICD

### PRONA

Repr.: ENÉAS

### Liderança do Governo

Líder: MIRO TEIXEIRA

**Vice-Líderes:**

Professor Luizinho, Beto Albuquerque, Sigmaringa Seixas,  
Vicente Cascione e Renildo Calheiros.

**DEPUTADOS EM EXERCÍCIO****Roraima**

Alceste Almeida - PMDB  
Almir Sá - PL  
Dr. Rodolfo Pereira - PDT  
Francisco Rodrigues - PFL  
Luciano Castro - PL  
Maria Helena - PPS  
Pastor Frankembergen - PTB  
Suely Campos - PP

**Amapá**

Antonio Nogueira - PT  
Coronel Alves - PL  
Davi Alcolumbre - PDT  
Dr. Benedito Dias - PP  
Eduardo Seabra - PTB  
Hélio Esteves - PT  
Janete Capiberibe - PSB  
Valdenor Guedes - PSC

**Pará**

Anivaldo Vale - PSDB  
Ann Pontes - PMDB  
Asdrubal Bentes - PMDB  
Babá - S.PART.  
Jader Barbalho - PMDB  
José Priante - PMDB  
Josué Bengtson - PTB  
Nicias Ribeiro - PSDB  
Nilson Pinto - PSDB  
Paulo Rocha - PT  
Raimundo Santos - PL  
Vic Pires Franco - PFL  
Wladimir Costa - PMDB  
Zé Geraldo - PT  
Zé Lima - PP  
Zenaldo Coutinho - PSDB  
Zequinha Marinho - PSC

**Amazonas**

Átila Lins - PPS  
Carlos Souza - PL  
Francisco Garcia - PP  
Humberto Michiles - PL  
Lupércio Ramos - PPS  
Pauderney Avelino - PFL  
Silas Câmara - PTB  
Vanessa Grazziotin - PCdoB

**Rondônia**

Agnaldo Muniz - PPS  
Anselmo - PT  
Confúcio Moura - PMDB  
Eduardo Valverde - PT  
Hamilton Casara - PSB  
Marinha Raupp - PMDB  
Miguel de Souza - PL  
Nilton Capixaba - PTB

**Acre**

Henrique Afonso - PT  
João Correia - PMDB  
João Tota - PL  
Júnior Betão - PPS  
Nilson Mourão - PT  
Perpétua Almeida - PCdoB  
Ronivon Santiago - PP  
Zico Bronzeado - PT

**Tocantins**

Darci Coelho - PP  
Derval de Paiva - PMDB  
Eduardo Gomes - PSDB  
Homero Barreto - PTB  
Kátia Abreu - PFL

Maurício Rabelo - PL  
Pastor Amarildo - PSC  
Ronaldo Dimas - PSDB

**Maranhão**

Antonio Joaquim - PP  
César Bandeira - PFL  
Clóvis Fecury - PFL  
Costa Ferreira - PSC  
Dr. Ribamar Alves - PSB  
Eliseu Moura - PP  
Gastão Vieira - PMDB  
João Castelo - PSDB  
Luciano Leitoa - PSB  
Nice Lobão - PFL  
Paulo Marinho - PL  
Pedro Fernandes - PTB  
Pedro Novais - PMDB  
Sarney Filho - PV  
Sebastião Madeira - PSDB  
Terezinha Fernandes - PT  
Wagner Lago - PP  
Washington Luiz - PT

**Ceará**

Almeida de Jesus - PL  
Aníbal Gomes - PMDB  
Antonio Cambraia - PSDB  
Ariosto Holanda - PSDB  
Arnon Bezerra - PTB  
Bismarck Maia - PSDB  
Gonzaga Mota - PSDB  
Inácio Arruda - PCdoB  
João Alfredo - PT  
José Linhares - PP  
José Pimentel - PT  
Léo Alcântara - PSDB  
Leônidas Cristino - PPS  
Manoel Salviano - PSDB  
Marcelo Teixeira - PMDB  
Mauro Benevides - PMDB  
Moroni Torgan - PFL  
Pastor Pedro Ribeiro - PMDB  
Roberto Pessoa - PL  
Rommel Feijó - PTB  
Vicente Arruda - PSDB  
Zé Gerardo - PMDB

**Piauí**

Átila Lira - PSDB  
B. Sá - PPS  
Ciro Nogueira - PP  
Júlio Cesar - PFL  
Marcelo Castro - PMDB  
Moraes Souza - PMDB  
Mussa Demes - PFL  
Nazareno Fonteles - PT  
Paes Landim - PTB  
Promotor Afonso Gil - PDT

**Rio Grande do Norte**

Álvaro Dias - PDT  
Carlos Alberto Rosado - PFL  
Fátima Bezerra - PT  
Henrique Eduardo Alves - PMDB  
Lavoisier Maia - PSB  
Nélio Dias - PP  
Ney Lopes - PFL  
Sandra Rosado - PMDB

**Paraíba**

Benjamin Maranhão - PMDB  
Carlos Dunga - PTB  
Domiciano Cabral - PSDB  
Enivaldo Ribeiro - PP  
Inaldo Leitão - PL



Lúcia Braga - PT  
Luiz Couto - PT  
Marcondes Gadelha - PTB  
Philemon Rodrigues - PTB  
Ricardo Rique - PL  
Wellington Roberto - PL  
Wilson Santiago - PMDB

#### **Pernambuco**

André de Paula - PFL  
Armando Monteiro - PTB  
Carlos Eduardo Cadoca - PMDB  
Fernando Ferro - PT  
Gonzaga Patriota - PSB  
Inocência Oliveira - PFL  
Joaquim Francisco - PTB  
Jorge Gomes - PSB  
José Chaves - PTB  
José Mendonça Bezerra - PFL  
José Múcio Monteiro - PTB  
Luiz Piauhyllino - PTB  
Marcos de Jesus - PL  
Maurício Rands - PT  
Miguel Arraes - PSB  
Oswaldo Coelho - PFL  
Pastor Francisco Olímpio - PSB  
Paulo Rubem Santiago - PT  
Pedro Corrêa - PP  
Raul Jungmann - PPS  
Renildo Calheiros - PCdoB  
Ricardo Fiúza - PP  
Roberto Freire - PPS  
Roberto Magalhães - PTB  
Severino Cavalcanti - PP

#### **Alagoas**

Benedito de Lira - PP  
Givaldo Carimbão - PSB  
Helenildo Ribeiro - PSDB  
João Caldas - PL  
José Thomaz Nonô - PFL  
Jurandir Boia - PSB  
Luiz Dantas - PTB  
Olavo Calheiros - PMDB  
Rogério Teófilo - PPS

#### **Sergipe**

Bosco Costa - PSDB  
Cleonânicio Fonseca - PP  
Helena Silva - PL  
Jackson Barreto - PTB  
João Fontes - S.PART.  
Jorge Alberto - PMDB  
José Carlos Machado - PFL  
Mendonça Prado - PFL

#### **Bahia**

Alice Portugal - PCdoB  
Antonio Carlos Magalhães Neto - PFL  
Aroldo Cedraz - PFL  
Claudio Cajado - PFL  
Colbert Martins - PPS  
Coriolano Sales - PFL  
Daniel Almeida - PCdoB  
Edson Duarte - PV  
Fábio Souto - PFL  
Félix Mendonça - PFL  
Fernando de Fabinho - PFL  
Geddel Vieira Lima - PMDB  
Gerson Gabrielli - PFL  
Guilherme Menezes - PT  
Jairo Carneiro - PFL  
João Almeida - PSDB  
João Carlos Bacelar - PFL  
João Leão - PL

Jonival Lucas Junior - PTB  
José Carlos Aleluia - PFL  
José Carlos Araújo - PFL  
José Rocha - PFL  
Josias Gomes - PT  
Jutahy Junior - PSDB  
Luiz Alberto - PT  
Luiz Bassuma - PT  
Luiz Carreira - PFL  
Marcelo Guimarães Filho - PFL  
Mário Negromonte - PP  
Milton Barbosa - PFL  
Nelson Pellegrino - PT  
Paulo Magalhães - PFL  
Pedro Irujo - PL  
Reginaldo Germano - PP  
Robério Nunes - PFL  
Severiano Alves - PDT  
Walter Pinheiro - PT  
Zelinda Novaes - PFL  
Zezéu Ribeiro - PT

#### **Minas Gerais**

Anderson Adauto - PL  
Aracely de Paula - PL  
Athos Avelino - PPS  
Bonifácio de Andrada - PSDB  
Cabo Júlio - PSC  
Carlos Melles - PFL  
Carlos Mota - PL  
Carlos Willian - PSC  
César Medeiros - PT  
Cleuber Carneiro - PFL  
Custódio Mattos - PSDB  
Dr. Francisco Gonçalves - PTB  
Edmar Moreira - PL  
Eduardo Barbosa - PSDB  
Eliseu Resende - PFL  
Fernando Diniz - PMDB  
Geraldo Thadeu - PPS  
Gilmar Machado - PT  
Ibrahim Abi-ackel - PP  
Isaías Silvestre - PSB  
Ivo José - PT  
Jaime Martins - PL  
João Magalhães - PMDB  
João Magno - PT  
João Paulo Gomes da Silva - PL  
José Militão - PTB  
José Santana de Vasconcellos - PL  
Júlio Delgado - PPS  
Lael Varella - PFL  
Leonardo Mattos - PV  
Leonardo Monteiro - PT  
Lincoln Portela - PL  
Marcello Siqueira - PMDB  
Márcio Reinaldo Moreira - PP  
Mária do Carmo Lara - PT  
Mário Assad Júnior - PL  
Mário Heringer - PDT  
Mauro Lopes - PMDB  
Narcio Rodrigues - PSDB  
Odair - PT  
Osmânio Pereira - PTB  
Paulo Delgado - PT  
Rafael Guerra - PSDB  
Reginaldo Lopes - PT  
Roberto Brant - PFL  
Romel Anizio - PP  
Romeu Queiroz - PTB  
Ronaldo Vasconcellos - PTB  
Saraiva Felipe - PMDB

Sérgio Miranda - PCdoB  
Silas Brasileiro - PMDB  
Virgílio Guimarães - PT  
Vittorio Mediolì - PSDB

**Espirito Santo**

Feu Rosa - PP  
Irinny Lopes - PT  
José Carlos Elias - PTB  
Manato - PDT  
Marcelino Fraga - PMDB  
Marcus Vicente - PTB  
Neucimar Fraga - PL  
Nilton Baiano - PP  
Renato Casagrande - PSB  
Rose de Freitas - PMDB

**Rio de Janeiro**

Alexandre Cardoso - PSB  
Alexandre Santos - PP  
Almerinda de Carvalho - PMDB  
Almir Moura - PL  
André Luiz - PMDB  
Antonio Carlos Biscaia - PT  
Bernardo Ariston - PMDB  
Carlos Nader - PFL  
Carlos Rodrigues - PL  
Carlos Santana - PT  
Chico Alencar - PT  
Deley - PV  
Dr. Heleno - PP  
Edson Ezequiel - PMDB  
Eduardo Cunha - PMDB  
Eduardo Paes - PSDB  
Elaine Costa - PTB  
Fernando Gabeira - S.PART.  
Fernando Lopes - PMDB  
Francisco Dornelles - PP  
Itamar Serpa - PSDB  
Jair Bolsonaro - PTB  
Jandira Feghali - PCdoB  
João Mendes de Jesus - PSL  
Jorge Bittar - PT  
José Divino - PMDB  
Josias Quintal - PMDB  
Juíza Denise Frossard - PSDB  
Julio Lopes - PP  
Laura Carneiro - PFL  
Leonardo Picciani - PMDB  
Lindberg Farias - PT  
Luiz Sérgio - PT  
Maria Lucia - PMDB  
Miro Teixeira - PDT  
Moreira Franco - PMDB  
Nelson Bornier - PMDB  
Paulo Baltazar - PSB  
Paulo Feijó - PSDB  
Reinaldo Betão - PL  
Renato Cozzolino - PSC  
Roberto Jefferson - PTB  
Rodrigo Maia - PFL  
Sandro Matos - PTB  
Simão Sessim - PP  
Vieira Reis - PMDB

**São Paulo**

Alberto Goldman - PSDB  
Aloysio Nunes Ferreira - PSDB  
Amauri Robledo Gasques - PL  
Angela Guadagnin - PT  
Antonio Carlos Mendes Thame - PSDB  
Antonio Carlos Pannunzio - PSDB  
Arlindo Chinaglia - PT  
Arnaldo Faria de Sá - PTB

Carlos Sampaio - PSDB  
Celso Russomanno - PP  
Cláudio Magrão - PPS  
Corauci Sobrinho - PFL  
Delfim Netto - PP  
Devanir Ribeiro - PT  
Dimas Ramalho - PPS  
Dr. Evilásio - PSB  
Dr. Hélio - PDT  
Dr. Pinotti - PFL  
Durval Orlato - PT  
Edna Macedo - PTB  
Elimar Máximo Damasceno - PRONA  
Enéas - PRONA  
Gilberto Kassab - PFL  
Gilberto Nascimento - PMDB  
Iara Bernardi - PT  
Ildeu Araujo - PP  
Ivan Valente - PT  
Jamil Murad - PCdoB  
Jefferson Campos - PMDB  
João Batista - PFL  
João Hermann Neto - PPS  
João Paulo Cunha - PT  
José Eduardo Cardozo - PT  
José Mentor - PT  
Jovino Cândido - PV  
Julio Semeghini - PSDB  
Lobbe Neto - PSDB  
Luciano Zica - PT  
Luiz Antonio Fleury - PTB  
Luiz Carlos Santos - PFL  
Luiz Eduardo Greenhalgh - PT  
Luiza Erundina - PSB  
Marcelo Ortiz - PV  
Marcos Abramo - PFL  
Mariângela Duarte - PT  
Medeiros - PL  
Michel Temer - PMDB  
Milton Monti - PL  
Nelson Markezelli - PTB  
Neuton Lima - PTB  
Orlando Fantazzini - PT  
Paulo Kobayashi - PSDB  
Paulo Lima - PMDB  
Professor Irapuan Teixeira - PP  
Professor Luizinho - PT  
Ricardo Izar - PTB  
Roberto Gouveia - PT  
Robson Tuma - PFL  
Rubinelli - PT  
Salvador Zimbaldi - PTB  
Telma de Souza - PT  
Vadão Gomes - PP  
Valdemar Costa Neto - PL  
Vanderlei Assis - PP  
Vicente Cascione - PTB  
Vicentinho - PT  
Walter Feldman - PSDB  
Wanderval Santos - PL  
Zarattini - PT  
Zulaiê Cobra - PSDB

**Mato Grosso**

Carlos Abicalil - PT  
Celcita Pinheiro - PFL  
Pedro Henry - PP  
Ricarte de Freitas - PTB  
Teté Bezerra - PMDB  
Thelma de Oliveira - PSDB  
Welinton Fagundes - PL  
Wilson Santos - PSDB

**Distrito Federal**

Alberto Fraga - PTB  
José Roberto Arruda - PFL  
Maninha - PT  
Osório Adriano - PFL  
Sigmaringa Seixas - PT  
Tadeu Filippelli - PMDB  
Tatico - PTB  
Wasny de Roure - PT

**Goiás**

Barbosa Neto - PSB  
Carlos Alberto Leréia - PSDB  
Enio Tatico - PTB  
João Campos - PSDB  
Jovair Arantes - PTB  
Leandro Vilela - PMDB  
Leonardo Vilela - PP  
Luiz Bittencourt - PMDB  
Neyde Aparecida - PT  
Pedro Chaves - PMDB  
Professora Raquel Teixeira - PSDB  
Roberto Balestra - PP  
Ronaldo Caiado - PFL  
Rubens Otoni - PT  
Sandro Mabel - PL  
Sergio Caiado - PP  
Vilmar Rocha - PFL

**Mato Grosso do Sul**

Antônio Carlos Biffi - PT  
Antonio Cruz - PTB  
Geraldo Resende - PPS  
João Grandão - PT  
Murilo Zauith - PFL  
Nelson Trad - PMDB  
Vander Loubet - PT  
Waldemir Moka - PMDB

**Paraná**

Abelardo Lupion - PFL  
Affonso Camargo - PSDB  
Airtón Roveda - PMDB  
Alex Canziani - PTB  
André Zacharow - PP  
Assis Miguel do Couto - PT  
Cezar Silvestri - PPS  
Chico da Princesa - PL  
Colombo - PT  
Dilceu Sperafico - PP  
Dr. Rosinha - PT  
Dra. Clair - PT  
Eduardo Sciarra - PFL  
Giacobo - PL  
Gustavo Fruet - PMDB  
Hermes Parcianello - PMDB  
Iris Simões - PTB  
José Borba - PMDB  
José Janene - PP  
Luiz Carlos Haully - PSDB  
Max Rosenmann - PMDB  
Moacir Micheletto - PMDB  
Nelson Meurer - PP  
Odílio Balbinotti - PMDB  
Oliveira Filho - PL  
Osmar Serraglio - PMDB  
Paulo Bernardo - PT  
Ricardo Barros - PP  
Selma Schons - PT  
Takayama - PMDB

**Santa Catarina**

Adelor Vieira - PMDB  
Carlito Merss - PT  
Edison Andrino - PMDB

Gervásio Silva - PFL  
Ivan Ranzolin - PP  
João Matos - PMDB  
João Pizzolatti - PP  
Jorge Boeira - PT  
Leodegar Tiscoski - PP  
Luci Choinacki - PT  
Mauro Passos - PT  
Paulo Afonso - PMDB  
Paulo Bauer - PFL  
Serafim Venzon - PSDB  
Vignatti - PT  
Zonta - PP

**Rio Grande do Sul**

Adão Pretto - PT  
Alceu Collares - PDT  
Ary Vanazzi - PT  
Augusto Nardes - PP  
Beto Albuquerque - PSB  
Cezar Schimmer - PMDB  
Darcísio Perondi - PMDB  
Eliseu Padilha - PMDB  
Enio Bacci - PDT  
Érico Ribeiro - PP  
Francisco Appio - PP  
Francisco Turra - PP  
Henrique Fontana - PT  
José Ivo Sartori - PMDB  
Júlio Redecker - PSDB  
Kelly Moraes - PTB  
Luciana Genro - S.PART.  
Luis Carlos Heinze - PP  
Maria do Rosário - PT  
Mendes Ribeiro Filho - PMDB  
Milton Cardias - PTB  
Nelson Proença - PPS  
Onyx Lorenzoni - PFL  
Orlando Desconsi - PT  
Oswaldo Biolchi - PMDB  
Pastor Reinaldo - PTB  
Paulo Gouvêa - PL  
Paulo Pimenta - PT  
Pompeo de Mattos - PDT  
Tarcísio Zimmermann - PT  
Yeda Crusius - PSDB

**COMISSÕES PERMANENTES****COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA**

Presidente:

1º Vice-Presidente:

2º Vice-Presidente:

3º Vice-Presidente:

**Titulares**

		<b>Suplentes</b>
5 vagas	<b>PT</b>	5 vagas
4 vagas	<b>PMDB</b>	4 vagas
3 vagas	<b>Bloco PFL, PRONA</b>	3 vagas
3 vagas	<b>PP</b>	3 vagas
3 vagas	<b>PSDB</b>	3 vagas
3 vagas	<b>PTB</b>	3 vagas
2 vagas	<b>Bloco PL, PSL</b>	2 vagas
1 vaga	<b>PPS</b>	1 vaga
1 vaga	<b>PSB</b>	1 vaga
1 vaga	<b>PDT</b>	1 vaga
1 vaga	<b>PC do B</b>	1 vaga

Secretário(a): Myriam Gonçalves Teixeira de Oliveira

Local: Anexo II, Térreo, Ala A, sala 49

Telefones: 216-6451 A 6453

FAX: 216-6465

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA**

Presidente:

1º Vice-Presidente:

2º Vice-Presidente:

3º Vice-Presidente:

**Titulares**

		<b>Suplentes</b>
4 vagas	<b>PT</b>	4 vagas
4 vagas	<b>PMDB</b>	4 vagas
3 vagas	<b>Bloco PFL, PRONA</b>	3 vagas
3 vagas	<b>PP</b>	3 vagas
3 vagas	<b>PSDB</b>	3 vagas
2 vagas	<b>PTB</b>	2 vagas
2 vagas	<b>Bloco PL, PSL</b>	2 vagas
1 vaga	<b>PPS</b>	1 vaga
1 vaga	<b>PSB</b>	1 vaga
1 vaga	<b>PDT</b>	1 vaga

Secretário(a): Anamélia Lima Rocha Fernandes

Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala C, sala 170

Telefones: 216-6622/6625/6627/6628

FAX: 216-6635

**COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO**

Presidente:

1º Vice-Presidente:

2º Vice-Presidente:

3º Vice-Presidente:

**Titulares**

		<b>Suplentes</b>
5 vagas	<b>PT</b>	5 vagas
4 vagas	<b>PMDB</b>	4 vagas
4 vagas	<b>Bloco PFL, PRONA</b>	4 vagas
3 vagas	<b>PP</b>	3 vagas
3 vagas	<b>PSDB</b>	3 vagas
3 vagas	<b>PTB</b>	3 vagas
2 vagas	<b>Bloco PL, PSL</b>	2 vagas
1 vaga	<b>PPS</b>	1 vaga
1 vaga	<b>PSB</b>	1 vaga
1 vaga	<b>PDT</b>	1 vaga
1 vaga	<b>PC do B</b>	1 vaga
1 vaga	<b>PSC</b>	1 vaga

Secretário(a): Maria Linda Magalhães

Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala C, sala 136

Telefones: 216-6654/6655/6652

FAX: 216-6660

**COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE**

Presidente:

1º Vice-Presidente:

2º Vice-Presidente:

3º Vice-Presidente:

**Titulares**

		<b>Suplentes</b>
4 vagas	<b>PT</b>	4 vagas
3 vagas	<b>PMDB</b>	3 vagas
2 vagas	<b>Bloco PFL, PRONA</b>	2 vagas
2 vagas	<b>PP</b>	2 vagas
2 vagas	<b>PSDB</b>	2 vagas
2 vagas	<b>PTB</b>	2 vagas
2 vagas	<b>Bloco PL, PSL</b>	2 vagas
1 vaga	<b>PPS</b>	1 vaga
1 vaga	<b>PSB</b>	1 vaga
1 vaga	<b>PC do B</b>	1 vaga
1 vaga	<b>PSC</b>	1 vaga

Secretário(a): Edilson Saraiva Alencar

Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 161

Telefones: 216-6671 A 6675

FAX: 216-6676

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA**

Presidente:		
1º Vice-Presidente:		
2º Vice-Presidente:		
3º Vice-Presidente:		
<b>Titulares</b>		<b>Suplentes</b>
	PT	
3 vagas		3 vagas
	PMDB	
3 vagas		3 vagas
	Bloco PFL, PRONA	
2 vagas		2 vagas
	PP	
2 vagas		2 vagas
	PSDB	
2 vagas		2 vagas
	PTB	
2 vagas		2 vagas
	Bloco PL, PSL	
2 vagas		2 vagas
	PV	
1 vaga		1 vaga
	S.PART.	
4 vagas		4 vagas

Secretário(a): Luiz Claudio Alves dos Santos  
 Local: Anexo II, Pavimento Superior, Ala A, salas 121/122  
 Telefones: 216-6692 / 6693  
 FAX: 216-6700

#### COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Presidente:		
1º Vice-Presidente:		
2º Vice-Presidente:		
3º Vice-Presidente:		
<b>Titulares</b>		<b>Suplentes</b>
	PT	
4 vagas		4 vagas
	PMDB	
4 vagas		4 vagas
	Bloco PFL, PRONA	
3 vagas		3 vagas
	PP	
3 vagas		3 vagas
	PSDB	
2 vagas		2 vagas
	PTB	
2 vagas		2 vagas
	Bloco PL, PSL	
2 vagas		2 vagas
	PPS	
1 vaga		1 vaga
	PSB	
1 vaga		1 vaga
	PDT	
1 vaga		1 vaga

Secretário(a): Damaci Pires de Miranda  
 Local: Anexo II, Térreo, Ala C, sala 56  
 Telefones: 216-6711 / 6713  
 FAX: 216-6720

#### COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

Presidente:		
1º Vice-Presidente:		
2º Vice-Presidente:		
3º Vice-Presidente:		
<b>Titulares</b>		<b>Suplentes</b>
	PT	
4 vagas		4 vagas
	PMDB	

4 vagas		4 vagas
	Bloco PFL, PRONA	
3 vagas		3 vagas
	PP	
3 vagas		3 vagas
	PSDB	
2 vagas		2 vagas
	PTB	
2 vagas		2 vagas
	Bloco PL, PSL	
2 vagas		2 vagas
	PPS	
1 vaga		1 vaga
	PSB	
1 vaga		1 vaga
	PDT	
1 vaga		1 vaga

Secretário(a): Fernando Luiz Cunha Rocha  
 Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 125  
 Telefones: 216-6739 / 6738 / 6737  
 FAX: 216-6745

#### COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO, VIOLÊNCIA E NARCOTRÁFICO

Presidente:		
1º Vice-Presidente:		
2º Vice-Presidente:		
3º Vice-Presidente:		
<b>Titulares</b>		<b>Suplentes</b>
	PT	
4 vagas		4 vagas
	PMDB	
3 vagas		3 vagas
	Bloco PFL, PRONA	
3 vagas		3 vagas
	PP	
2 vagas		2 vagas
	PSDB	
2 vagas		2 vagas
	PTB	
2 vagas		2 vagas
	Bloco PL, PSL	
2 vagas		2 vagas
	PPS	
1 vaga		1 vaga
	PSB	
1 vaga		1 vaga
	PSC	
1 vaga		1 vaga

Secretário(a): Kátia da Consolação dos Santos Viana  
 Local: Anexo II, Pavimento Superior - Sala 166-C  
 Telefones: 216-6761 / 6762  
 FAX: 216-6770

#### COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

Presidente:		
1º Vice-Presidente:		
2º Vice-Presidente:		
3º Vice-Presidente:		
<b>Titulares</b>		<b>Suplentes</b>
	PT	
5 vagas		5 vagas
	PMDB	
4 vagas		4 vagas
	Bloco PFL, PRONA	
4 vagas		4 vagas
	PP	
3 vagas		3 vagas
	PSDB	

3 vagas	PTB	3 vagas	2 vagas	Bloco PL, PSL	2 vagas
3 vagas	Bloco PL, PSL	3 vagas	2 vagas	PPS	2 vagas
2 vagas	PPS	2 vagas	1 vaga	PSB	1 vaga
1 vaga	PSB	1 vaga	1 vaga	PC do B	1 vaga
1 vaga	PDT	1 vaga	1 vaga		1 vaga
1 vaga	PC do B	1 vaga	Secretário(a): Flávio José Barbosa de Alencastro Local: Anexo II, Ala A, Sala 5, Térreo Telefones: 216-6831 / 6832 / 6833		
1 vaga	PSC	1 vaga	<b>COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES</b>		
1 vaga		1 vaga	Presidente: 1º Vice-Presidente: 2º Vice-Presidente: 3º Vice-Presidente:		
Secretário(a): Lilian de Cássia Albuquerque Santos Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 145 Telefones: 216-6787 / 6781 A 6786 FAX: 216-6790			<b>Titulares</b>		
<b>COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO</b>			<b>Suplentes</b>		
Presidente: 1º Vice-Presidente: 2º Vice-Presidente: 3º Vice-Presidente:			PT		
<b>Titulares</b>			PMDB		
4 vagas	PT	4 vagas	Bloco PFL, PRONA		
4 vagas	PMDB	4 vagas	PP		
3 vagas	Bloco PFL, PRONA	3 vagas	PSDB		
3 vagas	PP	3 vagas	PTB		
2 vagas	PSDB	2 vagas	Bloco PL, PSL		
3 vagas	PTB	3 vagas	PPS		
3 vagas	Bloco PL, PSL	3 vagas	PSB		
2 vagas	PPS	2 vagas	PDT		
1 vaga	PSB	1 vaga	Bloco PL, PSL		
1 vaga	PC do B	1 vaga	PPS		
1 vaga		1 vaga	PTB		
Secretário(a): Anamélia Ribeiro Correia de Araújo Local: Anexo II, Sala T 50 Telefones: 216-6805 / 6806 / 6807 FAX: 216-6815			Bloco PL, PSL		
<b>COMISSÃO DE TURISMO E DESPORTO</b>			PPS		
Presidente: 1º Vice-Presidente: 2º Vice-Presidente: 3º Vice-Presidente:			PTB		
<b>Titulares</b>			Bloco PL, PSL		
4 vagas	PT	4 vagas	PPS		
3 vagas	PMDB	3 vagas	PSB		
3 vagas	Bloco PFL, PRONA	3 vagas	PDT		
3 vagas	PP	3 vagas	Bloco PL, PSL		
2 vagas	PSDB	2 vagas	PPS		
2 vagas	PTB	2 vagas	PSB		
Secretário(a): José Thomaz Nonô (PFL) 1º Vice-Presidente: Edson Ezequiel (PMDB) 2º Vice-Presidente: Alberto Goldman (PSDB) 3º Vice-Presidente: Francisco Garcia (PP) Relator: Maninha (PT)			PDT		
<b>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A "ACOMPANHAR AS NEGOCIAÇÕES DA ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO DAS AMÉRICAS".</b>			<b>Titulares</b>		
Presidente: José Thomaz Nonô (PFL) 1º Vice-Presidente: Edson Ezequiel (PMDB) 2º Vice-Presidente: Alberto Goldman (PSDB) 3º Vice-Presidente: Francisco Garcia (PP) Relator: Maninha (PT)			PT		
<b>Titulares</b>			<b>Suplentes</b>		
José Pimentel			Ary Vanazzi		
Lindberg Farias			Dra. Clair		
Maninha			Henrique Fontana		
Paulo Delgado			Ivan Valente		
Rubens Otoni			Luci Choinacki		
Tarcisio Zimmermann			Paulo Pimenta		
Fábio Souto			PFL		
José Thomaz Nonô			Robério Nunes		
Marcos Abramo			(Deputado do PTB ocupa a vaga)		
Ney Lopes			3 vagas		
Ronaldo Caiado					

Cezar Schirmer Edson Ezequiel Max Rosenmann Sílas Brasileiro	<b>PMDB</b>	Bernardo Ariston Moacir Micheletto 2 vagas	(Deputado do PC do B ocupa a vaga)		
Alberto Goldman Antonio Carlos Mendes Thame Custódio Mattos Yeda Crusius	<b>PSDB</b>	Aloysio Nunes Ferreira Antonio Carlos Pannunzio Luiz Carlos Haulý Nilson Pinto		<b>PTB</b>	Elaine Costa 1 vaga 2 vagas
Feu Rosa Francisco Garcia Francisco Turra Vanderlei Assis - vaga do PRONA	<b>PP</b>	Francisco Dornelles Leodegar Tiscoski Vadão Gomes		<b>PL</b>	Maurício Rabelo (Deputado do PC do B ocupa a vaga)
Jackson Barreto Roberto Jefferson	<b>PTB</b>	Arnaldo Faria de Sá Amon Bezerra Paes Landim - vaga do PFL		<b>PSB</b>	Luiza Erundina 1 vaga
Neucimar Fraga Welinton Fagundes	<b>PL</b>	Humberto Michiles Paulo Marinho		<b>PPS</b>	Maria Helena 1 vaga
Alexandre Cardoso Luiza Erundina	<b>PSB</b>	Janete Capiberibe Renato Casagrande		<b>PDT</b>	(Deputado do PT ocupa a vaga)
Nelson Proença	<b>PPS</b>	Geraldo Resende		<b>PC do B</b>	Severiano Alves
Severiano Alves	<b>PDT</b>	Manato			Jandira Feghali Vanessa Grazziotin - vaga do PP 1 vaga
Jamil Murad	<b>PC do B</b>	Inácio Arruda			Secretário(a): .
(Deputado do PP ocupa a vaga)	<b>PRONA</b>	Elimar Máximo Damasceno			<b>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO, Nº 3-A, DE 1999, QUE "ALTERA OS ARTS. 27, 28, 29, 44 E 82 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E INTRODUZ DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS, DE FORMA A FAZER COINCIDIR OS MANDATOS ELETIVOS QUE MENCIONA E ATRIBUIR-LHES NOVO PERÍODO DE DURAÇÃO" E APENSADAS.</b>
Secretário(a): Mário Dráusio Oliveira de A. Coutinho Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A Telefones: 216-6203 / 6232 FAX: 216-6225					Presidente: Afonso Camargo (PSDB) 1º Vice-Presidente: Vicente Arruda (PSDB) 2º Vice-Presidente: Rubens Otoni (PT) 3º Vice-Presidente: Eliseu Padilha (PMDB) Relator: Eduardo Sciarra (PFL)
<b>COMISSÃO ESPECIAL COM A FINALIDADE DE DEFINIR A ATUAÇÃO DESTA CASA NAS AÇÕES DESTINADAS A IMPLEMENTAR AS PROVIDÊNCIAS REFERIDAS NA LEI Nº 10.745, DE 9 DE OUTUBRO DE 2003, QUE DEFINE O ANO DE 2004 COMO O "ANO DA MULHER".</b>					<b>Titulares</b>
Presidente: 1º Vice-Presidente: 2º Vice-Presidente: 3º Vice-Presidente:					<b>Suplentes</b>
<b>Titulares</b>		<b>Suplentes</b>			
Fátima Bezerra Iara Bernardi Luci Choinacki Maria do Rosário - vaga do PDT Mariângela Duarte	<b>PT</b>	Iriny Lopes Lúcia Braga Maninha Selma Schons		<b>PT</b>	Chico Alencar José Eduardo Cardozo Paulo Delgado Paulo Rocha Rubens Otoni Rubinelli
Celcita Pinheiro Kátia Abreu Laura Carneiro	<b>PFL</b>	3 vagas		<b>PFL</b>	André de Paula Eduardo Sciarra Jairo Carneiro Mendonça Prado Nice Lobão
Almerinda de Carvalho Rose de Freitas Sandra Rosado	<b>PMDB</b>	3 vagas		<b>PMDB</b>	Cezar Schirmer Eliseu Padilha Henrique Eduardo Alves Jefferson Campos
Juíza Denise Frossard Thelma de Oliveira Yeda Crusius	<b>PSDB</b>	Professora Raquel Teixeira Zulaiê Cobra 1 vaga		<b>PSDB</b>	Afonso Camargo Aloysio Nunes Ferreira Rafael Guerra Vicente Arruda
Sueily Campos	<b>PP</b>	2 vagas		<b>PP</b>	Enivaldo Ribeiro Pedro Corrêa Romel Anizio
				<b>PTB</b>	Roberto Magalhães Vicente Cascione
				<b>PL</b>	João Paulo Gomes da Silva Lincoln Portela
				<b>PSB</b>	Pastor Francisco Olímpio 1 vaga
					Marcelo Castro 3 vagas
					Antonio Carlos Pannunzio Bonifácio de Andrada Bosco Costa Zenaldo Coutinho
					Leodegar Tiscoski Mário Negromonte 1 vaga
					Arnaldo Faria de Sá Luiz Antonio Fleury
					Inaldo Leitão Oliveira Filho
					2 vagas

Raul Jungmann	<b>PPS</b>	Colbert Martins	Júlio Delgado	<b>PDT</b>	Agnaldo Muniz
Manato	<b>PDT</b>	Davi Alcolumbre	Alceu Collares	<b>PC do B</b>	Pompeo de Mattos
Renildo Calheiros	<b>PC do B</b>	1 vaga	Alice Portugal	<b>PV</b>	1 vaga
Jovino Cândido	<b>PV</b>	Marcelo Ortiz	Jovino Cândido		Marcelo Ortiz
Secretário(a): Ana Lucia R. Marques Local: Anexo II Pavimento Superior s/170-A Telefones: 261-6214/6232 FAX: 216-6225			Secretário(a): Maria de Fátima Moreira Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A Telefones: 216-6204 / 6232 FAX: 216-6225		
<p><b>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 54-A, DE 1999, QUE "ACRESCENTA ARTIGO AO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS" (DISPONDO QUE O PESSOAL EM EXERCÍCIO QUE NÃO TENHA SIDO ADMITIDO POR CONCURSO PÚBLICO, ESTÁVEL OU NÃO, PASSA A INTEGRAR QUADRO TEMPORÁRIO EM EXTINÇÃO À MEDIDA QUE VAGAREM OS CARGOS OU EMPREGOS RESPECTIVOS).</b></p> <p>Presidente: Laura Carneiro (PFL) 1º Vice-Presidente: Antonio Nogueira (PT) 2º Vice-Presidente: 3º Vice-Presidente: Eduardo Barbosa (PSDB) Relator: Átila Lira (PSDB)</p>			<p><b>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A APRECIAR E PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 92-A, DE 1995, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 101 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL", DETERMINANDO QUE OS MEMBROS DO STF SERÃO ESCOLHIDOS DENTRE OS MEMBROS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES QUE INTEGREM A CARREIRA DA MAGISTRATURA, MENORES DE SESSENTA E CINCO ANOS DE IDADE, INDICADOS EM LISTA TRÍPLICE PELO PRÓPRIO TRIBUNAL, COM NOMEAÇÃO PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA E APROVAÇÃO DO SENADO FEDERAL.</b></p> <p>Presidente: Antonio Carlos Biscaia (PT) 1º Vice-Presidente: 2º Vice-Presidente: 3º Vice-Presidente: Relator: José Divino (PMDB)</p>		
<b>Titulares</b>		<b>Suplentes</b>	<b>Titulares</b>		<b>Suplentes</b>
Antonio Nogueira	<b>PT</b>	6 vagas	Antonio Carlos Biscaia	<b>PT</b>	Iriny Lopes
Carlos Abicalil			Eduardo Valverde		5 vagas
Fátima Bezerra			João Alfredo		
Jorge Boeira			José Eduardo Cardozo		
Odair			Maurício Rands		
Tarcisio Zimmermann			Paulo Delgado		
João Carlos Bacelar	<b>PFL</b>	Antonio Carlos Magalhães Neto	Coriolano Sales	<b>PFL</b>	Antonio Carlos Magalhães Neto
Laura Carneiro		José Roberto Arruda	José Roberto Arruda		José Thomaz Nonô
Ney Lopes		3 vagas	Luiz Carlos Santos		<b>(Deputado do PTB ocupa a vaga)</b>
<b>(Deputado do PP ocupa a vaga)</b>			Marcelo Guimarães Filho		2 vagas
1 vaga			<b>(Deputado do PP ocupa a vaga)</b>		
Jefferson Campos	<b>PMDB</b>	Adelor Vieira	José Divino	<b>PMDB</b>	Ann Pontes
Jorge Alberto		3 vagas	José Ivo Sartori		Osmar Serraglio
José Ivo Sartori			Marcelino Fraga		2 vagas
Leonardo Picciani			Nelson Trad		
Átila Lira	<b>PSDB</b>	Ariosto Holanda	Carlos Sampaio	<b>PSDB</b>	Bonifácio de Andrada
Eduardo Barbosa		Serafim Venzon	Juíza Denise Frossard		Helenildo Ribeiro
Helenildo Ribeiro		Zenaldo Coutinho	Nicias Ribeiro		Zenaldo Coutinho
<b>(Deputado do PSB ocupa a vaga)</b>		1 vaga	Vicente Arruda		1 vaga
Feu Rosa	<b>PP</b>	Nilton Baiano	Cleonânicio Fonseca	<b>PP</b>	Ivan Ranzolin
Nélio Dias		Zé Lima	Darci Coelho - <b>vaga do PFL</b>		2 vagas
Sandes Júnior (Licenciado)		1 vaga	Dilceu Sperafico		
Vanderlei Assis - <b>vaga do PFL</b>			Ricardo Fiuza		
Eduardo Seabra	<b>PTB</b>	Philemon Rodrigues	Wagner Lago - <b>vaga do PDT</b>		
José Carlos Elias		Ronaldo Vasconcellos	Luiz Antonio Fleury	<b>PTB</b>	Antonio Cruz
Luciano Castro	<b>PL</b>	Medeiros	Vicente Cascione		Paes Landim - <b>vaga do PFL</b>
Sandro Mabel		Welinton Fagundes	Edmar Moreira	<b>PL</b>	1 vaga
Gonzaga Patriota	<b>PSB</b>	2 vagas	Mário Assad Júnior		José Santana de Vasconcellos
Hamilton Casara - <b>vaga do PSDB</b>			<b>(Deputado do PSC ocupa a vaga)</b>	<b>PSB</b>	Raimundo Santos
Pastor Francisco Olímpio	<b>PPS</b>				2 vagas



1 vaga		
Cezar Silvestri	PPS	Dimas Ramalho
(Deputado do PP ocupa a vaga)	PDT	Severiano Alves
Jamil Murad	PC do B	1 vaga
Samey Filho	PV	Marcelo Ortiz
Carlos Willian - vaga do PSB	PSC	
Secretário(a): Walbia Vânia de Farias Lora Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A Telefones: 216-6205 / 6232 FAX: 216-6225		
<b>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 115-A, DE 1995, DO SR. GERVÁSIO OLIVEIRA, QUE "MODIFICA O PARÁGRAFO 4º DO ART. 225 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, INCLUINDO O CERRADO NA RELAÇÃO DOS BIOMAS CONSIDERADOS PATRIMÔNIO NACIONAL".</b>		
Presidente:		
1º Vice-Presidente:		
2º Vice-Presidente:		
3º Vice-Presidente:		
<b>Titulares</b>		<b>Suplentes</b>
	PT	
João Grandão		6 vagas
Maninha		
Neyde Aparecida		
Rubens Otoni		
Wasny de Roure		
1 vaga		
	PFL	
Celcita Pinheiro		Eliseu Resende
José Roberto Arruda		Lael Varella
Murilo Zauith		Ronaldo Caiado
Vilmar Rocha		2 vagas
1 vaga		
	PMDB	
Aníbal Gomes		4 vagas
Fernando Diniz		
Luiz Bittencourt		
Moacir Micheletto		
	PSDB	
Carlos Alberto Leréia		Átila Lira
Professora Raquel Teixeira		João Campos
Ronaldo Dimas		Thelma de Oliveira
Wilson Santos		(Deputado do PSB ocupa a vaga)
	PP	
Romel Anizio		Leonardo Vilela
Sandes Júnior (Licenciado)		Roberto Balestra
Vanderlei Assis - vaga do PRONA		1 vaga
1 vaga		
	PTB	
Ricarte de Freitas		Ronaldo Vasconcelos
Sandro Matos		1 vaga
	PL	
Jaime Martins		Raimundo Santos
Maurício Rabelo		Sandro Mabel
	PSB	
Janete Capiberibe		Hamilton Casara - vaga do PSDB
1 vaga		2 vagas
	PPS	
Raul Jungmann		Júnior Betão

	PDT	
Dr. Rodolfo Pereira		Enio Bacci
	PC do B	
Daniel Almeida		1 vaga
	PRONA	
(Deputado do PP ocupa a vaga)		Elimar Máximo Damasceno
Secretário(a): -		
<b>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 227-A, DE 2004, QUE "ALTERA OS ARTIGOS 37, 40, 144, 194, 195 E 201 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, PARA DISPOR SOBRE A PREVIDÊNCIA SOCIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS" (PEC PARALELA - ALTERANDO A EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 41, DE 2003 - REFORMA DA PREVIDÊNCIA).</b>		
Presidente: Roberto Brant (PFL)		
1º Vice-Presidente: Onyx Lorenzoni (PFL)		
2º Vice-Presidente: Antonio Joaquim (PP)		
3º Vice-Presidente: Yeda Crusius (PSDB)		
Relator: José Pimentel (PT)		
<b>Titulares</b>		<b>Suplentes</b>
	PT	
Eduardo Valverde		Devanir Ribeiro
Henrique Fontana		Durval Orlato
José Pimentel		Guilherme Menezes
Maurício Rands		Ivan Valente
Nelson Pellegrino		Mariângela Duarte
Nilson Mourão		Paulo Pimenta
Professor Luizinho		Roberto Gouveia
	PFL	
Gervásio Silva		Dr. Pinotti
Júlio Cesar		Laura Carneiro
Murilo Zauith		Paudermey Avelino
Onyx Lorenzoni		Robson Tuma
Roberto Brant		2 vagas
Vilmar Rocha		
	PMDB	
Aníbal Gomes		Adelcor Vieira
Fernando Diniz		Mauro Benevides
Jorge Alberto		Silas Brasileiro
Olavo Calheiros		2 vagas
Wilson Santiago		
	PSDB	
Alberto Goldman		Anivaldo Vale
Custódio Mattos		Antonio Carlos Pannunzio
Eduardo Barbosa		Bismarck Maia
João Campos		Juíza Denise Frossard
Yeda Crusius		Zenaldo Coutinho
	PP	
Antonio Joaquim		Benedito de Lira
José Linhares		Dr. Benedito Dias
Ronivon Santiago		1 vaga
	PTB	
Arnaldo Faria de Sá		Ricardo Izar
Iris Simões		Ricarte de Freitas
Luiz Antonio Fleury		1 vaga
	PL	
Carlos Rodrigues		Almir Moura
Inaldo Leitão		Chico da Princesa
Milton Monti		Wellington Roberto
	PSB	
Dr. Evilásio		Dr. Ribamar Alves
Paulo Baltazar		Jurandir Boia
	PPS	
Leônidas Cristino		Geraldo Thadeu
	PDT	
Alceu Collares		Manato
	PC do B	

Jamil Murad		Inácio Arruda	Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Leonardo Mattos	<b>PV</b>	Deley	Telefones: 216-6218 / 6232
Secretário(a): Maria Terezinha Donati			FAX: 216-6225
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A			
Telefones: 216-6215 / 6232			
FAX: 216-6225			
<b>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 228-A, DE 2004, QUE "ALTERA O SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".</b>			
Presidente: Mussa Demes (PFL)			
1º Vice-Presidente: Gerson Gabrielli (PFL)			
2º Vice-Presidente: Pedro Novais (PMDB)			
3º Vice-Presidente: Luiz Carlos Haully (PSDB)			
Relator: Virgílio Guimarães (PT)			
<b>Titulares</b>		<b>Suplentes</b>	
	<b>PT</b>		
Carlito Meress		Devanir Ribeiro	
Jorge Bittar		Fernando Ferro	
José Mentor		Nilson Mourão	
Paulo Bernardo		Paulo Delgado	
Paulo Rubem Santiago		Professor Luizinho	
Virgílio Guimarães		Telma de Souza	
Walter Pinheiro		Wasny de Roure	
	<b>PFL</b>		
Antonio Carlos Magalhães Neto		Aroldo Cedraz	
Gerson Gabrielli		Eduardo Sciarra	
José Roberto Arruda		Eliseu Resende	
Mussa Demes		José Carlos Machado	
Pauderney Avelino		Luiz Carreira	
Vic Pires Franco		Paulo Bauer	
	<b>PMDB</b>		
Carlos Eduardo Cadoca		André Luiz	
Eduardo Cunha		Ann Pontes	
José Priante		Max Rosenmann	
Osmar Serraglio		Paulo Lima	
Pedro Novais		1 vaga	
	<b>PSDB</b>		
Antonio Cambraia		Anivaldo Vale	
Julio Semeghini		Antonio Carlos Mendes Thame	
Luiz Carlos Haully		Gonzaga Mota	
Walter Feldman		Narcio Rodrigues	
Zenaldo Coutinho		Yeda Crusius	
	<b>PP</b>		
Delfim Netto		Enivaldo Ribeiro	
Francisco Dornelles		Feu Rosa	
Romel Anizio		Professor Irapuan Teixeira	
	<b>PTB</b>		
Armando Monteiro		Jackson Barreto	
José Militão		Pedro Fernandes	
Philemon Rodrigues		Vicente Cascione	
	<b>PL</b>		
Carlos Rodrigues		Humberto Michiles	
Miguel de Souza		Jaimé Martins	
Raimundo Santos		Sandro Mabel	
	<b>PSB</b>		
Beto Albuquerque		Barbosa Neto	
Renato Casagrande		Gonzaga Patriota	
	<b>PPS</b>		
Lupércio Ramos		João Herrmann Neto	
	<b>PDT</b>		
Manato		Dr. Rodolfo Pereira	
	<b>PC do B</b>		
Sérgio Miranda		1 vaga	
	<b>PRONA</b>		
Enéas		Elimar Máximo Damasceno	
Secretário(a): Angélica Fialho			
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A			
Telefones: 216-6218 / 6232			
FAX: 216-6225			
<b>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 347-A, DE 1996, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO PARÁGRAFO 2º DO ARTIGO 57 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL" (INCLUINDO O DISPOSITIVO QUE PROÍBE A INTERRUÇÃO DA SESSÃO LEGISLATIVA SEM APROVAÇÃO DO ORÇAMENTO ANUAL).</b>			
Presidente: Orlando Desconsi (PT)			
1º Vice-Presidente:			
2º Vice-Presidente:			
3º Vice-Presidente:			
Relator: Isaiás Silvestre (PSB)			
<b>Titulares</b>		<b>Suplentes</b>	
	<b>PT</b>		
Antonio Carlos Biscaia		Mauro Passos	
Chico Alencar		5 vagas	
Gilmar Machado			
Orlando Desconsi			
Selma Schons			
Walter Pinheiro			
	<b>PFL</b>		
Coraucci Sobrinho		Laura Carneiro	
Dr. Pinotti		Marcelo Guimarães Filho	
Milton Barbosa		3 vagas	
Vilmar Rocha			
1 vaga			
	<b>PMDB</b>		
Almerinda de Carvalho		Alceste Almeida	
Edson Ezequiel		João Correia	
Nelson Bornier		2 vagas	
Pedro Chaves			
	<b>PSDB</b>		
Alberto Goldman		Átila Lira	
Nícias Ribeiro		Helenildo Ribeiro	
Ronaldo Dimas		Paulo Kobayashi	
1 vaga		Professora Raquel Teixeira	
	<b>PP</b>		
André Zacharow - vaga do PDT		Vanderlei Assis - vaga do PRONA	
Cleonânicio Fonseca		3 vagas	
Márcio Reinaldo Moreira			
Roberto Balestra			
	<b>PTB</b>		
José Carlos Elias		Milton Cardias	
1 vaga		Pastor Reinaldo	
	<b>PL</b>		
Carlos Rodrigues		Heleno Silva	
Wellington Roberto		João Paulo Gomes da Silva	
	<b>PSB</b>		
Isaiás Silvestre		2 vagas	
Pastor Francisco Olímpio			
	<b>PPS</b>		
Leônidas Cristino		Lupércio Ramos	
	<b>PDT</b>		
(Deputado do PP ocupa a vaga)		Mário Heringer	
	<b>PC do B</b>		
Jamil Murad		Daniel Almeida	
	<b>PRONA</b>		
Elimar Máximo Damasceno		(Deputado do PP ocupa a vaga)	
Secretário(a): Leila Machado C. de Freitas			
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A			
Telefones: 216-6212 / 6232			
FAX: 216-6225			
<b>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 431-A, DE</b>			

**2001, QUE "ACRESCENTA PARÁGRAFOS PRIMEIRO E SEGUNDO AO ARTIGO 204 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL", DESTINANDO 5% DOS RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO FEDERAL, ESTADOS, DF E MUNICÍPIOS PARA CUSTEIO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL.**

Presidente: Jamil Murad (PCdoB)

1º Vice-Presidente:

2º Vice-Presidente:

3º Vice-Presidente:

Relator: Mário Heringer (PDT)

**Titulares**

	<b>PT</b>	<b>Suplentes</b>
Angela Guadagnin		6 vagas
Jorge Boeira		
Maria do Rosário		
Selma Schons		
Tarcisio Zimmermann		
Telma de Souza		

	<b>PFL</b>	<b>Suplentes</b>
André de Paula		5 vagas
Fábio Souto		
Jairo Carneiro		
Laura Carneiro		
Mendonça Prado		

	<b>PMDB</b>	<b>Suplentes</b>
Cezar Schimer		João Correia
Gilberto Nascimento - <b>vaga do PSB</b>		Oswaldo Reis (Licenciado)

	<b>PSDB</b>	<b>Suplentes</b>
Marcelo Castro		Sandra Rosado
Max Rosenmann		1 vaga
Paulo Afonso		

	<b>PP</b>	<b>Suplentes</b>
Antonio Cambraia		Carlos Alberto Leréia
Eduardo Barbosa		Juíza Denise Frossard
Thelma de Oliveira		Rafael Guerra
Yeda Crusius		Walter Feldman

	<b>PTB</b>	<b>Suplentes</b>
Benedito de Lira		André Zacharow - <b>vaga do PDT</b>
José Linhares		Antonio Joaquim
Suely Campos		Ildu Araujo - <b>vaga do PRONA</b>
		Zonta
		1 vaga

	<b>PL</b>	<b>Suplentes</b>
Kelly Moraes		Arnaldo Faria de Sá
Marcondes Gadelha		1 vaga

	<b>PSB</b>	<b>Suplentes</b>
Almeida de Jesus		Marcos de Jesus
Oliveira Filho		Wanderval Santos

	<b>PPS</b>	<b>Suplentes</b>
Luiza Erundina		2 vagas
<b>(Deputado do PMDB ocupa a vaga)</b>		

	<b>PDT</b>	<b>Suplentes</b>
Athos Avelino		Geraldo Resende

	<b>PC do B</b>	<b>Suplentes</b>
Mário Heringer		<b>(Deputado do PP ocupa a vaga)</b>

	<b>PRONA</b>	<b>Suplentes</b>
Jamil Murad		Alice Portugal

	<b>(Deputado do PP ocupa a vaga)</b>	
Elimar Máximo Damasceno		

Secretário(a): Angélica Maria L. F. Aguiar  
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A  
Telefones: 216-6218 / 6232  
FAX: 216-6225

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER**

**À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 438-A, DE 2001, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 243 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL" (ESTABELECENDO A PENA DE PERDIMENTO DA GLEBA ONDE FOR CONSTADA A EXPLORAÇÃO DE TRABALHO ESCRAVO; REVERTENDO A ÁREA AO ASSENTAMENTO DOS COLONOS QUE JÁ TRABALHAVAM NA RESPECTIVA GLEBA).**

Presidente: Isaias Silvestre (PSB)

1º Vice-Presidente: José Thomaz Nonô (PFL)

2º Vice-Presidente: Bernardo Ariston (PMDB)

3º Vice-Presidente: Anivaldo Vale (PSDB)

Relator: Tarcisio Zimmermann (PT)

**Titulares**

	<b>PT</b>	<b>Suplentes</b>
Antonio Carlos Biscaia		Chico Alencar
Dra. Clair		Eduardo Valverde
Leonardo Monteiro		João Grandão - <b>vaga do PSB</b>
Neyde Aparecida		Jorge Boeira
Paulo Rocha		Orlando Fantazzini
Tarcisio Zimmermann		Washington Luiz
		Zé Geraldo

	<b>PFL</b>	<b>Suplentes</b>
Francisco Rodrigues		Abelardo Lupion
José Thomaz Nonô		Fernando de Fabinho
Kátia Abreu		José Carlos Araújo
Ronaldo Caiado		Milton Barbosa
Vic Pires Franco		<b>(Deputado do PSC ocupa a vaga)</b>

	<b>PMDB</b>	<b>Suplentes</b>
Almerinda de Carvalho		Sandra Rosado
Asdrubal Bentes		3 vagas
Bernardo Ariston		
Teté Bezerra		

	<b>PSDB</b>	<b>Suplentes</b>
Aloysio Nunes Ferreira		Bosco Costa
Anivaldo Vale		João Almeida
Eduardo Barbosa		Júlio Redecker
Helenildo Ribeiro		Léo Alcântara

	<b>PP</b>	<b>Suplentes</b>
André Zacharow		Cleonânio Fonseca
Ildu Araujo		Enivaldo Ribeiro
Wagner Lago		Ivan Ranzolin

	<b>PTB</b>	<b>Suplentes</b>
Homero Barreto		Alberto Fraga
Josué Bengtson		Pastor Reinaldo

	<b>PL</b>	<b>Suplentes</b>
Medeiros		Luciano Castro
Ricardo Rique		<b>(Deputado do PSC ocupa a vaga)</b>
Isaias Silvestre		<b>(Deputado do PT ocupa a vaga)</b>
Luiza Erundina		1 vaga

	<b>PPS</b>	<b>Suplentes</b>
Colbert Martins		Geraldo Resende

	<b>PDT</b>	<b>Suplentes</b>
Enio Bacci		Dr. Rodolfo Pereira

	<b>PC do B</b>	<b>Suplentes</b>
Daniel Almeida		Jamil Murad

	<b>PV</b>	<b>Suplentes</b>
Marcelo Ortiz		1 vaga

	<b>PSC</b>	<b>Suplentes</b>
		Pastor Amarildo - <b>vaga do PL</b>
		Zequinha Marinho - <b>vaga do PFL</b>

Secretário(a): Eveline de Carvalho Alminta  
Local: Anexo II, Pavimento Superior s/ 170-A  
Telefones: 216.6211  
FAX: 216.6225

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 534-A, DE 2002, QUE "ALTERA O ART. 144 DA CONSTITUIÇÃO**

**FEDERAL, PARA DISPOR SOBRE AS COMPETÊNCIAS DA GUARDA MUNICIPAL E CRIAÇÃO DA GUARDA NACIONAL".**

Presidente: Iara Bernardi (PT)

1º Vice-Presidente:

2º Vice-Presidente:

3º Vice-Presidente:

Relator: Arnaldo Faria de Sá (PTB)

**Titulares**Antonio Carlos Biscaia  
Devanir Ribeiro  
Eduardo Valverde  
Iara Bernardi  
Mariângela Duarte  
Paulo Rubem Santiago**PT**César Bandeira  
Coriolano Sales  
Dr. Pinotti  
Félix Mendonça  
Paulo Magalhães**PFL**Benjamin Maranhão  
Cezar Schirmer  
Gilberto Nascimento  
Mauro Lopes**PMDB**João Campos  
Juíza Denise Frossard  
Zenaldo Coutinho  
Zulaiê Cobra**PSDB**Dr. Heleno  
Francisco Garcia  
Nelson Meurer**PP**Alberto Fraga  
Arnaldo Faria de Sá**PTB**Coronel Alves  
Edmar Moreira**PL**Givaldo Carimbão  
Gonzaga Patriota**PSB**

Júlio Delgado

**PPS**

Pompeo de Mattos

**PDT**

Perpétua Almeida

**PC do B**

Jovino Cândido

**PV**

Secretário(a): Heloísa Pedrosa Diniz

Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A

Telefones: 216-6201 / 6232

FAX: 216-6225

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A APRECIAR E PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 544-A, DE 2002, QUE "CRIA OS TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS DA 6ª, 7ª, 8ª E 9ª REGIÕES".**

Presidente: Luiz Carlos Haully (PSDB)

1º Vice-Presidente: Custódio Mattos (PSDB)

2º Vice-Presidente:

3º Vice-Presidente:

Relator: Eduardo Sciarra (PFL)

**Titulares**

Dra. Clair

**PT****Suplentes**Durval Orlato  
José Mentor  
Odair  
Patrus Ananias (Licenciado)  
2 vagasAbelardo Lupion  
José Carlos Araújo  
3 vagasEdison Andrino  
Osmar Serraglio  
Silas Brasileiro  
1 vagaBosco Costa  
Helenildo Ribeiro  
Vicente Arruda  
1 vagaÉrico Ribeiro  
Leodegar Tiscoski  
1 vagaRicardo Izar  
Romeu QueirozHumberto Michiles  
Maurício Rabelo

2 vagas

Dimas Ramalho

Mário Heringer

1 vaga

Leonardo Mattos

Eduardo Valverde  
Gilmar Machado  
Guilherme Menezes  
Irliny Lopes  
João Magno

5 vagas

Coriolano Sales

**PFL**

Eduardo Sciarra

Murilo Zauith  
(Deputado do PP ocupa a  
vaga)  
3 vagas

Fábio Souto

Fernando de Fabinho

1 vaga

**PMDB**

Gustavo Fruet

(Deputado do PPS ocupa a  
vaga)  
3 vagas

Mauro Lopes

Rose de Freitas - vaga do PSDB

Wilson Santiago

Zé Gerardo

**PSDB**

Custódio Mattos

João Almeida

Luiz Carlos Haully

(Deputado do PMDB ocupa a  
vaga)  
1 vaga**PP**

André Zacharow - vaga do PDT

Dilceu Sperafico

Herculano Anghinetti (Licenciado)

(Deputado do PL ocupa a vaga)

**PTB**

Iris Simões

José Militão

2 vagas

**PL**

João Tota - vaga do PP

Mário Assad Júnior

Oliveira Filho

**PSB**

Pastor Francisco Olímpio

(Deputado do PSC ocupa a vaga)

**PPS**

Geraldo Thadeu

Cezar Silvestri  
Maria Helena - vaga do  
PMDB**PDT**

(Deputado do PP ocupa a vaga)

**PC do B**

Jamil Murad

1 vaga

**PV**

Leonardo Mattos

Sarney Filho

**PSC**

Carlos Willian - vaga do PSB

Secretário(a): Leila Machado Campos de Freitas

Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A

Telefones: 216-6212 / 6232

FAX: 216-6225

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A APRECIAR E PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 574-A, DE 2002, QUE "ALTERA A REDAÇÃO DO ART. 29-A DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL", ESTABELECEndo QUE O TOTAL DE DESPESA DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL NÃO PODERÁ ULTRAPASSAR OS PERCENTUAIS JÁ FIXADOS RELATIVOS À RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DO MUNICÍPIO, DEFINIDA EM LEI COMPLEMENTAR.**

Presidente: José Eduardo Cardozo (PT)

1º Vice-Presidente: José Carlos Araújo (PFL)

2º Vice-Presidente: Eduardo Seabra (PTB)

**Suplentes**

Orlando Fantazzini

3º Vice-Presidente:  
Relator: Marcelo Castro (PMDB)

Titulares	PT	Suplentes
Antonio Nogueira José Eduardo Cardozo Leonardo Monteiro Paulo Delgado Roberto Gouveia Washington Luiz		6 vagas
Fernando de Fabinho Jairo Carneiro José Carlos Araújo Mendonça Prado Murilo Zauith	PFL	Gervásio Silva José Mendonça Bezerra Oswaldo Coelho 2 vagas
Leandro Vilela Marcelo Castro Paulo Afonso (Deputado do PSB ocupa a vaga)	PMDB	João Correia 3 vagas
Affonso Camargo Bismarck Maia Eduardo Gomes Zenaldo Coutinho	PSDB	Antonio Carlos Pannunzio Bosco Costa Vittorio Mediolini 1 vaga
Francisco Turra Leodegar Tiscoski 1 vaga	PP	Enivaldo Ribeiro Nelson Meurer 1 vaga
Eduardo Seabra Iris Simões	PTB	Neuton Lima 1 vaga
Almir Moura Reinaldo Betão	PL	Giacobo - vaga do PPS Luciano Castro Wellington Roberto
Barbosa Neto - vaga do PMDB Maurício Quintella Lessa (Licenciado) 1 vaga	PSB	2 vagas
Nelson Proença	PPS	(Deputado do PL ocupa a vaga)
Enio Bacci	PDT	Davi Alcolumbre
Daniel Almeida	PC do B	Jamil Murad
Leonardo Mattos	PV	Jovino Cândido

Secretário(a): Mário Dráusio de O. Coutinho  
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A  
Telefones: 216-6203 / 6232  
FAX: 216-6225

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 1399, DE 2003, QUE "DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA MULHER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

Presidente: Sandra Rosado (PMDB)  
1º Vice-Presidente: Marinha Raupp (PMDB)  
2º Vice-Presidente: Celcita Pinheiro (PFL)  
3º Vice-Presidente:  
Relator: Edna Macedo (PTB)

Titulares	PT	Suplentes
Iara Bernardi Luci Choinacki Maria do Rosário Mariângela Duarte		Inirny Lopes Maninha 4 vagas

Titulares	PFL	Suplentes
Selma Schons Telma de Souza		
Celcita Pinheiro Kátia Abreu Laura Carneiro Nice Lobão Zelinda Novaes	(Deputado do PSC ocupa a vaga) 4 vagas	
Almerinda de Carvalho Ann Pontes Marinha Raupp Sandra Rosado	PMDB	4 vagas
Juíza Denise Frossard Professora Raquel Teixeira Thelma de Oliveira Yeda Crusius	PSDB	Eduardo Barbosa Ronaldo Dimas Sebastião Madeira Zulaiê Cobra
Benedito de Lira Cleonânicio Fonseca Suely Campos	PP	Celso Russomanno 2 vagas
Edna Macedo Elaine Costa	PTB	Kelly Moraes 1 vaga
Maurício Rabelo Oliveira Filho	PL	Carlos Mota Marcos de Jesus
Janete Capiberibe Luiza Erundina	PSB	2 vagas
Maria Helena	PPS	Geraldo Thadeu
Alceu Collares	PDT	Álvaro Dias
Jandira Feghali	PC do B	Alice Portugal
(Deputado S.PART. ocupa a vaga)	PV	Leonardo Mattos
Fernando Gabeira - vaga do PV	PSC	Renato Cozzolino - vaga do PFL S.PART.

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 2401, DE 2003, QUE "ESTABELECE NORMAS DE SEGURANÇA E MECANISMOS DE FISCALIZAÇÃO DE ATIVIDADES QUE ENVOLVAM ORGANISMOS GENETICAMENTE MODIFICADOS - OGM E SEUS DERIVADOS, CRIA O CONSELHO NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA - CNBS, REESTRUTURA A COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA - CTNBIO, DISPÕE SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

Presidente: Silas Brasileiro (PMDB)  
1º Vice-Presidente: Darcísio Perondi (PMDB)  
2º Vice-Presidente: Kátia Abreu (PFL)  
3º Vice-Presidente: Yeda Crusius (PSDB)  
Relator: Renildo Calheiros (PCdoB)

Titulares	PT	Suplentes
Fernando Ferro João Grandão		Adão Pretto Anselmo

José Pimentel Josias Gomes Luci Choinacki Paulo Pimenta	PFL	Assis Miguel do Couto João Alfredo Selma Schons Zé Geraldo	Eliseu Resende Gerson Gabrielli José Roberto Arruda Luiz Carlos Santos Vilmar Rocha	PMDB	Aroldo Cedraz Eduardo Sciarra Fernando de Fabinho Luiz Carreira 1 vaga
Abelardo Lupion Celcita Pinheiro Kátia Abreu Onyx Lorenzoni Ronaldo Caiado	PMDB	Aroldo Cedraz Carlos Melles José Carlos Araújo Murilo Zauith (Deputado do PPS ocupa a vaga)	Eliseu Padilha Gilberto Nascimento João Matos Paulo Afonso	PSDB	Eduardo Cunha 3 vagas
Darcísio Perondi Marcelo Castro Moacir Micheletto Silas Brasileiro	PSDB	Jorge Alberto Leandro Vilela 2 vagas	Alberto Goldman Aloysio Nunes Ferreira Eduardo Gomes João Almeida	PP	Anivaldo Vale Júlio Redecker Ronaldo Dimas Yeda Crusius
Antonio Carlos Mendes Thame Nilson Pinto Yeda Crusius 1 vaga	PP	Ariosto Holanda Helenildo Ribeiro Júlio Redecker Julio Semeghini	Feu Rosa Mário Negromonte Nelson Meurer	PTB	Benedito de Lira Francisco Appio Ricardo Barros
Dilceu Sperafico Leonardo Vilela Luis Carlos Heinze	PTB	Augusto Nardes Francisco Turra 1 vaga	Eduardo Seabra Jovair Arantes	PL	Armando Monteiro 1 vaga
Dr. Francisco Gonçalves Iris Simões	PL	Alberto Fraga Arnaldo Faria de Sá	Miguel de Souza Milton Monti	PSB	Luciano Castro Welinton Fagundes
Chico da Princesa Paulo Gouvêa	PSB	Giacobo Oliveira Filho	Alexandre Cardoso Hamilton Casara	PPS	Barbosa Neto Gonzaga Patriota
Beto Albuquerque (Deputado do PC do B ocupa a vaga)	PPS	Hamilton Casara 1 vaga	Dimas Ramalho	PDT	Leônidas Cristino
Nelson Proença	PDT	Cezar Silvestri - vaga do PFL Roberto Freire	Dr. Hélio	PC do B	Enio Bacci
Dr. Hélio	PC do B	Dr. Rodolfo Pereira	Alice Portugal	PV	Inácio Arruda
Renildo Calheiros Vanessa Grazziotin - vaga do PSB	PV	Perpétua Almeida	Leonardo Mattos		Jovino Cândido
Edson Duarte		Sarney Filho	Secretário(a): Leila Machado C. de Freitas Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A Telefones: 216-6212 / 6232 FAX: 216-6225		
Secretário(a): Wálbia Vânia de Farias Lora Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A Telefones: 216-6205 / 6232 FAX: 216-6225					
<b>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 2546, DE 2003, QUE "INSTITUI NORMAS GERAIS PARA LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA, NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA".</b>			<b>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 76, DE 2003, QUE "INSTITUI, NA FORMA DO ART. 43 DA CONSTITUIÇÃO, A SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE - SUDENE, ESTABELECE A SUA COMPOSIÇÃO, NATUREZA JURÍDICA, OBJETIVOS, ÁREA DE COMPETÊNCIA E INSTRUMENTOS DE AÇÃO".</b>		
Presidente: Dimas Ramalho (PPS) 1º Vice-Presidente: Paulo Afonso (PMDB) 2º Vice-Presidente: Eliseu Resende (PFL) 3º Vice-Presidente: João Almeida (PSDB) Relator: Paulo Bernardo (PT)			Presidente: Marcelino Fraga (PMDB) 1º Vice-Presidente: José Pimentel (PT) 2º Vice-Presidente: Fábio Souto (PFL) 3º Vice-Presidente: Relator: Zezéu Ribeiro (PT)		
<b>Titulares</b>			<b>Titulares</b>		
Carlito Merss Luiz Couto Maria do Carmo Lara Nilson Mourão Paulo Bernardo Roberto Gouveia	PT	<b>Suplentes</b> Iriny Lopes Mauro Passos Professor Luizinho Walter Pinheiro Wasny de Roure Zezéu Ribeiro	Fátima Bezerra José Pimentel Leonardo Monteiro Luiz Couto Paulo Rubem Santiago Zezéu Ribeiro	PT	<b>Suplentes</b> João Alfredo Josias Gomes Luiz Alberto Maurício Rands Terezinha Fernandes 1 vaga
			André de Paula César Bandeira Fábio Souto Luiz Carreira 1 vaga	PFL	José Carlos Araújo 4 vagas
			Jorge Alberto Marcelino Fraga	PMDB	Carlos Eduardo Cadoca Mauro Lopes

Mauro Benevides Sandra Rosado		Moraes Souza Zé Gerardo	Marinha Raupp Osvaldo Reis (Licenciado)	Wladimir Costa 1 vaga
Antonio Cambraia Bosco Costa Helenildo Ribeiro João Almeida	<b>PSDB</b>	Átila Lira Gonzaga Mota João Castelo 1 vaga	Nicias Ribeiro Nilson Pinto Wilson Santos (Deputado do PSB ocupa a vaga)	<b>PSDB</b> Anivaldo Vale Eduardo Gomes João Castelo Zenaldo Coutinho
Benedito de Lira Cleonânio Fonseca Ricardo Fiuza	<b>PP</b>	Enivaldo Ribeiro Márcio Reinaldo Moreira Vanderlei Assis - <b>vaga do PRONA</b> Wagner Lago - <b>vaga do PDT</b> Zé Lima	Darci Coelho - <b>vaga do PFL</b> Francisco Garcia Ronivon Santiago Suely Campos	<b>PP</b> (Deputado do PL ocupa a vaga) Zé Lima 1 vaga
Armando Monteiro 1 vaga	<b>PTB</b>	José Carlos Elias 1 vaga	Pastor Frankembergen Silas Câmara	<b>PTB</b> Josué Bengtson 1 vaga
Jaime Martins Roberto Pessoa	<b>PL</b>	Inaldo Leitão Sandro Mabel	Humberto Michiles Raimundo Santos	<b>PL</b> Coronel Alves - <b>vaga do PSB</b> João Tota - <b>vaga do PP</b> Luciano Castro Maurício Rabelo
Isaías Silvestre Maurício Quintella Lessa (Licenciado)	<b>PSB</b>	Eduardo Campos (Licenciado) 1 vaga	Dr. Ribamar Alves Hamilton Casara - <b>vaga do PSDB</b> Janete Capiberibe	<b>PSB</b> (Deputado do PL ocupa a vaga) 1 vaga
B. Sá	<b>PPS</b>	Leônidas Cristino	Átila Lins	<b>PPS</b> 1 vaga
Álvaro Dias	<b>PDT</b>	(Deputado do PP ocupa a vaga)	Dr. Rodolfo Pereira	<b>PDT</b> Davi Alcolumbre
Renildo Calheiros	<b>PC do B</b>	Inácio Arruda	Perpétua Almeida	<b>PC do B</b> Vanessa Grazziotin
Elimar Máximo Damasceno	<b>PRONA</b>	(Deputado do PP ocupa a vaga)	Samey Filho	<b>PV</b> Deley
Secretário(a): Eveline de Carvalho Alminta Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A Telefones: 216-6211 / 6232 FAX: 216-6225			Secretário(a): Maria Terezinha Donati Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A Telefones: 216-6215 / 6232 FAX: 216-6225	
<b>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 91, DE 2003, QUE "INSTITUI, NA FORMA DO ART. 43 DA CONSTITUIÇÃO, A SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA - SUDAM, ESTABELECE A SUA COMPOSIÇÃO, NATUREZA JURÍDICA, OBJETIVOS, ÁREA DE COMPETÊNCIA E INSTRUMENTOS DE AÇÃO".</b>			<b>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A ACOMPANHAR E ESTUDAR PROPOSTAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE.</b>	
Presidente: Átila Lins (PPS) 1º Vice-Presidente: Marinha Raupp (PMDB) 2º Vice-Presidente: Vic Pires Franco (PFL) 3º Vice-Presidente: Hamilton Casara (PSB) Relator: Paulo Rocha (PT)			Presidente: Reginaldo Lopes (PT) 1º Vice-Presidente: Alice Portugal (PCdoB) 2º Vice-Presidente: Lobbe Neto (PSDB) 3º Vice-Presidente: Marcelo Guimarães Filho (PFL) Relator: Benjamin Maranhão (PMDB)	
<b>Titulares</b>			<b>Titulares</b>	
Antselmo Carlos Abicalil Hélio Esteves Henrique Afonso Paulo Rocha Terezinha Fernandes	<b>PT</b>	Antonio Nogueira Eduardo Valverde Nilson Mourão Washington Luiz Zé Geraldo Zico Bronzeado	Odair Reginaldo Lopes Vignatti Zico Bronzeado	<b>PT</b> Ary Vanazzi Carlos Abicalil César Medeiros Ivo José Lindberg Farias - <b>vaga do PSB</b>
Kátia Abreu Murilo Zauith Paudemey Avelino Vic Pires Franco (Deputado do PP ocupa a vaga)	<b>PFL</b>	Clóvis Fecury Francisco Rodrigues 3 vagas	Celcita Pinheiro Marcelo Guimarães Filho 1 vaga	<b>PFL</b> Clóvis Fecury Laura Carneiro 1 vaga
Alceste Almeida Asdrubal Bentes	<b>PMDB</b>	Ann Pontes Confúcio Moura	Benjamin Maranhão Leonardo Picciani Marinha Raupp	<b>PMDB</b> Ann Pontes Darcísio Perondi Rose de Freitas - <b>vaga do PSDB</b> 1 vaga
			Eduardo Barbosa Lobbe Neto Professora Raquel Teixeira	<b>PSDB</b> Thelma de Oliveira (Deputado do PMDB ocupa a vaga) 1 vaga
				<b>PP</b>

Julio Lopes Zonta		Ivan Ranzolin Sandes Júnior (Licenciado)	<b>vaga)</b>	
Eduardo Seabra Milton Cardias	<b>PTB</b>	Elaine Costa Homero Barreto	<b>PP</b>	Antonio Joaquim
Mário Assad Júnior Sandro Mabel	<b>PL</b>	Heleno Silva Maurício Rabelo	<b>PSDB</b>	Feu Rosa - <b>vaga do PSDB</b>
Isaías Silvestre	<b>PSB</b>	(Deputado do PT ocupa a vaga)	<b>Reginaldo Germano - vaga do PFL</b>	Ivan Ranzolin
Luciano Leitoa - <b>vaga do PDT</b>	<b>PPS</b>		<b>Ronivon Santiago Vanderlei Assis - vaga do PRONA</b>	
Júnior Betão	<b>PDT</b>	1 vaga	<b>PTB</b>	Jair Bolsonaro
(Deputado do PSB ocupa a vaga)	<b>PC do B</b>	Davi Alcolumbre	<b>PMDB</b>	Marcondes Gadelha - <b>vaga do PFL</b>
Alice Portugal	<b>PV</b>	Daniel Almeida	<b>Dr. Francisco Gonçalves Marcus Vicente - vaga do PP</b>	Ricardo Izar Vicente Cascione
Deley		Jovino Cândido	<b>(Deputado do PFL ocupa a vaga)</b>	
Secretário(a): Ana Clara Fonseca Serejo			<b>PL</b>	Humberto Michiles
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A			<b>Carlos Mota Chico da Princesa Medeiros</b>	Maurício Rabelo
Telefones: 216-6235 / 6232			<b>Paulo Marinho - vaga do PFL</b>	Wellington Roberto
FAX: 216-6225			<b>PSB</b>	
<b>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EFETUAR ESTUDO EM RELAÇÃO ÀS MATÉRIAS EM TRAMITAÇÃO NA CASA, CUJO TEMA ABRANJA A REFORMA PREVIDENCIÁRIA.</b>			<b>(Deputado do PT ocupa a vaga)</b>	<b>(Deputado do PT ocupa a vaga)</b>
Presidente: Roberto Brant (PFL)			<b>PPS</b>	
1º Vice-Presidente: Onyx Lorenzoni (PFL)			<b>PDT</b>	<b>(Deputado do PSL ocupa a vaga)</b>
2º Vice-Presidente:			<b>PC do B</b>	
3º Vice-Presidente:			<b>Jandira Feghali</b>	Alice Portugal
Relator: José Pimentel (PT)			<b>Enéas</b>	<b>PRONA</b>
<b>Titulares</b>	<b>PT</b>	<b>Suplentes</b>	<b>(Deputado do PP ocupa a vaga)</b>	<b>PSL</b>
Arlindo Chinaglia		Adão Pretto	<b>João Mendes de Jesus - vaga do PDT</b>	
Dr. Rosinha		Assis Miguel do Couto	<b>S.PART.</b>	<b>Luciana Genro - vaga do PT</b>
Eduardo Valverde		Durval Orlato		
Henrique Fontana		Guilherme Menezes Lindberg Farias		
Ivan Valente		Maninha - <b>vaga do PSB</b>		
José Pimentel		Mariângela Duarte - <b>vaga do PSB</b>		
Nilson Mourão		Roberto Gouveia		
	<b>PFL</b>	(Deputado S.PART. ocupa a vaga)		
Félix Mendonça - <b>vaga do PTB</b>		Luiz Carreira		
Gervásio Silva		Vic Pires Franco		
Murilo Zauith		Vilmar Rocha		
Onyx Lorenzoni		(Deputado do PTB ocupa a vaga)		
Roberto Brant		(Deputado do PL ocupa a vaga)		
Robson Tuma		(Deputado do PP ocupa a vaga)		
(Deputado do PP ocupa a vaga)	<b>PMDB</b>			
Adeloro Vieira		Oswaldo Biolchi		
Darcísio Perondi		4 vagas		
Jorge Alberto Mendes Ribeiro Filho				
(Deputado do PTB ocupa a vaga)	<b>PSDB</b>			
Alberto Goldman		Anivaldo Vale		
Custódio Mattos		Bismarck Maia		
Eduardo Barbosa		João Campos		
Yeda Crusius		(Deputado do PP ocupa a vaga)		
(Deputado do PP ocupa a vaga)		1 vaga		
Alexandre Santos - <b>vaga do PSDB</b>				
Darci Coelho - <b>vaga do PFL</b>				
José Linhares				
(Deputado do PTB ocupa a vaga)				
1 vaga				
Alberto Fraga - <b>vaga do PMDB</b>				
Amaldo Faria de Sá				
Dr. Francisco Gonçalves				
Marcus Vicente - <b>vaga do PP</b>				
(Deputado do PFL ocupa a vaga)				
Carlos Mota				
Chico da Princesa Medeiros				
Dr. Evilásio				
Paulo Baltazar				
Leônidas Cristino				
Alceu Collares				
Jandira Feghali				
Enéas				
Secretário(a): Maria Terezinha Donati				
Local: Anexo II, Pavimento Superior, sala 170-A				
Telefones: 216-6215 / 6232				
FAX: 216-6225				
<b>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EFETUAR ESTUDO EM RELAÇÃO ÀS MATÉRIAS EM TRAMITAÇÃO NA CASA, CUJO TEMA ABRANJA A REFORMA DO JUDICIÁRIO.</b>				
Presidente: José Eduardo Cardozo (PT)				
1º Vice-Presidente: João Alfredo (PT)				
2º Vice-Presidente: Nelson Trad (PMDB)				
3º Vice-Presidente: João Campos (PSDB)				
Relator: Ibrahim Abi-ackel (PP)				
<b>Titulares</b>	<b>PT</b>	<b>Suplentes</b>		
Antonio Carlos Biscaia		Iriny Lopes		
Dra. Clair		Mariângela Duarte		
João Alfredo		5 vagas		
José Eduardo Cardozo				
José Mentor				
Maurício Rands				
Rubinelli				
Coriolano Sales				
Jairo Carneiro				
Luiz Carlos Santos				
Mendonça Prado				
(Deputado do PP ocupa	<b>PFL</b>			
		José Mendonça Bezerra		
		Vilmar Rocha		
		(Deputado do PL ocupa a vaga)		
		2 vagas		





Titulares		Suplentes	
Carlos Santana Dra. Clair Luiz Alberto Maurício Rands Orlando Desconzi Paulo Rocha Vicentinho	PT	Antônio Carlos Biffi Antonio Carlos Biscaia Henrique Afonso Josias Gomes Neyde Aparecida Tarcisio Zimmermann <b>(Deputado S.PART. ocupa a vaga)</b>	
Coriolano Sales João Batista Paulo Bauer Robson Tuma Vilmar Rocha <b>(Deputado do PL ocupa a vaga)</b>	PFL	Celcita Pinheiro Gerson Gabrielli Onyx Lorenzoni <b>(Deputado do PTB ocupa a vaga)</b> 2 vagas	
Leonardo Picciani Marcelo Teixeira Wladimir Costa <b>(Deputado do PTB ocupa a vaga)</b> <b>(Deputado do PPS ocupa a vaga)</b>	PMDB	Jefferson Campos Leandro Vilela Pastor Pedro Ribeiro Takayama 1 vaga	
Antonio Carlos Pannunzio Eduardo Paes Ronaldo Dimas Zenaldo Coutinho <b>(Deputado do PTB ocupa a vaga)</b>	PSDB	Ariosto Holanda Átila Lira Carlos Alberto Leréia Carlos Sampaio 1 vaga	
Francisco Dornelles Nelson Meurer Professor Irapuan Teixeira - <b>vaga do PRONA</b> Roberto Balestra	PP	Ildeu Araujo - <b>vaga do PRONA</b> Leonardo Vilela Luis Carlos Heinze Vadão Gomes	
Iris Simões Joaquim Francisco José Chaves - <b>vaga do PMDB</b> José Múcio Monteiro Jovair Arantes - <b>vaga do PSDB</b>	PTB	Homero Barreto Paes Landim - <b>vaga do PFL</b> Philemon Rodrigues 1 vaga	
Almir Moura Miguel de Souza Paulo Marinho - <b>vaga do PFL</b> Sandro Mabel	PL	Heleno Silva Milton Monti Raimundo Santos	
Dr. Ribamar Alves Isaías Silvestre	PSB	Luciano Leitoa - <b>vaga do PDT</b> 2 vagas	
Júlio Delgado Maria Helena - <b>vaga do PMDB</b>	PPS	Cláudio Magrão <b>(Deputado do PSB ocupa a vaga)</b>	
Pompeo de Mattos	PDT		
Daniel Almeida <b>(Deputado do PP ocupa a vaga)</b>	PC do B	Jamil Murad <b>(Deputado do PP ocupa a vaga)</b>	
	PRONA		
	S.PART.	Babá - <b>vaga do PT</b>	
Secretário(a): Valdivino Tolentino Filho Local: Anexo II, Pavimento Superior, sala 170-A Telefones: 216-6206 / 6232 FAX: 216-6225			
<b>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EFETUAR ESTUDO EM RELAÇÃO ÀS MATÉRIAS EM TRAMITAÇÃO NA CASA, CUJO TEMA ABRANJA O SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL.</b>			
Presidente: Mussa Demes (PFL) 1º Vice-Presidente: Gerson Gabrielli (PFL) 2º Vice-Presidente: Carlos Eduardo Cadoca (PMDB) 3º Vice-Presidente: Luiz Carlos Haully (PSDB) Relator: Virgílio Guimarães (PT)			
	Titulares		Suplentes
	PT		
		Carlito Merss Jorge Bittar José Mentor Paulo Bernardo Paulo Rubem Santiago Virgílio Guimarães Walter Pinheiro	Ary Vanazzi Paulo Pimenta Reginaldo Lopes Telma de Souza Vignatti Wasny de Roure <b>(Deputado S.PART. ocupa a vaga)</b>
	PFL		
		Gerson Gabrielli José Carlos Machado José Roberto Arruda Mussa Demes Pauderney Avelino <b>(Deputado do PSDB ocupa a vaga)</b>	Aroldo Cedraz Eduardo Sciarra Eliseu Resende Gervásio Silva Júlio Cesar Vic Pires Franco
	PMDB		
		Carlos Eduardo Cadoca Luiz Bittencourt Marcelo Teixeira Max Rosenmann <b>(Deputado do PTB ocupa a vaga)</b>	Ann Pontes Jorge Alberto Paulo Afonso Pedro Chaves 1 vaga
	PSDB		
		Antonio Cambraia Eduardo Paes - <b>vaga do PFL</b> Julio Semeghini Luiz Carlos Haully Narcio Rodrigues Walter Feldman	Anivaldo Vale Antonio Carlos Mendes Thame Gonzaga Mota Yeda Crusius <b>(Deputado do PTB ocupa a vaga)</b>
	PP		
		André Zacharow - <b>vaga do PDT</b> Delfim Netto Francisco Dornelles Romel Anizio	Augusto Nardes Márcio Reinaldo Moreira 1 vaga
	PTB		
		Armando Monteiro - <b>vaga do PMDB</b> José Militão Nelson Marquezelli Ronaldo Vasconcellos	Arnon Bezerra - <b>vaga do PSDB</b> Enio Tatício Pedro Fernandes <b>(Deputado do PSC ocupa a vaga)</b>
	PL		
		Edmar Moreira João Leão Sandro Mabel	Jaime Martins João Paulo Gomes da Silva Reinaldo Betão
	PSB		
		Beto Albuquerque Renato Casagrande	Pastor Francisco Olímpio 1 vaga
	PPS		
		Lupércio Ramos <b>(Deputado do PP ocupa a vaga)</b>	João Herrmann Neto 1 vaga
	PDT		
	PC do B		
		Sérgio Miranda Edson Duarte	Vanessa Grazziotin Leonardo Mattos
	PV		
	PSC		

<p style="text-align: center;">Zequinha Marinho - <b>vaga do PTB</b></p> <p style="text-align: center;"><b>S.PART.</b></p> <p style="text-align: center;">Fernando Gabeira - <b>vaga do PT</b></p> <p>Secretário(a): Angélica Maria Landim Fialho de Aguiar Local: Anexo II, Pavimento Superior, sala 170-A Telefones: 216-6218 / 6232 FAX: 216-6225</p> <p style="text-align: center;"><b>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A APRECIAR AS SOLICITAÇÕES DE ACESSO A INFORMAÇÕES SIGILOSAS PRODUZIDAS OU RECEBIDAS PELA CÂMARA DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DE SUAS FUNÇÕES PARLAMENTARES E ADMINISTRATIVAS, ASSIM COMO SOBRE O CANCELAMENTO OU REDUÇÃO DE PRAZOS DE SIGILO E OUTRAS ATRIBUIÇÕES PREVISTAS NA RESOLUÇÃO N° 29, DE 1993</b></p> <p>Presidente: 1º Vice-Presidente: 2º Vice-Presidente: 3º Vice-Presidente:</p> <p><b>Titulares</b> <span style="float: right;"><b>Suplentes</b></span></p> <p>(Deputado do PT ocupa a vaga) (Deputado do PMDB ocupa a vaga) (Deputado do PFL ocupa a vaga)</p> <p style="text-align: center;"><b>PT</b></p> <p>Antonio Carlos Biscaia - <b>vaga do PRESIDENTE PMDB</b></p> <p>Mendes Ribeiro Filho - <b>vaga do PRESIDENTE PFL</b></p> <p>Moroni Torgan - <b>vaga do PRESIDENTE</b></p> <p>Secretário(a): - Local: CEDI Telefones: 216-5615 / 5625</p> <p style="text-align: center;"><b>COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A "INVESTIGAR A AÇÃO CRIMINOSA DAS MILÍCIAS PRIVADAS E DOS GRUPOS DE EXTERMÍNIO EM TODA A REGIÃO NORDESTE".</b></p> <p>Presidente: Bosco Costa (PSDB) 1º Vice-Presidente: Vicente Arruda (PSDB) 2º Vice-Presidente: Luiz Alberto (PT) 3º Vice-Presidente: Geraldo Thadeu (PPS) Relator: Luiz Couto (PT)</p> <p><b>Titulares</b> <span style="float: right;"><b>Suplentes</b></span></p> <p style="text-align: center;"><b>PT</b></p> <p>Fernando Ferro <span style="float: right;">Guilherme Menezes</span> João Alfredo <span style="float: right;">José Pimentel</span> Luiz Alberto <span style="float: right;">Maurício Rands</span> Luiz Couto <span style="float: right;">Nelson Pellegrino</span></p> <p style="text-align: center;"><b>PFL</b></p> <p>José Carlos Araújo <span style="float: right;">Fernando de Fabinho</span> Luiz Carreira - <b>vaga do PRONA</b> <span style="float: right;">Rodrigo Maia</span> Marcelo Guimarães Filho <span style="float: right;">1 vaga</span> Mendonça Prado</p> <p style="text-align: center;"><b>PMDB</b></p> <p>Josias Quintal <span style="float: right;">Pastor Pedro Ribeiro</span> Marcelo Castro <span style="float: right;">Sandra Rosado</span> Mauro Lopes <span style="float: right;">1 vaga</span></p> <p style="text-align: center;"><b>PSDB</b></p> <p>Bosco Costa <span style="float: right;">Carlos Sampaio</span> Helenildo Ribeiro <span style="float: right;">João Campos</span> Vicente Arruda <span style="float: right;">1 vaga</span></p> <p style="text-align: center;"><b>PP</b></p> <p>Enivaldo Ribeiro <span style="float: right;">Márcio Reinaldo Moreira</span> Mário Negromonte <span style="float: right;">Nélio Dias</span></p> <p style="text-align: center;"><b>PTB</b></p> <p>Alex Canziani <span style="float: right;">2 vagas</span></p>	<p>Antonio Cruz</p> <p style="text-align: center;"><b>PL</b></p> <p>Marcos de Jesus <span style="float: right;">Almeida de Jesus</span> Paulo Gouvêa <span style="float: right;">Edmar Moreira</span></p> <p style="text-align: center;"><b>PSB</b></p> <p>Dr. Ribamar Alves <span style="float: right;">1 vaga</span></p> <p style="text-align: center;"><b>PPS</b></p> <p>Geraldo Thadeu <span style="float: right;">Colbert Martins</span></p> <p style="text-align: center;"><b>PDT</b></p> <p>Promotor Afonso Gil <span style="float: right;">Davi Alcolumbre</span></p> <p style="text-align: center;"><b>PC do B</b></p> <p>Daniel Almeida <span style="float: right;">1 vaga</span></p> <p style="text-align: center;"><b>PRONA</b></p> <p>(Deputado do PFL ocupa a vaga) <span style="float: right;">Elimar Máximo Damasceno</span></p> <p>Secretário(a): Francisco de Assis Diniz Local: Anexo II, Sala 151-B Telefones: 216-6213 / 6252 FAX: 216-6285</p> <p style="text-align: center;"><b>COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO COM A FINALIDADE DE INVESTIGAR FATOS RELACIONADOS A PIRATARIA DE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS E SONEGAÇÃO FISCAL.</b></p> <p>Presidente: Medeiros (PL) 1º Vice-Presidente: Julio Lopes (PP) 2º Vice-Presidente: Vanessa Grazziotin (PCdoB) 3º Vice-Presidente: Julio Semeghini (PSDB) Relator: Josias Quintal (PMDB)</p> <p><b>Titulares</b> <span style="float: right;"><b>Suplentes</b></span></p> <p style="text-align: center;"><b>PT</b></p> <p>Devanir Ribeiro <span style="float: right;">4 vagas</span> Rubinelli Wasny de Roure 1 vaga</p> <p style="text-align: center;"><b>PFL</b></p> <p>Laura Carneiro <span style="float: right;">3 vagas</span> Marcos Abramo Robson Tuma</p> <p style="text-align: center;"><b>PMDB</b></p> <p>Josias Quintal <span style="float: right;">3 vagas</span> Olavo Calheiros 1 vaga</p> <p style="text-align: center;"><b>PSDB</b></p> <p>Carlos Alberto Leréia <span style="float: right;">Eduardo Barbosa</span> Júlio Redecker <span style="float: right;">Nicias Ribeiro</span> Julio Semeghini <span style="float: right;">1 vaga</span></p> <p style="text-align: center;"><b>PP</b></p> <p>Julio Lopes <span style="float: right;">Pedro Henry</span> Sandes Júnior (Licenciado) <span style="float: right;">Ricardo Barros</span></p> <p style="text-align: center;"><b>PTB</b></p> <p>Alex Canziani <span style="float: right;">Armando Monteiro</span> Ronaldo Vasconcelos <span style="float: right;">Carlos Dunga</span></p> <p style="text-align: center;"><b>PL</b></p> <p>Maurício Rabelo <span style="float: right;">Neucimar Fraga</span> Medeiros <span style="float: right;">Wanderval Santos</span></p> <p style="text-align: center;"><b>PSB</b></p> <p>Dr. Ribamar Alves <span style="float: right;">Paulo Baltazar</span></p> <p style="text-align: center;"><b>PPS</b></p> <p>Júlio Delgado <span style="float: right;">Lupércio Ramos</span></p> <p style="text-align: center;"><b>PDT</b></p> <p>Dr. Rodolfo Pereira <span style="float: right;">Severiano Alves</span></p> <p style="text-align: center;"><b>PC do B</b></p> <p>Vanessa Grazziotin <span style="float: right;">Jandira Feghali</span></p> <p style="text-align: center;"><b>PV</b></p> <p>Samey Filho <span style="float: right;">Jovino Cândido</span></p> <p>Secretário(a): Sílvio Souza da Silva Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 151-B Telefones: 216-6267/6270/6271/6268 FAX: 216-6285</p>
--	---

**REQUER A INSTALAÇÃO DE COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A ACOMPANHAR E TOMAR MEDIDAS CABÍVEIS NAS DENÚNCIAS DE DESVIO DE VERBAS FEDERAIS RELATIVAS À SAÚDE NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.**

**Titulares** **Suplentes**

Chico Alencar PT  
 José Divino PMDB  
 Laura Carneiro PFL  
 Alexandre Cardoso PSB  
 Jandira Feghali PC do B

Secretário(a): -

**COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A FAZER DIAGNÓSTICO TÉCNICO SOBRE O ACIDENTE COM O VEÍCULO LANÇADOR DE SATÉLITE VLS-1 E SOBRE O PROGRAMA ESPACIAL BRASILEIRO, PODENDO DESLOCAR-SE À BASE DE ALCÂNTARA - MA, AO CENTRO TÉCNICO AEROSPACIAL - CTA, EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - SP, OU A QUALQUER OUTRA LOCALIDADE QUE SE FIZER NECESSÁRIO.**

Coordenador: Corauci Sobrinho (PFL)

**Titulares** **Suplentes**

Terezinha Fernandes PT  
 Washington Luiz PFL  
 César Bandeira PMDB  
 Corauci Sobrinho PSDB  
 Pastor Pedro Ribeiro PP  
 Pedro Novais PTB  
 João Castelo PL  
 Wagner Lago PSB  
 Pedro Fernandes PC do B  
 Paulo Marinho  
 Dr. Ribamar Alves  
 Vanessa Grazziotin

Secretário(a): José Maria Aguiar de Castro  
 Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A  
 Telefones: 216-6209 / 6232  
 FAX: 216-6225

**COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A VERIFICAR, "IN LOCO", AS CAUSAS DO INCÊNDIO E BUSCAR CONHECIMENTO PARA QUE AS POLÍTICAS PÚBLICAS FEDERAIS POSSAM DESENVOLVER O ESTADO DE RORAIMA.**

**Titulares** **Suplentes**

Josias Gomes PT  
 Paulo Rocha PMDB  
 Professor Luizinho  
 Zico Bronzeado  
 Alceste Almeida PFL  
 Francisco Rodrigues PTB  
 Pastor Frankembergen

**PP**

Suely Campos

**PDT**

Dr. Rodolfo Pereira

**PC do B**

Vanessa Grazziotin

Secretário(a): -

**COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A ACOMPANHAR AS INVESTIGAÇÕES DO ASSASSINATO DOS AUDITORES FISCAIS E DO MOTORISTA DO MINISTÉRIO DO TRABALHO, NA REGIÃO NOROESTE DE MINAS GERAIS, NA CIDADE DE UNAI.**

Coordenador: Luiz Eduardo Greenhalgh (PT)

**Titulares**

(Deputado do PTB ocupa a vaga)  
 (Deputado do PL ocupa a vaga)  
 (Deputado do PPS ocupa a vaga)  
 (Deputado do PSDB ocupa a vaga)  
 (Deputado do PT ocupa a vaga)  
 (Deputado do PFL ocupa a vaga)  
 (Deputado do PT ocupa a vaga)  
 (Deputado do PCdoB ocupa a vaga)  
 (Deputado do PT ocupa a vaga)

**Suplentes**  
 9 vagas

**PT**

Eduardo Valverde - vaga do PRESIDENTE  
 Luiz Eduardo Greenhalgh - vaga do PRESIDENTE  
 Virgílio Guimarães - vaga do PRESIDENTE

**PFL**

José Roberto Arruda - vaga do PRESIDENTE

**PTB**

Arnaldo Faria de Sá - vaga do PRESIDENTE

**PSDB**

Eduardo Barbosa - vaga do PRESIDENTE

**PL**

Carlos Mota - vaga do PRESIDENTE

**PPS**

Colbert Martins - vaga do PRESIDENTE

**PCdoB**

Sérgio Miranda - vaga do PRESIDENTE

Secretário(a): -

**COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A AVERIGUAR A SITUAÇÃO DE CONFLITO EXISTENTE ENTRE OS MORADORES E O IBAMA, NO ENTORNO DO PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU, NO ESTADO DO PARANÁ.**

**Titulares**

(Deputado do PTB ocupa a vaga)  
 (Deputado do PT ocupa a vaga)  
 (Deputado do PFL ocupa a vaga)  
 (Deputado S.PART. ocupa a vaga)  
 (Deputado do PSDB ocupa a vaga)  
 (Deputado do PP ocupa a vaga)  
 (Deputado do PMDB ocupa a vaga)

**Suplentes**

**PT**

Assis Miguel do Couto - vaga do PRESIDENTE

**PMDB**

Osmar Serraglio - vaga do PRESIDENTE

**PFL**

Eduardo Sciarra - vaga do PRESIDENTE

**PP**

Nelson Meurer - vaga do PRESIDENTE

**PTB**

Alex Canziani - vaga do PRESIDENTE

**PSDB**

Luiz Carlos Haully - vaga do PRESIDENTE

**S.PART.**

Fernando Gabeira - vaga do PRESIDENTE

Secretário(a): -

**COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A AVALIAR O ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA PROVOCADO PELAS ENCHENTES EM VÁRIOS ESTADOS DA REGIÃO NORDESTE.**

<b>Titulares</b>		<b>Suplentes</b>
Fernando Ferro	<b>PT</b>	
João Alfredo	<b>PFL</b>	
Fernando de Fabinho		
José Carlos Machado	<b>PMDB</b>	
Marcelo Castro		
Wilson Santiago	<b>PSDB</b>	
Antonio Cambraia		
Átila Lira	<b>PP</b>	
Reginaldo Germano	<b>PTB</b>	
Rommel Feijó	<b>PL</b>	
Inaldo Leitão	<b>PSB</b>	
Lavoisier Maia	<b>PPS</b>	
Rogério Teófilo	<b>PDT</b>	
Severiano Alves		

Secretário(a): Mário Dráusio de O Coutinho  
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A  
Telefones: 216-6203 / 6232  
FAX: 216-6225

**COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A DISCUTIR A FEMINIZAÇÃO DA POBREZA NO BRASIL.**

Relator: Luci Choinacki (PT)

<b>Titulares</b>		<b>Suplentes</b>
Iara Bernardi	<b>PT</b>	
Luci Choinacki	<b>PFL</b>	
Celcita Pinheiro		
Zelinda Novaes	<b>PMDB</b>	
Almerinda de Carvalho		
Ann Pontes	<b>PSDB</b>	
Professora Raquel Teixeira	<b>PP</b>	
Thelma de Oliveira	<b>PTB</b>	
Suely Campos	<b>PSB</b>	
Elaine Costa		
Kelly Moraes	<b>PPS</b>	
Janete Capiberibe		
Luiza Erundina	<b>PC do B</b>	
Maria Helena		
Alice Portugal		
Perpétua Almeida		

Secretário(a): Maria Terezinha Donati  
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A  
Telefones: 216-6215 / 6232  
FAX: 216-6225

**COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A AVERIGUAR DENÚNCIAS REFERENTES A INTERFERÊNCIAS NA LISTA DE ESPERA DE PACIENTES NECESSITADOS DE TRANSPLANTE DE MEDULA ÓSSEA NO INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER.**

Coordenador: Rafael Guerra (PSDB)

<b>Titulares</b>		<b>Suplentes</b>
Henrique Fontana	<b>PT</b>	
Maninha	<b>PFL</b>	
Dr. Pinotti		
Laura Carneiro	<b>PMDB</b>	
Benjamin Maranhão		
Marcelo Castro	<b>PSDB</b>	
Eduardo Paes		
Rafael Guerra	<b>PP</b>	
Antonio Joaquim	<b>PTB</b>	
Dr. Francisco Gonçalves	<b>PL</b>	
Almir Moura	<b>PSB</b>	
Alexandre Cardoso	<b>PPS</b>	
Geraldo Resende		

Secretário(a): Saulo Augusto Pereira  
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A  
Telefones: 318-7064/7059  
FAX: 216-6225

**COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A AVALIAR, IN LOCO, A SITUAÇÃO DA DEMARCAÇÃO EM ÁREA CONTÍNUA DA RESERVA INDÍGENA "RAPOSA SERRA DO SOL", NO ESTADO DE RORAIMA.**

Coordenador: Moacir Micheletto (PMDB)

<b>Titulares</b>		<b>Suplentes</b>
Eduardo Valverde	<b>PT</b>	
Lindberg Farias	<b>PFL</b>	
José Rocha		
Mussa Dernes	<b>PMDB</b>	
Asdrubal Bentes		
Moacir Micheletto	<b>PSDB</b>	
Nicias Ribeiro		
Zenaldo Coutinho	<b>PP</b>	
Luis Carlos Heinze	<b>PTB</b>	
Jair Bolsonaro	<b>PL</b>	
Coronel Alves	<b>PSB</b>	
(Deputado do PCdoB ocupa a vaga)	<b>PPS</b>	
Colbert Martins	<b>PCdoB</b>	
Perpétua Almeida - vaga do PSB		

Secretário(a): José Maria Aguiar de Castro  
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A  
Telefones: 216-6209 / 6232  
FAX: 216-6225

**COMISSÃO EXTERNA COM A FINALIDADE DE AVERIGUAR AS CAUSAS E A EXTENSÃO DOS DANOS CAUSADOS AO MEIO AMBIENTE PELO VAZAMENTO DE UMA BARRAGEM DE REJEITOS DA INDÚSTRIA CATAGUASES DE PAPEL LTDA., ATINGINDO MUNICÍPIOS DOS ESTADOS DE MINAS GERAIS E DO RIO DE JANEIRO.**

Coordenador: César Medeiros (PT)

Relator: Renato Cozzolino (PSC)

**Titulares**

(Deputado do PT ocupa a vaga)

(Deputado do PV ocupa a vaga)

(Deputado do PV ocupa a vaga)

(Deputado S.PART. ocupa a vaga)

(Deputado do PV ocupa a vaga)

(Deputado do PP ocupa a vaga)

(Deputado do PV ocupa a vaga)

(Deputado do PT ocupa a vaga)

(Deputado do PMDB ocupa a vaga)

(Deputado do PV ocupa a vaga)

(Deputado do PMDB ocupa a vaga)

(Deputado do PSC ocupa a vaga)

(Deputado do PTB ocupa a vaga)

(Deputado do PTB ocupa a vaga)

(Deputado do PV ocupa a vaga)

PT

César Medeiros - vaga do PRESIDENTE

Leonardo Monteiro - vaga do PRESIDENTE

PMDB

Luiz Bittencourt - vaga do PRESIDENTE

Nelson Bornier - vaga do PRESIDENTE

PP

Julio Lopes - vaga do PRESIDENTE

PTB

Ronaldo Vasconcellos - vaga do PRESIDENTE

Sandro Matos - vaga do PRESIDENTE

PSC

Renato Cozzolino - vaga do PRESIDENTE

PV

Deley - vaga do PRESIDENTE

Edson Duarte - vaga do PRESIDENTE

Jovino Cândido - vaga do PRESIDENTE

Leonardo Mattos - vaga do PRESIDENTE

Marcelo Ortiz - vaga do PRESIDENTE

Sarney Filho - vaga do PRESIDENTE

S.PART.

Fernando Gabeira - vaga do PRESIDENTE

Secretário(a): .

**GRUPO DE TRABALHO DESTINADO A EFETUAR ESTUDO EM RELAÇÃO AOS PROJETOS EM TRAMITAÇÃO REFERENTES AO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E À REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL E OFERECER INDICATIVO À CASA SOBRE A MATÉRIA.**

Presidente: Osmar Serraglio (PMDB)

Relator: Vicente Cascione (PTB)

**Titulares**

PT

Durval Orlato

Jorge Boeira

Maria do Rosário

Terezinha Fernandes

PFL

Laura Carneiro

Zelinda Novaes

(Deputado do PP ocupa a vaga)

PMDB

Ann Pontes

Osmar Serraglio

Rose de Freitas

**Suplentes**

Aloysio Nunes Ferreira

Eduardo Barbosa

Thelma de Oliveira

PSDB

PP

Darci Coelho - vaga do PFL

Ivan Ranzolin

Ricardo Fiuza

PTB

Luiz Antonio Fleury

Vicente Cascione

PL

Carlos Mota

PSB

Luiza Erundina

PPS

Rogério Teófilo

PDT

Severiano Alves

Secretário(a): Saulo Augusto Pereira

Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A

Telefones: 318-7064/7059

FAX: 216-6225

**GRUPO DE TRABALHO DESTINADO A, NO PRAZO DE 20 DIAS, EXAMINAR E OFERECER UM INDICATIVO AO PLENÁRIO REFERENTE AO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 383, DE 2003, QUE "SUSTA O DECRETO Nº 3.860, DE 9 DE JULHO DE 2001, QUE DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR, A AVALIAÇÃO DE CURSOS E INSTITUIÇÕES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", INCLUINDO O RECADASTRAMENTO DAS UNIVERSIDADES.**

**Titulares**

(Deputado do PSDB ocupa a vaga)

(Deputado do PMDB ocupa a vaga)

(Deputado do PT ocupa a vaga)

(Deputado do PFL ocupa a vaga)

(Deputado do PSDB ocupa a vaga)

PT

Iara Bernardi - vaga do PRESIDENTE

PMDB

Gastão Vieira - vaga do PRESIDENTE

PFL

Paulo Magalhães - vaga do PRESIDENTE

PSDB

Aloysio Nunes Ferreira - vaga do PRESIDENTE

Professora Raquel Teixeira - vaga do

**PRESIDENTE**

Secretário(a): -

## **PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL**

<b>Assinatura DCD ou DSF s/o porte</b>	<b>R\$ 31,00</b>
<b>Porte de Correio</b>	<b>R\$ 96,00</b>
<b>Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)</b>	<b>R\$ 127,60</b>
<b>Valor do número avulso</b>	<b>R\$ 0,30</b>
<b>Porte avulso</b>	<b>R\$ 0,80</b>

## **PREÇO DE ASSINATURA ANUAL**

<b>Assinatura DCD ou DSF s/o porte</b>	<b>R\$ 62,00</b>
<b>Porte de Correio</b>	<b>R\$ 193,00</b>
<b>Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)</b>	<b>R\$ 255,20</b>
<b>Valor do número avulso</b>	<b>R\$ 0,30</b>
<b>Porte avulso</b>	<b>R\$ 0,80</b>

**Ug 020055**  
**Gestão 00001**

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho. Ordem de Pagamento pelo Banco do Brasil, Agência 4201-3 conta nº 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (0xx61) 224-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminados:

<b>Subsecretaria de Edições Técnicas</b>	<b>02005500001001-0</b>
<b>Assinaturas DCN</b>	<b>02005500001002-9</b>
<b>Venda de Editais</b>	<b>02005500001003-7</b>
<b>Orçamento/Cobrança</b>	<b>02005500001004-5</b>
<b>Aparas de Papel</b>	<b>02005500001005-3</b>
<b>Leilão</b>	<b>02005500001006-1</b>
<b>Aluguéis</b>	<b>02005500001007-X</b>
<b>Cópias Reprográficas</b>	<b>02005500001008-8</b>

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES**  
**PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº – BRASÍLIA – DF – CEP 70165-900**  
**CGC 00.530.279/0005-49**

**Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinatura dos DCN**

Maiores informações pelos telefones (0xx61) 311-3772 e (0xx61) 311-3803 – Serviço de Atendimento Econômico-Financeira/Controle de Assinaturas, com Mourão ou Solange Neto/Waldir



**EDIÇÃO DE HOJE: 232 PÁGINAS**